

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

José Alfonso Klein

Poder político e lutas de classes na Venezuela: 1989 – 2009

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Setor de Pós-Graduação

José Alfonso Klein

Poder político e lutas de classes na Venezuela: 1989 – 2009

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais: Política e Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Doutor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

SÃO PAULO
2010

Termo de Aprovação

José Alfonso Klein

Poder político e lutas de classes na Venezuela: 1989 – 2009

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais: Política e Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Doutor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.

Assinaturas dos professores participantes:

Banca Examinadora

.....
.....
.....
.....
.....

Dedicatória

*Dedico este trabalho à Simone, meu
grande amor pela paciência e pela
força nos momentos mais difíceis
deste “parto de idéias”.*

Agradecimentos

Agradeço ao Lúcio Flávio pelas “luzes do saber” – sua orientação de pesquisa foi a principal responsável pela realização deste difícil “parto de idéias”. À Célia Motta pelas importantes sugestões. À CAPES pela bolsa parcial de estudo, um apoio importante para realizá-lo. À Simone pela ajuda na organização do meu relatório de atividades, pastas, arquivos, livros, dvds, cds, digitação de textos com dedicação e amor. À Zefinha pela força nos meus muitos momentos de impaciência, além da comida na mesa, da roupa lavada e passada. Aos meus pais Ottmar e Alzira e, aos meus quatorze irmãos pela força e o aprendizado ético e cultural, orientado pelo ditado popular da roça: “É no andar da carroça que as abóboras se ajeitam”. Ao cristianismo revolucionário pela primeira influência teórico-prática na minha militância. Ao intelectual do milênio, Karl Marx e demais marxistas revolucionários, pelos instrumentos de análise da luta de classes e o imprescindível estudo do capitalismo para facilitar a luta do proletariado pela superação do sistema. Aos militantes da Alternativa Sindical Socialista e da Intersindical. Ao Toshio pelas muitas reflexões a respeito da luta de classes no Brasil. Aos pesquisadores do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais e do Núcleo de Estudos Latino-Americanos, pelo aprofundamento teórico nas pesquisas e debates, em especial, ao Marcelo e a Cláudia que, além do mais, me indicaram para os estudos na PUC. Aos professores da PUC pela qualidade do ensino, e em especial ao Paulo Resende e ao Ramon Casas pela avaliação na Banca de Qualificação. Aos funcionários e à coordenação do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC pelo suporte institucional. Ao Aroldo Silva pela revisão do Inglês. A todos os meus educadores desde a infância, do Ensino Primário, Médio, Graduação, Especialização e Mestrado. Aos militantes do Movimento Paulista de Solidariedade a Cuba e aos consulados de Cuba e Venezuela que reforçaram minha paixão pelos estudos latino-americanos. Aos militantes dos núcleos de formação Espaço Che Guevara (em movimento) e o Núcleo de Estudos Populares -13 de Maio pelos estudos marxistas. Ao proletariado e demais revolucionários da Venezuela, que são os principais responsáveis pelas reformas pró-revolucionárias e a possível revolução na “Experiência Venezuelana”. E finalmente aos meninos: Ástor, Furão e Lobo, que fazem uma barulheira danada, mas também me ajudam a ser melhor com os seres humanos, ironia não? E é claro, “ninguém é de ferro”, ao Internacional de Porto Alegre pelas muitas alegrias que proporciona aos colorados apaixonados.

Epígrafe

Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana: o fato tão simples, mas que até ele se mantinha oculto pelo ervaçal ideológico, de que o homem precisa, em primeiro lugar, comer, beber, ter um teto e vestir-se antes de poder fazer política, ciência, arte, religião, etc.

*...Marx era, antes de tudo, um revolucionário. Cooperar de um modo ou de outro, para a derrubada da sociedade capitalista e das instituições políticas por ela criadas, contribuir para a emancipação do proletariado moderno, a quem ele havia infundido pela primeira vez a consciência de sua própria situação e de suas necessidades, a consciência das condições de sua emancipação: tal era a verdadeira missão de sua vida. A luta era o seu elemento. E lutou com uma paixão, uma tenacidade e um êxito como poucos (**Engels, em seu discurso de despedida frente ao seu melhor amigo Marx, que foi embora para ficar na eternidade da real História, 17 mar 1883**).*

Resumo

Este trabalho de José Alfonso Klein tem como título: Poder político e lutas de classes na Venezuela: 1989 – 2009. Através da dialética das relações sociais, políticas e econômicas na Venezuela, com amplo referencial bibliográfico em estudo exploratório, analisou-se os resultados das medidas neoliberais e imperialistas, como determinantes conjunturais e históricas do período, com abrangência latino-americana e caribenha. Observam-se, inicialmente, os desdobramentos da imposição dessa modalidade de desenvolvimento capitalista: crise econômica, instabilidade política e insurgências populares. Na região latino-americana e caribenha, a Venezuela apresentou-se como principal campo de proliferação dos movimentos populares de luta contra o agravamento das condições gerais de vida da classe trabalhadora, produzido pela inconseqüente abertura econômica, a partir de 1989. A crise econômica suscitou os conflitos sociais, que despertou o embate político. O primeiro e crucial momento venezuelano de contestação das massas contra o neoliberalismo e o imperialismo (*Caracazo*), definiu os rumos históricos das décadas seguintes. A organização política dos movimentos sociais segue orientações prático-teóricas, de acordo com a reflexão dos agentes históricos do momento, podendo conduzir a luta para o campo revolucionário ou conciliatório. No caso venezuelano, o conjunto das práticas e idéias definiu-se pela chamada Revolução Bolivariana, liderada pelo presidente Hugo Chávez, que sinaliza políticas de reformas sócio-econômicas estruturais. Conseqüentemente, a reação das antigas classes politicamente hegemônicas degenerou numa evidente luta de classes, que culminou no golpe contra o presidente da República - e no contra-golpe das massas e parte das forças armadas a seu favor (2002). Além da consideração sobre os propósitos políticos dos protestos da “política de rua” (de governistas ou de oposição), a avaliação desse processo requer a observação dos resultados sócio-econômicos do governo “revolucionário bolivariano” apresentados em levantamentos estatísticos (até 2009). Porém, um simples balanço da atual situação econômica do país certamente não responderá questões como: a dimensão dessa correlação de forças; o grau de forças revolucionárias acumuladas; a capacidade de ação ou reação das classes em defesa de seus interesses; o aprofundamento da luta de classes no país depende da continuidade das reformas que sugerem ser “pró-revolucionárias” devido às reações burguesas mais violentas que poderão ocorrer. A percepção da totalidade desse processo dependerá da capacidade das forças sociais em operar as transformações concretas e necessárias para a configuração de uma nova realidade venezuelana. Para tanto, não basta uma observação passiva, mas a participação ativa desse momento histórico – que é a finalidade maior deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: imperialismo; neoliberalismo; luta de classes; poder de Estado; reformas “pró-revolucionárias”; experiência venezuelana.

Abstract

This José Alfonso Klein's research presents a theoretical reflection on Political Power and Classes Struggles in Venezuela: 1989 – 2009. Initially, it was considered whether the deployment of neoliberal policies as determinative for configuring economic, political and social history of that period, in Latin America. In parallel movement, it can be observed developments of the imposition of this new mode of capitalist development: economic crisis, political instability, popular insurgencies. In the region of Latin America and the Caribbean, Venezuela has presented as main field of proliferation of popular movements to combat the deterioration of life general conditions of the working class, produced by inconsequential economical opening, since 1989. The economic crisis caused social conflicts, which awaken political arguing. In Venezuela, the first and crucial moment of contestation of the masses against neoliberalism and imperialism (*Caracazo*), defined the history direction. The political organization for social movements follow Practical and theoretical, according to the reflection of historical agents at the time, can lead to a struggle for the revolutionary field or conciliatory. In the Venezuelan issue, the actions and ideas was designed by the so called "the Bolivarian Revolution", led by President Hugo Chávez, which signals policies related to structural socioeconomic reforms. Consequently, the reaction of the former politically hegemonic classes has faded in an obvious class struggle, which culminated in a strike against Chavez -and counter-attack of the masses and part of the army in their favor (2002). In addition to the consideration of the political purposes of protests from "Street policy" (governists or opposition), the evaluation of this process requires observation of socio-economic results of Government "revolutionary Bolivarian", presented in statistical surveys (until 2009). However, a simple review of the current economic situation of Venezuela certainly will not answer questions such as: the dimension of the correlation of forces; the degree of revolutionary forces accumulated; the ability to action or reaction of the classes in defense of their interests; the deepening of classes's struggle in the country depends on the capacity of reforms that are suggested as being "revolutionary", caused by a more violent reactions that may occur. The perception of the entire process will depend on the capacity of the social forces in concreting and operating transformations necessary for setting up a new Venezuelan reality. For both, not just a passive observer, but the active participation of this historic moment – which is the major purpose of this work.

KEY-WORDS: imperialism, neo liberalism, class struggle, State power, pro revolutionary reform, Venezuelan experience

Sumário

1 Introdução.....	1
1.1 Metodologia.....	7
1.2 Objetivos.....	12
2 América Latina e Venezuela no contexto do neoliberalismo e do imperialismo pós Guerra Fria.....	14
2.1 Política econômica neoliberal e o imperialismo estadunidense na América Latina.....	14
2.1.1 Teorias e práticas neoliberais no mundo, na América Latina e na Venezuela.....	19
2.1.2 Imperialismo estadunidense na América Latina e na Venezuela.....	27
2.2 Críticas à teoria da globalização econômica nos Estados do Terceiro Mundo.....	31
2.2.1 Estados Unidos única superpotência do mundo, após a queda do bloco soviético.....	33
2.2.2 Novos instrumentos de dominação dos EUA: FMI, OMC, BID e o Banco Mundial.....	34
2.3 Economia nacional dependente frente ao neoliberalismo e ao imperialismo.....	36
2.3.1 Bases militares dos EUA na América Latina e no Caribe, Comando Sul e as resistências populares.....	38
2.3.2 A dominação imperialista dos EUA na cultura de massas e na destruição de direitos sociais e ambientais – é prática socialmente inviável.....	46
2.3.3 Movimentos sociais, governos populares e a expansão globalizada da economia inviabilizaram a ALCA – que já se reapresenta como “ALCA Light”.....	47
2.4 Barack Obama e a ofensiva imperialista – bases militares na Colômbia e a reativação da IV Frota Naval.....	53
2.4.1 Estatísticas socioeconômicas e militares básicas dos EUA na atualidade.....	57
2.4.2 América Latina e Caribe constroem instrumentos de unidade política para a autodefesa regional.....	57
2.5 A ALBA, as características dos países membros e a resistência contra o neoliberalismo e o imperialismo.....	59
2.5.1 Características socioeconômicas, político-militares dos países membros da ALBA.....	63
2.5.2 A UNASUL e as características socioeconômicas, políticas e militares dos países membros.....	65

2.5.3 Será possível uma Comunidade de todos os Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)?.....	69
2.6 Estados nacionais – do populismo à busca de um “Estado Plurinacional” e do internacionalismo.....	70
2.6.1 Organização da classe operária e da esquerda latino-americana para superar os nacionalismos e o capitalismo.....	75
2.7 Marxismo no movimento operário-indígena latino-americano – uma estratégia para além dos nacionalismos e do stalinismo.....	76
3 Capitalismo venezuelano – da economia agrícola de exportação à indústria petroleira (1810–1989).....	87
3.1 Economia burguesa colonial e <i>crioula</i> sob trabalho escravo - rebeliões e insurreições de negros e índios.....	87
3.2 A luta pela independência, a afirmação da burguesia <i>crioula</i> (interna) e a parcial abolição da escravatura.....	89
3.2.1 Origem da economia petroleira, do trabalho assalariado e do Estado moderno – Uma aliança da burguesia (interna e externa nacional-internacional?).....	97
3.2.2 Economia neoliberal – Concentração da riqueza pela burguesia e aumento da pobreza para os trabalhadores e demais oprimidos.....	101
3.3 Uma reflexão a respeito da luta de classes em países adiantados e atrasados..	104
3.4 Consolidação da burguesia interna aliada à burguesia transnacional.....	109
3.5 A classe média venezuelana surgiu vinculada à estrutura burocrática do Estado moderno (burguês) no seu início.....	110
3.6 O proletariado venezuelano surgiu em vários ramos de atividade, mas a luta de classes acirrou-se na indústria petroleira.....	111
3.7 O Estado burguês sob ditadura militar e a repressão ao movimento operário, aos nacionalistas e à esquerda.....	120
3.8 O conceito de Estado moderno e a trajetória da burguesia internacional.....	121
3.9 Um governo populista de curta duração democrática - movimento sindical e o PCV em conciliação de classes.....	124
3.10 Duas fases da ditadura militar atropelaram o governo de conciliação de classes.....	127

3.11 <i>Pacto de Punto Fijo</i> : a consolidação do Estado democrático burguês, sob parcial conciliação de classes.....	130
3.12 Luta armada e eleições - À esquerda em busca do poder de Estado.....	133
3.13 Governos neoliberais – Protestos populares e organizações políticas de contestação (1980-1998) – uma ruptura da conciliação de classes pelas massas.....	135
3.13.1 O <i>Caracazo</i> (1989) – Maior insurgência popular - possibilidade revolucionária (objetiva) de massas sem direção política (subjativa).....	135
3.13.2 O MBR-200 e o MVR – organizações de centro e de esquerda para enfrentar o neoliberalismo.....	136
4 Política-econômica nacional petroleira – sob governo de forte apoio popular em confronto com o neoliberalismo e o imperialismo (1999-2009).....	139
4.1 Síntese geopolítica e socioeconômica da Venezuela.....	139
4.2 Política econômica petroleira – reformas do desenvolvimentismo nacional com choques e limitações frente ao neoliberalismo e ao imperialismo.....	141
4.3 Estatísticas socioeconômicas gerais da Venezuela no contexto latino-americano e caribenho.....	151
4.4 Comparação entre a PEA, às políticas sociais e o desemprego da Venezuela e demais países latino-americanos e caribenhos.....	152
4.4.1 Educação e combate ao analfabetismo da Venezuela, em relação à América Latina e Caribe.....	159
4.4.2 Investimento de recursos da PDVSA em outras áreas de desenvolvimento urbano através das “missões”.....	161
4.5 Política de cunho nacionalista com forte inflexão popular - Nova Constituição: referendos, eleições conselhos comunais como “quarto poder”.....	163
4.5.1 A esquerda dividida frente ao referendo de 2007: “Sim” ou “Não”? – A primeira derrota do governo bolivariano.....	166
4.6 O golpe político militar de 11 de abril de 2002 e o contra-golpe - A segunda grande insurgência popular.....	173
4.6.1 <i>El paro</i> – a greve dos patrões, da burocracia estatal petroleira e sindicalistas “pelegos” – o golpe econômico da burguesa e a resistência da massa operário-popular.....	179

4.7 Forças armadas e milícias populares - Uma combinação de táticas de defesa nacional e das reformas pró-revolucionárias.....	181
--	-----

5 Uma análise da correlação de forças – a burguesia e o proletariado nas suas organizações de classe e do poder de Estado (1989 e 2009).....185

5.1 Correlação de forças entre governo e oposição – a reafirmação das reformas pelas massas pode ser vista como processo pré-revolucionário?.....	185
---	-----

5.2 Mídia estatal e mídia privada – aparelhos ideológicos das classes.....	192
--	-----

5.3 Os limites entre a gestão de fábricas pelos trabalhadores e a burocracia estatal.....	194
---	-----

5.3.1 Do cooperativismo capitalista para o cooperativismo socialista nas fábricas ocupadas - conselhos operários e comunais.....	202
--	-----

5.3.2 Conselhos dos Trabalhadores e Conselhos Comunais rumo ao socialismo.....	204
--	-----

5.3.3 Trabalhadores denunciam assassinatos de sindicalistas e exigem apuração e punição dos culpados.....	207
---	-----

5.4 Movimento operário atual e o acirramento da luta de classes.....	208
--	-----

5.5 Reorganização do movimento operário-sindical e popular – a relação com o governo e a luta pela autonomia revolucionária.....	212
--	-----

5.6 Nações indígenas exigem demarcação de terras e liberdade para seus dirigentes presos. Há espaço para a idéia de um Estado-Plurinacional?.....	214
---	-----

5.7 FNCEZ exige retomada da pauta da revolução agrária e superação da burocracia, da corrupção e da sabotagem.....	216
--	-----

5.8 Organizações de esquerda nos bairros, na gestão de espaços do poder de Estado - e a divulgação da cultura revolucionária.....	217
---	-----

5.9 O sentido da conciliação de classes das organizações políticas tradicionais e o recuo do movimento guerrilheiro.....	218
--	-----

5.10 Análise do sentido político do <i>Caracazo</i> . Maior insurgência popular de massa, uma possibilidade de revolução na Venezuela?.....	218
---	-----

5.11 Uma análise do golpe de 2002 – Segunda insurgência popular de massa – mais uma possibilidade revolucionária?.....	220
--	-----

5.12 “Política de rua” - Protestos populares e disputa pela hegemonia do poder de Estado, entre 1989-2009.....	221
--	-----

5.13 O Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV): conflitos com os demais partidos de esquerda.....	227
5.14 A conformação de um terceiro bloco eleitoral de esquerda – frente a frente com governistas e pró-imperialistas.....	230
6 Considerações a respeito da luta de classes e das perspectivas socialistas do século XXI.....	234
6.1 Análise das lições da Comuna de Paris.....	234
6.2 A batalha entre revolucionários e reformistas – um aparente eufemismo entre reforma ou revolução? E, reforma e revolução?.....	236
6.3 A luta de classes, o proletariado revolucionário e o papel dos comunistas para substituir o nacionalismo pelo internacionalismo.....	238
6.4 Lições das internacionais dos trabalhadores rumo à unidade da classe contra o sectarismo, o oportunismo e o burocratismo.....	141
6.5 Conceitos de Revolução e de Estado - o poder de Estado proletário.....	252
6.6 Lições da maior revolução socialista do proletariado – superar a prática burocrática nacionalista, pós-capitalista e construir a revolução internacional.....	256
6.6.1 Derrotar a burocracia stalinista e construir a revolução internacional tornou-se tarefa impossível para aquele momento.....	258
6.6.2 Lênin tentou neutralizar a burocracia stalinista, mas ela já estava consolidada.....	264
6.6.3 Lênin e sua mudança de posição: “armar todo povo pobre” ou o “poder estatal proletário” – contribuições de Lukács para consolidar o comunismo.....	265
6.6.4 O autoritarismo contra o trabalhador na experiência pós-capitalista soviética.....	267
6.7 O socialismo por “etapas pacifistas” e a “política de conciliação de classes” impediram o avanço da revolução socialista.....	268
6.8 O internacionalismo latino-americano e a conjuntura imperialista exigem combate dos revolucionários.....	268
6.9 Lições de outras revoluções socialistas e de outros revolucionários no mundo.....	270
6.10 Lições da revolução e do socialismo cubano, contribuições práticas e teóricas.....	274
6.10.1 O caráter socialista da revolução sob direção das Organizações Revolucionárias Integradas, superadas pelo Partido Unido da Revolução Socialista.....	277

6.10.2	O Partido Comunista Cubano, o centralismo democrático e o Estado socialista.....	278
6.10.3	Crítica e autocrítica frente à burocracia estatal e os desperdícios administrativos do Estado revolucionário.....	279
6.11	Lições da experiência chilena de socialismo pela “via pacífica”.....	280
6.11.1	A política econômica do governo da UP era keynesiana ou socialista?.....	283
6.11.2	A posição do <i>Movimiento de Izquierda Revolucionaria</i> (MIR) a respeito da experiência da Unidade Popular (UP).....	286
6.12	Análise comparativa entre a “experiência chilena da UP” e a “experiência venezuela do bolivarianismo”.....	290
6.13	Movimento guerrilheiro venezuelano– “Insurreição Combinada Permanente”.....	292
6.14	A emancipação socialista da humanidade passa pela mudança das condições de existência “de cima a baixo”.....	294
7	Considerações sobre a experiência venezuelana da luta de classes e das perspectivas socialistas.....	297
7.1	Análise do capitalismo venezuelano - com ênfase ao imperialismo neoliberal - reações das massas e de governos – conciliações e confrontos entre as classes.....	297
7.2	Análise dos instrumentos políticos de unidade para organizar o campo estratégico operário-popular na luta de classes internacional.....	301
7.3	Análise das lições deixadas pelas experiências socialistas – do controle social do poder de Estado e outras possíveis brechas revolucionárias.....	303
7.4	Análise dos conceitos: classe, poder de Estado e poder de fato para a superação da sociedade capitalista.....	311
7.5	Análise do poder de Estado venezuelano, reformas pró-revolucionárias em governo “nacional-desenvolvimentista petrolero”.....	320
7.6	Análise das supostas brechas revolucionárias e às posições da esquerda – ora unida ora dividida - dois acertos e dois desencontros frente aos golpistas.....	328
7.7	Organização do campo estratégico operário-popular – para canalizar as insurgências antineoliberais e antiimperialistas para a luta socialista.....	333
7.8	O fio condutor da continuidade de um longo acúmulo de forças em busca do poder de Estado sob comando do proletariado e dos demais oprimidos.....	338

Bibliografia.....345

Anexo1.....353

Lista de ilustrações (figura, gravuras e tabela)

Figura 1: Espiral da dialética em duplo sentido: evolutivo e involutivo.....	10
Gravura 1 – Mapa da Venezuela no contexto latino-americano e mundial.....	14
Gravura 2 – Presidente dos EUA Barack Obama continua criando novas bases militares na América Latina.....	38
Gravura 3 – Base militar dos EUA em Guantánamo – Cuba.....	43
Gravura 4 – Foto do Bairro 23 de Janeiro – Caracas – Venezuela.....	87
Tabela 57 - Resenhas (BDEBP) e protestos (PROVEA) na Venezuela entre 1983 e 2005 que caracterizam à “política de rua”.....	223-224

1 INTRODUÇÃO

A verdadeira questão, portanto, é a relação dialética entre o *todo* e suas *partes*. Sob o sistema do capital, os escalões do topo de sua estrutura de comando, com a sua perversa centralidade, usurpam o lugar do todo e dominam as partes, impondo a sua parcialidade como o “interesse do todo”. É assim que a totalidade auto-sustentada do capital pode se afirmar, provocando um curto-circuito não-dialético na relação parte/todo, como um sistema orgânico. A alternativa hegemônica socialista, portanto, envolve a reconstituição da dialética objetiva das partes e do todo, das menores células constitutivas até as relações produtivas e distributivas mais abrangentes, de um modo não-conflitante (MÉSZÁROS, 2002: 980).

O título escolhido para este estudo passou por muitas metamorfoses, mas finalmente foi assim sintetizado: Poder político e lutas de classes na Venezuela: 1989 – 2009. A preocupação inicial foi apresentar o aprofundamento e o suficiente rigor científico exigidos pelos estudos de pós-graduação, especialmente na área das Ciências Sociais. Trata-se de um objeto de estudo complexo e em movimento contínuo, devido às recentes crises políticas vividas pelo país. Espero que a distância geográfica da Venezuela justifique eventuais imprecisões ou incompreensões. Pude observar sua realidade somente em duas ocasiões: em agosto de 2004, no momento do referendo popular, e em janeiro de 2006, no Fórum Social Mundial (FSM), em Caracas.

Do ponto de vista prático-teórico, a motivação essencial desta pesquisa foi à necessidade de aprofundamento da compreensão da luta de classes a partir das reflexões suscitadas pela minha militância. Para saltos de qualidade, a minha militância exigia maior determinação pessoal em compreender a dinâmica da luta de classes pela ótica da esquerda. Meu primeiro balanço pessoal aconteceu no fechamento de um longo período de militância no movimento estudantil (FAI) e popular através das pastorais sociais (cristianismo libertário), como seminarista da Igreja Católica, Ubiratã - Paraná e Mauá - São Paulo (1979-86). Nesse período tive como espaço teórico principal a graduação de Filosofia (FAI), em especial, o marxismo e a Teologia da Libertação. No final desse

ciclo, rompi laços formais com a Igreja Católica e passei a participar essencialmente da luta sindical e partidária. Como dirigente ou militante de base da Associação dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (APEOESP) e do Sindicato dos Professores do ABC (1986-2009).

Meu segundo balanço prático-teórico pessoal ocorreu no encerrando de outro longo período (1986-2001) de militância no Partido dos Trabalhadores (PT - Fórum Socialista) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A partir de então, afastei-me das instâncias partidárias e da CUT, renunciei aos cargos de Secretário de Administração (1997-2000) e da Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social da Prefeitura Municipal de Mauá, São Paulo (2001). Meu espaço privilegiado de reflexão teórica neste período (1987-1988) foram os estudos marxistas do Núcleo de Educação Popular – 13 de Maio e do Instituto Che Guevara de Movimentos e Culturas Populares (2001-2006). Como militante de diversas correntes internas de esquerda (em tempos diferentes) tive a oportunidade de conviver com as crises de referência da esquerda mundial – principalmente após o esgotamento da experiência soviética (1989). Como encerramento deste período, anunciamos formalmente nossa ruptura numa lista de 111 nomes da esquerda brasileira, publicados na internet no FSM de Porto Alegre, em 2002.

Os 111 militantes dissidentes, inicialmente, não procuraram definição partidária para seguir seu caminho. Muitos deles seguiram militando na Alternativa Sindical Socialista (ASS) e na Intersindical, que é o meu caso. Penso que quase todos os demais gravitam num grande campo de alianças operário-popular, que com certeza se manifesta em unidade de ação, todos os anos, pelo menos no dia Primeiro de Maio combativo, na Praça da Sé em São Paulo.

Nesse campo de alianças dos lutadores do povo, além da Intersindical e ASS (um coletivo minoritário), estão envolvidos alguns partidos e muitos outros movimentos sociais da esquerda brasileira, entre eles: Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas); Consulta Popular; Assembléia Popular; parte dos movimentos de consciência negra; parte dos movimentos de mulheres; boa parte dos militantes do Movimento Paulista de Solidariedade a Cuba (MPSC); militantes do Núcleo de Estudos Latino Americanos (NELAM); militantes do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS);

militantes do Espaço Che Guevara, em movimento; Espaço Marighela; Núcleo de Educação Popular 13 de Maio (NEP); parte do movimento estudantil; coletivos de *hip-hop*, além de outras organizações revolucionário-culturais. Ressalva-se que ainda faltam muitos outros guerreiros da libertação que deveriam estar nesse campo operário-popular combativo, como os lutadores das nações indígenas que, talvez por falta de contato, ainda não fazem parte desse amplo campo operário-popular dos oprimidos do Brasil.

No plano teórico desta pesquisa, determinei-me a superar as compreensões anteriores apresentadas na dissertação de Mestrado sobre o tema: *Poder popular-democracia participativa em Diadema*, verificando especialmente o controle social da máquina administrativa do micro ao macro poder de Estado, analisando as contribuições e os limites da experiência do chamado Orçamento Participativo (1983-2002), em declínio nas administrações do PT. Minha recente ruptura com o PT e a CUT dificultou a necessária frieza teórica, para precisar cientificamente o tema. Outra razão foi à própria natureza da dissertação, na área da Administração, ainda que trabalhada no contexto sociológico. Contudo, os estudos realizados na dissertação ajudaram-me a realizar meu terceiro balanço prático-teórico pessoal.

Nos últimos anos também percebi a necessidade de um aprimoramento da minha profissão acadêmica, visando à qualidade das aulas, à precisão de conceitos e conteúdos, e à apropriação e construção do conhecimento. Após concluir este estudo, acredito poder contribuir muito mais para as lutas da classe trabalhadora e dos demais oprimidos, rumo à sociedade socialista. É nesse conjunto de reflexões, no sentido da contínua superação, que se constitui o meu quarto grande balanço prático-teórico, iniciado 2004. Considero que o meu afastamento da profissão de professor da rede estadual de ensino (agosto 1986 dezembro 2009); do Centro Universitário Fundação Santo André (abril 2004 março 2010) e a significativa redução na militância sindical e dos núcleos de estudo fazem parte do necessário tempo teórico e prático para cumprir rigorosamente as exigências impostas pelo estudo de doutorado.

Além desses diversos acúmulos teóricos e práticos, atribuídos a um contínuo aprendizado coletivo do saber, encontrei farto material bibliográfico colhido nas ruas de Caracas, na internet e em bibliotecas brasileiras. Tive a grata satisfação de poder contar com os solidários depoimentos de muitos militantes revolucionários da Venezuela. O ponto de partida deste estudo foi a minha participação nos núcleos de pesquisa: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) e das aulas dos vários professores da

PUC-SP; do Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NELAM) e das orientações de Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida. Dediquei-me à tarefa de entender a luta de classes, o acúmulo de forças dos “de baixo” e suas relações com o poder de Estado para a conquista do poder pelo proletariado e dos demais oprimidos do país. Nesse sentido, os dois primeiros capítulos dedicam-se à história dos oprimidos da Venezuela, os escravos (índios e negros) e a organização do operariado (1810-1989), nas suas relações internas de conciliação ou luta aberta entre as classes, no desenvolvimento capitalista e suas relações latino-americanas e internacionais - especialmente do neoliberalismo e do imperialismo estadunidense. Nesses capítulos, desenvolvo uma análise das relações da Venezuela com os países vizinhos (integrantes da ALBA e da UNASUL, além dos aliados aos EUA), enfatizando a recuperação histórica do *Caracazo* (1989) como momento crucial de contestação das massas contra o neoliberalismo e o imperialismo, que marcou profundamente as décadas seguintes da história do país.

No terceiro e no quarto capítulos, o estudo direciona-se à compreensão da luta de classes (1989-2009), passando por dois momentos de conjuntura política de crise e insurgência popular contra o neoliberalismo e o imperialismo. A primeira insurgência das massas operário-populares, o *Caracazo* (1989), o massacre violento do governo contra as massas e a conseqüente queda do presidente Carlos Andrés Pérez (1989); a segunda insurgência operário-popular e militar na defesa do chamado governo bolivariano (2002), com uma análise do significado do golpe da burguesia interna pró-imperialista e imperialista (que derrubou o presidente da República) e o contra-golpe das massas e parte das forças armadas, que reconduziram o presidente Hugo Chávez Frías ao governo. A avaliação desse período requer o estudo dos propósitos e resultados estatísticos socioeconômicos e políticos do governo bolivariano nacional-desenvolvimentista, amparado pela indústria estatal do petroleiro (PDVSA). No quarto capítulo, analisa-se a correlação de forças entre governistas e golpistas, além do acirramento da luta de classes, entre burguesia e proletariado e os demais oprimidos com suas organizações de classe. Este capítulo apresenta relatos e reflexões sobre os momentos mais agudos de conflitos entre o Estado e os gestores das fábricas ocupadas, além do conjunto do proletariado em suas reivindicações. Relata também a correlação de forças que se estabelece nos constantes protestos populares da chamada “política de rua”, ultimamente ocupada pela oposição pela disputa de hegemonia para a tomada do

poder de Estado, conforme contribuições de Lopez Maya e Edgardo Lander (2005) entre outros autores contemporâneos.

Os capítulos III e IV concentram o principal eixo temático da pesquisa, definindo a hipótese de que existe um fio condutor de longa continuidade (1989-2009) de acumulação de forças no país, permitindo a caracterização do atual estágio do poder vivenciado pela Venezuela.

Esse estágio resulta de uma somatória dialética de rebeliões de escravos (índios e negros), insurreições e resistências armadas, lutas operário-populares dos “de baixo”, historicamente movimentando-se em confrontos abertos contra a burguesia, ou paralisados pela conciliação de classes. Esse fio condutor de continuidade dos “de baixo” consolidou-se desde o capitalismo agrícola de exportação ao capitalismo moderno e petrolífero exportador. Numa trajetória de totalidade de continuidades e descontinuidades, chega aos atuais protestos da “política de rua”, no movimento operário-popular das fábricas, nos bairros, nas escolas, na luta pela reforma agrária e na insurgência de massas na defesa do governo frente aos ataques do imperialismo neoliberal. Consta-se que o movimento de massas dos anos, a partir de 1990, foi parcialmente canalizado para o caminho institucional de centro-esquerda – que, atualmente identifica suas políticas de reformas populares com o governo nacional-desenvolvimentista.

Os dois momentos de insurgência das massas (1989 e 2002) foram acomodados, em partes e momentaneamente, para dar suporte à política de governo antineoliberal e antiimperialista, devido à crise de direção político-revolucionária nos momentos latentes de crise política do país. Outra razão dessa majoritária identidade entre as massas e o governo foi à implementação do plano de reformas jurídico-políticas e socioeconômicas (ainda que distantes do almejado pelo governo) que “produzem” a violenta reação burguesa (interna e externa) para preservar o neoliberalismo e a propriedade privada dos meios de produção. A burguesia pró-imperialista (interna) e a imperialista está incomodada com as políticas do governo, em todos os ramos de atividade: na indústria petrolífera privada, nas grandes redes de supermercados, na mídia privada, nos agrobusiness, entre outros. Para sua completa fúria, aprofunda-se a pressão das crises econômicas internacionais, em períodos cada vez menores, demarcados pelos avanços do imperialismo – que, devido à “necessidade” da extração de recursos naturais (petróleo, gás, água, biodiversidade e outros), de combate às guerrilhas e dos governos

de esquerda, atua sob ação das transnacionais e das forças armadas. Por estas razões, as reformas nacional-desenvolvimentistas, ancoradas principalmente na economia do petróleo estatal transformam as reformas populares em reformas pró-revolucionárias.

No quinto capítulo, o objetivo principal é a compreensão do acirramento da luta de classes e as perspectivas socialistas na Venezuela, na América Latina-Caribe ou em nível internacional. Histórica e teoricamente, observa-se o desenvolvimento do socialismo: revolução russa (1917) e seu desvio de rota pelas forças burocráticas do estalinismo (1923); as experiências no terceiro mundo. Especialmente a partir das argumentações teóricas de Mariátegui contra do marxismo-leninismo estalinista, afirmando uma teoria marxista pela ênfase às questões indígenas, observam-se as guerrilhas e o poder proletário-popular, da América Latina e do Caribe. O estudo prioriza a combativa revolução cubana (1959) e a experiência chilena do “socialismo pela via pacífica” (1970-1979), consideradas lições (não modelos) dos acertos ou equívocos táticos para futuras reflexões dos agentes históricos do processo venezuelano.

Nas considerações finais apresenta-se uma contribuição ao debate sobre as perspectivas socialistas do Século XXI, a partir da “Experiência Venezuelana” da luta de classes e do poder de Estado. Tendo a dialética marxista como instrumento principal de análise, a orientação teórica desses capítulos segue um eixo aglutinador histórico, sociológico e das ciências políticas do marxismo. Entendendo que o ser social faz a História a favor dos interesses de classe, considere as contraposições teóricas de Marx com Hegel, Smith, Ricardo e demais economicistas ou idealistas – confirmando a máxima de que o ser social determina as idéias, a economia, a História e todo o resto.

Como reflexão inicial do campo teórico sobre a luta de classes, parte-se do pressuposto de que no capitalismo, a burguesia é proprietária dos meios de produção e dos bens produzidos (do capital e demais mercadorias), “A História é nada mais do que a história da luta de classes, à exceção do socialismo primitivo”, conforme dito por Marx e Engels. Na história da luta de classes da Venezuela, como nas demais sociedades capitalistas, a classe proprietária dos meios de produção e do capital ainda controla majoritariamente o poder de Estado, com muita influência para gerenciar os negócios burgueses - atualmente, o suficiente para garantir a continuidade do sistema capitalista. No poder de Estado proletário-popular, haverá de se direcionar os recursos econômicos estratégicos para a socialização e a construção da igualdade, rumo à sociedade sem classes e sem Estado: a sociedade comunista.

Lukács e Mészáros analisam o desvio burocrático de rota da revolução russa para um mero pós-capitalismo ou para um capitalismo de Estado, considerando que a burocracia stalinista atropelou o percurso do proletariado (sob liderança de Lênin e outros bolcheviques). Assim, “Depende do proletariado o começo real da história da humanidade – isto é, o *poder da moralidade sobre as instituições e a economia*” (LUKACS, 1968 apud MÉSZÁROS, 2002:1022).

O desafio teórico e conjuntural apresentado é compreender a crise e o papel dos agentes históricos envolvidos no processo venezuelano. Para tanto, observa-se a postura política de defesa das idéias socialistas, em especial pelo presidente Chávez, com seu plano de reformas pró-revolucionárias, que ameaça os interesses burgueses. Ameaçada, a burguesia (interna ou externa) participa da articulação de golpe contra o presidente da República (2002), estimula sua derrota no referendo (2007), mantém a ameaça de invasão estadunidense. Percebe-se que as perspectivas revolucionárias do país dependem da organização de uma frente ou de um partido revolucionário capaz de unificar o proletariado e as organizações popular-revolucionárias internas do Partido Socialista da Venezuela Unificado (PSVU), da União Nacional dos Trabalhadores (UNT), do Partido Comunista da Venezuela (PCV), das outras organizações revolucionárias, das nações indígenas, parte das FAN – contra as próximas ofensivas dos pró-imperialistas internos e dos imperialistas comandados pelos EUA.

1.1 Metodologia

A sociedade só pode ser compreendida em sua totalidade, em sua dinâmica evolutiva, quando se está em condições de entender a vida cotidiana em sua heterogeneidade universal. A vida cotidiana constitui a mediação objetivo-ontológica entre a simples reprodução espontânea da existência física e as formas mais altas de genericidade agora já conscientes (LUKÁCS *apud* ANTUNES, 1996:100):

Por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, dialeticamente orientadas, buscou-se o entendimento das contradições e das mudanças políticas e sociais, em curso na Venezuela entre 1989 e 2009. Procurou-se encontrar explicações sobre as

continuidades e discontinuidades, das resistências e dos acúmulos de forças das rebeliões dos escravos, do movimento dos trabalhadores (campo e cidade), das insurreições, dos protestos e insurgências populares, somadas ou em choque com as ações do governo, que apontam possíveis mudanças substanciais na sociedade.

Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho apresentou e procurou responder algumas perguntas básicas para o entendimento da realidade venezuelana: Quais são os principais elementos históricos e conjunturais que deflagraram o caracazo de 1989? O que ele significou para o acúmulo de forças dos “de baixo” no sentido revolucionário? Quais são os reais vetores da crise que se manifestam contra e a favor do governo no golpe cívico-militar de abril de 2002? É possível identificar-se duas brechas de revolução operária na Venezuela, uma no *caracazo*, em 1989 e, outra no contra golpe (cívico-popular) em 2002? Qual é real sentido das constantes crises (crise de governo, crise de poder, crise estrutural sistêmica) no governo Chávez, com forte apoio popular, frente ao Estado burguês na sociedade capitalista? Qual é a profundidade da crise política na luta de classes da Venezuela? É possível perceber uma alteração na correlação de forças entre golpistas e governistas, entre burguesia e proletariado a partir do referendo revogatório de agosto de 2004, das eleições presidenciais de 2006 e da derrota governista no referendo de 2007? Procurar a fundamentação teórica das crises tornou-se um grande desafio, sobretudo por se tratar de uma sociedade burguesa em profundas contradições, conflitos e constantes metamorfoses.

Ao longo da abordagem dos cinco capítulos, buscou-se a necessária definição de conceitos teóricos, como: classes sociais; nação; Estado; revolução; revolução bolivariana, governo e poder; burocracia de Estado; nacionalismo; populismo; imperialismo; dependência e independência; neoliberalismo e imperialismo. Além da análise qualitativa da pesquisa bibliográfica, foram analisadas estatísticas sócio-econômicas da Venezuela, dos países da ALBA, da UNASUL, dos EUA, dos órgãos de governo, de entidades de classe, de instituições e organizações internacionais que sintetizam informações importantes para a pesquisa. O conjunto de práticas e idéias em movimento abordadas segue uma metodologia que permite a elaboração exploratória, em sintonia com esse processo histórico com constantes mudanças conjunturais – consolidadas nas crises e transformações, observadas a partir da ação e da reflexão dos agentes históricos daquele país, nas diferentes lutas sociais, político-ideológicas, econômicas e culturais. Para o entendimento da dimensão das crises, recorreu-se às

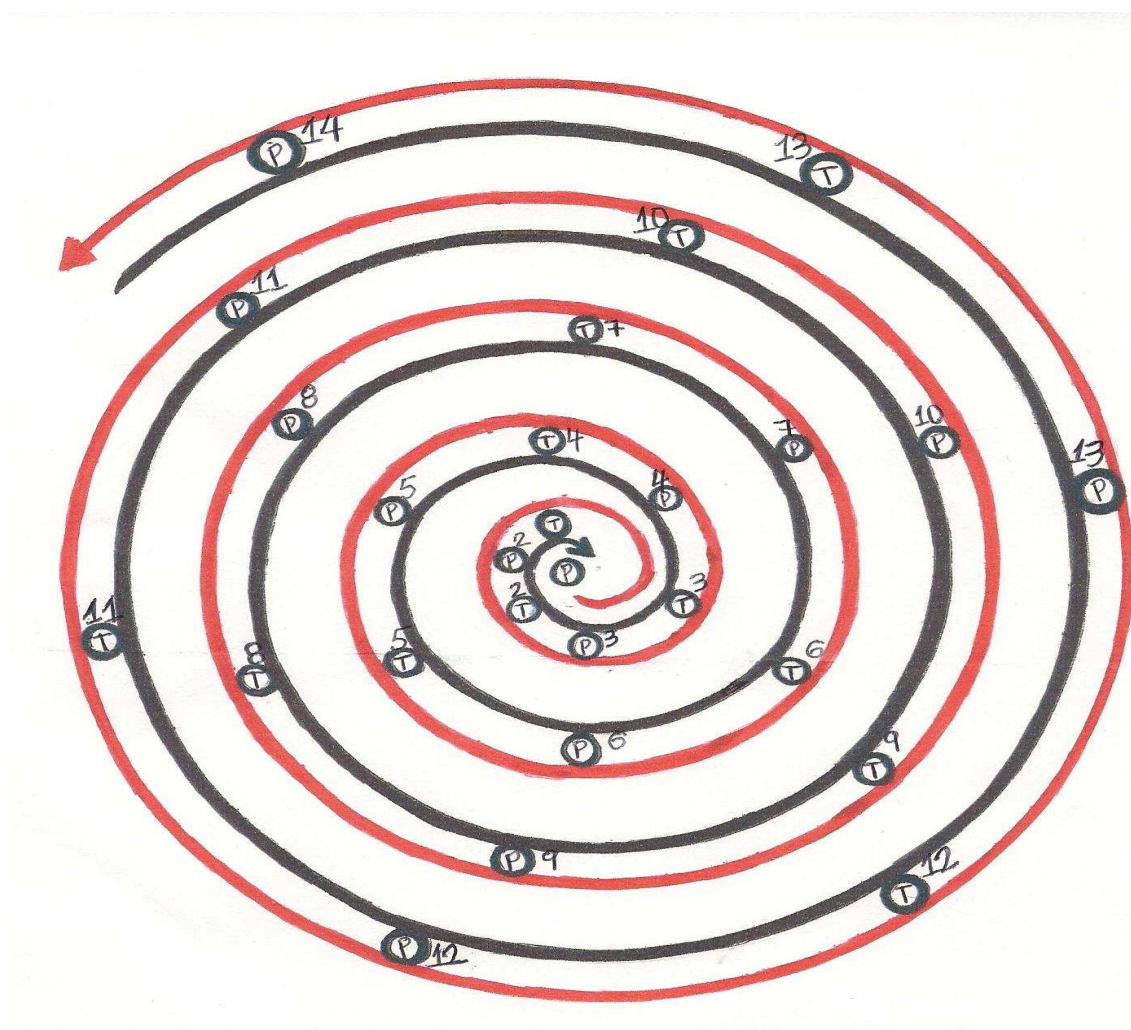
contribuições teóricas de Poulantzas (1977:12): “A crise política consiste principalmente em modificações substanciais das relações de força da luta de classes, modificações que, elas mesmas, determinam de modo específico os elementos próprios da crise no seio dos aparelhos do Estado...”.

Consultando Lênin (1983:19 e 21), em *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* e, as contribuições de Marx e Engels, percebe-se, que a dialética comporta mais do que uma idéia de evolução - conforme interpretação anterior de muitos filósofos. A dialética materialista incorpora o desenvolvimento da prática e das idéias, em movimento evolutivo na forma espiral. Os processos particulares e universais desenvolvem-se qualitativa e quantitativamente, interagindo com todos os aspectos de cada fenômeno de qualquer sociedade em movimento: “uma evolução por assim dizer em espiral e não em linha reta; uma evolução por saltos, por catástrofes, por revoluções, ‘por soluções de continuidade’; a transformação da quantidade em qualidade (...) no seio de uma dada sociedade...”. Na práxis social observa-se que em “todas as formas e produtos da consciência podem ser resolvidos não pela crítica espiritual, pela dissolução na ‘consciência de si’ (...) mas apenas pela transformação prática (revolucionária) das relações sociais reais” (Marx e Engels, 1984:48). Sobre a práxis social dialética, também se observa que:

O método analítico é o método dialético. Por análise entende-se a análise das contradições nas coisas e fenômenos. Sem conhecer bem a realidade da vida, sem compreender verdadeiramente as contradições em causa, é impossível fazer uma análise acertada (TSÉ-TUNG, 1972:252).

Numa tentativa de ilustração, observe-se a representação, na seguinte figura, abaixo.

Figura 1: Espiral da dialética em duplo sentido: evolutivo e involutivo.



Fonte: Autoria própria, conforme Klein (2002), inspiração na práxis marxista, no espiral evolutivo Lênin e reflexões de Iasi (2004).

Legenda: P = Prática (tese) + T = Teoria (antítese) + P2 = Prática2 (síntese1 e tese2). A ordem numérica significa o processo evolutivo, não como soma e sim como superação. Em movimento espiral evolutivo da: P = Prática inicial (tese) à Prática14 (síntese13 e tese14) e da T = Teoria inicial a T = Teoria13 (síntese12 e teoria13), o espiral vermelho indica a superação da quantitativa e da qualidade sem limites, a depender da práxis social dos agentes da História. Em movimento espiral involutivo da: P14 = Prática14 (síntese13 e tese14) à P = Prática inicial (tese1) e da T13 = Teoria13 (antítese13) para T = Teoria inicial (antítese1) o espiral preto indica a possibilidade de qualquer processo (político, social, econômico, cultural) retroceder (refluir em qualidade e quantidade), nunca no mesmo conteúdo anterior, sempre incorporando elementos novos no movimento, determinados pela práxis social dos agentes presentes na História.

No lugar das palavras: “Prática, Teoria e Prática2” poderiam ser usadas outras, como por exemplo: “Parte, Todo e Parte2 ...” ou ainda, “Particular, Universal e Particular2...” como configurações do tripé da dialética (tese, antítese e síntese). Nota-se que na práxis marxista (teoria e prática na História), nada evolui e nada retrocede de forma linear ou mecânica: tudo está em movimento, contradição e transformação - tanto para a evolução quanto para a involução, a depender da práxis social e da correlação de forças na luta de classes (MARX; MAQUIAVEL).

No refluxo, os processos históricos incorporam elementos novos, mesmo que sirvam apenas para reforçar um sistema social reacionário ou anti-humanista. Percebe-se também que cada realidade particular (político-econômica, econômico-social e sociocultural) apresenta diferenças sensíveis a cada instante, devido ao movimento dialético. A esperança e a utopia dos revolucionários comunistas é que a práxis social do espiral evolutivo humanista prevaleça historicamente.

No materialismo histórico e no materialismo dialético de Marx, percebe-se que, além das contradições (movimento e transformações), há uma continuidade histórica em todos os movimentos de práticas e idéias sociais, devido aos antagonismos de classes, em constante busca pela realização humana. Nesse sentido, desenvolvem-se novas teses, sem quebrar a totalidade histórica, com antíteses que provocam novas sínteses, pela necessária práxis do proletariado para a superação do capitalismo - sempre seguindo o fio condutor das continuidades expressas em resistências, acúmulos de força do proletariado, nas suas reivindicações imediatas e na construção do socialismo.

No *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels (1872:19) confirma-se a necessidade revolucionária do proletariado de cada país para chegar à revolução internacional: “A luta do proletariado contra a burguesia embora não seja na essência uma luta nacional, reveste-se, contudo, dessa forma nos primeiros tempos. É natural que o proletariado de cada país deva, antes de tudo, liquidar sua própria burguesia”. Da mesma forma, após 150 anos (1997), observa-se a libertação *nacional* como necessária para a libertação da *classe* em Cuba e na Nicarágua – ou nas experiências de libertação na Ásia e na África, de acordo com a compreensão de Samir Amin (1981).

Margarita López Maya (2005) é doutora em Ciências Sociais e professora titular do Centro de Estudos de Desenvolvimento (CENDES) da Universidade Central da Venezuela, em *Notas sobre lo conceptual, metodológico y las fuentes em el estudio de la protesta popular venezolana reciente*, contribuiu para a compreensão da quantidade e

da qualidade dos protestos populares como “política de rua” e sua relação com o poder, o Estado e a sociedade. Apresenta uma conceituação metodológica, pouco usual na intelectualidade de esquerda, sobre a revolta popular do século XX, o *Caracazo*, conhecido como Sacudón (fevereiro-março de 1989). Esse estudo metodológico contou com a participação de Edgardo Lander (da mesma universidade) e se fundamentou nos bancos de dados: *Base de datos El Bravo Pueblo* (BDEBP – 1958-1999) e o *Programa Venezolano de Educación Acción en Derechos Humanos* (PROVEA – de 1989 em diante).

Finalmente, a metodologia dialética busca entender as relações sociais reais na sociedade venezuelana. Por se tratar de um estudo exploratório qualitativo, não se prioriza o quantificar dos dados pesquisados. Contudo, algumas análises estatísticas, políticas e socioeconômicas serão quantificadas para qualificar mais precisamente seus resultados: os principais vetores das contradições na luta de classes, que respondem pelos conflitos e pelas crises de governo e do Estado, no interior ou fora da chamada revolução bolivariana da Venezuela.

Sob essa perspectiva, a pesquisa de campo ampliou-se e, no confronto de teorias e práticas, procurou examinar a possibilidade de um avanço na consciência e na construção de caminhos para a libertação da classe trabalhadora e dos demais oprimidos do país através da ruptura com a lógica capitalista.

1.2 Objetivos

1.2.1 Analisar o fio condutor da acumulação de força dos “de baixo”, desde a escravidão (negros e índios) ao operariado da indústria petroleira e aos protestos populares da “Política de Rua” contra o neoliberalismo e o imperialismo.

1.2.2 Analisar o governo nacional-desenvolvimentista e suas reformas pró-revolucionárias, que provocam crises políticas de golpe da oposição neoliberal pró-imperialista e de contra-golpe das massas e parte das forças armadas. Detectar as perspectivas de superação dessas crises no contexto nacional, latino-americano e internacional.

1.2.3 Qualificar as resistências e a acumulação de força dos trabalhadores e demais oprimidos, dos movimentos revolucionários, das insurgências populares e do atual governo - na perspectiva da derrota neoliberal, imperialista e capitalista - e em defesa da possibilidade revolucionária socialista, tendo como ponto de partida a “Experiência Venezuelana”.

2 AMÉRICA LATINA E VENEZUELA NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO E DO IMPERIALISMO PÓS GUERRA FRIA

Os revolucionários de hoje têm por inimigo o baluarte mais poderoso do campo imperialista, equipado com a técnica e a indústria mais modernas. Esse inimigo não só organizou e equipou de novo um exército na Bolívia, onde o povo havia destruído a anterior força militar e repressiva, e lhe ofereceu imediatamente o auxílio de suas armas e assistentes militares para a luta, como também ofereceu seu apoio militar e técnico na mesma medida a todas as forças repressivas deste continente (GUEVARA, 1982:15).

Gravura 1 – Mapa da Venezuela no contexto latino-americano e mundial



Fonte: <http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/samerica/ve.htm> (10 agos 2010)

2.1 Política econômica neoliberal e o imperialismo estadunidense na América Latina

Inicialmente, faz-se necessária uma definição conceitual e histórica do desenvolvimento do capitalismo recente, para localizar a Venezuela, a América Latina e o Caribe no contexto das políticas neoliberais e do imperialismo estadunidense, presente na região no período pesquisado (1989-2009). Essa definição facilitará a compreensão da relação entre o estágio do sistema capitalista atual, da luta de classes, do Estado e do

poder na sociedade burguesa venezuelana, buscando localizar as políticas governamentais nacionais e de desenvolvimento regional com alguma relação de aliança com o país e as contestações operário-populares.

Nesse contexto, desenvolve-se uma reflexão sobre os aliados da Venezuela através da construção da ALBA, como forma de negação ou superação da economia mundial em crise (ALCA e demais medidas neoliberais) frente a uma ofensiva das empresas transnacionais e militares cada vez mais agressivas, especialmente as dos EUA. Mesmo sem pretender esgotar as teorias do Imperialismo ou confrontar as diversas interpretações de neoliberalismo, é necessário definir o sentido considerado e o significado atribuído a esses conceitos, nesta pesquisa.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, em *O imperialismo – fase superior do capitalismo*, Lênin (2003) aprofundou estudos sobre economia e considerou a base para a compreensão da política, da guerra e, em particular, do imperialismo. No Prefácio às Edições Francesa e Alemã (353), em 06 de julho 1920, Lênin afirmou que na época quase todos os comunistas da América e da França estavam presos. De 1914-1918 a guerra teria sido imperialista: de conquista, pilhagem, rapina, partilha do mundo, divisão e redistribuição das colônias, definição das áreas de influência do capital financeiro. Afirmou ainda que o verdadeiro caráter de classe de uma guerra não se encontra numa história diplomática, mas na análise objetiva das classes dirigentes das potências bélicas. Enfim, para uma visão objetiva da guerra é necessário considerar todos os fundamentos da vida econômica das potências bélicas do mundo.

Nesse sentido, Lênin considera que o mundo, nos anos 1876, 1890, 1913 e 1914, conheceu os “caminhos-de-ferro” do desenvolvimento capitalista (industrial hulheira e siderúrgica, do comércio e da democracia burguesa). A rede ferroviária foi distribuída segundo os interesses da grande produção, dos monopólios, dos sindicatos patronais, dos cartéis, dos *trusts*, dos bancos, da oligarquia financeira, evidenciando o capitalismo monopolista em escala mundial. Afirmo que, enquanto existir uma base econômica monopolista e de propriedade privada dos meios de produção, as guerras imperialistas serão inevitáveis.

Os diferentes laços capitalistas oprimem mais da metade da população da face da terra, explorando os assalariados nas neocolônias ou países dependentes do capitalismo. O capitalismo tornou-se um sistema universal e os países “avançados” estrangulam os demais, em escala internacional através das grandes potências. No

tempo que Lênin (2003) fez essa avaliação, três países: Estados Unidos, Inglaterra e Japão - arrastavam todo planeta para a guerra de partilha do saque internacional, a exemplo das duas guerras mundiais do século XX. Na atualidade, os EUA mantêm o controle imperialista com os países coadjuvantes na Comunidade Européia e do Japão, contando com o apoio dos países clientes em quase todo planeta. A novidade é a China que está despontando como próxima grande potência mundial, quem diria, entre os países capitalistas.

“O imperialismo é a véspera da revolução social do proletariado. Isto foi confirmado à escala mundial desde 1917” (LÊNIN, 2003:11). Os enormes investimentos da indústria e a concentração da produção em poucas empresas, gradativamente maiores, caracterizam as particularidades desse estágio do capitalismo. Lênin mensurou esse processo a partir dos censos industriais modernos do seu tempo e, para conceituar o sistema capitalista, fez uma diferenciação entre os primeiros colonialismos capitalistas e do capitalismo financeiro moderno:

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado (Lênin, 2002:63).

Atílio Boron (2006) faz uma análise crítica das teorias clássicas do imperialismo, estimulando o debate sobre a necessidade de superações para adequá-las à atual realidade. Apresenta contribuições teóricas dos grandes clássicos (Hobson, Hilferding, Lênin, Bukarin, Rosa Luxemburgo, entre outros). Como primeiro desafio de interpretação, Boron (2006:464) apresenta uma premissa sobre as contradições das teorias clássicas, que na sua trajetória estabelece:

a estreita associação existente entre imperialismo e crise do capitalismo metropolitano. Nesta formulação, a expansão imperialista era a solução dos irresolúveis conflitos internos que originavam a crise capitalista nas metrópoles. As depressões, a fome e o desemprego encontravam sua causa de resolução mediante a exportação de capitais e excedentes demográficos para regiões atrasadas. O período que se inicia no final da década de quarenta, entretanto, põe seriamente em crise a dita premissa: trata-se dos

“trinta anos gloriosos” do pós-guerra, a época de maior crescimento jamais experimentado pelas economias capitalistas em seu conjunto. São os anos do capitalismo *keynesiano*, da instauração do “estado de bem-estar” e da maior expansão desse modo de produção em toda história.

Para Boron (2006), o capitalismo jamais não havia apresentado taxas de crescimento tão elevadas ao mesmo tempo, em vários países por tanto tempo, como no período *keynesiano*. Mas é nesse contexto dinâmico de crescimento capitalista do pós Segunda Guerra que o imperialismo estadunidense se expandiu pelos recantos do mundo. Por essa razão, diz Boron (2006:464):

A clássica conexão entre crise capitalista e expansão imperialista ficava, desse modo, quebrada; não somente na crise, mas também na prosperidade o capitalismo embarca em uma desenfreada expansão imperial, desatando a perplexidade daqueles que ainda agarravam-se às formulações das teorias clássicas do imperialismo.

No segundo desafio, Boron (2006:467) apresenta as novidades sobre o imperialismo. Considera que as teorias clássicas estariam em crise, devido à obsolescência das premissas básicas e ao surgimento de novidades no capitalismo contemporâneo: a primeira novidade estaria na “financeirização da economia mundial”, uma mudança significativa no modo de produção capitalista. Dos aproximadamente três trilhões de dólares, que anualmente circulam no sistema financeiro internacional, 90% é capital especulativo. Para Boron (2006:467) há “na realidade uma degeneração involutiva, para o reinado da especulação. É devido a isso que o capital financeiro assume o posto de comando do processo de acumulação em escala global, em detrimento das demais frações do capital”.

Ernest Mandel (1981) analisou a longa onda de expansão do desenvolvimento econômico dos países imperialistas e verificou seu encerramento no final da década de 1960. Segundo o autor, na mesma época iniciou-se uma nova intensificação da luta da classe proletária contra o imperialismo e contra o capitalismo, tendo a “comoção” de maio de 1968, como símbolo dessa ofensiva operária. Porém, alerta que a luta da classe proletária intensificou-se numa época em que não havia desemprego em massa e os salários estavam em alta, muito antes da profunda crise de superprodução. Sem maiores interrupções, a crise imperialista aprofundava-se desde o final da década de 1940 e, apesar dos altos e baixos das mobilizações das massas nos países dependentes, a crise imperialista intensificou-se nas décadas de 1950 e 1960. Mandel considera que a crise imperialista resultou em muitas vitórias pelo mundo afora: a vitória da revolução

chinesa; a segunda guerra da Indochina, que consolidou o Estado dos Trabalhadores no Vietnã do Norte; o começo da revolução argelina; o início do movimento guerrilheiro e a conseqüente vitória da revolução cubana; a expansão de múltiplas iniciativas revolucionárias em diferentes países da América Latina; a independência da Argélia e a intensificação das lutas de libertação das colônias portuguesas no continente africano, entre outras.

A expressão imperialismo geralmente é utilizada para definir a relação política econômica entre países capitalistas desenvolvidos e não desenvolvidos. A partir da Segunda Guerra Mundial, passou a ter uma conotação de opressão e exploração dos países adiantados contra os países atrasados. Essa teoria, atribuída a Lênin, estuda a acumulação capitalista em nível mundial, na fase do capitalismo monopolista. Três pontos sustentam essa teoria: “(1) a análise da acumulação capitalista, (2) a PERIODIZAÇÃO DO CAPITALISMO em fases ou estágios e (3) a localização do fenômeno no contexto da divisão política do mundo em ‘países’”. Derivam dessa compreensão as relações entre os países adiantados e atrasados do capitalismo; os impactos capitalistas sobre sociedades e formações sociais não capitalistas e, por último, a opressão do capital contra os povos subjugados, daqueles que fazem opção pela política nacional (LÊNIN, 1893a, 1897 e 1917 *apud* BOTTOMORE, 2001:187). Na teoria leninista, a “exportação de capital” acontece num mundo dividido em diferentes classes dominantes, representadas politicamente em cada país pelo Estado. Segundo Bottomore (2001:188),

Lênin conferiu ênfase particular à rivalidade intercapitalista, desenvolvendo sua conclusão política básica de que a acumulação na fase imperialista cria a tendência para as guerras intercapitalistas. Foi nesse quadro que ele identificou a Primeira Guerra Mundial como imperialista e que o Comintern identificou, da mesma maneira, a Segunda Guerra Mundial até a invasão nazista da União Soviética.

A teoria leninista do imperialismo segue o mesmo caminho teórico de Marx sobre a acumulação de capital, considerando o sentido da compra e venda da força de trabalho, que reflete a separação entre os operários e os meios de produção -ao mesmo tempo em que esse trabalho resulta em excedente de produção, acumulado pelos proprietários dos meios de produção (BOTTOMORE, 2001). A burguesia local é considerada por alguns autores marxistas, no sentido da teoria leninista, como força antiimperialista, devido às suas contradições frente à burguesia imperialista. Mao Tse-tung, por exemplo, entendia que a luta revolucionária em países subdesenvolvidos segue

duas etapas: a etapa antiimperialista com o objetivo de derrotar as classes dominantes pré-capitalistas e do imperialismo, e a etapa da revolução socialista.

A primeira etapa é chamada por Mao Tse Tung de nova democracia, que estabelece uma aliança entre a burguesia local (em contradição com o capital imperialista), o proletariado e o campesinato. A segunda etapa consistiria no desenvolvimento de um caminho revolucionário socialista. Após a Segunda Guerra Mundial, até a década de 1970, a teoria de Lenin sobre imperialismo não sofreu muitas alterações. Contudo, voltou a ser debatida, particularmente pela teoria da dependência na fase monopolista, devido ao crescimento capitalista em países subdesenvolvidos (BOTTOMORE, 2001).

Em *A crise do imperialismo*, Samir Amin (1977) afirma que, no cenário internacional (1945), a correlação de forças caracterizava-se pela *fluides* e, em consequência disso, os EUA estariam impossibilitados de manter o monopólio da estratégia em nível mundial – especialmente porque, no Oriente Médio, a consolidação de soberanias menos flexíveis, poderiam colocar dificuldades para o Departamento de Estado americano. O antagonismo entre nacionalismos no Oriente Médio poderia fazer escapar dos termos do acordo estabelecido entre Moscou e Washington, no início da Guerra Fria. Amin (1977:187-188) chamou para reflexão a respeito da organização das massas e dos revolucionários (condições subjetivas) para aproveitar o tempo histórico favorável (condições objetivas), no centro e na periferia do capitalismo, mesmo porque a mudança da história não se dá pela fatalidade:

A questão que permanece em suspenso é, paradoxalmente, aquela que mais nos diz respeito: a de saber em que medida as massas trabalhadoras, as forças revolucionárias, tanto da periferia quanto do centro, aproveitarão concretamente esse período de transição. Se não existe resposta é porque ela é fundamentalmente incerta: a instabilidade geral do sistema capitalista abre dois caminhos possíveis; ou os povos tiram dela o máximo partido para fazer avançar sua própria causa – a de uma ruptura radical com o sistema -, ou então o sistema termina mais uma vez vestindo uma nova roupagem, e o centro, dotando-se de formas inéditas de integração da periferia, abre para si mesmo um novo prazo histórico. O futuro não está inscrito em nenhuma fatalidade. Ele depende de nós.

2.1.1 Teorias e práticas neoliberais no mundo, na América Latina e na Venezuela

O neoliberalismo desenvolveu-se logo depois da II Guerra Mundial, na Europa e nos EUA e, no Chile, foi testado na ditadura militar. O sistema neoliberal pode ser

considerada uma reação política e teórica contra o intervencionismo do Estado do bem-estar social (Welfare State). O economista Friedrich August Von Hayek, em sua publicação *O Caminho da Servidão* (*The Road to Serfdom*, 1944) ainda é considerado o maior teórico neoliberal.

Inicialmente, é possível considerar que a fase neoliberal do capitalismo internacional deixou de privilegiar a acumulação de capital a partir da indústria e passou a priorizar a acumulação de capital pelo sistema financeiro. Porém, a lógica do neoliberalismo é a mesma lógica do velho liberalismo econômico de Adam Smith: o mercado deve regular e controlar todas as demais relações: trabalho, produção, negócios, governantes. O artigo *Balanço do neoliberalismo*, em análise de Perry Anderson (*apud* SADER; GENTILI, 1996), apresentou importantes contribuições ao debate. O autor analisa as teorias de Hayek e seus “parceiros” e afirma que, as idéias centrais desses teóricos apontam objetivos claros de combate aos trabalhistas, socialistas, comunistas e em especial ao Estado do bem estar social.

Os teóricos “neoliberais” trouxeram à tona o debate do velho liberalismo: fortalecer a liberdade individual, o livre fluxo do mercado, a propriedade privada para aumentar a lucratividade das empresas e da individualidade burguesa para se sobrepôr à liberdade coletiva. Nesse sentido, acreditam ser necessário reconstruir a desigualdade “natural”, o desemprego “natural”, implantar a idéia do Estado mínimo e o mercado máximo, impor a privatização às empresas estatais lucrativas, quebrar o sindicalismo, etc. Anderson ressalta que essas idéias foram defendidas em tempos de melhor desempenho do capitalismo, do ponto de vista do PIB na Europa Ocidental, entre os anos 50 e 60. Observa-se, então, uma ousadia e determinação dos teóricos neoliberais do “núcleo duro” da ideologia burguesa.

Em 1947, no período de pleno desenvolvimento do Estado do bem-estar na Europa, Hayek convocou uma reunião com os que compartilhavam do seu pensamento (Suíça). Estiveram presentes os adversários do Estado do bem-estar, os inimigos do *New Deal* dos EUA. Além de outros, participaram da reunião: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga. Esses fundaram uma espécie de “franco-maçonomia neoliberal”, chamada de *Sociedade de Mont Pèlerin* (Suíça), com reuniões internacionais de dois em dois anos.

No final da década de 1970, a experiência neoliberal foi desenvolvida no Chile, na Inglaterra e nos EUA; nos anos 80 foi adotada pela América Latina; na década de 90 espalha-se para o resto do mundo. Segundo Anderson, quando se esperava a derrocada do neoliberalismo no início dos anos 90, com as primeiras manifestações de crises sociais e econômicas na Europa Ocidental, a queda do chamado socialismo real do Leste Europeu (1989-91) deu novo fôlego à prática neoliberal. O neoliberalismo afirmou-se na América Latina, inclusive no Brasil, com exceção de Cuba, a partir do chamado Consenso de Washington em 1989. Ao longo de dez anos houve pouca resistência popular mas, na década seguinte, a prática neoliberal dos governos e da iniciativa privada sofreu muitas contestações sociais em vários países latino-americanos. Essa tendência foi confirmada pelas constantes derrubadas de governos que aplicaram os ajustes fiscais, as privatizações, a retirada de direitos e o desemprego estrutural. A Europa, com a vitória do “não” dos franceses e holandeses frente ao plebiscito da unificação européia dos 25 países, presenciou uma rejeição popular ao neoliberalismo, segundo Anderson. Nesse sentido, governos de todas as cores partidárias: ex-comunistas, socialistas, trabalhistas e de direita adotaram as políticas neoliberais. Ressalta-se que em 1996, época do *Balanço do neoliberalismo* de Anderson, a Áustria e a Suécia tiveram governos que não se subordinaram à lógica neoliberal.

Entre os anos 50 e 60, o capitalismo industrial estava no auge (idade de ouro), apresentando a fase de desenvolvimento mais rápida de toda a história do sistema. Naquele momento pareciam pouco prováveis as teorias neoliberais a respeito da regulação da economia pelo Estado do bem-estar. O que causava maior impacto era a regulação social que o Estado exercia sobre a economia com o chamado novo igualitarismo, que segundo Hayek “destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (*apud* ANDERSON, 1996: 10). Os pressupostos teóricos de Hayek defendiam que a desigualdade era um valor positivo – imprescindível – uma necessidade para as sociedades ocidentais. Essa compreensão permaneceu na teoria por aproximadamente 20 anos. Os neoliberais passaram a ser ouvidos em 1973, na grande crise do modelo econômico do pós-guerra, a partir da qual todo capitalismo avançado caiu em uma profunda recessão: baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação.

Hayek e seus seguidores consideravam que as raízes históricas da crise dos anos 70, era o poder excessivo e nefasto dos sindicatos, pois o movimento operário teria

corroído as bases de acumulação de riquezas do capitalismo, com pressões “parasitárias” dos trabalhadores sobre o Estado e as empresas, visando ao aumento dos salários e gastos sociais. Esses dois processos teriam resultado em redução profunda das possibilidades de lucros das empresas, desencadeando processos inflacionários e uma crise generalizada nas economias de mercado. Na realidade, o movimento operário não era o responsável pela crise econômica do pós-guerra, configurada pelo esgotamento de mais uma fase do padrão de acumulação capitalista. Nessa fase, o Estado teve que se fortalecer e assumir o redirecionamento da economia, com as políticas keynesianas do “pleno emprego” da força de trabalho. Porém, uma vez restabelecidas as taxas de acumulação de capital, na fase seguinte a partir da década de 1970, a principal tarefa dos países de capitalismo “avançado” seria a garantia da estabilidade monetária (monetarismo ortodoxo), com poucos recursos destinados para as políticas sociais e as intervenções econômicas.

A nova realidade capitalista exigia do Estado e dos governos a seguinte receita: uma disciplina orçamentária que garantisse a contenção de gastos com bem-estar; restauração da taxa “natural” de desemprego (um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos); imprescindíveis reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos; redução de impostos sobre os rendimentos das empresas. Como resultado, uma “nova desigualdade saudável” voltaria a dinamizar as economias mais desenvolvidas, uma espécie de intervenção anticíclica e de redistribuição social, com o objetivo de retomar o caminho “natural” da acumulação capitalista e do livre mercado. Os teóricos acreditavam que o crescimento econômico retornaria com a estabilidade monetária e os incentivos essenciais restituídos (HAYECK *apud* ANDERSON, 1996).

Nos anos 70, a maioria dos governos da Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDE) aplicou remédios keynesianos às crises econômicas. A partir de 1979, Margareth Thatcher começou a aplicar as políticas neoliberais na Inglaterra e Reagan nos EUA. Kohl as adotou na Alemanha (1982) e Schluter na Dinamarca (1983). Com exceção da Suécia e da Áustria, os países do norte da Europa ocidental aplicaram as políticas neoliberais. Thatcher aplicou políticas neoliberais segundo as teorias de Hayek. Contraíu a emissão monetária, elevou a taxa de juros, baixou drasticamente os impostos sobre os altos rendimentos, aboliu os controles sobre os fluxos financeiros, provocou massivos níveis de desemprego, reprimiu greves, impôs uma nova legislação contra os sindicatos, reduziu recursos para políticas sociais,

privatizou várias empresas estatais, a começar na habitação pública e na indústria de base (aço, eletricidade, petróleo, gás e água).

Na mesma época, nos EUA, não havia Estado do bem-estar no estilo europeu. A competição militar frente à URSS passou a ser a prioridade neoliberal para quebrar a economia e derrubar o regime comunista soviético. Internamente, Reagan reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou a taxa de juros e reprimiu a única greve da sua gestão. Por outro lado, criou o maior *déficit* público de toda história estadunidense em corrida armamentista e gastos militares. Aplicou uma espécie de keynesianismo militar disfarçado. Esse modelo não foi imitado por outros países pois, devido à hegemonia mundial, somente os EUA podiam se dar o luxo de um *déficit* massivo na balança comercial. Diferentemente dos países anglo-saxônicos, na maioria dos países do norte da Europa, os governos de direita aplicaram um neoliberalismo cauteloso e matizado (nos países católicos). Adotaram uma disciplina orçamentária e de reformas fiscais; não fizeram cortes brutais nos gastos sociais nem enfrentaram deliberadamente os sindicatos. No entanto, esses governos aplicaram as políticas neoliberais com maior determinação que os governos social-democratas anteriores.

No sul da Europa, na maioria dos países foram eleitos governos de esquerda, chamados euro-socialistas: na França, Mitterrand; na Espanha, González; em Portugal, Soares; na Itália, Craxi e na Grécia, Papandreou. Esses governos apresentavam-se como alternativa progressista, respaldados pelos movimentos operário-populares, contrapondo-se às políticas conservadoras de governos do norte - como de Thatcher, Reagan e Kohl. Os governos de Mitterrand e Papandreou esforçaram-se para adotar políticas de deflação e redistribuição, de proteção social e de pleno emprego - tentando reproduzir o que foram os governos do bem-estar do norte da Europa no pós-guerra. Porém, o fracasso desses projetos apresentou-se rapidamente. Entre 1982 e 1983, o governo de Mitterrand viu-se forçado pelo mercado financeiro internacional a adotar uma política muito próxima da chamada ortodoxia neoliberal. O governo ao priorizar a estabilidade monetária, aplicou a contenção orçamentária, as concessões fiscais aos detentores da riqueza e deixou de lado a política do pleno emprego. No início dos anos 90, o desemprego na França socialista alcançava índices mais elevados que na Inglaterra conservadora. O governo de González, da Espanha, aplicou políticas monetaristas, privatistas, alinhado com o capital financeiro internacional e em pouco tempo colocou o país no índice mais elevado de desemprego (20% da PEA) na Europa.

Da mesma forma, o neoliberalismo deixou marcas dramáticas na Austrália e na Nova Zelândia - onde o Estado de bem-estar foi desmontado de forma mais cruel e profunda do que no governo de Thatcher. Houve uma vitória ideológica do neoliberalismo nesses países, segundo Anderson (1996). Vários governos social-democratas aplicaram políticas neoliberais com mais rigor que os tradicionais partidos de direita: “No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais (...) Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais” (ANDERSON, 1996:14). Alguns governos da social democracia europeia mantiveram suas políticas de bem-estar até o final dos anos 80, resistindo ao neoliberalismo – como a Suécia e a Áustria. Na mesma época, o Japão também manteve uma política econômica sem a imposição do neoliberalismo. No entanto, nos países da OCDE o neoliberalismo da *Sociedade de Mont Pèlerin* tornou-se hegemônico.

Quanto ao controle inflacionário do neoliberalismo, a grande inflação dos anos 70 foi detida, como prioridade imediata do projeto. A taxa de inflação nos países da OCDE caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, com tendência de queda nos anos 90. A deflação como condição para a recuperação de lucros tornou-se real para as empresas. Nos anos 70, a taxa de lucros das indústrias da OCDE caiu aproximadamente 4,2%; nos anos 80 subiu 4,7%. Na Europa ocidental, a queda nos anos 70 foi de 5.4 pontos negativos para 5.3 pontos positivos nos anos 80. Uma das principais razões desse aumento da taxa de lucros das empresas foi a retração do movimento sindical. Deve-se considerar que, para liberar os lucros, a reestruturação produtiva neoliberal alterou a relação capital-trabalho, com a terceirização e a política da “livre negociação” entre empregados e patrões. Tais medidas restringiam os direitos dos trabalhadores, reduziam os salários e, conseqüentemente, enfraqueciam a organização sindical, com uma drástica redução de greves e dos salários, acompanhada pelo crescimento do índice de desemprego. A postura do sindicato passou a ser mais moderada frente ao crescente desemprego, concebido como “natural” frente à chamada eficiência da economia de mercado. Nos países da OCDE, o índice de desemprego, nos anos 70, atingia 4% da PEA, e nos anos 80 chegou 8%.

Com as políticas neoliberais, a desigualdade econômica aprofundou-se nos países da OCDE: os tributos sobre os salários mais altos caíram em média 20% nos anos 80; e os valores das bolsas em geral aumentaram quatro vezes mais que os salários dos

trabalhadores. Pode-se acrescentar que o neoliberalismo também produziu deflação, aumentou lucros, produziu desemprego, diminuiu gastos com salários, quebrou os sindicatos, reduziu gastos sociais, quebrou a social-democracia ou o trabalhismo europeu. Porém, todas essas medidas foram adotadas como meios para realizar uma estratégia histórica: “a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70. Nesse aspecto, no entanto, o quadro se mostrou absolutamente decepcionante” (ANDERSON, 1996:15). O resultado obtido foi uma curva descendente na capacidade produtiva ou de investimentos nos países de capitalismo avançado. Nos anos 60, as cifras anuais atingiam 5,5%; nos anos 70, 3,6%; e 2,9% na década de 1980.

Mas, por que o aumento dos lucros não se transformou em recuperação dos investimentos e em produtividade? Segundo Anderson (1996:16): “Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva”. O autor observa que durante os anos 80 aconteceu uma explosão dos mercados de câmbio internacionais, com transações meramente monetárias e parasitárias, que acabaram diminuindo o comércio de mercadorias reais, materiais. Essa seria a razão principal do fracasso do neoliberalismo – e não os gastos sociais do Estado do bem-estar que, mesmo apresentando uma relativa redução de gastos sociais, do ponto de vista absoluto do Produto Nacional Bruto (PNB) médio anual, não caiu, mas aumentou de 46% para 48% nos países da OCDE nos anos 80.

Como explicar esse paradoxo? Dois motivos básicos: primeiro, o Estado gastou bilhões em questões sociais frente ao desemprego; segundo, o Estado gastou outros bilhões em aposentadorias e pensões com o crescimento do número de aposentados nesses países. A dívida pública dos países do “capitalismo avançado” pode servir de ilustração do paradoxo. Em 1991, na Inglaterra e nos EUA, a dívida pública assumiu dimensões alarmantes no mesmo período em que ocorria uma recessão econômica mundial – uma ironia ou uma transferência de recursos? Frente à recessão econômica da década de 90, nos países da OCDE, todos os índices econômicos tornaram-se muito sombrios. Em 1996 havia cerca de 38 milhões de desempregados, quase duas vezes a soma total da população da Escandinávia, segundo Anderson (1996).

Nos anos 90, esperava-se uma reação da sociedade contra o neoliberalismo – responsável pela alarmante crise mundial. Contudo, a política neoliberal conseguiu reforçar-se na Europa. Thatcher conseguiu eleger seu sucessor, Major em 1992 na Inglaterra. A Suécia, que nos anos 80 resistiu ao neoliberalismo, elegeu uma frente unida de direita. Na França o socialismo se enfraqueceu frente ao neoliberalismo nas eleições de 1993. Na Itália, uma coalizão, que incorporou inclusive um partido fascista, elegeu Berlusconi. Na Alemanha, avaliava-se que Kohl permaneceria. Na Espanha, a direita estava às portas do poder. Não somente por conta das vitórias eleitorais, o neoliberalismo, demonstrava grande vitalidade e forte dinâmica. As privatizações de empresas estatais nos governos da Alemanha, Itália e Áustria são exemplos disso. Mesmo partidos e governos que formalmente se opunham ao neoliberalismo, na prática o adotavam, caracterizando uma hegemonia neoliberal, mesmo em meio a uma situação econômica desastrosa. Nos EUA, Clinton reduziu o *déficit* orçamentário e adotou uma legislação contra a delinquência, um dos lemas também adotados pelos trabalhistas da Inglaterra.

O neoliberalismo manteve-se, mesmo em crise, devido à grande vitória contra o chamado socialismo real, anunciada pela derrota da URSS entre 89 e 91, que ao longo de muitos anos estava definhando. A queda oficial do “socialismo real” do Leste Europeu ocorreu no momento exato em que o neoliberalismo atingia seu limite no Ocidente. Frente ao colapso da experiência soviética, o capitalismo neoliberal comemorou essa vitória política como o fim da Guerra Fria. Vários governos de países ex-comunistas adotaram as idéias de Hayek e Friedman, a exemplo de Balcerovicz na Polônia, Gaidar na Rússia, Klaus na República Tcheca. Esses governos adotaram e defenderam o neoliberalismo com mais intransigência que nos países do Ocidente. Realizaram privatizações mais amplas e rápidas; reduziram a produção drasticamente; promoveram a desigualdade, empobrecendo a maior parte da população em níveis piores aos conhecidos no Ocidente. Paralelamente, ocorreram reações populares na Polônia, Hungria e Lituânia e a eleição de governos ex-comunistas, que adotaram políticas pouco diferentes das neoliberais. Tais governos utilizaram como mecanismos de controle, a deflação, as privatizações, e a desmontagem dos serviços públicos, intensificando a polarização social e o crescimento de capital corrupto.

Na América Latina, o neoliberalismo começou a ser adotado em larga escala a partir da década de 90. O Chile, na ditadura de Pinochet (uma das mais cruéis ditaduras

militares do pós-guerra) realizou a primeira experiência com o projeto neoliberal nos anos 70, seguindo as teorias de Friedman (assessor de Pinochet) e de Hayek – que entendia que a democracia não era um valor fundamental para a implantação do neoliberalismo. Friedman e Hayek acompanharam com admiração o crescimento da política econômica do Chile durante e após ditadura militar.

A experiência neoliberal consolidou-se em vários governos de países da América Latina, a exemplo de Salinas, no México (1988); Menem na Argentina (1989), Carlos Andrés Pérez na Venezuela (1989); Fujimori no Peru (1990). Andrés Pérez inclusive fraudou o resultado eleitoral a seu favor. As experiências do México, Argentina e Peru consolidaram-se como neoliberais com a concentração de poder do executivo. Realizaram a deflação, o desemprego, a desregulamentação da economia e a privatização. A Venezuela, com uma democracia partidária mais contínua, não passou pelas ditaduras militares da América Latina desde os anos 50, mas, igualmente, o segundo governo de Pérez e o neoliberalismo fracassaram naquele momento. Na América Latina as políticas neoliberais não foram implantadas somente com governos ditatoriais. Na Bolívia, tanto no governo de Paz Zamora quanto no governo de Sanchez Losada, foi implantado drasticamente - seguindo as políticas chamadas democráticas anteriores.

2.1.2 Imperialismo estadunidense na América Latina e na Venezuela.

No sentido da concentração de riquezas, Galeano (1981:226) afirmou que existe uma concentração burguesa estadunidense maior na América Latina do que nos próprios EUA, que as burguesias locais se associaram e os Estados nacionais se encolheram em função dos capitalistas internacionais:

Os capitalistas norte-americanos se concentram, na América Latina, mais agudamente que nos próprios Estados Unidos; um punhado de empresas controla a imensa maioria das inversões. Para elas, a nação (...) nada mais é do que um obstáculo a saltar (porque às vezes a soberania incomoda) e uma succulenta fruta a devorar. Para as classes dominantes dentro de cada país, constitui a nação, pelo contrário, uma missão a cumprir? A grande corrida do capital imperialista encontrou a indústria local sem defesas e sem consciência de seu papel histórico. A burguesia se associou à invasão estrangeira sem derramar lágrimas nem sangue; quanto ao Estado, sua influência sobre a economia latino-americana, que vem se debilitando há duas décadas, reduziu-se ao mínimo, graças aos bons ofícios do Fundo Monetário Internacional.

Em sua análise econômica do capitalismo, Galeano (1981) apresentou as seguintes reflexões: 1ª) devido à importância estratégica para a economia estadunidense, os capitalistas apostam em negócios latino-americanos. Algumas poucas empresas dos EUA garantem o controle da maioria das inversões econômicas da América Latina; 2ª) os Estados nacionais são espaços institucionais privilegiados para garantir os negócios das empresas estadunidenses; 3ª) as nações latino-americanas e caribenhas têm pouco controle sobre os negócios estadunidenses na região; 4ª) a burguesia interna de cada país se associou às corporações imperialistas pacificamente; 5ª) os Estados nacionais da região debilitaram muito nas duas décadas anteriores (1960-1980) devido à influência e controle do FMI. Galeano acrescentou que o petróleo continua sendo a principal matéria-prima ou o principal motor do capitalismo e que, nessa época, os EUA importavam a sétima parte do petróleo de consumo interno (1981:147):

O petróleo continua a ser o principal combustível de nosso tempo, e os norte-americanos importam a sétima parte do petróleo que consomem. Para matar vietnamitas, precisam de balas, e balas precisam de cobre: os Estados Unidos compram fora de suas fronteiras a quinta parte do cobre que gastam. A falta de zinco se torna cada vez mais angustiada: cerca da metade vem do exterior. Não se podem fabricar aviões sem alumínio, e não se pode fabricar alumínio sem bauxita: os Estados Unidos quase não têm bauxita. Seus grandes centros siderúrgicos – Pittsburgh, Cleveland, Detroit – não encontram ferro suficiente nas jazidas de Minnesota, que estão a caminho de se esgotarem, nem têm o manganês do que necessita. Para produzir motores da retropropulsão, não contam com níquel nem com cromo em seu subsolo. Para fabricar aços especiais, é preciso ter tungstênio: importam a quarta parte.

A administração Bush mobilizava todos os tipos de forças, em especial a militar para a sua política unilateralista, coercitiva e de poder linha dura na defesa da segurança energética e econômica dos EUA no mercado mundial. Em seu governo, com a chamada *Estratégia da máxima extração*, percebe-se a total falta de preocupação com a redução de consumo de energia e da busca de fontes energéticas alternativas. Dessa maneira, buscava garantir oferta cada vez maior de combustíveis, tanto no mercado interno como no externo, evitando a escala de preços e a escassez (FUSER, 2008:207 *apud* BUJIKIAN, 2009:113). A *National Energy Policy* (NEP) defende que os EUA reduzam sua dependência externa quanto à produção de petróleo e gás natural, aumentando sua produtividade interna. Contudo, a exploração interna não será suficiente para suprir o consumo interno, pois mesmo realizando a extração em áreas protegidas por questões ambientais, a meta continua sendo buscar fontes petrolíferas adicionais em outros países.

Entre os quinze maiores exportadores de petróleo do mundo para os EUA, em 2008, a América Latina apresentou o seguinte quadro: a Colômbia em 11º lugar; o Equador em 10º lugar; o Brasil em 8º; a Venezuela em 4º lugar e o México em 2º lugar (EIA, 2009 *apud* BOJIKIAN, 2009). Segundo dados do *U.S. Department of Energy* (DOE), em 2002, a greve do setor petrolífero venezuelano, que provocou uma perda aproximada de três milhões de barris de petróleo diário, provou que a dependência dos EUA frente ao fornecimento de petróleo daquele país é significativa. Duas razões básicas dos EUA mantêm a comercialização de petróleo da Venezuela: a proximidade geográfica e o preço competitivo. Além disso, as refinarias estadunidenses estão estruturadas para refinar petróleo pesado, a exemplo da importação feita com a Venezuela. Por essa razão, a relação comercial com a Venezuela torna-se mais econômica para os Estados Unidos do que importar petróleo leve do Oeste da África (DOE: 2003 *apud* BUJIKIAN, 2009).

A América Latina indica potenciais reservas petrolíferas, na ordem de 272 bilhões de barris, em águas profundas e em reservas “não convencionais”. Na Venezuela, trata-se do óleo extrapesado do rio Orinoco, porém, a custos elevados e em processo lento de exploração (FUSER, 2008 *apud* BOJIKIAN, 2009). A partir da década de 1990, as reformas econômicas na América Latina, trouxeram preocupação para o ex-presidente Bush. Sua administração esperava o comprometimento desses países com os interesses estadunidenses, pois contavam com apoio dos governos latinos na função de hospedeiros dos investimentos dos EUA. A atenção especial voltou-se para a Venezuela, a Bolívia, a Argentina e o Equador, vistos como ameaça aos interesses dos EUA.

A respeito da importância estratégica do petróleo venezuelano frente ao cenário de guerras e demais missões militares dos EUA, Galeano (1981:149) enfatizou: “Na Venezuela, no grande lago de petróleo da *Standard Oil* e da *Gulf*, tem lugar a maior missão militar norte-americana da América Latina”. Para Petras (2002), a respeito do imperialismo estadunidense na América Latina, a estratégia central do ex-presidente George W. Bush (2000-2008) era a segurança nacional, e o sucesso dessa estratégia foi assegurado pelas metas de sua política econômica. O seu governo seguiu os mesmos interesses e valores de um internacionalismo típico do pós-guerra fria, política que marca sucessivas administrações entre democratas e republicanos nos EUA. Todos os esforços de política externa são feitos para garantir: mercados abertos nos países

clientes para exportação de seus produtos; a prosperidade econômica dos EUA; a manutenção da estabilidade de um sistema monetário internacional; e a manutenção de acesso ao petróleo e ao gás natural, como principais recursos energéticos. No ex-governo Bush, o sentido geral da política econômica, direcionada para segurança nacional, vinculava-se diretamente com a segurança energética.

A estratégia venezuelana de petróleo, no governo Chávez não alterou as cotas de exportação para os EUA. Porém, esse governo adotou uma política de diversificação na comercialização de petróleo com outros países, como Índia, China e outros países da América Latina. Entre os diferentes acordos da Venezuela, foi assinado um acordo de cooperação com Cuba, pelo qual fornece petróleo na ordem de 53 mil barris diários e, em contrapartida, recebe serviços sociais, especificamente na saúde (BARBOSA, 2005 *apud* BOJIKIAN, 2009). Outro exemplo de acordo é o *PetroCaribe*, firmado entre a Venezuela e os países caribenhos, estabelecendo que o petróleo venezuelano será comprado por esses países com um desconto temporário entre 30 e 40%, frente ao preço de mercado.

A Venezuela cobrará uma taxa de juros, entre 1% e 2% sobre o valor descontado no preço do petróleo nacional frente ao preço do mercado, durante os próximos 15 ou 20 anos (PDVSA, 2005 *apud* BOJIKIAN, 2009). Vale lembrar que empresas estadunidenses são fornecedores de petróleo no Caribe. A Venezuela, além de ser o 4º maior fornecedor de petróleo para os EUA, é também responsável por 15% do refino do petróleo estadunidense, através da *Citgo* (subsidiária americana da PDVSA). Os investidores internacionais ficaram preocupados com a notícia de uma eventual retirada da PDVSA do mercado de refinaria com a venda da *Citgo* nos EUA (*NEW YORK TIMES*, 2 de fev. 2005; *USA TODAY*, 1 de nov. 2006 *apud* BOJIKIAN, 2009).

Segundo declarações do diretor da CIA no Congresso dos EUA, a aproximação do governo Chávez com Cuba e China ameaça os interesses estadunidenses na América Latina (BARBOSA, 2005 *apud* BOJIKIAN, 2009). As declarações do senador republicano Richard G. Lugar, de Indiana, demonstram que os EUA aprofundaram a crítica contra políticas de governos latino-americanos: “as ameaças da Venezuela de cortar o fornecimento de petróleo e a recente nacionalização do gás na Bolívia revelaram a vulnerabilidade da segurança nacional diante da manipulação política da energia” (LUGAR, 2006 *apud* BOJIKIAN, 2009:118).

2. 2 Críticas à teoria da globalização econômica nos Estados do Terceiro Mundo

No contexto do imperialismo estadunidense atual, Petras (2002) contestou a teoria da globalização, apresentando os números do crescimento econômico dos EUA nos últimos 50 anos e a estagnação e crise no Japão. Os globalistas sustentam que houve uma “revolução tecnológica”, acabando com os limites entre Estados e edificando uma “nova economia global”, na qual as forças produtivas teriam recebido um novo impulso de desenvolvimento. Nessa “revolução tecnológica” e “nova economia global”, as nações-Estado e as economias de cada país teriam se tornado descartáveis. Petras (2002:152) criticou os argumentos dessa teoria, apresentando números econômico-sociais:

A comparação do crescimento da produtividade nos Estados Unidos nos últimos 50 anos não apóia o argumento globalizador. Entre 1953-73, antes da chamada revolução da informação, a produtividade cresceu, em média, 2,6% naquele país; com a introdução dos computadores, a produtividade, entre 1972-95, cresceu menos da metade. Incluindo o chamado boom de 1995-99, o crescimento da produtividade ficou situado em 2,2%, abaixo, portanto, das cifras do período anterior aos computadores. O Japão, país que faz uso mais extensivo de computadores e robôs, vem sendo palco de mais de uma década de estagnação e crise. Entre os anos 2000-01, o setor da informação caminhou para uma profunda crise. Dezenas de milhares de trabalhadores foram despedidos, centenas de empresas suspenderam pagamentos, a cotação das ações caiu em torno de 80%. A bolha especulativa, que definiu a chamada “economia da informação” estourou.

Petras (2002) afirmou que, se fossem computados os números dos imigrantes ilegais, que nos anos 1990 inflaram o mercado de trabalho (cerca de 05 milhões não contabilizados) dos EUA, haveria uma redução para abaixo de 2% dos índices de produtividade (a medição é feita pela divisão da produção com o número de trabalhadores regulares). Segundo Petras (2002), o debate sobre os Estados do Terceiro Mundo (ETM) deve ser feito no contexto histórico. No período de 1945-75, a maioria dos países terceiro-mundistas aplicou políticas socioeconômicas contrariando as determinações do FMI e do Banco Mundial (BM). Fator determinante nesses países foi uma política dos ETM impulsionada pelas classes sociais, pelas alianças políticas e pela pressão do movimento de massas. A existência ou não da URSS, portanto, não fez qualquer diferença. Os Estados imperialistas, em particular, os EUA, durante esses 30 anos pressionaram o ETM para a privatização de empresas estatais, a liberação das suas economias, a redução do “custo social” dos trabalhadores, entre outros. A maioria dos ETM não se rendeu às pressões da chamada “globalização” dos imperialismos.

Para aprofundar a imposição imperialista, duas mudanças básicas teriam acontecido no cenário internacional. Primeira mudança: os EUA usaram seus poderes imperialistas, com “ofensivas militares e forças mercenárias” (PETRAS, 2002:162) na América do Sul, na América Central, na Ásia e no Sul da África, destruindo as economias de cunho nacional, e as de cunho socialista, em países que até então rejeitavam a política econômica liberal. Segunda mudança: uma “nova classe capitalista transnacional” (CCT) ascendeu ao poder, composta essencialmente por funcionários públicos de altos cargos, ligados ao sistema financeiro internacional (contas e investimentos no exterior, envolvidos com exportações, etc.). Essa CCT dos ETM implantou a política neoliberal e garantiu os privilégios dos poderes imperialistas, que em relação dinâmica produz a errônea expressão “globalização econômica”. Frente à errônea nomeação da atual forma de expansão capitalista, o que realmente ocorreu, de acordo com Petras (2002), foi a recolonização dos países terceiro-mundistas pelos imperialistas, contando com o empenho central da “nova classe capitalista transnacional” (CCT). Para Petras (2002:162): “Os ETM são descritos pelos teóricos da globalização como desprovidos de qualquer poder, sem os atributos de um Estado e, incapazes de resistir às forças da globalização”.

O primeiro equívoco dos globalistas teria sido agrupar os diferentes Estados do Terceiro Mundo em uma única categoria, sem fazer a necessária distinção entre eles e o tempo histórico, que no passado desempenharam papéis distintos do período da neocolonização contemporânea. O segundo equívoco dos globalistas: não consideraram a realidade de que os ETM assumiram papel ativo na implantação de políticas que liberaram as economias para a dominação do capital externo. O terceiro equívoco: não conseguem explicar a variação na atuação política dos ETM frente ao programa liberal dos imperialistas. No quarto equívoco, os globalistas não entram no mérito da existência da nova CCT, que se projetou pelo Estado e na atualidade sustenta o programa liberal. O quinto equívoco: subestimam a capacidade e a profundidade da intervenção do Estado nas sociedades e economias liberais, taxando como fraco o Estado que não consegue garantir o bem-estar social à população.

Petras (2002:163) afirmou ainda que o Estado está em função de dois distintos interesses de classe: a nova burguesia estatal (CCT) e a burguesia imperialista: “De fato, o Estado neocolonial é tão ativo, regulador e intervencionista quanto o Estado populista

ou o Estado do bem-estar social, mas sua atividade, regras de intervenção estão direcionados para interesses de classe diferentes: o capital estrangeiro e a CCT”.

2.2.1 Estados Unidos como única superpotência do mundo, após a queda do bloco soviético

O papel que os EUA desempenham como potência de integração e organização do imperialismo, conforma uma segunda novidade. Essa situação agravou-se com a desintegração da União Soviética, dando fim à bipolarização. O imperialismo estadunidense colocou todos os outros possíveis rivais sob sua hegemonia; Japão e União Européia não passam de coadjuvantes das decisões que vem dos EUA, completa Boron (2006:467): “o velho sistema imperialista, ao contrário, tinha múltiplos rostos por ser resultado de um balanço de poder muito mais complexo no qual o poder do *primus inter pares*, desempenhado por longo tempo pelo Reino Unido, apenas se distinguiu do resto”.

Boron (2006:482) enfatizou que o imperialismo estadunidense instalou-se militarmente no sistema internacional, de tal maneira que não se encontra precedentes em toda a história. Porém, essa militarização internacional não garante aos EUA, uma “ordem” estável e previsível. O império conseguiu acentuar o controle internacional com sua política econômica, mas à custa da exposição extraordinária das suas contradições, que apresentam obstáculos políticos, já no curto prazo. O autor destacou o fracasso da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancun, além da longa lista de tropeços que o império vem sofrendo no último período. Os EUA também enfrentam dificuldades políticas em suas relações com países do Sul, historicamente marginalizados, mas “em processo de ativação e resistência – ainda que em grau desigual segundo as regiões do mundo”. Do ponto de vista ideológico, percebe-se que os EUA não vivem mais nos seus “tempos de ouro”, nem são vistos como referência de “vanguarda intelectual e moral”. O prestígio do chamado *American way of life* sofreu um enorme abalo (interno e externo), ferindo sua capacidade de comandar o mundo. Por isso, ao invés de se falar em “hegemonia imperial” ou “hegemonia norte-americana”, deveria se falar em “dominação” norte-americana, finaliza Boron (2006).

2.2.2 Novos instrumentos de dominação dos EUA: FMI, OMC, BID e o Banco Mundial.

Para Boron (2006:468), os novos instrumentos de dominação, em substituição ou complementação dos anteriores (século XX), conformam a terceira novidade do imperialismo. Em destaque, o papel do FMI e das mal denominadas “instituições intergovernamentais” (Banco Mundial, OMC...), que devido à sua estreita dependência frente ao governo estadunidense, acabam se transformando em “extensões da Casa Branca”. O exemplo citado pelo autor é a designação feita pelo ex-presidente Bush, de Paul Wolfowitz para presidir o Banco Mundial, a despeito da repulsa do mundo inteiro. A política econômica imposta por essas “instituições intergovernamentais” penaliza os países do capitalismo periférico com a pesada dívida externa, que no final das contas satisfazem os interesses estadunidenses. Segundo Boron (2006:468):

O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o BID, no caso da América Latina, têm um papel estratégico na implementação destas políticas, pressionando ora com brutalidade, ora com luva de pelica, a favor de políticas governamentais que facilitam o controle praticamente total das economias periféricas pelo capital imperialista, sobretudo norte-americano.

José Martins (2005:148) fez uma análise da economia mundial a partir das declarações do representante comercial dos EUA, Robert Zoelick, que esclareceu como serão as futuras relações de seu país com a OMC: “Nós estamos começando a nos movimentar para o outro lado. Estivemos sempre engajados na OMC, mas não vamos esperar pra sempre”. Após o fracasso da reunião da OMC em Cancun, os representantes do império tornaram pública sua política econômica de ruptura com a OMC. O secretário da Agricultura dos EUA, Clayton Yuter fez uma avaliação mais pessimista frente à OMC: “Minha hipótese é que nunca mais vamos ter uma reunião multilateral. Não iremos mais passar por isso”. Na nova organização do comércio internacional, Yuter prevê apenas 18 países industrializados. Ao invés de se reunir com 148 ou até 200 países, quase *‘banquirrotos’*, os de maior desenvolvimento industrial se reunirão para definir os caminhos do comércio internacional. Entre os países chamados de *‘banquirrotos’* por Yuter, segundo avaliação de Martins, estão os países da América do Sul e inclusive o Brasil.

O protecionismo agrícola dos governos dos EUA, do Japão e da Europa segue a mesma lógica de benefícios aos proprietários rurais e fazendeiros. A produção agrícola estadunidense, entre outras produções de sementes, resulta em 80 milhões de toneladas

de soja e 120 milhões de toneladas de trigo. O governo federal banca a renda fundiária e a massa de lucro dos proprietários fundiários e fazendeiros, política que provoca muita reação dos governos e proprietários rurais latino-americanos. Martins (2005:149) adverte que:

Tem muita gente que ainda não entendeu a particularidade da produção agrícola no regime capitalista. Por isso, é difícil entender que, ao contrário da produção de bens de luxo e de armamentos, a produção de alimentos é um tipo de produção inadequada geneticamente com a valorização do capital, quer dizer, a produção de alimentos é totalmente incompatível com a produção de lucro.

Segundo Martins (2005), nos países dominantes do capitalismo, a propriedade territorial e sua conseqüente produção agrícola não são tratadas como uma questão de mercado, mas como uma questão de Estado. Os governos latino-americanos precisam entender que fábricas de frangos, de queijos e de ovos não seguem a mesma lógica de fábricas de aviões de combate, radares, automóveis, televisores, entre outros. Nesse sentido, até mesmo os governos capitalistas de primeiro mundo garantem um maior protecionismo à produção de alimentos, do que às mercadorias produzidas pelos trabalhadores, “sem subsídio estatal, não haveria produção agrícola no regime capitalista. Essa é uma lei geral. Pode-se admitir a produção industrial urbana sem grandes subsídios nas economias dominantes, pelo menos nos períodos de prosperidade de lucros”, diz Martins (2005:149).

No mercado mundial, o protecionismo agrícola dos países dominantes é um problema essencialmente político e social, além de econômico, que não implica acordos multilaterais com economias de países dominados. Nas economias dominadas, os governos do Brasil, China, Índia e Rússia (como exemplos de territórios e populações continentais), não estão lutando contra a política “protecionista dos ricos”, como dizem alguns:

Na verdade, fazem esse espetáculo apenas para esconder da sua população faminta e desempregada que eles estão mais do que dispostos a continuar abrindo e desregulamentando seus mercados internos para satisfazer as necessidades financeiras e industriais dos seus padrões imperialistas (MARTINS, 2005:150).

Para Petras (2002), o Banco Mundial e o FMI conseguiram eliminar as barreiras para a entrada estrangeira nos países da região. *Wall Street* detêm a confiança dos elementos fundamentais de decisão dos bancos centrais e dos ministros da economia. Essas são as relações político-estruturais das instituições estrangeiras e nacionais que

representam tanto a causa quanto às conseqüências do sistema neoliberal - e que fundamentam a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

2.3 Economia nacional dependente frente ao neoliberalismo e ao imperialismo.

Em balanço do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no XIV Congresso Nacional, entre os dias 09 e 12 de outubro de 2009, foi apresentada uma análise da política econômica do capitalismo mundial e sua relação com os Estados nacionais. Essa análise facilita a compreensão do caso venezuelano:

Para exercer o seu alcance global, o capitalismo precisa dos Estados nacionais para manter as condições vitais ao sucesso de suas operações, ou seja, todo um aparato legal, político, administrativo e coercitivo capaz de prover a ordem necessária à manutenção do sistema de propriedade numa situação de cada vez mais violenta desigualdade. Além disso, o capital global se beneficia do desenvolvimento desigual e da diferenciação existente nas diversas economias do mundo, que proporcionam fontes baratas de trabalho e de recursos, ao mesmo tempo em que controlam a mobilidade da mão de obra. A forma política do capitalismo global, portanto, não é um Estado global, mas um sistema global de múltiplos Estados locais. (XIV CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 2009:159).

O imperialismo estadunidense necessita da desigualdade entre as economias regionais e nacionais, para o fortalecimento do capital com a diferenciação na economia internacional. Essa política econômica permite a mobilidade das grandes empresas para a exploração da força de trabalho mais barata. A relação entre Estado e capital, política e economia produzem conflitos e contradições que resultam em instabilidades para a economia mundial. Na realidade local, em cada país, no “chão” da produção e da distribuição de mercadorias, a luta de classes se concretiza, mas mudanças e mobilizações sociais se fortalecem devido às contradições históricas em curso. Os amplos movimentos de massa contra a ALCA e demais políticas neoliberais, assim como o surgimento de governos populares na América Latina são exemplos disso.

Para o PCB (2009) os Estados tomaram medidas para livrar o grande capital da crise, desmoralizando a propaganda ideológica do neoliberalismo, que afirmava a auto-regulação da economia. Caiu por terra o mito de que o Estado não tem papel na economia ou nas privatizações, do “fim da história” e da “credibilidade das agências de risco”. Ao mesmo tempo, o partido analisou o sentido da crise econômica mundial,

como desgaste do imperialismo unipolar, abrindo caminho para saídas imperialistas multipolares e também um novo espaço para o ideário socialista:

A crise tende a ampliar o desgaste político do império estadunidense, reforça os conflitos interimperialistas e a tendência à multipolaridade, abrindo novos espaços para a propaganda do socialismo, mesmo que os trabalhadores continuem submetidos a processos de fragmentação e precarização, que dificultam sobremaneira a sua organização (...). O desenrolar da crise depende fundamentalmente, da correlação de forças verificada nos embates sociais que virão. As dimensões da crise e as dificuldades de sua superação sinalizam para o acirramento da luta de classes e para a retomada do movimento de massas em caráter mundial, abrindo novas possibilidades de enfrentamento no sentido da transformação e da derrocada do sistema capitalista (PCB, 2009:164-165).

O avanço tecnológico está sendo muito importante para a transferência, interação e acúmulo de capitais, em qualquer parte do mundo, além de produzir a fragmentação da classe trabalhadora. O processo imperialista de capital contemporâneo, sob hegemonia do capital financeiro, encontra na reestruturação produtiva uma grande aliada, segundo teses do PCB (2009:167):

O predomínio atual do capital monetário (...) não significa, portanto, a redução da extração de mais valia. Ao contrário, a existência de massas concentradas de capital monetário impulsiona e exige a intensificação da concorrência, sobretudo entre os trabalhadores, mas também entre os capitalistas que, ligados diretamente à produção, controlam parcelas desiguais de capitais. Todo o processo recente de reestruturação produtiva só faz confirmar, com os inúmeros exemplos de fragmentação da classe trabalhadora e pulverização das unidades empresariais, que a concentração de propriedade estimula e impõe a concorrência entre gestores do capital e entre os trabalhadores como necessidade imperiosa para a reprodução do capitalismo.

Contudo, vale lembrar que não é a concorrência exacerbada que divide os capitalistas, pois eles mantêm profunda unidade de classe, em especial nos mecanismos de expropriação do operariado. A burguesia está integrada mundialmente no chamado capitalismo globalizado, cuja concentração de capital se aprofunda cada vez mais. Ao mesmo tempo em que está presente em qualquer parte do planeta, conta com o papel preponderante do capital monetário para financiar os mais diversos “empreendedorismos”. Ao mesmo tempo em que se presencia um capitalismo globalizado, atuando no mesmo sentido da concentração e da exploração, observa-se um mundo cada vez mais socialmente desigual, com profunda disparidade: salarial, condições de trabalho e de preços. As “condições sociais objetivas” da luta de classes servem de parâmetro para balizar a luta contra o capitalismo na atualidade. A

contradição entre capital e trabalho continua sendo a premissa principal dos comunistas para organizar o operariado contra o capitalismo.

2.3.1 Bases militares dos EUA na América Latina, Comando Sul e as resistências populares.

Gravura 2 – Presidente dos EUA Barack Obama continua criando novas bases militares na América Latina.



Fonte: <http://casagrande.posterous.com/estados-unidos-mantem-bases-mi> (07 out 2009).

Petras (2002:11-71), em *Império e políticas revolucionárias na América Latina*, entre outros assuntos, analisa “Do neoliberalismo ao neomercantilismo” e a “Construção do império na América Latina: a estratégia militar dos Estados Unidos”. O autor discute o problema fundamental enfrentado pela administração Bush para a expansão e consolidação do império em um cenário de recessão econômica no eixo Europa-Estados Unidos; considerando a crise, no mesmo sentido, na Ásia e na América Latina. Segundo o autor, a pergunta central a ser respondida pelos EUA é: Como enfrentar a crescente oposição ao império na América Latina, Rússia, China, Europa

Ocidental e até nos EUA? Trata-se de uma avaliação feita no tempo de transição do ex-governo Clinton para o ex-governo Bush (filho), dos objetivos estratégicos, diferenças de estilo e táticas, dos setores do capital e da política externa dos Estados Unidos, particularmente na América Latina (KLEIN, 2005).

Na segunda e terceira partes do seu trabalho, o autor tratou da preocupação de Washinton quanto à crise e à expansão do império, afirmando que a ofensiva dos EUA ocorre com as “guerras frias”, produzidas pelo aumento da militarização, confronto ideológico e intervenção agressiva nos países de Terceiro Mundo, sob o pretexto de “ameaça externa” à segurança estadunidense. A primeira guerra fria ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial para derrotar o avanço revolucionário e anticolonialista da Europa, Ásia, África e América Latina, em curso após a derrota do nazi-fascismo. A segunda guerra fria teria sido lançada pelo governo Carter (depois da derrota dos EUA frente à Indochina), com o objetivo de isolar e derrotar os movimentos antiimperialistas na América Central (Nicarágua), no Oriente Próximo (Irã), no Sul da Ásia (Afeganistão), no “chifre” da África (Etiópia/Eritreia) e na África Meridional (Angola, Moçambique/África do Sul). A terceira guerra fria seria a deflagrada pelo ex-governo Bush, tendo como desafios, as crises econômicas, a sustentação e a ampliação do império.

O propósito dessas “guerras frias” do império seria subordinar os países aliados à condição de “regimes clientes”, estendendo e ampliando o império contra os desafios e as lutas dos movimentos sociais. A estratégia militar mais latente dos Estados Unidos na América Latina materializou-se pelo Plano Colômbia-Iniciativa Andina e a ALCA e, mais recentemente, pelo treinamento militar no Paraguai. O *Plano Colômbia* foi apresentado pelo império como esforço para erradicar a produção e o comércio de drogas, que se realizam nas zonas controladas pelas guerrilhas. Porém, esse esforço é visto, pelos seus críticos como política estadunidense, no sentido de eliminar militarmente as guerrilhas colombianas, inclusive reprimindo comunidades camponesas que as apóiam.

Petras (2002:60-71) registrou a presença do poder militar dos EUA dentro das forças armadas latino-americanas, que estão legitimadas pelos interesses econômicos das grandes empresas, particularmente, das fontes energéticas. Em discurso frente ao Senado dos EUA, o general Pace teria afirmado: “A América Latina e o Caribe fornecem-nos mais petróleo que todos os países do Oriente Médio”. Segundo o general

Pace, a imigração ilegal, o tráfico de armas e drogas, o crime e a corrupção são as maiores ameaças da democracia na América Latina. Para o ex-governo Bush (filho), todas as vezes em que o império sente-se sob ameaças dos movimentos políticos e sociais antiimperialistas, o contra-ataque sempre se justifica em nome da moralidade, da ameaça à democracia e à estabilidade. Caracteriza-se de fato como ameaça à “democracia” na América Latina, a soma de medidas: da política econômica neoliberal, da expansão militar dos EUA e o fortalecimento dos exércitos latino-americanos (de vários países), os aliados do governo estadunidense (KLEIN, 2005).

A presença militar estadunidense na América Latina manteve-se da seguinte forma: em Miami localizava-se o Comando Sul, com uma extensão de base em Porto Rico. Esse comando é responsável pelo planejamento, coordenação e condução de todas as atividades militares na América Latina e Caribe e tem bases militares e aeroportos em *Aruba-Curaçao*, nas Antilhas Holandesas, em El Salvador e em *Comalapsa*. Essas bases militares garantem a presença e domínio dos EUA em quase toda América Latina e Caribe por terra, ar e mar. Em El Salvador, por exemplo, registra-se que nos anos 80, período de maior solidez política entre os EUA e o governo local, 75 mil salvadorenos foram assassinados pelos militares. O Comando Sul, historicamente, subordinou exércitos nacionais, com a suposta ajuda para armá-los, treiná-los e doutriná-los para servirem aos interesses dos EUA (PETRAS, 2002 *apud* KLEIN, 2005).

A segunda região para o plano militar estratégico dos EUA, no Comando Sul, é a América Central, na qual se pretende ampliar o tamanho e a eficiência dos exércitos estadunidenses e aliados, nos mesmos moldes das outras regiões. A terceira região a que o império militar estendeu seu alcance é o Cone Sul: Chile, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. No último período, o Comando Sul e “exércitos multilaterais de treinamento” têm efetivado políticas de colaboração militar com a justificativa de “modernização”. Registrou-se, por exemplo, que vários países compraram armas de fabricantes estadunidenses, dentre outras parcerias. Em 2000, o Comando Sul, junto aos exércitos do Cone Sul, organizaram exercícios militares “conjuntos” (*Cabanas, Unitas*) na Argentina com o objetivo de combater inimigos internos e externos (conforme previsto pelas constituições locais).

A operação do Comando Sul na Argentina custou 9,8 milhões de dólares para os programas de Formação e Treinamento Militar Internacional (IMET). Nessa operação, foram treinados 2.684 estudantes, entre eles, 474 civis. Desses jovens, serão

selecionados e treinados os “militares promissores”, futuros oficiais para a atuação militar conjunta na região. Esse treinamento sintetiza o processo integrado e inter-relacionado entre os EUA e os chamados Estados clientes (“nações associadas”) da América Latina e Caribe, em combate aos movimentos sociais e governos antiimperialistas. Trata-se de organizar uma estrutura única de comando militar e de consolidar a influência do Comando Sul sobre os exércitos latino-americanos contra as insurgências sociais provocadas pelo colapso do neoliberalismo em curso, segundo Petras (2002 *apud* KLEIN, 2005).

A quarta região, sob o Comando Sul é o “Sistema Andino”: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Em janeiro de 2000, os militares estadunidenses estavam à disposição, “na gestão da crise nacional” (palavras do general Pace), para derrubar a junta popular do Equador e para apoiar o regime de Noboa, aliado dos EUA. O Comando Sul não apenas controla terra, ar e mar, mas está treinando e equipando militares para atuar nos rios da América Latina, a exemplo da Colômbia e do Peru (*Iquitos*). Na Colômbia, os EUA investiram 1,3 bilhões de dólares em “ajuda militar” do *Plano Colômbia*. Até 1989 os EUA tinham um grande rival, a URSS; como hoje não há rival internacional, tudo se faz em torno do dinheiro e do lucro (ALI, 2005:65 *apud* KLEIN, 2005). Intelectuais e poetas do mundo árabe acusam os EUA de apoiarem regimes não democráticos no Egito, na Arábia Saudita, nos Estados do Golfo. O poeta Saadi Youssef (ALI, 2005:71 *apud* KLEIN, 2005) registrou que, faltando um mês para a invasão do Iraque, os exilados políticos (agora no governo iraquiano) tiveram um encontro secreto em um hotel de Londres com seus apoiadores: representantes dos EUA e da Inglaterra. Youssef registrou o momento em seu poema intitulado: “O casamento dos chacais”. O poema teria circulado no mundo inteiro via Internet e o poeta foi proibido de voltar ao seu país (Iraque).

Luis Fernando Ayerbe (2009:70) referiu-se ao Comando Sul, como apenas uma dimensão da política militarista dos EUA na América Latina, do período pós Guerra Fria (1993-2009), na seguinte dimensão:

Mas o Comando Sul é apenas uma dimensão, apesar de ser uma das mais importantes, para se compreender a presença militar estadunidense na América Latina entre 1993 e 2009. As Forças Armadas dos Estados Unidos na região podem ser vistas dentro de um quadro mais amplo do pós-guerra fria e do contexto de “guerra global ao terror”. Com a queda da União Soviética, e a emergência dos Estados Unidos como a única superpotência remanescente, alguns autores, como será abordado a seguir, consideram que a

política de segurança de Washington se encontra em sua segunda era transoceânica, que é caracterizada por uma postura militar global expedicionária conjunta.

Manuel Aléxis Rodríguez (31 agos 2009) publicou artigo com o tema: *Vinte bases militares dos EUA para cercar a Venezuela*. Até agosto de 2009, existiam 13 bases militares estadunidenses instaladas estrategicamente em países aliados que cercam a Venezuela. A partir do acordo assinado entre o governo colombiano, Álvaro Uribe e o presidente dos EUA, divulgado em agosto de 2009 e assinado semanas seguintes, sob a formalização de “cooperação e assistência técnica em defesa e segurança”, sete novas bases militares daquele país passaram a ser utilizadas pelas forças armadas estadunidenses, completando as 20 bases anunciadas.

Ao norte da Venezuela, na região do Mar do Caribe, essas bases estão localizadas: 01 em Cuba (Base Naval Guantánamo), 01 em Costa Rica (Base Militar Libéria), 01 em Aruba e 01 em Curaçao. Ao noroeste, na América Central, além da Escola das Américas no Panamá (atual "Instituto de Cooperação para a Segurança Hemisférica"), 01 em *El Salvador* (Base Militar Comalapa), 01 em Costa Rica e 01 em Honduras (Base Militar Soto Cano, em Palmerola). Ao oeste, estão instaladas 10 bases aliadas em território colombiano, as 03 consolidadas anteriormente, em *Arauca*, *Larandia e Três Esquinas* -e as novas bases aéreas: *Malambo (departamento Atlântico)*, *Palanquero (Cundinamarca)*, *Apiay (Meta)*; bases do exército: *Tolemaida (Cundinamarca)* e *Larandia (Caquetá)*; bases navais: *Cartagena e Baía Málaga (Valle del Cauca)*. Ao sul, os EUA controlam 02 bases militares no Peru (Iquitos e Nanay) e 01 no Paraguai (Marechal Estigarribia). A base militar de Porto Rico (Vieques), por exemplo, localiza-se numa ilha de 35 km de extensão, com 70% do território dominados pelos militares estadunidenses.

A Base Naval de Guantánamo é mais antiga e também mais importante de todas as bases militares estadunidenses na América Latina e Caribe, localizada próxima a Santiago (Cuba). Construída em 1903, ocupa uma área de 117,6 quilômetros quadrados, numa linha costeira de 17,5 quilômetros formada por mar, água, pântano e terra firme. Ignorando os protestos de Cuba e de vários países, o governo estadunidense mantém 903 militares, 270 civis e cerca de 500 prisioneiros nessa prisão ilegal, sob acusação de terrorismo. Nesse presídio clandestino estadunidense (separado do restante da ilha por um campo minado) está instalada uma praça de alimentação *McDonald's*, um dos símbolos do capitalismo imperialista.

Gravura 3 – Base militar dos EUA em Guantánamo – Cuba



Fonte: <http://casagrande.posterous.com/estados-unidos-mantem-bases-mi> (07 out 2009)

Segundo avaliação de Rodríguez (2009), ao leste não houve instalação de bases militares dos EUA porque a Venezuela é praticamente limitada pelo Oceano Atlântico. As 07 novas bases militares estadunidenses em território colombiano foram decididas pelo Ministério da Guerra dos Estados Unidos, no momento em que o presidente do Equador, Rafael Correa, ordenou a desocupação por parte dos EUA, da Base Militar e Aeronaval de Manta. Essa base militar, segundo análise de Rodríguez (2009) era o mais importante centro de controle do Pentágono em toda América do Sul. Dessa base, os EUA realizavam a espionagem eletrônica por meio de satélites, mas servia também como plataforma logística de inteligência militar de execução das operações coordenadas pelo Comando Sul. O novo governo dos EUA, Barack Obama procurou outra região com características semelhantes às de Manta (Equador) para a instalação de bases militares que garantam a cobertura completa da região. Nesse sentido, o acordo entre Washington e Bogotá, sobre as 07 novas bases na Colômbia (acima citado) acabou sendo mais abrangentes que 01 base no Equador.

Para Rodríguez (2009) há estudos dos EUA para a instalação de mais 04 novas bases militares na América do Sul: 01 no Brasil (Alcântara); 01 na Bolívia (*Chapare*); 01 na província Terra do Fogo, Argentina (*Tolhin*) e 01 na *tríplice fronteira* (Brasil, Argentina e Paraguai). O governo estadunidense justifica a instalação de suas bases

militares na América Latina e Caribe, como “centros de operações táticas” para apoiar a chamada “segurança hemisférica”. Essa denominação vem da antiga “*Doutrina de Segurança Nacional*”, cuja tática é de “primeiro isolar e a seguir acabar com qualquer governo oposto aos interesses de Washington e do Pentágono. Como, por exemplo, o Governo Bolivariano da Venezuela”, concluiu Rodríguez (31 agos 2009).

Os acordos da ALCA mais uma vez foram adiados, frente às incertezas, tensões da cúpula, a notícia da guerra anunciada e das pressões populares. Os governos Chávez e Kirchner adotam políticas econômicas de protecionismo nacional, contrapondo-se, em várias medidas, às vontades neoliberais dos EUA. Segundo Fonseca (2005), o governo Lula pode ter recebido “o beijo da morte” do ex-presidente Bush, ao ser convidado como interlocutor capaz de ajudá-lo na construção da democracia na América Latina. Diga-se de passagem, Bush não tinha moral política para falar de democracia, uma vez que invadiu o Iraque à revelia da ONU e fez o primeiro mandato de presidente da república sem a maioria dos votos do povo estadunidense.

O ex-governo Bush apontava como países inimigos: Coréia do Norte, Irã, China, Síria e Venezuela. Sem entrar no mérito dos demais países, a Venezuela chamava a atenção por ser o quarto maior produtor de petróleo no mundo, com 15% do que era consumido nos EUA. Além disso, Venezuela e Cuba faziam oposição aberta ao ex-governo Bush e ao imperialismo. Após o vazamento das informações da estratégia militar do Pentágono contra a Venezuela, o presidente Hugo Chávez armou as milícias populares para defender o país e a revolução bolivariana de uma possível invasão estadunidense. As pressões populares durante o encontro da *Cúpula das Américas* na Argentina e em toda América Latina revelaram a revolta das massas contra essa ação imperialismo dos EUA, situação que pôde ser percebida também no repúdio dos movimentos sociais frente à presença de Bush no Brasil e na Argentina em 06 e 07 de novembro de 2005.

Os EUA se colocam na posição de “única superpotência militar do planeta, cujo gasto em armamentos equivale praticamente ao do resto das nações. Os Estados Unidos construíram pouco mais de 750 bases e missões militares em 128 países, uma máquina de guerra sem paralelo na história” (BORON, 2006:468). Embora seja impossível separar política de economia, a estratégia de maior visibilidade política de “defesa ataque do império” estadunidense na América Latina, compreende o Plano Colômbia e à Iniciativa Andina. Através desses dois instrumentos busca-se total controle da

Colômbia, do Equador e da Venezuela, também como base de apoio para ataque ao restante do subcontinente, segundo Petras (2002).

Washington considera a guerrilha e os movimentos populares na Colômbia como a maior ameaça a seu império na América Latina. Uma vitória das forças populares na Colômbia estabelecerá um sistema sócio-econômico alternativo ao modelo neoliberal dirigido pelos EUA. Além disso, estimularia os países vizinhos a romper com a tutela dos EUA, demonstrando que a luta de massas pode vencer o império. Mais ainda, a Colômbia tem petróleo, gás, agricultura e indústria, em um país de 40 milhões de habitantes – capacidade suficiente para resistir às pressões econômicas dos EUA. Finalmente, uma aliança colombiano-venezuelano-cubana seria uma força econômica, política e militar formidável, capaz de resistir à agressão imperial, podendo vir a ajudar outros países da região que queiram mover-se rumo à transformação social.

Para atacar preventivamente essas possibilidades, o governo dos EUA investiu 1,3 bilhões de dólares, garantiu apoio logístico e centenas de oficiais das forças armadas, estabeleceu alianças secretas com os paramilitares (esquadrões da morte) para impedir a viabilidade econômica dos camponeses, forçados a migrar, já que os EUA os consideram como fundamental base de apoio dos guerrilheiros, diz Petras (2002). Ainda sob o ex-governo de Pastrana, o terror estadunidense planejado para a Colômbia estendeu-se para além das fronteiras, segundo Petras (2002:67):

A pulverização tóxica dos EUA sobre as plantações, o terror paramilitar e militar, e a vigilância aérea com alta tecnologia, são elementos fundamentais na estratégia militar de Washington para sustentar o regime apaniguado de Pastrana. Em seu avanço, o Plano de Guerra Colômbia se estendeu até o Equador, o Peru e o norte do Brasil.

A Iniciativa Andina garantiu uma ampliação do programa de militarização estadunidense na região, através da ampliação da ajuda militar e de conselheiros nesses países. O objetivo dos EUA e seus aliados locais é reprimir os movimentos de massa, a exemplo do que acontece nas montanhas do Equador contra o movimento indígena-camponês (CONAIE). A colonização do espaço aéreo da América Central e da maior parte da América do Sul (meridional e setentrional) pelo governo dos EUA, com total liberdade de vôos dos seus aviões (de reconhecimento), assim como a rotina das operações das forças armadas estadunidenses nos rios da Colômbia e do Peru, e no litoral do Peru e do México, são sinais de flagrante desrespeito e violação internacional da soberania desses países.

Os exercícios militares das forças armadas dos EUA, em conjunto com efetivos de outros países da América Latina também violam as constituições regionais. Não

faltam exemplos de treinamento e seleção de oficiais latino-americanos com o objetivo de formar forças armadas mercenárias para eventuais guerras terrestres. Segundo Petras (2002:68), o significativo aumento de gastos estadunidenses no setor militar latino-americano; a ampliação de bases militares; a participação de oficiais em combates específicos de forma direta, e a extensão de programas de treinamento e seleção na região, apresentam provas concretas de que realmente “construir um império não é tomar um chá” – frase pronunciada por um tenente-coronel da marinha estadunidense.

2.3.2 A dominação imperialista dos EUA na cultura de massas e na destruição de direitos sociais e ambientais – é prática socialmente inviável.

A quarta novidade da dominação imperialista, segundo Boron (2006:468), é os EUA exercerem quase total predomínio na “circulação das idéias e da produção de imagens audiovisuais”. Em outras palavras, a dominação cultural através da poderosa máquina de comunicação de massas, que impõe os valores estadunidenses para a população do mundo. Somente um quarto (1/4) dos audiovisuais que circulam no mundo foi produzido em outros países, o restante é de produção estadunidense (3/4). Dessa forma, os valores e o modo de vida dos EUA, de forma propagandística, propõem-se a satisfazer os desejos materiais e as esperanças espirituais da população planetária. No entanto, as contradições internas dos países imperialistas (coloniais e neocoloniais), atualmente nos EUA são gritantes: crescentes índices de desemprego e subemprego, precarização dos direitos, redução de salários, redução dos investimentos do Estado na educação, na saúde e na assistência social, e aumento diário de programas de privatização da área social.

Além disso, o ecossistema está mutilado pelo secular e irresponsável modelo de desenvolvimento. Especialistas têm a previsão de poucas décadas de sobrevivência para o Planeta Terra, se não houver urgente mudança na matriz energética e em altos investimentos de despoluição. Nesse sentido, Boron (2006:469), como tantos outros socialistas, é enfático em dizer que derrotar o imperialismo e o capitalismo é uma necessidade para garantir a sobrevivência da espécie:

O imperialismo é expressão de um sistema inviável e insustentável; se a ideologia norte-americana da expansão do consumo chegasse a ser assumida seriamente por chineses e indianos e se esses 2,4 bilhões de pessoas conseguissem, de repente, tornar realidade o *American dream* de ter cada um seu próprio automóvel, o oxigênio do planeta

acabaria em menos de 24 horas. As contradições do capitalismo são insolúveis e irreconciliáveis: essa é a grande atualidade de Marx e dos teóricos da época clássica do imperialista. Por isso, a luta contra o capitalismo e o imperialismo é hoje, simplesmente, a luta pela sobrevivência da espécie. Nada mais e nada menos que isso.

2.3.3 Movimentos sociais, governos populares e a expansão globalizada da economia inviabilizaram a ALCA – que já se reapresenta como “ALCA Light”.

Em *O império e a América Latina: Bush, a ALCA e o Plano Colômbia*, Petras (2002:43) afirmou que foi um difícil desafio, para o ex-presidente Bush, expandir e consolidar o império dos EUA em período de competição entre blocos rivais, em economia recessiva nos EUA e na Europa. Não menos importante, manifestou-se a emergente oposição socioeconômica na América Latina e na Ásia (China e Rússia), com situações especiais nos próprios EUA e na Europa Ocidental.

A ALCA trouxe conflitos econômicos e sociais para a América Latina e o Caribe. Através do chamado neoliberalismo, os bancos dos EUA conseguiram dominar o setor financeiro latino-americano. A contingência maior da presença do mercado estadunidense na América Latina aconteceu através da estratégia da ALCA, que aponta para três países: Brasil, Argentina e México, segundo Petras (2002). São conseqüências diretas dessa política econômica: profundas desigualdades sociais, o subemprego e o desemprego, amplos contingentes de pobreza e miséria, a migração de milhões de camponeses para os centros urbanos, a mobilização de milhões de funcionários públicos e setores da classe média que protestam contra a ALCA e às políticas neoliberais. Percebe-se que não há uma uniformidade nas mobilizações, mas há um movimento de massa em curso, cada vez mais amplo e mais radicalizado contra as elites locais e contra a dominação do império estadunidense.

Na época, dizia Petras (2002:68), a resistência popular contra o neoliberalismo foi fundamental para derrotar a ALCA e, se não houver recuo da proposta e imposição estadunidense, o potencial revolucionário da América Latina se ampliará:

Considerando o nível de resistência popular que existe na atualidade ao neoliberalismo, está claro que a imposição da ALCA levará a um potencial revolucionário ainda maior. É o motivo pelo qual o avanço da ALCA deve ser visto em relação à construção do império militar dos EUA. A ALCA significa mais concentração de riquezas em mãos das multinacionais estadunidenses, e a eliminação das forças “intermediárias” pequeno-burguesas/burguesas, capazes de “mediar” ou de controlar uma oposição de massas. A aguda polarização

resultante da ALCA significa uma maior repressão estatal, na medida em que a oposição combine, cada vez mais, as lutas “nacionalistas” e as lutas sociais.

Angel Luis Parras (2002:17), membro do Partido Revolucionário Trabalhista (PRT-Espanha) e da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) analisou *Os fundamentos formais da ALCA*. Para o autor, em 1991, o ex-governo Bush (pai) tomou a iniciativa de lançar a ALCA, com o objetivo de construir o maior bloco comercial em nível mundial. Do bloco participariam 34 países latino-americanos e caribenhos, exceto Cuba. Em 2002, a região concentrava cerca de 800 milhões de pessoas e um PIB de 11,4 trilhões de dólares (cerca de 40% do PIB global). A primeira reunião da chamada Cúpula das Américas (34 presidentes das repúblicas) ocorreu em Miami (EUA, outubro 1994), mas a agenda de negociações deveria ser concluída até 2005. Entre janeiro-dezembro de 2005, os legislativos dos 34 países ratificariam os acordos e, em primeiro de janeiro de 2006, a ALCA começaria a vigorar. Parras caracterizou o sentido desse possível acordo de livre comércio como de recolonização latino-americana e, na época, a anunciou a previsão de sua possível derrota:

1) a ALCA é o um instrumento jurídico-político da recolonização da América Latina e faz parte do processo mundial de recolonização econômica, política e militar, implementado pelo imperialismo; 2) o ascenso do movimento de massas adquire, de forma cada vez mais notável, um caráter decididamente antiimperialista. Daí que afirmamos, contra toda opinião fatalista, que a ALCA pode ser derrotada.

A experiência do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), celebrado entre EUA, Canadá e México (vigente desde 1º. jan 1994) foi lembrado por Parras (2002) como um modelo a não ser seguido. O difundido investimento e crescimento do comércio mexicano, conforme argumentos dos defensores, de fato aconteceram. Em cinco anos de NAFTA, houve um crescimento de 118% no comércio do México. Em seis anos entraram 102,21 bilhões de dólares de investimentos estrangeiros sob tutela dos acordos da América do Norte. Em matéria de exportações, o México passou da cifra de 20,4% (1981) para 87,05% (2000) do total. Como conseqüência, o México ficou na total dependência econômica dos EUA e das empresas estrangeiras; cresceu a dívida externa do país; começou uma onda de desnacionalizações do sistema financeiro, da indústria e do subsolo mexicano. Em 1994, no chamado “efeito Tequila”, os EUA “socorreram” o México com um empréstimo de 52 bilhões de dólares. Como aval da devolução do empréstimo, o governo mexicano colocou à disposição dos EUA, a estatal *Petróleos Mexicanos*

(PEMEX), que ficou sob controle da Reserva Federal estadunidense, conforme Condição de Crédito firmado com o FMI e o Banco Mundial. (PARRAS, 2002).

A respeito do Mercosul, Parras (2002:25) diz que esse não pode ser chamado de instrumento de luta contra o imperialismo, mesmo porque, em 19 de junho de 1991, o Mercosul assinou com os EUA um acordo para “facilitar a redução generalizada de barreiras ao comércio e ao ‘investimento’”. Parras acrescenta:

O Mercosul é um instrumento de divisão, competição e enfrentamento entre os trabalhadores e os povos latino-americanos. A unidade latino-americana é indissolúvel da unidade dos trabalhadores e dos povos contra o imperialismo, presente-se este sob a bandeira da pirataria norte-americana, espanhola ou européia.

Oswaldo Martinez, presidente da Ordem dos Economistas de Cuba, apresenta uma análise crítica na *CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA* (2002), na época em que os Estados Unidos tinham pressa para aprovar a ALCA a qualquer custo. Martinez analisou que o projeto ALCA resume-se numa estratégia dos EUA para recolonizar e absorver a região latino-americana e caribenha. Estava evidente que não se tratava de um mero Acordo de Livre Comércio, pois a pressa estadunidense para colocar em prática o projeto forçou o Congresso a colocá-lo em pauta na mesma emergência da “guerra ao terror”, depois do incidente do “11 de setembro”:

Depois dos atentados terroristas de 11 de setembro e da guerra absurda que pretende combater o terrorismo com doses ainda maiores de terror, a ALCA vem adquirindo uma nova atribuição. Seus apologistas apregoam que frente à ameaça terrorista, agora mais do nunca, se deve aprovar a ALCA o mais rápido possível, o que nos leva a pensar que muito mais do que um Acordo de Livre Comércio, a ALCA é também um instrumento contra o terrorismo. Desse modo, estar contra a ALCA implica não só receber o qualificativo pejorativo de globalifóbico, aplicado a todos aqueles que se opõem às atrocidades do neoliberalismo, mas que também se corre o risco de ser acusado de simpatizar com o terrorismo.

As razões para a ALCA, segundo Martinez (2002) explicam-se pela voracidade de dominação estadunidense sobre o subcontinente latino-americano e caribenho para enfrentar “outros centros do poder econômico”, que disputam influências regionais. Washington desenvolve a percepção de que há uma debilidade de quase a totalidade das elites e governos da região, em matéria de fidelidade ao pensamento neoliberal (“único”). Martinez (2002) analisou os motivos da pressa dos EUA para a implantação da ALCA. O primeiro motivo é a crise econômica, a maior Pós-Segunda Guerra, contra a qual os países latino-americanos serviriam como “amortecedor” dos impactos sobre a

economia do império. A circulação preferencial de capital na América Latina é das transnacionais dos EUA, que aproveitam a força de trabalho mais barata que na “metrópole”. A maioria dos governos dos países do subcontinente assinou o “pacto colonial” com o governo estadunidense no começo do século XXI. O segundo motivo é a crise do modelo econômico, político e social assinado pelo chamado Consenso de Washington (1989), uma vez que o resultado dessa política econômica neoliberal, que se impôs em nome da estabilidade, foi à própria desestabilização das economias nacionais e conseqüente crise mundial. A pobreza e a insatisfação popular aprofundaram-se frente ao colapso das economias locais e de governos corruptos.

O debate da ALCA começou em tempos de *triumfalismo estadunidense*, quando o império se achava onipotente, perante a América Latina fragilizada, politicamente desarticulada e afundada em dívidas, no início dos anos 90. Contudo, as contradições entre os discursos fabulosos e as crises econômicas mundiais, de países subdesenvolvidos e desenvolvidos, indicavam futuras desordens de maior profundidade. O setor imobiliário japonês deu início à crise, que se expandiu para o sistema financeiro e aplicou um duro golpe na segunda economia mundial, diz Martinez (2002). No balanço de dez anos, a economia japonesa não se recuperou e a crise econômica acabou se globalizando: em dezembro de 1994, a crise do México; em julho de 1997, a crise dos tigres asiáticos; em agosto de 1998, a russa; em janeiro de 1999, a do Brasil; e, em seguida, a crise da Argentina.

Martinez (2002:81) entendeu que a ALCA era altamente antipopular e aprofundaria a pobreza: “Para os 224 milhões de pobres e 90 milhões de indigentes latino-americanos e caribenhos a ALCA significa, em doses maiores, a mesma política que os empobreceu”. Se a ALCA fosse instalada na região, aumentaria o desemprego, tornaria ainda mais precárias as relações de trabalho; consolidaria o predomínio do *agrobusiness* estadunidense, concorrendo de forma desleal com a agricultura dos camponeses; para as nações indígenas, significaria a submissão das suas organizações e das culturas à lógica do mercado; resultaria em maior exploração do trabalho das mulheres; para a juventude, haveria mais dificuldades de acesso ao ensino já privatizado e às escassas vagas de trabalho.

Em 2003, representantes do Mercosul e dos EUA polarizaram a possibilidade de uma agenda para assuntos mais sensíveis, como a OMC, entre outros. A proposta foi defendida basicamente pela Venezuela, com uma agenda mais profunda para os 34

países da América Latina e Caribe que quisessem aderir. Os EUA não aceitaram discutir o tema agricultura no acordo, e o Grupo dos 13, liderado pelo Chile e o México se opôs à proposta do Mercosul. A proposta do Mercosul era de que os países ficassem livres para aderir ao aprofundamento da agenda, mas quem não aderisse a essa agenda deveria ter acesso aos benefícios do acordo do livre comércio. Para o Mercosul e a Venezuela, os temas deveriam ser tratados na OMC e não no acordo de livre comércio, como: compras governamentais, inversões, propriedade intelectual e serviços. Ao contrário disso, os EUA propunham que a OMC deveria tratar dos subsídios agrícolas e das medidas *antidumping* (temas de interesse do Mercosul para o acordo regional), mas os demais itens citados deveriam ser tratados no acordo de livre comércio americano.

Com o fracasso da reunião de Miami, as negociações ficaram paralisadas. No início de 2005, Brasil e EUA tentaram destravar as negociações da ALCA em uma reunião em Puebla. Não houve acordo entre as partes e as prioridades de ambos os países foram canalizadas para a OMC. Na IV Reunião dos Presidentes das Américas em *Mar del Plata*, na Argentina, não houve possibilidade de acordo, sequer de um parágrafo a respeito da ALCA. A Venezuela radicalizou a posição dizendo que não havia possibilidade de qualquer acordo, porque não estavam dadas as condições para um acordo de livre comércio equilibrado e equitativo e que, por isso, propunha o encerramento imediato do projeto da ALCA. De outro lado, EUA, México e mais 28 países aliados (Canadá, Chile, países da América Central e do Caribe e outros três países andinos) propuseram o relançamento da ALCA e de um cronograma de execução. Na Declaração Presidencial final, as duas propostas foram registradas em um mesmo parágrafo. Assim o debate da ALCA ficou suspenso sem data para retomada (*ORGANIZACIÓN REGIONAL INTERAMERICANA DE TRABAJADORES, 2006*).

Isto significa que o plano estadunidense para a abertura da América Latina, após ser debatido durante dez anos por 34 países latino-americanos e caribenhos, em intermináveis reuniões, discussões, preparativos e projetos, foi encerrado sem atingir seu objetivo. Representantes estadunidenses e brasileiros para elaboração dos acordos da ALCA, recentemente reunidos em Miami, concluíram que não tinham mais o que discutir (*THE NEW YORK TIMES, 21 nov 2003 apud MARTINS, 2005*). Ao aprofundar debate sobre o significado da derrota da ALCA, Martins (2005:150) analisou o sentido dos novos acordos bilaterais, que chamou ironicamente de “ALCA light”, entre EUA, países latino-americanos e caribenhos:

A montanha pariu um rato. No encerramento do encontro, os 34 países participantes publicaram um texto com o pomposo título de *Declaração de Miami*. É a base do que acabou sendo chamado de “ALCA light”, que traz um cardápio genérico de obrigações, permitindo que cada um dos países envolvidos tenha liberdade de escolher pontos adicionais ou apenas aqueles que desejam aderir de acordo com seu interesse particular. A montanha pariu um rato. O pior é que esse rato é muito mais perigoso para a América do Sul e para o Brasil do que aquela montanha que vinha sendo projetada até a reunião em Miami.

A chamada “ALCA light” deverá funcionar como uma espécie de “vale-tudo” (oficialmente chamado de acordos bilaterais) nas relações estadunidenses com os demais países latino-americanos e caribenhos. Os conhecidos Tratados de Livre Comércio (TLCs), “acordos bilaterais” passam a substituir a ALCA, cujos “acordos multilaterais” foram arquivados. Os EUA promoveram uma grande mudança tática para a integração regional. Os planos do governo estadunidense da ALCA não mudaram somente devido à resistência dos movimentos sociais e governos latino-americanos e caribenhos, mas, principalmente devido à expansão globalizada da economia, à doutrina cosmopolita de relações internacionais e ao choque cíclico sofrido pelo mercado mundial, no segundo semestre de 2000. A crise econômica interna dos EUA levou o governo a reformular uma agenda de relações internacionais, baseada no “protecionismo econômico e no realismo político” (MARTINS, 2005:151).

Em relação ao protecionismo econômico, fraciona-se o “quadro da globalização econômica” do final do século XX. Quanto ao realismo político, as relações internacionais e as organizações multilaterais (ONU, OMC) são substituídas pelo “unilateralismo, as velhas alianças militares e choques entre Estados nacionais”. Com o ressurgimento do Estado nacional, a “livre globalização do capital e o festejado ‘renascimento’ da civilização dos anos 90 – dependerá do peso das próximas crises econômicas globais e da forma como a economia americana procura se recuperar dessas crises” (MARTINS, 2005:151). A respeito das crises cíclicas do capitalismo, “a economia capitalista só pode superar seus ciclos econômicos aumentando a exploração da classe operária mundial, além da exploração imperialista decorrente, desta vez das economias dominantes sobre as economias dominadas”, diz Martins (2005:164-165).

Sem aumentar a exploração da força de trabalho, não há renovação do capital nem retomada da reprodução em nível global – elementos determinantes da macro-economia. Por isso, o grande estrago que uma greve de trabalhadores pode representar para a economia capitalista, especialmente as como determinantes da macro-economia

do tipo dos portuários da Costa Oeste dos EUA (07 out 2002), que paralisou 29 portos durante aproximadamente duas semanas, aproximadamente. Essa greve de operários, em grande setor produtivo, acabou sendo muito pior que qualquer ataque terrorista, segundo Martins: “Naquele momento da greve, o perigo interno para os capitais americanos estava passeando nos portos da Costa Oeste. Mais perigoso que dezenas de Saddams e Al Quedas juntos. Era uma greve de trabalhadores produtivos”.

Os proprietários dos meios de produção (patrões e leis do mercado) não enfrentam sozinhos trabalhadores em greve ou uma ameaça à livre circulação de capitais (a exemplo da greve dos portuários da Costa Oeste). Para Martins (2005:165), recorrem ao uso da “‘força legítima’, como eles costumam embelezar com palavras a sua violência prática. Sempre foi assim também. Como aplicá-la? Basta chamar Bush para impôr as leis do Estado democrático”. Na atualidade, o presidente Obama deve continuar aplicando política semelhante para dar continuidade à dominação dos ricos proprietários e do mercado.

2.4 Barack Obama e a ofensiva imperialista – bases militares na Colômbia e a reativação da IV Frota Naval.

Na constatação de Ayerbe (2009:91), a presença militar dos EUA na América Latina faz parte da nova estratégia militar global, com o término do regime soviético e da Guerra Fria, como parte da “segunda era transoceânica”. Essa estratégia militar estadunidense foi definida na Revisão Quadrienal de Defesa (2001) do país. Em relação específica para a América Latina, o autor apontou duas contribuições básicas: a primeira diz respeito a alguns aspectos do documento conhecido como “estratégia do Comando Sul para o ano de 2018”, e a segunda trata de uma análise crítica sobre a continuidade do Comando Sul. Em dezembro de 2008, foi realizada a última revisão da estratégia do Comando Sul até 2018 (feita de dois em dois anos), mas na sua essência não apresentou alterações da estratégia apontada até 2016. No lugar do Comando Sul, sugere Ayerbe (2009): “O *Southcom* mudaria, de uma organização militar tradicional, para um Comando de Segurança Interagência Conjunto, apoiando a segurança, a estabilidade e a prosperidade nas Américas” (UNITED STATES SOUTHEM COMMAND STRATEGY 2018, 2008 *apud* AYERBE, 2009:92). O autor ressalta ainda que:

Manter um comando militar de quatro estrelas para a América Latina exacerbaria, psicológica e politicamente, os problemas em vez de

atenuá-los. O desenvolvimento econômico e a construção de nações deveriam ser feitos por civis adequadamente treinados (PASSAGE, 2009 *apud* AYERBE, 2009:92).

Embora no interior do seu governo haja uma avaliação de que a gestão Bush tenha sido muito militarizada, as pretensões militares dos EUA não apresentam estratégias de recuos, pelo contrário, nitidamente, observam-se ampliações da presença militar estadunidense na América Latina. A criação de novas bases militares, a reativação da Quarta Frota e a continuidade do Comando Sul são demonstrações desse cenário. Da mesma forma que o governo Barack Obama ampliou a presença militar dos EUA (e aliados) no Afeganistão e no Iraque, mantém o apoio ao Estado de Israel (apesar dos massacres impostos ao povo palestino e organizações estrangeiras solidárias), continua ampliando sua militarização e opressão na América Latina.

Há muitos analistas políticos, inclusive da esquerda moderada, que acreditam que o governo Obama conduza o império com mais equilíbrio e diálogo com seus oponentes. A realidade não está indicando essa tática de relações internacionais. Em pouco tempo de governo já foi possível observar várias iniciativas truculentas de ataque do império sob comando de Obama: o envio de novas tropas militares e armamentos pesados para o Afeganistão, à continuidade da guerra no Iraque, a cumplicidade com Israel aos ataques palestinos, a ameaça de guerra contra o Irã e a Coreia do Norte, a criação de novas bases militares na Colômbia, o apoio ao golpe militar em Honduras e a reativação da IV Frota Naval, indicam a continuidade de um império com táticas agressivas, belicista de dominação e de destruição dos seus oponentes.

Ayerbe (2009) fez uma pequena retrospectiva da história da *Quarta Frota*, que existia no período de 1943 e 1950. O Brasil foi base das operações dessa frota durante a Segunda Guerra Mundial. Os EUA tinham preocupação de possíveis ataques alemães pelo nordeste brasileiro, através de colônias francesas em continente africano:

Dessa forma, Washington queria usar as bases aéreas da região para seus aviões de transporte e de patrulha. O local mais importante dentro desta concepção era a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, de onde os aviões de transporte e de bombardeio poderiam voar até a África e, de lá, para outros pontos do planeta. Na atualidade, os cenários navais estadunidenses para a região envolvem principalmente a Cuba pós-Fidel Castro, a Venezuela de Hugo Chávez, a “guerra ao terror”, e a China – que vem desenvolvendo uma marinha de água azul, isto é, uma marinha oceânica (BONALUME NETO, 2008a, p. A13 *apud* AYERBE, 2009:87).

A marinha estadunidense anunciou a recriação da *Quarta Frota*, em abril de 2008, com a responsabilidade de operar navios, submarinos e aeronaves navais em vigência na região: América do Sul, América Central e no Caribe. A *Quarta Frota* está subordinada à marinha e ao Comando Sul, com sede na base de *Mayport*, cujo efetivo é de aproximadamente 120 pessoas. Em avaliação dos primeiros cem dias de governo Barack Obama, Ayerbe (2009:88-90) destacou que sua relação com a América Latina, aparentemente não apresenta alterações significativas em relação à política de Bush. Inicialmente fechou o centro de detenção de *Guantánamo*, em Cuba, mas os julgamentos e condenações dos presos continuam a ocorrer nesse cadeia clandestino, mesmo porque o território de *Guantánamo* não foi devolvido a Cuba.

As declarações do almirante Michael Mullen, na época chefe do Estado Maior Conjunto dos EUA (fev 2009), dão conta de uma avaliação da política externa muito “militarizada”, opinião inicial que sinalizou mudança de postura do novo governo. No entanto, o almirante da reserva Denis Blair, novo diretor da Inteligência Nacional dos EUA, declarou na Comissão de Inteligência do Senado que o *Hezbollah*, grupo libanês se faz presente na *Tríplice Fronteira* (Brasil, Uruguai, Paraguai). Essa presença seria motivada pelo apoio recebido do governo iraniano em aliança com o governo venezuelano. A preocupação do governo dos EUA é a aproximação entre os governos da Venezuela e do Irã, que poderiam ampliar as influências do governo iraniano na América Latina (AFP; NYT, 2009, p. A14 *apud* AYERBE, 2009). A declaração feita pelo almirante Michael Mullen, em visita ao Comando Militar da Amazônia (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009, p. A12 *apud* AYERBE, 2009: 89), declarou como importante à relação dos EUA com a América Latina no sentido mais amplo, sem necessariamente apontar mudanças no sentido da militarização. No entanto, o chefe do Estado Maior Conjunto dos Estados Unidos ressaltou como fundamental a relação entre os EUA e o Brasil do ponto de vista militar: “de uma perspectiva militar, este relacionamento é absolutamente vital” (GARAMONE, 2009 *apud* AYERBE, 2009: 89).

Outra medida não menos importante do governo Obama foi à nomeação de Dan Restrepo (colombiano-estadunidense) para o cargo de diretor de Assuntos do Hemisfério Ocidental no Conselho de Segurança Nacional. Segundo Ayerbe (2009), Restrepo defende um “relaxamento no embargo a Cuba e defende diálogo na região, até mesmo com Hugo Chávez” (MELLO, 2009, p. A10 *apud* AYERBE, 2009: 90). Contudo, não há espaço para ilusões sobre essa iniciativa que, ao que tudo indica,

representa uma política de “assoprar e bater” ao mesmo tempo, especialmente porque esse discurso aconteceu simultaneamente ao acordo assinado entre os governos Obama (Washington) e Uribe (Bogotá), que permite o uso de sete bases militares da Colômbia pelas forças armadas dos EUA. Essas bases, além de compensarem a retirada da base militar estadunidense de Manta (Equador), garantem uma maior capacidade de intervenção militar dos EUA nos países latino-americanos, com a Venezuela como principal alvo, segundo análise de Ayerbe (2009:90):

Segundo o documento de planejamento do Comando de Mobilidade Aérea estadunidense *Global En Route Strategy*, citado por Lindsay-Poland (2009), uma das instalações a serem utilizadas, em Palanquero – que já abriga uma unidade da força aérea colombiana –, não será limitada a operações de contranarcóticos, nem mesmo a operações na região andina; o Comando Sul pretende estabelecer uma base com capacidade operacional em grande parte da região sul-americana, em que um avião C-17, sem reabastecimento, poderia alcançar quase metade do subcontinente.

Klare (2004 *apud* BOJIKIAN, 2009), comentando as declarações de Spencer Abraham, então secretário de energia dos Estados Unidos, disse que a crise energética, prevista para as duas décadas seguintes, comprometeria a prosperidade econômica e consequentemente a segurança nacional estadunidense. O autor não tem certeza se o governo Barack Obama, em meio a uma crise econômica mundial, colocará em prática posições defendidas em sua campanha eleitoral: adotar políticas de menor dependência externa, em especial referente ao petróleo, através do desenvolvimento de matrizes energéticas alternativas e da redução do consumo de energia de fontes convencionais.

Essa política trataria também de encontrar, em âmbito internacional, um ambiente favorável para resolver os problemas internos do país, sobretudo para superar a política confrontacional unilateralista e belicista nas diferentes situações de conflito no mundo, deixada pelo governo Bush – que mobilizou muitos recursos econômicos, militares e políticos para defender os interesses nacionais. Segundo Bojikian (2009:110), o governo Obama “tende a adotar um estilo mais equilibrado em termos de assertividade e cooperação, indicando maior disposição em conciliar as diferenças e considerar a pluralidade de opiniões”. Se isso fosse verdade, o atual cenário internacional seria outro.

Dados da Agência Internacional de Energia (AIE, 2008 *apud* BOJIKIAN, 2009) indicam que a perspectiva média da demanda primária global apresenta um crescimento de 1,6% anual, e um acúmulo de 45% na soma total entre 2006 e 2030. Estima-se que

mais da metade dessa demanda corresponde ao aumento de consumo da Índia e da China, situação que poderá provocar enormes conflitos geopolíticos. Embora até os EUA, nas diretrizes políticas do governo Obama, apresentem desenvolvimento de fontes energéticas alternativas, o petróleo e o gás ainda são as fontes de energia de maior consumo no mundo, representando cerca de 60% do consumo energético dos países industrializados. Os EUA consomem quase 25% do petróleo e 20% do gás mundialmente produzidos, lembrando-se que o país tem apenas 5% da população mundial (AIE, 2007-2008 *apud* BOJIKIAN, 2009).

2.4.1 Estatísticas socioeconômicas e militares básicas dos EUA na atualidade

Em 2009, os EUA contavam com uma população de 307.212.123 de habitantes; mortalidade infantil de 6.26 de cada mil crianças nascidas vivas; expectativa de vida de 78.11 anos; taxa de alfabetização de 99%; um PIB de 13.820 trilhões de dólares; PIB *per capita* de 46.300 dólares; taxa da população abaixo da linha da pobreza em 12%; PEA de 154.300.000 pessoas; taxa de desemprego de 7,2%; uma dívida externa de 13.640 trilhões de dólares; disponibilidade de 72.715.332 pessoas para as forças armadas; e um orçamento militar de 4,06% do PIB (Tabelas: 1-12 – ANEXO 1). Esses dados foram divulgados por *Indexamundi* (2009), um *site* vinculado ao Serviço de Inteligência Americana (CIA).

2.4.2 América Latina e Caribe constroem instrumentos de unidade política para a autodefesa regional.

A situação econômica latino-americana e caribenha apresentou um crescimento médio de 4% no período de 1950 e 2009. Na média anual desse período, a população teve um crescimento de 2,1%. Avalia-se que, nos últimos 60 anos, houve uma duplicação do número de adultos e uma redução em 13% da população infantil. Após seis anos de crescimento econômico latino-americano e caribenho, para 2009 estimava-se uma queda de 1,8 % do PIB e para o PIB *per capita* uma redução aproximada de 2,9%. O impacto da crise internacional, no final de 2008, afetou todos os países da região (CEPAL, 4 fev 2010).

No segundo trimestre de 2009, houve uma pequena recuperação que se generalizou no segundo semestre. A recessão econômica também reduziu as

possibilidades de emprego, acarretou um aumento no índice de desemprego na média regional (8,3%), além da redução geral do número de empregos. Além disso, uma forte queda no setor de exportações e diminuição do fluxo do comércio causou um impacto negativo nos preços dos produtos básicos de exportação e também no turismo. Essa situação afetou principalmente o México, a América Central e o Caribe, causando uma redução de aproximadamente 37% de investimentos estrangeiros na região. O *superávit* primário regional que era de 1,4% do PIB em 2008, acumulou um *déficit* de 1% em 2009. À custa dos investimentos públicos, geralmente praticados pelos países capitalistas em crise, no segundo semestre de 2009, a economia regional voltou a crescer lentamente.

A mortalidade infantil na América Latina e Caribe atinge mais as crianças indígenas, de acordo com os dados da CEPAL (2006). Na década de 1980-1990, de cada mil crianças indígenas nascidas vivas, morreram 48, e das não indígenas morreram cerca de 30 a cada mil. Nesse período, o índice de crianças indígenas que morreram antes dos 05 anos de idade, em relação às não indígenas, subiu para 70%. Na década de 1970, uma de cada 12 crianças morreu antes de completar um ano de idade. Entre 1970 e 1975 esse índice baixou para 81 para cada mil. Entre 1990 e 1995 esperava-se que chegasse a um índice de 22 crianças mortas entre cada mil nascidas.

Estatísticas da CEPAL (19 nov 2009) indicam que a pobreza na América Latina e no Caribe atinge mais as mulheres e as crianças. Para os menores de 15 anos, o índice é 1,7 vezes maior do que para os adultos. Para as mulheres chega a um índice de 1,15 vezes maior do que para os homens. Contra as mulheres, a pobreza é maior em todos os países da região, com destaque para o Panamá, com um índice 1,37 vezes mais alto do que para os homens; Costa Rica: 1,30; República Dominicana: 1,25 vezes; Chile: 1,24; e no Uruguai: 1,21. Em treze dos dezoito países da região, a pobreza agravou-se entre 2002 e 2008, especialmente na Argentina, Brasil, Panamá, Uruguai e Venezuela, com as suas devidas variações. A pobreza é 3,1 vezes maior para as crianças do que para os adultos, no Uruguai; 1,8 vezes maior no Chile e 1,3 vezes maior na Nicarágua. As mulheres têm maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho devido ao cuidado de terceiros, particularmente os filhos, generalizando uma realidade de pobreza. As sugestões mais defendidas seriam a redistribuição do trabalho familiar não remunerado na família, a garantia da inserção das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação de tempo de estudo para as crianças e adolescentes.

Nos países pobres, com maior desenvolvimento relativo, como México, Chile, Costa Rica e Panamá, o índice de participação das mulheres no mercado de trabalho é muito baixo. No Uruguai, as mulheres dedicam em média quase cinco horas diárias ao trabalho não remunerado; na Guatemala chega à um pouco mais de sete horas. À exceção da Guatemala, os homens nunca superam duas horas no trabalho diário não remunerado. O trabalho não remunerado amplia sua jornada na proporção da necessidade dos cuidados com filhos ou idosos dependentes e também em relação ao nível de renda domiciliar. Segundo dados da CEPAL (2009), ao longo dos últimos anos, ocorreu um envelhecimento da população latino-americana. A estimativa para 2035 indica números semelhantes entre a população de 60 anos e à de 14 anos. Há 40 anos estatísticas demográficas da América Latina e do Caribe apresentavam uma população essencialmente jovem, mas esse quadro está se revertendo, indicando que, na metade do século XXI, dobrará o número de idosos dependentes que exigem cuidados com a saúde.

2.5 A ALBA, as características dos países membros e a resistência contra o neoliberalismo e o imperialismo.

Segundo publicação de EFE em *site* de internet (19 abril 2010), *países da Alba querem integração para enfrentar 'investida imperialista'*. Na VI reunião extraordinária dos chefes de Estado da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA-TCP), em *Maracay* – Venezuela (24 jun 2009) escolheu-se o Conselho Político. O Conselho reuniu-se pela primeira vez na mesma data da quarta reunião ordinária da ALBA-TCP, em *Quito* – Equador, na presença dos ministros de Relações Exteriores dos Estados Membros: Antigua y Barbuda, Bolívia, Domínica, Equador, Honduras, Paraguai, Venezuela e representantes de Cuba, Nicarágua, San Vicente y Las Granadinas. Nessa reunião, o assessor do Ministro de Relações Exteriores do Paraguai participou apenas como convidado.

A função desse conselho é delinear e consolidar uma aliança política, econômica e social, em defesa da independência e soberania. Além da autodeterminação da identidade dos países, deverá defender interesses e aspirações dos povos do Sul frente à dominação política e econômica do norte. Com a reafirmação do respeito às deliberações conjuntas, foi aprovada uma agenda sobre os principais organismos internacionais. Os pontos debatidos na reunião: Adotar delineamentos comuns sobre os

temas essenciais da agenda internacional; Realizar consultas antes das reuniões de assuntos de especial interesse para ajustar posições, alianças e objetivos comuns; Continuar com a coordenação e articulação política regional frente à crise política de Honduras; Continuar com as consultas intra-regionais a respeito da Organização de Estados Latino-americanos e Caribe; e Reunião do Conselho Político em Nova York, preparando participação na próxima reunião da Assembléia Geral das Nações Unidas. Foi deliberado que a Coordenação Permanente deverá elaborar uma proposta de estruturação e funcionamento da ALBA-TCP. Quanto à solidariedade à Honduras, deliberou-se posição política de restabelecimento da democracia no país e, ao mesmo tempo, rechaçou-se a presença de bases militares estrangeiras na América Latina e no Caribe.

Os representantes dos países membros da ALBA-TCP (20 abril 2010) falaram da necessidade de acelerar projetos de integração do grupo e reforçar a unidade para enfrentar a suposta investida imperialista na região. A reunião foi realizada na mesma data das comemorações do bicentenário da independência da Venezuela e os discursos políticos dos chefes de Estados foram pronunciados no sentido da quebra definitiva das “cadeias imperiais”. O presidente Hugo Chávez discursou sobre a importância da criação da ALBA, em 2004, entre Venezuela e Cuba, como “alternativa” para conquistar a verdadeira independência. O líder da Revolução Cubana, Raúl Castro afirmou que a “única alternativa” aos países latino-americanos e caribenhos “é se unir, lutar e vencer” para se contrapor à política dos Estados Unidos contra os governos de esquerda da região (EFE, 19 abril 2010).

Os presidentes Raúl Castro (Cuba) e Evo Morales (Bolívia) defenderam a urgente necessidade de se enfrentar a crise ambiental, do aquecimento global, com a participação fundamental dos movimentos sociais em todo mundo. Segundo discurso de Morales, “a melhor bandeira de luta contra o capitalismo irresponsável é a defesa da mãe Terra”. Rafael Correa (Equador) reafirmou frase de Raúl Castro: “alcançar uma pátria livre, digna, equitativa, pode parecer uma utopia” - somente possível com os países da região unidos em luta. Para encerrar os discursos dos presidentes da ALBA, Daniel Ortega (Nicarágua) afirmou: “esta discussão veio sendo formada a partir da pedra fundamental para a luta dos povos latino-americanos e do Caribe, a Revolução Cubana”. (EFE, 19 abril 2010).

O jornal brasileiro *Brasil de Fato* (01 dez 2008) registrou reunião dos chefes de Estados da ALBA, na qual aprovaram a criação de uma moeda comum entre os países membros: o *Sistema Único de Compensação Regional* (Sucre), com circulação virtual até a consolidação do sistema. Na reunião, Ricardo Cabrisas, vice-presidente do Conselho de Ministros de Cuba, criticou a iniciativa do ex-presidente dos EUA, George W. Bush e dos governos da Comunidade Européia, em socorrer a “estrutura falida do mercado” (especuladores, banqueiros...) com recursos do Estado:

“eles destinaram três bilhões de dólares para salvar a estrutura falida, mas durante décadas não foram capazes de cumprir o compromisso de destinar 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) à ajuda oficial de desenvolvimento”. Tampouco, disse, foram destinados entre os 30 bilhões de dólares para melhorar a produção agrícola no Terceiro Mundo, nem 20 bilhões para o Programa Educação para Todos. O presidente nicaraguense Daniel Ortega considerou imoral o pretexto de que não há recursos para o desenvolvimento, mas sim para guerras como as do Iraque e Afeganistão, e para salvar bancos.

Cabrisas (01 dez 2008) ressaltou ainda que a crise financeira do capitalismo mundial continua acompanhada de outras crises: alimentar, social, ecológica e energética. A globalização econômica atual é mais ampla que as anteriores e, por isso a crise econômica vai além do neoliberalismo, lançando o desafio para os humanos tratar de salvar a espécie. Cabrisas reforça que a crise econômica mundial não é só financeira, mas de caráter estrutural do modo de produção capitalista - e que a ALBA é fundamentada pelos princípios de solidariedade, cooperação, sensibilidade com a dívida social acumulada e vantagens compartilhadas. Daniel Ortega defendeu que a ALBA começa a se colocar em situação vantajosa para enfrentar a crise econômica mundial, “porque constitui um modelo de orientação socialista, marcado pela solidariedade, a complementariedade, o comércio justo e a promoção de programas sociais como a saúde e educação gratuita” (BRASIL DE FATO, 01 dez 2008).

Brasil de Fato (01 dez 2008) registrou também reunião entre dirigentes da Aliança Social Continental (ASC), no dia 15 de novembro de 2008, em Quito. Os dirigentes concluíram que a crise da economia mundial é uma crise do modo de produção capitalista e vai além das crises cíclicas do sistema. Não se trata de uma superprodução que provoca a explosão do modelo econômico, que detem a produção do Sul, que gera desemprego e pobreza. Essa crise está colocando em perigo a humanidade. A ASC é formada por representantes da Colômbia, Venezuela, México, Peru, Argentina, Equador, Chile e Bolívia. Os governos da região foram cobrados pelos

dirigentes da ASC quanto à necessidade de mudança de modelo de desenvolvimento e à urgência do processo de integração latino-americana e caribenha.

Os representantes sociais da ASC, preocupados com a instabilidade financeira global, sugeriram aos governos da ALBA que criem um sistema financeiro regional. O objetivo da iniciativa seria facilitar o financiamento “sem condicionamentos” e a defesa regional frente à instabilidade global e os possíveis ataques especulativos às moedas nacionais. Deveriam também impor medidas imediatas em defesa das moedas nacionais contra a “possível fuga de capitais, tais como o controle de câmbio”. Rafael Correa, presidente do Equador, aconselhou aos “países da América Latina que criem uma nova arquitetura financeira para serem mais autônomos e soberanos”. Essa proposta fundamenta-se em três pilares básicos: “um banco de desenvolvimento regional, fundo de reserva da área para enfrentar potenciais crises e eventuais problemas econômicos, e uma moeda comum contábil para os intercâmbios comerciais, a qual, a princípio, pode ser virtual” (BRASIL DE FATO, 01 dez 2008).

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, deu sugestão de iniciar o processo de desenvolvimento econômico regional autônomo com a organização de “um fundo financeiro de reservas” - semelhante ao que já está funcionando nas relações comerciais entre Cuba e Venezuela. Esse intercâmbio comercial entre os dois países cresceu de 200 milhões para cinco bilhões de dólares, segundo avaliação do presidente. O desejo dos membros da ALBA é “desvincular o monopólio do dólar nas relações econômicas internacionais”, já que a moeda é acusada de ser o “fator central do nó de contradições da crise”, segundo posição de Cabrisas, representante de Cuba (BRASIL DE FATO, 01 dez 2008).

Segundo *Agência Bolivariana de Notícias* (ABN, 19 abril 2010), os chefes de Estado, membros da ALBA, realizaram sua IX reunião em Caracas. O presidente da República da Venezuela fez um enérgico chamado para a construção do socialismo do século XXI e de combate ao capitalismo. A reunião contou com a presença do povo venezuelano, que festejava o bicentenário da independência do país (19 abril 2010). Também estiveram presentes militantes de movimentos sociais e dos conselhos comunais de todo território nacional. Participaram da reunião e das comemorações do bicentenário da independência os presidentes: Rafael Correa (Equador); Raúl Castro (Cuba); Evo Morales (Bolívia); Daniel Ortega (Nicarágua); Hugo Chávez (Venezuela) e pelos primeiros ministros, Winston Baldwin (*Antigua y Barbuda*); Roosevelt Skerrit

(*Domínica*) e Ralph Gonsalves (*San Vicente y las Granadinas*) e, a senadora colombiana Piedad Córdoba.

Além das bandeiras gerais da integração, os chefes de Estado mencionaram os impactos negativos do capitalismo, as ameaças do império estadunidense aos países da ALBA, a mudança climática, a defesa de terra e a independência definitiva de região. O presidente da Bolívia chamou afirmou que o compromisso dos países membros da ALBA não é apenas salvar a América Latina, mas cuidar da humanidade de toda terra, “*todas y todos somos hijos de nuestra madre tierra*”. Nesse sentido, diz Evo Morales, faz-se necessária a “luta contra o capitalismo e contra a industrialização desmedida”. O presidente de Cuba, Raúl Castro, comemorou o fim do analfabetismo e os investimentos em educação e saúde de vários países membros da ALBA. Porém, solicitou a unidade necessária para evitar que as potências comecem a frear os avanços da igualdade e da soberania, com atenção especial à campanha da mídia privada contra Cuba e os países membros da ALBA (ABN, 19 abril 2010).

O presidente Rafael Correa enfatizou a necessidade de os povos latino-americanos e caribenhos continuarem a luta pela independência definitiva, em todos os sentidos: político, econômico, cultural, científico e tecnológico. Por fim, conclamou a todos para continuar os esforços para garantir uma “pátria grande livre, soberana, eqüitativa e justa”, mas que, para isso, é necessário lutar unidos para triunfar. O presidente venezuelano destacou que, com a unidade dos países da ALBA, já foi possível atender um total de 897.883 pessoas abaixo da linha da pobreza, em seis países membros e já foram visitadas 2.052.931 residências de pessoas carentes por equipes técnicas (ABN, 19 abril 2010). O primeiro ministro de Antigua y Barbuda, Winston Baldwin, avaliou que os países unidos na ALBA poderão encontrar um caminho comum para a transformação das sociedades, para melhor distribuir os recursos e combater a pobreza. O primeiro ministro de San Vicente y las Granadinas, Ralph Gonsalves acredita que a população de seu país e da região entende que a ALBA é a raiz para sair do subdesenvolvimento. Finalmente, o presidente Chávez pronunciou o grito de ordem: “*unidad económica o muerte*” (ABN, 19 abril 2010).

2.5.1 Características socioeconômicas, políticas e militares dos países membros da ALBA.

Em 2008, havia aproximadamente 70.075.064 habitantes na soma dos 08 países que estão construindo a ALBA. A Venezuela tem o maior contingente populacional maior, 28.121.000, seguida pelo Equador (14.573.101) e Cuba (11.451.652), sendo a Domínica a menor, com 72.660 habitantes. O PIB na soma dos 08 países que formam a região da ALBA era de 569 bilhões de dólares. A Venezuela tem o maior PIB, de 315 bilhões de dólares. O segundo maior é o PIB do Equador com 99 bilhões e o terceiro maior é de Cuba com 97 bilhões de dólares. O PIB menor é dos países: Antígua y Barbuda, San Vicente y Granadinas e Domínica, ambos com um PIB de 01 bilhão de dólares. Em 2009, no PIB *per capita* dos países da ALBA, o maior é da Antígua y Barbuda com 18.100 dólares; o segundo maior é da Venezuela com 12.300 dólares; em terceiro lugar, Domínica com 9.600 dólares per capita; San Vicente y Granadinas em quarto lugar com 9.400 dólares; Cuba vem em quinto lugar com 8.500 dólares per capita; Equador em sexto lugar com um PIB per capita de 7.100 dólares; Bolívia em sétimo lugar com 4.200; e o PIB *per capita* mais baixo é da Nicarágua com 2.800 dólares (13-15 – ANEXO 1).

A taxa de alfabetização nos países da ALBA em média era alta, salvo exceções. Cuba está em primeiro lugar com 100% da sua população alfabetizada; em segundo lugar vem San Vicente y Granadinas, com 96%; em terceiro lugar Domínica com 94%; em quarto lugar vem a Venezuela com 93%; em quinto lugar vem o Equador com 91%; em sexto lugar a Bolívia com 87%; em sétimo lugar Antígua y Barbuda com 86% e em último lugar a Nicarágua com 68% do seu povo alfabetizado. Em 2009, os índices de desemprego na região da ALBA, em média eram muito altos, mas há exceções importantes: Domínica, com o índice mais alto, apresentava 23% da PEA desempregada; San Vicente y Granadinas 15%; Antígua y Barbuda 11%; Equador 9%; Bolívia 8%; Venezuela 7%; Nicarágua 6% e Cuba apenas 2% da PEA desempregada (Tabelas 13-15 – ANEXO 1).

A taxa de mortalidade infantil na região da ALBA apresenta o pior quadro para Bolívia com 45 para cada mil nascidos vivos; o segundo pior para Nicarágua com 25; o terceiro para a Venezuela com 22 (21,5 pequena divergência) e o melhor quadro está para Cuba com 06 crianças mortas para cada mil nascidas vivas. Os demais países têm números intermediários para a mortalidade infantil: Antígua y Barbuda com 16; San Vicente y Granadinas com 15 e Domínica com 14 crianças mortas entre cada mil nascidas vivas. No mesmo ano, a expectativa de vida dos países que integram a ALBA

aponta um quadro otimista. Cuba com a média de 77 anos; Domínica com 76; Equador e Antigua y Barbuda com 75; San Vicente y Granadinas e Venezuela com 74; Nicarágua com 72 e a Bolívia com a pior expectativa com 67 anos de vida em média (Tabela 16-20 – ANEXO 1).

Em 2009, a força militar disponível na soma dos países da ALBA era de um contingente aproximado de 17.159.689 pessoas. O contingente maior de pessoas disponíveis era da Venezuela com 6.647.124; o segundo maior do Equador com 3.536.602; o terceiro era de Cuba com 3.094.388 (embora lá seja colocada em prática a tática de “Guerra de todo povo”) e o menor contingente é de Domínica, 18.584 pessoas disponíveis. Quanto à dívida externa dos países da ALBA, a Venezuela estava em primeiro lugar com 47 bilhões de dólares; em segundo lugar Cuba com 20 bilhões; em terceiro, Equador com 18 bilhões, em quarto, Bolívia com 06 bilhões e em quinto lugar Nicarágua com 03 bilhões de dólares de dívida externa. Os demais países não apresentaram estatísticas a respeito do assunto até o momento da pesquisa.

2.5.2 A UNASUL e as características socioeconômicas, políticas e militares dos países membros.

Integram a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) os seguintes países: Brasil, Colômbia, Argentina, Peru, Venezuela, Chile, Equador, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Guiana e Suriname. Segundo publicação da Agência Bolivariana de Notícias (ABN, 09 fev 2010), a UNASUL, em 09 de fev de 2010 se reuniu em Quito (09 fev 2010) para a criação de um Conselho de Prevenção de Desastres, em especial para socorrer as vítimas da catástrofe natural do Haiti - mas também para evitar outros possíveis desastres naturais na região. A proposta foi apresentada pelo presidente do Paraguai, Fernando Lugo, que mostrou preocupação com a situação do Haiti, mas também com as enchentes no Peru. Lugo propôs que o Conselho seja coordenado pelo atual presidente da UNASUL, Rafael Correa, cuja proposta foi aceita pelos membros. Segundo solicitações do presidente do Haiti, René Preval, as emergências que foram apuradas concentram-se em produtos agrícolas (alimentação) e na área da saúde. O presidente Lugo lembrou que a ajuda da UNASUL ao Haití deve se basear no respeito à cultura e à história do povo haitiano.

Beto Almeida (02 jun 2009), na matéria *A UNASUL e a IV frota naval dos Estados Unidos*, considerou que os presidentes do Brasil (Lula), da Venezuela (Chávez), da Bolívia (Morales), da Argentina (Cristina Kirchner) e do Equador (Rafael Correa) não estão errados em dizer que “o nascimento da UNASUL é um fato histórico e com significativas repercussões na geopolítica global”. Para além das diferenças existentes entre os processos políticos desses países chamados progressistas, presentes na UNASUL, há uma posição de unidade, pois todos se apresentam como nacionalistas e defensores da soberania. Embora em ritmos diferentes, defendem a independência para lidar com os bens do país, tomar decisões sobre o desenvolvimento regional, o suficiente para deixar os EUA preocupados.

Nesse sentido, a reativação da IV Frota Naval dos EUA tem um objetivo certo: defender exclusivamente os interesses estadunidenses em terreno latino-americano. A criação da UNASUL e a organização de um Conselho Sul-Americano de Defesa, conforme proposta brasileira é uma resposta à reativação da IV Frota. Declaração do Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, enfatizou que o governo brasileiro não autorizará fiscalização de águas do território brasileiro pela IV Frota estadunidense. Os 12 países que compõem a UNASUL, em 2008 apresentavam as seguintes estatísticas demográficas, população total da organização: 395.116.102. O Brasil contava com uma população de 198.739.269 e, na soma dos demais países da UNASUL 196.376.833 habitantes. A população brasileira ultrapassava a soma geral da população dos demais países da organização em 2.362.436 habitantes. A segunda maior população da organização era a da Colômbia com 45.644.023; a terceira era a população da Argentina, com 40.677.348, a menor população era a do Suriname com 481.268 (Tabela: 21 - ANEXO 1). Em 2009, a soma total do PIB dos 12 países membros da UNASUL era de 3.603 trilhões de dólares.

O maior PIB era do Brasil com 1.794 trilhões; quase a metade do PIB geral. A soma do PIB dos outros países da organização chegava a 1.809 trilhões de dólares. O segundo maior PIB era da Argentina de 494 bilhões de dólares; o terceiro maior PIB era da Colômbia com 359 bilhões; a Venezuela apresentava o quarto maior PIB da organização com 315 bilhões de dólares. O menor PIB era da Guiana, com 03 bilhões de dólares. Na soma do PIB dos países com governos progressistas ou de esquerda moderada (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai) e de esquerda (Venezuela, Bolívia, Equador), que costumam fazer algumas alianças entre si, chega-se ao número de 2.830

trilhões de dólares. Contra a soma do PIB dos demais países de direita ou de centro-direita da organização, que também costumam realizar alianças entre si, chega-se a número de 773 bilhões de dólares. Em outras palavras, a UNASUL é uma organização sem definição político-ideológica unitária, mas têm a maioria dos governos de perfil progressista, de esquerda ou esquerda moderada, segundo caracterização feita por Maringoni (2009) (Tabela 22 – ANEXO 1).

Maringoni (2009: 180-181) arriscou uma análise de perfil político-ideológico de cada governo na América Latina até 2009, sobre as populações que conduziram líderes de esquerda ao governo na Bolívia, Venezuela, Equador e Nicarágua; em países de esquerda moderada e de centro: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Chile (este teve mudança); e em países com governos de centro-direita e direita: Costa Rica, Colômbia, México, Peru, Honduras e Haiti. O autor acrescenta que, mesmo em países onde a direita venceu eleições contra candidaturas de esquerda, estas saíram fortalecidas:

Se tivermos uma métrica bem elástica, podemos dizer que Bolívia, Venezuela, Equador e Nicarágua conduziram líderes de esquerda ao governo. Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Chile têm mandatários que oscilam entre uma esquerda moderada e o centro. Um terceiro time enfeixa o espectro compreendido entre o centro-direita e a direita, como Costa Rica, Colômbia, México e Honduras. O Peru e o Haiti podem engrossar este terceiro bloco. Vale frisar que mesmo nos países em que a esquerda foi derrotada – os casos mais evidentes são Peru, Colômbia e México -, ela teve um crescimento expressivo nesta rodada eleitoral.

Em 2009, o PIB *per capita* dos países da UNASUL era bastante diversificada e em média muito abaixo dos países de primeiro mundo (EUA: 46.300 dólares). O Chile com o maior PIB *per capita* de 14.000 dólares; o segundo maior da Argentina de 12.500; o terceiro da Venezuela de 12.300; o quarto do Uruguai de 10.700, o quinto do Brasil de 9.400 e o menor da Guiana de 3.600 dólares. Em 2008, a taxa de mortalidade infantil dos países da UNASUL apresentava um quadro muito diversificado e com altos índices de mortalidade. A Bolívia com a maior taxa com 45 crianças mortas em cada mil; a Guiana em segundo lugar com 30; o Peru em terceiro lugar com 29; o Paraguai em quarto lugar com 25; o Brasil em quinto lugar com 23; a Venezuela em sexto lugar com 22; o Chile com a melhor situação com 08 crianças mortas em cada mil nascidas vivas. (Tabela 23-24 – ANEXO 1).

Em 2008, a taxa de alfabetização dos países da UNASUL apresentou um quadro bastante otimista. A Guiana com a melhor situação, 99% das pessoas alfabetizadas; o

Uruguai em segundo lugar com 98%; a Argentina em terceiro lugar com 97%; o Chile em quarto lugar com 96%; o Paraguai em quinto lugar com 94%; a Venezuela e o Peru em sexto lugar com 93%. O Brasil em penúltimo lugar com 89% e, em último lugar, a Bolívia com 87% (com uma relativa melhora em 2009). Em 2008, a população abaixo da linha da pobreza, nos países que compõem a UNASUL, apresentava a pior situação no Suriname, com 70% das pessoas recebendo menos que 01 dólar por dia; Bolívia com 60%; Colômbia com 49%; Peru 45%; Equador e Venezuela com 38%; Paraguai com 32%; Brasil com 31%; Uruguai com 27%; a Argentina com 23% e o Chile, na melhor situação com 18%. Dados da Guiana não foram registrados na estatística pesquisada (Tabela 25-26 – ANEXO 1).

Em 2008, a PEA dos países que compõem a UNASUL apresentava a seguinte estatística: O Brasil em primeiro lugar com 93.650.000; a Colômbia em segundo lugar com 21.300.000; a Argentina em terceiro lugar com 16.270.000; a Venezuela em quarto lugar com 12.590.000; o Peru em quinto lugar com 10.200.000 e, o Suriname em último lugar com 165.600. Em 2008, a taxa de desemprego dos países da UNASUL apresentava na Colômbia e na Guiana os piores quadros de desemprego, com uma taxa de 11% da PEA; Suriname em segundo lugar com 10%; o Equador em terceiro lugar com 9%; Peru, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia com 8%; Venezuela com 7% e Paraguai na melhor situação com 5%. Em 2008, a dívida externa dos países da UNASUL apresentava o seguinte quadro: Brasil com a maior dívida, com 263 bilhões de dólares; em segundo lugar a Argentina com 128 bilhões; em terceiro o Chile com 65 bilhões; em quarto a Venezuela com 47 bilhões; em quinto a Colômbia com 46 bilhões; com a menor dívida externa a Guiana e o Suriname com 01 bilhão de dólares cada (Tabela 27-29 ANEXO 1).

Em 2008, as forças armadas dos países da UNASUL contavam com a disponibilidade do seguinte quadro de pessoas para eventuais necessidades de defesa ou ataque: em primeiro lugar, o Brasil com 52.449.957 pessoas disponíveis; em segundo lugar a Colômbia com 11.478.109; em terceiro a Argentina com 10.029.488; em quarto o Peru com 7.653.898; em quinto a Venezuela com 6.647.124; em último lugar o Suriname com 130.534 pessoas disponíveis. Na soma total dos países da UNASUL, havia 101.112.292 pessoas disponíveis para as forças armadas para uma eventual necessidade (invasão estrangeira ou coisa do tipo). Em 2008, o orçamento militar dos países da UNASUL, segundo percentuais do PIB, segue a seguinte ordem: em primeiro

lugar a Colômbia com 3,4% do PIB; em segundo lugar o Equador com 2,8%; em terceiro lugar o Chile com 2,7%; em quarto lugar o Brasil com 2,6%; a Venezuela aparece em anti-penúltimo lugar com 1,2%; o Paraguai penúltimo lugar com 1% e o Suriname em último lugar com 0,6%. (Tabela 30-31).

2.5.3 Será possível uma Comunidade de todos os Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)?

Segundo divulgação da *Folha de São Paulo* (28 fev 2010), com a matéria *Celac precisa vencer divergências dos países. Iniciativa é vista como possibilidade de integrar a região*, 32 países da América Latina e do Caribe teriam sido representados por chefes de Estado e diplomacias em reunião (22 fev 2010) para criar a CELAC. Os membros presentes na reunião assumiram o desafio de integrar a região com essa iniciativa, trouxeram o México para o bloco e abriram o leque latino para o cenário internacional. Inicialmente, pairam muitas dúvidas quanto à sua viabilidade, devido às inúmeras divergências entre os integrantes. O professor Riordan Roett, diretor do *Programa de Estudos Latino-americanos* da Universidade Johns Hopkins (Washington) disse que, ao longo da história, várias organizações latino-americanas foram criadas por chefes de Estado, mas não apresentaram funcionalidade. Contudo, acredita que a iniciativa poderá ter efeito positivo para discutir, entre outros assuntos, o comércio internacional e as mudanças climáticas.

Um grupo de trabalho foi designado para elaborar um sentido mais aprofundado à existência da CELAC. Em julho de 2011, os membros deverão se reunir em Caracas para definir o estatuto e seu programa de funcionamento. O professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Marcelo Coutinho avaliou a iniciativa como positiva, mas ressalva que a idéia precisa ser pautada pela realidade. Isto porque já existem outras organizações em andamento, como a ALBA e a UNASUL e também não poderá ter a pretensão de substituir a Organização dos Estados Americanos (OEA). Lembrou que a OEA inclusive é vista como uma entidade burocrática, lenta e cara, além de pouco funcional. Coutinho sugeriu que a CELAC poderia ser um “desdobramento natural” da entidade conhecida como *Grupo do Rio*, que funciona com reuniões periódicas e consultas entre governos, desde 1986.

O presidente do *Diálogo Interamericano* (centro de pesquisas apartidário – de Washington), Peter Hakim, teria elogiado por telefone a iniciativa de tornar a América Latina “mais coordenada, transparente” no cenário internacional. A dúvida de Hakim é sobre a capacidade de uma nova entidade (CELAC) em superar as divisões entre países, lembrando dos atritos recentes dos governos da Venezuela e da Colômbia. Contudo, assim como os demais analistas que se pronunciaram a respeito do assunto, Hakim descarta possibilidade de ruídos entre a CELAC e os interesses estadunidenses: “A relação entre EUA e América Latina é baseada em interesses comuns, em vários setores. Ela deve continuar se aprofundando, apesar das discordâncias” (FOLHA DE SÃO PAULO, 28 fev 2010).

2.6 Estados nacionais – do populismo à busca de um “Estado plurinacional” e do internacionalismo.

Galeano (1981:228) fez uma análise de alguns governos nacionalistas latino-americanos do início da instalação da indústria de base (1930-60), contando com os investimentos do Estado a favor da burguesia:

Os governos de Getúlio Vargas (1930-45 e 1951-54), Lázaro Cárdenas (1934-40) e Juan Domingos Perón (1946-55), de cunho nacionalista e ampla proteção popular, expressaram no Brasil, México e Argentina a necessidade de arranque, desenvolvimento ou consolidação, segundo cada caso e cada período, da indústria nacional. Em realidade, o “espírito de empresa” da burguesia industrial nos países capitalistas desenvolvidos, foi na América Latina, uma característica do Estado, sobretudo nestes períodos de impulso decisivo. O Estado ocupou o lugar de uma classe social.

Michael Löwy (2000:108-109) constatou que o nacionalismo populista latino-americano, entre 1940 e 1950, realizou-se no *peronismo* da Argentina, no *aprismo* do Peru e no *varguismo* do Brasil. Esse populismo está definindo ou se reconciliou com o capital estrangeiro. Enrique Dussel (1979:167-168) disse que o populismo é industrialista e de burguesia nacional e foi à crise dos países do capitalismo central que exigiu as substituições de importações que permitiram a industrialização nacional. Segundo Dussel, esse modelo de populismo desenvolveu-se a partir da década de 30 em vários países: no México com Lázaro Cárdenas, no Brasil com Getúlio Vargas, na Argentina com Juan Perón, no Equador com Veazco Ibarra, no Chile com Ibañez, na

Bolívia com Paz Estenssoro, na Venezuela com Perez Gimenez e na Colômbia com Rojas Pinilla.

A burguesia industrial-empresarial emergente de países periféricos teria um “pacto” com a nascente classe operária e os tradicionais camponeses, enfraquecendo a oligarquia latifundiária e a burguesia importadora. Trata-se do Estado neocolonial dependente que exige uma nova forma de governo, um governo de equilíbrio populista e que aponta uma nova forma de organização do capitalismo periférico. Desta forma, o populismo acabou sendo, na época, a única forma de governo democrático na América Latina: “O governo deve saber desempenhar seu papel de árbitro (...) em nome da burguesia nacional (...) os líderes que reuniam em sua pessoa a última arbitragem das oposições entre as classes, os interesses, as forças, presidentes eleitos (...) tinham o apoio real das maiorias populares”, segundo Dussel (1979:168).

A crise do nacionalismo do início dos anos 60 e o nacionalismo popular são analisados por Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (2004:100) através de uma caracterização da ideologia nacional, confundida com um fetichismo do Estado burguês. O nacionalismo analisado pelo autor compreende a apropriação do Estado “por uma ou mais classes ou frações de classe – da ideologia nacional”:

O nacionalismo, por sua vez, remete-nos a um processo que, do ponto de vista da ideologia nacional, é mais específico, pois se trata de um determinado tipo de apropriação dessa ideologia. Mais precisamente, um determinado modo de apropriação/questionamento do fetichismo do Estado burguês que, ao testemunhar a crise daquela ideologia, expressa uma “questão” nacional. Aqui o nacionalismo configura aquela apropriação – por uma ou mais classes ou frações de classe – da ideologia nacional, apropriação que, de algum modo, questiona, pela ótica do critério de constituição da comunidade nacional, a forma de legitimidade de um Estado burguês já constituído.

Lúcio Flávio de Almeida (2008), em *Lutas Sociais*, ao analisar as questões do nacionalismo latino-americano, afirma que movimentos com intensa participação popular se apropriaram da questão nacional na região. O autor cita os casos de El Salvador (duas vezes), Nicarágua e Cuba, países em que houve um fraco desenvolvimento capitalista e onde foram possíveis rupturas profundas das estruturas de dominação, de questionamento do imperialismo e da burguesia interna. Almeida cita também a experiência chilena (1970-1973), onde houve um Estado burguês constituído em sua plenitude, mas se desenvolveu um programa socialista de governo. Em ambos os

casos houve participação das massas e o sentido foi ir além da etapa burguesa de revolução.

No México, na Argentina e no Brasil houve a mobilização de grandes contingentes das classes populares, que provocaram choques com o imperialismo. Frações burguesas, especialmente de setores da burocracia estatal, foram fundamentais para garantir o desenvolvimento capitalista e, através da industrialização, apontava-se o caminho da emancipação nacional. Ao invés de preparar os caminhos para uma revolução socialista, em termos práticos foi consolidado o capitalismo industrial dependente (ALMEIDA, 2008). Hobsbawm (1990:195) em *O nacionalismo no final do século XX* analisou que “Hoje, todos os Estados do planeta, pelo menos oficialmente, são ‘nações’; todos os movimentos de libertação tendem a ser movimentos de libertação ‘nacional’”. O autor acrescenta que o nacionalismo, em seu significado histórico, atualmente é ocultado não somente nas “agitações étnico-linguísticas”, mas também pela expressão semântica de que todos os Estados, em última análise, são “nações” (em termos oficiais), mesmo que, em muitos casos, não se enquadram no significado do termo “Estado-nação”:

e portanto, todos os movimentos que procuram obter a independência encaram a si mesmos como nações instituintes mesmo quando evidentemente não o são; e que todos os movimentos por interesses regionais, locais, ou mesmo setoriais, que se colocam contra a centralização e a burocracia estatal, irão, se possível, vestir o hábito nacional da moda. Nações e nacionalismo, portanto, parecem ser mais influentes e onipresentes do que realmente são.

Após longa reflexão sobre os conceitos nação e nacionalismo, Hobsbawm (1990:215) concluiu dizendo que “nação” e “nacionalismo” não são termos explicativos o suficiente para se denominar as “entidades políticas” no seu sentido amplo, “muito menos para analisar sentimentos que foram descritos, uma vez, por essas palavras. Não é possível que o nacionalismo declinará com o fim do Estado-nação, sem o que “ser” inglês, ou irlandês, ou judeu, ou uma combinação desses todos”. Essa é apenas uma maneira pelas quais as pessoas apresentam suas identidades. As pessoas têm muitas outras maneiras de identificação, usadas em cada ocasião ou demanda da realidade. A respeito da necessária superação das fronteiras nacionais, do projeto político revolucionário e do comunismo internacional, Löwy (2000:20-21) resgata contribuições de Marx:

Na realidade, a idéia de uma cosmópolis, de uma cidade universal ultrapassando as fronteiras nacionais, está no coração da reflexão de

Marx e Engels sobre a questão nacional nessa época. Não se trata, para eles, de pura aspiração moral, mas de um projeto político em escala histórico-mundial, resultante de uma efervescência revolucionária. Em *A ideologia alemã*, Marx sublinha que somente pela revolução comunista é que a História se torna integralmente *Weltgeschichte*.

Mais adiante, Löwy (2000:21) apresentou outras contribuições de Marx (Ueber Friedrich List buch:14) a respeito das nações e da visão cosmopolita de mundo. O autor ressaltou que em Marx e Engels, a palavra “centro”, nessa conotação significa a expressão, países de maior desenvolvimento: Inglaterra, França, Alemanha e EUA. As contribuições que as nações trouxeram, na verdade foram de utilidade para a sociedade humana, cada qual transmitindo para outras as suas determinações, seu “ponto de vista”. No contexto de cada nação se desenvolveu a humanidade. A criação da indústria é atribuída à Inglaterra; a construção da política atribuída à França e a Filosofia atribuída à Alemanha. Essas criações se destinaram para o mundo no seu significado “histórico-mundial”, assim como a experiência das nações, têm somente esse sentido histórico. Para além das reflexões já apresentadas por Marx e Engels, Löwy (2000:86-87) explicou que deveria ter uma definição entre “nacionalismo dos opressores” e “nacionalismo dos oprimidos”. A ideia de Löwy aponta para o sentido da “libertação nacional” ou “pelo direito de autodeterminação das nações oprimidas”:

Claro que os internacionalistas marxistas que participarem de um movimento de libertação nacional deverão conservar sua independência e procurar persuadir as massas populares exploradas da necessidade de desenvolver sua luta (...) para além dos objetivos nacionais, rumo a uma transformação revolucionária socialista. Mas eles não podem ignorar ou subestimar o significado da aspiração popular à autonomia nacional.

Arellano e Oliveira (2002) ao avaliarem a organização da resistência indígena em Chiapas, México, apresentam a necessidade da superação do Estado nacional em crise e a organização de um Estado plural, com direito a igualdade e à diferença:

A concepção de Estado-Nação está atualmente em crise. Apenas agora vislumbramos a possibilidade de unir as duas idéias de nação a que recorreram nossa história. A presença dos povos indígenas convida a um novo projeto. O reconhecimento da multiplicidade de povos e culturas que compõem o país, se é genuíno, implica um novo desenho de Estado nacional: do Estado homogêneo a um Estado plural. Um Estado plural reconhece, junto ao direito da igualdade, o direito das diferenças. Porque a igualdade – princípio da justiça – não consiste na uniformidade, mas na equidade, quer dizer, no respeito e tratamento igual de todas as diferenças.

Luis Villoro (*in* ARELLANO; OLIVEIRA, 2002:177), uma contribuição ao debate com o tema: *Os povos indígenas do México. O futuro de sua história*, no Colégio Nacional (16 jul 1998). Villoro aprofundou o debate a respeito do Estado plural, especificamente a respeito da autonomia e do direito à diferença:

Mas a autonomia não é somente uma reclamação dos povos indígenas. É o sinal da participação democrática de todos os grupos que constituem a sociedade, porque todos têm, em um Estado plural, o direito a sustentar suas diferenças. Isso viu com clareza o EZLN quando proclamou que sua reivindicação de autonomia para as comunidades indígenas “pode igualmente aplicar-se aos povos, aos sindicatos, aos grupos sociais, aos grupos camponeses, aos governos dos estados, que são nominalmente livres e soberanos dentro da Federação”.

Casanova (*in* BORON; AMADEO; GONZÁLEZ, 2006:406), em defesa das contribuições teóricas de Mariátegui a respeito da unidade dos oprimidos - nações indígenas, os Estados multiétnicos e a classe trabalhadora:

Se generalizarmos sua reflexão, Mariátegui coloca em cada país ou Estado-nação pluriétnico a impossibilidade de uma política alternativa que não tome em conta, entre os atores centrais, as suas etnias, ou povos oprimidos, aliados e integrados aos trabalhadores e às demais forças democráticas e socialistas. Indo além das colocações populistas de seu tempo e de seu país, propõe uma luta nacional e ibero-americana em que o indonacional e o indoamericano inserem-se na realidade mundial da luta de libertação e de classes.

Almeida (2007:72-73) analisa a situação dos movimentos sociais indígenas e sua luta pela autonomia frente aos Estados e nações:

Na medida em que se constituem movimentos sociais de forte composição indígena, é inevitável que o questionamento dos estados nacionais existentes seja bem mais agudo. Portanto, num pólo, nos referimos aos movimentos sociais fortemente marcados pela dimensão étnica em formações sociais nacionais com acentuada presença de populações indígenas. No pólo oposto, há um movimento em cuja identidade esta dimensão, embora presente, não desempenha um papel central na constituição da identidade coletiva. A partir dos anos 90, movimentos indígenas conseguiram grandes avanços políticos e chegaram a atualizar de modo mais sistemático suas reivindicações de autonomia contrapondo-as aos indigenismos praticados pelos estados nacionais. Esta reivindicação da autonomia é central, por exemplo, na luta do EZLN e, como observa López y Rivas, “implica fundamentalmente o reconhecimento de autogovernos comunais, municipais ou regionais nos marcos do Estado nacional” (2002:6).

O debate entre os povos indígenas está direcionado no sentido da dupla libertação necessária: da classe e das nações, porém, aqui nações têm uma conotação de nações indígenas, mesmo porque eles não aceitam a idéia de pertencimento ao Estado-

nação no conceito das civilizações ocidentais e também não aceitam serem denominados por etnia, porque se consideram nações, conforme decisões do *II Encontro Continental dos Povos e das Nacionalidades Indígenas de Abya Yala (La Paz: 08-12 out 2006)*, nesse caso específico a respeito da Bolívia, extensivo aos demais países da região: “Somos Nações, Povos, Nacionalidades, queremos um Estado Plurinacional, que assim conste na nova Constituição da Bolívia. Todos os países de Abya Yala devemos reconstruir um Estado Plurinacional”. Os indígenas conhecem o continente americano ou “ameríndio”, desde o período anterior à dominação europeia pelo nome de Abya Yala.

Aumenta entre diversos povos indígenas latino-americanos, a consciência de que estão submetidos a “um duplo sistema de dominação por exploração de classes e discriminação étnica cujos processos de resistência são criminalizados” (II ENCONTRO CONTINENTAL, 2006 *apud* ALMEIDA, 2007: 73).

Segundo Almeida (2007:74-75), o *I Congresso da la Cordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (DECLARAÇÃO DE CUZCO, 15-17 jul 2006)*, além do antiimperialismo, apresentou definições semelhantes ao *II Encontro Continental*, deliberou como defesa política das nações indígenas, um “Estado plurinacional outra institucionalidade”. Entre outras decisões, a autodeterminação dos povos e a “reconstituição dos territórios, as institucionalidades indígenas”, assembleias constituintes fora dos moldes da democracia burguesa, indicação de delegados e mecanismos de controle indígenas pelas comunidades, sob uma forma democrática que permita a rotatividade, conhecida como: “Mandar obedecendo”.

Almeida (2007:75) avaliou que esses dois movimentos indígenas se relacionam entre si, se diferem apenas na ênfase de cada item da pauta de suas lutas. O autor relatou ainda que a maioria dos seus membros participa da *Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC)*, do Fórum Social Mundial e da Via Campesina. Esse conjunto de organizações e movimentos indígenas defende os governos da Bolívia, de Cuba e da Venezuela. Na política antiimperialista lutam contra a ALCA, têm unidade de luta com outros povos oprimidos do continente, com o povo iraquiano e palestino, além da defesa das questões de gênero.

2.6.1 Organização da classe operária e da esquerda latino-americana para superar os nacionalismos e o capitalismo

Boron (2006:70), em *Estudo Introdutório – Atualidade de Que fazer*, de Lênin, critica a falta de organização da esquerda latino-americana, afirmando que a burguesia está sempre aperfeiçoando suas formas de organização e se expandindo no mundo, enquanto alguns intelectuais de esquerda orientam o arquivamento das reflexões sobre o poder e do Estado:

Na América Latina, de modo geral, a questão da organização foi, infelizmente, menosprezada, enquanto a burguesia aperfeiçoa sem cessar suas estruturas organizativas e estende por todo o planeta o alcance de suas operações coordenadas. Não deixa de ser um cruel paradoxo a direita realizar permanentes esforços para repensar e renovar seus desenhos organizativos, enquanto alguns intelectuais de esquerda aconselham arquivar definitivamente toda reflexão sobre o poder e o Estado e caem no que Lênin muito apropriadamente chamava em sua época, e podemos usar essa expressão ainda hoje, de ingênuo “culto à espontaneidade”.

A esquerda latino-americana está perdendo o jogo da reflexão teórica e na organização dos operários e camponeses frente à organização burguesa, afirmou Boron (2006). O autor fundamentou sua reflexão nas contribuições do clássico do marxismo e do pensamento político da atualidade, em *O lugar de Lênin na história da teoria marxista*, ressaltando a contribuição teórica de Lênin que, associada à sua prática revolucionária, evidencia própria a sintonia dialética entre a reflexão e a ação revolucionária leninista.

Boron (2006) enfatiza as contribuições do líder da revolução russa (1917) e, considerando avaliações de Georg Lukács, define sua importância em três momentos conjunturais: na construção teórica do partido revolucionário; nas análises sobre o imperialismo; e na análise sobre a unidade operário-camponesa. Tais eixos analíticos tornaram-se verdadeiros “guias para a ação” para o combate ao revisionismo, na revolução burguesa de 1905, na crise revolucionária em fevereiro de 1917 e na revolução de outubro de 1917. Atualmente, poderão orientar a compreensão dos mesmos três momentos conjunturais e, por conseguinte, dos movimentos latino-americanos revolucionários direcionados pela teoria e prática marxistas.

2.7 Marxismo no movimento operário-indígena latino-americano – uma estratégia para além dos nacionalismos e do stalinismo.

Consolidada a dominação espanhola, em alguns casos, a resistência indígena garantiu a defesa de seus territórios até o início do século 20, segundo Toscazo (1981

apud BUSTOS, 2008). Os espanhóis utilizaram basicamente três caminhos para “pacificar” os nativos: a guerra militar, a evangelização e o direito. O objetivo era submeter os indígenas para integrá-los posteriormente à cultura ocidental cristã e, dessa forma, justificar juridicamente a expansão espanhola no continente americano. A invasão e a colonização espanhola deixaram também a marca da redução demográfica da população indígena na América Central. Para alguns autores, antes da colonização havia cerca de 25 milhões de habitantes na América Central. Para outros autores, mais conservadores, havia em torno de 12 a 15 milhões e no México entre 5 e 8 milhões. Em 1565, havia cerca de 4 milhões de nativos, mas cem anos depois havia apenas 1,5 milhão de indígenas no México. As causas da drástica redução populacional indígena podem ser identificadas: as mortes provocadas na guerra de conquista; as doenças contagiosas (tifo, varíola, sarampo) trazidas pelos espanhóis, que provocaram grandes epidemias; os brutais castigos impostos na escravidão, que mataram milhares; a fome e a baixa natalidade, como consequência dos fatores anteriores (ALPEROVICH, 1983 *apud* BUSTOS *et al*, 2008).

Durante o período da colonização espanhola no México podem ser observados três “modos de produção”: “a república de indígenas ou despotismo tributário, como a República dos espanhóis, na qual feudalismo e capitalismo embrionário encontram-se indissolavelmente entrelaçados”(SEMO, 1983:15 *apud* BUSTOS *et al*, 2008). Esses “modos de produção” tinham em comum, o trabalho escravo de negros africanos e de nativos da região, além da centralização política em torno da coroa espanhola, mantendo do México como simples colônia. Antes da colonização espanhola, eram praticadas diferentes formas de organização agrária, três da iniciativa pública e três da iniciativa privada. As terras pertencentes ao poder público, pertenciam ao rei (*Tlatoani*).

Quando a aristocracia mestiça do Peru tornou-se politicamente independente da metrópole espanhola, os quatro milhões de índios desapareceram a emancipação. Embora houvesse leis para “protegê-los”, seu estado de servidão manteve-se até os dias de hoje. Os novos donos do poder tinham como preocupação central ampliar seus latifúndios, confinando a comunidade indígena em alguns departamentos, deixando-os sem-terra. Famílias integrantes do *ayllu* (comunidade) foram obrigadas a procurar trabalho em parceira ou como peões, nos mesmos latifúndios formados por terras. Das famílias *ayllu* existem apenas traços fisionômicos, costumes étnicos sociais e práticas religiosas. A propriedade comum das terras das comunidades *ayllu* era mantida por

pactos e por laços de parentesco e, por isso, o patrimônio da coletividade ainda é formado pelas terras cultiváveis e pastos pertencentes à comunidade:

As terras comunais pertencem a todo *ayllu*, ou seja, ao conjunto de famílias que formam a comunidade. Algumas estão divididas e outras continuam em qualidade de bem imóvel comum, cuja a administração é efetuada pelos agentes da comunidade. Cada família possui um pedaço de terra que cultiva, mas que não pode vender porque não lhe pertence: é da comunidade (LÖWY, 2006:111).

Esse espírito coletivista do indígena subsiste em todo território peruano, boliviano, equatoriano e chileno. Quando um parceiro, mesmo fora da comuna, não conseguir realizar um trabalho (por doença ou por falta de ajudantes), recebe a cooperação de parceiros vizinhos - que recebem parte do produto da colheita da colheita (quando a produtividade permitir) ou a compensação do trabalho em outra época. Na Bolívia, observa-se outra forma de cooperação entre pequeno proprietário indígena do campo e outro pequeno artesão ou assalariado urbano, facilitando a compra de sementes ou implementos agrícolas que faltam ao primeiro - que trabalhará nos períodos de safra. A repartição do produto é feita conforme acordo previamente estabelecido. “Só o movimento revolucionário classista das massas indígenas exploradas poderá lhes permitir dar um sentido real à libertação de sua raça da exploração, favorecendo as possibilidades de sua autodeterminação política”, teorizou Mariátegui (*apud* LÖWY, 2006: 112):

“Um dos principais problemas que o marxismo latino-americano teve de confrontar foi precisamente à definição do caráter da revolução no continente-definição que era ao mesmo tempo resultado de certa análise das formações sociais latino-americanas e o ponto de partida para a formulação de estratégias e táticas políticas. Em outras palavras, é um dos momentos-chave da reflexão científica e uma mediação decisiva entre a teoria e a prática. Toda uma série de questões políticas fundamentais – as alianças de classe, os métodos de luta, as etapas da revolução – está intimamente ligada a essa problemática central: a natureza da revolução” (LÖWY, 2006: 9).

Löwy define três períodos do marxismo na América Latina: a) denominado revolucionário, ocorrido nas décadas de 20 e 30, cujo processo foi especialmente evidenciado por Mariátegui, que considera a insurreição salvadorenha de 1932 como a ação concreta mais importante desse período. Ressalta-se que, nesse período, os marxistas atribuíam à revolução latino-americana um triplo caráter: socialista, democrática e antiimperialista. b) período denominado stalinista, entre 1935 e 1959, sob hegemonia de interpretação soviética de Stalin, que considerava a revolução da América Latina como nacional-democrática. c) conhecido como novo período revolucionário, a

partir da Revolução Cubana, caracteriza-se pela ação de correntes radicais, inspiradas na figura de Ernesto Che Guevara e fundamentadas no caráter socialista da revolução ou situações particulares da luta armada. Segundo o autor, o marxismo latino-americano sofreu duas tentações ameaçadoras opostas: o “excepcionalismo indo-americano e o eurocentrismo”. A visão indo-americana tende a absolutizar a América Latina como excepcionalidade cultural, histórica e sócio-estrutural. Em última instância, essa visão coloca em questão o próprio marxismo, considerado como teoria exclusivamente européia.

Löwy considera que a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) é o exemplo mais concreto dessa visão. A organização, sob liderança de Haya de la Torre, em primeiro momento, procurou “adaptar” o marxismo à realidade do continente para, em segundo momento, “superá-lo” em benefício de um populismo eclético e *sui generis*. A visão eurocêntrica devastou o marxismo latino-americano, mais do que qualquer outra tendência, segundo Löwy. Trata-se de uma teoria que se limitou a transplantar mecanicamente os modelos socioeconômicos europeus de desenvolvimento do século XIX para América Latina. Para “adaptar” a realidade latino-americana aos processos de superação do feudalismo, pelo capitalismo, fazia-se o “recorte” ou “esticava-se” a realidade conforme a “necessidade teórica” do momento. Dessa forma, a estrutura agrária era considerada feudal, com uma burguesia progressista ou até revolucionária e os camponeses hostis ao socialismo coletivo.

O continente era considerado uma espécie de Europa tropical, com um século de atraso, e sob o domínio do império estadunidense. Embora as duas visões sejam antagônicas e contraditórias, o autor entende que a conclusão a respeito das teorias e práticas da época é uma só: “o socialismo não está na ordem do dia na América Latina” (LÖWY, 2006:10). Segundo os “apristas” (entre eles, Carlos Manuel Cox), Mariátegui não compreendeu a diferença entre as sociedades européias industriais e as latino-americanas (eminentemente agrárias) e que, por isso, teria inventado o mito de uma classe trabalhadora revolucionária na América Latina. Os eurocentristas (como Alejandro Martinez Cambero), inspirados nos escritos de Stalin, chegaram à conclusão de que as condições econômicas e sociais latino-americanas não estão devidamente maduras para uma revolução socialista – que, inicialmente exigiria a concretização de uma etapa democrática anti-feudal, com apoio dos revolucionários socialistas. No sentido da superação (*Aufhebung* hegeliana) dessas duas correntes, Löwy enfatiza as

contribuições de Mariátegui e de Che Guevara, que concluem uma posição exatamente oposta à estalinista: “a revolução na América Latina será socialista ou não será” (LÖWY, 2006:12).

Vários pesquisadores marxistas latino-americanos das décadas de 40 e 50, como Caio Prado Júnior, Sergio Bagu, Marcelo Segall (citados por Löwy) concluíram suas análises negando a existência de estruturas de relações produtivas originalmente feudais européias na América Latina. Seguindo essa linha de interpretação, Luis Vitale, André Gunder Frank, entre outros, definem a estrutura produtiva latino-americana como capitalista com combinação pré-capitalista, pois apesar de a realidade socioeconômica latino-americana apresentar uma configuração histórica diferente da européia (do feudalismo ao capitalismo industrial) também segue o modo de produção capitalista. A partir dessas contribuições, Löwy avalia que somente medidas anticapitalistas, de caráter revolucionário socialista, poderão solucionar o problema agrário no continente e promover um desenvolvimento socioeconômico sem conflitos.

A questão indígena, especificamente a do campesinato da América Latina frente ao modelo europeu, articula-se à problemática anterior. Por isso, Löwy destaca os estudos particulares que Mariátegui e Diego Rivera realizaram sobre os modos pré-colombianos de produção - para resgatar as experiências coletivistas do campesinato indo-americano. Vale ressaltar que tais experiências apresentam características diferenciadas dos pequenos proprietários descritos por Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Hugo Blanco e Ricardo Ramírez, também analisam a opressão sofrida pela rebelião do campesinato indígena, evidenciando seu caráter dual: socioeconômico e etnocultural. Os marxistas dogmáticos entendem a luta camponesa como luta burguesa e democrática, semelhante à luta camponesa da Revolução Francesa. Por outro lado, os dialético-concretos entendem que o campesinato latino-americano, resultado das tradições culturais e da exploração capitalista, revela um potencial revolucionário socialista dos trabalhadores do campo, a exemplo de *El Salvador*, 1932 e Cuba, 1957-61. Do ponto de vista do marxismo “concreto-dialético” representado também por Mariátegui (1960-70), para a América Latina tornar-se independente do imperialismo, deve rejeitar o modelo europeu, no mesmo sentido anterior:

“No contexto do modo de produção capitalista, os países do continente estão inevitavelmente condenados à dependência e à submissão ao poder econômico e político-militar do imperialismo. O único caminho para superar a dominação da metrópole norte-

americana e a hegemonia dos monopólios multinacionais, a única maneira de escapar ao subdesenvolvimento, é romper com o próprio sistema capitalista – tomar o caminho socialista” (LÖWY, 2006:13).

Para Löwy, descartando o marxismo indo-americano (ecclético e exótico), a disputa da hegemonia entre um dos dois pólos do marxismo na América Latina dependerá da situação histórica dos trabalhadores da América Latina e do mundo, além do talento individual dos intelectuais marxistas em suas interpretações. Considera também que, enquanto havia “hegemonia do comunismo original” (década de 20), o marxismo era “aberto”, semelhante à nova fase da contraditória e vitoriosa revolução cubana (1959). O período mais difícil e negativo do marxismo (1930-60) seria marcado hegemonia stalinista, que dogmatizou e empobreceu o marxismo latino-americano, mesmo que houvesse marxistas criativos nas fileiras do marxismo oficial ou fora dele – lembrando que a introdução e a disseminação do marxismo na América Latina devem-se aos imigrantes europeus, alemães, italianos e espanhóis, no final do século XIX.

A Corrente Comunista iniciou as análises marxistas, apontando organizações políticas revolucionárias na realidade latino-americana, a partir dos partidos comunistas da década de 20. Há duas fontes de organização comunista: a) caracterizada pelos partidos socialistas, inspirados na revolução russa, com destaque para as correntes majoritárias do Uruguai (1920), do Chile (1922) e da ala esquerda da Argentina (1918); b) organização orientada pelos grupos anarco-sindicalistas que aderiram ao bolchevismo no México (1919) e no Brasil (1922). Contudo, nessa época, a organização dos comunistas nesses países não era muito forte, como se observa no PC do Chile que, apesar de ser o mais representativo em 1929, não possuía mais que cinco mil filiados.

A síntese dialética entre o universal e o particular, entre o internacional e o latino-americano inspirou a obra de José Carlos Mariátegui (1824-1930), indubitavelmente o pensador marxista mais vigoroso e original que a América Latina já conheceu. Escritor e jornalista, Mariátegui tornou-se socialista em 1919 e descobriu o marxismo e o comunismo durante uma longa estada na Europa (1920-23), particularmente na Itália. Ao retornar ao Peru, integrou-se ao movimento dos trabalhadores industriais e agrícolas. Em 1926, fundou-se a revista *Amauta*, que reuniu a vanguarda cultural e política do Peru e da América Latina; e publicou numerosos textos literários e políticos europeus (Breton, Gorki, Lenin, Marx, Rosa Luxemburg, Romain Rolland, Ernest Toller, Leon Trotski). Em 1927, Mariátegui participou do congresso da Federação dos Trabalhadores de Lima, cujos delegados foram presos pelo governo,

acusados de montar uma “conspiração comunista”. Doente e incapacitado, Mariátegui foi internado em um hospital sob vigilância policial.

Segundo Löwy (2006), o pensamento de Mariátegui caracteriza-se por uma fusão entre as partes consideradas mais avançadas da intelectualidade europeia e as tradições milenares do povo indígena - tentando assimilar os movimentos camponeses em reflexões marxistas. A iniciativa de revolucionar o marxismo, embora com certo voluntarismo, possibilitava a Mariátegui distanciar-se do evolucionismo de Stalin. Segundo Löwy, Mariátegui, fundador do comunismo peruano, é o marxista mais importante da América Latina, justamente devido a essa teorização socialista a respeito da questão indígena. Nos anos 20, enquanto os estalinistas divulgavam o chamado marxismo-leninismo por toda América Latina, Mariátegui construía a idéia de fusão histórica entre socialismo e democracia no Peru. Na avaliação de Mariátegui (*apud* LÖWY, 2006), nunca existiu burguesia progressista no Peru -realidade que justifica sua estratégia revolucionária defendida no programa do Partido Socialista (1928). No mesmo sentido, Mariátegui defende que a revolução na América Latina só pode ser socialista, com clareza de objetivos antiimperialistas e agrários. O pressuposto defendido é de que não há possibilidade de capitalismo independente em continente dominado por impérios, uma vez que “a burguesia local chegou tarde demais à cena histórica” (LÖWY, 2006:20).

O ministro da educação pública da Guatemala chegou a declarar na época que: “Se educarmos o índio, ensinando-o a ler e a contar, como faríamos depois para encontrar *mozos* (peões ou trabalhadores agrícolas) para as fazendas, e como faríamos para não acabar com a economia nacional?” (RIVERA *apud* LÖWY, 2006:159). Segundo o autor, esta frase representa toda a situação indígena na América Latina. Para resolver os problemas da questão agrária indígena, inclusive das tarefas básicas de higiene física e mental, ou os métodos agrícolas enraizados há séculos, não resta outro caminho estável para a América Latina, senão a ditadura do proletariado (RIVERA *apud* LÖWY, 2006: 160). Sobre o México, Löwy (2006) diz que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1º de janeiro de 1994, fez surgir uma organização guerrilheira de novo tipo, combinando um marxismo guevarista com a cultura das comunidades indígenas maias de Chiapas - como herança da Revolução Mexicana entre 1911 e 1917. Desde as manifestações populares na capital mexicana em 1994, contra a política neoliberal (NAFTA), existe uma espécie de “paz armada”, ou “guerra de baixa

intensidade”, em Chiapas. O objetivo do EZLN é lutar pela justiça e pela democracia junto à sociedade civil mexicana, não é a “tomada do poder”. O EZLN declarou guerra ao Exército federal do México no governo de Carlos Salinas de Gortali, determinando as seguintes ordens para o exército rebelde:

Primeiro: Avançar em direção à capital do país vencendo o Exército federal mexicano, protegendo em seu avanço libertador a população civil e permitindo aos povos libertados eleger, livre e democraticamente, suas próprias autoridades administrativas. Segundo: Respeitar a vida dos prisioneiros e entregar os feridos à Cruz Vermelha Internacional. Terceiro: Iniciar julgamentos sumários de soldados do exército federal mexicano e da polícia política que tenham recebido cursos e que tenham sido assessorados, treinados ou pagos por estrangeiros, seja dentro da nossa nação seja fora dela, acusados de traição à pátria, e de todos aqueles que roubem o atem contra os bens do povo. Quarto: Formar novas fileiras com todos aqueles mexicanos que manifestem desejo de somar-se à nossa justa luta (...). Quinto: Pedir rendição incondicional dos quartéis inimigos antes de travar os combates. Sexto: Suspender o saque de nossas riquezas naturais nos lugares controlados pelo EZLN. Povo do México: Nós, homens e mulheres íntegros e livres, estamos conscientes de que a guerra que declaramos é uma medida extrema, porém justa. Os ditadores estão aplicando há muitos anos uma guerra genocida não-declarada contra nossos povos. Por isso, pedimos sua participação decidida, apoiando este plano do povo mexicano que luta por trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz... (LÖWY, 2006:546).

Ao longo do século XX, a América Latina e o Caribe, muito além de outras regiões do mundo, iniciaram a afirmação de suas identidades, após longo período de opressão, exploração e dominação externa. As rebeliões dos trabalhadores mineiros de *Iquique*, do Chile e a Revolução Mexicana de Emiliano Zapata e Pancho Villa são consideradas as primeiras grandes rebeliões vitoriosas do continente. Para Emir Sader (2006:xxix), Mariátegui “soube como poucos captar as particularidades do caráter indígena de grande parte da nossa população e projetar suas dimensões revolucionárias”. O primeiro governo indígena eleito no continente foi Evo Morales, na Bolívia em 2005 – prenunciando a possibilidade de emancipação latino-americana e caribenha do século XXI. Os indígenas assumiram a condição de votar em um indígena, apropriaram-se das riquezas naturais do país, refundaram e descolonizaram o Estado boliviano. Neste século a América Latina e o Caribe se deparam com novos desafios econômicos, sociais, políticos, culturais e intelectuais apresentados pela crise de hegemonia dos EUA. O continente encontra-se dividido entre buscar um caminho de integração regional, soberano, justo e solidário ou assinar acordos de livre comércio com os EUA (SADER, 2006).

Na Bolívia o movimento operário organiza-se em diretórios conselhos, confederações e subconselhos de socorro mútuo. Os centros de ajuda mútua dos artesãos também se proliferaram entre trabalhadores ferroviários e gráficos, em 1840. As primeiras associações culturais desse tipo começaram a surgir nas minas de prata em fins de 1870, e se organizaram, posteriormente, nos centros mineiros, que se mantiveram até o início do século XX. As tradições artesanais e indígenas, como por exemplo, os motins e os ritos “às deidades das covas (‘tio da mina’), fazem parte da memória coletiva do proletariado mineiro moderno, nas lutas de resistência contra a lógica do trabalho e da organização do tempo capitalistas” (SADER, 2006:200). Em 1930, iniciou-se a expansão do sindicato operário de organização por empresa. Com a abertura política dos governos “militares nacionalistas” para organizações operárias, em 1936, ampliam-se as sindicalizações e surgiram vários sindicatos nas minas, como *Morococala, Ruanune, Catavi, Machacamarca, La Unificada, La Colorada, Vinto* - organizados por operários - que modificaram a demanda das organizações operárias e o conteúdo da produção nas empresas.

A Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), criada em 1944 pelos trabalhadores mineiros, posteriormente, reuniu 50 mil filiados, tornando-se a organização mais importante do movimento operário nacional. No início da década de 30, as organizações autônomas de trabalhadores fabris iniciam-se na indústria têxtil. A atual Confederação Geral de Trabalhadores Fabris da Bolívia (CGTFB), ao lado da FSTMB, durante os últimos 50 anos, formou um dos pilares do movimento operário no período de existência das grandes empresas na Bolívia. Na conhecida Revolução de 1952, os sindicatos operários das cidades e das minas provocaram uma insurreição armada, derrotando as tropas do exército nas principais cidades do país. Em 16 de abril de 1952, todos os setores organizados da sociedade e os sindicatos criaram a Central Operária Boliviana (COB), que unificou todos os trabalhadores das minas e das cidades, com um núcleo de direção de hegemonia operária (das fabricas e das minas). A COB defendia projetos políticos de nacionalização das minas, nacionalização das estradas de ferro e a “revolução agrária” – que foram implantadas pelo governo revolucionário até o início das reformas de livre mercado, na década de 80.

Os grandes processos de democratização e a formação política das cidades de toda sociedade boliviana são resultado do movimento operário da última metade do século XX. Até 1996, a COB era considerada referência para encaminhamento das

demandas e necessidades sociais dos operários, estudantes, professores, pequenos comerciantes e cidadãos em geral (SADER, 2006:200-201). Desde 1985, as grandes transformações ocorridas no mundo do trabalho da Bolívia, devido às reformas de livre mercado, afetaram diretamente a classe trabalhadora, particularmente a COB. Além da mudança nos direitos de propriedade e organização técnica, assistiu-se à fragmentação acelerada da propriedade privada e estatal. Os trabalhadores foram atingidos pela substituição do contrato de tempo indefinido pelo contrato de tempo definido, eventual, contrato civil e em regime de subcontratação. Como resultado disso foram enfraquecidos a estrutura e a sindicalização, além da retirada de um conjunto de direitos dessa forma de trabalho assalariado. O Estado criou uma nova forma de regulação da força do trabalho, induzindo o trabalhador a aceitar as novas regras do jogo, da ação compulsiva que legitima a desfiliação, as ações judiciais e resistências sindicais.

As redes de organização da COB não amparavam o “novo mundo operário” contra a efemeridade e fraqueza de vínculos solidários dentro das empresas, preferindo agir em caráter gremial ou vicinal com organizações territoriais - enfraquecendo a estrutura de organização da COB nos últimos anos. Contudo, as classes subalternas, de redes territoriais locais não desmontadas pelas reformas neoliberais, conseguiram organizar estruturas sóciopolíticas de grande mobilização e resistência, não mais de “estrita identidade operária”, mas, de “movimentos sociais indígenas, urbanos e rurais”. Surgem outras organizações em defesa das necessidades básicas: água, terra e hidrocarbonetos, formando um amplo bloco de democratização social e de autonomia política nas últimas décadas (SADER, 2006).

Segundo Sader (2006), 62% dos habitantes acima de quinze anos assumem pertencer a alguma nação indígena, e aproximadamente 40% da população tem idioma indígena em sua origem. Na Bolívia, existem 38 povos indígenas e descendentes, destacando-se: os quíchuas (30% da população do país) e os aimarás (25% da população). A maioria dos quíchuas está instalada nas zonas dos vales, e os aimarás no planalto (rural e urbano). Na cidade El Alto, terceira mais importante do país, a maioria de sua população é indígena. Nas regiões de terras baixas e plainas, nos 35 povoados restantes, 6% da população recenseada é indígena. Desde meados do século XX, os direitos de cidadania foram ampliados, mas se percebe uma estratificação étnica no mundo do trabalho, que discrimina o trabalhador indígena do não indígena. Em geral, o indígena recebe um terço do salário de um não-indígena, indicando que a maioria da

população pobre do país seja também indígena. Nesse sentido, afirma Sader (2006: 202): “Podemos dizer que na Bolívia num sentido estrito o etnicismo desempenha o papel de um capital, o capital étnico que viria a ser um *plus* social, um bem apetecível, monopolizável e facilitador da ascensão e das inserções sociais”.

Na Bolívia, há vários movimentos indígenas com diferentes reivindicações apresentadas ao Estado, a partir de diferentes identidades sociais e métodos de mobilização. Na zona do planalto, o movimento indígena *aimará* organizou a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), composta por comunidades camponesas indígenas. Essa estrutura organizativa de “novo ciclo” existe há trinta anos entre os *aimarás* rurais e urbanos – permitindo ao povo indígena da nação *aimará* apresentar a maior coesão social, mobilização e consciência de sua identidade – e criar uma nova narrativa histórica da sua autonomia.

Esse primeiro capítulo teve como objetivo apresentar informações históricas, teóricas e conjunturais da América Latina, do Caribe e da Venezuela em relação ao império estadunidense. A situação indígena da Venezuela será apresentada nos capítulos seguintes, dedicados às questões da organização da classe operária e dos movimentos sindicais, no interior das estruturas de desenvolvimento do modo capitalista de produção.

3 CAPITALISMO VENEZUELANO – da economia agrícola de exportação à indústria petroleira (1810–1998).

Enquanto a dominação da classe burguesa não se tivesse organizado integralmente, enquanto não tivesse adquirido sua expressão política pura, o antagonismo das outras classes não podia, igualmente, mostrar-se em sua forma pura, e onde aparecia não podia assumir o aspecto perigoso que converte contra o poder do Estado numa luta contra o capital (MARX, 1987:73).

Gravura 4 – Foto do Bairro 23 de Janeiro – Caracas – Venezuela



Fonte: <http://www.laclase.info/nacionales/chavez-preocupado-ante-el-posible-avance-de-la-izquierda-no-subordinada-al-psuv> (25 mar 2010).

3.1 Economia burguesa colonial e *crioula* sob trabalho escravo - rebeliões e insurreições de negros e índios.

Quando Cristóvão Colombo chegou ao extremo norte da América do Sul, em 1498, encontrou vários povos originários do Caribe, como os *tamaques*, *cumanagotos*, *arecunas*, *maquiritares*. Os espanhóis perceberam semelhanças entre as construções locais sobre pilares e as construções de Veneza – da qual derivou o nome Venezuela. Como colônia da Espanha, a Venezuela foi organizada como Capitania Geral e pertencia ao Vice-Reinado de Nova Granada. Durante o século XVIII, tornou-se a

colônia agrícola mais importante do império espanhol, com a produção do cacau. A aristocracia crioula formou-se a partir dessa expansão agrícola, com a exploração do trabalho de escravos vindos da África – razão pela qual a maioria da população venezuelana era constituída por “pardos” (ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO, 1999).

Uma das primeiras formas de exploração de trabalho escravo de negros pelos colonizadores espanhóis na Venezuela aconteceu na “pesca de pérolas”, desde o início do século XVI. Para o historiador Federico Brito Figueroa, em *Insurreição dos escravos negros na sociedade colonial venezuelana (apud BARRIOS s/d)*¹, todas as vezes em que os escravos mergulhavam na água salgada do mar para saciar a ganância do lucro espanhol, também *alimentavam seu espírito de rebeldia*. Os negros vinham de algum lugar da África e seus pulmões se enchiam ao serem obrigados a mergulhar nas profundezas do mar e cavar na areia à procura de ostras.

Em 1603, houve a insurgência dos negros escravos da Ilha de Margarita (*rancherías de perlas*) - um dos maiores centros de escravidão na Venezuela, desde o início da colonização. Além dos escravos da procura de pérolas, os das fazendas de produção do açúcar, de plantação do café e das minas (BARRIOS, s/d) também organizavam rebeliões contra a ordem imposta pelos europeus, contra a hierarquia social e cultural racista e excludente. Para Barrios (s/d), Brito Figueroa é um dos primeiros a denunciar outros historiadores que tentaram maquiagem a realidade dos escravos venezuelanos, afirmando que foram rebeliões esporádicas motivadas por questões socioeconômicas, e que as populações africanas teriam assimilado pacificamente a imposição da escravidão pelos colonizadores europeus.

O historiador Luis Felipe Pellicer (*apud BARRIOS*), coordenador do Arquivo Geral da Nação (AGN) da Venezuela afirmou que as insurgências de escravos (indígenas e negros) eram resultado de uma determinada consciência política, pois lutavam pela liberdade e pela independência frente à opressão dos colonizadores. Esse processo de rebeliões e insurreições revelava a opressão capitalista incipiente, iniciada em 1498, contra a qual se rebelaram as nações indígenas e os africanos escravizados

¹ Diferentes relatos a respeito do trabalho escravo, rebeliões e insurreições de negros e índios, na colonização espanhola e nas primeiras décadas pós-independência venezuelanas, na economia agrícola exportadora poderão ser conhecidos com maior profundidade, através dos historiadores citados por Antonio Barrios (s/d) <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=104349&titular=rebeliones-de-los-negros:-primeros-actos-de-emancipación-independentista> (21 abril 2010).

durante vários séculos (XVI, XVII e XVIII). Ramos Guédez (*apud* BARRIOS s/d) descreveu que uma das primeiras rebeliões (transformada em insurreição) aconteceu entre 1553 e 1556, nas minas de extração de ouro de Buría, próximo de Nirgua do estado Yaracuy, liderada pelo chamado “Negro Miguel”.

Em uma das noites que Miguel seria novamente castigado e humilhado, teria resistido com uma espada e fugido para a montanha. Brito Figueroa (*apud* BARRIOS, s/d) analisou a resistência de Miguel como ato consciente pela liberdade frente à “perpétua e miserável servidão”. A luta de Miguel não terminou com sua morte, mas se transformou em movimento de resistência da nação Jirahara, que provocou o posterior abandono daquela mineração pelos espanhóis. Essa insurgência manteve-se em pé de guerra por quase setenta e cinco anos, resultando na formação da república de “zambos e mulatos”, descrita por José Bracho em *Chimbánguele: paradigma del cimarronaje cultural em Venezuela* (*apud* BARRIOS, s/d).

O historiador José Marcial Ramos Guédez (*apud* BARRIOS, s/d) descreveu as inúmeras rebeliões ocorridas em dois séculos: em 1603, a sublevação dos *negros perleros*; em 1732, a sublevação de Andrés López Rosário, Andresote no *Valles de Yaracuy*; em 1749, a insurreição na província de Caracas; em 1771, a sublevação de Guillermo Ribas; a insurreição liderada por José Leonardo Chirinos na *Serranía coreana*, estado *Falcón* e, em 1795 se expandiu para outras regiões. Essa última insurreição é tida como uma das mais importantes de toda a colonização espanhola na Venezuela, pois contou com a participação de 200 escravos, mulatos, indígenas e livres. Segundo Ramos Guédez (*apud* BARRIOS, s/d), a luta visava à liberdade dos escravos, mas também propunha um governo soberano na região, em estreita vinculação com o movimento dos Jacobinos Negros - em pleno apogeu no em Guadalupe, no Haiti e em Martinica. Ocuparam a fazenda *El Socorro*, proclamaram a República da Igualdade decretaram a abolição da escravatura, o fim dos privilégios, o fim da nobreza branca e do pagamento de impostos. O líder da insurreição foi traído, preso e enforcado, conforme relatos de Brito Figueroa (*apud* BARRIOS, s/d).

3.2 A luta pela independência, a afirmação da burguesia crioula (interna) e a parcial abolição da escravatura.

Simón Bolívar e Francisco Miranda foram importantes líderes das independências latino-americanas, ambos nasceram nessa Capitania. As guerras de independência iniciaram-se em 19 de abril de 1810, após a constituição da Assembléia (*Cabildo*). Miranda tornou-se comandante do Exército, com objetivo de formar uma imensa confederação latino-americana denominada Colômbia e comandada por um imperador do povo inca. Em 1811, os espanhóis impediram esse projeto: Miranda foi preso e morreu na prisão. Nesse ano, logo após a independência venezuelana, foi fundada a Primeira República e Bolívar tentou dar seqüência ao plano de libertação de Miranda, com base na oligarquia *mantuana*: entre 1812 e 1813, fez uma curta campanha e instalou um governo em Caracas e instalou a Segunda República; em 1819, com a Terceira República, tentou organizar a Grande Colômbia. Porém, como seu projeto não apresentava mudanças na estrutura social da região, não encontrou recepção da massa das planícies formada por pardos (em maioria) - que não gostavam dos seus senhores *crioulos*.

O movimento de libertação da Venezuela liderado por Bolívar (após a morte de Miranda) foi derrotado pelo “caudilho lealista espanhol”, José Tomás Boves, que assumiu a liderança da Primeira República de Caracas, em 1814. Boves aboliu a escravidão, realizou a reforma agrária e redistribuiu as terras aos camponeses. Bolívar exilou-se no Haiti, sob o governo de Alexandre Sabés Petion, apoiador de seu projeto de libertação regional. De volta à Venezuela, Bolívar assumiu as reivindicações populares e obteve o apoio das massas. Outros líderes militares (Antonio José de Sucre, José A. Paez, Arismendi e Mariño) assumiram com Bolívar a luta pela independência e alcançaram importantes vitórias na metade norte da América Latina. O Congresso *Angustura* (1819) criou a Grande Colômbia, unindo Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela. Ao término das lutas por independência, o general José Antonio Paez tornou-se caudilho da Venezuela por muitas décadas. Em 1830, pouco antes da morte de Bolívar, Paez declarou a Venezuela independente da Grande Colômbia e fundou a Quarta República. Seu sucessor, Antonio Guzmán Blanco, modernizou o país, reformulou a legislação e introduziu novas técnicas de produção e meios de comunicação.

Segundo Inês Quintero (2009), a primeira Junta Governamental foi constituída em 19 de abril de 1810 por descendentes de conquistadores: a chamada elite de brancos *crioulos*. Em 05 de julho 1811, com a declaração da independência, os novos donos do

poder não pretendiam realizar mudanças que ameaçassem a sua supremacia econômica, política e social. Contudo, com o rompimento do poder da monarquia e a fundação da república, houve alteração na ordem social: privilégios e valores tradicionais foram abolidos, desencadeando um processo de alterações irreversíveis na política, na economia, nas questões sociais e culturais.

Os setores mais pobres da população, embora inicialmente repudiassem as propostas do projeto de independência, não apresentaram um projeto alternativo de “revolução social” que lhes permitisse o controle político e a mudança da ordem social – como ocorrido em São Domingos. A participação dos setores menos favorecidos e dos pardos nas práticas de pilhagem, seqüestros de bens e saques, era o único modo para sustentar os seus exércitos, inviabilizando, portanto, um projeto de igualdade social e redistribuição de propriedades. É sabido que nem Jose Tomás Boves, principal chefe das tropas que se rebelião contra os republicanos, apresentou propostas de reformas sociais (DAMAS *apud* QUINTERO, 2009).

Os diferentes momentos políticos de conflitos entre os envolvidos no processo de independência, não geraram alterações significativas de desenvolvimento social, mesmo com a participação no poder dos até então sem qualquer influência política. Nesse sentido, nem a derrota republicana em julho de 1812, meses antes da promulgação da Constituição Republicana, em 21 de dezembro de 1811; nem o repúdio a política dos brancos *crioulos*; nem a participação da maioria da população na guerra; nem a violência e o desmantelamento social no conflito armado; nem a destituição das antigas hierarquias e da autoridade espanhola e nem as promoções militares resultantes do desencadear da luta, foram capazes de produzir mudanças irreversíveis na Venezuela (QUINTERO, 2009).

No final do século XVIII, a sociedade venezuelana funcionava de acordo com os princípios e organização do Antigo Regime. A desigualdade, as hierarquias e a honra garantiam a ordem social imposta, que privilegiava os brancos *crioulos* – formadores da aristocracia local que conduzia a direção política e administrativa dos governos nas cidades. Tornando-se os maiores donos de terra (herança dos conquistadores) e principais produtores e beneficiários das relações comerciais da província, garantiam a desigualdade social de “forma harmônica”. Essa aristocracia provincial também fazia parte do clero, do alto comando dos exércitos do rei, das Ordens Nobiliárquicas e adquiriam título de nobreza de Castela, impondo um comportamento social hierárquico

e excludente. Com o objetivo de garantir seu patrimônio na rede familiar, orientava-se o casamento com primos próximos e distantes ou entre pessoas da mesma “estirpe”².

Os *crioulos* eram fiéis à monarquia em momentos políticos que ameaçassem o poder da nobreza. Em 1797, por exemplo, ocorreu a conspiração comandada por Manuel Gual e José María España em *La Guaira*, mas assim que a notícia foi divulgada em Caracas, os brancos *crioulos* (nobreza da cidade) encaminharam um documento ao rei, declarando sua lealdade à Coroa e oferecendo total apoio. Os organizadores da conspiração apresentavam propostas de instauração de uma República, abolição da escravatura, o princípio de igualdade e independência em relação à Coroa espanhola. Em abril de 1806, os crioulos brancos novamente reagiram à tentativa de invasão de *Ocumare* por Francisco Miranda que só desembarcou meses depois em *Coro*. Foi feito um pronunciamento contra a invasão e uma arrecadação pública para recompensar quem entregasse a cabeça de Miranda, cuja expedição era vista como “escandalosa e atrevida”: um agravo inaceitável à lealdade dos venezuelanos ao rei e à monarquia.

Mesmo que os pardos se manifestassem contra o antigo regime, havia diferenças nítidas entre brancos descendentes de escravos e índios, não sendo possível identificar a existência de uma “consciência de classe em si e para si” – ou seja, um projeto político coletivo que aponte os caminhos da igualdade. Contudo, perceber-se a assimilação e a apropriação dos valores da desigualdade como princípio de convivência entre os indivíduos, mesmo nas camadas inferiores da sociedade: zambos, mulatos e pardos recorriam aos tribunais para reivindicar direitos permitidos pelo decreto real. Enfim, não houve um movimento social das camadas inferiores da sociedade contra a autoridade monárquica nem contra a hegemonia dos brancos crioulos (QUINTERO, 2009).

O Congresso Geral da Venezuela, em 05 de julho de 1811, declarou a independência, tendo apenas um voto contrário. A Junta de Caracas e do Congresso era majoritariamente constituída por setores privilegiados da província: militares, comerciantes, fazendeiros, advogados e clérigos. Nos processos eleitorais, tinham direito a votar e serem eleitas, as pessoas livres maiores de 25 anos com endereço fixo, proprietários de bens de raiz ou bens móveis no valor mínimo de 2 mil pesos (voto censitário). A Constituição de 1811, que declarou a independência e instituiu a República venezuelana, atribuiu um caráter federativo ao Estado: separação de poderes,

² Conhecimento maior a respeito da nobreza *crioula* poderá ser visto em *Los Nobles de Caracas*, de Inês Quintero (2009). <http://www.anhistoriavenezuela.org/pdf/discursos/dis34.pdf>.

um sistema eleitoral pelo voto com os princípios de liberdade, igualdade, direito a propriedade e segurança.

A Junta de Caracas decidiu que: as milícias dos brancos ficariam separadas das milícias de pardos e negros; os dois oficiais de patente maior, nos batalhões de negros, deveriam ser brancos, com ganhos superiores. Pardos e negros recebiam menos que os brancos. Num caso específico (13 jul 1811) de alistamento militar, os morenos deveriam se reunir no sul e os pardos no leste; os brancos na Praça da Trindade próximo à igreja; os escravos deveriam permanecer em suas moradias, aguardando novas determinações do senhor ou do governo.

Inicialmente, o projeto de independência não contava com a maioria da população (com 60% de pardos) e os brancos *crioulos* desqualificavam quem não se opunha ao rei. Em 1813, Bolívar afirmou que muitos venezuelanos das províncias tornaram-se instrumentos dos “malvados espanhóis” e, no ano seguinte, criticou (*Manifesto de Carúpano*) a “inconcebível demência” dos que, ao pegarem em armas para destruir os seus libertadores, mas, ao “restituir o cetro aos tiranos”, revelavam-se como “novos seres fanáticos cuja depravação de espírito os faz armar as correntes como se fossem vínculos sociais” (BOLÍVAR, 1814 *apud* QUINTERO, 2009:123).

Na segunda tentativa republicana derrotada, Bolívar enfatizou (“Carta da Jamaica”-1815) a histórica superioridade e a presença majoritária de brancos crioulos na direção do processo. Os demais setores sociais não repudiaram a independência devido à escassa popularidade da proposta ao à ignorância da maioria da população herdada do sistema espanhol. A questão era mais complexa, pois várias províncias não acompanharam o processo de independência de Caracas. Maracaibo, cidade de Coro e Guiana iniciaram protestos contra a independência em 1810. Em 5 de julho de 1811, aconteceu uma revolta na cidade de Valencia, organizada por pessoas de diferentes origens e interesses: havia crioulos, moradores de Valencia; outros ligados ao comércio; nativos do país Basco, da Catalunha e das Ilhas Canárias (muitos eram pardos); e um significativo grupo de sacerdotes. A insurreição recebeu do governo uma resposta armada, liderada pelo marques de Toro, membro do Congresso, nobre, crioulo branco, representante dos valores do antigo regime. A insurgência fortaleceu-se no Ocidente, sob o comando de Domingo de Monteverde, oficial espanhol da *Real Marinha de Guerra* – e contou com o apoio da população. Assim, o Congresso decidiu pelo comando de Francisco de Miranda para defender a república.

Uma rebelião de negros moradores declarou-se fiel ao monarca Fernando VII, favorecendo ao avanço das tropas de Monteverde. Encerrava-se a primeira tentativa republicana (2/07/1812) com a derrota de Francisco de Miranda frente às tropas reais comandadas por Domingo de Monteverde. No ano seguinte, Santiago Marinho comandou uma expedição de retomada do projeto republicano e ocupou o território da Venezuela pelo leste. Bolívar voltou do refúgio de Nova Granada e, com o apoio desse governo, entrou no território da Venezuela pelo oeste. O controle da Venezuela pelos republicanos (agos 1813) despertou ação dos negros, pardos, zambos e mulatos em defesa da metrópole espanhola e contra o projeto republicano.

Em 1816, diante da impopularidade da proposta republicana e dos freqüentes fracassos dos rebeldes, Bolívar buscou integrar os escravos e os pardos ao Exército republicano propondo benefícios sociais aos que aderissem à causa republicana: “a liberdade dos escravos que lutassem pela independência e a partilha de terras para os soldados como pagamento pelos serviços prestados ao Exército da República” (QUINTERO, 2009:126). A abolição foi decretada em Carúpano (02 jun 1816) e os escravos intimados a integrar o Exército republicano: oficiais e soldados receberam a recompensa de repartição de bens e terrenos baldios, por decreto oficial que, dessa forma, substituía a prática da pilhagem, saques e seqüestros anteriores.

Em 2 de junho de 1816, em Carúpano, foi decretada a liberdade dos escravos, intimados, porém, a somar-se às fileiras do exército sob seu comando dos republicanos. No ano seguinte, em 10 de outubro de 1817, foi sancionado o decreto no qual se estabelecia à repartição de bens como recompensa aos oficiais e soldados (ex-escravos e quem ingressasse nas fileiras da Independência) que fizessem parte do Exército republicano, segundo Pamplona e Mäder (2009:126-127). Porém, devido à falta de recursos para cumprir a promessa de repartição de bens, os republicanos só iriam indenizar as tropas através de “vales”, e conceder as terras após a situação política e econômica ser regularizada. Pamplona e Mäder (2009:127) lembram também que as promessas dos republicanos não significavam o fim das desigualdades sociais:

Ainda que a desigualdade não tenha desaparecido, a estrutura econômica da sociedade não foi modificada, não houve uma mudança nas condições de vida da maioria da população, a escravidão não desapareceu, as populações aborígenes não foram favorecidas, a composição social não foi transformada, nem foram criadas novas formas de relação entre os diferentes grupos sociais, mas houve, sim uma alteração irreversível nos fundamentos da sociedade do Antigo Regime (PAMPLONA; MÄDER, 2009:132).

A não resolução dos problemas sociais motivou Manuel Piar (que lutou na província de Guiana) a se rebelar contra a direção de Bolívar – que o acusou de traidor, e instigador da guerra civil. O fuzilamento de Piar foi justificado por Bolívar:

Nossas armas não quebraram as correntes dos escravos? A odiosa diferença de classes e cores não foi abolida para sempre? Os bens nacionais não foram repartidos entre vós? Não sois iguais, livres, independentes e honrados? Podia Piar obter bens maiores do que esses? Não, não, não (BOLÍVAR, 1817 *apud* QUINTERO, 2009:128).

Em 1820, a rebelião liberal na região de Los Llanos, a entrada de oficiais britânicos, o recrutamento forçado, foram iniciativas decisivas para a vitória dos republicanos contra o Exército da Espanha em 24 de junho de 1821, em Carabobo. Na Espanha, em 1820, como os liberais ainda acreditavam numa saída negociada entre as províncias rebeldes e o império, foi assinado um armistício. Aproveitando-se da trégua, Bolívar reforçou suas posições e organizou a retomada definitiva do território venezuelano. Segundo Quintero (2009), a real causa da derrota do império na América foi à própria debilidade do império:

O que determinou a vitória de Carabobo não foi produto de uma virada maciça e popular em direção a causa da independência provocada pelas ofertas de Bolívar, mas sim, novamente, a da crise espanhola – a dificuldade de reverter um processo cuja dinâmica política e militar dificultava bastante sustentar a integridade de um império debilitado e em vias de extinção, desde o momento em que sucumbiu diante dos exércitos de Napoleão (QUINTERO, 2009: 130).

Com a vitória dos republicanos, ocorreram os ajustes sociais: controle da dissolução social, recuperação da ordem, contenção dos pardos, de normatização da igualdade e limitação do exercício da liberdade, segundo às idéias iluministas (burguesas). Em 1821, o Congresso de Cúcuta aprovou um regime de extinção gradual da escravidão, para que não se comprometessem os direitos dos proprietários e a tranquilidade pública. Por essa razão a escravidão na Venezuela somente foi abolida em março de 1854, após 33 anos de “extinção gradual”. O Congresso de Cúcuta também aprovou a repartição de terras aos soldados e delegou poderes especiais a José Antonio Páez. Houve denúncias da imprensa de que os altos oficiais do exército foram os beneficiários dessa medida e o representante venezuelano no Congresso da Colômbia, Antonio Briceño, denunciou que Páez tornara-se um dos piores especuladores: apropriara-se das terras, acumulando escandalosa fortuna.

Em 1828, na Convenção Ocaña, tratou-se novamente das nefastas conseqüências do fracasso da divisão de terras. O sentimento de reserva frente aos anseios de ascensão

social dos pardos e o desejo de medidas republicanas para contê-los, também não desapareceu. Por várias vezes, Bolívar manifestou preocupação com o perigo da “pardocracia”. Em 28 de abril de 1825, por exemplo, declarou, em carta a Santander:

a igualdade legal não é o bastante devido ao espírito do povo, que quer a igualdade absoluta, tanto no âmbito público, quanto no doméstico; e depois irá querer a pardocracia, que é a inclinação natural e única para o extermínio futuro da classe privilegiada (BOLÍVAR, 1825 *apud* QUINTERO, 2009:132).

Para Quintero (2009), mesmo que se considere uma irreversível alteração da sociedade do Antigo Regime para o novo regime, também deve ser considerado que a desigualdade social não desapareceu, a estrutura econômica não sofreu mudanças, não mudaram as condições de vida da maioria da população, os aborígenes não foram favorecidos, a escravidão não foi abolida - ou seja, foram criadas novas formas de relações entre os diferentes grupos sociais. Apesar disso, desapareceu a estrutura hierárquica fundamentada na honra e na linhagem: títulos, herança e distinção deixaram de existir como definidores do *status* social. Os cargos não podiam mais ser atribuídos por herança e nem comprados; desapareceu a instituição da ordem que o filho mais velho deveria ser herdeiro do patrimônio da família (*Mayorazgo*); foram suprimidos todos os privilégios e foros, e também a qualificação do indivíduo marcada nas certidões de batismo.

O novo regime, sustentado pelo sistema eleitoral, manteve a maioria da população distante da política, mas as classes privilegiadas foram ampliadas por profissionais, novos donos de terra, por comerciantes e oficiais do Exército. Em 1830, seguindo o princípio da desigualdade, ancorado na posse de riquezas, iniciou-se um lento processo de construção de um Estado Liberal. A prática política liberal visava à redução das tensões sociais através de um projeto nacional que incluísse lentamente toda a população. No entanto, as contradições sociais geradas pela guerra de independência e pela experiência da Primeira República continuam presentes nas atuais agitações políticas entre os venezuelanos (QUINTERO, 2009). Alberto Pla *et al* (1982) afirmou que na Venezuela apareceram relações de produção pré-capitalistas no campo, no século XX (1911), conforme documento enviado pelo Chefe Civil do Distrito *Colón* ao presidente Juan V. Gómez³.

³ Alberto Pla *et al* (1982:16) indica o ARQUIVO HISTÓRICO DE MIRAFLORES, 1964:183-189 para maiores detalhes a respeito do Chefe Civil de Santa Bárbara que foi demitido devido às denúncias de maus tratos aos trabalhadores.

A referida carta é enviada pelo mencionado Chefe Civil, de Santa Bárbara, estado Zulia ao presidente Gomes, denunciando os maus tratos aos trabalhadores jornalheiros, com o seguinte teor: “*completamente desastroso y tirano es el mal tratamiento que tienen os peones-jornaleros de las distintas haciendas del Distrito*”. O autor acusou ainda que, os trabalhadores não eram tratados como cidadãos livres, mas como escravos ou animais. O mecanismo de exploração dos trabalhadores incluía multas e outros trabalhos indevidos que, no limite, acumulando dívidas e ficando escravizados pelo trabalho, perdiam completamente suas condições de cidadãos. Essas relações sociais na Venezuela vêm do tempo colonial, conhecido como “*peonaje*”, uma espécie de servidão por dívidas. Mediante as denúncias feitas pelo referido Chefe Civil, o presidente Gómez orientou a destituição do chefe, mas relações pré-capitalistas semelhantes se perpetuaram na Venezuela, até o início do século XX.

3.2.1 Origem da economia petroleira, do trabalho assalariado e do Estado moderno – Uma aliança da burguesia (interna e externa nacional-internacional?).

Como “pedra de toque” do desenvolvimento capitalista petroleiro, que mantém hegemonia na indústria venezuelana, foi descoberto o primeiro poço de petróleo na província de *Táchira*, em 1878. Somente quatro décadas depois começou o interesse de exploração do petróleo pelas companhias britânico-holandesas, em particular do consórcio *Royal Dutch Shell*, na região do lago Maracaibo. Em seguida, outras empresas começaram a se interessar pela indústria do petróleo venezuelano, como a *Standard Oil of New Jersey* (MARINGONI, 2009). Na Venezuela, as relações econômicas de produção faziam parte do modelo agrícola de exportação até o final do século XVIII, quando prevaleciam relações escravistas ou semi-escravistas de trabalho e o poder político ainda era de domínio espanhol (ROSA, 2009).

No Governo de Antonio Guzmán Blanco, em 1870, a construção de ferrovias foi parte do processo de modernização de Caracas que contraiu enorme dívida para a nação. A exploração do ouro por empresas estadunidenses demarcou a economia venezuelana da década seguinte. A continuidade do modelo econômico de matéria prima realizou-se através do cultivo do café, do cacau, da exploração de plumas e peles de animais para exportação. Essas atividades econômicas foram garantidas pela força de trabalho dos camponeses, sob direção política de Cipriano Castro que, com a chamada “Revolução Restauradora”, consolidou a unidade territorial do país. Esse final de século

(XIX) foi marcado por centenas de enfrentamentos militares e enormes rebeliões, além do grande aumento da dívida externa contraída para garantir a manutenção da máquina governamental (RENJIFO, 2003:52-55 *apud* ROSA, 2009).

A burguesia comercial consolidou-se no país através do Estado, em 1920 na indústria do petróleo ligada às transnacionais. O dinheiro estrangeiro em circulação garantiu a criação de várias instituições financeiras: Banco de Maracaibo (1882); Banco Comercial (1883) e o Banco Caracas (1890), segundo Renjifo (*apud* ROSA, 2009). A partir de 1935, começam a surgir às diversas instituições que consolidaram o Estado moderno (Guarda Nacional, ministérios: Agricultura, Saúde, Trabalho, Assistência Social, Comunicações) da Venezuela. Essas instituições garantiram a sustentação política da burguesia comercial e financeira de seus sócios transnacionais da indústria petrolífera – incluindo parte da classe média, como funcionários das estatais.

As empresas estrangeiras conseguiram uma legislação para a exploração do petróleo venezuelano, durante a ditadura de Juan Vicente Gomez (1908 a 1935) e, apesar dos ataques indígenas, o incômodo com mosquitos e doenças tropicais, as transnacionais petrolíferas concretizaram seus objetivos. A legislação garantia estabilidade administrativa e política, concessões para extração, cobrança de impostos e *royalties*. O Estado era o único proprietário das jazidas e recebia 15% de tudo que era produzido na indústria petrolífera. Em 1920, foi aprovada a primeira Lei dos Hidrocarbonetos e, entre 1920 e 1938 foram aprovadas sete disposições legais a respeito das riquezas do subsolo venezuelano (Maringoni: 2009). No final de 1920, na bacia de Maracaibo a *Shell* perfurou um poço que jorrava 100 mil barris de petróleo por dia. No ano seguinte, foi descoberta uma enorme jazida de petróleo no campo de Mene Grande. Daí em diante, começou a grande corrida pelo petróleo venezuelano, época em que o general Gómez e sua família despertaram para a grande oportunidade de enriquecimento. Do ponto de vista individual, o General Gómez era o maior proprietário de terras da Venezuela. Durante a década de 1920, a extração do petróleo deu um salto de 1,4 milhões barris para 137 milhões de barris diários. Naquele tempo, a Venezuela já havia se tornado o segundo produtor de petróleo do mundo, pois os EUA ocupavam o primeiro lugar na indústria petrolífera da época.

Francisco Mieres (2003:29) em *PDVSA y el golpe*, descreveu a importância do petróleo para o desenvolvimento do país: “Desde que apareceu o petróleo como riqueza potencial na Venezuela, o pensamento econômico-político nacional se orientou para

fazer dessa riqueza a súbita solução de todos os males que assolam nossa terra (...) o problema da pobreza, o atraso e a injustiça social”. Em 1929, segundo Lucena (1998) havia o registro de 107 companhias de atividade petroleira na Venezuela, majoritariamente estadunidense. Dessas, apenas cinco estavam em condições para exportar petróleo e mais de 98% estava sob controle da Shell. Entre as empresas integrantes do oligopólio internacional das chamadas sete irmãs petrolíferas, estavam presentes na Venezuela, a *Shell*, a *Venezuela Gulf Oil Co.* - e a *Standard of Indiana*. Segundo Rangel (1970:194 *apud* LUCENA, 1998:162), na indústria petroleira da Venezuela, em 1922, a força de trabalho não qualificada representava 80% dos trabalhadores empregados; em 1924: 41%; em 1925: 32%; em 1928: 19% e em 1929: 25%.

Lucena (1998) apresentou o impacto da crise econômica mundial de 1929 no desemprego venezuelano. A crise teria provocado uma diminuição de 14% na produção econômica e um desemprego em índices assustadores: em 1929, o número de trabalhadores empregados era de 27.221 e, em 1932, caiu para 8.832 (redução de mais de dois terços). As remunerações de 1932 também representavam apenas 35% do que era pago em 1929. Como consequência dessa crise, que “sempre estoura na ponta mais fraca da corda”, ou seja, como castigo contra a classe trabalhadora, Lucena (1998) registrou-se o início de um movimento grevista espontâneo em toda sociedade venezuelana.

As desigualdades sociais da época foram latentes, em especial entre trabalhadores estrangeiros e nacionais. Outras desigualdades podem ser percebidas nas diferenças salariais regionais (de estado para estado), bem como entre trabalhadores petroleiros e demais trabalhadores do país, conforme relatos de Lucena (1998:255). Na média geral dos salários diários pagos aos trabalhadores, percebe-se a seguinte situação, em 1936: no Distrito Federal a diária era de Bs. 6.99; no estado de *Zulia* Bs. 5.89; no estado de *Yaracuy* Bs. 2.22; no estado *Guárico* Bs. 1.95 e no estado *Nueva Esparta* Bs. 1.98. Comparando-se, por exemplo, a média diária paga pela indústria petroleira para o trabalhador venezuelano e a média diária paga em cada Estado (incluindo-se os trabalhadores petroleiros), percebe-se outro disparate de desigualdade: média diária nacional para operário petroleiro (1936) Bs. 9.03; média diária para trabalhador no estado *Nueva Esparta* Bs. 1.98. Comparando-se a diária do trabalhador de *Nueva Esparta* (Bs. 1.98) com a diária do trabalhador estrangeiro (Bs. 14.41) percebe-se que a

diferença salarial entre operários venezuelanos e estrangeiros era a maior – tornando-se motivo de indignação geral dos trabalhadores do país (Tabela 30? – ANEXO 1).

O Estado, ora contava com o aumento dos *royalties* (em especial do petróleo), ora com a sua diminuição. Até 1940, os militares dominavam o Estado, voltado para a indústria petroleira privada, sob controle das grandes corporações do capital monopolista internacional (LOPES, 2009). Para favorecer o desenvolvimento econômico nacional, no governo de Medina, algumas medidas foram tomadas: a Lei do Petróleo (1943) e Lei da Terra (1945), buscando mediações políticas para sair da quase total dependência do petróleo (MARINGONI, 2009). Nas iniciativas políticas de desenvolvimento nacional da economia, o partido governista (PDV) muitas vezes provocou desconforto aos setores mais conservadores ao procurar apoio do Partido Comunista da Venezuela (PCV). Com a nacionalização do petróleo mexicano da época, grande parte dos investimentos estrangeiros daquele país foi transferida para a Venezuela.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o petróleo venezuelano (especificamente da região do lago Maracaibo) abastecia de forma contínua, em 60% os “países aliados”. Após a guerra, devido à estreita vinculação dos EUA com o petróleo venezuelano, esse garantiu que o *Plano Marshall* continuasse uma relação privilegiada com a Venezuela para a reconstrução européia. Nos anos 1940, essa relação “privilegiada” entre EUA e Venezuela, garantiu uma crescente urbanização do país, com iniciativas de diversificação produtiva. Na época, houve uma nova dinamização da administração pública e a criação do Banco Central da Venezuela (BCV). Com o maior volume de investimentos feitos nas cidades por um longo tempo, duas décadas depois, a população urbana superou em quantidade a população rural. A *Lei do Petróleo* já provocava muito desconforto às empresas estrangeiras e os latifundiários odiavam a *Lei de Terras* – uma vez que fortaleciam a posição do Estado em relação à economia venezuelana, às companhias estrangeiras e ao latifúndio (MARINGONI, 2009). Para Wilson Cano (2001), o PIB venezuelano, entre 1970 e 1980, apresentou um crescimento médio de 4,5% (contando com uma variação muito grande, entre 1971 e 1977, com uma taxa média de 6,1% e, em processo desacelerado, entre 1977 e 1979, com uma taxa média de 2%).

3.2.2 Economia neoliberal – Concentração da riqueza pela burguesia e aumento da pobreza para os trabalhadores e demais oprimidos.

Segundo estimativas do BIRD (*apud* CANO, 2001), em 1981, aproximadamente 500 venezuelanos ricos depositaram 35 bilhões de dólares em bancos estadunidenses. Devido à dificuldade do Estado venezuelano em descobrir a origem desses recursos depositados em bancos estrangeiros, para o controle fiscal, supõe-se que esses possam ser de atividades lícitas e também ilícitas, como contrabando ou narcotráfico (CANO, 2001:189): “Entre 1980 e 1990 o PIB caiu 6,8% e, com isso, a renda média por habitante, que em 1980 ainda era a quarta maior da América Latina (32% acima da média) caiu para a sétima posição em 1990, ficando apenas 4% acima da média regional”.

Na década de 1980-90, os índices socioeconômicos negativos, contra a classe trabalhadora e demais empobrecidos e a concentração de riquezas para os já mais ricos, provocaram a maior revolta popular da Venezuela (*Caracazo*, 1989), como consequência direta das políticas neoliberais aplicadas pelo governo Carlos Andrés Pérez. Segundo dados estatísticos (CEPAL) apurados por Cano (2001), o mercado venezuelano em crise (1989) reduziu as importações em 45%, a mineração interna acumulou uma redução de 7,9%, a exploração do petróleo teve um crescimento de 40%, motivado pelas exportações, que resultou no crescimento de 20,7% na indústria. A construção civil teve uma redução de investimentos em 54,4% como cumulativo da década (1980-90). O setor de serviços teve pequeno crescimento, de 15,7%. O desemprego subiu de 6% para 11%, o trabalho informal subiu de 35,4% para 41,8%. O salário médio real da classe trabalhadora reduziu em 49,8% (entre 1978 e 1990). Os índices de indigência e de pobreza acentuaram-se assustadoramente no país. O percentual de famílias abaixo da linha da pobreza, que estava em 22% subiu para 34%, e o percentual de famílias na indigência de 7% subiu para 12%. Os 20% da população urbana mais pobre que recebia (1981) 6,9% da renda do país, caiu para 5,7% (1990) e os 20% mais ricos tiveram um crescimento na concentração de renda de 37,8% para 44,6%.

A causa desses resultados econômicos negativos contra a população mais pobre e a favor dos mais ricos do país são facilmente detectados, pois basta avaliar a redução de gastos públicos na área social e a redução de impostos para os mais ricos. Conforme analisou Cano (2001:202): “comparadas às médias de 1974-79 e de 1990-99, a carga

fiscal e o gasto público se reduzem violentamente, fazendo com que, em termos reais e por habitante, o investimento público e o gasto social, respectivamente, sejam hoje 60% e 40% menores”. A redução de gastos com a área social, já penalizada pelo sistema capitalista, em tempos neoliberais desmantelou a saúde, a educação e a previdência social. Em contrapartida, a redução da carga fiscal melhorou a situação dos mais ricos, porque não existe uma política de imposto progressivo no país. A reforma trabalhista, na lógica neoliberal (feita em junho de 1997) foi outro fator que reduziu direitos históricos dos trabalhadores. A incorporação dos benefícios nos salários, além de vários auxílios e subsídios (vale alimentação, vale transporte...). Na reforma previdenciária venezuelana de 1997, esses salários indiretos (benefícios) não poderiam passar de 20% do valor total do salário, para garantir um patamar mais alto de contribuição previdenciária por parte do trabalhador. O elemento mais relevante daquela reforma, segundo Cano (2001:203): “é a de fixar tetos de 90 e 150 dias de salário para indenização, *achatando* assim seu montante, reduzindo custos para a empresa (e reduzindo o ganho do trabalhador), estimula a permanência do trabalhador por longo período e desestimula a dispensa sem justa causa”.

As políticas neoliberais revelaram a maior superprodução e a maior concentração de riquezas já vistas na história do capitalismo. Segundo Marini (2000:271), a produção de riquezas no mundo chegou a números nunca vistos, da década de 1980 para 1990. Mais de dois terços concentravam-se nos sete países mais industrializados, superando toda a produção verificada até meados do século XX e, tendo 47 empresas transnacionais entre as 100 que apresentaram maior produção no período:

a produção global de bens e serviços, que em 1980 era de 15,5 bilhões de dólares (...) chegou a 20 bilhões em 1990 (mais de dois terços concentrados nos sete países mais industrializados). Isto significou um incremento de 4,5 bilhões de dólares nos anos 80, soma superior ao valor total da produção mundial em 1950. Em outras palavras, o crescimento da produção em uma única década superou tudo o que se havia verificado até a metade do século XX. Observamos que, entre os cem principais produtores, 47 eram corporações transnacionais.

Além dessa concentração e da centralização das riquezas, a crise da superprodução, combinada com a política econômica chamada neoliberal, produziu outros efeitos nefastos para a classe trabalhadora. Até 1973, nos 24 países mais ricos do mundo havia uma estabilidade das taxas de desemprego em 4% da população

economicamente ativa. Em 1983, esses índices chegaram a 8%, desempregando 31 milhões de trabalhadores em nível mundial. Em 1990, as taxas de desemprego chegaram a aproximadamente 6%. Nos anos seguintes, segundo Marini (2000), houve uma nova onda ascendente de desemprego. Frente à política de privatização do petróleo, nas políticas neoliberais, Mieres (2003) alertou que a abertura da política de exploração do petróleo no país para o capital privado e estrangeiro, vai expandindo cada vez mais a indústria do petróleo para uma atividade nacional privada e cada vez menos para uma atividade econômica estatal. Basta observar o controle de reservas remanescentes, a expansão, a produção e a comercialização de hidrocarbonetos das companhias internacionais (*Exxon, Shell, Amoco, Mobil, Elf, Benton, e Mitsubichi*) na Venezuela para confirmar a tendência da privatização do petróleo daquele período.

Para impor um padrão de desenvolvimento econômico capitalista que combinasse crescimento e desemprego, seria necessário quebrar a espinha dorsal dos sindicatos, diziam os teóricos do neoliberalismo (ANDERSON, 1996). No final dos anos 70, Margaret Thatcher (Primeira Ministra) teve que enfrentar a greve dos trabalhadores mineiros ingleses. Os enfrentamentos entre patrões e trabalhadores ocorreram também nos EUA, na Alemanha, na Itália e na França, resultando em mais desemprego e enfraquecimento dos sindicatos: “É dessa forma como entre 1970 e 1990 o índice de sindicalização da massa laboral se reduziu de 23 a 17% nos Estados Unidos, de 42 a 40% na Grã-Bretanha, de 22 a 10% na França e de 37 a 28% no Japão”. Na Venezuela também houve um total descrédito da classe trabalhadora frente aos sindicatos tradicionais vinculados à Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV). Entre os anos 1980 e 1998, a situação de descrédito ou distanciamento do sindicato por desemprego, somado às demais conseqüências do neoliberalismo deram origem às grandes contestações populares e às inovações no campo da política contestadora, entre elas o *Caracazo* (1989) e a política institucional do Movimento V República (MVR), o chamado chavismo.

Para os trabalhadores, essa quebradeira dos sindicatos foi muito negativa, pois ficaram debilitadas as pressões da classe frente aos patrões e, como resultado disso, iniciou-se um longo período de concessões para retirada ou “negociação” de direitos historicamente adquiridos. Com a reestruturação produtiva neoliberal, iniciaram-se as terceirizações para contratação de trabalhadores com o rebaixamento dos salários e retirada de direitos históricos. Isso é feito mediante “negociação” (patrão, sindicato e

governos), com a justificativa – bloquear o avanço do desemprego. Criou-se o banco de horas, fez-se a redução de salários e até mesmo o décimo terceiro salário está sob ameaça. Muitos sindicatos, que até então eram combativos passaram a negociar de forma direta com os patrões e governos, sem a histórica mobilização dos trabalhadores no início das campanhas salariais, reiniciando a política sindical conhecida como “pelega”, boa parte conhecida como “neopelega”, no período neoliberal.

3.3 Uma reflexão a respeito da luta de classes em países capitalistas adiantados e atrasados.

Em *O Capital (Crítica da economia política – O processo de produção do capital-1988)*, Marx escreveu sobre a força motriz do trabalhador e da máquina, da manufatura e da Revolução Industrial, analisou o capitalismo e seu Estado moderno, na Europa e, especialmente, na Inglaterra. Essa análise de Marx sobre o desenvolvimento capitalista moderno antecedeu em quase um século os passos lentos do desenvolvimento capitalista moderno da América Latina e da Venezuela. Análise do operariado industrial em massa na Inglaterra (1848-1868), do tempo de Marx, apresenta algumas características básicas comuns ao início do operariado petrolífero em massa na Venezuela (1920-1935): a questão da identidade de classe do proletariado e da burguesia, a produção de riquezas em larga escala para a acumulação do capital e a extrema exploração capitalista contra os trabalhadores.

Mas, percebem-se pelo menos duas diferenças básicas: a primeira sobre a questão de poder, uma vez que a industrialização inglesa desenvolveu-se pela força do operariado no centro metropolitano do imperialismo, mas a industrialização petrolífera venezuelana deveu-se ao operariado na periferia do sistema capitalista; a segunda, porque a principal industrialização inglesa era a da transformação têxtil e a industrialização venezuelana era de extração e refino do petróleo. Mas, as duas industrializações tiveram, essencialmente, um destino internacional: no caso da Inglaterra, a produção de tecidos para “vestir” populações de todas as classes e nações sob domínio do império inglês; no caso da Venezuela, petróleo extraído e refinado pelo operariado e distribuído pelas transnacionais petrolíferas estadunidenses, presentes no capitalismo periférico, para abastecer o mercado mundial de consumidores de todas as classes e nações. Indubitavelmente, ambas, garantiram uma gigante acumulação de capital.

Marx (1988:7-8) analisou a evolução do uso da força motriz do animal, da água, do vento e do trabalhador, e essas forças motrizes superadas ou adaptadas à grande indústria como característica básica para a revolução do modo de produção capitalista, a partir do trabalho e das técnicas já desenvolvidas no sistema feudal ou asiático:

O número de ferramentas com que a máquina-ferramenta joga simultaneamente está, de antemão, emancipado da barreira orgânica que restringe a ferramenta manual de um trabalhador. Em muita ferramenta manual, a diferença entre o homem como mera força motriz e como aquele que trabalha com o próprio *opérateur* tem existência corpórea a parte. Por exemplo, na roda de fiar, o pé atua apenas como força motriz, enquanto a mão, que trabalha no fuso, puxa e retorce, executa a operação de fiar propriamente dita. Exatamente dessa última parte do instrumento artesanal a Revolução Industrial apodera-se primeiro e deixa para o homem, além do novo trabalho de vigiar com o olho a máquina e corrigir com a mão os erros dela, antes de tudo ainda o papel puramente mecânico de força motriz. No entanto, ferramentas em que desde o começo o homem só atua como simples força motriz, por exemplo girar a manivela de um moinho, bombear, mover para cima e para baixo o braço de um fole, bater com um pilão etc., provocam primeiro a utilização de animais, de água, de vento como forças motrizes. Elas evoluem até se tornarem máquinas, em parte no período manufatureiro, esporadicamente já muito antes dele, mas não revolucionam o modo de produção. Que elas mesmo em sua forma artesanal já são máquinas mostra-se no período da grande indústria.

Marx continuou a descrever o processo evolutivo, da força motriz do trabalhador para a força motriz da máquina. No processo da industrialização, o uso simultâneo de ferramentas semelhantes ou iguais em operação e o aumento do tamanho da máquina de trabalho na produção, começaram a exigir um “mecanismo motor” de maior porte e de maior resistência que a força motriz do ser humano ou do animal. Nesse sentido, a máquina que substitui as forças motrizes anteriores, acaba herdando da manufatura, a expressão da “força mecânica como cavalos de força”:

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força. Aí temo a máquina, mas apenas como elemento simples da produção mecanizada. O aumento do tamanho da máquina de trabalho e do número de suas ferramentas operantes simultaneamente exige um mecanismo motor mais volumoso, e esse mecanismo, para superar sua própria resistência, precisa de uma força motriz mais possante do que a força humana; isso sem considerar que o homem é um instrumento muito imperfeito de produção de movimento uniforme e contínuo (...). De todas as grandes forças motrizes legadas pelo período manufatureiro, a força do cavalo era a pior, em parte porque um cavalo tem sua própria cabeça, em parte por

causa de seu grande custo e do âmbito limitado em que pode ser usado em fábricas. Mesmo assim, o cavalo foi freqüentemente usado durante a infância da grande indústria, como, além das lamentações dos agrônomos da época, o testemunha a expressão, tradicional até hoje, da força mecânica em cavalos de força (MARX,1988:8-9).

Ao mesmo tempo em que o avanço tecnológico das máquinas, em substituição da força motriz do trabalhador na grande indústria apontava para a acumulação de capital e o desenvolvimento capitalista, Marx (1988:42-43) chamava atenção para o trabalho como tortura física e espiritual do trabalhador. A substituição da força motriz humana pela máquina continua sendo uma tortura para o trabalhador, porque com ou sem máquina, o trabalhador continua no trabalho subordinado ao capital – livrando-se apenas do “trabalho de conteúdo”. Nesse sentido, é no avanço tecnológico das máquinas que “as condições de trabalho acabam usando o trabalhador”, e este se torna um mero apêndice da maquinaria. Além disso, a grande indústria, com base na maquinaria, acabou sendo o meio pelo qual “as potências espirituais do processo de produção” são separadas do “trabalho manual” e, ao mesmo tempo, transformadas em “poderes de capital sobre o trabalho”:

Enquanto o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalho de quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. A separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, bem como a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho, se completa (...) na grande indústria erguida sobre a base da maquinaria.

Marx (1988) justificou que um “exército industrial de reserva disponível” (população trabalhadora excedente), é resultado da acumulação e do desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, esse contingente humano desempregado é a alavanca vital para a continuidade do modo de produção capitalista. É a existência desse contingente de trabalhadores excedentes (desempregados) que “proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização” da força de trabalho no processo produtivo, sempre vítima da exploração, independente dos limites de aumento populacional. Na

mesma medida em que a força produtiva do trabalho cresce, também acontece “a súbita força de expansão do capital”, segundo esclarecimentos de Marx (1988:191):

se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa super-população torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. Com a acumulação e o desenvolvimento da força produtiva do trabalho que a acompanha, cresce a súbita força de expansão do capital, não só porque cresce a elasticidade do capital em funcionamento e a riqueza absoluta, da qual o capital só constitui uma parte elástica, mas também porque o crédito, sob qualquer estímulo particular, põe, num instante, à disposição da produção, como capital adicional, parte incomum dessa riqueza.

Mesmo que Marx e Engels (1843-1844) não tenham formulado sistematicamente um conceito de classe, apresentaram a primeira referência teórica desse conceito na sociedade capitalista. Considera-se que a questão da classe é o ponto de partida para a teoria marxista, pois foi à descoberta do proletariado como uma nova força política engajada pela sua emancipação, que fez Marx voltar-se para a análise da estrutura econômica e do desenvolvimento das sociedades modernas. Nesse mesmo período, Engels em *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), através dos estudos da política econômica, descobre a estrutura de classes e as lutas de classes da fase inicial do capitalismo que, desde então, constituíram a principal referência para a teoria marxista da história.

A idéia de luta de classes como “força motriz da história” foi ampliada posteriormente, por Marx e Engels, no *Manifesto comunista*, no qual expressaram o seguinte significado: “a história de todas as sociedades que até hoje existiram é a história das lutas de classes”. Contudo, “Marx e Engels admitiram que a classe era uma característica singularmente distintiva das sociedades capitalistas” (BOTTOMORE, 2001:61). Segundo o autor, Marx e Engels, em *A ideologia alemã* afirmam também que a “própria classe é um produto da burguesia”. Em nota à edição inglesa do Manifesto Comunista, Engels definiu a burguesia como “a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios da produção social e empregadores do trabalho assalariado” (ENGELS, 1888 *apud* BOTTOMORE, 2001:38). A burguesia, como classe dominante, também controla o aparelho de Estado e a produção cultural. É uma classe antagônica à

classe operária, ainda que entre essas haja as camadas intermediárias em transição, que Marx denomina classe média.

Poulantzas (1974 *apud* BOTTOMORE, 2001) não define a burguesia a partir de uma categoria jurídica de propriedade, mas da “propriedade econômica” (controle econômico dos meios de produção e dos produtos) e de “posse” (capacidade de colocar em operação os meios de produção). Nesse sentido, Poulantzas entende que os “gerentes ou diretores”, ao colocarem em execução as funções do capital também fazem parte da burguesia, mesmo que não sejam proprietários legais do capital. Segundo Bottomore (2001), essa análise cria um problema para as chamadas sociedades socialistas, porque fica fácil denominar gerentes e funcionários do partido como burgueses, uma vez que são caracterizados pela “propriedade econômica” e pela “posse”, destituindo a expressão de qualquer análise histórica ou sociológica precisa⁴.

Outros marxistas continuam insistindo na análise da “a propriedade legal dos meios de produção” como o centro do debate para a definição da classe burguesa. Mandel (1975 *apud* BOTTOMORE, 2001), por exemplo, ao analisar a centralização internacional do capitalismo através das empresas multinacionais, afirma que essa pode ser acompanhada pelo surgimento “de um novo poder de Estado burguês supranacional”, entendendo inclusive, a Comunidade Econômica Européia (CEE) como uma das variantes das relações do capital internacional com os Estados nacionais da região, para “a criação de um Estado imperialista supranacional na Europa Ocidental” (MANDEL, 1975 *apud* BOTTOMORE, 2001:38). Segundo essa linha marxista de análise, o que houve de mais importante no desenvolvimento capitalista, desde o final da segunda guerra mundial (1945), foi à consolidação de uma burguesia internacional.

Em *Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina*, Florestan Fernandes (1977:175) aprofundou reflexão sobre a formação das classes sociais latino-americanas, como resultado da relação capital-trabalho, estabelecida pela presença das multinacionais, considerando que as classes sociais da região se formaram sob capitalismo dependente, sem desenvolvimento autônomo:

Na América Latina, o capitalismo e a sociedade de classes não são produtos de uma evolução interna, o que, em si mesmo, não constitui

⁴ Poulantzas considera os altos funcionários (e funcionários de Estado em geral), como uma categoria definida pela sua relação com o aparelho de Estado, sem se preocupar muito com o papel crescente do Estado na produção, que transforma as funções de alguns funcionários em funções de gerência econômica (BOTTOMORE, 2001:38).

a maior fonte de problemas. Acresce que, até o presente, o capitalismo evoluiu na América Latina sem contar com condições de crescimento auto-sustentado e de desenvolvimento autônomo. Em conseqüência, classes e relações de classe carecem de dimensões estruturais e de dinamismos societários que são essenciais para a integração, a estabilidade e a transformação equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classes.

Tratando-se de países do capitalismo dependente, Fernandes (1977:196) enfatizou que: “o capitalismo dependente requer e conduz à sociedade de classes como formação histórico-social típica”. Sentido em que “oferece ao regime de classes uma base econômica que reproduz, aos níveis de organização da sociedade, da cultura e do poder, a realidade estrutural e histórica do capitalismo dependente”. As contribuições de Fernandes têm vinculação direta com o desenvolvimento capitalista venezuelano, que é dominado pelas indústrias transnacionais desde sua origem. Portanto, trata-se de uma economia dependente, cuja força de trabalho, ao longo de vários séculos, sofre a mais indigna exploração.

3.4 Consolidação da burguesia venezuelana interna em aliança com a burguesia transnacional.

Segundo Lucena (1998), a burguesia venezuelana surgiu sob a proteção do Estado, como beneficiária dos lucros petrolíferos - no mesmo período em que se consolidaram a classe operária e o movimento operário (1920-1930). Para Mariana Lopes (2009), a burguesia interna surgiu através da associação com o Estado, que realizou concessões de exploração para as grandes empresas estrangeiras ao longo do século XX. O Estado ora contava com o aumento dos *royalties* (em especial do petróleo), ora com a sua diminuição. Até 1940, os militares dominavam o Estado, voltado para a indústria petrolífera privada, sob controle das grandes corporações do capital monopolista internacional. Originariamente, essa burguesia constituía-se por comerciantes e proprietários rurais que, posteriormente, se transformaram na burguesia financeira e industrial – evoluindo rapidamente devido à indústria petrolífera. Portanto, não houve necessidade de passar pelas reformas democráticas radicais ou pela reforma agrária. (LUCENA, 1998).

Os empregadores da época eram proprietários das organizações internacionais ligadas a atividades petrolíferas que, desde o início do século, desenvolviam uma política agressiva de expansionismo. O governo venezuelano garantia a exploração estrangeira

do subsolo, mas havia disputas inter-hegemônicas das empresas do petróleo nas concessões petrolíferas para lograr maiores ganhos ao governo local. Em 1928, as intrigas entre empresas estrangeiras chegaram ao fim através de um *Acuerdo de Achanacarry* entre as empresas: *Royal Dutch Shell* e a *Standard Oil of New Jersey*, que deram por encerrado a política de monopólio. Daí em diante, começou a exploração do petróleo por companhias transnacionais através da filial “venezuelana” (instalada no país), sob controle centralizado das matrizes: estadunidenses, britânicas e holandesas.

3.5 A classe média venezuelana surgiu vinculada à estrutura burocrática do Estado moderno (burguês) no seu início.

Segundo Lucena (1998), a classe média venezuelana surgiu e se desenvolveu associada aos investimentos públicos do Estado moderno. No processo de desenvolvimento da educação e na crescente estrutura burocrática estatal, havia a necessidade de profissionais em diferentes categorias e serviços públicos e, a partir de 1936, a classe média passou a desenvolver importante papel nas atividades nacionais – também, responsáveis pelo desenvolvimento do proletariado e a burguesia interna. Petras (1977:7 *apud* LUCENA, 1998:126) registrou a existência da pequena burguesia nos serviços públicos e também privados: “*de una amplia pequeña burguesia asalariada que se desarrolló previamente a un proletariado industrial nacional. Un estrato de esta clase trabajó en el sector privado y outro en la burocracia estatal*”.

Nas teorias marxistas, em particular Marx e Engels, a expressão “classe média” foi descrita de diferentes maneiras com sentidos distintos. No “Prefácio” da obra *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels (1845) afirma ter usado a palavra (alemã) *Mittelklasse*, no mesmo sentido da palavra (inglesa) *middle-class* ou *middle-classes*, que tem o mesmo significado da palavra *bourgeoisie* (francesa). O significado dessas diferentes palavras é o de classes proprietárias que se distinguem da aristocracia. Para Marx, a expressão classe média tem o sentido de “pequena burguesia”, que se encontra entre a burguesia e o proletariado. Marx e Engels não fizeram distinção sistemática entre “velha classe média” (pequenos produtores, agricultores, camponeses, artesãos e profissionais independentes) e a “nova classe média” (trabalhadores em escritórios, supervisores, professores, técnicos, funcionários do governo, entre outros). Os autores descreviam a pequena burguesia como classe

conservadora na sociedade capitalista ou vinculada à aristocracia operária reformista nos movimentos do operariado (MARX; ENGELS, 1850 *apud* BOTTOMORE, 2001).

Durante as décadas de 1920 e 1930, os marxistas consideravam a classe média como a base social mais importante do fascismo. Por outro lado, há também o “radicalismo de classe média”, no capitalismo mais desenvolvido, formado por diferentes representantes da classe média, sem distinção de comportamento político (pequenos produtores, lojistas, profissionais liberais, pessoal administrativo, trabalhadores burocráticos, trabalhadores técnicos, entre outros). Segundo Bottomore (2001) é muito difícil classificar os diferentes setores médios nas suas diferenciações (alta e baixa classe média), porque os numerosos grupos dessa classe sofrem diferentes influências culturais e apresentam condições políticas particulares.

Para Bernstein (1899 *apud* BOTTOMORE, 2001), a teoria marxista sofreu revisão principalmente porque “a classe média não desaparece”, ela se amplia. Poulantzas (1974 *apud* BOTTOMORE, 2001) faz uma distinção entre trabalho produtivo (produzem mais-valia na produção material, trabalho manual) e improdutivo (mercadoria simbólica, trabalho intelectual). Segundo Bottomore (2001) esse entendimento de Poulantzas cria problemas para o futuro do movimento operário, pois a classe operária diminui e a classe média aumenta nas sociedades capitalistas adiantadas.

Ao contrário de Poulantzas (1974), Braverman (1974 *apud* BOTTOMORE, 2001) considera que a “classe média está sendo proletarizada” pela desqualificação gerada pela mecanização dos serviços de escritório, provocando e, ainda, que engenheiros, técnicos, profissionais liberais empregados na indústria e nos serviços públicos constituem parte de uma “nova classe operária”, manifestada na radicalidade dos movimentos sociais no final da década de 1960, especialmente na França (MALLET, 1963 *apud* BOTTOMORE, 2001). Para Bottomore (2001:65),

a tese da proletarização é uma contra-partida direta da tese do aburguesamento da classe operária, sustentada principalmente por sociólogos não-marxistas, mas que pode ser encontrada também, embora de forma um pouco diferente, na obra de alguns marxistas (por exemplo: Marcuse, 1964).

3.6 O proletariado venezuelano surgiu em vários ramos de atividade, mas a luta de classes acirrou-se na indústria petrolífera.

Pela justificativa teórica de Hobsbawm (2000:79) em *Mundos do trabalho*, o proletariado seria simultaneamente, uma classe nacional e internacional. O autor indaga “*Qual é o país dos trabalhadores?*”, considerando que,

Se é errado supor que os trabalhadores não têm nenhum país, é igualmente enganador supor que eles tenham apenas um e que nós saibamos qual é. Falamos das classes operárias francesas, alemãs e italianas e, ao fazê-lo, indicamos, bastante corretamente, tanto as forças mais importantes que caracterizam qualquer classe operária, como as da economia nacional do Estado em que um trabalhador vive, quanto as leis, instituições, práticas e a cultura oficial daquele país.

Marx e Engels consideraram que a classe operária é a força política capaz de realizar a destruição do capitalismo e a construção do socialismo. No *Manifesto Comunista* (1880), os autores apresentam as várias fases do processo de constituição do operariado com classe social. Inicialmente, o trabalhador faz a luta individual contra a burguesia; depois estende essa luta por fábrica e, em seguida, por ramo de atividade, no mesmo local de trabalho. Com o desenvolvimento industrial, multiplica-se o número do proletariado, e sua força aumenta com a concentração das massas – dando início à sua organização sindical e partidária⁵.

As relações propriamente capitalistas surgiram, timidamente, com operários do transporte ferroviário, da comunicação e, parcialmente, da construção civil, misturados ao trabalho dos artesãos (calçados, alfaiataria, padaria, entre outros), no início do século XX, segundo Pla (1982). Contudo, vale lembrar que em 1864 surgiu o *Gremio de Obreros y Artesanos de Caracas* (organizadores: Valentin Espinal e seu filho Mariano). O primeiro periódico chamado *El Obrero* (1879), foi várias vezes reapresentado com esse mesmo nome, mas conteúdo diferente, em Maracaibo e em Caracas (1901-1911). A partir da imigração europeia, na década de 1890, começaram a aparecer as influências do operariado europeu. Em outubro de 1893, um grupo de operários alemães reuniu-se no Café de Caracas para escolher Franz Schleese como delegado ao IV Congresso Internacional dos Trabalhadores. A reunião terminou com o canto “A Internacional”. Em 20 de janeiro de 1895, a primeira manifestação de desempregados, sob liderança de Antonio Acosta, ocorreu em Caracas – onde havia cerca de três mil desempregados (Pla, 1982). Para a polícia e o governador do Distrito Federal era “a onda do socialismo do velho mundo” que estava se manifestando na Venezuela.

⁵ Mas, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não só tem seu número aumentado, como se concentra em maiores massas, sua força aumenta (...) os trabalhadores começam a se articular (MARX; ENGELS, 1880 *apud* BOTTOMORE, 2001:66).

Em 28 de outubro de 1896, uma reunião organizada por artesãos e intelectuais, denominada *Primer Congreso de Obreros de Venezuela*, presidida pelo Dr. Alberto Gonzáles Briceño e secretariada por Leopoldo Torres Abandero, com o objetivo (frustrado) de organizar um partido político popular (Pla, 1982). Debatiam-se as más condições de trabalho, educação de qualidade, cooperativismo entre os seus membros e “fomento de economia entre as classes operárias”. Esse congresso contou com a participação das seguintes organizações: *Liceo Pedagógico*, *Alianza de Trabajo*, *Alianza Filantrópica*, grêmios de artesãos, alfaiates e carpinteiros. Há registros da existência de núcleos de trabalhadores ferroviários desde 1885, sem maiores destaques de atuação.

Criou-se a primeira organização verdadeiramente de operários: a *Asociación de Obreros y Artesanos del Distrito Federal*, em 1909 – ano em que se aprovou o *Estatuto do gremio del Tipógrafos de Caracas* (PLA, 1982). Em março de 1914 ocorreu a greve dos telegrafistas, em caráter nacional, conhecido como o movimento operário mais importante do período, tendo seus dirigentes presos a mando do presidente da República José Gil Fortoul. Em 1917 e 1918 iniciou-se a exploração e exportação de petróleo de forma significativa: na *Caribbean Petroleum Co.*, por exemplo, trabalhavam 500 pessoas, na maioria operários. No final do ano de 1919 foi organizada uma Confederação Geral de Trabalhadores, essencialmente de trabalhadores ferroviários e da telefonia – além das diversas greves de operários: sapateiros, tipógrafos, trabalhadores do transporte coletivo e da exploração de minérios (cobre de Aroa). No final da Primeira Guerra Mundial, muitos militantes anarco-sindicalistas passaram a organizar os sindicatos de ofício, com operários de várias categorias.

A partir de 1922, operários manifestavam-se em diferentes “campos de petróleo” na Venezuela e, em 1925, ocorreu a primeira grande greve de operários da indústria petroleira no país. Desde 1928, a resistência e as mobilizações contra a ditadura Gómez envolviam amplos setores da sociedade, que eram duramente reprimidos. O presidente ditador proibiu a organização sindical, mas, ao ceder às pressões internacionais, editou a lei do Trabalho - que não passou de “letra morta”.

Os operários da indústria do petróleo organizaram, em 1931, uma Sociedade de Socorros Mútuos (SAMOP), que atuou como um verdadeiro sindicato. Mas da mesma forma da repressão de 1928, em 1931 a ditadura Gómez reprimiu duramente a SAMOP. Como conseqüências dessa repressão surgiram duas outras organizações de operários:

Agrupación Revolucionaria de Izquierda (ARDI) e o Partido Comunista (PC). A ARDI lançou um *Plan de Barranquilla* (22 mar 1931), um programa socializante sob autoria de Rómulo Betancourt. O PC lançou um Manifesto próprio como preparação do Primeiro de Maio, elaborado por um grupo de venezuelanos exilados na Colômbia. Esse Manifesto foi lançado para o Bureau do Caribe da Internacional Comunista e chegou à Venezuela de forma clandestina. O conteúdo apresentado na linha da *Terceira Internacional Comunista* denuncia a ditadura de Gómez e os opositores burgueses, e chama os operários e camponeses para a revolução socialista. Os autores do Manifesto utilizaram uma frase revolucionária de Lênin para estimular o operariado venezuelano à luta: *El fusil en el hombro de un obrero es la única garantía de la democracia* (PLA, 1982:22).

Pla (1982) lembrou que, inicialmente, a diferença de compreensão política entre Betancourt e os comunistas era apenas tática, mas que, a partir da morte do ditador Gómez (agos 1935), começaram a aparecer outras divergências. Após a realização do *VII Congreso Internacional Comunista*, os comunistas da Venezuela iniciaram a verdadeira organização nacional do partido e da luta sindical sob as siglas de frentes populares. As reivindicações dos comunistas já não abordavam o anticapitalismo ou o socialismo, mas defendiam a redução da jornada de trabalho para oito horas, o antiimperialismo, a união de trabalhadores urbanos e camponeses – caracterizando uma nova forma de organização popular, sindical e partidária (PLA, 1982). O povo venezuelano, vingando-se das três décadas de opressão da ditadura Gómez, tornou-se alvo de violência de pessoas vinculadas ao Gomecismo.

Em 14 de dezembro de 1936, com apoio de amplos setores da sociedade, iniciou-se uma greve de 37 dias dos operários petroleiros, apresentando como pauta de reivindicações: reposição salarial, moradia digna, assistência médica, entre outros. Essa greve projetou o operariado no cenário da política nacional, ao mesmo tempo em que resultou na repressão aos dirigentes sindicais, partidários e estudantis de esquerda: a UNE, a FCV, e Confederação Venezuelana do Trabalho, 48 dirigentes políticos foram expulsos do país. O PCV continuou na ilegalidade e o Partido Democrático Nacional (PDN), fundado a partir da ORVE, teve sua legalidade cassada e Rómulo Betancourt também foi para exílio.

Hector Lucena (1998) defendeu que a classe operária venezuelana formou-se no contexto das profundas mudanças econômicas, políticas e sociais na década de 1926 e

1936. Nessa época, junto à classe operária petroleira, surgiu o movimento operário moderno da Venezuela. O ponto de partida para a formação da classe operária está vinculado à exploração petroleira dos anos vinte. Segundo Lucena (1998), o desenvolvimento do capitalismo nacional é o fator predominante. A situação objetiva de existência da classe operária venezuelana se deve às relações de produção capitalista de inversões transnacionais. Lucena (1998) resgata as contribuições de diferentes autores sobre o surgimento da classe operária da Venezuela⁶.

Enrique Agüero Gorrin (1973:9 *apud* LUCENA, 1998:125), especialista em direito do trabalho, diz que “*la clase obrera venezolana como clase nace en el periodo comprendido entre 1920-1930, con el aporte fundamental de los trabajadores que prestan sus servicios en la industria petrolera*”. Como dito pelos diferentes autores, a classe operária venezuelana surgiu em outros ramos de atividade, mas se consolidou no desenvolvimento da indústria petroleira entre os anos 1920 e 1930. As condições dos operários na indústria petroleira eram determinadas mais pelos centros metropolitanos, a política de desenvolvimento das atividades era imposta pelas matrizes das empresas estrangeiras. Havia muita hostilidade ao meio ambiente e desigualdades sociais, em especial na exploração e na construção da infra-estrutura; situações precárias na centralização das operações, residência dos trabalhadores, emprego e remunerações em locais chamados de “campos petroleros”. Os trabalhadores eram divididos em três categorias básicas: a primeira era constituída de europeus e estadunidenses; a segunda de mensalistas, empregados e técnicos venezuelanos e, antilhanos; a terceira, os que recebiam por semana, divididos em dois grupos: os qualificados venezuelanos e antilhanos, e os não qualificados, essencialmente venezuelanos. Essa divisão por categorias, utilizada para a remuneração em níveis diferentes, estendia-se pela vida social da comunidade: atendimento em hospitais, uso do transporte, espaço de recreação e direito a moradia.

A partir do dia 18 de dezembro de 1935, aconteceram vários *paros* de trabalhadores e, no dia 21, aconteceu uma greve geral em toda indústria petroleira do país. Os “campos operacionais” foram totalmente ocupados e os protestos dos operários

⁶ Rodolfo Quintero (1964:90-100 *apud* LUCENA, 1998:124) diz que: “*como clase social definida y diferenciada del resto de los trabajadores, se integra ligada a la expansión de la industria petrolera...*”. Carlos Irazábal (1969:1003 *apud* LUCENA, 1998:124), historiador, traz contribuição semelhante dizendo: “*y de outro fenómeno también de extraordinária importancia: el nacimiento del proletariado. Nació, creció y se fortaleció como clase entre nosotros, primero que la burguesía industrial, cuando lo contrario es lo normal*”.

expressavam um profundo sentimento de anti-extrangeirismo e anti-companhias, além das reivindicações por reposição salarial e aumento de emprego - com violência generalizada nas regiões petroleiras. Em Zulia, vigilantes e policiais eram procurados e mortos pelos manifestantes. Em Maracaibo, 28 estabelecimentos comerciais foram assaltados e incendiados e, nos confrontos, morreram 100 pessoas -13 delas queimadas em uma loja. Em Lagunillas, morreram 150 e em Cabinas 50 - sendo 37 petroleiros assassinados pelas “forças gomecistas”, segundo Prieto Soto (1970:33-34 *apud* LUCENA, 1998).

Por ocasião do VII Congresso da Internacional dos Trabalhadores (1935) foi adotada a linha de atuação política como Frente Popular, que conclamou a unidade de todos os setores democráticos (inclusive a “burguesia democrática”) contra o fascismo. Na América Latina, essa política significava a realização das revoluções democrático-burguesas e do movimento antiimperialista. Na Venezuela, os comunistas buscavam um imediato consenso com Bitancourt (ARDI), para adotar um programa que unificasse amplos setores explorados e combater o Gomecismo, termo atribuído aos seguidores do ditador Juan Vicente Gómez - substituído pelo general Eleazar López Contreras. Desde então, surgiram vários partidos chamados policlassistas funcionando como frentes populares (PRP, ORVE, BND). O próprio PC se diluiu entre o combate ao Gomecismo e a realização da “revolução democrático-burguesa”. A Frente Popular chegou à sua realização máxima na organização do partido único da esquerda, chamado Partido Democrático Nacional (PDN), no final de 1936. Esse partido foi o resultado da união entre PRP, ORVE, FEV-OLP e FS-OP, um partido nacionalista que visava à revolução democrática burguesa, como frente de conciliação de classes, segundo Pla (1982).

O balanço feito por Pla *et al* (1982:77-79) sobre o resultado da tentativa de conciliação de classes, desastroso para a esquerda e o movimento operário venezuelano, pode ser identificado nos resultados do Congresso Operário, que criou a *Central Venezolana de los Trabajadores* (1936). Quando os partidos de esquerda foram dissolvidos e seus dirigentes perseguidos, em fevereiro de 1937, sobrou o repúdio e a indignação. A tática política da frente popular em assumir tarefas democrático-

burguesas transformou-se, portanto, em prática de conciliação de classes, acarretando derrotas do movimento popular e dissolução dos partidos de esquerda⁷.

O movimento operário venezuelano inicial contou com muitos problemas. Além do tratado anti-sindical das companhias e do Estado, outros elementos objetivos e subjetivos dificultam a organização dos trabalhadores venezuelanos. Por exemplo: os campos petrolíferos ficavam muito distantes dos centros urbanos e eram fechados para quem não fosse trabalhador das companhias; não havia, na Venezuela, outra organização sindical que pudesse fazer contato ou reforçar uma possível organização sindical nos campos petrolíferos e, nesse sentido, o número de trabalhadores nacionais que trabalhavam na indústria petrolífera representava a minoria da força de trabalho do país. A pouca organização sindical existente no país, era majoritária e originariamente das organizações dos antigos grêmios e sociedades de “mútuo auxílio” do trabalho artesanal (LUCENA, 1998). Em 1936, o regime repressivo do presidente López Contreras havia acabado com a base sindical do país.

Em 27 de fevereiro de 1936, comunistas e reformistas organizaram o primeiro *Sindicato de Obreros y Empleados Petroleros de Cabimas* (SOEP – Cabimas) e, no dia seguinte, legalizado o SOEP de Mene Mauroa. No mês seguinte, foi legalizado o SOEP de Lagunillas, cuja primeira tarefa foi fundar uma escola de alfabetização para uma vasta população analfabeta. Durante o ano de 1936 outros sindicatos foram fundados em Maracaibo, Mene Grande, San Lorenzo e dos trabalhadores portuários em diferentes regiões. Os delegados desses sindicatos criaram a primeira federação de trabalhadores da Venezuela: a *Unión Sindical Petrolera* (USP), em 10 de outubro de 1936, sob o controle dos comunistas. Em fevereiro de 1936, fundou-se a *Asociación Nacional de Empleados* (ANDE) em Maracaibo, permitindo a incorporação de trabalhadores petrolíferos, segundo Prieto Soto (1970:35-37 e 66 *apud* LUCENA, 1998:262)⁸.

Houve um crescimento importante na organização de sindicatos operários, mas uma cruel repressão e intervenção militar na organização dos trabalhadores, principalmente a partir de 1940, resultando na dissolução de grande quantidade dos sindicatos. Em 1941, havia 113 sindicatos de trabalhadores no país, totalizando 29.364

⁷ “y los que es más grave aún se coloca detrás del Lopicismo, llevando al movimiento popular a toda una serie de derrotas que culminaron en enero-febrero del año 37 con la disolución de los partidos de izquierda y la represión generalizada. (PLA et al (1982:77-79).

⁸ Em 1936 foram institucionalizados 107 organizações sindicais de trabalhadores e foi realizado o I Congresso de Trabalhadores da Venezuela, contando com a presença de 219 delegados, que representaram os sindicatos de todo país, segundo Pérez (1971:55 *apud* LUCENA, 1998:263).

filiados. Em onze sindicatos de trabalhadores petroleiros, havia 19.270 filiados, 66% do total. Dos sindicalizados petroleiros, 91% eram do estado Zulia. Os demais 10.351 trabalhadores eram sindicalizados em diferentes sindicatos espalhados pelo país. Em outras palavras, além dos sindicalizados serem em maioria absoluta de trabalhadores petroleiros, esses também eram concentrados quase na totalidade e um estado (Zulia).

Segundo relatos de Lucena (1998), inclusive a formação político-ideológica era dificultada pelo altíssimo índice de analfabetismo entre os trabalhadores, 85% (1941). Entre 1936 e 1950, a taxa média de crescimento econômico do país foi de 8,6% , segundo Rangel (1970: 134 apud LUCENA, 1998:261), período em que as atividades econômicas petroleiras de produção nacional eram controladas por três empresas internacionais: *Standard Oil Company of New Jersey* (49%, 1939); *The Royal Dutch Shell Group* (39%) e *The Gulf Oil Corporation* (11%). Essa última funcionava através da *Mene Grande*, empresa instalada no país, também sob controle das grandes corporações transnacionais - as demais, com 25% das ações dessa empresa “Venezuelana”. As três companhias transnacionais são as principais que nos cinquenta anos anteriores já dominavam a exploração do petróleo no país (Tabela 31 – ANEXO 1).

Em 1941 os sindicatos voltaram a se organizar mais livremente, mas em 1943 voltaram a sofrer as restrições impostas à organização sindical em alguns Estados e distritos. E dezembro de 1943, na chamada *Convención de Marzo* estavam representados 150 sindicatos, do total de 174 na Venezuela. No final de 1943 havia 22.933 trabalhadores filiados a sindicatos. Em 1944 havia 2.950 empresas no país, de vários tipos: comércio, indústria, minérios, petróleo, pecuária, agricultura, entre outras. Pelo número de filiados sindicais, considera-se um número relativamente baixo em relação ao número de empresas (PLA, 1982: 188). Observa-se, pela tabela 1, que mais da metade dos sindicatos de 144 foram dissolvidos, especialmente, quebrando a estrutura da União Popular Venezuelana (UPV), que conseguiu salvar apenas alguns sindicatos em todo território venezuelano. O governo de Medina legalizou 90 organizações sindicais, em 31 de dezembro de 1944, na soma de 5.161 filiados. A Ação Democrática (AD) e a UPV começaram a disputar as direções dos sindicatos, chamados paralelos, que não sofriam intervenção dos governos ditatoriais. A disputa pela direção sindical (aparelho) nos estados, nas empresas e setores estratégicos, acirrou-se tanto que o movimento sindical foi “atomizado” sob uma aparência de crescimento. O resultado

poderia ter sido esperado: em 1944 existiam 141 sindicatos com 13.621 filiados, contra os 174 com 22.933 filiados de 1943, uma redução drástica.

Em 1945, os comunistas continuaram divididos na disputa sindical e a AD foi ocupando espaço na classe operária com toda sorte de recursos. Com o golpe de 18 de outubro de 1945, da autodenominada junta revolucionária, a AD através do Estado ampliou a sindicalização e criou sindicatos de todos os tipos (patronais, operários, mistos e independentes). O número de sindicatos deu um salto: de 171 em 1944 para 250 em 1945 e, 592 em julho de 1946. O número de sindicalizados de 1944, de 12.582, em 1945 saltou para 48.789. Pla (1982) considera que o principal instrumento usado pela AD para essa ampliação foi à disputa pela conquista das direções paralelas (do Estado). Sob o governo social-democrático da AD, no início da Guerra Fria (1945), as companhias e o governo estadunidenses continuaram com amplas vantagens, especialmente para a política dos EUA de reconstrução da Europa, com o petróleo venezuelano. Algumas políticas de melhoria foram aplicadas.

O Congresso da UPV de 1946 aprofundou a disputa interna dos comunistas, entre o Partido Comunista de Venezuela (PCV) e o *Partido Comunista Venezolano Unitário* (PCVU). Um representante do Partido Socialista Popular de Cuba (antigo PC cubano), Ladislao González Carbajal, fez a mediação por vários meses, entre as duas frações comunistas da Venezuela que, finalmente, chegaram a um entendimento. Em outubro de 1945, o golpe que derrubou Medina Angarita da presidência da República, substituído por uma “Junta Revolucionária”, facilitou os caminhos da unidade entre as duas alas de comunistas. Outro passo importante para a unidade foi à autocrítica feita, em novembro de 1945, pelo Comitê Central do PCV quanto às posturas anteriores do partido sob influência negativa de Browder. O partido reconheceu ter adotado políticas revisionistas e reformistas, que deveriam ser superadas. O PCVU também reconheceu posturas ultra-radicalizadas à esquerda (semelhante aos trotskistas), que também deveriam ser superadas.

Após longos debates, o PCV e o PCV (agos 1946) organizaram o Regulamento para o Primeiro Congresso dos Comunistas. No mesmo mês, foi apresentada uma chapa unitária de candidatos comunistas para a Assembléia Constituinte. Em 28 de novembro, foi instalado o congresso da unificação, mas suas bases teóricas fundamentais continuaram seguindo orientações do “marxismo-leninismo”, segundo a visão estalinista (PLA *et al*, 1982). O controle absoluto da AD sobre o movimento sindical,

pôde ser observado em 15 de novembro de 1947, no II Congresso de Trabalhadores na oficialização da *Central de Trabajadores de Venezuela* (CTV). Os comunistas tiveram apenas uma vaga na Junta Diretiva do Congresso, como resultado do refluxo organizativo do Partido Comunista e da ampliação da AD no movimento operário, resultado refletido na construção da CTV. Segundo avaliação de Pla (1982), essa central foi desenhada mais para salvaguardar os interesses nacionalistas da burguesia do que os interesses do proletariado.

3.7 O Estado burguês sob ditadura militar e a repressão ao movimento operário, aos nacionalistas e à esquerda.

De acordo com Paulo Fagundes Vizentini (2001), o Estado Nacional venezuelano ainda não estava plenamente realizado, até o início do século XX por diversos fatores: o longo período de dependência da colônia espanhola, a população rarefeita; a precária economia primário-exportadora; a vida agrária e militar demarcada pelo caudilhismo e as lutas internas. Durante a ditadura Juan Vicente Gómez (1908-1935), sob uma administração centralizada, o Estado construiu uma infra-estrutura viária para o ciclo de exportação de petróleo e consolidou uma relação privilegiada com os EUA – acarretando uma super-exploração dos trabalhadores, acompanhada de uma política de repressão contra qualquer protesto operário ou estudantil. Segundo Maringoni (2009), até mesmo a Universidade Central de Caracas foi fechada várias vezes como represália ao movimento estudantil. A burguesia interna (latifundiária, bancária e comercial) consolidou uma aliança com o monopólio estrangeiro da exploração petroleira.

Após vários anos de repressão ditatorial, diferentes forças sociais começaram a se liberar, principalmente devido à ruína da economia agrícola e repressão às demandas sociais – quando a maioria da população sob miséria e fome. Ainda sobre as conseqüências da crise de 1929, podiam ser observadas: amplas massas de operários desempregados, salários defasados e várias endemias que assolavam a população. Segundo Maringoni (2009), o Partido Comunista da Venezuela (PCV) foi fundado, de forma clandestina, em 1931. Em 1936, como resultado da morte do ditador Gómez, várias outras organizações políticas começaram a surgir ou se reorganizar. Entre elas, a Juventude de Ação Católica sofreu uma cisão, dando origem à União Nacional Estudantil (UNE), embrião do Comitê de Organização Política Eleitoral Independente

(COPEI), fundado em 1947. A Organização Venezuelana (ORVE), comandada por Rómulo Betancourt, um dos fundadores da posterior Ação Democrática (AD). O governo de Medina Angarita não era subordinado aos EUA e seus aliados internos (latifundiários e burguesia financeira), mas seu governo era ancorado com setores da pequena burguesia, da burguesia minoritária e do operariado.

Na eleição indireta de 1941, para a Presidência da República foi eleito Medina Angarita, que surpreendeu em seu governo, liberalizando e democratizando a vida pública do país. Entre outras demandas, permitiu a legalização de todos os partidos. O PCV e a AD (surgida do ex-PDN), entraram para a legalidade. A AD ficou como modelo de agremiações políticas do país por quase seis décadas, sob a presidência de Rómulo Gallegos e com a liderança pública principal, Rómulo Betancourt, segundo Maringoni (2009).

O governo de Isaías Medina Angarita (1941-1945), em 1944, dissolveu uma reunião da Convenção Nacional de Trabalhadores e jogou para a ilegalidade a maioria dos sindicatos do país. Mas a ditadura estava visivelmente abalada. Pelo regime ditatorial, a eleição presidencial indireta estava prevista para 1945. No entanto, a AD defendia eleição direta no país e a indicação de um governo provisório para a preparação do pleito eleitoral direto. Mediante a negativa do governo, a AD realizou um ato com vinte mil pessoas em Caracas (15 out 1945). No contexto de conjuntura complexa, nos mesmos dias, o PCV também realizou ato público com oito mil manifestantes, declarando apoio ao governo Medina Angarita. Os comunistas enfatizavam o caráter nacionalista do governo, contra os setores mais reacionários do país. Frente a uma intensa insatisfação de setores castrenses das forças armadas, no mesmo dia do comício da AD, esses realizaram um levante em Maracay e Caracas. Após três dias, esses setores consolidaram um golpe com a prisão de Medina e todos os membros de seu gabinete (MARINGONI, 2009).

3.8 O conceito de Estado moderno e a trajetória da burguesia internacional

Segundo Ruy Mauro Marini (2000: 270), em *Dialética da dependência*, do ponto de vista histórico, os Estados modernos formaram-se a partir das contradições políticas e ideológicas existentes nos modos de produção asiático e feudal, e seus imperialismos, resultando na formação da sociedade capitalista:

a formação dos grandes impérios baseados “no modo de produção asiático” e a era romana; a polarização ideológica e, em alguns casos, política, do mundo cristão em torno de uns poucos centros, na Idade Média; a expansão comercial e, em seguida, produtiva e financeira do capitalismo, a partir do século XVI, a que correspondeu à formação dos Estados modernos.

Dallari (2005:70), em *Elementos de teoria geral do Estado*, fez uma recuperação histórica e conceitual da origem do Estado moderno. A “aspiração à antiga unidade do Estado Romano” (Séc. XVI) estava crescendo cada vez mais na Europa. Na estrutura econômica e social da sociedade feudal, os pequenos produtores individuais, cuja produção era de subsistência, aos poucos foi se ampliando, tanto para pequenos proprietários quanto para latifundiários. “Os senhores feudais, por seu lado, já não toleravam as exigências de monarcas aventureiros e de circunstância, que impunham uma tributação indiscriminada e mantinham um estado de guerra constante, que só causavam prejuízo à vida econômica e social”. Essa situação despertou uma consciência entre os envolvidos, que fez surgir o caminho da unidade em torno da idéia de poder soberano, supremo no sentido mais alto de uma determinada delimitação de território. Essa unidade política consolidou, no Tratado de Westfália, “um novo tipo de Estado”, cuja característica essencial era a “unidade territorial dotada de um poder soberano”. Essa definição acabou sendo o conceito de Estado moderno.

Em resumo das diferentes definições teóricas posteriores, das notas características do Estado moderno, em Dallari (2005: 72), destaca-se a contribuição de Ataliba Nogueira, o qual desdobra a questão do poder em cinco notas:

o território e o povo, coincidindo com os elementos materiais; a soberania e o poder de império, que representam dois aspectos do poder, constituindo, portanto, um desdobramento do chamado elemento formal, e, além desses, a finalidade, que indica mais especificamente, como a regulação global da vida social.

Sem entrar no mérito de cada uma das contribuições sobre a origem e desenvolvimento do Estado e suas características na história, Dallari (2005:72) escolhe para análise quatro notas características para o Estado moderno: “a soberania, o território, o povo e a finalidade” para chegar a uma síntese de conceito. Para Dallari, essas notas caracterizam suficientemente o Estado, uma vez que são verificáveis na realidade social, inclusive as de ordem jurídica porque já estão implícitas na sociedade, uma vez que: “todas as sociedades são ordens jurídicas”. A finalidade, que a priori poderia ser qualificada pela sociedade política, contém peculiaridades específicas do Estado, além das gerais presentes na sociedade. O conceito de soberania, segundo

Dallari (2005: 78-79), é caracterizado no contexto do Estado moderno, diga-se Estado burguês:

No combate da burguesia contra a monarquia absoluta, que teve seu ponto alto na Revolução Francesa, a idéia da soberania popular iria exercer grande influência, caminhando no sentido de soberania nacional, concebendo-se a nação como o próprio povo numa ordem. No começo do século XIX ganha corpo à noção de soberania como expressão de poder político, sobretudo porque interessava às grandes potências, empenhadas em conquistas territoriais, sustentar sua imunidade a qualquer limitação jurídica. Entretanto, a partir da metade do século, vai surgir na Alemanha a teoria da personalidade jurídica do Estado, que acabará sendo apontado como o verdadeiro titular da soberania. E já no século XX, aperfeiçoada a doutrina jurídica do Estado, a soberania passa a ser indicada como uma de suas notas características, colocando-se entre os temas fundamentais do direito público, desenvolvendo-se uma completa teoria jurídica da soberania.

Numa síntese entre as diferentes interpretações do conceito de soberania, Dallari (2005: 80) entende que ela está sempre vinculada ao conceito de poder: “Concebida em termos puramente políticos, a soberania expressava a plena eficácia do poder, sendo conceituada como o poder incontrastável de querer coercitivamente e de fixar as competências”. Para Miguel Reale (apud DALLARI, 2005:80), a soberania não pode ser reduzida para o campo do direito: “uma vez que os fenômenos do Estado são, indissolúvelmente, sociais, jurídicos e políticos”. Reale define um conceito de soberania: “o poder de organizar-se juridicamente e de fazer valer dentro de seu território a universalidade de suas decisões nos limites dos fins éticos de convivência”. A respeito das características da soberania, há uma visão, quase unânime entre os estudiosos, segundo Dallari (2005:81): “praticamente a totalidade dos estudiosos a reconhece como *una*, indivisível, inalienável e imprescritível”.

Quanto ao poder de Estado, diz Dallari (2005:111), este é um elemento central das características do Estado: “Sendo o Estado uma sociedade, não pode existir sem um poder, tendo este na sociedade estatal, certas peculiaridades que o qualificam, das quais a mais importante é a soberania”. Dallari acrescenta que: “o Estado tem um poder que lhe é próprio e do qual derivam os demais poderes. O poder do Estado é também *irresistível*, por ser um poder dominante. Dominar significa mandar de um modo incondicionado e poder exercer coação para que se cumpram às ordens dadas”.

Quanto à origem e características do Estado democrático burguês, segundo Dallari (2005), esse se consolidou na Revolução Inglesa, sob influência de Lock, em

particular com *Bill of Rights* (1689); na “Revolução Americana”, expresso na Declaração da Independência dos EUA (1776), sob influência de Montesquieu (entre outros iluministas) e na Revolução Francesa (1789), cujos princípios foram expressos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (sob maior influência de Rousseau). Dallari (2005:150-151) apresentou uma síntese dos princípios que regem o Estado democrático burguês:

A supremacia da vontade popular, que colocou o problema da participação no governo, suscitando acesas controvérsias e dando margem às mais variadas experiências (...). A preservação da liberdade, entendida sobretudo como o poder de fazer tudo o que não incomodasse o próximo e como o poder de dispor de sua pessoa e de seus bens, sem qualquer interferência do Estado. A igualdade de direitos, entendida como a proibição de distinção no gozo de direitos, sobretudo por motivos econômicos ou de discriminação entre classes sociais.

Para além da compreensão da liberdade individual, da propriedade privada e da igualdade jurídica entre indivíduos, no sentido contrário da igualdade socioeconômica dos indivíduos, outro problema apresenta-se ao trabalhador. O Estado burguês assegurava ao trabalhador duas opções: aceitar a liberdade contratual rebaixada de direitos (longas jornadas de trabalho, salários miseráveis, ambientes insalubres de trabalho); ou aceitar o desemprego (desabrigo, doença, fome para o trabalhador e sua família). O Estado ainda utiliza da prerrogativa de manter a ordem social, reprime as manifestações dos trabalhadores e demais camadas populares oprimidas pelo capitalismo.

3.9 Um governo populista de curta duração democrática - movimento sindical e o PCV em conciliação de classes.

No dia 18 de outubro de 1945, uma “junta revolucionária”, impôs Rómulo Betancourt para governar o país. No final de 1946 foi chamada uma Assembléia Constituinte que instituiu a eleição do voto direto e secreto para todos os sexos. No mês de dezembro de 1947 aconteceu à eleição direta para Presidente da República, pleito em que Rómulo Gallegos da AD foi vitorioso com 74% dos votos válidos. Embora essa junta fosse chamada de revolucionária para eliminar o que ainda havia da política gomecista, não houve mudanças na economia do país, segundo Maringoni (2009). Em 15 de fevereiro de 1948, Gallegos assumiu a presidência da República (1948-1952). Ex-governantes ditatoriais, entre eles, López Contreras e Medina Angarita foram exilados.

No novo governo, embora o rumo geral fosse de liberdade, certas restrições sindicais foram mantidas. Vizentini (2001:59) ressaltou que:

A Venezuela, ao longo de meio século, conheceu apenas uma curta experiência democrática, o *Triênio*, estabelecendo em seguida à ditadura do General Marcos Pérez Gimenez, estritamente vinculada aos Estados Unidos. Durante esse regime o país chegou a ser o segundo produtor mundial de petróleo, estabelecendo-se as relações entre os diversos setores da elite sócio-econômica.

Em 30 de março de 1946, o presidente da Junta de Governo, Rómulo Betancourt fez um discurso diante dos representantes da FEDECAMARAS, empresariado venezuelano, cujo conteúdo revelou que o governo estava de bem com os empresários nacionais e estrangeiros (e também com os EUA) e tinha o controle dos trabalhadores. Disse Betancourt, em outras palavras, que havia sido assinado um acordo entre a Junta Revolucionária de Governo, com a qual concordam 30.000 trabalhadores do petróleo e a totalidade das empresas de exploração do petróleo no país. Com o acordo, o movimento grevista havia sido desarticulado e o compromisso da AD com o caráter reformista no sistema capitalista, atendendo algumas reivindicações sociais dos trabalhadores para garantir a “estabilidade” (PLA *et al*, 1982:358). Vale lembrar que, no mesmo contexto histórico venezuelano, a Segunda Guerra Mundial havia sido encerrada em um grande “acordo” (com bomba atômica) de paz, que envolvia especialmente os EUA e a ex-URSS.

O acordo pactuado (30 mar 1946) entre a Junta de Governo (Betancourt), a Federação de Trabalhadores do Petróleo (FEDEPETROL) e o empresariado do petróleo (FEDECAMARAS) deu passos seguros de apoio dos trabalhadores e dos comunistas ao governo da AD. Para as companhias do petróleo, o acordo teve um custo adicional, que variou entre 40 e 100 milhões de bolívares. O aumento salarial para os operários do petróleo variou entre 35% a 50%. Comparando-se os salários para operários petroleiros de 1945 (antes do acordo): dos 22.449 operários, 1.599 recebiam até 10 bolívares diários; 724 recebiam mais de 21 bolívares diários; e 20.126 operários recebiam entre 11 e 20 bolívares diários. Em junho de 1946 (pós acordo) existiam 32.679 operários na indústria petroleira; o salário mais baixo era o de aprendiz: 9 bolívares a diária e, o mais alto era o de perfurador: 29 bolívares a diária. O grosso do operariado petroleiro recebia entre 10 e 28 bolívares a diária. Os salários dos operários da indústria petroleira cresceram acima do que era pago para outros trabalhadores do país, da indústria têxtil, por exemplo, a diária mais baixa era de 7,30 bolívares e a mais alta de 14,50; para

trabalhadores da indústria do tabaco, o salário mais alto era de 24 bolívares diários e o mais baixo de 4,66 (PLA *et al*, 1982).

Com o acordo petrolero (governo, empresários e operários) de 1946, além dos salários mais altos, os operários petroleros gozavam de muitos benefícios que os demais operários do país não tinham acesso: casa, água, luz, transporte, escola, hospital, 48 horas de trabalho e recebendo por 56, pagamento por enfermidades não profissionais, entre outras. Segundo Pla *et al* (1982), agigantavam-se as diferenças entre os trabalhadores petroleros e demais trabalhadores do país. O acordo de 1946 consolidou a relação Estado-Empresa petrolera na Venezuela e criou uma relação de privilégios para os trabalhadores do setor, representando o início do processo de burocratização e elitização dos sindicatos petroleros (PLA *et al*, 1982: 369). Para Maringoni (2009:53), no governo da AD, além da melhoria salarial para os trabalhadores, houve também uma redução dos valores de alugueis, um programa importante de construção de moradia para a população o controle do custo dos alimentos por parte do governo.

A maior conquista do acordo foi a paz industrial, proporcionando planejamento e produção para um longo período de estabilidade, segundo Betancourt (PLA, 1982:360): “*La producción petrolera entro en una etapa de franca estabilidad*”. Em 14 de março de 1947, Betancourt fez outro discurso frente à FEDECAMARAS, no mesmo sentido de conciliação de classe, alertando que, dessa forma, as greves e a violência social estariam controladas no país. O empresariado também comemorou o acordo e seus resultados, tendo percebido que essa fora também uma maneira eficiente para controlar os comunistas e o “possível comunismo” no país⁹.

Para Pla *et al* (1982), os comunistas da Venezuela fizeram uma política de “colaboração de classes”, satisfazendo os interesses do grande capital, em alguns casos, garantindo melhorias para os operários, mas sem discernir o caráter classista do Estado. A divisão dos comunistas permitiu a construção de hegemonia da AD no movimento sindical e o controle da AD da FEDEPETROL marcou a derrota dos comunistas no movimento sindical. O modelo de relações operário-patrão, aprovado no Contrato 1946, foi estendido a toda classe operária, e o movimento sindical de categorias de “menor peso estratégico” da Venezuela acabou sendo derrotado e integrado ao reformismo.

⁹ Segundo revista *Fortune* (apud PLA *et al*, 1982: 360): ...“*con tal estabilidad, la Creole por ejemplo, podia dormir más profundamente a pesar de su inversión de capital en Venezuela que ya estaba alcanzando proporciones de mil millones de dólares (...) Los empresarios y los diplomáticos estaban de acuerdo (...) en que esta era la mejor manera de mantener abajo al comunismo*”.

A AD tinha como principal característica a disciplina e a forte presença no movimento sindical e estudantil, semelhante aos partidos da social-democracia europeia do pós Segunda Guerra Mundial (MARINGONI, 2009). Porém, os avanços populares conquistados pelo governo da AD tinham seus dias contados. Em novembro de 1948, um golpe militar depôs o governo Gallegos (AD), com apenas nove meses depois da posse, e no lugar dele assumiu uma Junta de Governo, com a ajuda das transnacionais, que impuseram uma política anti-operária, com demissões em massa, particularmente na indústria petrolífera. A sociedade venezuelana viveu um período entre rebelião e repressão. Três militares que eram aliados da AD, em outubro de 1945 (Carlos Delgado Chalbaud; Marcos Pérez Jiménez e Luís Llover Páez), encabeçaram o golpe militar e iniciaram uma das mais repressivas ditaduras militares do País, segundo Maringoni (2009). O compromisso assumido pelo presidente da Junta Militar, Carlos Chalbaud com o embaixador dos EUA na Venezuela, foi rebaixar vários acordos da indústria petrolífera - a tímida reforma agrária feita no governo Gallegos também foi desfeita. A AD tinha o objetivo político de retornar ao governo e, com essa finalidade, tentava uma aliança tática com o PCV. As conquistas do operariado e da sociedade venezuelana e, o modelo nacionalista reformista de curto período (1945-1948) - tiveram seu fim decretado através do novo golpe militar.

3.10 As duas fases da ditadura militar que atropelaram o governo de conciliação de classes.

Segundo Maza Zavala (*apud* MARINGONI, 2009), foram conhecidas duas fases da ditadura militar instituída após o *triênio adeco*: entre o golpe de novembro de 1948 e as eleições de 1952 conhece-se a primeira fase; entre 1952 e a queda do governo de 1958, a segunda fase.

No início de 1950, discutia-se uma saída eleitoral para a superação da Junta Militar de Governo. Carlos Delgado Chalbaud, cujo pai era adversário do ex-presidente Juan Vicente Gómez e casado com uma simpatizante comunista era nome consensual nas Forças Armadas e em alguns partidos políticos para a sucessão presidencial. O nome de Chalbaud estava conquistando amplo apoio popular, quando surpreendentemente foi seqüestrado e morto. O assassino foi preso e também morto antes de chegar à prisão. Segundo Maringoni (2009), embora o maior suspeito do

assassinato de Chalbaud seja Marcos Pérez Jiménez, na época não foi feita à devida apuração dos fatos e a condenação do real responsável.

Uma nova Junta Militar de Governo impôs intervenções em todas as organizações sindicais, federações, populares e grêmios, substituídos por novas formas de dominação e controle social. Qualquer manifestação política de oposição à Junta Militar era debitada à CTV e à tentativa de retomada do governo pela AD e seus aliados. Nesse sentido, o “governo” baixou a resolução 201, em 11 de março de 1949, instituindo uma “*Junta ad-honorem*”, constituída por três pessoas: Dr. Laviosa Comenares, José Gonzalez Navarro e Carmen Luisa Añez na incumbência de acabar com a CTV, todas as federações e uniões a elas filiadas, assim como o Sindicato de Artes Gráficas do Distrito Federal e do estado de Miranda (DUM *in* PLA *et al*, 1982).

Nos primeiros meses de 1949, a pressão internacional das transnacionais instaladas no país, exigindo redução dos preços do petróleo, provocou verdadeiras catástrofes contra os operários da indústria do petróleo. Houve demissões indiscriminadas em massa, mas não se registrou quebra considerável na produtividade das companhias - segundo Manuel Tabora (*apud* DUM *in* PLA *et al* 1982:420): “De 56.000 personas entre empleados y obreros que utilizaba la industria petrolera, en el año 1949, echó a la calle 18.000, continuando progresivamente los despidos, que a esta fecha alcanza a más de 25.000. (...) la producción no há sufrido ninguna disminución apreciable”.

A ditadura militar tinha características de combate sistemático ao movimento grevista. O diário *El Nacional* (09 mai 1950:24 *apud* DUM *in* PLA *et al*, 1980) publicou uma resolução, do Governo da Junta Militar, em conjunto com o Governador de Monagas, entre os demais governadores de Estados exploradores do petróleo, que considerava o movimento grevista: político, subversivo e antinacional. Em maio de 1950, foi organizada uma greve petroleira, de conteúdo político, social, reivindicatório e econômico, inicialmente organizada pelo PCV e reforçada pela AD. Em 13 de maio, foi cassado o direito de existência legal do PCV, visto pelo governo como subversivo. Em 1951, o Governo e as empresas transnacionais firmaram “Novo Contrato Petrolero”, a ser subscrito pelas organizações sindicais criadas pelo regime militar, unificados sob o nome de *Comité Independiente Sindical Petrolero Nacional* (CISPEN).

Em 30 de novembro de 1952, nas eleições para a Assembléia Constituinte, a URD, cujo maior expoente era Jóvito Villarba, obteve a maioria absoluta dos votos. A

URD agrupou todos os partidos de oposição, exceto a COPEI, representada por Rafael Caldera (jurista de destaque). Concluído o processo eleitoral (dois dias depois), o governo ditatorial não reconheceu o processo eleitoral e impôs Pérez Jiménez para a Presidência da República. Voltou uma ditadura militar, cuja arma principal era a violência, com repressão, torturas, prisões e perseguições. O governo de Pérez Jiménez contou com o apoio estadunidense para investimentos em outros setores industriais: siderurgia (Rio Orinoco), hidroelétrica (Rio Caroni), petroquímica (Moróm). A administração pública estava determinada a consolidar um capitalismo de Estado, atribuindo mais poder político à ditadura, já que o empresariado local não tinha força suficiente para o desenvolvimento nacional da economia, segundo Maringoni (2009). Os investimentos realizados pelo Estado (motor da economia), em tempos favoráveis para negócios internacionais, atraíram investimentos externos, permitindo um salto de 7% de aumento no PIB durante uma década, caracterizando-se um nacional-desenvolvimentismo sob a ditadura, segundo Maringoni (2009).

A gestão ditatorial de Pérez Jiménez foi contestada por amplos setores sociais, porque a economia não foi capaz de dar continuidade aos investimentos necessários para atender as demandas. Uma profunda crise fiscal, em efeito cascata, foi afetando cada vez mais setores privados da economia, especialmente as que tiveram alguma ligação econômica direta com o Estado. Os rombos nos cofres públicos tornaram-se insustentáveis e a oposição passou a se organizar. Partidos clandestinos como o PCV, a URD (1956-57), tentaram organizar uma Junta Patriótica e mais tarde a AD, a COPEI e uma parte da burguesia se opusera ao governo Jiménez, tornando cada vez mais difícil o governo militar.

Rómulo Betancourt (AD), Rafael Caldera (COPEI), Jóvito Villarba (URD) e o empresário Eugenio Mendoza reuniram-se em Nova York (dez 1957) para realizar o conhecido Pacto de Nova York, cujo objetivo era instaurar um regime civil com eleições diretas no país, que isolasse os setores mais radicalizados da sociedade, em especial o PCV: “desejava-se uma transição sem sustos para o regime civil” (MARINGONI, 2009:59). Esse serviu de apoio para outro pacto mais adiante, cujo objetivo apontou os caminhos da vida política venezuelana por vários anos (*Pacto de Punto Fijo*). As forças políticas, acima citadas, de oposição ao regime militar organizaram uma Junta Patriótica (1957) que, em janeiro de 1958, convocou uma greve geral, além de outras manifestações públicas pelo país. O governo Pérez Jiménez

reprimiu violentamente os manifestantes mas, ao perceber que até a guarnição da Marinha se opunha ao seu governo, fugiu para a República Dominicana.

3.11 *Pacto de Punto Fijo*: a consolidação do Estado democrático burguês, sob parcial conciliação de classes.

O *Pacto de Punto Fijo* resultou do desgaste e queda do presidente ditatorial Pérez Jiménez (23 jan 1958), em meio a manifestações populares nas ruas de Caracas, de greves e de insurgência de uma parte das Forças Armadas (Marinha). O fim do regime foi comemorado em várias cidades do país, e funcionários públicos identificados com ele, não foram perdoados pelo movimento pró-democracia. Uma Junta provisória, sob a presidência de Wolfgang Larrazábal (militar dissidente da gestão Jiménez) assumiu o governo provisório. Os partidos da Junta Patriótica (AD, URD e COPEI), representados por nove lideranças políticas fizeram longas discussões para dar continuidade ao chamado *Acordo de Nova York*. Conforme indicações anteriores, o Partido Comunista Venezuelano (PCV), força importante para derrubar o regime autoritário, foi mantido distante das articulações do *Pacto de Punto Fijo*.

Em 23 de janeiro de 1958, o PCV, em saiu da situação de nove anos de clandestinidade com a proposta de formar uma frente única contra a ditadura de Pérez Jiménez. No objetivo de se integrar à institucionalidade venezuelana, constituía a “espinha dorsal” da Junta Patriótica. Relatos de Douglas Bravo (19 de julho de 2003 *apud* MARINGONI, 2009) indicam que o marco principal do fim da ditadura, foi à morte de aproximadamente trezentas pessoas nas mobilizações e embates de rua. Bravo, reconhecido como líder à frente de grupos armados entre as décadas de 1960 e 1970, foi um dos sobreviventes.

As diretrizes gerais desse governo estavam descritas em um “programa mínimo”, cuja essência inicial era uma administração patriótica e nacional sob regime democrático. O pacto seria entre a AD e a COPEI e, talvez um terceiro partido, a depender da sua força eleitoral. O *Pacto de Punto Fijo* inicialmente deveria representar seus signatários, capazes de reduzir ao mínimo possível às divergências ideológicas e programáticas para administrar o aparelho do Estado. Segundo Maringoni (2009:62), na vida real, as coisas não foram bem assim:

Na prática, ele se converteria, mais tarde, num acerto entre a AD e a Copei e um terceiro partido, de acordo com sua força eleitoral de momento. O Pacto representou um jeito de acomodar na partilha do poder as diversas frações da classe dominante, incluindo aí o capital financeiro, as empresas de petróleo, a cúpula do movimento sindical, a Igreja e as Forças Armadas. Além disso, esforçava-se por definir uma democracia liberal simpática aos Estados Unidos.

Segundo Octavio Amorim Neto (2001), os partidos venezuelanos, AD, COPEI e URD assinaram dois acordos fundamentais antes das eleições gerais de 1958: o *Pacto de Punto Fijo* e o *Programa Mínimo de Gobierno*. A essência do Pacto estabelecia regras básicas a serem seguidas pelos partidos: não importa quem dos partidos fosse vitorioso, o resultado tinha que ser respeitado, realizar consultas interpartidárias para assuntos complexos e dividir os cargos na gestão pública. O Programa Mínimo apresentou um modelo de desenvolvimento econômico ancorado no capital internacional e no capital privado interno, através de subsídios do Estado para a iniciativa privada e criação de mecanismos de compensação para a realização da reforma agrária no país. Em outras palavras, esse programa foi um acordo de cautela frente às reformas econômicas e sociais, sem choques com a burguesia interna e externa, mediante indenizações pelo Estado em qualquer eventual desapropriação de propriedade privada (LEVINE; KORNBLITH, 1995 *apud* AMORIM NETO, 2001).

Segundo Vizentini (2001), a ditadura de Pérez Jiménez (1952-1958) foi derrubada através do *Pacto de Punto Fijo* (Pacto do Ponto Fixo), um regime democrático burguês bipartidário, com fortes traços populistas. Em 28 de dezembro de 1958 foi eleito para presidente da República, Rómulo Betancourt (1958-1964), como realização do primeiro ponto do *Pacto de Punto Fijo*. A AD e a COPEI, em seu governo não fizeram mudanças fundamentais no país. Na política externa de relação estreita com os EUA, não alteraram em quase nada a posição da Venezuela: ora de alinhamento, ora de divergência com o governo estadunidense. Esse governo ficou marcado por uma forte recessão econômica, acompanhado de desemprego, redução salarial e quebra da qualidade de vida da maioria dos venezuelanos. Na economia representou também uma política de substituição de importações, com largos investimentos do Estado na iniciativa privada (MARINGONI, 2009). A política econômica do *Pacto de Punto Fijo* baseou-se na exportação do petróleo. Segundo Maringoni (2009), do ponto de vista político-institucional, tratou-se de uma democracia dependente dos “petrodólares”: abrigou os interesses das elites, tentou amortecer os conflitos sociais, com as vagarosas e contínuas melhorias socioeconômicas para a maioria da população. A “nova forma de

dominação” pode ser caracterizada também como clientelista, fisiologista e corrupta, além de repressora contra qualquer manifestação mais consistente contrária aos interesses do pacto.

No início da década de 1970, a Venezuela era a quinta potência de petróleo no mundo, quase 80% da extração era exportado para o mercado estadunidense. Na época, a sociedade era dividida em uma rica oligarquia e a maioria da população muito pobre. Nesse período, os militares venezuelanos (inclusive Chávez) faziam patrulha nas fronteiras em busca de guerrilheiros, mas só encontravam pobreza. O governo de Rafael Caldera (1969-1974), pelo regime nacionalista democrático: nacionalizou o gás; encaminhou “leis para regular a reversão das concessões”, e impôs um caminho unilateral para o aumento do preço do petróleo venezuelano. O governo reduziu seu nível de tensão com Cuba e intensificou relações comerciais com o bloco socialista (VIZENTINI, 2001). No governo de Carlos Andrés Pérez (1974-1979), a Venezuela como membro em destaque da OPEP, conseguiu um avanço importante no desenvolvimento econômico e de prestígio internacional, devido ao aumento dos preços do petróleo.

O país fazia parte do “*Movimento dos Países Não-Alinhados*” e participou da construção do *Sistema Econômico Latino-Americano* (SELA), estendendo sua influência para a América Central e o Caribe. Nesse governo, houve a nacionalização do petróleo, do cobre e do aço, que garantiu a estabilidade política e melhor patamar social e econômico internos. Na diplomacia internacional, projetou o país e seu presidente na Internacional Socialista. Contudo, diz Vizentini (2001), essa situação positiva estava mais relacionada à conjuntura internacional favorável, mas não foi acompanhada por mudanças estruturais do país. Para Amorim Neto (*apud* VIZENTINI, 2001:87), os três partidos políticos hegemônicos da Venezuela daquele período tiveram o mérito de consolidar a democracia através de quatro fatores básicos:

(1) a disposição que demonstraram seus líderes em superar diferenças ideológicas para formar pactos de governabilidade (Karl 1991, Navarro 1988); (2) a capacidade que tiveram no esforço de eliminar a atuação de grupos radicais e anti-democráticos durante o auge da guerra fria; (3) sua habilidade em aplacar os militares e submetê-los ao controle civil; (4) sua eficácia na organização, mobilização e representação de diversos grupos sociais.

Os governos seguintes, Herrera Campins, da COPEI (1978-1983) e Jaime Lusinchi, da AD (1984-1989) enfrentaram relevantes problemas internos. O governo de

Herrera, acusado de alinhado com os EUA, começou a ter problemas internos na relação bipartidária (COPEI-AD). Vizontini (2001:63) concluiu que, no governo de Lusinchi,

Finalmente, nas questões de âmbito planetário (...) envolvendo organizações como as Nações Unidas, o Grupo dos 77 e o Movimento dos Países Não-Alinhados, as posturas venezuelana e brasileira coincidiram em seus traços gerais, tendendo a expressar uma voz de liderança dos países do Terceiro Mundo no quadro do antagonismo Norte-Sul (MEDINA, 1985: 81 *apud* VIZENTINI, 2001:63).

3.12 Da luta armada ao caminho institucional – À esquerda em busca do poder de Estado

No objetivo de organizar uma aliança cívico-militar, em 1961, aproximadamente 170 oficiais tornaram-se militantes do PCV. Em novembro de 1961, para a decepção do PCV, o primeiro governo *puntofijista*, de Rômulo Betancourt, sob a hegemonia da Ação Democrática (AD), rompeu relações diplomáticas com Cuba e alinou-se com os interesses dos EUA. Em março de 1961, os comunistas definiram-se pela luta armada, de forma genérica (Terceiro Congresso), com o objetivo de realizar as transformações sociais necessárias, seguindo os caminhos do socialismo soviético. Em abril de 1961, muitos militantes do movimento popular saíram da AD para fundar o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), inspirado na revolução cubana. Os comunistas, através do braço armado do partido, com o nome de Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), deslocavam-se para as montanhas, enquanto a maioria de seus militantes realizava trabalho com os trabalhadores nos centros urbanos. Vale lembrar que semelhante caminho aconteceu, a partir de 1964, com o Partido Comunista Colombiano, cujo braço armado organizou as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Em junho de 1961, aconteceu uma rebelião no destacamento militar de Barcelona e, em maio de 1962, outra em Carúpano, contando com a participação do PCV, mas ambas sofrem repressão violenta do Estado. Porém, a rebelião mais importante aconteceu em *Puerto Cabello*, conhecida como *Porteñazo*. Um levante dessa base militar, em 2 de junho de 1962, provocou uma reação do Exército e da Aeronáutica de bombardeio da cidade. No final de 24 horas de batalha, quatrocentas pessoas mortas e setecentos feridos na cidade. Quando descobriram que o PCV havia participado da

rebelião militar, iniciou-se uma “caça as bruxas”, com objetivo de acabar com qualquer influência de esquerda nas Forças Armadas.

A partir de 1964, Freddy Carquez (apud MARINGONI, 2009:80), destacado dirigente da luta armada, afirma que o “critério do Estado venezuelano será o de que guerrilheiro preso é guerrilheiro morto ou delator”. A prática contra os revolucionários foi se tornando cada vez mais agressiva, grupos guerrilheiros passaram a ser dizimados fisicamente, “desaparecimentos”, prisão e tortura eram as táticas de repressão. Em 1965, o PCV recuou da estratégia guerrilheira e desligou, de sua estrutura partidária, militantes que continuassem na luta armada. Em abril de 1967, no 8º Pleno do Comitê Central do partido, decidiu-se pelo abandono definitivo da via armada e pela participação do processo eleitoral marcado para final de 1968. Devido a essa decisão, Douglas Bravo, comandante guerrilheiro e um dos mais importantes dirigentes comunistas da Venezuela, decidiu romper com o partido.

Os guerrilheiros comunistas comandados por Bravo, mais adiante, organizaram o Partido da Revolução Venezuelana (PRV), permanecendo por muitos anos na serra. Bravo e os demais companheiros, após quase duas décadas de luta clandestina, em 1979 resolveram participar dos processos eleitorais. Na década de 1990, o PRV transformou-se no chamado *Terceiro Caminho*. No governo de Rafael Caldera (1969-1974), o PCV foi novamente legalizado, com o objetivo de afastar ainda mais a remanescente oposição armada. O governo prendeu vários ativistas, reprimiu militantes do movimento estudantil (muitos constam da lista de desaparecidos), enquanto propunha uma espécie de anistia aos militantes que renunciassem à política da “confrontação explícita” (MARINGONI, 2009:81).

As divergências internas do PCV aprofundaram-se mesmo após sua legalização. Em janeiro de 1971, foi fundado o *Movimiento al Socialismo* (MAS) por vários dissidentes do partido e outras correntes progressistas do país. Em 1973, MAS lançou José Vicente Rangel como candidato a presidência da República e, em 1983, Teodoro Petkoff, candidatou-se na disputa da presidência do país, em nome da legenda. Em 1993, MAS apoiou a reeleição de Rafael Caldera (1993-1998). Nesse governo, Petkoff assumiu o Ministério do Planejamento, declarando-se social-democrata e rompeu com seu passado marxista. Em 1998, quando MAS decidiu apoiar Chávez, Petkoff desligou-se do partido. Na década de 1970, outra fração do PCV, liderada pelo ex-guerrilheiro Alfredo Maneiro fundou *La Causa Radical* (*La Causa R*, ou LCR). Enquanto Maneiro

tinha maior identidade com o PC chinês, MAS identificava-se mais com o chamado eurocomunismo, e posteriormente com a social-democracia. *La Causa R* tinha como característica principal o desenvolvimento do “trabalho de massas”, e nas duas décadas seguintes passou a ser a grande novidade na política venezuelana. Em 1989 elegeu Andrés Velásquez (dirigente sindical), governador do Estado de Bolívar. *La Causa R* distanciou-se da ortodoxia dos partidos comunistas devido à opção característica de organização de massas, comparado com o Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil, segundo Maringoni (2009).

3.13 Governos neoliberais – Protestos populares e organizações políticas de contestação (1980-1998) – uma ruptura da conciliação de classes pelas massas.

A partir de 1980, houve privatização parcial ou total de vários setores da produção: do petróleo, dos portos, das telecomunicações, das linhas aéreas e do aço. Essa política provocou a transferência de propriedade para empresas estrangeiras e reduziu a força de trabalho em lugares estratégicos, além da terceirização de vários setores da economia. O desemprego subiu para 15,4% e houve uma grande redução no salário real. A desigualdade econômica e fragmentação social tornaram-se visíveis. Várias organizações populares regionais surgiram a partir das crises socioeconômicas, contudo, sem conseguir projeção nacional. O movimento sindical, ligado aos partidos tradicionais (AD e COPEI e à CTV), somente conseguiu manter 17% do que tinham de filiações anteriores, além de perder a representatividade dos setores populares, que de forma fragmentada, se rebelaram contra as burocracias sindicais e partidárias, segundo estatísticas analisadas anteriormente.

3.13.1 O Caracazo (1989) – Maior insurgência popular - possibilidade revolucionária (objetiva) de massas sem direção política (subjativa).

Em fevereiro de 1989, o mundo caminhava para o fim da Guerra Fria e do sistema da bipolarização (EUA-URSS), quando Carlos Andrés Pérez (1989-1993) voltou à presidência impondo políticas neoliberais na Venezuela. As políticas de ajuste neoliberal provocaram uma grande revolta popular, resultando como fato mais importante, o chamado *caracazo*, em 27 de fevereiro, por isso conhecido também como “27 F”. Tratava-se de uma verdadeira insurreição civil, pois centenas de pessoas foram

mortas, segundo Vizontini (2001). Assaltos a supermercados e lojas foram promovidos pelos pobres que desciam dos morros, impedidos pelas metralhadoras das forças armadas – mas boa parte da população começou a despertar para os índices de pobreza produzidos pelo ajuste neoliberal. Os camponeses foram os principais afetados: 600 mil pessoas migraram para os centros urbanos em três anos e houve uma redução da força de trabalho rural para 10%. Os trabalhadores informais, que em 1980 representavam 34,5%, em 1999 passaram para 53%. Houve uma redução significativa da classe operária industrial.

Como resultado da política neoliberal aplicada, nota-se duas tentativas de golpe de Estado (4 F e o 27 N), em 1992, a estabilidade política acordada pelo *Pacto de Punto Fijo* (1958) estava abalada pelas progressivas desagregações políticas e as fortes agitações sociais do país frente ao neoliberalismo. O longo processo de ajustes econômicos internos, a brusca abertura econômica externa, a violenta repressão com centenas de assassinatos, em 1993, abriram caminho para o *impeachment* do presidente Pérez, sob acusação formal de corrupção, alguns meses antes das eleições presidenciais. O governo Pérez tomou muitas iniciativas de integração sub-regional, nos mesmos moldes do Mercado de Livre Comércio do Norte, acordo entre EUA, Canadá e México (NAFTA). Contudo, a mais enfática foi a Declaração de Caracas, cujos fundamentos lançaram as diretrizes de um Acordo de Livre Comércio entre alguns países da região: Venezuela e Colômbia frente aos demais (Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua). O governo de Rafael Caldera (1994-1998) e o governo brasileiro de Itamar Franco assinaram um acordo de cooperação entre os dois países, chamado de *Protocolo de Guzmania* (mar 1994), para a superação dos problemas econômicos, políticos e sociais. Os presidentes mostraram preocupação especial para a consolidação da democracia, do desenvolvimento econômico e justiça social na América Latina e no Caribe (VIZENTINI, 2001).

3.13.2 O MBR-200 e o MVR – organizações de centro e de esquerda para enfrentar o neoliberalismo.

A partir dos anos 80, a tomada de poder vem sendo discutida por várias organizações de esquerda, que desenvolviam algum trabalho nos meios militar, operário e popular. Em 1983, havia um plano de levante militar para uma revolução popular na Venezuela, elaborada pela R-83, encabeçada por Willian Izarra e outros oficiais do

exército. Fundaram a ARMA (Alianza Revolucionaria de Militares Activos) – que, na época, fez contato com Hugo Chávez. Em 1989, houve um levante popular contra a desigualdade social, a pobreza e os acordos neoliberais com o FMI. Em 27 de fevereiro de 1989, o presidente Pérez, no chamado *Caracazo*, lançou os militares contra os levantes populares, indignados em manifestações públicas contra a fome e a pobreza. Revoltaram-se contra as imposições do presidente Pérez, o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), grupo de militares bolivarianos liderados pelo tenente-coronel Hugo Chávez Frias¹⁰.

O objetivo estratégico do grupo seria tomar o poder e construir um novo modelo de sociedade, no sentido de transformá-lo em um dos motores principais para orientar e impulsionar o movimento. Em 04 de fevereiro de 1992, esse movimento organizou uma insurreição militar para derrubar o presidente Pérez, que era acusado de traição à Constituição e de corrupção. Os rebeldes foram derrotados militarmente e, como condição para a rendição, o movimento exigiram um pronunciamento de Hugo Chávez na TV (HERNÁNDEZ, 2001 *apud* HARNECKER, 2004). Após dois anos na prisão, Chávez voltou ao cenário político nacional participando da organização do Movimento V República (MVR). Em 1998, a partir dessa organização, um conjunto de forças político partidárias, operárias, populares e revolucionárias organizaram uma grande frente de mudanças no país. Entre outras organizações, partidos políticos como: MVR; o Partido Comunista de Venezuela (PCV); a Unidade Popular Venezuelana (UPV); a Liga Socialista (LS); o Movimento Revolucionário Tupamaros (MRT); o *Pátria Para Todos* (PPT); o *Por una Democracia Social* (PDS) e o Movimento Eleitoral do Povo (MEP). Organizações operário-populares como: Unidade Nacional dos Trabalhadores (UNT). Composta por nacionalistas e comunistas: a Força Bolivariana dos Trabalhadores; a Central Unitária dos Trabalhadores da Venezuela e a Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora (FNCEZ).

Para tentar conter o crescimento da candidatura Chávez, a COPEI passou a apoiar a candidatura independente de Irene Sáez, *ex-Miss Universo* e ex-prefeita de Chacao, que aparecia com 22% de intenção de votos no início da campanha eleitoral. Essa candidatura representava a opção conservadora anti-Chávez. Segundo Richard

¹⁰ O número 200 corresponde ao bicentenário da morte de Simón Bolívar, fundado em Maracay, em homenagem a Bolívar, por um grupo de jovens oficiais do Exército, em 17 de dezembro de 1982. (HERNÁNDEZ, 2001 *apud* HARNECKER, 2004:232).

Gott (*apud* MARINGONI, 2009), seus índices de popularidade despencaram para 2%, poucos meses depois, devido à desastrosa aliança feita com COPEI (democrata-cristão). Os sociais-cristãos, quando perceberam as poucas chances eleitorais de Sáez, passaram a apoiar o candidato conservador Henrique Salas Römer, do Projeto Venezuela.

A AD (origem centro-esquerda), outro partido tradicional lançou a candidatura de Luis Alfaro Uceró. Como a sua candidatura não passou de 6% da preferência popular a um mês das eleições, foi expulso pela direção partidária, que passou a apoiar a candidatura Römer. Todas essas mudanças repentinas às vésperas das eleições favoreceram a candidatura Chávez.

Em 1997, Hugo Chávez apresentou sua candidatura para presidente da República. A crise política instaurou-se a partir da crise econômica neoliberal, quando crescia o ceticismo frente à política e aos políticos. Enquanto alguns se beneficiavam da corrupção, a maioria da população se distanciava pela apatia frente à política. Nesse contexto, afirmou Maringoni (2009), Hugo Chávez, em 6 de dezembro de 1998, apresentou-se como alternativa à crise, vencendo as eleições no primeiro turno, com 56% dos votos, contra a política do *Pacto de Punto Fijo* (AD-COPEI) que durou 40 anos no poder de Estado (1958-1998).

4 POLÍTICA-ECONÔMICA NACIONAL PETROLEIRA – sob governo de forte apoio popular em confronto com o neoliberalismo e o imperialismo (1999-2009).

Se é errado supor que os trabalhadores não têm nenhum país, é igualmente enganador supor que eles tenham apenas um e que nós saibamos qual é. Falamos das classes operárias francesas, alemãs e italianas e, ao fazê-lo, indicamos, bastante corretamente, tanto as forças mais importantes que caracterizam qualquer classe operária, como as da economia nacional do Estado em que um trabalhador vive, quanto as leis, instituições, práticas e a cultura oficial daquele país (HOBSBAWM, 2000:79)

4.1 Síntese geopolítica e socioeconômica da Venezuela.

Nome oficial: República Bolivariana de Venezuela; capital: Caracas; área: 912.050 km²; população: 28,6 milhões de habitantes (2009); Idioma: Espanhol (oficial), fala-se 31 idiomas nativos; etnias: mestiços (67%), brancos (21%), negros (10%), indígenas (2%); principais religiões: Católica (96%), Protestante (2%); sistema político: regime presidencialista; chefe de Estado: Hugo Rafael Chávez Frías (1999-2012); PIB: US\$ 353,5 bilhões; PIB ppp: US\$ 357,5 bilhões; PIB per capita: US\$ 12,3 mil; PIB per capita ppp: US\$ 12,9; unidade monetária: Bolívar Forte (Bs. F 2,60 ou Bs F 4,30 = US\$ 1); câmbio fixo; IDH: 0,784 (2006); índice GINI: 0,412 (2008); divisão política: 23 estados e um distrito federal (capital com *status* de estado); 286 municípios, que se dividem em 962 *parroquias* e municípios capitais.

Localização geográfica: norte da América do Sul; principais cidades: Caracas, Valencia, Barquisimeto e Ciudad Guayana; densidade demográfica: 30 hab./km²; fuso horário: 1h (em relação ao Brasil); clima: tropical; economia: mineração – principal fonte é o petróleo, gás natural, carvão mineral, diamante, ouro, bauxita e minério de ferro; indústria – refino de petróleo, metalúrgica, siderúrgica, alimentícia e química; agricultura – cana-de-acúcar, banana, abacaxi, milho, arroz, laranja, sorgo e mandioca; pecuária: bovinos, suínos, caprinos e aves. Comunicações: 206 jornais diários; 458 rádios; 180 televisões e 110,9 linhas telefônicas para cada 1000 habitantes (1995); livros, 17 títulos para cada milhão de habitantes (1992/94 - ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO, 1999; SUAPESQUISA.COM, 2007; MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES VENEZUELA, 2009; CEPAL, 2009).

Principais partidos políticos da Venezuela que disputam eleições ou que formam opinião pública na Venezuela: *Partido Comunista de Venezuela* (PCV), fundado em

1931; *Acción Democrática* (AD), centro-esquerda, fundado em 1941; *Unión Republicana Democrática* (URD), fundado em 1945; *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI), democrata-cristão, fundado em 1946; *Movimiento Electoral del Pueblo* (MEP), fundado em 1967; *Movimiento al Socialismo* (MAS), fundado em 1971; *La Causa Radical* (LCR ou Causa R), fundado em 1971; Convergencia, fundado em 1993 por Rafael Caldera; *Movimiento V República* (MVR), fundado por Hugo Chávez em 1997; *Patria para Todos* (PPT), fundado em 1997; *Primero Justicia*, fundado por Julio Borges, em 2000; *Un Nuevo Tiempo*, fundado por Manuel Rosales, em 2000; *Por la Democracia Social* (Podemos), fundado em 2003 e; Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV ou PSUVE), fundado em 2007 (HARNECKER, 2004; MAYA, 2005; MARINGONI, 2009).

Centrais sindicais: *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV), *Central Unitária de Trabajadores de Venezuela* (CUTV), *Confederación General de Trabajadores de Venezuela* (CGT), *Confederación de Sindicatos Autónomos de Venezuela* (CODESA); *Unión Nacional de Trabajadores* – UNT. A respeito de filiações internacionais, a CTV é filiada a CIOSL/ORIT, a CUTV é filiada a FSM/CPUS-TAL; a CGT, a CODESA e a UNT não se filiaram a qualquer central internacional. A participação sindical no processo de negociações sindicais da Comunidade Andina, experimentou períodos de alta e de baixa relevância, desde o início do Pacto Andino. Do final da década de 1990 em diante houve um aumento significativo de participação das organizações sindicais, contando com vários instrumentos organizados (ORGANIZACIÓN REGIONAL INTERAMERICANA DE TRABAJADORES, 2005).

Eleitores aptos a votar (2008), nas eleições regionais e municipais: 16.887.805. Em novembro de 2008 foram eleitos 603 líderes populares, 22 governadores de Estado, um prefeito (*alcaide*) do Distrito Metropolitano, 327 presidentes de câmaras municipais, representantes de autarquias, legisladores de conselhos estaduais e o Conselho Indígena. A votação aconteceu em 11.455 assembleias (locais) de voto. Além dos três componentes das Forças Armadas Bolivarianas da Venezuela (FABV), uma quarta força, composta pela milícia bolivariana (militares aposentados e civis) acompanharam o processo eleitoral (JORNAL DE NOTÍCIAS, 18 nov 2008).

4.2 Política econômica petrolífera – reformas do desenvolvimentismo nacional com choques e limitações frente ao neoliberalismo e ao imperialismo.

Na década de 1980, o país entrou em uma crise profunda devido aos altos índices de corrupção, de roubo e de subordinação da Venezuela ao império estadunidense. A estagnação econômica forçou a redução nos investimentos sociais, provocou altos índices de desemprego e de aumento de pobreza no país. A crise econômica aprofundou-se em 1989, quando os trabalhadores haviam depositado a esperança no segundo governo de Carlos Andrés Pérez, de repetir a política dos “anos de ouro”, do seu primeiro governo. O governo mal iniciou, as reservas internacionais esgotaram-se, avolumou-se um enorme *déficit*, serviços públicos se desmantelaram e começaram a faltar os produtos básicos para o consumo em todo país. Na tentativa de salvar o país da crise, Pérez impôs um pacote econômico brutal contra a classe trabalhadora: o dólar teve um aumento de 50%, aumentando o valor de todos os produtos do mercado (a gasolina teve aumento de 80% e os serviços públicos 40%), além do aumento abusivo nos juros bancários. A resposta dos operários e das camadas populares foi imediata, no chamado *Caracazo*.

Na Venezuela, praticou-se a *Política Petrolera de Apertura*, entre o final da década de 1980. Para Fernandes e Silveira (1999:30 *apud* BOJIKIAN, 2009:117):

permitiu-se a participação do capital privado em vários programas, como acordos de cooperação, associações estratégicas, acordos de participação de lucros, convênios de comercialização, abertura do mercado interno de derivados, processo contínuo de internacionalização. Fez parte também do conjunto de mudanças desse período um notável abrandamento da carga tributária relativa a esse setor. Assim, tornou-se possível a associação da *Petróleos de Venezuela, S.A (PDVSA)* a empresas privadas, contanto que o acordo de associação especificasse a duração do negócio e a PDVSA mantivesse participação que garantisse o controle por parte do Estado.

De acordo com estudos apresentados por Wilson Cano (2003:185), a importância do petróleo para a economia venezuelana é vital. O autor fez uma síntese da situação econômica no balanço do período 1990 e 1999 e apresentou os índices de arrecadação de recursos do petróleo para a receita fiscal:

...a renda de todo o setor petrolífero perfaz cerca de 28% do PIB total; a refinação representa cerca de 25% do produto da indústria de transformação; suas exportações representavam mais de 90% do total exportado nos anos setenta, pouco mais de 80% na década seguinte e de 70% a 75% na média 1990-99; sua contribuição para a receita fiscal total do governo central situou-se em torno de 80% até fins da década de 1980, e entre 60% e 70% na de noventa. Por outro lado, embora diretamente perfaça “apenas” 28% do PIB...

Diante da crise econômica e da transição política em curso, as privatizações tornaram-se uma opção do governo anterior. Em 1997, a venda de estatais transferiu 1.505 milhões de dólares para a iniciativa privada; em 1998, 174 milhões e em 1999, 37 milhões. A crise internacional de 1998 estava sendo ignorada pelos economistas oficiais da Venezuela quando fizeram a previsão de um crescimento da atividade petroleira de 4% a 5% do PIB, uma redução na inflação e um superávit fiscal de 2,5% para os anos seguintes. Contrário à previsão oficial, o PIB teve um tímido crescimento de 0,2% e o desemprego só não aumentou de imediato porque 338.000 trabalhadores tiveram suas relações de trabalho informalizadas. A alta dos juros, a recessão e a desvalorização cambial em 22% seguraram o aumento dos preços em 31,2% (abaixo do constatado em 1997). Em clima de processo eleitoral, o capital externo se retrai, dificultando ainda mais a situação socioeconômica para 1999. O descrédito da população nas instituições políticas e a crescente crise social do país aprofundaram a dificuldade do futuro governo. Com a queda dos preços do petróleo para 9 dólares o barril, o governo Chávez sentiu-se obrigado a negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e apresentou um *Programa Econômico de Transição* (1999-2000). Com base nessa realidade, os fatos e medidas de governo acabaram sendo os seguintes:

...o Congresso não aprovou o orçamento para 1999, praticamente repetindo o de 1998; - (...) corte de 10% no gasto público; - criou imposto provisório sobre movimentação financeira (tipo “CPMF”), de 0,5% até 5/00; - substituiu o imposto (IVM) sobre consumo suntuário e sobre vendas no atacado, por outro, sobre valor agregado (IVA), que resultou em redução da carga de 16,5% p/ 15,5%; - a amplitude do imposto de renda (pessoa física), de 6% a 34%, foi abrandada, permitindo várias deduções (educação, saúde, filhos até 25 anos, etc.); - os dividendos, antes isentos, passaram a ser tributados a partir de 1/2000: 34% para não residentes; 67,7% para o de empresa local do setor petróleo; 60% para residentes ou para ganhos derivados de *royalties* ou similares (CANO, 2001: 207).

A aplicação dessas medidas acarretou uma queda de 8% do PIB, no primeiro semestre e 6,1% no decorrer de 1999. Além disso, a natureza também castigou o país no final do primeiro ano de governo, e as fortes chuvas e enchentes provocaram um prejuízo de 3,2 bilhões de dólares, com seqüelas que se estenderam para o segundo ano do mandato. Para a reconstrução das moradias e da infra-estrutura, o custo foi estimado em cerca de 10 bilhões de dólares. Com o novo preço do petróleo para 23 dólares o barril (out 1999), o país conseguiu recuperar grande parte da carga tributária (1998: 21%; 1999: 25%). No entanto, com o repasse de parte da receita do petróleo para o Fundo de Investimento para a Estabilização Macroeconômica (*FIEM*) foi reduzida

temporariamente a capacidade de investimentos do governo que, conseqüentemente, aprofundou a dívida interna do país. Mesmo diante das dificuldades, o governo deu prosseguimento às propostas progressistas de campanha eleitoral, realizando reformas institucionais e econômicas. Em abril de 1999 realizou o plebiscito, com 70% de aprovação (55% de abstenção), convocando uma Assembléia Nacional Constituinte, que aprovou a nova Constituição em dezembro daquele ano (CANO, 2001).

No governo de Hugo Chávez (1999-2009), o Estado passou a exercer um papel de controle maior na economia, inclusive sobre a PDVSA. A Constituição de 1999 concedeu legalidade ao maior controle estatal dos recursos petrolíferos. Além disso, no final de 2001, a Lei dos Hidrocarbonetos determinou que uma quantia dos ganhos resultantes da exportação do petróleo deverá ser usada para financiar a educação e a saúde; o investimento produtivo e o fundo de estabilização macroeconômica. Essa lei delibera também que as empresas privadas aumentarão de 1% para 16,66%, o repasse dos *royalties* para políticas sociais do Estado (SEVERO, 2004 *apud* BOJIKIAN, 2009).

Mariana de Oliveira Lopes, em dissertação de mestrado (2009:10), caracterizou a situação do país quando começaram as mudanças políticas, a partir dos pressupostos históricos e suas crises conjunturais:

No ano em que Chávez assumiu a administração venezuelana, em 1999, o país encontrava-se numa crise econômica e social. Fuga de capitais, queda no preço do petróleo, crise social e descrédito nas instituições políticas. Esta crise começa com o chamado “*viernes negro*” em 1982 quando o Bolívar (moeda local) se desvalorizou de forma abrupta em relação ao dólar, para não se recuperar; também com o princípio do fim do pacto “*puntofijista*” e com o “*Caracazo*” em 1989.

O novo governo tomou iniciativas de retardamento de privatizações na PDVSA, antes mesmo da promulgação da Constituição. As privatizações previstas em 36 empresas de eletricidade, alumínio e demais insumos básicos, da Corporação Guayana, estão “adormecidos”, segundo Cano (2001). Os preços do petróleo, em 2000, oscilaram entre 27 e 30 dólares o barril, com um crescimento de 3,5% no PIB e um saldo de transações correntes na ordem de 14 bilhões de dólares. Houve uma continuidade da valorização do câmbio, a inflação reduziu de 20% para 14% - contudo, o desemprego quase ficou no mesmo patamar: 14,9% (1999) para 12,1% (2000).

Cano (2001) analisou que houve uma nova redução dos preços do petróleo e também das *commodities* (2000-2001), com a crise internacional, cujos principais

fatores foram: a desaceleração da economia dos EUA, crise na Turquia, baixo crescimento no Japão, crise na Argentina, que no conjunto afetaram a economia brasileira, chilena, mexicana e colombiana, parceiros comerciais da Venezuela. Em matéria de relações comerciais internacionais, 48% das manufaturas de exportação da Venezuela destinam-se para a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), 40% ao Grupo Andino e 4% são destinados ao Mercosul.

Um novo Congresso Nacional (*El Congresillo*) foi eleito em maio de 2000, ao mérito das mudanças institucionais e com poderes temporários, mas substituído em agosto pelo novo legislativo venezuelano. A nova Constituição alterou o nome do país para República Bolivariana de Venezuela, realizou reformas radicais, especialmente quanto à ampliação da participação popular, transparência nos negócios públicos - e estabeleceu como meta a integração econômica da América Latina e do Caribe. As principais medidas constitucionais de impacto econômico, segundo Cano (2001: 209-210):

- permite a expropriação da propriedade privada para uso social. O latifúndio é considerado contrário ao interesse social;
- O Banco Central agora deve submeter suas contas e a nomeação de sua diretoria à Assembléia Nacional. E prestar contas do cumprimento de suas metas macroeconômicas e das metas acordadas com o Governo. Na prática, a autoridade do BC foi transferida ao Legislativo e a possibilidade de substituição da moeda nacional por uma regional só pode ser adotada mediante tratado assinado pela República;
- reafirma a reserva, ao Estado, do petróleo e de outras atividades estratégicas e proíbe o governo de vender sua participação acionária na PDVSA, podendo contudo vender suas subsidiárias;
- o turismo e a agricultura de subsistência passam a ser prioridades nacionais;
- o governo pode tomar medidas para proteger produtores locais contra competição estrangeira;
- a evasão fiscal passa a ser punida com prisão;
- reduz jornada semanal de trabalho de 48 h para 44 h;
- garante aos trabalhadores pagamentos final (ou indenização) quando cumprir ou quando o empresário romper o contrato de trabalho;
- saúde, educação e aposentadoria são garantidas a toda a população (antes, só se aposentava quem tivesse contribuído para a Previdência).

Cano (2001) informou ainda que a reforma da Previdência Social de 1997 foi cancelada pelo presidente da República, em 1999, e a nova carta magna estabeleceu que a nova Assembléia Nacional elaborasse uma nova lei previdenciária. Segundo Maringoni (2009), entre 27 e 28 de setembro de 1999, além das reformas de impacto econômico na Constituição, o novo governo promoveu a primeira grande iniciativa frente à indústria petroleira, organizando a “II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros da Opep”, com a presença de dez países produtores do

petróleo. O objetivo do encontro era recompor os preços internacionais do produto e rearticular a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), segundo Maringoni (2009:117). A proposta da Venezuela era a de estabelecer preços médios para o barril de petróleo, entre 22 e 28 dólares, variando segundo os resultados da produção. Na época, a Venezuela produzia cerca de 03 milhões de barris por dia, representava 4% da produção mundial e aproximadamente 10% do oferecido pela OPEP. Devido à importância da cota de participação do petróleo venezuelano e às iniciativas do governo, a organização praticamente renascia. Outro importante reforço para a organização foi à entrada de dois grandes consumidores internacionais, a Índia e a China, no começo de 2000.

Em fevereiro de 2000, o governo divulgou planejamento para outros setores da economia: indústria, agropecuária, infra-estrutura, alumínio, petróleo, turismo e construção civil. Os investimentos gerais previstos pelo governo: 13 bilhões de dólares seriam destinados para a rede ferroviária para os 20 anos seguintes; para as redes metroviária (Caracas) e rodoviária no país, brasileiros e chineses já teriam se comprometido com investimentos na ordem de 2,5 bilhões de dólares; na eletricidade, particularmente para transmissão, seriam investidos 06 bilhões de dólares nos 05 anos seguintes; para moradias, edifícios, desenvolvimento rural e infra-estrutura (reconstrução dos prejuízos deixados pelas chuvas e enchentes), o investimento seria de 10 a 20 bilhões de dólares. Os investimentos no setor do petróleo seriam da ordem de 50 a 60 bilhões de dólares para os 10 anos seguintes. A ênfase maior seria dada ao gás natural e demais fontes de menor teor poluente, além da ampliação da capacidade petroquímica e das refinarias do petróleo (CANO, 2001). A projeção para a indústria petroleira, em 2000, segundo Cano (2001:213): “O governo pretende reverter à proporção *óleo cru/derivados* da pauta exportadora, de 60/40 de hoje para 40/60 até 2009”.

A economia venezuelana contou com a segunda importante iniciativa do governo, em 13 de novembro de 2001: a criação de 49 leis de intervenções pontuais, através da Lei Habilitante. Sob a forma de decreto e mediante aprovação da Assembléia Nacional, essa lei delegou plenos poderes ao presidente para legislar sem aprovação do Parlamento. Dentre as 49 leis, destacam-se: a Lei de Pesca; a Lei de Terras; a Lei das Cooperativas; a Lei de Hidrocarbonetos; a Lei do Sistema Microfinanceiro; a Lei Geral dos Portos; a Lei de Aviação Civil; a Lei do Setor Bancário; a Lei da Segurança Cidadã;

a Lei do Sistema Ferroviário; a Lei de Gás e Eletricidade; a Lei de Zonas Costeiras; a Lei da Marinha; a Lei do Turismo; a Lei de Caixas de Poupanças, a Lei do Fomento e Desenvolvimento da Pequena e Média Indústria, a Lei de Licitações e a Lei do Estatuto da Função Pública. Essas leis tiveram como objetivo concretizar diferentes itens da nova Constituição, porém, a Lei de Terras, a Lei de Hidrocarbonetos e a Lei de Pesca foram as que, particularmente provocaram revoltas nas elites econômicas da Venezuela (MARINGONI, 2009).

A Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário possui 281 artigos que definem a função social da ocupação e propriedade das terras, ociosidade e produtividade, dos direitos dos proprietários e da taxaço dos lotes. Essa lei também criou o Instituto Nacional de Terras (INT), estruturado em todo o país, responsável pela criação de bases para a reforma agrária. O aspecto mais polêmico dessa lei está no capítulo que trata “do registro agrário”, que tem como objetivo fazer o inventário e o controle das terras com viabilidade agrária. Os proprietários devem comprovar a utilização e as melhorias nas suas terras para não serem consideradas ociosas e propícias para fins de reforma agrária pelo INT. Caso não aconteça a comprovação da produtividade, através do “título suficiente de propriedade”, a terra será expropriada.

A oposição utilizou-se dos meios de comunicação para combater as políticas de governo, acusando-o de motivar as invasões de terras e o caos no campo. A Lei de Pesca e Agricultura possui 103 artigos que estabelecem as regras de pesca permitida no país. A Venezuela é o país mais importante em matéria de pesca no Caribe e a lei que estabelece suas regras concentra-se mais na pesca industrial e na artesanal – sob maior proteção, por utilizar tecnologia de menor impacto e por garantir 400 mil empregos indiretos e 40 mil empregos diretos (MARINGONI, 2009).

Sobre a pesca industrial, o texto denuncia que essa modalidade abala intensamente o ecossistema, provocando um colapso do caço e do camarão branco na região. A entidade empresarial representada pela Federação Nacional de Associações Pesqueiras (Fenapesca) reagiu a essa lei – elegando que o Estado sequer incentiva a pesca artesanal. Insurgiu também contra o limite mínimo de seis milhas da costa para a realização da pesca, quando as operações pesqueiras industriais estariam sendo realizadas entre três e seis milhas.

Com a Lei de Hidrocarbonetos que, através de seus 68 artigos, fortaleceu o controle estatal do petróleo pelo Ministério das Minas e Energia, os ganhos do petróleo

passaram a ser vinculados diretamente com a economia nacional, em função do bem-estar social da população – financiando a educação, a saúde, o investimento produtivo e os fundos de estabilização macroeconômica. Essa lei reduziu significativamente a autonomia da PDVSA frente ao poder público. Na década de 1990, havia ameaças de sua privatização, mas no governo de Chávez houve um aumento de repasses de impostos e *royalties* ao Estado, que se tornou o único proprietário da empresa. Humberto Calderón Berti (ex-presidente da PDVSA e da Opep, entre 1979-80 e dirigente do Copei), afirmou que as medidas afetariam toda a população (recessão e desemprego) devido às dificuldades impostas aos investimentos no setor petrolífero.

Representada pelas diversas entidades filiadas à FEDECÂMARAS, a oposição organizou o primeiro *paro* empresarial, tendo como motivação maior as 49 Leis Habilitantes. Em 10 de dezembro de 2001, essas entidades realizaram um protesto nacional contra as políticas do governo. Na avaliação da oposição, para realizar o protesto, foram paralisadas 90% das atividades econômicas. Para o governo a paralisação teve certa expressão em algumas regiões da capital e nenhuma repercussão no interior do país. Independentemente da avaliação do governo, a oposição sentia-se fortalecida para preparar o golpe de 11 de abril de 2002 (MARINGONI, 2009). Em 2003, os preços do petróleo iniciaram um constante e seguro aumento, devido à invasão estadunidense no Iraque – com fornecimento quase equivalente ao da Venezuela.

Nota-se que, desde 2004, o petróleo é a principal âncora para o aumento da popularidade de Chávez. Alejandro Iturbe (2004:57), da Frente Operária Socialista – (FOS - Argentina) e Américo Gomes do Partido Socialista Unificado (PSTU – Brasil) fizeram um balanço da economia venezuelana e de *Quatro décadas de luta revolucionária* na Venezuela. Segundo os autores, em 2004, o país tinha aproximadamente 300 bilhões de barris de reservas de petróleo e “2,2 bilhões de metros cúbicos” de gás natural. A PDVSA, segundo os autores, é a maior indústria petrolífera do mundo, com empresas transnacionais filiadas na Europa e nos EUA. A produção diária de petróleo da empresa é 2,7 bilhões de barris, o equivalente a 70% do total exportado aos EUA. A classe dominante do país está vinculada diretamente ao Estado e ao imperialismo estadunidense, o que caracteriza sua situação totalmente parasitária, “uma mistura de burocracia gerente e burguesia agente direta do imperialismo”. É devido a essa alta produção e dependência do petróleo que a Venezuela no passado era chamada de “Arábia Saudita da América Latina”.

Entre 2004 e 2007, a PDVSA investiu 1.690 milhões de dólares para dar condições de funcionamento a 15.744 estabelecimentos em nível nacional, além de abastecer 6.000 casas fornecedoras de alimentação (PDVSA, 31 dez 2007). A rede Mercal estatal (venda por preços baixos) desestabilizou o principal grupo privado de supermercados, a rede Polar. Segundo Lopes (2009:75):

O programa social chamado Mercal, mercados estatais que vendem produtos a preços baixos, desestabilizou a rede de supermercados POLAR, principal grupo privado do país neste setor. Os fornecedores da Mercal não pagam nem direitos alfandegários, nem taxas, e importam alimentos em detrimento da produção interna venezuelana.

Abastecimento governamental da rede Mercal diminuiu o preço de alimentos e acirrou as críticas das grandes redes de supermercados. A *Misión Mercal* tem a tarefa de estimular a produção nacional e garantir o acesso da população à cesta básica. O Estado subsidia aproximadamente 40% dos produtos mobilizados por essa missão, e em casos de extrema pobreza, a distribuição é gratuita. Através da *Misión Mercal*, a PDVSA apóia o Plano de Segurança Alimentar, em todo país, colaborando com a Fundação Programa de Alimentos Estratégicos (FUNDAPROAL), do Mercado de Alimentos, C.A. (MERCAL) e a Corporação de Abastecimentos e Serviços Agrícolas (CASA).

Em matéria de distribuição de bebidas, o grupo Cisneros (acionista da Coca-Cola e telecomunicações) e o grupo Polar (Brahma e Pepsi-Cola), as duas de capital transnacional, não são vinculados à *Fedecámaras*, porque essas empresas ainda exercem o poder de dentro do próprio Estado - segundo Maringoni (2004 *apud* LOPES, 2009). No setor alimentício, houve um aumento significativo dos preços, em Caracas, por exemplo, que em um ano teve um acréscimo de 49,9%. Em janeiro de 2008, a cesta básica tinha um custo mínimo de 647,23 bolívares fortes e em dezembro de 2008 subiu para 895,06 bolívares fortes (MARXIST.COM *apud* LOPES, 2009). Essa situação de aumento de preços não teve o simultâneo aumento dos salários dos trabalhadores, reduzindo seu poder aquisitivo. A situação do país essencialmente exportador de petróleo conta com uma classe burguesa parasitária, que não produz para o mercado nacional. O país importa cerca de 70% do seu consumo alimentício, devido à concentração de grande parte da agricultura nas mãos de poucas empresas capitalistas, que priorizam o abastecimento do mercado internacional através das grandes redes de supermercados, sob controle pouco produtivo das multinacionais do ramo. Embora o governo tenha criado redes alternativas de supermercados, ainda não são suficientes para enfrentar o latifúndio e os agronegócios privados (LOPES, 2009).

A revista brasileira, *Carta Capital* (5 dez 2007:42) publicou matéria sobre a experiência bolivariana de governo, com um balanço do desenvolvimento econômico e social, entre 1999 e 2005:

Mesmo os críticos mais ferrenhos de Chávez reconhecem que seu governo conseguiu reduzir bastante o abismo entre pobres e ricos na Venezuela. De acordo com a Cepal (...), o número de pessoas em situação de pobreza caiu de 49,4% em 1999, quando Chávez assumiu, para 37,1%, em 2005. Para fazer uma comparação, no período, no Brasil, o índice oscilou para baixo em apenas 1,2 ponto porcentual. E o poder aquisitivo das classes D e E subiu 150%, o que pode explicar a falta de alguns produtos nos supermercados do governo nos últimos meses.

O sumiço dos produtos das prateleiras inflou o mercado clandestino e a mídia. No *Megamercal*, da Avenida Bolívar, uma espécie de feira livre organizado pelo governo aos finais de semana, apesar das grandes filas, não houve falta de produtos, com preços bem abaixo dos estabelecidos pelo mercado privado. Dois quilos de leite em pó, por exemplo, custavam 4.700 bolívares contra 35 mil cobrados pelos *bubuneros*, do mercado clandestino. Os depoimentos da população criticam os boicotes da oposição e manifestam satisfação popular em relação à política de governo: “A outra razão é que, como os preços são controlados, os empresários estão escondendo os produtos – caso do leite e das *caraoas*, o feijão-preto, elemento básico da alimentação venezuelana (...). “Que escassez é essa, com tanta comida”?, são as palavras de Maria Garnica, dona de casa e mãe de três filhos, para ironizar o que é publicado na imprensa (*CARTA CAPITAL*, 5 dez 2007).

O governo adotou medidas de controle fiscal da importação de peças (cilindrada dos carros, entre outras) e provocou prejuízos à fração burguesa da indústria automobilística. A General Motors (GM do grupo Mendoza) controlava 35,5% das vendas locais e 40% da produção de veículos no país até 2007; o outro percentual ficava para a Ford, a Toyota e outros grupos minoritários do ramo, segundo Lopes (2009). Nos últimos anos o setor automobilístico conta com a redução dos seus negócios, devido à política fiscal do governo de maior controle e taxaço das importações. O desenvolvimento industrial venezuelano é também considerado fraco e dependente, pois importa quase todos os produtos de consumo interno. O capital estrangeiro monopolista teve sua expansão garantida no país, ao mérito das políticas do Estado nacional ao longo das últimas décadas. Porém, as grandes obras realizadas na Venezuela continuam sob

responsabilidade das grandes empresas de capital internacional, como a Odebrecht, entre outras empresas portuguesas e espanholas (POPES, 2009).

Os sucessivos aumentos de preços do petróleo, que em julho de 2008, chegaram ao valor de 150 dólares por barril, no cenário internacional favoreceram as receitas de exportação e da expansão de crédito. Para muitos governos da América Latina, esses aumentos facilitaram um acréscimo de gastos nas políticas sociais, que consequentemente resultou em melhores índices de popularidade para seus gestores. Na última quinzena de setembro de 2008, com a bolha internacional desinflada, especuladores davam conta de cobrir os rombos do mercado estadunidense, cujo resultado foi bancarrota de indústrias e bancos, deixando os especuladores inseguros. Como consequência desse processo, houve uma queda enorme nos preços do petróleo. Na Venezuela, em dezembro de 2008, o barril custava cerca de 40 dólares e para a receita orçamentária de 2009 estimou-se o preço do barril em 60 dólares. Do ponto de vista político, isso representa menos recursos financeiros para os programas sociais do governo (MARINGONI, 2009).

Lopes (2009) afirma que o novo bloco político do governo Chávez apresenta características de controle da burocracia e de políticas de Estado, como força social que beneficia parte das classes populares. No período de 1999-2009, o governo Chávez foi marcado por conflitos e conciliação entre classes e frações de classes. É composto por uma pequena burguesia, além das classes populares, e beneficia frações da burguesia interna. Contudo, a hegemonia da economia do país ainda é da fração burguesa bancária e financeira. Lopes (2009) relata que, em 1982, 40% da produção do petróleo venezuelano foram direcionados para os EUA e, em 2008, oscilou entre 40 e 50%, segundo informes da PDVSA (entrevista Leonardo Graterol *apud* LOPES, 2009:76).

Na avaliação de Lopes (2009), as pequenas e médias indústrias ocupam o espaço no mercado de 0,5 para cada mil habitantes e representam 7% do PIB do país. Essa fração é beneficiada pelo governo nas políticas estatais em negociações e acordos. O principal pólo industrial venezuelano concentra-se nas atividades: agroalimentar, material de transporte, refinaria de petróleo, produtos químicos, alumínio e aço. Na agricultura destacam-se os cultivos do café, milho, banana, laranja, mandioca e arroz. As principais indústrias do país estão assim distribuídas nos Estados: Zúlia, setor petrolero e agropecuário; Táchira, petrolero; Carabobo, agropecuário; Ciudad Guaiana, maior setor agroalimentar e Barinas, setor agrícola. Em Zúlia, Táchira e Carabobo, a

fração burguesa interna do setor comercial de importação (parte da classe dominante), em alguns casos é representada por governadores da IV República. A fração burguesa industrial interna, responsável pelo monopólio da alimentação, embora também beneficiada pelas políticas de governo junto com a fração burguesa comercial, constantemente entra em conflito com o governo Chávez.

Tornam-se públicos os diferentes momentos de confrontação entre forças do governo e forças da oposição: no debate e aprovação da nova Constituição; no golpe de Estado e nos dois *paros*, entre outros. Para Lopes (2009), repetindo palavras do Ministro de Relações Exteriores (Vladimir Aguilar Castro), um problema básico do governo está na composição da burocracia estatal. O ministro teria afirmado que há a emergência de um setor econômico em torno de quatro áreas fundamentais: importação de alimentos, setor financeiro, controle dos contratos petroleiros e construção civil. Segundo Vladimir Perez (2008 *apud* LOPES, 2009), a importação de alimentos tem ligação direta com o capital estadunidense e brasileiro, sob mediação da PDVAL (subsidiária da PDVSA), que beneficia uma fração burguesa interna (vinculada ao agronegócio e à importação de alimentos). Para Paranaguá (2007 *apud* LOPES 2009), o setor de distribuição de alimentos concentra a fração burguesa “emergente” do país. Se for comparado o período dos governos militares do passado e o atual governo (que conta com forte apoio popular e com políticas sociais estatais, devido ao investimento de recursos petroleiros), observam-se mudanças políticas significativas a favor da população mais pobre, avaliou Mariana Lopes (2009).

4.3 Estatísticas socioeconômicas gerais da Venezuela no contexto da América Latina e do Caribe. (contexto latino americano e caribenho)

O crescimento demográfico e a situação socioeconômica, na Venezuela e na América Latina-Caribe, entre 1990 e 2009, revela que a população latino-americana e caribenha cresceu de 442.310 milhões para 582.418 milhões - aproximadamente 140 milhões. No mesmo período, a população da Venezuela cresceu de 19.731 milhões para 28.584 milhões, cerca de 9 milhões a mais. Embora ainda alarmante, a taxa de mortalidade infantil (por quinquênios, de cada mil nascidos vivos) apresenta um quadro de redução da taxas: Na América Latina e Caribe, entre 2000- 2005 o número era de 25,8 e no período 2005-2010 abaixou para 21,8. Na Venezuela, nos mesmos quinquênios (2000-2005 e 2005-2010), os números decresceram da média 18,9 para a

média 17,0 de cada mil nascidos vivos. Em 1980, na Venezuela havia 79% da população nos centros urbanos e, em 2010, a previsão é de 93,6%. Na América Latina-Caribe, em 1980 havia 64,9% da população em centros urbanos e, para 2010, a previsão é de que 79,4% da população estejam em centros urbanos (Tabela 33-36 – ANEXO 1).

O crescimento do PIB na Venezuela, com oscilações, no período 2000-2009, passou de 182,8 bilhões de dólares para 314.6 bilhões de dólares - com o melhor índice em 2008, quando o PIB atingiu 334.3 bilhões de dólares. O PIB *per capita* na Venezuela, também apresentou crescimento, com variáveis anuais, no período 2000-2009 de 8.000 dólares para 12.300 dólares. O melhor índice do PIB *per capita* no período foi apurado em 2008, de 12.800 dólares. A população abaixo da linha da pobreza na Venezuela (2000 a 2002) atingia um índice de 67% mas, entre 2003 e 2006, reduziu para 47% -nos anos seguintes, manteve um índice reduzido de 37.9%. A expectativa de vida da população venezuelana, no período 2000-2009, apresentou melhora crescente de 73.07 anos: em 2000 para 73.61 anos, em 2009, a dívida externa da Venezuela cresceu 32 bilhões de dólares (2000-2009), atingindo 47.35 bilhões de dólares. Portanto, houve um aumento de 15.35 bilhões de dólares, 32.42% (Tabela 37-41 – ANEXO 1).

4.4 Comparação entre a PEA, as políticas sociais e o desemprego da Venezuela e demais países latino-americanos e caribenhos.

Estatísticas (CEPAL, 2010) indicam que em 1990, havia 6.895 milhões caracterizados como PEA (População Economicamente Ativa) na Venezuela e, para 2010, a previsão sobe para 11.933 milhões. Na América Latina-Caribe, em 1990 havia 163.374 milhões caracterizados como PEA e, para 2010 estão previstos 276.551 milhões. Em 2008, 8,5% da PEA urbana total trabalhava na agricultura; 0,9% na indústria de minérios; 11,0% na indústria de manufaturados; 0,5% na distribuição elétrica, gás e água; 9,7% na construção civil; 23,7% no comércio; 8,8% no setor de transporte e 5,2% em serviços financeiros. Em 2000: 1,7% das mulheres da PEA trabalhavam na agricultura; em 2005: 2,0%; em 2008: 1,9%. Na indústria, em 2000: 12,7%; em 2005: 11,2%; em 2008: 11,1%. No setor de serviços, em 2000: 85,8%; em 2005: 86,8% e em 2008: 87,0%. Ou seja, acima de 85% das mulheres da PEA trabalham no setor de serviços. A população ocupada masculina por atividade econômica apresentou os seguintes índices percentuais para a agricultura: 15,7 em 2000, 14,4 em

2005 e 12,7 em 2008. Nas mesmas datas, para a indústria, respectivamente: 28,5; 26,8 e 30,6. No setor de serviços trabalhavam, respectivamente: 55,8; 58,8 e 56,8. Conforme estatísticas acima, a maioria dos trabalhadores venezuelanos, no trabalho formal está no setor de serviços: os homens 56,8% (2008) e as mulheres 87,0%. No entanto, a CEPAL (2010) não apresentou registros do trabalho informal do país, que segundo outras fontes atinge: 54%? (Tabela 42-45 – ANEXO 1).

Sobre o desemprego, esclarece-se que a taxa média registrada na Venezuela e na América Latina-Caribe, refere-se à baixa formal na carteira de trabalho e na solicitação do seguro desemprego. Portanto, como em qualquer país capitalista, não se retrata o desemprego real do país. Contudo, os índices servem para ilustrar as oscilações do desemprego formal no país e na região. Na Venezuela, comparando-se, entre 2000 (13,9%) e 2009 (8,0%) houve uma significativa redução no desemprego (5,9%). Na América Latina-Caribe, entre 2000 (10,4) e 2009 (8,3%) houve uma tendência semelhante. A diferença maior aparece em 2000 (Venezuela: 13,9%; América Latina-Caribe: 10,4%), nesse sentido, constata-se uma redução menor na taxa de desemprego, na América Latina-Caribe, entre 2000 e 2009 (2,1%) do que na Venezuela (5,9%), embora os índices em 2009 sejam muito semelhantes (Venezuela: 8,0%; América-Latina-Caribe: 8,3%). Os dados mostram que o desemprego na Venezuela, em 2000 estava muito acima (3,5%) da média dos índices de desemprego latino-americano. Portanto, em 2009 observa-se um maior equilíbrio quantitativo de desemprego, sem entrar no mérito qualitativo, entre Venezuela e América Latina-Caribe (Tabela 46 – ANEXO 1).

Em 2009, segundo dados do Fórum Social Mundial – Temático Bahia (FSM, 30 jan 2010), sobre o tema *Crise e trabalho em debate...*, com base em dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a crise financeira internacional do último período provocou mudanças significativas, no mundo do trabalho em nível mundial. Houve 211 milhões de trabalhadores demitidos, atingindo uma taxa de desemprego formal de 6,6%. Segundo estimativas apontadas para 2010, as tendências serão as mesmas do ano anterior. O número de empregados precários chega a 1,5 bilhões, o equivalente a 50,6% da força de trabalho internacional. Conseqüentemente, a pobreza tende a aumentar no mundo todo. Na Venezuela, o índice GINI apresentou uma pequena melhora, entre 1990 (0,471) e 2008 (0,412), o que mostra uma pequena melhora na qualidade de vida (Tabela 47 - ANEXO 1).

Segundo João Pedro Stédile (2005), na Venezuela, houve mudanças na política e no sentido da economia, pois os bilhões de dólares do petróleo, que eram usados para uma minoria rica viver de luxo e extravagância, agora são utilizados para a universalização dos serviços públicos de saúde e educação por toda a população. Nas políticas sociais, o governo está transformando o dinheiro público do petróleo em saúde, educação, alimentação, emprego através das missões nos bairros, nas fábricas e no campo. Nas políticas de reforma agrária está declarando guerra ao latifúndio, embora 60% das terras ainda estejam nas mãos dos latifundiários. A Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora (FNCEZ) está se consolidando em todo país e, nas fábricas, os trabalhadores estão avançando um processo de auto-gestão e retomando a construção sindical combativa, através da UNT (STÉDILE, 2005).

As iniciativas tomadas pelo governo, conforme relatos abaixo, respondem pela redução do desemprego que, apesar de tudo, continua próximo à média regional. A *Petróleos de Venezuela, S.A. (PDVSA)* realiza esforços na área de desenvolvimento endógeno através da filial *Palmaven*, que executa suas políticas em territórios delimitados, para centralizar em um espaço institucional e social específico e evitar o desperdício de recursos do petróleo. Dessa maneira, o Ministério de Energia e Petróleo (MEP) e, a PDVSA contribui para a criação de um modelo nacional de desenvolvimento, pelo qual as comunidades de menos recursos podem crescer em bem estar, qualidade de vida, e ser parte ativa de uma mesma nação integrada territorial e socialmente. Entre maio de 2004 e maio de 2005, a PDVSA investiu 76.500 milhões de bolívares nos Núcleos de Desenvolvimento Endógeno.

O *Núcleo de Desarrollo Endógeno Santa Inês*, instalado em Barinas, beneficia a comunidade nos seguintes aspectos: nos comitês de saúde, na educação, na organização dos Conselhos Comunitários e cooperativas em diversas áreas. Em matéria de educação, foram organizadas hortas escolares produtivas e as unidades escolares foram transformadas em Escolas Bolivarianas. Foi construída uma *Aldea Universitaria*, com a instalação de um Infocentro e um *Multihogar* (Multijogos, poliesportivo). A saúde foi beneficiada com a reabilitação e dotação do ambulatório Rural de Santa Inês, construção de um Consultório de Assistência Médica Integral, da *Misión Barrio Adentro I*, no *Sector Gallegos Paguey*. Também foram realizadas atividades médicas e jornadas oftalmológicas através da *Misión Milagro*. O sistema produtivo impulsiona a

Granja Integral Ezequiel Zamora, que envolve vários componentes: um galpão avícola, semeadura de hortaliças, pasto de corte, entre outros.

O *Núcleo de Desarrollo Endógeno Campo de Carabobo* tem como objetivo a reabilitação paisagística da *Zona Monumental del Campo de Carabobo*. Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se: a construção de 3.550 metros em caminhos de arena e a construção de um galpão, beneficiando diretamente 33 sócios de cooperativas de construção. O *Núcleo de Desarrollo Endógeno Madre Vieja* promove atividades sócio-produtivas da *Parroquia Sabaneta*, município Alberto Arvelo Torrealba do estado de Barinas, e impulsiona a produção agrícola. No *Núcleo de Desarrollo Endógeno Petroquímico*, entre os anos 2006 e 2007, a PDVSA realizou investimentos em projetos de desenvolvimento endógeno, vinculados a atividades industriais na área petroquímica, no Complexo Petroquímico de *El Tablazo*, no município de Miranda, Estado de Zulia, também na Zona Industrial de Guacara, Estado de Carabobo. Os seguintes projetos foram viabilizados: construção do Campo Industrial Ana Maria – Campos CIAMCA (fabricação de seringas), fabricação de casas de plástico (PETROCASA) e Escola de Polímeros (PDVSA, 31 dez 2007).

O *Desarrollo Endógeno Eje Boconoíto – Puerto Nutrias* iniciou-se com a execução de dez núcleos de desenvolvimento endógeno, com o fortalecimento de áreas de produção sustentável, habitação, alimentação, educação, organização comunitária, saúde, cultura, esportes, serviços, ciência e tecnologia. Até 2007, através desse núcleo, foram construídas 1.116 moradias, 34 escolas construídas ou ampliadas, 3 rádios comunitárias instaladas; 12 quadras de múltiplo uso construídas; 1 estádio de futebol e 2 quadras esportivas construídos; casas de alimentação reabilitadas ou doadas; atividades agro-produtivas de diversos núcleos de desenvolvimento endógeno reforçadas; 10 unidades motorizadas doadas para a polícia municipal de Barinas; construção da primeira fase do centro de alimentação tipo *mercal*; construção do terminal rodoviário da cidade de Barinas e 20 pontos de ônibus.

O *Núcleo de Desarrollo Endógeno “Fabricio Ojeda”* (NDEFO) está instalado na *parroquia Sucre*, no oeste de Caracas – na antiga *Planta de Llenado “Nueva Caracas”*, numa superfície de aproximadamente 16 hectares, que pertenciam à PDVSA e funcionava como depósito de materiais e nos 12 anos anteriores estava desativada. No início de 2004, em reuniões e assembléias comunitárias a população participou da discussão das características e da elaboração dos projetos do núcleo, sugerido pelo

presidente da República, em 2003. Em 24 de maio de 2004 começou a construção do núcleo, com a participação de 330 pessoas das comunidades da região, organizadas em 24 cooperativas de construção, junto com a Brigada de Engenheiros da Armada. Na primeira etapa, foram executadas 11 obras no núcleo e, na segunda etapa, estava a construção da Escola Bolivariana, um centro de *Maternal Simoncito*, um centro de reabilitação integral, um refeitório, um bar, um auditório e um módulo de saúde, do tipo *Barrio Adentro*. Para o período posterior estavam propostas várias construções: uma biblioteca pública, um infocentro, um centro de produção audiovisual, uma escola de cooperativismo, um poliesportivo, um centro de *acopio mercal* e a construção de um centro de produção de pequenas e médias empresas.

Em 2007, o núcleo contava com os seguintes serviços: Clínica Popular “Fabrício Ojeda”, inaugurada em 24 de janeiro de 2005, vinculada à *Misión Barrio Adentro* (segundo nível), que contava com 10 consultórios médicos (2 pediatrias, 2 de medicina geral, 2 de gineco-obstetria, 1 traumatologia, 1 cirurgia geral, 1 radiologia e 1 epidemiologia); uma sala de odontologia com três unidades de atendimento e um laboratório de mecânica dental; uma sala de laboratório, um imageneologia, com várias especialidades de exames. A clínica atendia média 100 pacientes por dia e gerava noventa empregos diretos. No núcleo também tem espaço para uma farmácia popular, que oferece descontos de 85% na venda de medicamentos, atendia média 110 pessoas por dia. Ali funciona também a produção têxtil, através da Cooperativa *Venezuela Avanza*, onde 280 trabalhadores com empregos diretos trabalham em 143 máquinas. As pessoas aprendem a trabalhar pelo método “aprender fazendo”, produzindo várias artes e mercadorias têxteis.

A cooperativa *Nuenfao* está vinculada ao ramo da indústria de calçados, onde 139 trabalhadores formados pela *Misión Vuelvan Caracas* fabricam calçados escolares. Na área agrícola, em aproximadamente dois hectares de terra, 275 trabalhadores capacitados em Produção Agrícola Integral, formados pela *Misión Vuelvan Caracas*, através do Projeto Agrícola para Adultos produzem dos mais diferentes legumes, além de milho, girassol, entre outros. São utilizadas as técnicas vinculadas à produção orgânica com um sistema rotativo de cultivos. Na área de comércio, a Cooperativa *La Paz de Gramoven*, desde dezembro de 2004, conta com um supermercado tipo II, com capacidade de armazenamento para mercadorias secas, perecíveis e refrigeração. Esse

supermercado garante 19 empregos diretos e a venda de produtos de primeira necessidade à comunidade por preços baixos.

Em anexo ao supermercado há uma farmácia cooperativa, uma extensão da Farmácia Fabrício Ojeda, atendendo uma média de 100 pessoas diárias. Em apoio aos estudantes, no núcleo também são vendidos boletos personalizados, que garantem aos estudantes um benefício pela passagem de ônibus, no município de Sucre. Esse serviço garante emprego direto para 5 pessoas e beneficia mais de 700 estudantes por dia. Além disso, o núcleo conta com quadras esportivas, com tamanho oficial para a prática de futsal, voleibol, basquete, entre outros. E também conta com uma praça semi-aberta para passeios, atividades culturais, reuniões e assembléias para a comunidade local. No local também funciona um módulo de informação, vinculado à Cooperativa “Fuerza de Vencedores”, com a geração de 6 empregos diretos, para a orientação de visitantes à comunidade.

A *Misión Vuelvan Caras* tem a finalidade de capacitar jovens e adultos (desempregados), que têm em comum o interesse de constituir cooperativas de produção e de serviços. Essa é uma das estratégias do governo para combater o desemprego. Entre 2004 e 2007, houve uma redução na taxa de desemprego em 2%, segundo informes do governo. A PDVSA, nesse período investiu 661 milhões de dólares nessa missão, foram organizadas 6.814 cooperativas, 130 núcleos de desenvolvimento endógeno, formados 2.567 facilitadores, 1.546 consultores. Além de outras, aproximadamente 350.000 pessoas foram capacitadas para as distintas profissões no cooperativismo (PDVSA, 31 dez 2007).

A *Misión Milagro* é um programa humanitário, desenvolvido pelos governos venezuelano e cubano, dirigido para a população de baixa renda com o objetivo de curar problemas de saúde visual (cataratas, entre outras). Foi criado em 21 de agosto de 2005, na província de *Pinar del Rio*, República de Cuba, o chamado Compromisso Sandino assumido entre o presidente Hugo Chávez e o presidente Fidel Castro. No período de 2005-2007 houve um investimento da PDVSA de 150 milhões de dólares. Mais de 57 mil pacientes venezuelanos foram curados de problemas visuais, nesse período (PDVSA, 31 dez 2007).

A *Misión Barrio Adentro* tem o objetivo de dar pleno acesso aos serviços de saúde de qualidade, em especial à população mais pobre. Em 2007 havia entre 90 e 100% dos municípios de histórica exclusão, com o fornecimento gratuito dos

medicamentos essenciais. Essa missão foi possível devido ao convênio estabelecido entre o governo venezuelano e o governo cubano. Entre 2003 e 2007, a PDVSA investiu 5.569 milhões de dólares no projeto. Com esses recursos foi possível construir 1.000 módulos assistenciais, 21 consultórios populares, 48 consultórios, 183 centros de reabilitação integral e 6 centros de alta tecnologia, além de recursos financeiros para financiar o Hospital Cardiológico Infantil “Dr. Gilberto Rodríguez Ochoa”. Em 2007 trabalhavam aproximadamente 22.000 médicos cubanos, acompanhados por um kit de aproximadamente 100 medicamentos básicos, na periferia das cidades, em lugares onde os médicos venezuelanos historicamente se negam a trabalhar.

Na Venezuela, em 2008, em análise da população entre proprietários e não proprietários dos meios de produção: 4,1% são empregadores; 58,4% são trabalhadores assalariados; 35,8% trabalham por conta própria e 1,7% trabalham em outras categorias. Não foram registrados dados sobre o serviço doméstico. A estrutura da população ocupada urbana masculina, entre proprietários e não proprietários de meios de produção têm uma distribuição ocupacional um pouco diferente da tabela anterior: 5,5% são empregadores (homens); 56,8% trabalhadores assalariados (homens); 35,4% trabalham por conta própria e 2,3% atuam em outras categorias. Não foram registrados dados sobre o serviço doméstico. No mesmo ano, a estrutura da população urbana feminina, entre proprietárias e não proprietárias dos meios de produção: 1,9% são empregadoras; 61% são trabalhadoras assalariadas; 36,3% trabalham por conta própria e 0,8% atuam em outras categorias. Também não houve registro de estatísticas do serviço doméstico (Tabela 48 – ANEXO 1).

Evidencia-se nessa análise, uma característica de concentração da propriedade urbana entre os empregadores (homens) e assalariados (5,5 X 56,8%), mas também fica nítida a mais profunda concentração de propriedade em relação às mulheres empregadoras e assalariadas (1,9% X 61%). Essas estatísticas (CEPAL, 2010) demonstram que os homens concentram maior fatia do poder econômico e político que as mulheres, uma característica típica do machismo, também presente na sociedade venezuelana (Tabelas 49-50 - ANEXO 1).

4.4.1 Educação e combate ao analfabetismo da Venezuela, em relação à América Latina e Caribe.

A respeito da alfabetização (de 15 e mais anos de idade), em 1999, a Venezuela apresentou um índice de 11,1% de analfabetismo e em 2010, 4,8%, com a projeção para 2015 de um índice de 3,9%. Uma redução de 6,3% entre 1999 e 2010. O analfabetismo na América Latina-Caribe, em 1999 apresentou um índice de 14,9%; em 2010, 8,3% e para 2015, uma previsão de 7,1%. Uma redução de 5,6%, entre 1999 e 2010. Comparativamente, entre a redução da Venezuela 6,3% e a redução da América Latina-Caribe 5,6%, contando a favor da Venezuela uma vantagem de 0,7% de redução no período. Quanto aos gastos públicos da Venezuela para a educação, as estatísticas da CEPAL (01 mar 2010) indicam que em 2006, o governo Chávez investiu 3,6% do PIB e em 2007, investiu 3,7%. Para os anos seguintes, não houve apresentação de índices nas fontes pesquisadas, a respeito de investimento de dinheiro público para a educação (Tabela 51–52 ANEXO 1).

A *Misión Robinson* iniciou-se em 01 de julho de 2003 e, segundo registros do governo, é a operação cívico-militar mais importante da história republicana da Venezuela. O objetivo dessa missão é alfabetizar a população que não teve acesso à educação do país. Através dela, quase um milhão e meio de pessoas, espalhadas em todo território venezuelano, aprenderam a ler e escrever. O método “Sim, eu posso”, desenvolvido por especialistas cubanos e com o apoio de conselheiros de Cuba, o povo e as forças armadas venezuelanas formaram o “Exército da Luz”, levando a mensagem de amor e de patriotismo àqueles que não tiveram essa oportunidade de aprendizado. Segundo argumentos do governo: “Todo o poder vem do conhecimento para as comunidades mais remotas através da dedicação dos filhos de Bolívar” (PDVSA, 31 dez 2007).

Na primeira fase da *Misión Robinson*, a meta é a alfabetização e, na segunda fase, a meta é completar o ensino fundamental (6ª. Série). Com o investimento de 72 milhões de dólares, a Venezuela foi declarada “Território Livre de Analfabetismo” (em 28 de outubro de 2005), por reconhecimento da UNESCO. A alfabetização dessa fase foi de 1.484.543 cidadãos, reduzindo a taxa de analfabetismo venezuelano abaixo de 1%. Esse dado apresenta divergências, segundo estudos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), conforme tabelas apresentadas nesta tese.

Quanto às matrículas no primeiro nível de educação na Venezuela, estatísticas indicam que entre 2002 (3.506.780) e 2008 (3.439.199) houve uma redução de 67.581 matrículas, uma redução de 1,01%. Na América Latina-Caribe, entre 2002 (69.643.229)

e 2007 (68.205.111) houve uma redução de 1.438.118, um percentual de 1,02% de redução. Na América Latina-Caribe para 2008, não houve apresentação de dados nas fontes pesquisadas, referente às matrículas no primeiro nível de educação. (Tabela: 53 – ANEXO 1).

A Misión Ribas teve início em 17 de novembro de 2003, buscando beneficiar as pessoas que não tiveram a oportunidade de terminar o ensino médio (incluindo adultos e idosos). Os recursos destinados, entre 2003 e 2007 somam 1.136 de dólares, abrindo 30.618 espaços educativos, formando 30.340 facilitadores. Somente em 2007, 1.207.076 estudantes foram matriculados e 947.131 conquistaram o certificado do ensino médio através dessa missão. Em setembro de 2007, 132 profissionais cubanos reforçaram o sistema de ensino venezuelano, implantado nos 23 estados no distrito. Desde o início da Missão Ribas, mais de um milhão e meio de venezuelanos, excluídos do ensino formal, estão estudando, inclusive indígenas e estudantes detentos nas prisões do país (PDVSA, 31 dez 2007).

O número de matrículas no segundo nível de educação na Venezuela, entre 2002 (1.811.127) e 2007 (2.174.619), um crescimento de 363.492, um percentual de 12%. Na América Latina-Caribe, em 2002, houve 58.102.603 matrículas no segundo nível de educação e em 2006 houve a matrícula de 59.033.445 estudantes. No período houve um crescimento de 930.842 matrículas, um percentual de 1,01%. Até ao fechamento desta análise não havia registros da CEPAL para a América Latina-Caribe, para os anos 2007, 2008 e 2009 (Tabela 54 – ANEXO 1).

A Missão Sucre tem o objetivo de levar o ensino superior (municipalizado) a todas as regiões do país. Esse projeto abre as portas da Universidade Bolivariana da Venezuela a milhares de estudantes que se formam como comunicadores sociais, historiadores e advogados, em espaços que em governos anteriores estavam à disposição das oligarquias do petróleo. Na atualidade, a PDVSA contribui para a construção das aldeias universitárias. Até 2007, foram investidos 784 milhões de dólares, incorporando no ensino superior, 330.346 estudantes.

Quanto ao ensino do terceiro nível de educação na Venezuela, em 2002 havia 927.835 estudantes matriculados e em 2006 havia 1.381.126, comparado com o crescimento populacional geral (2000: 24.402 milhões; 2006: 27.189 milhões) não se pode considerar como aumento significativo de estudantes no terceiro nível no período. Isso porque os números apresentados mantêm um crescimento proporcional, embora

seja necessário levar-se em conta a data de referência inicial diferenciada (2000 para 2002). Na América Latina-Caribe, os números apresentados para 2002 são: 13.240.365 e para 2006 são: 16.798.491 de estudantes matriculados no terceiro nível. Da mesma forma, comparando-se o crescimento populacional geral (2000: 521.228 milhões; 2006: 563.164 milhões) com o crescimento de matrículas do terceiro nível, percebe-se um crescimento proporcional em relação aos números do crescimento demográfico. Não há registro de dados (CEPAL) sobre matrículas do terceiro nível da Venezuela e da América Latina-Caribe para os anos seguintes. (Tabela 55 - ANEXO 1)

4.4.2 Investimento de recursos da PDVSA em outras áreas de desenvolvimento urbano através das “missões”.

A *Misión Identidad* é um programa que fornece cédula de identidade para os venezuelanos e estrangeiros. Esse projeto funciona no Executivo Nacional, em conjunto com a ONIDEX para melhorar a prestação de serviços à comunidade – e já garantiu cédula de identidade (que concede o direito de participação política) para 5.760 milhões, entre eles 600 mil venezuelanos e imigrantes (estrangeiros), que há muitos anos estão no país sem registro de identidade. A PDVSA investiu 45 milhões de dólares nessa missão, entre 2003 e 2007 (PDVSA, 31 dez 2007). A *Misión Guaicaipuro* tem a finalidade de fazer valer o sentido constitucional de reconhecimento da existência dos povos e das comunidades indígenas. Entre suas tarefas principais está a garantia da segurança agroalimentária, o estímulo ao etno desenvolvimento harmônico e sustentável das comunidades. Entre 2005 e 2007 a PDVSA investiu 11 milhões de dólares em apoio a essa missão.

A *Misión Revolución Energética* foi criada em 17 de novembro de 2006, pelo presidente da República e está sendo executada pelo Ministério do Poder Popular para a Energia e o Petróleo. Tem como objetivo fundamental gerar consciência sobre a importância da energia. Consiste em substituir as lâmpadas incandescentes em uso, por 82 milhões de lâmpadas econômicas, para reduzir, em nível nacional, o consumo da energia elétrica. Dessas lâmpadas econômicas, 15 milhões encaminhadas para a *Red Mercal* (distribuição gratuita). Adicionalmente, foi realizada a iluminação pública da Avenida Bolívar, em Caracas. Entre 2006 e 2007, essa missão recebeu o investimento de 429 milhões de dólares (PDVSA, 31 dez 2007).

Na *Misión Árbol* foi criada em 04 de junho de 2006 com o objetivo de despertar na população o interesse pelos bosques, pelo equilíbrio ecológico e pela recuperação dos espaços degradados da natureza. Em 2007 a PDVSA investiu 12 milhões de dólares. Nesse ano foram executados 583 projetos comunitários e educativos, entre outros. (PDVSA, 31 dez 2007). A *Misión Música* é um programa social criado em setembro de 2007, pelo presidente da República para fortalecer o desenvolvimento da *Misión Cultura*, centrada na área musical. Tem como finalidade a consolidação do sistema nacional de orquestras e corais juvenis e infantis, incentivando o aprendizado da música entre crianças e jovens, dos setores mais necessitados do país. Até 2007 havia a participação de 285 mil participantes em todas as regiões venezuelanas. Nesse ano, a PDVSA investiu 43 milhões de dólares nessa missão.

A *Misión Vivienda* foi criada para mudar o modelo habitacional vigente há mais de 40 anos no país. Essa missão prioriza as famílias de poucos recursos, para facilitar o acesso às políticas sociais e ao crédito para a construção, aquisição ou ampliação de suas residências. O Ministério do Poder Popular para Obras Públicas e Moradias tem a responsabilidade sobre as políticas habitacionais do Estado, com a tarefa de acelerar métodos de participação popular, dar solução ao grande problema material de garantir a toda a população uma moradia digna. Em 2007, a PDVSA investiu 197 milhões de dólares em apoio ao *Ministerio de Vivienda y Hábitat*, hoje *Ministerio para Obras Públicas y Vivienda* para o cumprimento dos seus objetivos.

O presidente da República fala pela primeira vez na *Misión Ciencia*, em 12 de abril de 2005, com o objetivo de criar um novo modelo de cultura científica e tecnológica para a produção coletiva do conhecimento científico, do diálogo dos saberes, da integridade, da interdisciplinaridade e da participação dos diversos atores do desenvolvimento científico-tecnológico do país, para alcançar níveis mais altos na sabedoria. Essa missão coordena o desenvolvimento e andamento das ações dirigidas, em matéria de utilização do conhecimento científico e tecnológico, motivando a incorporação e articulação, através de redes econômicas, sociais, acadêmicas e políticas, que permitam a produção e o uso do conhecimento em função do desenvolvimento endógeno, científico e tecnológico do país. Em 2007, a PDVSA investiu 319 milhões de dólares nessa missão.

4.5 Política de cunho nacionalista com forte inflexão popular - Nova Constituição: referendos, eleições e conselhos comunais como “quarto poder”.

Frente às constantes crises, o presidente venezuelano encaminhou um processo participativo popular para avaliar se ele deveria ou não continuar no governo. A Constituição da Venezuela (1999:75) prevê o referendo revocatório para todos os cargos políticos no país:

Artículo 72. Todos los cargos y magistraturas de elección popular son revocables. Transcurrida la mitad Del período para el cual fue elegido el funcionario o funcionaria, un número no menor Del veinte por ciento de los electores o electoras inscritos em la correspondiente circunscripción podrá solicitar la convocatória de um fererendo para revocar su mandato.

Nas eleições para presidente da República, em 06 de dezembro de 1998 teve o seguinte resultado: 56,2% (3,67 milhões de votos); Römer: 32,97%; Sáez: 2,82%; e Ucero: 0,42%; de 451 agrupamentos políticos que participaram, apenas onze chegaram a 1% dos votos, os demais 440 se desintegraram logo após o processo eleitoral (MARINGONI, 2009). A vitória de Chávez contou com uma onda espontânea de rebelião e descontentamento, que ainda não havia se transformado em ascensão do movimento de massas. A sua base de apoio social é caracterizada por uma instabilidade, que se consolidou no avançar do próprio governo. No final da década de 1990, a organização dos trabalhadores e do movimento social na Venezuela estava em baixa. Por essa razão, o governo eleito teve como uma das tarefas a construção de um movimento enraizado na população, a partir do próprio Estado. Segundo Maringoni (2009), Chávez liderou uma federação de interesses eleitorais e locais e não um partido disciplinado e orgânico, referindo-se ao MVR.

O governo encaminhou a consulta popular, em 25 de abril de 1999, para chamar um processo eleitoral constituinte. O processo teve amplo apoio, e em 25 de julho, a população escolheu os constituintes para a elaboração da nova Constituição. O chamado Pólo Patriótico foi composto pelas organizações políticas: MVR, MAS, PPT, do total de 131 cadeiras disponíveis, os governistas garantiram 119. A partir do dia 3 de agosto, os constituintes iniciaram os trabalhos de elaboração da nova carta magna, sob a presidência de Luís Miquilena, no senado venezuelano. A característica básica da nova Constituição é que ela obteve um perfil centralizador a favor do Executivo. Em 12 de novembro, a Constituição ficou pronta com 350 artigos. A nova Constituição foi aprovada, em 15 de dezembro por 71% dos votos, em referendo popular. Um dos

primeiros pontos aprovados na nova Constituição foi a mudança do nome do país para República Bolivariana da Venezuela - para homenagear o venezuelano Simón Bolívar, conhecido como libertador do país frente à dominação espanhola. Nesse mesmo mês, realizaram-se um plebiscito sobre o movimento sindical e eleições para vereadores.

A nova Constituição, segundo relatos do sociólogo Edgardo Lander (*apud* MARINGONI, 2009), garantiu pela primeira vez, a dignidade de cidadania, para os indígenas, além de um conjunto de direitos sociais e ambientais. Foram aprovadas também, as bases para as mudanças no poder judiciário e os poderes públicos para incluir o “Poder Cidadão”. Esse por sua vez é integrado pela Defensoria do Povo e pela Procuradoria da República. O exercício da democracia passou a ter várias formas participativas, a exemplo das diferentes modalidades de referendo. Para Cano (2001: 209), o impacto das mudanças institucionais de poder do Estado e do povo podem ser percebidas. O governo bolivariano fechou o Senado e fundou a Assembléia Nacional para analisar a nova Constituição; nos altos postos políticos houve substituição de titulares, no Tribunal Supremo de Justiça, no Conselho Nacional Eleitoral; na Tesouraria Fiscal; na Promotoria Pública; a troca de vários juízes da Corte Superior, além de outras mudanças. Foi instituído um processo seletivo e um processo eleitoral para a escolha de juízes do TSJ, com possibilidade de veto dos eleitores. Os mandados de juízes serão de 12 anos. Além disso:

- criou o *Poder Moral*, como uma agência adicional do governo, composto pelo Ministério Público, Controladoria Geral da República e Defensoria do Povo, para fiscalizar a administração pública conta atos que atentem à ética e à moral; - permite reeleição do Presidente e amplia o novo mandato para 6 anos; - criou a Vice-Presidência Executiva, nomeada pelo presidente, para mediar as relações entre o Executivo e o Legislativo. O presidente só pode substituí-lo mediante acordo com o Legislativo e se este fizer moção de censura ao Vice-Presidente, por três vezes durante o mesmo ano, o presidente pode dissolver a Assembléia; - cumprida a metade do mandato presidencial e de outros cargos públicos eletivos, seus titulares podem ser depostos mediante referendo popular; militares passam a ter os mesmos direitos eleitorais dos civis; - reconhece os direitos das comunidades indígenas (justiça, cultura, língua e território); - a mídia é agora obrigada a divulgar informações no tempo certo, verdadeiras e imparciais.

Em 31 de julho de 2000 foram realizadas novas eleições para parlamentares, prefeitos, governadores e para presidência da República. O presidente Chávez teve a aprovação de 57% contra a candidatura de Francisco Arias Cárdenas com 36% dos votos. A oposição passou para um processo de desorganização, o Copei e a AD

perderam sua força política, enquanto o Pólo Patriótico obteve uma expressiva vitória eleitoral, segundo Maringoni (2009).

Em 25 de abril de 2001, o presidente Chávez relançou o Movimento Bolivariano Revolucionário - 200 (MBR-200). Com o objetivo de fortalecer o Movimento V República (MVR). Em 2004, os quadros dirigentes do MVR eram praticamente os mesmos do anterior MBR-200, extinto em 1997. Depois dessa primeira experiência, entraram no MVR, pessoas sem escrúpulos; aproveitadores, sem ideologia e sem concepção revolucionária. Porém, segundo Chávez, essas pessoas seriam excluídas ao longo do processo. O presidente venezuelano declarou também que costuma ser muito exigente e fazer críticas enérgicas aos que são da sua equipe. Por essa razão, muitas vezes pessoas próximas dele se distanciam. Contudo, não aceita a crítica de não possuir equipe, e afirma que o seu Estado-Maior é constituído pelas seguintes referências: “o Gabinete, o Conselho de Ministros, a equipe política do partido, a equipe econômica e o Comando Político da Revolução. Isso não tem funcionado da forma como deveria por diversas razões, algumas possivelmente estruturais” (CHÁVEZ *apud* HARNECKER, 2004: 199).

Em governos da chamada democracia participativa, em 1996, procurava-se combinar a democracia representativa com a democracia direta. Em Caracas, segundo Harnecker (1996:303), a população já somava na época mais de dois milhões de habitantes concentrados em dezenove juntas paroquiais. Sob o governo Aristóbulo da Causa R, teria que governar sem uma elaboração prévia do caminho a ser seguido, construindo seu modo de governar pela própria prática dos acertos e erros. Governar com participação popular, no sentido da “população governar a si mesma” ou com o “governar para” era uma fase de transição. Para a elaboração do programa de governo foram realizadas de trezentas a quatrocentas assembleias populares em Caracas. A posição do próprio prefeito a respeito da participação popular, na época, se afirmava: “o assembleísmo sem um povo preparado não é democracia”.

A população estava acostumada com o clientelismo e o populismo, não estava acostumada a pensar e agir politicamente: não tinha informações a respeito da gestão pública com igualdade de condições frente aos gestores e permitia a manipulação e a não tomada de decisões de forma livre e consciente. O orçamento *parroquias* (uma espécie de orçamento participativo) de projetos e programas, por exemplo, passou a ser discutido com os moradores para definir prioridades pelas necessidades populares. O

orçamento do município foi descentralizado para as *parroquias*: 50% dos recursos eram destinados para distribuição igualitária nas dezenove *parroquias* para obras, conservação e manutenção e 50% segundo as demandas e emergências da população, decididas nas assembléias.

Heinz Dieterich (2005) entende que toda sociedade humana precisa organizar de forma conjunta três funções principais: o trabalho, a guerra e a ordem pública. Segundo o autor, intrínsecas a essas funções, todo ser humano e toda humanidade precisam resolver quatro necessidades básicas para existir: a necessidade de comer; a necessidade de entender-se com os outros para poder viver e atuar em comunidade; a necessidade de tomar e executar decisões em nome da coletividade e a necessidade de defender-se fisicamente das agressões e imposições.

Todas as medidas devem ser tomadas por indivíduos e coletividades, a exemplo da doutrina militar cubana, como estratégia de defesa nacional entende-se: “*Guerra de Todo el Pueblo, como la concepción estratégica defensiva del país*”. Nas fábricas, os trabalhadores estão avançando um processo de auto-gestão e retomando a construção sindical combativa, através da UNT - a estratégia cívico-militar e as forças que a representam à hegemonia política na sociedade. Essa estratégia está começando a manifestar alguns problemas frente à autonomia e independência da classe trabalhadora e suas organizações, entre eles o exagero na personalização da figura do presidente Hugo Chávez. O primeiro governo de Chávez iniciou-se em tempos neoliberais, modelo único no mundo, desde os anos 1990. Havia desaparecido a retaguarda socialista que defendeu as tentativas revolucionárias em outros tempos. Os EUA, como primeira potência militar mundial, sem contra posição, passou a ser o principal adversário do governo venezuelano (HARNECKER, 2004).

4.5.1 A esquerda dividida frente ao referendo de 2007: “Sim” ou “Não”? – A primeira derrota do governo bolivariano.

A Secretaria de Relações Internacionais do Partido Comunista Marxista-Leninista (PCML – Brasil) divulgou nota (2007), reafirmando seu apoio à revolução bolivariana. O partido diz que o povo venezuelano, com a vitória do “Não”, derrotou a política das reformas constitucionais de cunho socialista, por uma diferença de 1% a 2%. O resultado do *referendum* de dezembro de 2007 foi publicado pelo Conselho

Nacional Eleitoral (CNE) e repercutido no *Inverta*. Segundo dados publicados, a votação ocorreu em dois blocos: no bloco “A”, os artigos a serem mudados na Constituição e submetidos à consulta, 50,7% dos venezuelanos votaram “Não” e 49,3% votaram “Sim”; no bloco “B”, 51% votaram “Não” e 49% “Sim”, dos votos válidos. Cerca de 44% dos eleitores (do geral) e, cerca de 3 milhões dos que votaram em 2006, não compareceram às urnas nesse referendo.

Nas eleições presidenciais de dezembro de 2006, a abstenção foi de apenas 25,3%. Naquela eleição, o candidato Chávez obteve 7,3 milhões de votos e o candidato Rosales, da oposição, obteve 4,3 milhões. O “Não” do referendo de 2007 obteve cerca de 4,5 milhões de votos. Na visão do PCML, a reforma não foi rechaçada por definitivo, apenas não foi possível aprová-la no momento. Entre os 33 artigos, a proposta de reforma do governo instituiria, por exemplo: a redução da jornada de trabalho de 08 para 06 horas diárias (36 diurnas e 34 noturnas semanais); direitos trabalhistas para trabalhadores na informalidade, o desenvolvimento econômico e os “Conselhos Comunais” rumo à construção do Poder Popular.

Altamiro Borges (2007), do Partido Comunista do Brasil (PC do B) reproduziu discurso de Chávez, na véspera do referendo: “Todo aquele que exerça por conta própria qualquer atividade para o seu sustento e o de sua família terá direito ao fundo de estabilidade social, gozando de direitos como a aposentadoria e o benefício maternidade”. O referendo previa também o fim da autonomia do Banco Central e “formas mistas de propriedade (socialista, cooperativada e privada)”.

O jornalista Izaías Almada (2007) diz que a “Constituição de Chávez traz discussões que vão além da reeleição”. Ele defende que o socialismo do século XXI, proposto por Chávez é uma alternativa ao neoliberalismo, em esgotamento. Segundo Almada, o referendo de 2007 previa “a criação do quarto poder, o poder popular”. Esse poder popular seria constituído pelos conselhos, eleitos nos bairros e governaria o país junto aos outros três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Frente às tensões na Venezuela, nas passeatas e manifestações estudantis contra a proposta chavista, Almada (2007) diz que essas representam à luta de classes que muitos abafam e dizem não mais existir:

Estes confrontos são os confrontos dos donos do capital e dos donos do trabalho, é o conflito da riqueza e da pobreza (...) existem estudantes pró-Chávez e estudantes contra Chávez, mas a mídia global, em geral, manipula imagens e não mostra esta dualidade (...)

A luta de classes existe e está cada vez mais violenta, devido ao processo de contradições deste sistema.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL - Brasil, 2007) noticiou avaliações em *site*, a respeito do referendo venezuelano de 2007, apontando que o povo ainda não estava maduro para as mudanças previstas, em especial, para avançar a sociedade rumo ao socialismo. Segundo essa compreensão, boa parte do povo não entende o debate do socialismo ideológico se não estiver ligado à solução de vários problemas sociais pendentes, como a falta de habitação, insegurança nas ruas, entre outros. O partido afirma que o referendo foi realizado em clima de desabastecimento de produtos e de uma inflação alta, situação para a qual não houve medidas enérgicas do governo. No mesmo artigo, o PSOL traz contribuições de Edgar J. Serrano, militante da esquerda venezuelana. Segundo relata o artigo, Serrano avalia que a derrota no referendo se deve à corrupção que ainda reina na burocracia estatal, à presença de aliados submissos ao governo, ao alto índice de abstenção no processo eleitoral e à grande parte de pobres que se aliaram à oposição.

Ivan Pinheiro (2007), secretário geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), analisou o processo político da Venezuela de forma positiva: a “Derrota no referendo pode abrir caminho para a revolução socialista”, pois se trata de uma derrota pontual para todos os revolucionários do mundo. Segundo ele, foi melhor perder de pouco do que ganhar de pouco, pois ganhar de pouco pode significar “ganhar e não levar”. Pinheiro entende que se o “sim” perdesse por uma pequena margem, o planejamento golpista daria seqüência, provocando violência em todo país e forjando uma intervenção militar imperialista na Venezuela.

Eduardo Almeida Neto e José Maria de Almeida (2007), dirigentes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) analisam o porquê da derrota do governo Chávez no referendo, afirmando que houve muita confusão de posições na esquerda. A maioria da esquerda mundial e o próprio presidente Chávez defenderam o voto pela reforma, do “Sim”, como voto progressivo, socialista e o voto do “Não” como reacionário e capitalista. Os dois dirigentes entendem que foi exatamente o contrário, o voto no “Sim” era reacionário “pois respaldava um projeto totalitário, embora estivesse camuflado de bandeiras vermelhas e alusões ao ‘socialismo’”. E o voto no “Não” era progressivo devido: “o verdadeiro objetivo das reformas era fortalecer o bonapartismo do governo, isto é, o poder centralizado de Chávez. Não só para debilitar a oposição, mas, essencialmente, para enfrentar a insatisfação das massas”. Os dois militantes do

partido avaliam que os critérios estabelecidos no referendo de Chávez assemelham-se aos do monarca francês Luís XIV. Os dirigentes concluem dizendo que não havia perigo de golpe contra o governo na Venezuela, se isso fosse verdadeiro: “não duvidaríamos nem um minuto em chamar a unidade de ação, inclusive com o governo, para enfrentar os golpistas, tal como o PSTU e a LIT-QI fizeram em 2002”.

A Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI, 2007) faz um chamado internacional aos trotskistas para iniciar uma campanha em comum contra ao governo de Chávez. Esse chamado se resume em três eixos: primeiro, contra “as falsas nacionalizações de Chávez”, que indenizam a burguesia; segundo, a liga defende a “construção de um partido operário independente”, que se opõem a todas as variantes do reformismo e do nacionalismo burguês; terceiro, a perspectiva de um governo: operário, camponês e do povo pobre, como único caminho “contra toda a enganação do ‘socialismo do século XXI’”. Segundo essa organização, Chávez apresenta um projeto “desenvolvimentista burguês moderado”, inferior aos governos anteriores como Perón e Cárdenas e, finaliza dizendo que, Chávez tenta controlar os sindicatos, fechou a RCTV e quis fazer as reformas constitucionais para se manter no poder.

A revista *Marxismo Vivo* (n. 16, 2007) apresenta como tema de capa: *Venezuela: um debate estratégico entre a esquerda*, na qual, Daniel Polaco, da *Izquierda de los Trabajadores* (IT) da Argentina faz uma avaliação do Referendo na Venezuela: sobre a vitória do “não”. Polaco afirma que naquele referendo houve uma abstenção de mais de 50% dos eleitores e Chávez perdeu o voto de 3 milhões, em relação à eleição de 2006 e a direita aumentou seu número de votos em 300 mil. Apenas um quarto dos eleitores aprovou a proposta de reforma constitucional de Chávez, os demais eleitores reprovaram a proposta ou pelo voto contrário, pelo voto nulo ou ainda pela abstenção. Segundo Polaco, foi a primeira vez que os trabalhadores e a população posicionaram-se categoricamente contra o governo.

A derrota maior do referendo teria sido nas zonas operárias, particularmente na indústria do petróleo (estado de Anzoátegui, entre outros), com participação ativa da campanha do “não” de dirigentes sindicais e estudantes. O autor afirma que essa derrota não foi do governo Chávez e sim da esquerda reformista, que não apresentou um caminho revolucionário independente e que “passou de armas e bagagem ao ‘castro-chavismo’” (POLACO, 2007:5). Polaco diz que o resultado do referendo indica que “é urgente construir uma alternativa política independente e revolucionária, que una a

vanguarda operária e que se converta num pólo para o movimento estudantil e popular desiludido pelo chavismo, suas políticas antioperárias e suas tentativas totalitárias”. (POLACO, 2007:8).

Polaco (2007) afirma ainda que, o verdadeiro objetivo do referendo queria fortalecer o poder centralizado do presidente Chávez. Essa crítica é justificada pelo fato de que estava garantido, no referendo, o direito da reeleição por tempo indeterminado para o presidente da República e não para os governadores e os prefeitos. Além disso, atribuindo poderes ao presidente para criar novos estados através da fusão ou divisão dos existentes. Quanto à “propriedade social” prevista na proposta do referendo, Polaco (2007) diz que os artigos que apresentam os “objetivos sociais da produção”, do poder de intervenção do Estado na economia ou até de criação de “empresas socialistas”, foram os que mais empolgaram a esquerda que apoiou o referendo, porque considerava a reforma do referendo como “um passo ao socialismo”. Para Polaco (2007), o caráter de classe não se define pela quantidade de vezes que se pronuncia a palavra socialismo e sim pelos fatos. Em especial, o episódio da fábrica *Sanitarios Maracay* (em *Maracay* capital de *Aragua*), com 47 anos de existência.

Os 800 trabalhadores da empresa, cansados dos abusos do seu proprietário Álvaro Pocaterra (apoiador do golpe de 2002 e ligado ao partido AD), nos últimos anos, realizaram várias atividades políticas exigindo o cumprimento de cláusulas do acordo coletivo e o pagamento dos salários atrasados. Em 2006, o patrão, diante do problema, resolveu abandonar a empresa e anunciou seu fechamento. Os trabalhadores ocuparam e assumiram a produção da empresa. Desde 2006, esses trabalhadores cobram promessa do presidente da República: “empresa fechada pelos patrões, empresa aberta pelo governo” (POLACO, 2007:13). As reivindicações são a expropriação e estatização da empresa para ficar sob controle dos trabalhadores.

Esses trabalhadores sentiram-se derrotados com a postura do Ministério do Trabalho, que através de seus representantes teria afirmado: “o melhor que podem fazer é aceitar a venda da empresa e receber as indenizações”, diz Polaco (2007:14). Denúncias de Orlando Chirino, reproduzidas por Polaco (2007) afirmam que o governo Chávez necessitava de produtos sanitários para instalação em 18.000 casas do Programa PROCASA. Ao invés de o governo comprar esses produtos de *Sanitarios Maracay* (sob controle dos operários, com qualidade superior e a preços baixos), preferiu comprá-los de outras empresas, dentre elas, algumas de empresários que participaram do golpe de

2002. Essa é a versão de Polaco e outros, no próximo capítulo apresenta-se a versão dos que defendem o governo.

Em 24 de abril de 2007, os trabalhadores resolveram realizar uma marcha em Caracas para reclamar da falta de respostas às suas reivindicações, quando foram duramente reprimidos pela polícia do estado de Aragua (governador Didalco Bolívar) e pela Guarda Nacional. Em solidariedade aos trabalhadores reprimidos, realizou-se uma greve geral em Aragua, exigindo a renúncia desse governador. Frente à situação, Polaco não acredita que o governo Chávez vá incentivar a expropriação generalizada das propriedades da “burguesia nacional” e das propriedades dos imperialistas, nem validar o controle dos trabalhadores nas empresas estatizadas ou estatais. O autor cita como exemplo, a PDVSA e CANTV como feudos da “burguesia bolivariana”, nas quais não haveria qualquer espaço para o controle dos trabalhadores.

Martín Hernández (2007), membro da Liga Internacional Trabalhista – Quarta Internacional (LIT-QI) faz uma avaliação da relação entre o movimento estudantil e o governo Chávez. Segundo ele, Chávez tem forte apoio na classe operária e na população em geral, em que pese seu evidente desgaste no referendo de 2007. Contudo, diz Hernández, há setores da classe operária que estão percebendo as contradições entre discurso socialista e prática anti-operária do governo Chávez. Por isso, esses setores, embora minoritários e de vanguarda, estão rompendo com o governo. Mas, no movimento estudantil há um questionamento de massas contra o governo Chávez, que se manifestou, pela primeira vez na ocasião do fechamento da RCTV. No referendo, a mobilização a favor do voto do “não” se massificou tanto que os estudantes monopolizaram o movimento de oposição. Por essa razão, os estudantes foram chamados de direita, *esquálidos*, contra-revolucionários, golpistas, financiados pela CIA e, por conta disso, desatou-se uma violenta repressão contra eles. Inclusive, organizações não chavistas somam-se, nessa avaliação, e a Fração Trotskista (FT), afirma, por exemplo, que o movimento estudantil tem uma “forte influência dos setores direitistas” (HERNÁNDEZ, 2007:21).

A direita exerce um papel importante de direção no movimento estudantil, mas perdeu sua força com a massificação do movimento, avalia Hernández. Desde a época das mobilizações contra o fechamento da RCTV, os estudantes diferenciam-se da direita e, segundo Hernández, eles fazem questão de dizer isso. Outras correntes trotskistas, como por exemplo, o Movimento de Esquerda Socialista (MES - Brasil), o *Movimiento*

Socialista de los Trabajadores (MST - Argentina), a Liga Comunista Revolucionária (LCR-QI - França), entre outros, defendem o governo Chávez e apoiaram o voto “Sim” no referendo de 2007 e, nem por isso, deixaram de ser trotskistas, afirma Hernández (2007). Em Declaração do Movimento pela Construção do Partido dos Trabalhadores (Orlando Chirino, entre outros) e também a Unidade Internacional dos Trabalhadores (UIT-QI), defenderam o voto nulo no referendo de 02 de dezembro de 2007, segundo Hernández, para expressar que esses socialistas revolucionários não apoiaram a reforma constitucional por considerá-la retrógrada. Finalmente, diz Hernández:

No profundo processo revolucionário da Venezuela ocorreu um referendo. Nele, as massas impuseram uma importante derrota ao governo capitalista de Chávez. Só quem localiza Chávez no campo da revolução pode chegar à conclusão de que o resultado da votação foi uma derrota do processo revolucionário. Pelo contrário. Os operários e o povo, ao pronunciar-se de uma forma ou de outra, contra a proposta de Chávez, mesmo sendo em sua maioria chavistas, mostraram que estão começando a fazer sua experiência com o chavismo e a perder o medo do governo e isso terá profundos reflexos nas próximas e inevitáveis lutas. (HERNÁNDEZ, 2007: 24).

Para Joseph Weil (2004), da *Liga Internacional de los Trabajadores* (LIT-QI), a Venezuela vive um processo revolucionário tão poderoso que conseguiu derrotar três tentativas de golpe de Estado. Por outro lado, presencia um governo burguês nacionalista, com forte prestígio nas massas. Como não se trata de fenômeno novo na América Latina, segundo Weil, é necessário retomar um debate da segunda metade do século XX que dividia a esquerda, entre a soberania nacional frente ao imperialismo e a independência de classe. Os partidos comunistas, em nome da frente “antiimperialista” ou “democrática e popular”, junto à chamada burguesia “progressista”, ao apoiar os governos nacionalistas burgueses, rifaram a independência de classe. Em nome dessa aliança, abortaram qualquer tentativa de organização da classe operária que pudesse entrar em choque com os governos chamados progressistas.

Weil cita o Partido Comunista Brasileiro (PCB) diante do governo João Goulart (1964), que jamais teria rompido com a burguesia e nem com o imperialismo, e o PCB não teria enfrentado o golpe militar para evitar o derramamento de sangue, segundo Weil. A mesma política teria sido usada pelo Partido Comunista Chileno (PCC) diante do golpe militar de Pinochet, em 1973, segundo o autor. Para Weil (2004:85), é necessário “Construir uma alternativa revolucionária que derrote Chávez e coloque o poder nas mãos dos trabalhadores”.

Enquanto a dominação da classe burguesa não se tivesse organizado integralmente, enquanto não tivesse adquirido sua expressão política pura, o antagonismo das outras classes não podia, igualmente, mostrar-se em sua forma pura, e onde aparecia não podia assumir o aspecto perigoso que converte contra o poder do Estado numa luta contra o capital (MARX, 1987:73).

Em outras palavras, para se discutir a existência ou não de perspectivas socialistas, é necessário compreender a profundidade da crise política instaurada no país. Poulantzas (1977:12) contribui para um entendimento teórico mais amplo deste ponto: “A crise política consiste principalmente em modificações substanciais das relações de força da luta de classes, modificações que, elas mesmas, determinam de modo específico os elementos próprios da crise no seio dos aparelhos do Estado”.

4.6 O golpe político militar de 11 de abril de 2002 e o contra-golpe - A segunda grande insurgência popular.

Em 2002, o governo Hugo Chávez sofreu um golpe militar e, por resistência popular-militar, voltou ao governo para continuar as reformas sociais. O país está em contradições e crises entre uma parte do Estado burguês, atualmente comandado pelo governo bolivariano de Chávez e a outra parte pela burguesia que contava com o então presidente dos EUA, Jorge W. Bush. Tariq Ali (2005:66-68) afirmou que, na tentativa de depor o presidente Hugo Chávez da Venezuela (depois de eleito seis vezes de diferentes maneiras), o povo garantiu a continuidade de seu governo por aclamação popular. Ao ser deposto e preso por 48 horas (2002), recebeu reação popular imediata.

Meio milhão de pessoas pobres (maioria moradores de favela), em rebelião, marchou até o Miraflores (Palácio do Governo), exigindo a sua volta. Junto à rebelião das massas, uma rebelião do exército reforçou o clamor popular, apontando uma unidade cívico-militar na defesa da revolução bolivariana. A oposição venezuelana admite que a Constituição Bolivariana seja a mais democrática de toda América Latina. No referendo popular de agosto de 2004, dois terços dos eleitores garantiram sua continuidade, contra a vontade da oligarquia local apoiada pelos EUA. O governo Bush (2002) tentou derrubar Chávez do poder, porém sua força popular e a Constituição Bolivariana garantiram a continuidade do governo Chávez.

A oposição começou a fazer uma campanha acirrada de imprensa, via TV, rádio e jornais contra o governo Chávez, apoiada principalmente nas leis Habilitantes e na

nova Constituição, em particular, contra as mudanças econômicas norteadas pela PDVSA, nervo central da economia. Embora fosse eleito um novo presidente da PDVSA, Ali Rodríguez, a dinâmica funcional não sofreu mudanças favoráveis ao processo bolivariano. A maioria de seus diretores fazia parte do corpo funcional de carreira, espaço ocupado por meritocracia, sem afinidade com o novo governo. Nesse sentido, altos funcionários da empresa convocaram nova paralisação geral contra o governo Chávez, em início de abril de 2002. As diferentes frentes de atuação da oposição, situadas na imprensa, nos partidos políticos, na direção da PDVSA, no comando central das Forças Armadas e tacitamente, na Casa Branca, com os apoios na iminência de protestos no país. O presidente Hugo Chávez concentrou sua carga de medidas para impedir os ataques dos dirigentes da estatal, que utilizavam um oficial para incentivar as marchas e atos contra o governo.

No dia 7 de abril, em programa, *Alô Presidente*, através da TV estatal, Chávez demitiu ao vivo e sumariamente sete gerentes do alto comando da PDVSA, na tentativa de conter os ataques ao governo. O presidente da República reconheceu meses depois que esse foi um dos seus maiores erros de abuso de poder. A partir daí, diversas facções da oposição articularam uma manifestação de protesto através de todos os veículos privados de comunicação para o dia 11 de abril. O ato do dia 11 de abril foi transmitido ao vivo pelos canais privados, Rádio Caracas, Globovisión, Televen e Venevisión. Realizado no bairro de Chuao, frente a uma das sedes da PDVSA. O objetivo da oposição era iniciar uma greve nacional por tempo indeterminado. A medida foi anunciada pelo presidente da Fedecámaras, Pedro Camorna Estanga e o presidente da Central dos Trabalhadores Venezuelanos (CTV), figuras importantes da oposição.

O jornal *El Universal*, um dos mais ferrenhos opositores no governo anunciava com entusiasmo os seus protestos, junto aos canais privados de TV. Segundo a leitura dos mesmos, mais de 500 mil pessoas protestavam nas ruas com palavras de ordem contra o governo: “Renúncia já!”, “Não temos medo!”, “Chávez bandido, Fidel é seu marido!”, “Nenhum passo atrás!”, “Cara de macaco, meta um tiro na cabeça!” (MARINGONI, 2009: 127). Os dirigentes do ato oposicionista anunciaram que todos deveriam ir até o palácio Miraflores em passeata, enquanto entre três a quatro mil apoiadores de Chávez manifestavam-se em frente da sede do Executivo, a convite das lideranças governistas. O confronto entre apoiadores do governo e oposicionistas mostrava-se quase inevitável. Mesmo com a presença de cerca de oitocentos homens da

Guarda Nacional, que tentavam formar uma barreira humana para impedir os choques entre as partes, o conflito estava armado – especialmente, quando a Polícia Metropolitana, da Alcaldía Mayor, sob comando de Alfredo Pena, ex-chavista entrou no embate. Em meio à confusão, pessoas munidas de paus e pedras, a polícia lançando gás lacrimogêneo e franco-atiradores disparando balas do alto, o resultado foi de um saldo de quase duzentos feridos e dezenove mortos.

Chávez discursou através de cadeia nacional de rádio e televisão às 15h45. No início do discurso afirmava que tudo estava normal, mas que a violência fosse evitada pelos envolvidos. Denunciava também que as emissoras de televisão estavam manipulando os acontecimentos. Nesse momento algo inusitado acontecia, a tela dos canais de TV foi dividida em duas partes. De um lado apareciam os choques nas ruas e de outro lado aparecia o presidente falando. No rodapé da tela era apresentado o seguinte texto: “Consideramos que a transmissão em cadeia imposta pelo poder executivo nacional é expressão de um abuso de poder e de uma exorbitância de funções” (MARINGONI, 2009: 129). Em seguida, apenas as cenas externas eram ouvidas e o som da fala presidencial foi desligado. O presidente irritado com a afronta dos meios de comunicação anunciou que a Rádio Caracas, a Venevisión e a Globovisión estavam fora do ar porque daquele momento em diante pertenciam ao Estado. A situação normalizara-se apenas às 21h00.

Mesmo assim, a mídia passou a indicar Pedro Carmona para assumir a presidência da República transitoriamente, enquanto o general da Guarda Nacional Camacho Kairuz solicitava a renúncia do presidente Chávez. No começo da noite, o ex-presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Luís Miquilena, jogou toda a responsabilidade do conflito aos ombros do presidente da República. O presidente Chávez sentiu-se traído pela atitude de Miquilena. Em seguida, dez generais da Guarda Nacional declararam não mais reconhecer Chávez como presidente e solicitaram sua renúncia. Os opositores tomaram a TV estatal, o canal 8 às 22h00, deixando a oficialidade num aparente beco sem saída, pois o presidente ficara sem seu principal contato com a população. Na sala presidencial, pessoas mais próximas do presidente diziam que se tratava de um golpe de Estado ou de uma sublevação de “novo tipo”, no qual um pronunciamento midiático dava um golpe virtual. Maringoni (2009:130) descreve entrevistas de duas jornalistas, Maria Cristina Uribe (20 de maio de 2002) e Teresa Maniglia (2003) a respeito da saída de Chávez da presidência:

Vestido com uniforme militar camuflado, boina vermelha de pára-quedista, “com meu fuzil e minha pistola ao lado” e sentado numa cadeira verde em sua sala, Hugo Chávez ouvia opiniões de ministros, parlamentares, assessores e militares. Choro contido, abraços e silêncio. Havia três opções na mesa. A primeira era resistir, a exemplo do que fizera Salvador Allende, no Chile, quase três décadas antes. A segunda, uma variante da anterior, era deslocar-se até Maracay, a 100 quilômetros de Caracas, para o único quartel do Exército que, com segurança, estava nas mãos de comandantes leais ao governo. E, por fim, entregar-se. O tenente-coronel consultou algumas pessoas de confiança. Por telefone, Fidel Castro, aconselhou-o: “Não te imoles”. Após uma breve e nervosa reflexão, Chávez optou pela última alternativa.

Dois generais, Eliézer Hurtado Soucre e Manuel Rosendo, por parte dos rebeldes negociaram a saída de Chávez do governo. Chávez impôs condições para sair: respeitar à Constituição, a integridade das pessoas, falar para todo o país em rede de TV e, ir para o exílio com um grupo de auxiliares. Os golpistas perderam a paciência depois de uma hora e meia de negociações e o ultimato foi dado pelo general Rosendo: “Ou Chávez vem conosco, ou lhe mandamos um batalhão de tanques” (MARINGONI, 2009:131). Quando o presidente respondeu que não assinaria qualquer documento previamente redigido e não renunciaria ao cargo, foi detido.

Com lágrimas nos olhos, Chávez despediu-se dos seus aliados e amigos, que o aguardavam em frente ao gabinete em corredor polonês, cantando o Hino Nacional. Em seguida entrou em um veículo, escoltado por vários policiais em quatro carros blindados rumo ao Forte Tiúna, em companhia de José Vicente Rangel e pelo presidente da Conferência Episcopal da Venezuela, monsenhor Baltazar Porras. Chávez fez um pedido aos golpistas, não saída: “Não quero derramamento de sangue; não quero que destruam, ou que matem esse povo. Eu sou um presidente preso”, segundo relatos do coronel Jesús Cardona (HARNECKER, 2003 *apud* MARINGONI, 2009:131).

O Forte Tiúna é o principal símbolo do Exército venezuelano, situado em Caracas, abriga cerca de 20 mil militares, divisões blindadas, Academia Militar, heliporto, clube, base aérea, entre outros. Os bairros da zona leste que abrigam as classes alta e média iniciaram suas comemorações, enquanto nos bairros populares que abrigam grandes favelas, a exemplo de 23 de janeiro, Catia e Petare ficaram em silêncio frente à derrubada e prisão do presidente.

Horas depois, Pedro Carmona (protagonista empresarial do golpe), acabou “driblando” Carlos Ortega (protagonista sindical), dizendo que iria ao hotel *Four Seasons*, quando na verdade foi se reunir secretamente no Forte Tiúna, com Isaac Pérez

Recao, comerciante de armas de Miami e empresário da companhia petroquímica Venoco, para decidir sobre o governo de transição, ele indicado como chefe do país. Segundo Maringoni (2009: 134) percebe-se que: “Havia sido dado um golpe dentro do golpe”. Ficou evidente também que os EUA respaldaram os golpistas na sua ação. O embaixador estadunidense, Charles Shapiro, visitou Carmona em Miraflores no dia da sua posse. O FMI anunciou a disponibilidade de recursos financeiros para o país dias depois do golpe. Para Maringoni (2009), o jornal inglês *The Guardian*, através do reporter Duncan Campbell anunciou que os EUA previam um golpe militar para derrubar o presidente Chávez desde junho de 2001. O anúncio teria sido feito por Roger Randon, ex-oficial do serviço de inteligência estadunidense. Os relatos de Randon explicitam que da noite do dia 11 para o dia 12 de abril, James Rogers e Ronald MacCammon estiveram reunidos com os golpistas venezuelanos no Forte Tiúna.

No Palácio de Miraflores, Carmona recebeu empresários do setor de telecomunicações, entre eles Gustavo Cisneros, proprietário da *TV Venevision*, também sócio da *DirectTV* e provável homem mais rico do país. Estiveram presentes, o executivo da *Globovision*, Alberto Ravelli e da RCTV, o executivo Marcel Granier, entre generais, industriais, proprietários de gado, políticos leais, financistas, entre outros. Entre a classe média e alta só havia comemoração, tudo parecia perfeito, porém, no meio da tarde começaram os problemas.

Isaías Rodriguez, procurador geral da República resolveu anunciar a renúncia do presidente Chávez, através de uma coletiva de imprensa, às 14h00, para dar legalidade ao novo governo. Naquele momento, ele estava dando o passo mais ousado em sua vida, frente aos microfones de rádio e câmeras de televisão, rasgou o *script* no começo do anúncio da renúncia presidencial, para denunciar que, na verdade tratava-se de um golpe de Estado. Sendo assim, segundo a Constituição, o vice-presidente da República deveria assumir o cargo vago. Como não se tinha certeza sequer se Chávez havia renunciado ou destituído, Rodriguez esperava que as iniciativas fossem tomadas segundo a Constituição (MARINGONI, 2009).

Os golpistas não se intimidaram e continuaram preparando a transição de governo. A primeira força a apoiar o golpe foi a 42ª Brigada de pára-quedistas de Maracay, sob comando do general Raul Isaías Baduel, que contou com o apoio das guarnições de Carabobo e Guarico, transformando essa brigada em quartel-general de apoio ao golpe. A Base Aérea de Libertador foi a segunda a prestar apoio. Comandantes

de outras unidades passaram a apoiar os golpistas, e assim à rebeldia tornou-se pública, poucas horas depois. A tomada do Palácio Miraflores, que estava planejada a partir das 09h00, viu auto-empossar o novo governo, às 17h30 no salão Ayacucho, nas dependências do Miraflores. Em sua posse, Pedro Carmona contou com a presença de diplomatas, integrantes do alto-comando militar, além de representantes da Igreja Católica, de empresários, dos proprietários da mídia privada, das industriais, dos políticos e alguns sindicalistas.

O novo líder foi saudado pelos presentes, após burocrático discurso. Daniel Romero, novo procurador-geral da República leu o decreto de constituição, que estabelecia as regras básicas do governo golpista. O conteúdo desse decreto tinha o nome de “governo de transição democrática e unidade nacional”, mas na verdade, em uma só penada, dissolveu a Assembléia Nacional, cassou os deputados, suspendeu as atividades do Tribunal Supremo de Justiça, revogou os 49 decretos de Chávez, entre outros. O decreto decidiu também, convocar novas eleições gerais num prazo de doze meses.

Em seguida, Carmona anunciou o nome dos sete primeiros ministros, entre eles, José Iturbe, vinculado a *Opus Dei*, organização católica ultraconservadora, para ministro de Relações Internacionais e o vice-almirante Hector Ramírez Pérez para ministro da Defesa, que provocou reação imediata de parte dos militares. Os diretores destituídos pelo governo na PDVSA retornariam aos seus postos. Seria suspenso documento firmado entre o governo venezuelano e o governo cubano, cuja cooperação feita em 30 de outubro de 2000 garante o fornecimento de 53 mil barris de petróleo por dia a Cuba, em condições especiais. Como contrapartida Cuba colocou à disposição da Venezuela 03 mil técnicos esportivos, professores e médicos. O novo diretor de refino e comércio da PDVSA, Edgar Paredes, anunciou no mesmo dia da posse, que a Venezuela não mandaria sequer um barril a mais para Cuba.

Porém, no meio militar, além dos problemas com a nomeação do ministro da Defesa, o comandante do Exército, general Efraín Vasquez Velasco, exigiu respeito ao presidente e à Constituição. Exigiu também “reformas imediatas”, se assim não fosse, a nova administração não contaria com o seu apoio. Para manter apoio a Carmona, exigiu a volta da Assembléia Nacional, a continuidade dos prefeitos e governadores eleitores, enfim a restituição dos poderes tirados pelo decreto presidencial. Para concluir, disse

que na verdade não estava acontecendo um golpe de Estado e que os direitos democráticos deveriam ser respeitados.

No dia seguinte, começaram as manifestações populares nos bairros, no começo de forma tímida e depois um panelaço que se estendeu por várias horas. Os moradores começaram a descer os morros de forma espontânea e se dirigiam para o Miraflores e também para o Forte Tiúna onde se encontrava o presidente deposto. Tanto no Palácio quanto no Forte Tiúna, em pouco tempo concentravam-se multidões e gritavam “Onde está Chávez?”, “Queremos vê-lo!” (MARINGONI, 2009: 138). Nesse mesmo dia, por volta das 17h00, efetivos do batalhão de Caracas prenderam Pedro Carmona, a situação virou ao contrário e o golpe foi derrotado pela organização popular, pelo isolamento internacional e por reação dos militares. Havia saudado o golpe militar, os EUA, a Espanha e o Peru. Os demais países da América Latina e do Caribe expressaram-se contra o golpe militar.

Os golpistas ocuparam o governo por 46 horas, período em que Chávez ficou preso no Forte Tiúna e depois na Base Militar Naval de Turiamo, próximo a Maracay. Embora Chávez não aceite o argumento, assessores garantem que ele foi torturado na cadeia. As 3h30 do domingo, Chávez voltou de helicóptero rumo ao Miraflores, onde dezenas de milhares saudavam a volta do presidente e o fim do golpe.

4.6.1 *El paro* – a greve dos patrões, da burocracia estatal petroleira e sindicalistas “pelegos” – o golpe econômico da burguesa e a resistência da massa operário-popular

Os mesmos agentes do golpe de abril de 2002, que deixaram um marco histórico de três dias, em 2 de dezembro iniciaram uma paralisação nacional que durou 63 dias. Trata-se de uma quase completa inviabilização da produção petroleira, fuga de capitais, sabotagens, retração das exportações, brutal redução da atividade econômica, entre outras ações danosas contra a economia nacional. Para Maringoni (2009), o chamado, *el paro* patronal deixou o governo em maiores riscos do que o golpe político anterior, pois abalou a autoridade governamental, a estrutura produtiva e a credibilidade em escala mais ampla que o episódio anterior. A oposição realizou outra manifestação pública no Parque *del Este*, com a presença de aproximadamente 100 mil pessoas, em janeiro de 2003, exigindo outra vez a saída de Chávez do governo.

O presidente Chávez percebeu que a oposição apoiou-se no tripé PDVSA, mídia e Forças Armadas Nacionais (FAN) em seus atos de sabotagens e manifestações. Somente os meios de comunicação estavam fora dos parâmetros governamentais e, por isso, além do diálogo para superar a crise, tratou de trocar o alto comando das FAN. O presidente da República, como de praxe para promoções, aproveitou o dia da Independência (5 de julho) passando para reserva, os generais de maior tempo de patente. Pedro Carmona, dois meses depois do golpe fugiu da prisão domiciliar para a embaixada da Colômbia – onde se exilou. Carlos Ortega pediu asilo político para a Costa Rica, em março de 2003. Ortega foi preso em Caracas, quando foi revogada a medida, em março de 2005 - escapou da penitenciária, pouco mais que um ano de prisão, refugiando-se em Lima no Peru, sob suspeitas de conivência de setores da segurança local.

O governo venezuelano eliminou habilmente os principais focos de resistência, passou para a reserva os golpistas das Forças Armadas e, no meio político, promoveu prisões e processos – mas faltava resolver os impasses na PDVSA. No dia 4 de dezembro de 2002, iniciou o *paro* no lago Maracaibo, quando foram paralisadas as atividades do navio-tanque *Pílin León*. Parte do comércio da capital, particularmente das regiões de classe média alta, foi fechada pela convocação empresarial. A indústria petroleira daquela região do Caribe conheceu a maior paralisação de toda a história. O motim do lago Maracaibo foi seguido pela paralisação de grande parte da frota da PDV Marina. Unidades da empresa e principais portos do país também encerraram suas atividades. Como resultado da paralisação petroleira, a produção venezuelana de petróleo de 3 milhões de barris diários, caiu para menos de 150 mil (EL UNIVERSAL, 1 jan 2003, apud MARINGONI, 2009).

Todo sistema de transporte rodoviário quase foi paralisado, pois nos postos de gasolina formaram-se intermináveis filas com enorme dificuldade de atendimento. Começou a faltar o gás de cozinha, suprimentos nos restaurantes e os supermercados que não conseguiam repor seus estoques. Refrigerantes, cervejas e sucos desapareceram em alto verão. O centro comercial Sambil, principal referência da classe média de Caracas e os principais shopping-centers ficaram fechados por quase dois meses. As escolas particulares suspenderam as aulas, quase na sua totalidade e parte das escolas públicas tentou encerrar suas atividades. Os meios de comunicação potencializaram as paralisações e colocaram na conta do governo a responsabilidade da nova tragédia.

4.7 Forças armadas e milícias populares - Uma combinação de táticas de defesa nacional e das reformas pró-revolucionárias.

Diante dos golpes político-militares, golpe e bloqueios econômicos internos, conflitos abertos com a Colômbia, presença constante de paramilitares colombianos e ameaças dos EUA de invasão do território venezuelano, o governo aprofunda cada vez mais sua estratégia de defesa e de guerra. Tudo indica que o governo e a população venezuelana não querem guerra, preferem o caminho da paz, mas nem por isso deixam de se preparar para possíveis guerras. A burguesia (interna e externa) não tolera a continuidade das reformas socioeconômicas, muito menos as necessárias para um caminho revolucionário. Sun-Tzu (2008), em *A arte da guerra: os treze capítulos*, apresenta teorias fundamentais para eventuais táticas de defesa nacional e regional. “A guerra é um assunto de importância vital para o Estado; o reino da vida ou da morte; o caminho para a sobrevivência ou a ruína. É indispensável estudá-la profundamente” (TZU, 2008:7).

Outro estrategista em defesa e combate é Li Ch’uan (*apud* TZU, 2008:2), que chamou atenção para a necessária reflexão, antes de qualquer atitude de guerra: “A guerra é uma questão tão séria que deve haver toda a precaução para que os homens não entrem nela sem a devida reflexão”. Numa necessária *estratégia ofensiva*, exige-se a compreensão sobre o que é a máxima habilidade, sem dúvida é uma orientação para o caminho diplomática, dizia Tzu (2008:21): “Porque obter uma centena de vitórias numa centena de batalhas não é o cúmulo da habilidade. Dominar o inimigo sem o combater, isso, sim, é o cúmulo da habilidade”. Entre os cinco pontos para a vitória, três são essenciais: “Conhece-te a ti ao teu inimigo, e em cem batalhas que sejam, nunca correrás perigo”; “Quando te conheces, mas desconheces o teu inimigo, as tuas hipóteses de perder ou de ganhar são iguais”; “Se te desconheces e ao teu inimigo também, é certo que, em qualquer batalha, correrás perigo” (TZU, 2008:28).

Heinz Dieterich (2005:216) falou a respeito da *Nova doutrina militar venezuelana*, enfatizando que a revolução venezuelana está consolidando a “Defesa Integral da Nação”. Muitos aspectos dessa nova concepção são secretos, mas é possível ter uma visão geral dessa doutrina, em tempos de pós Guerra Fria e de imperialismo estadunidense. A questão central da “nova doutrina militar” da Venezuela é dar uma resposta às ameaças de invasão dos EUA. A estratégia principal trata da preparação da

nação para a “guerra de defesa”, para dissuadir ou derrotar um agressor numérica e tecnologicamente muito superior. A concepção da “Defesa Integral da Nação” procurou fundamentação em teorias militares da “guerra popular prolongada” de *Mao Tsé Tung e Ho Chi Minh/Vo Nguyen Giap* da Ásia, e inspiração na “guerra de todo o povo” de Cuba.

A tarefa de aprofundar uma “nova estratégia militar nacional” coube ao presidente Chávez como um dos dez objetivos da “Nova Etapa” da revolução, que iniciou em 15 de agosto, no referendo revogatório e das eleições regionais de novembro de 2004. Nos dez objetivos estratégicos de superação de uma etapa, que o presidente considera que “*fuimos bastante lentos e ineficientes*” (CHÁVEZ *apud* DIETERICH, 2005) para avançar o “novo modelo democrático de participação popular”, a criação de um “novo sistema econômico”, uma “nova estrutura social”, acelerar a criação da “nova institucionalidade de aparato do Estado” e impulsionar um “novo sistema multipolar internacional”.

A nova doutrina militar é fundamentada no Artigo 326 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela que estabelece que “a segurança da Nação se fundamenta na corresponsabilidade entre o Estado e a sociedade civil”. O pressuposto básico desse artigo da Constituição é que a Revolução entrou numa fase antiimperialista, que exige três linhas estratégicas de ação. A primeira refere-se ao fortalecimento do “componente militar da nação”, garantindo presença em todo território nacional. Esse componente conta com a capacitação das forças regulares e batalhões de reservistas - com simulações em algumas regiões do país, à medida que as ameaças dos pára-militares aumentam. Dedicar-se também à recuperação e atualização de materiais e equipamentos das Forças Armadas, e à aquisição de novos materiais adequados e condizentes para a defesa nacional em ar, terra e água.

No novo conceito da doutrina militar, a estrutura das atividades militares segue fundamentalmente um esquema “defensivo”, no sentido de uma “guerra assimétrica”. A Venezuela busca mercados alternativos de tecnologia bélica e o desenvolvimento da indústria militar nacional, baseado no modelo de desenvolvimento endógeno. O Comandante Geral de Aviação da Venezuela, general Roger Cordero Lara informou que o intercâmbio militar segue orientação especial com países sul-americanos. Havia uma predisposição de comprar aviões brasileiros AMX Tucanos e radares; o governo procurava também helicópteros de ataque e assalto disponíveis no mercado mundial, os

russos MI-35 e fuzis de assalto Kalashnikov AK-47, junto com os lança-foguetes RPG-47 e lança-granadas, experimentados na Guerra contra o Iraque. Para melhorar o avanço tecnológico militar, o governo venezuelano buscará conhecimento da aeronáutica da Índia, China e Rússia, entre outras nações.

A segunda linha estratégica da nova concepção militar consiste no aprofundamento e consolidação da união cívico-militar, e a terceira linha estratégica refere-se à participação popular massiva na “Defesa Integral da Nação”. Segundo Dieterich (2005), havia sido publicado o número aproximado de 5 mil homens e mulheres nas milícias populares. Junto às forças armadas, as organizações populares deverão garantir a defesa de todos os bairros, de cada fábrica, qualquer parte onde houver um grupo de patriotas, deverá ser organizada a defesa territorial. A adoção da sabedoria militar milenar pela Venezuela, da libertação vietnamita de *Vo Nguyen Giap*, “arquiteto militar de triunfo sobre o imperialismo francês e estadunidense, chamada ‘Guerra do povo, exército do povo’, é um extraordinário passo na reconquista das soberanias da Pátria Grande”.

Avalia-se a necessidade de “guerra popular prolongada” para derrotar um exército convencional do imperialismo estadunidense. A união exército-povo para uma guerra de defesa integral, junto a outras nações da Pátria Grande, seria fundamental para a integração da América Latina, em uma eventual batalha contra a força militar estadunidense. A sabedoria militar do General Giap: “Se o inimigo se concentra, perde terreno, se se dilui, perde força”, essa foi uma “antinomia” não resolvida pelos EUA no Vietnam, também será um problema numa eventual guerra contra a Pátria Grande integrada (DIETERICH, 2005:220). Outras preocupações adicionais são apresentadas pelos estrategistas de guerra: “Quando um exército trava campanhas demoradas, os fundos estatais nunca são suficientes” (TZU, 2008:16). No mesmo sentido da recomendação anterior, dizia Li-Ch’üan (*apud* TZU, 2008:17): “Se a guerra sem cessar se arrasta, os homens e as mulheres ressentir-se-ão por não poderem se casar e perturbar-se-ão com os esforços de carregamentos contínuos”.

O contingente humano (disponibilidade) para as forças armadas da Venezuela teve um crescimento, com pequenas oscilações no período 2000-2009. Em 2000, o número de pessoas disponíveis era de 6.398.169 e, em 2009, esse número subiu para 6.647.124. O orçamento militar da Venezuela, entre 2003 e 2008 apresentou um pequeno crescimento. Em 2003 o governo gastou 0,90% do PIB e, entre 2006 e 2008

aumentou para 1,20% do PIB. O ápice de gasto militar foi em 2005, 1,50% do PIB (Tabela 56 – ANEXO 1). A questão numérica das forças armadas para estratégias defensivas ou ofensivas, o governante, os comandantes e todos os que estão envolvidos no processo de guerra ou revolução outras reflexões de Tzu (2008:69) são importantes: “Na guerra, os números em si não dão vantagens. Não avançar apoiado em simples peso militar” e completou o raciocínio: “Será suficiente apreciar corretamente a situação do inimigo e depois se concentrar para o capturar. Nada mais será preciso. Aquele que não tem o dom da previsão e subestima o seu inimigo será por ele capturado”. A respeito dos bons comandantes, diz Chang Yü (*apud* TZU, 2008:76): “Os bons comandantes são amados e temidos”. Finalmente, disse Sun Tzu (2008:76):

Se sei que as minhas tropas podem enfrentar o inimigo, mas ignoro ser ele é invulnerável, a minha hipótese de vencer é somente metade. Se sei que o inimigo é vulnerável ao meu ataque, mas ignoro que as minhas tropas não estão em condições para o levar a cabo, a minha hipótese de vencer é apenas de metade. Se sei que o inimigo pode ser atacado e as minhas tropas em condições para o fazerem, mas desconheço que, por motivos de disposição do terreno, o não devo fazer, a minha hipótese de vencer é apenas de metade. Em consequência, aqueles que têm experiência das movimentações em guerra não cometem erros. As suas possibilidades não têm limites. E, por isso, digo: “Conhece o teu inimigo e conhece-te a ti mesmo e nunca porás a vitória em dúvida. Conhece o terreno, conhece o tempo, e a tua vitória será total”.

5 UMA ANÁLISE DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS – a burguesia e o proletariado nas suas organizações de classe e do poder de Estado (1989 e 2009).

A derrota da burguesia só pode realizar-se mediante a transformação do proletariado em classe dominante, capaz de esmagar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar para o novo regime econômico todas as massas trabalhadoras e exploradas (LÊNIN, 1987:72).

5.1 Correlação de forças entre governo e oposição – a reafirmação das reformas pelas massas pode ser vista como processo pré-revolucionário?

Em entrevista de Chávez à Marta Harnecker (2004:106), em relação ao golpe e contra-golpe de 2002, o presidente emitiu sua opinião sobre “conceito de força”:

Se for debilidade ou força depende de como se concebe a debilidade e de como se concebe força. Com o nosso retorno, logo após o golpe de Estado de 11 de abril, tínhamos várias opções. Uma era mostrar força do ponto de vista tradicional, entendido como a execução de ações contundentes, como um batalhão de tanques que ataca, que avança, destrói posições, derruba um muro atrás do outro e ocupa espaços. Alguns concebem a força dessa maneira, é uma concepção respeitável. Eu não a estou menosprezando, mas não deixa de ser uma concepção que não é exatamente válida para todas as situações. Imagino que os nazistas, quando se dirigiam a Leningrado, tinham esta concepção de força: vamos avançar até o coração do inimigo e arrasá-lo. Há outra concepção de fortaleza. Veja, esses bambus, é uma imagem que os chineses utilizam: bambu se enverga, não se quebra, diferentemente de outras árvores, aparentemente muito mais fortes, que se quebram. Creio que desde sempre, tive esta concepção de força; a força da flexibilidade, da manobra, da inteligência e não a da força bruta, ou seja, a de desmontar, sem rodeios, sinais de força, mas que muitas vezes não resistem um determinado tempo.

Harnecker (2004:127) instigou o presidente a falar sobre “contra-revolução sem revolução”. Chávez fez uma menção ao individualismo que está sendo combatido no país, e resgatou uma expressão de Camus em *El hombre*: “Eu me rebelo, logo nós somos” e, acrescentou, “Aqui foi recuperado o ‘nós somos’ (...) porque havia um individualismo pavoroso, uma indiferença coletiva”. Em seguida, o presidente refletiu sobre a tentativa de tomada do poder em 1992 e as experiências da luta armada no país, isoladas do povo, e comparou aquelas experiências de guerrilheiros, sem inserção nas massas, com a atual experiência de governo, inserido nas massas, com muito apoio popular na defesa da constituição e das reformas.

Tenho uma visão desse 4 de fevereiro de 1992: eu, com um fuzil e uns binóculos, olhando: onde está o povo? Havia uma indiferença coletiva e veja o que aconteceu dez anos depois. O mundo viu um povo, corajosamente, defender sua Constituição, sua revolução

imperfeita...Há alguém que diz que o perfeito é inimigo do bom. Isso é um sinal revolucionário. Por isso, a pergunta que tu me fazes de como a inexistência de uma revolução pode ter gerado uma contra-revolução, isso foi dito por Petkov – eu o li em uma manchete do jornal *Tal Cual*, mas Petkov e os revolucionários que o acompanhavam, quando eram revolucionários, nunca foram capazes de semear na alma popular, no ser coletivo nacional, uma idéia que promovesse união. Não chegaram às massas. Esta revolução chegou às massas. Aqui há quem, inclusive, esteja disposto a morrer por isso. Mesmo com dúvidas, mesmo com imperfeições, mesmo com fome (...). Esse povo que saiu para defender a revolução tem fome (...). Não é verdade que aqui não haja revolução. Aqui há uma revolução. Houve uma mudança na estrutura político-jurídica. Que essa estrutura seja imperfeita, que esteja viciada, que esteja ameaçada, que seja muito incipiente, tudo isso é verdade, mas existe uma nova estrutura nascente da qual é preciso cuidar, que é preciso potencializar, fortalecer.

O presidente da República justificou a dificuldade em fazer transformações socioeconômicas pela via pacífica, reconhecendo que, com o uso da violência ou da ditadura, prisões da oligarquia contra-revolucionária, as mudanças almejadas aconteceriam mais rapidamente. Mas a estratégia usada foi outra, primeiro a transformação político-jurídica e a mudança econômica sem pressa:

Agora, quando vamos ao fundo da questão, à essência da estrutura socioeconômica do país, com relação a isso avançamos muito pouco, eis que essa estrutura tem uma natureza diferente da estrutura político-jurídica, e em dois anos criar uma nova estrutura política incluída na Constituição, na qual – insisto nisto – ainda é preciso trabalhar muito; mas seria uma ilusão pensar que, em dois ou três anos, poderíamos realizar transformações essenciais na estrutura socioeconômica e, mais ainda, levando em conta que o processo é pacífico e que está preso à Constituição além do imaginável. Se tivéssemos triunfado pelas armas, ou mesmo sem haver triunfado pelas armas, depois de um triunfo eleitoral, se tivéssemos tomado o caminho da violência ou da ditadura e começado a prender gente, a colocar toda a oligarquia na prisão, a expropriar bens e moradias, famílias e riquezas, a estatizar bancos, bem, não sei o que poderia ter acontecido. Mas a nossa estratégia era outra: vamos apertar o botão da transformação político-jurídica, vamos conduzir a economia com calma (CHÁVEZ *apud* HARNECKER, 2004:128-129).

Chávez entendeu que talvez o governo pudesse ter criado perturbações em todas as estruturas simultaneamente. Contudo, ressalta: “Trata-se de fases previstas dessa forma. Não é que a primeira fase esteja concluída, mas que ultrapassou o ponto de não retorno (...). Esta Constituição vai permanecer durante bastante tempo porque, (...) para mudar uma palavrinha dela, vão ter de consultar o povo” (HARNECKER, 2004:129). Na estrutura socioeconômica, o presidente reconheceu que houve pouco avanço, mas, diz ele, “estamos corretamente orientados”. O golpe de 2002 é a explicação de que as

poucas mudanças feitas estão incomodando os contra-revolucionários ou contra-reformistas: “esta oposição, esta oligarquia, estes setores contra-revolucionários vinham intervindo para que este projeto fosse extinto, mudasse de rumo, para que eles pudessem neutralizá-lo, para que eu me vendesse, me entregasse, me rendesse”.

A aprovação das *Leis Habilitantes* (Lei de Terras, Lei da Pesca, Lei dos Hidrocarbonetos..., algumas ainda na Assembléia Nacional, especialmente as leis de conteúdo social) provocou “a contra-revolução ideológica, jurídica e agora econômica e social percebeu que o projeto continua pressionando para se aprofundar, que nós continuamos trabalhando para aprofundá-lo”. Segundo Chávez (*apud* HARNECKER, 2004), o golpe de 11 de abril foi uma resposta às mudanças em curso, tanto que uma das primeiras medidas do governo provisório de Carmona foi assinar um decreto para acabar com as Leis Habilitantes. Os golpistas prejudicaram a implantação dessas leis: pondo fogo nas leis em atos públicos; realizando paralisações; impondo o golpe de Estado em 11 de abril de 2002; organizando greve patronal, em 10 de dezembro 2002; fazendo pressões através dos grandes veículos de comunicação, a favor da anulação ou da mudança das leis na Assembléia Nacional, ou ainda pela extensão das mesmas pelo Tribunal Supremo, já que ainda há juízes contrários ao perfil da Constituição em vigência.

O primeiro grande fracasso da oposição venezuelana registrou-se na derrota do golpe de 2002, quando “mais de 80% dos generais com comando operacional permaneceram fiéis a Chávez e à Constituição”, além do massivo apoio operário-popular e de outros setores das Forças Armadas venezuelanas, segundo Harnecker (2004:238). O governo não utilizou maiores medidas punitivas contra os golpistas derrotados porque não conhecia ao certo sua força para seguir aprofundando a revolução. Contava, inclusive com um possível novo golpe e, por isso, atendeu algumas reivindicações dos empresários descontentes. Em meio à vitória cívico-militar contra os opositoristas, em 2002, e também por desconhecer o potencial das forças do inimigo, tais concessões buscavam acalmar a oposição. O governo e a maioria do povo venezuelano comemoraram com cautela, segundo Harnecker (2004:239-240):

No entanto, a esmagadora e inédita vitória, cujos protagonistas foram à população e a Força Armada, não desencadeou uma atitude ofensiva no plano do governo, como muitos esperavam. Primeiramente, Chávez considerou necessário medir suas forças. Apesar de o golpe ter sido derrotado e a Constituição ser restabelecida, nesse momento ele não sabia com quanto apoio

contava para continuar avançando no processo revolucionário. Diante disso, primeiro consolidou suas forças com relação a um possível novo golpe de Estado. Em particular, dedicou-se a depurar as instituições militares; nomeou ministros mais aceitáveis para o meio empresarial no plano econômico; colocou a direção de oposição da Pdvsa no lugar que ocupava antes; tolerou a revisão de algumas Leis Habilitantes; aceitou o estabelecimento de uma mesa de diálogo entre as partes em conflito.

Segundo o presidente Chávez, não havia clareza quanto ao potencial das forças do inimigo nem (palavras do autor) precisão quanto ao potencial das forças aliadas ao governo. Na dúvida, houve as concessões do governo e um recuo momentâneo das massas e dos revolucionários, sem a devida organização para um possível enfrentamento mais prolongado. Em outras palavras, as massas não tinham uma força revolucionária (frente ou partido) para enfrentar uma guerra civil provocada pela burguesia ou de uma revolução proletário-popular no país. Com isso, a oposição (burguesia interna e externa) se encorajou a dar seqüência ao seu plano golpista, e de possível derrota das reformas, através do bloqueio econômico, já que foi derrotada no plano militar e midiático inicial. A oposição insatisfeita preparou um golpe econômico (2 dez 2002), uma greve geral com o objetivo de paralisar o país e exigir a renúncia do presidente Chávez. O *paro* patronal previa a paralisação da produção e distribuição petroleira do país. À revelia dos altos e médios funcionários (gerentes, diretores...) que aderiram à greve, os trabalhadores não abandonaram os postos de trabalho e continuaram tocando a indústria petroleira.

Para Harnecker (2004:240), os executivos da PDVSA, detentores do conhecimento tecnológico e do “controle absoluto da informação da empresa”, por não conseguirem realizar a greve, atrapalharam a produção pela sabotagem: “modificam as chaves de acesso a ela, interrompem processos, danificam gravemente algumas instalações e quase as explodem”. A façanha foi descoberta por técnicos qualificados, recentemente contratados. Esses técnicos apuraram “que o sistema de controle da temperatura de algumas refinarias tinha sido modificado”. Como a oposição não conseguiu interromper totalmente a produção do petróleo, concentrou-se no bloqueio do transporte do petróleo não refinado nos portos. Ao longo de duas semanas, a circulação dos navios foi bloqueada. A oposição apostava na perspectiva da renúncia do presidente da República até ao Natal. Mais uma vez, devido à firme conduta e liderança do presidente, à firmeza dos operários petroleiros, dos trabalhadores e massas populares da Venezuela, a segunda grande derrota foi imposta à oposição golpista:

O país não parou, Chávez não desistiu. E, mais importante que tudo, a indústria petrolífera realmente passou para o controle do Estado venezuelano. Esse foi o segundo grande presente da oposição. Por sua atitude subversiva e por sabotagem, cerca de 18 mil funcionários de alto e médio níveis, que na verdade exerciam o controle da empresa, criaram as condições legais para serem demitidos.

Contudo, ressalta-se que o resultado mais importante produzido pelo golpe e demais ataques da oposição ao governo, foi o aprofundamento do nível de consciência e do papel protagonista da população, diz Harnecker (2004). As organizações populares se ampliaram e se fortaleceram: novos círculos bolivarianos; comitês de terras urbanas; correios motorizados; grupos organizados para abrir as escolas contra as tentativas de paralisação; círculos pesqueiros e agrários em defesa de seus direitos e das Leis Habilitantes; grupos de defesa dos consumidores, garantindo a distribuição da gasolina, do gás, da proteção às empresas petrolíferas contra a sabotagem, de promoção de boicotes à mídia privada, de distribuição e ajuda aos necessitados, e defesa do Palácio Miraflores. Harnecker (2004:242) sintetizou essas diferentes iniciativas políticas dos movimentos sociais em defesa do governo como “*Clase Media en Positivo*”.

Segundo Margarita López Maya (jan 2003), o golpe de Estado (11 abril 2002) teve seu ponto de partida no *paro* cívico convocado pela Fedecâmaras, a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV) e a chamada *Coordinadora Democrática*, que agrupa partidos políticos e organizações sociais da oposição. Na primeira fase do conflito entre opositores e governo Chávez, no atentado de Altamira, três pessoas foram mortas e vinte feridas. Na segunda fase do conflito (09 abril 2002), o presidente da CTV anunciou que o *paro* não tinha data para terminar, usando a palavra “irreversible”, e a oposição aproveitava o momento para exigir eleições já. Ali Rodríguez Araque, presidente da PDVSA, ex-secretário da OPEP denunciou que por parte da gerência maior havia um plano criminal de parar a indústria mais poderosa do país (a PDVSA), advertindo quanto ao risco do colapso econômico e social que poderia ser provocado pela paralisação. Araque convocou os apoiadores do governo para se aproximar das distintas instalações e sedes da PDVSA. A partir desse dia, o conflito adquiriu resultados dramáticos.

Até 11 de novembro de 2001, funcionava uma chamada Mesa de Diálogo, Negociação e Acordos entre governo e oposição. Em 28 e 29 de março (2002) havia sinais de um possível acordo para uma saída eleitoral. No entanto, no dia 30, a oposição decidiu abandonar a Mesa de Negociação e seguiu organizando a convocação do *paro*

cívico. No dia 9 de abril, quando governo e oposição aprofundavam suas ameaças mútuas, o secretário da Organização dos Estados Americanos (OEA), César Gaviria, chamou a Mesa de Negociação para discutir uma saída política. Contudo, a extrema polarização política entre as partes, não permitiu acordo de trégua. Os meios de comunicação da iniciativa privada, durante um ano haviam parcializado e radicalizado as acusações contra o governo, transformando a realidade em *reality show*, segundo López Maya (2003), e impossibilitaram um acordo. Os cinco principais donos da mídia privada fazem campanha aberta contra o presidente Chávez, a quem chamam de assassino, ditador e castro-comunista. O canal de TV estatal, por sua vez dedica seu espaço ao governo Chávez e seus apoiadores políticos e sociais. Os periodistas, salvo honrosas exceções, mostram as mesmas posturas intolerantes vistas nos canais da mídia privada.

No cenário de fundo dessa polarização alarmante, segundo López Maya (2003), encontram-se 20 anos de recessão econômica, empobrecimento social, aumento de desigualdade frente à distribuição da riqueza, ressentimento de classe, uma elite política fracassada, que se nega a ver-se privada dos seus privilégios e grupos nacionais e internacionais que buscam oportunidades douradas em um país. Constata-se um vazio de mediações políticas entre sociedade e Estado, resultado do colapso do bipartidarismo produzido na década de 90. Para López Maya (2003), a situação parece levar a relação Estado-sociedade para um abismo. Os agentes políticos no governo parecem ter falta de flexibilidade para negociação; os meios de comunicação, no momento, são os atores políticos mais poderosos, não conhecem a racionalidade política e nem têm cultura de negociação e tolerância. Na defesa de seus interesses privados, converteram-se em central da atividade política, representando especialmente os interesses da classe média e alta. A gerência maior da PDVSA, chamada “tecnocracia petroleira”, que decidiu paralisar a indústria, configura outro ato político carente de consciência, formação e responsabilidade política. Em nome da “meritocracia” da carreira dentro da indústria, antepõem seus interesses corporativos aos interesses nacionais, conclui López Maya (2003).

A reforma petroleira do Estado venezuelano é um real motivo de desgosto da tecnocracia petroleira. A tecnocracia na PDVSA vinha se transformando em um Estado dentro do Estado, formulando as políticas e administrando os fabulosos recursos da empresa. Com a reforma petroleira, o Ministério de Minas e Energia centralizou a

administração da PDVSA, em sintonia com o compromisso assumido pelo presidente Chávez com os países de OPEP - contribuindo e fortalecendo essa organização. O Estado também assinou com os trabalhadores da indústria um contrato coletivo de trabalho, sem conflitos, deixando as partes envolvidas satisfeitas. Dessa forma, os presidentes da CTV e da Fedecâmaras, em nome de suas organizações e funções políticas, pertencem às elites que percebem suas posições debilitadas frente às vitórias eleitorais de Chávez e as alianças políticas que o respaldam. A CTV representa, em especial, os sindicatos da administração pública, que ficaram divididos frente à realidade da paralisação patronal (*paro*). Alguns desses sindicatos se uniram e outros se mantiveram distantes dessa paralisação.

López Maya (2003) ressalta que os sindicatos da indústria de base petroleira, que têm o maior número de operários e trabalhadores, desde o início, pronunciaram-se contra o *paro*, convocado pelo presidente da CTV. Entre os que não aderiram ao *paro*, destacam-se os sindicatos da Siderurgia do Orinoco, da empresa de Alumínio, da Ferromineira e da Hidroelétrica. Postura igual assumiu o sindicato dos trabalhadores do Metrô de Caracas. López Maya registrou ainda que 52% da população economicamente ativa trabalham no setor informal, que abasteceu de maneira importante Caracas, frente à parcial paralisação da associação de supermercados e centros comerciais. A autora lembra também que a maioria dos partidos e organizações sociais agrupadas na chamada *Coordinadora Democrática*, não teve um papel central na correlação de forças - foram mais utilizados para apresentar uma imagem de tolerância e não violência da oposição.

Na terceira fase do conflito, em 19 de dezembro, com 17 dias de *paro*, o Tribunal Supremo de Justiça admitiu um amparo constitucional contra o direito, atos de omissões provenientes dos integrantes da associação, chamada "*Gente del Petróleo*", os gerentes responsáveis pela paralisação da empresa petroleira. O TSJ também determinou, por medida cautelar, que as autoridades públicas e particulares vinculadas a quaisquer atividades econômicas e industriais da PDVSA acatassem todos os decretos e resoluções emanadas dos órgãos competentes e colocassem em imediato funcionamento a indústria petroleira e seus derivados. Poucas horas depois, os gerentes da associação "*Gente del Petróleo*", respaldados pela Fedecâmaras, a CTV e a *Coordinadora Democrática*, anunciaram que não acatariam a sentença judicial, iniciando a terceira fase do conflito.

A oposição pôs-se à margem da lei e a gerência da PDVSA mostrava seu rosto com maior evidência. Com essa atitude, ficou claro que o conflito dos gerentes da empresa pública não se caracterizava apenas contra o governo Chávez, mas também contra o Estado e contra a nação, em última instância. Para López Maya (2003), esse objetivo ficou mais evidente quando alguns dirigentes da oposição falavam em dissolver a Guarda Nacional e alguns componentes das Forças Armadas, já que não apoiaram a oposição no enfrentamento ao governo Chávez. Na PDVSA trabalham ao todo (*nóminas, ejecutiva y mayor*) cerca de sete mil pessoas, que caracterizam uma parte dos participantes das ações de paralisação da indústria. Finalmente, diz López Maya (2003), por trás da gerência petroleira, dos meios de comunicação da iniciativa privada e dos grandes grupos econômicos do país, junto às forças de oposição movem-se os interesses transnacionais petroleiros que se beneficiariam com uma possível destruição do Estado da Venezuela.

5.2 Mídia estatal e mídia privada – aparelhos ideológicos das classes.

Ao fazer um resumo das principais irregularidades da RCTV frente à sociedade e o Estado venezuelano, Edgard Rebouças (2007), jornalista e doutor em comunicação afirmou que, em 1976, a mesma ficou fora do ar durante três dias por divulgação de notícias falsas. Em 1980 foi tirada do ar por 36 horas devido à programação sensacionalista; em 1981, a RCTV ficou 24 horas fora do ar por exibir cenas pornográficas em horário inadequado; em 1989 ficou mais 24 horas suspensa por ferir a lei, veiculando publicidade de cigarro; e em 1991, um de seus programas humorísticos foi tirado do ar pela Corte Suprema porque ridicularizava pessoas. Acrescentam-se, ainda, os processos na Justiça contra a RCTV por sonegação fiscal entre 1999 e 2003, por veiculação dos discursos dos generais Nestor Gonzáles, Guaicaipuro Lameda e do almirante Molina Tamayo, em defesa do golpe de 2002. Rebouças entende que os dois casos: “enganar o fisco e incitar o povo a um golpe de Estado, são ações puníveis constitucionalmente em qualquer democracia do mundo; pior ainda se tratando de uma concessão pública como as emissoras de televisão”.

Além disso, Chávez foi eleito e reeleito nas urnas, e a não renovação da concessão foi somente para uma das emissoras do grupo IBC (1 Broadcasting Caracas), que mantém suas empresas de TV a cabo, rádio, fonográficas e internet. Finalmente, lembra Rebouças, as empresas de comunicação, historicamente defendiam a democracia

nos séculos XVIII e XIX, tempos em que os jornais garantiam voz aos que eram contra os regimes totalitários. Porém, desde o final do século XIX, a imprensa privada não possui mais o papel de quarto poder e passou a ser empresa comercial como outra qualquer.

Borges (2007) constatou que a concessão da RCTV foi cancelada à meia-noite do dia 27 de maio de 2007 e, em menos de meia hora depois, iniciaram-se as atividades da nova emissora pública de televisão, a TEVES (Televisão Venezuelana Social). O autor relata ainda que a RCTV foi inaugurada em 15 de novembro de 1953, pertence ao Grupo IBC e foi condenada em 2004 pelo Juizado Superior de Tributos por sonegação de impostos, no valor aproximado de um milhão de dólares. Ainda, foi denunciada pelo Instituto Venezuelano de Seguros Sociais por não pagar 224 milhões de bolívares aos seus funcionários. Borges traz contribuições da jornalista Elaine Tavares sobre a liberdade de imprensa na Venezuela, afirmando que o presidente da república é constantemente desmoralizado pelos jornalistas. Se isso acontecesse nos EUA, por exemplo, Tavares acredita que os jornalistas seriam presos ou extraditados do país. Borges conclui que a RCTV, desde 1953 está ligada aos interesses dos EUA, e um dos seus acionistas é a *Coral Pictures*, de Miami - e a sua programação é estrangeira em 67%.

Nildo Ouriques (2007), professor da UFSC e presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA-UFSC) avaliou que a decisão do presidente Chávez despertou um repentino interesse pela “liberdade de imprensa” e uma renovada crença no “respeito à opinião pública” latino-americana. Segundo Ouriques, Chávez tomou essa decisão devido ao papel protagonista que a RCTV exerceu no golpe que derrubou o presidente em 2002, em aliança com a embaixada de Washington, os empresários locais, a alta cúpula da Igreja Católica, os meios de comunicação e a burocracia sindical. O professor acredita que a TEVES: “provavelmente será administrada por um conselho de organizações populares, sindicais e ONGs que permitirão uma real democratização dos meios de comunicação no país”.

5.3 Os limites entre a gestão de fábricas pelos trabalhadores e a burocracia estatal.

Yone Moreno e William Sanabria (entrevista 01 mar 2006) fazem parte da Frente Revolucionaria de Trabalhadores de Empresas em Co-gestão e Ocupadas

(FRETECO). Os dois entrevistados fazem um balanço da experiência da co-gestão revolucionária e do controle operário das diferentes empresas venezuelanas. Essa análise é necessária para avançar propostas de estender essa experiência para toda economia e para o Estado, sob o controle dos trabalhadores, como único modo para a construção do socialismo, defendem, Moreno e Sanabria. Segundo avaliação desses militantes, 2006 seria o ano decisivo para o avanço da revolução, pois o imperialismo e a oligarquia local fariam de tudo para impedir a reeleição de Chávez para a presidência da República. A campanha de desestabilização começou com a retirada da oposição do processo eleitoral para a Assembléia Nacional em dezembro de 2005, com a derrubada do viaduto Caracas-La Guaira, com o assassinato de Sindoni e os irmãos Faddoul. Sob o pretexto da falta segurança, a oposição usa qualquer motivo para atacar o governo Chávez.

De acordo com o que disseram Moreno e Sanabria (entrevista 01 mar 2006), diante da conjuntura nacional e internacional, e a luta pelo socialismo, a nova ofensiva contra-revolucionária mostra a espionagem da embaixada estadunidense tentando entrar em contato com militares venezuelanos para obter informações sobre as recentes compras da Força Aérea Nacional (FAN), fato que custou a expulsão do militar estadunidense John Correa do território venezuelano. Essa estratégia do imperialismo e da burguesia interna busca recompor uma base de massas para a contra-revolução. No dia 4 de fevereiro de 2006, a *Marea Roja* tentou mobilizar uma marcha opositora pelas ruas de Caracas, convocada no mesmo dia, na tentativa de chamar às ruas os jovens com a campanha *Acuéstate por la vida*. A juventude revolucionária ridicularizou novamente o movimento *escuálido* (burguês).

Essas mobilizações internas cruzadas com o imperialismo preparam também o terreno internacional da oposição. Os vídeos transmitidos pelo programa da VTV *La Hojilla* são uma mostra disso. O objetivo da oposição é convencer as pessoas que vivem fora da Venezuela, de que se vive sob uma perigosa ditadura no país. Ao mesmo tempo, em *Curazão*, no Oceano Atlântico, o imperialismo realizava manobras militares para atemorizar, mostrar força e, se futuramente necessário, realizar intervenção em algum país da região, particularmente na Venezuela. Segundo compreensão da Frente, os EUA sabem que a Venezuela é um país chave para promover a revolução latino-americana, pois está em processo mais avançado que os demais países da região. Em tom de desafio, a Frente Venezuelana afirma que a revolução não respeitará nem as fronteiras

estadunidenses. A classe operária dos EUA também está se mobilizando e as marchas históricas contra a lei antiimigração está fermentando as massas, mas, segundo avaliação da Frente, ainda são ações iniciais.

Na correlação de forças, segundo os entrevistados, ultimamente o imperialismo e a oligarquia local estão pagando com sucessivas derrotas. O golpe de Estado de 2002, o *paro* petrolero, *la Guarimba*, o Referendo revogatório, as eleições para prefeitos e governadores, o recuo para as eleições da Assembléia Nacional são exemplos de derrota para a oposição. A FRETECO afirmava que na correlação de forças desfavorável para a oposição, corria-se um risco desta se utilizar de quaisquer meios para desestabilizar a revolução e a possível vitória de Chávez no processo eleitoral daquele ano (2006). Quando os capitalistas organizaram o *paro* petrolero, a classe trabalhadora atrapalhou os planos dos golpistas, fez funcionar a indústria petrolera sem os capitalistas e sem os burocratas, em muitas empresas fechadas. A classe operária apoiou a comunidade e os setores revolucionários da FAN. A Frente entende que a classe operária, devido ao seu papel central na produção nacional, é a única que pode unificar os explorados numa mesma direção e garantir que a revolução chegue ao socialismo.

Os militantes da FRETECO dialogam com o presidente Chávez e afirmam que, na economia, na sociedade, no governo e no Estado há setores com mais ou menos contradições, que se refletem na pressão do novo processo em curso, nos trabalhadores e nos setores populares envolvidos no avanço do socialismo. A Frente indica que sejam expropriados os capitalistas e que se construa o Estado revolucionário, um Estado dos trabalhadores em substituição ao atual. Mas, ao mesmo tempo, o coletivo percebe o desenvolvimento de uma burocracia reformista (pró-capitalista, mais ou menos consciente) com ideologia burguesa. Esses setores tentam frear a revolução, limitar a participação dos trabalhadores e os setores populares, para manter a propriedade privada dos meios de produção e a economia de mercado.

Se essa burocracia impusesse suas políticas seria o fim da revolução. Para que a revolução bolivariana complete-se no sentido socialista é necessário que a classe trabalhadora entre decisivamente em cena, e liquide com o capitalismo na Venezuela através do caminho revolucionário. Isso significa ocupar as empresas fechadas, as empresas em crise ou pouco produtivas, exigindo sua expropriação e estatização das empresas e também das instituições estatais, sob controle social dos trabalhadores. Estender controle dos trabalhadores para toda a economia; estatizar os bancos e as

indústrias fundamentais, chamando todo o povo para elaborar um plano democrático de gestão da economia do país. Segundo o coletivo, esse é o único modo para garantir um desenvolvimento endógeno e revolucionar os principais problemas do país. Luis Primo (30 mar 2007) criticou outros dirigentes sindicais que só se preocupam com as reivindicações imediatas da classe, como a que espera que o governo crie um salário mínimo de 700.000 bolívares. Para Primo, o dirigente sindical deve exigir um salário mínimo de 1.400.000 bolívares, junto com a negociação do contrato coletivo de trabalho e de um aumento salarial geral para todos os trabalhadores.

A co-gestão revolucionária, no final de 2004 e na primeira metade de 2005, iniciou um movimento da classe operária em defesa do socialismo. As lutas da Venepal e CNV culminaram com as expropriações dessas empresas, que o presidente Chávez denominou de início da “*cogestión revolucionaria*” em oposição à co-gestão reformista tradicional. Esse processo de expropriações continuou ao longo da primeira metade de 2005, estendendo-se para outras indústrias, como: *Sederoca, Tomatera Caigua, Central Cumanacoa, Alcasa*, e se uniam à *Invepal, Inveval, Invetex* e a *Central Pío Tamayo*. Esse processo poderia ter avançado mais, em julho de 2005, quando o presidente da República anunciou que expropriaria 800 empresas fechadas e mais 1.140 com baixa produtividade.

A ministra do trabalho, Maria Cristina Iglesias, no encontro de empresas recuperadas venezuelanas, na véspera do Encontro de Empresas Tomadas Latino-americanas (nov 2005) sinalizou que a “ocupação de empresas não era um problema e sim uma solução de um problema” e teria feito um chamado a UNT para os trabalhadores colocarem-se à frente do processo das ocupações. Segundo a avaliação de Yone e William, essa foi uma oportunidade única para a UNT e o conjunto da classe operária colocar-se à frente da revolução bolivariana e apontar o caminho do socialismo abolindo a propriedade privada e os meios de produção, e substituindo o aparato do Estado - fundamental herança da IV República. Infelizmente, segundo os dois militantes, a oportunidade não foi aproveitada pela direção da UNT, que não apresentou qualquer planejamento concreto para o movimento operário levar adiante as ocupações e propor a expropriação ao governo. Contrariamente, os reformistas da UNT pressionaram o presidente da República, duvidaram da capacidade dos trabalhadores para administrar as empresas - mas não conseguiram evitar as expropriações. O presidente Chávez desequilibrou o debate em círculo de dirigentes, quando anunciou

que as assembléias dos trabalhadores escolheriam os presidentes das empresas cogestionadas. Em seguida, Chávez anunciou a expropriação da *Venepal*, a CNV e implantou a *Invepal* e a *Inveval*, como início de um novo modelo de relações produtivas no país.

De acordo com avaliações de Yone e William, lamenta-se a ausência de um processo de ocupações de empresas de forma generalizada e da falta de uma proposta concreta da UNT com o apoio das massas. Esse seria o caminho para aprofundar a cogestão revolucionária sob o controle operário e de gestão direta dos trabalhadores estender o processo para o restante da economia venezuelana e, dessa forma, impedir o avanço dos reformistas. Dada à situação, os reformistas que haviam perdido temporariamente na correlação de forças, implantaram uma forma jurídica Estado-cooperativa que, se assim se mantiver, detonará o conteúdo revolucionário e socialista do projeto. Na *Inveval* e na *Invepal*, por exemplo, formou-se uma sociedade acionária, com o Estado detendo 51% das ações e uma cooperativa de trabalhadores 49%. Além disso, o Estado fez o empréstimo dos 49% das ações para a cooperativa, que deverá devolver o dinheiro quando a empresa tornar-se rentável e produzir benefícios. Entre forma e conteúdo nessa co-gestão de empresas aparecem muitas contradições, que somente poderão ser resolvidos por uma direção revolucionária, segundo os autores.

Na empresa de co-gestão *Invetex*, os reformistas aplicaram uma política pior: a sociedade constituída mantém para o Estado 51% das ações e para a empresa *Mishkin* 49% - os trabalhadores não têm qualquer participação. Somente no futuro, quando a empresa tivesse em funcionamento, as ações do Estado iriam paulatinamente para os trabalhadores e, dessa forma, constituiria uma empresa de conciliação de classes: trabalhadores e capitalistas. Passado um ano do acordo, a *Mishkin* coloca vários obstáculos para a implantação da empresa, que há 14 anos está fechada e atualmente caindo em pedaços.

Segundo relatos de Yone e William, no restante das empresas percebem-se situações bem distintas, mas que no geral prevalece à sabotagem contra o modelo de co-gestão revolucionária. A *Promobasa* (*Barinas*) está paralisada devido a uma sentença no Tribunal Superior de Justiça regional, acusando ilegalidade na expropriação aprovada pela Assembléia Legislativa do estado *Ilanero*. Na *Sideroca* (*Zulia*) a planta da empresa não deu continuidade devido a conflitos com as comunidades locais. Essas comunidades ocuparam a empresa, denunciado que foram marginalizadas na

contratação de pessoal. Por essa razão, estão em conflito com funcionários públicos de diferentes órgãos governamentais e, inclusive, com a Guarda Nacional. Os projetos da *Tamatera Caigua*, aparentemente estão funcionando bem. Na ALCASA, uma empresa estatal de aproximadamente 2.000 trabalhadores, também está em debate a implantação do modelo de co-gestão. É dirigida por um setor de trabalhadores mais avançados, com grande possibilidade de total controle operário, porém, alguns setores burocráticos de visão ideológica não socialista estão criando obstáculos, deixando a co-gestão praticamente paralisada.

Na iniciativa de desenvolvimento da co-gestão da CADAFE houve choques de resistência da tecnocracia da empresa, que lutava para limitá-la a uma espécie de órgão consultivo, impedindo qualquer possibilidade de participação dos trabalhadores. Para evitar que a proposta de gestão revolucionária fosse adiante, a burocracia reformista introduziu uma forma jurídica de Estado-cooperativa. O resultado é que um modelo de co-gestão revolucionária, que finalmente nasceu, apresenta uma contradição entre a forma capitalista (responde à lei do comércio da IV República) e o conteúdo socialista. Essa situação reflete a contradição que não pode se manter por muito tempo: “ou a forma vence o conteúdo ou o conteúdo vence a forma”. A contradição resvala na legislação quase totalmente burguesa, no próprio aparato do Estado ou na superestrutura econômica, que é típica de sociedade burguesa. A nova estrutura econômica socialista luta para nascer, mas os constantes obstáculos legislativos impedem seu desenvolvimento.

Ao implantar a empresa de co-gestão Estado-cooperativa, os reformistas insistiam que progressivamente os trabalhadores mostrariam sua capacidade de gestão e passariam para as mãos da cooperativa para competir apenas no mercado. Segundo Yone e William, assumindo seu instinto de classe e uma elevada consciência revolucionária, os trabalhadores não assumirão as empresas expropriadas como sua propriedade, mas como embriões para o desenvolvimento da nova sociedade socialista.

Um perverso cordão umbilical começa a se estabelecer entre a consciência e os objetivos imediatos dos trabalhadores (salários, direitos sociais, duração de jornada, entre outros). A capacidade de conseguir resultados da cooperativa no mercado capitalista começa a formar uma mentalidade capitalista entre os trabalhadores. Essa mentalidade consolidou-se, no sentido do trabalhador assumir-se como acionista da

empresa e não mais como trabalhador, na medida em que seus direitos e sua melhoria socioeconômica dependem do resultado da competição de mercado.

Toda vez que se trata de cooperativas nos moldes capitalistas, a maioria dos gestores acaba se arruinando e, para sobreviver, acabam colocando em prática os vícios do sistema burguês. Substitui-se um capitalista por dezenas ou centenas de pequenos capitalistas, conforme o tamanho da cooperativa. Quando a empresa precisa contratar novos trabalhadores (salvo exceções), os gestores negam-se a incorporá-los entre sócios para não ter que compartilhar os benefícios e resultados conseguidos no mercado. Dessa maneira, formam-se novas castas entre os trabalhadores. A direção, principalmente, passa a demonstrar para o Estado que os trabalhadores são capazes de produzir mais que os capitalistas, são melhores gestores para manter a empresa produtiva. Para não sucumbir no mercado capitalista, e na busca de maiores benefícios por menores custos, a competição no mercado capitalista torna-se um caminho inevitável para a auto-exploração tanto dos trabalhadores cooperados quanto dos contratados. Ocorre também, no interior da cooperativa, quando há alguém que concorda em protestar contra as práticas capitalistas, há outros que concordam em despedir os que estão protestando, conforme aconteceu com os camaradas na planta de *Maracay*, por decisão da *Junta Diretiva da Invepal*.

O fator decisivo para o conflito entre gestores da *Invepal*, e que resultou na demissão de alguns camaradas, foi à busca pela legalidade capitalista. Com as inversões de valores (melhoria de salários, condições de trabalhadores contratados e futuros benefícios da empresa no mercado), muitos dirigentes desviaram-se do caráter revolucionário e social do projeto original. Não havia mais debates político-ideológicos, e as decisões anteriormente tomadas em assembléias dos trabalhadores foram substituídas por decisões de grupo. Na *Invepal*, quando os trabalhadores começaram a perceber os desvios do projeto, elegeram uma nova direção da empresa. Esse é mais um exemplo de que a democracia participativa e protagonizada pelos trabalhadores é o único caminho que pode impedir a burocratização e a corrupção, e construir um genuíno Estado revolucionário, baseado em assembléias dos trabalhadores e dos setores populares. Segundo Yone e William, esse exemplo não serve apenas como alerta às empresas *Invepal e Inveval*, mas também a todas as empresas de co-gestão, para eliminar os obstáculos capitalistas e avançar um conteúdo socialista em toda a economia sob o controle dos trabalhadores.

Yeant Carlos Sabino (2008), dirigente do sindicato da *Vivex, Edo. Anzoátegui*, filiado à UNT, em entrevista ao *El Militante*, declarou que o sindicalismo anterior era dos dirigentes burocratizados e que negociavam o contrato coletivo. Agora, no modelo novo de sindicalismo, os trabalhadores tomam as decisões, diz o dirigente. A *Vivex* é uma fábrica de vidros para a indústria automobilística. Em 2006, realizou-se uma dura luta pela readmissão de vários trabalhadores que formavam um sindicato. Sabino (2008) esclarece que a empresa reprimia o conjunto dos trabalhadores e também um dos membros da *Junta Directiva*. Os trabalhadores estavam três anos fora da empresa, quando uma decisão do Ministério do Trabalho favoreceu os trabalhadores pela sua readmissão. Esse acontecimento mobilizou e aumentou o nível de consciência dos trabalhadores.

Novamente, a proposta patronal foi pela divisão da categoria: firmar um acordo coletivo ou readmitir os companheiros demitidos. Os trabalhadores rejeitaram a proposta do patrão. Com as mobilizações da categoria, os trabalhadores foram readmitidos e foi firmado o primeiro contrato coletivo de trabalho, apesar da recusa patronal durante dois anos. A partir de então, passou a valer a participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões. Sabino conclui dizendo que, no sindicalismo anterior os dirigentes burocratizados negociavam o contrato coletivo, agora no modelo novo de sindicalismo, os trabalhadores participam da organização e da luta, desde a elaboração da proposta do contrato coletivo até a sua aprovação.

Felix Martínez (2008), dirigente do Sindicato da *Mitsubishi*, afirmou em entrevista que: graças à assembléia dos trabalhadores que toma as decisões e ao mérito dos novos métodos de trabalho, o número de filiados ao sindicato subiram de 186 em 2003 para 950 trabalhadores em 2008. A *Mitsubishi* na Venezuela produz veículos japoneses e coreanos. Após o *paro* patronal (2002), em 13 de março de 2003 concretizou-se o Sindicato da *Mitsubishi*. Em 2003, quando a empresa tinha 800 trabalhadores, 186 trabalhadores decidiram organizar o sindicato. Na atualidade, a empresa tem 1.200 trabalhadores e o sindicato já tem 902 filiados. Pelo número de pedidos de filiação, o sindicato espera chegar a 1.150 filiados. Para muitos dirigentes, aumentar o número de filiados é um dos instrumentos de luta.

A forma de organização sindical praticada é definida como sindicalismo participativo - nas constantes assembléias do sindicato, da UNT local e da empresa - nos quais ocorrem os debates de idéias e propostas, além da realização de atividades

culturais, esportivas de integração familiar. Antes da filiação sindical, cada trabalhador recebe uma planilha de informações importantes sobre a estrutura sindical e suas propostas de mudanças. O trabalhador é informado da situação econômica, social, dos estudos realizados, das propostas de contratação coletiva do sindicato que poderão melhorar a situação dos trabalhadores. Ao se filiar ao sindicato, o trabalhador é convidado a se filiar também à cooperativa de caderneta de poupança e crédito, gestada pelos trabalhadores. Qualquer trabalhador tem acesso aos créditos do Fundo de Reserva da cooperativa. Segundo Martínez, além da Mitsubishi, trabalhadores de outras empresas (Vivex, Coca-Cola, entre outras) também se filiaram a essa cooperativa.

José Quintero (2007), militante sindical declarou que, em nove de dezembro de 2005, no dia em que se iniciou à recuperação da empresa Inveval pelo controle operário, foi implantada uma política revolucionária de redução da jornada de trabalho de 8 horas para 7 horas diárias – permitindo ao trabalhador continuar seus estudos nos distintos níveis e nas diferentes missões educativas do governo Chávez. Foram entrevistados trabalhadores que estudam na Unefa, Cultca, nas missões Sucre, Rivas, Robinsón I e II e na Universidade Bolivariana dos Trabalhadores *Jesú Rivero* e da UBT “JR” - esta funciona dentro dos espaços da Inveval, de acesso para os trabalhadores da empresa e das comunidades vizinhas.

Na opinião transcrita de Crisanto Albarran (14 set 2007), trabalhador da Inveval, graduado pela *Mision Robinsón* Inveval e estudante da UBT JR, a oportunidade de estudo havia se perdido, a partir dos 11 anos de idade e o espaço da Inveval foi fundamental para a retomada dos estudos. Crisanto expõe sua satisfação com um poema: *“Como fue? No se decirte, Como fue? No se decirte que paso, pero de ti me enamore, porque fue una luz que ilumino mi ser, ósea, que esto lo que quiere decir fue que yo me enamore de las misiones”*. Ana Maria Rodríguez (12 set 2007) também manifesta sua gratidão: *“Estoy contenta por la creación de la UBT JR en Inveval donde el Currículo de formación ha sido elaborado por los trabajadores, actualmente estamos recibiendo clases de Gestión Socialista con el profesor Fernando Reyes”*. Ana María agradeceu pelos conhecimentos adquiridos para melhorar o desempenho da empresa de co-gestão, além dos conhecimentos socialistas. Impressões da professora e coordenadora da *Misión Robinsón*, Rosaura Acosta (14 set 2007):

Es grato poder manifestar nuestro agrado ya que en tres años en el municipio y durante todo este tiempo no habíamos logrado una sede donde ubicar la 1era oficina de la misión, y aquí en Inveval muy

gentilmente nos han brindado el apoyo donde podemos reunirnos con la mesa técnica, hacer las planificaciones de la misión y el trabajo de censo con las comunidades. Hemos logrado también enlazar con la comunidad de Carrizal tenemos en los ambientes tanto trabajadores como a los habitantes en los salones de clase.

Carlos Rodríguez e Hermann Albrecht (27 mar 2006) relataram entrevista feita à Patrícia Vilmer, secretária geral do sindicato da *Gotcha* sobre a ocupação da fábrica de flanelas *Gotcha*, estado Aragua. O patrão não queria reabrir a empresa porque não queria regularizar os direitos sociais das trabalhadoras (nem cesta *ticket*, nem nada) e nem as dívidas acumuladas com as mesmas, desde 1997. Como não havia acordo entre as partes, a empresa foi ocupada pelas trabalhadoras, o presidente Chávez fez a expropriação e a colocou sob controle das mesmas, relata Patrícia. Em 14 de março de 2006, as trabalhadoras dessa empresa participaram de uma marcha da Frente de Empresas em Co-gestão e Tomadas em Caracas. Elas estão se incorporando à Frente, porque, segundo justificativas de Patrícia, “somente unidos os trabalhadores têm possibilidade de vencer os patrões, esses capitalistas que exploram há tantos anos os trabalhadores”, reforça.

Apesar de todas as manobras, as companheiras resolveram legalizar seu sindicato, Sintracotex, em 01 de julho de 2005. Os ex-patrões da *Gotcha* têm grandes *sembradíos* de algodão em Caracas, *Cabruta e Barinas*, e contam com financiamento do governo. Segundo relatos de Patrícia, nesses *sembradíos*, as condições dos trabalhadores são de extrema exploração. Entre eles têm cerca de 700 indígenas, contratados em condições precárias, além disso, a imagem deles está sendo usada para ganhar a confiança do governo Chávez para conseguir dinheiro público.

5.3.1 Do cooperativismo capitalista para o cooperativismo socialista nas fábricas ocupadas - conselhos operários e comunais.

Luxemburgo (1999:80-81) no debate com a social-democracia, especialmente sobre as cooperativas, afirma: “Quanto às cooperativas, e antes de tudo, as cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia, capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas (...) a troca domina a produção”. Nas cooperativas de produção, impõe-se uma contradição: “verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo o

absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista. É desta contradição que morre a cooperativa de produção”.

Segundo Jorge Paredes (19 mai 2007), os estatutos das novas empresas socialistas devem garantir que a propriedade seja 100% do Estado e sob controle dos trabalhadores. O presidente Chávez transformou empresas capitalistas em empresas socialistas, mas afirmando que os estatutos devem ser revisados e transformados para um caráter de empresa socialista. Em atividades políticas da *Frente Revolucionario de Trabajadores de empresas en Cogestión e Ocupadas* (FRETECO), foi denunciado pelos trabalhadores que o código de comércio vigente não serve para as empresas socialistas, e o presidente Chávez prevê o desaparecimento desse código. É correto que o Estado tenha o controle de 100% das ações das empresas, porém, os trabalhadores devem ter o controle. Segundo relatos de Paredes, dia 24 de abril de 2007, houve uma mobilização da FRETECO no Palácio Miraflores para encaminhar as propostas dos trabalhadores ao Presidente da República. Foi criada uma comissão no Miraflores e, no dia 07 de maio, em outra reunião, foi encaminhada uma mesa de trabalho para dia 14 de maio, envolvendo a MINEP, MILCO, a Assembléia Nacional e para a qual a FRETECO levará um documento das propostas a serem discutidas sobre o funcionamento das empresas socialistas. Também seriam debatidos problemas de outras empresas como Sanitarios Maracay, INF, MDF, Gotha, entre outras. O dirigente afirmou também que não há possibilidade de se criar empresas socialistas com participação de patrões. Uma empresa socialista somente é possível mediante total controle dos trabalhadores.

Na Inveval havia uma junta diretiva de cinco pessoas, e o dirigente defende que para dirigir a empresa é melhor o Conselho de Fábrica, do qual participam 32 pessoas. O Conselho toma as decisões e funciona muito bem, com ampla participação para resolver os problemas. O dirigente defende que esse modelo poderia ser estendido a todas as empresas do país e inclusive ser aprovado na nova lei habitante. As idéias dos revolucionários são as idéias do marxismo, adaptadas à realidade venezuelana, afirma Paredes. O dirigente diz que será organizada uma plenária ou uma conferência junto com a UNT para conversar com os sindicatos filiados à central e explicar o que está acontecendo nas fábricas ocupadas e cogestionadas, combater todas as mentiras que a imprensa privada está espalhando e, também, para elaborar um modelo de gestão para as empresas socialistas. Na mesma reunião deve ser discutida, junto com a UNT, a ocupação de outras fábricas para a estatização e gestão sob controle dos trabalhadores.

Esse é o caminho do socialismo, segundo afirmações de Paredes: os trabalhadores devem colocar-se à frente da revolução.

Não se trata de abandonar as reivindicações do trabalho, que são justas e necessárias (o aumento salarial, os contratos coletivos de trabalho), mas o grande eixo político do momento é da revolução e do socialismo na Venezuela, na América Latina e no mundo, afirmou o dirigente. A FRETECO deve ser determinante, junto aos demais trabalhadores organizados da UNT, para avançar a consciência, a unidade dos trabalhadores e aprofundar a revolução. O trabalho em empresas chaves, como o realizado na Inveval e Sanitários Maracay, cuja experiência é fundamental para impulsionar o controle operário na gestão de empresas. A tarefa da UNT é elaborar um programa de luta dos trabalhadores para organizar a ocupação de empresas e, ao mesmo tempo, impulsionar a criação do Conselho dos Trabalhadores. Isso poderá elevar o nível de consciência da classe trabalhadora e gestar as empresas tomadas dos capitalistas. Na indústria alimentícia, em particular, faz-se necessário organizar os Conselhos de Fábrica e os operários assumirem o controle das empresas. Essa é a única forma de luta dos trabalhadores contra o desabastecimento e a sabotagem de produtos imposta pelos capitalistas.

Jacobo Acosta (30 mar 2007), secretário executivo do Sintracorreios de Caracas-Miranda – UNT defendeu que: *“Los Consejos de Trabajadores, vinculados a los Comunes, puede acercarnos a los soviets de obreros, campesinos y soldados que tuvo la revolución rusa”*. Para Acosta, os Conselhos de Trabalhadores devem se vincular ao 5º. Motor implantado pelo Presidente Chávez, que fala da *“explosión del Poder Popular”* e do desenvolvimento dos Conselhos Comunes.

5.3.2 Conselhos dos Trabalhadores e Conselhos Comunes rumo ao socialismo.

É hora de organizar os Conselhos dos Trabalhadores em cada centro de trabalho vinculados aos Conselhos Comunes, mas um temor entre alguns dirigentes sindicais de que esses conselhos possam liquidar os sindicatos. Acosta (30 mar 2007) acredita que devem trabalhar de forma articulada com os Conselhos Comunes, ou seja, cada motor deve vincular-se a outro. A classe operária é fundamental para a construção do socialismo. Se não se construir os Conselhos de Trabalhadores nos centros de trabalho integrados com os Conselhos Comunes, o resultado pode repetir uma situação parecida

com a presenciada por Lênin na revolução Russa, em 1917, com os sovietes, os Conselhos de Operários, os soldados e os camponeses.

Lincoln Secco (2003), em *Lutas sociais*, fez uma avaliação do cooperativismo e do declínio dos conselhos operários na história. Fundamentado em Pannekoek *et al* (1975:9 apud SECCO, 2003), afirma que, para ser considerada modelo comunista, uma sociedade deveria ser regida pelo conselho operário, porque não teria espaço para “dirigentes profissionais”. O Estado proletário não seria outra coisa senão o próprio modelo de conselho proletário, porque, segundo Gramsci (*apud* SECCO, 2003:176): “concentraria o comando das atividades técnicas, administrativas, produtivas, culturais e a preparação política e militar dos trabalhadores”.

No entanto, segundo Secco (2003:176), houve um refluxo da experiência de conselhos operários na Europa a partir da década de 1920. A ação do operariado acabou se restringindo a mero apoio para as agitações políticas dos partidos de origem operária: trabalhistas, social-democratas, socialistas e comunistas. Por outro lado, ao contrário dos conselhos de operários, o cooperativismo no movimento não se enfraqueceu, mas se ampliou em nível mundial. Essa experiência cooperativista, tida como integrada e pacífica na concorrência capitalista, consolidou-se entre 1920 e 1960:

as cooperativas não desapareceram, como prova o exemplo sueco, onde o movimento cooperativo subiu de 250 mil membros em 1920, para 622 mil em 1937 (D’Almeida, 1979:107-112). E depois disso, o movimento espalhou-se pelo mundo. Atingiu, nos anos 60, a cifra mundial de cerca de 140 milhões de membros (PINHO, 1962:127 *apud* SECCO, 2003:176).

A experiência de cooperativismo do movimento operário deixou muitos casos de convivência pacífica ou de integração ao capitalismo, segundo Secco (2003). O abandono do discurso socialista e de integração a partidos políticos anti-socialistas e moderados é verificado na história do movimento operário. O autor cita *os populares* da Itália (posterior Democracia Cristã), que disputavam o controle do cooperativismo com os socialistas. Na *Valle Padana*, por exemplo, os populares tinham o controle de “311 cooperativas agrícolas católicas”, ao mérito da ação do clero. Os socialistas e republicanos tinham apenas 236 cooperativas sob seu controle. (CHABOD, 1961:46 apud SECCO, 2003:176). Os argumentos de Secco (2003:176) enfatizam que o cooperativismo na história não ficou sob controle de conselhos operários e nem serviu para fortalecer a luta revolucionária, conforme sugerido por Gramsci:

O cooperativismo, mesmo quando atingiu a produção industrial ou agrícola, ainda assim esteve destituído da radicalidade dos conselhos de fábrica. Embora, numa Ordem Socialista, a organização interna da fábrica devesse assemelhar-se a uma autêntica cooperativa de produção. Como disse Gramsci, “uma cooperativa operária tem por fim, não o lucro dos particulares, mas o fortalecimento dos meios da luta revolucionária” (Gramsci, 1976:117). Oficialmente, sabemos, o cooperativismo persistiu sendo à base da agricultura soviética (kolkhozes), ao lado das fazendas estatais (sovkhozes). Também oficialmente, os soviets continuaram existindo, mas nada disso lembrava algum tipo de “controle operário”.

A luta para a ocupação e nacionalização de empresas é a ponta de lança da luta do socialismo na Venezuela, segundo militantes da FRETECO, Yone e William (01 mar 2006), que defendem transformar a co-gestão revolucionária em estatização e gestão sob controle dos trabalhadores. Os operários das empresas ocupadas e em co-gestão deveriam propor ao movimento operário, à UNT, ao presidente da República e ao movimento bolivariano, a estatização de toda economia, como marco para a criação do modelo socialista, sugerido como possível pelo próprio presidente da República. Para as empresas de co-gestão não voltarem ao sistema capitalista, o órgão máximo de deliberação deverão ser as assembléias dos trabalhadores, conforme defendido pelo próprio presidente Chávez. “Os representantes dos trabalhadores devem ter maioria dos membros em todos os órgãos de decisão e devem ser elegíveis e revogáveis a todo momento” de acordo com Yone e William (01 mar 2006).

Cortar os privilégios entre os trabalhadores: “Cortar o vínculo direto, que atualmente existe, entre o bem-estar dos trabalhadores, os resultados da empresa e os benefícios da cooperativa. Os trabalhadores devem negociar seus salários e demais benefícios diretamente com o Estado”. Os projetos sociais devem receber recursos excedentes, que “deverá ser repassado integralmente para o Estado, e esse investi-lo em projetos sociais urgentes (...), a participação dos trabalhadores, delegados elegíveis e revogáveis nos Conselhos Comunitários e demais organismos de participação popular”. Não poderá haver diferença de direito para a organização sindical: “Garantir o direito de organização sindical para os trabalhadores das empresas ocupadas e recuperadas, da mesma forma como para qualquer trabalhador assalariado”. Combater a desigualdade social e política entre os trabalhadores: “Os trabalhadores novos devem desfrutar dos mesmos direitos e condições de participação política, como qualquer outro trabalhador da empresa recuperada, estipulando-se para isso, um prazo de 15 dias ou um mês para tal adequação”. O Estado não poderá se sobrepor ao movimento revolucionário: “Os

representantes do Estado não podem ser designados pelos Ministérios e sim pelo conjunto do movimento revolucionário, organizado em assembléias populares, nos Conselhos Comunais, UBEs, sindicatos classistas, Comitês de Terra”. Novas direções devem ser eleitas nas empresas expropriadas: “Nas empresas expropriadas, as antigas direções devem ser afastadas, não repetindo o que aconteceu na *Invepal Morón*, na qual antigos diretores continuavam na direção da empresa”, finalmente, segundo relatos de Yone e William (01 mar 2006):

Criar um Conselho Operário e Comunal Nacional integrado por delegados elegíveis e revogáveis pelos trabalhadores de cada empresa ocupada e cogestionada, incluindo os Conselhos Comunais que têm envolvimento com essas empresas através de projetos sociais. O objetivo desse Conselho Operário e Comunal Nacional seria estender o novo modelo de gestão para toda economia, como medida para elaborar um Plano Democrático Nacional, impulsionar o desenvolvimento endógeno e a cogestão revolucionária rumo ao socialismo. Dessa forma, lutar contra as contradições que existem entre a forma legal capitalista, e o conteúdo socialista, esse sob o controle dos trabalhadores.

5.3.3 Trabalhadores denunciam assassinatos de sindicalistas e exigem apuração e punição dos culpados.

Segundo *Prensa CTR-UNETE* (2009), o Coletivo de Trabalhadores *en Revolución* (CTR), em recente reunião dos sindicatos filiados a UNETE, exigiu esclarecimentos sobre o assassinato dos dirigentes sindicais, cujos autores materiais e intelectuais ainda não foram apurados, e muito menos, condenados pelas autoridades competentes. O coletivo exige esclarecimentos sobre as investigações. Trata-se da morte de trabalhadores em conflitos com empresas transnacionais, como Alpina, Coca-Cola, Mitsubishi e Toyota. Devido ao assassinato do trabalhador mais recentemente, Argenis Vasquez, do Sindicato da Toyota em Cumuná estão sendo realizadas assembléias de base dos sindicatos da Federação Regional URT do estado de Sucre, iniciadas na *La Gaviota*.

O coletivo afirma que são assassinatos políticos, contra dirigentes sindicais classistas, do coletivo CTR-UNETE, por encomenda das transnacionais e executadas por paramilitares e *sicarios* colombianos, que teriam encomenda de cerca de três mil dirigentes sindicais venezuelanos. O coletivo exige do Estado a mesma agilidade demonstrada na apuração de assassinatos de políticos e empresários, como no caso

Sindoni - apurado em curto prazo. O coletivo denuncia também, violência e assassinato de sindicalistas da construção civil e da área petroleira nos estados Bolívar, Zulia, Carabobo, Anzoátegui e Miranda. Afirmam que a prática de violência, da cultura do terror e dos assassinatos de sindicalistas classistas, tem apoio interno na AD e nos sindicatos ligados aos políticos da IV República. Os militantes desse coletivo fazem um apelo ao conjunto dos trabalhadores e à comunidade para que coloquem em prática princípios de justiça, de dignidade, da cultura da vida e da paz. Nesse sentido, o coletivo propõe espaço de debate entre os sindicalistas e representantes do Estado para exigir as devidas providências. Essa proposta seria também encaminhada para a Coordenação Nacional da UNETE e as demais organizações regionais e setoriais filiadas para massificar o debate e a pressão.

5.4 Movimento operário atual e o acirramento da luta de classes.

Flavia Bischain Rosa (2009) afirmou que diferentes correntes sindicais e políticas participaram do ato de lançamento da União Nacional dos Trabalhadores (UNT), contrárias ao caminho direitista assumido pela Confederação dos Trabalhadores Venezuelanos (CTV) e suas críticas ao “chavismo”. Segundo registros de Cormenzana (*apud* ROSA, 2009), em 2005 havia três correntes com esse perfil na construção da UNT, conhecidas pelos seus principais expoentes: Marcela Máspero; Orlando Chirino e Ramón Machuca. Mais tarde essas três correntes converteram-se em cinco: *Colectivo de Trabajadores en Revolución* (CTR), sob direção de Marcela Máspero, *Corriente Clasista Unitaria Revolucionaria Autónoma* (C-CURA), sob coordenação de Orlando Chirino, a *Fuerza Bolivariana de Trabajadores*, coordenada por Oswaldo Vera, o *Movimiento Alfredo Maneiro*, coordenado por Franklin Rondón e a *Autonomia Sindical* sob direção de Orlando Castillo. Também participou da fundação da UNT, a *Corriente Marxista Revolucionária* (CMR), responsável pela construção da (*FRETECO*), uma opção político sindical de esquerda no interior do bolivarianismo.

No Congresso de Fundação da UNT estiveram presentes: vinte e cinco federações regionais e cento e vinte sindicatos, como resultado de mobilização pós-golpe de 2002 e os *paros* empresariais. Rosa (2009) avalia que a UNT foi um dos pilares mais importantes para a governabilidade do atual presidente frente aos ataques da direita. O controle operário da produção do petróleo durante 63 dias e a derrota da burocracia estatal, para impedir a paralisação promovida pelos patrões foi fundamental.

As contradições entre a necessária independência da classe trabalhadora (UNT), em apoio ao governo póliclassista e suas campanhas eleitorais, poderão comprometer sua autonomia, segundo Rosa (2009).

A luta de classes acirrou-se, como resultado dos interesses conflitantes entre burguesia e proletariado. O governo “bolivariano” fez um esforço para administrar o país unindo os setores sociais, mas o antagonismo entre as classes levou os trabalhadores a se organizar em defesa do governo. A contradição está posta para os trabalhadores que, de um lado, confiam no governo “bolivariano” – como demonstraram no golpe de 2002 e dos *paros* patronais; por outro lado verificam-se insatisfações dos trabalhadores, quanto aos contratos coletivos não cumpridos, o crescente desemprego, o aumento do custo de vida - intensificando as mobilizações operário-populares. Há um acirramento da luta de classes contra o patronato, mas também contra a ausência de respostas favoráveis aos trabalhadores, em algumas áreas de sua responsabilidade, segundo USI (2008 apud ROSA, 2009).

O processo revolucionário aberto em 1989 (*Caracazo*) continua forte devido à disposição de luta e das mobilizações crescentes dos trabalhadores, avalia uma das correntes internas da UNT, à esquerda do chavismo, C-CURA (ROSA, 2009). Haveria um acirramento cada vez mais agudo no processo político do país, fortalecendo a consciência antiimperialista e socialista dos trabalhadores e do movimento sindical. A força política que garante o maior dinamismo nas lutas populares e sindicais em todo país é o próprio movimento operário. Ao mesmo tempo, percebe-se o aumento dos protestos populares com reivindicações de serviços públicos (luz, moradia, água...) em vários estados, segundo registros dessa corrente (ROSA, 2009).

Há um crescente aumento de confiança dos trabalhadores em relação às organizações operário-sindicais, pois, frente à conjuntura favorável, as lutas estão se radicalizando. Há espaço para uma maior radicalização de luta, à medida que há desrespeito dos direitos da classe trabalhadora, sob responsabilidade do patronato e também do governo. A corrente reproduziu números de trabalhadores envolvidos em ocupações de fábricas, publicados pelo jornal *El Nacional*: 46.000 trabalhadores teriam conflitos diretos com o patronato, mas que esse número poderia chegar a 100.000. As empresas citadas como de maiores conflitos seriam: *Mitsubishi, Toyota, Firestone, Metalpress, Coca Cola, Planta de Tratamiento de Desechos Sólidos em Mérida,*

Cadafe, ULA TV, Sanitários Maracay, Sidor e Autotex, segundo corrente C-CURA (2008 *apud* ROSA, 2009).

Na avaliação da *Unidad Socialista de Izquierda* (USI), sob liderança de Orlando Chirino, uma revolução estaria em curso na Venezuela, desde 1989 e, na atualidade, as lutas operárias revolucionárias estariam se aprofundando. As ruas e avenidas das principais cidades do país estariam sendo tomadas por inúmeros conflitos e marchas por trabalhadores em luta por direitos negados. Segundo registros do jornal *Voz de los Trabajadores* (USI), em 05 de junho de 2008, cerca de 3.000 trabalhadores, do setor elétrico marcharam até a Assembléia Nacional e ao Ministério do Trabalho para cobrar abertura de debate por melhores condições de trabalho, salários dignos e contrato coletivo (ROSA, 2009).

A luta pela nacionalização e do controle operário da fábrica de peças, *Sanitários Maracay* foi um dos marcos mais importantes no processo de reorganização dos trabalhadores da Venezuela. Essa disputa política contou com a presença das principais correntes do movimento operário que, durante vários anos, os operários resistem à violação patronal dos direitos do contrato coletivo. Trabalhadores temporários eram super explorados, sem qualquer direito (condições inadequadas de trabalho, horas extras e a exigência constante pelo aumento de produtividade), com contratos individuais de salários reduzidos e ameaças de fechamento da fábrica. Em novembro de 2006, ocorreu a ocupação e a gestão operária. A burocracia sindical que atuava na fábrica durante 40 anos, não defendia os interesses dos trabalhadores e deixava o patrão agir segundo sua vontade, relatou o *Partido Revolución y Socialismo* (PRS *apud* ROSA, 2009). Uma vanguarda de lutadores no interior da fábrica, seguindo princípios revolucionários socialistas, organizou um sindicato alternativo desde 2003. Após várias paralisações e três referendos, esse sindicato alternativo foi reconhecido pelo Ministério Regional do Trabalho, como legítimo representante dos trabalhadores da fábrica. Todo esse processo, além da luta pelos direitos imediatos, foi importante para a conscientização dos operários e a prática do potencial organizativo da classe, segundo Boito (2003 *apud* ROSA, 2009).

O sindicato garantiu sua atuação no interior da fábrica através do Comitê de Fábrica e dos delegados sindicais eleitos. Uma manifestação de trabalhadores que exigia a expropriação da empresa foi duramente reprimida pelo governador Didalco Bolívar, do Estado de Aragua, em 23 de abril de 2007. A determinação do governador era deter

os manifestantes e, no enfrentamento, 15 operários foram presos e 14 feridos pela Guarda Nacional e a polícia. O governo federal já havia se pronunciado contra a nacionalização da empresa através do Ministério do Trabalho. A mediação feita pelo governo definiu que o patrão pagaria as dívidas trabalhistas dos trabalhadores para que desocupassem a fábrica. A proposta desestabilizou os trabalhadores e um grupo de empregados submissos ao patrão abandonou a ocupação, para que a empresa fosse retomada, em agosto de 2007. Cerca de 70 trabalhadores e o Comitê de Fábrica ocuparam o galpão da *Sanisplastica*, fora da planta central da empresa. Os trabalhadores da ocupação não contaram com qualquer ajuda do governo, viviam sem salários, não tinham acesso às demais dependências da empresa e foram interrogados pela promotoria pública devido à “invasão” do galpão. Os principais dirigentes da ocupação fazem parte da USI e oposição ao governo Chávez, como Richard Gallardo, presidente da UNT de Aragua, assassinado nesse período de mobilizações; Orlando Chirino, Emílio Bastides; Ricardo Acevedo e José Villegas. Rosa (2009) também constatou que na C-CURA participam diferentes partidos e organizações políticas à esquerda do governo (oposição parcial ao governo).

Rosa (2009) constatou que a *Siderúrgica del Orinoco* (SIDOR), do estado Bolívar, privatizada em 1997 e controlada pela Techint (grupo argentino-italiano), contou com uma greve de 80 horas e, na realização de um protesto em 14 de março de 2008, sofreu repressão da Guarda Nacional - quando vários trabalhadores foram feridos, carros foram quebrados e 53 operários presos. O Ministério do Trabalho realizava referendos entre os trabalhadores sobre a proposta empresarial de rebaixamento de direitos. Contando com a solidariedade de classe de outros trabalhadores, paralisações e marchas, os trabalhadores rejeitaram a proposta patronal e continuaram exigindo a nacionalização da SIDOR. De janeiro a março, aconteceram paralisações dos trabalhadores e, na marcha feita em 04 de abril ao palácio Miraflores, o vice-presidente da República, Ramón Carrizales, publicou a nacionalização da empresa. Em 09 de abril de 2008, o governo tentou negociar os salários com a empresa – que apresentou proposta rebaixada. Rosa (2009) constatou que a mobilização dos operários da fábrica Sanitários Maracay e da SIDOR transformou-se em batalhas nacionais, combinando ações entre as organizações sindicais e políticas, nos estados e nos atos de caráter nacional.

5.5 Reorganização do movimento operário-sindical e popular – a relação com o governo e a luta pela autonomia revolucionária.

Uma análise mais precisa é feita por Rosa (2009), sobre o processo de reorganização do movimento operário-sindical dos últimos anos e sua estreita relação com o governo Chávez, desde o seu início (1999). Os instrumentos de mediação impulsionados e utilizados pelo governo caracterizam-se pelos Círculos Bolivarianos que sustentam o chavismo. Esses círculos tiveram papel decisivo na defesa do governo contra o golpe de 2002. Os Conselhos Comunais criados em 2006 somaram-se aos círculos para a aproximação do governo aos movimentos populares. As diferentes missões, de iniciativa do governo para a realização de projetos de cunho social, acabaram criando uma dependência dos setores populares em relação ao governo. Em alguns casos, a dependência transformou-se em clientelismo, dificultando a organização de experiências populares autônomas, segundo Lander (2007 apud ROSA, 2009).

Na avaliação de Arenas (2006 apud ROSA, 2009), parte das organizações sociais acaba subordinada ao comando político do próprio presidente da República. Rosa (2009) enfatizou que os projetos “chavistas” absorvem muitos setores sociais e políticos através dos “conselhos comunais”, das “missões” ou partidos aliados ao governo. A autora cita o caso de algumas organizações de esquerda no movimento estudantil que, devido à estreita vinculação com o governo, reduziram os protestos confrontacionais. Isso ocorre, segundo Maya (2002 apud ROSA, 2009), devido à adoção de outras formas de fazer política dos principais dirigentes desse movimento. No movimento sindical o governo tem relação fortalecida desde a primeira campanha eleitoral, mas consolidou sua aproximação através da criação da UNT, relatou a *Corriente Marxista Revolucionaria* (CORMENZANA apud ROSA, 2009).

Na UNT há correntes político-sindicais com relação muito estreita com o governo “bolivariano”. A *Fuerza Bolivariana Socialista de Trabajadores* (FSBT) tem ligações diretas com o ex-Ministro do Trabalho, José Ramón Rivero que, anteriormente à criação da UNT, anunciava a criação da nova central. A moderada corrente *Autonomía* mantém ligação com o PPT, ex-aliado do governo. Na esquerda venezuelana, reconheceu Rosa (2009), o “chavismo” parece ter hegemonia no movimento popular, no movimento sindical, entre as diferentes correntes políticas, inclusive em alguns grupos trotskistas. A *Corriente Socialista Revolucionaria* (CSR), segundo Rosa (2009) atribui o alto grau de mobilizações operárias da atual conjuntura à atuação do governo, que

anunciou e cumpriu uma série de medidas vinculadas à política de esquerda. No mesmo sentido, a FRETECO defende que a aliança com o governo atual é a única saída para dar seqüência ao movimento revolucionário, na correlação de forças para a construção do socialismo no país, segundo Moreno e Sababria (2006 apud ROSA, 2009).

Pela análise da FRETECO, na direção de luta pela ocupação da fábrica *Sanitarios Maricay*, a corrente C-CURA teria cometido “erros ultra-esquerdistas”, que teriam funcionado como um golpe contra o Ministro do Trabalho, resultando no isolamento da luta. A corrente cita, por exemplo, a paralisação realizada pela corrente C-CURA, em Aragua, que exigia a nacionalização da empresa, mas apresentou atitude “sectária” e isolou a luta. Segundo análise da FRETECO (apud ROSA, 2009), alguns setores da UNT realizaram manobras burocráticas contra outros setores internos, provocando a derrota da ocupação da fábrica, *Sanitarios Maracay*.

A FRETECO (apud ROSA, 2009) não atribui a culpa da derrota da ocupação ao governo, mas às forças internas da UNT (que lideraram o processo de ocupação) por agirem no sentido de desgastar o governo. Os grupos sectários da UNT elegeram o governo como culpado central da derrota, quando na verdade não há possibilidade de soluções positivas no curso da revolução, sem a participação ativa do governo Chávez, afirma a Frente. Contudo, a Frente fez críticas ao Ministro do Trabalho José Ramón Rivero, que defendeu os patrões e bancou um grupo de trabalhadores para retomar a fábrica ocupada. O ex-ministro teria argumentado que a *Sanitarios Maracay* não era estratégica e, portanto, não deveria ser nacionalizada. Essa atitude do ministro, segundo a Frente, teria se transformado num “balde de água fria” contra a luta dos trabalhadores, que por isso também se voltaram contra o governo.

A FRETECO, segundo Rosa (2009), propõe que as fábricas sejam nacionalizadas, fiquem sob gestão dos trabalhadores, servindo aos programas de governo e ao aprofundamento da revolução. O enfraquecimento da luta dos trabalhadores deve-se à política equivocada do então Ministro do Trabalho, por haver usado a estratégia de desgaste econômico e força da repressão da Guarda Nacional contra os trabalhadores. Além disso, o ex-ministro é acusado pela FRETECO de “contra-revolucionário”, por financiar um grupo de trabalhadores vinculado aos patrões para retomar fisicamente a fábrica ocupada. Outra acusação contra o Ministro do Trabalho vem da corrente C-CURA, que avaliou a nacionalização da SIDOR como maior acontecimento político e vitória dos trabalhadores no período. Essa não teria sido vitória

do governo, devido à atuação do Ministro do Trabalho, José Rivero, a favor dos patrões, até poucos dias antes de ser forçado a realizar a nacionalização. Os objetivos do ministro teriam ficado evidentes na atitude repressiva da Guarda Nacional, nas atitudes chantagistas e ameaçadoras do ministro contra os trabalhadores da SIDOR, no ato público dia 14 de março de 2007.

5.6 Nações indígenas exigem demarcação de terras e liberdade para seus dirigentes presos. Há espaço para a idéia de um Estado-Plurinacional?

Humberto Márquez, em IPS Notícias (15 mar 2010), denunciou que as comunidades indígenas Yukpa (que promoveram algumas mobilizações e pressionaram o governo para a demarcação de terras no extremo oeste da Venezuela) exigem a liberdade de seus dirigentes e julgamento segundo as leis de seus ancestrais. “*Tenemos nuestra cultura, nuestra justicia. Podemos juzgar y castigar a culpables de algún daño a la comunidad sin que nuestros caciques estén presos bajo la ley de los wata (criollos)*” - diz Sabino Romero Martínez, cacique da comunidade *Chaktapa*. Um grupo de indígenas e ativistas dos direitos humanos manifestaram-se frente ao Tribunal Superior de Justiça (TSJ), solicitando o restabelecimento do direito do povo *yukpa* e de todos os povos indígenas da Venezuela (36 etnias, com cerca de 600.000 pessoas) de julgar de acordo com suas próprias leis, sua visão de mundo e seus costumes.

Os povos indígenas exigem a demarcação das terras de seus ancestrais, que compreendem a planície do oeste do lago de Maracaibo e áreas da Sierra de Perijá, na fronteira da Colômbia (território de 600 a 700 quilômetros ao ocidente de Caracas). As melhores terras foram ocupadas durante o século XX, por fazendeiros *crioulos*, enquanto 12.000 *yukpas* vivem em pobreza nas montanhas, cobiçadas por empresas transnacionais de mineração. Segundo relatos de Humberto Márquez, o governo nega-se a oficializar essas terras às dezenas de comunidades indígenas da etnia. Em 13 de outubro de 2009, ocorreu um incidente violento entre os *yukpas* e as comunidades vizinhas *Chaktapa* e *Guamo Pamocha*. No dia anterior, o governo havia entregado milhares de hectares a três comunidades, que aceitaram os parâmetros oficiais do governo para demarcações de terras indígenas. O cacique principal de *Chaktapa*, Sabino Romero Izarra, com mais alguns homens, mulheres e crianças da comunidade haviam se dirigido aos prédios de Olegario Romero, da comunidade *Guamo Pamocha* para reclamar supostas difamações e implicações de delitos e invasão de fazendas. As

comunidades indígenas ocuparam várias fazendas nos últimos dois anos, para pressionar a restituição de territórios que consideram de sua propriedade.

A discussão entre os indígenas de Chaktapa e os de Guamo Pamocha terminou em violência, houve disparos de escopetas dos dois lados, com a morte de Eber García, entre vários indígenas feridos por golpes ou disparos de tiros. Como consequência do conflito, estão presos Olegario e Israel Romero (menores de idade) e Alexander Fernández, da etnia vizinha wayúu. Romero Izarra está preso no Fuerte Macoa, quartel do exército da região. A juíza do caso, Judith Rojas negou o pedido de entregar o caso para a jurisdição indígena. O advogado de defesa, Ricardo Colmenares lamentou que a Constituição Venezuelana não está sendo respeitada: *“Es lamentable que se obvие la Constitución em este caso donde se daban los tres parámetros para entregarlo a la jurisdicción indígena: ocurrió em um área indígena, fue entre indígenas y rigen normas y pautas de control social propias del pueblo yukpa”*. Segundo Humberto Márquez, o artigo 260 da Constituição venezuelana estabelece que:

las autoridades legítimas de los pueblos indígenas podrán aplicar em sua hábitat instancias de justicia com base em sus tradiciones ancestrales y que sólo stecten a sus integrantes, según sus propias normas y procedimientos, siempre que no sean contrarias a esta Constitución, a la ley y al orden público.

Para Humberto Márquez (2010), segundo Romero Martínez (filho do líder preso), havia um acordo entre 64 comunidades yukpa, que os culpados do confronto deveriam pagar em compensação à violência usada, morte e feridos com a pena de vários anos de serviço à comunidade. A posição da juíza que cuida do caso é que a justiça indígena somente pode julgar problemas menores, como roubo de galinhas. Segundo relatos de Humberto Márquez, o antropólogo Lusbi Portillo, da organização não governamental *Sociedad Homo et Natura*, com sede em Maracaibo, que acompanha as reivindicações indígenas há 25 anos, afirma que:

Se ignora que los pueblos indígenas, el yukpa em este caso, aplican justicia em sus comunidades según su cosmovisión desde siglos antes de que llegasen a América los españoles. Y em el fondo esta el juego cerrado contra el dirigente Sabino Romero, que reclama el derecho a la demarcación y no entrega sus banderas.

Segundo relatos de Humberto Márquez (2010), tanto a *Sierra de Perijá*, ao leste dos Estados venezuelanos de Zulia e Táchira, quanto ao oeste dos departamentos colombianos de *La Guajira*, Cesar e Norte de *Santander* possuem grandes quantidades de hidrocarbonetos com a presença de companhias transnacionais, o que aprofunda o

conflito e dificulta a demarcação de terras indígenas. O indígena Romero Martínez advertiu as autoridades venezuelanas dizendo que os indígenas não cruzarão os braços e que, se nos próximos meses os caciques continuarem presos (correndo risco de morte), as comunidades ocuparão outras 8 ou 10 fazendas, inclusive o *Fuerte Macoa*.

5.7 FNCEZ exige retomada da pauta da revolução agrária e superação da burocracia, da corrupção e da sabotagem.

Em comunicado da FNCEZ (14 jan 2005), a direção do movimento apontou o caminho a seguir: *El salto adelante es el Poder Popular - revolución agraria ahora!* Em diálogo direto com o presidente Chávez, segundo informações da FNCEZ, foi apresentada análise e proposta para a nova etapa da revolução. Para superar o desenvolvimento capitalista, é necessário deixar de lado práticas que impedem o desenvolvimento da revolução agrária. Para isso, deve-se superar a ineficácia, a burocracia, a corrupção o boicote, a sabotagem das cooperativas, a pouca disposição das instituições agrárias para viabilizar a revolução agrária no campo, tal como planejado pelo comandante Chávez.

Para os dirigentes da FNCEZ é fundamental desenvolver a luta ideológica e política, para dizer em alto e bom som: Abandonar a pouca validade legal das cartas agrárias; o *Sicariato* que já assassinou mais de 100 dirigentes camponeses, inclusive o camponês Alejandro Márquez da Fuerza Bolivariana de Campesinos (FBC), de forma vil, em 30 de dezembro de 2004; a sabotagem contra as cooperativas e pequenos produtores no atual *Plan de Siembra* pelo Ministério da Agricultura e Terras (MAT), do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário, Pesqueiro, Florestal e Afins (FONDAFA); suspensão imediata da política de prisão e tortura dos sete camponeses, além dos outros tantos torturados e um assassinato sob comando do General Oswaldo Bracho, no estado Apure. O movimento quer saber, se não é a *Fuerza Armada Nacional* (FAN), quem determina essa política?

Após 145 anos do assassinato do General Ezequiel Zamora, a FNCEZ apresentou as seguintes propostas: construir um programa de mobilização e lutas que permita coordenar as ações em caráter nacional; assumir a luta contra o latifúndio e levantar a proposta “Terra ocupada terra trabalhada” ou “ocupa a terra quem nela trabalha”; impulsionar a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário; solicitar aos

governadores, prefeitos e à comissão presidencial contra o latifúndio, participação direta da FNCEZ para implantar suas propostas políticas; assumir a construção do novo modelo produtivo de desenvolvimento endógeno; organizar as brigadas camponesas, segundo doutrina de segurança e defesa nacional; transformar as cooperativas agrárias em empresas de propriedade social, ao invés de abandonar sua direção e produção; e converter as cartas agrárias em títulos de propriedade coletiva.

5.8 Organizações de esquerda nos bairros, na gestão de espaços do poder de Estado - e a divulgação da cultura revolucionária.

Um olhar *in loco* sobre a Venezuela (2004 e 2006) permite conhecer o Bairro 23 de Janeiro, em Caracas. Nesse bairro, foi possível constatar a existência de 98 edifícios, conjuntos habitacionais populares, cercados por cerca de oitenta vilas de casas simples, somando cerca de 500 mil habitantes. Lá existiam 56 organizações popular-revolucionárias das mais distintas orientações político-ideológicas, que comandam espaços do governo. Os espaços institucionais, que nos governos anteriores serviam para reprimir lideranças políticas de esquerda, agora são a casa do “poder popular”. A exemplo de a *Casa del Poder Popular 23 Enero*, os coordenadores são eleitos pela comunidade local, “administram” os recursos repassados pelos governos e os vários serviços da comunidade: seguridade alimentar, registros de nascimento, registros de casamento, projetos de saúde e educação, conscientização da juventude, conselhos comunais, entre outros. A *Coordinadora Simon Bolívar*, uma espécie de associação de moradores, possui a *Radio Comunitaria Fredy Parra*, um dos instrumentos mais importantes para a mobilização do povo pobre para a luta; o *Coletivo Aléxis Vive*, constituído por militantes de orientação marxista-leninista, entre outras dezenas de organizações que se afirmam como revolucionários: tupamaros, guevaristas, marxista-guevaristas, guevarista-bolivarianos etc, - e seguem caminhos semelhantes de organização, luta e conscientização do povo. Por todo bairro 23 de Janeiro, outros bairros e no Centro de Caracas, observam-se os muros, paredes e faixas estampadas em frases e grafites, anunciando o horizonte das organizações popular-revolucionárias, em busca do poder popular e do socialismo.

5.9 O sentido da conciliação de classes das organizações políticas tradicionais e o recuo do movimento guerrilheiro.

Os pactos que constituíam o bloco hegemônico da democracia burguesa e signatários do *Pacto de Punto Fijo (1958)*, incluíam os partidos políticos: *Acción Democrática (AD)*; o *Socialcristianismo (COPEI)* e, como força minoritária, a *Unión Republicana Democrática (URD)*; os sindicatos ligados a esses partidos, organizados na *Confederación de Trabajadores de Venezuela (CTV)*, o setor empresarial representado pela patronal *Fedecámaras*, as Forças Armadas e a hierarquia da Igreja Católica. Segundo Maya e Lander (2005) houve uma expressa exclusão do Partido Comunista da Venezuela (PCV) e os sindicatos afins. Além de outros fatores que distanciaram o partido desse bloco hegemônico: a Revolução Cubana desde 1959; e a repressão contra os sindicalistas ligados ao PCV, exercida pelo ex-governo de Bitencourt, no período da recessão econômica, no início dos anos 60. Essa situação promoveu um distanciamento desse partido da AD e uma aproximação com o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)*, no desenvolvimento da luta armada nos anos 60.

Respalado pelas forças aliadas dos pactos constitutivos, o Estado impôs uma derrota política e militar à guerrilha. Essa derrota abriu caminho para a incorporação de uma parte da esquerda venezuelana a um novo ajuste político institucional, sob o comando do campo hegemônico anterior. O resultado não poderia ter sido outro: nos anos 70, a esquerda insurrecional foi debilitada em suas organizações político-ideológicas. Na metade dos anos 80, os pactos constitutivos da democracia venezuelana começaram a apresentar fissuras, devido às transformações neoliberais verificadas no contexto nacional e internacional (LÓPEZ MAYA, *et al.*, 1989).

5.10 Análise do sentido político do Caracazo. Maior insurgência popular de massa, uma possibilidade de revolução na Venezuela?

Na avaliação de Maya e Lander (2005), os protestos sociais contra o programa de ajuste macroeconômico neoliberal, do segundo governo Carlos Andrés Pérez (1989-1993) sacudiram Caracas e as principais cidades do país. O episódio violento, conhecido como *Caracazo (Sacudón)*, efetivou-se entre 27 de fevereiro e 03 de março de 1989. Esse enfrentamento entre forças do governo e as lutas populares deslegitimou o sistema político venezuelano e abriu a porta para posteriores acontecimentos, como os

dois golpes de Estado derrotados em 1992 e a destituição do presidente Pérez em 1993. O processo de deslegitimação teve como antecedente dramático, o massacre de *El Amparo* (outubro de 1988), quando as forças militares e policiais assassinaram um grupo de pescadores na fronteira da Colômbia, simulando um enfrentamento com guerrilheiros colombianos. Devido à sobrevivência de dois pescadores e à mobilização da população, a verdade veio à tona, provocando indignação generalizada.

O *caracazo* (1989) e o massacre de El Amparo (1988) significaram momentos de inflexão importante para os protestos populares no país. A extensão, a força e a violência do *caracazo*, não têm comparação na história recente, afirmam Maya e Lander (2005). Uma das conseqüências do *caracazo* foi à criação da organização não governamental PROVEA, que iniciou o registro anual da situação dos direitos humanos do país, em particular, o direito de manifestação pacífica. Através dessa organização, é possível obter informações fidedignas de quantidade, atores, motivos e respostas das autoridades em relação à mobilização popular do país, nas últimas décadas.

Segundo Iturbe e Gomes (2004:60), Caracas, cidades vizinhas e algumas cidades do interior transformaram-se em uma grande insurreição popular contra as medidas do governo Pérez, no chamado *Caracazo*:

Centenas de milhares de pessoas dos bairros saíram á rua para protestar e saquear o comércio e enfrentaram-se com a duríssima repressão ordenada pelo governo, com barricadas, pedras e armas. Foi o maior e mais violento fato da história da luta de classes do país: centenas de pessoas morreram, a maioria nos enfrentamentos entre os manifestantes e as forças repressivas. A repressão foi violentíssima: oficialmente foram 243 mortos, mas se fala em um milhar, muitos deles enterrados em valas comuns. Uma ação criminosa, em meio ao Estado de Sítio, com assassinatos, torturas e prisões arbitrárias. Ao mesmo tempo, ocorreram inúmeros episódios de divisão nas FFAA, com setores que se negavam a reprimir ou, diretamente, participavam dos saques. As massas nas ruas, protagonizando uma insurreição operária e popular, marcaram um novo curso na história da Venezuela. Essa insurreição pôs em crise todas as instituições do poder que foram incapazes de frear a rebelião (...). Foi a ruptura das massas com a institucionalidade burguesa. A polícia dissolveu-se no meio do levantamento. O governo lançou as Forças Armadas contra o povo, as mesmas que têm como lema a frase bolivariana: “*Maldito seja o soldado que dispare contra o seu povo e aquele que o fizer não terá pátria nem bandeira*”.

5.11 Uma análise do golpe de 2002 – Segunda insurgência popular de massa – mais uma possibilidade revolucionária?

Iturbe e Gomes (2004:62-63) também entendem que, em abril de 2002, no golpe contra o presidente Chávez, revolução e contra-revolução encontraram-se frente a frente. A burguesia “nacional” (interna) e os imperialistas de um lado e, de outro, a “disposição revolucionária das massas”. Do lado contra-revolucionário posicionavam-se todos os homens e mulheres em sintonia com o império estadunidense e seu embaixador Charles Shapiro. Encontravam-se entre eles: representantes da *Fedecámaras* (Federação patronal do país); a alta burocracia estatal da PDVSA; os representantes da CTV, conhecida como “central pelega” dos trabalhadores; dirigentes da COPEI e da AD; militares ligados à antiga oligarquia; altos dirigentes da Igreja Católica e os empresários dos grandes meios de comunicação (Gustavo Cisneros, proprietário de 70 empresas em 39 países, que empregam em torno de 35 mil trabalhadores).

Depois do golpe, lançaram a repressão nas ruas. Forças golpistas apoiadas por grupos paramilitares (formados por agrupamentos direitistas, como o Primeiro Justiça), militantes da AD e da suposta organização de “esquerda” Bandeira Vermelha (com escopetas e revólveres) “caçaram” militantes chavistas, dirigentes sindicais e comunitários. Com ordens dos prefeitos de Caracas, Chacao e Baruta, invadiram casas e prenderam os ativistas. Derrubaram os portões da embaixada cubana e tentaram invadi-la para buscar supostos exilados. Esta noite morreram várias pessoas (ITURBE; GOMES, 2004:63).

Inicialmente, as massas não sabiam que o presidente não havia assinado sua renúncia e, devido à desinformação, não reagiram, até o momento em que acreditaram na possibilidade da não renúncia. Os protestos começaram em Caracas no dia 12 à noite, e no dia 13 as manifestações espalharam-se por todo território nacional. Os operários metalúrgicos tomaram as fábricas em *Guayana* e, enquanto aguardavam decisões dos seus dirigentes de classe, não liberaram seus diretores. Os trabalhadores de Maracaibo e os petroleiros de *Porto da Cruz* preparavam-se para a resistência. O povo foi até o quartel dos pára-quedistas, em Maracay, solicitando armas para resistência. A população cercou os arredores dos principais quartéis do país. Segundo Iturbe e Gomes (2004:63), essa situação “inclinou a balança para o lado da insurreição. Os soldados faziam assembléias para discutir e decidiram reconhecer apenas o governo de Chávez”. Na capital do país, as pessoas desciam dos morros, tomaram as ruas aos milhares e pediam armas nos quartéis. Barricadas foram montadas nas ruas para enfrentar a Polícia Metropolitana:

Houve tiroteios, panelaços, pedradas e disparos que vinham dos morros. Fecharam as avenidas com barricadas de madeira e pneus em chamas. Cercaram as redes de televisão e exigiram que se pusesse a verdade “no ar”. As pessoas estavam organizadas e havia líderes, normalmente os chefes comunitários dos círculos bolivarianos. Novamente houve uma insurreição clássica em Caracas: a cidade estava nas mãos do povo e a revolução derrotou o golpe. Logo, começou a resistência militar antigolpista, com os pára-quedistas da base “Libertador” de Maracay e os infantes da marinha de Catia La Mar. Os golpistas assustaram-se e fizeram chamados pelos meios de comunicação para que não viessem para Caracas. O comando da Guarda de Honra, com um contingente de três mil homens, responsável pela segurança do palácio presidencial, tomou partido de Chávez: armados de fuzis e pistolas, instalou-se no salão principal e outros setores do prédio.

Para Iturb e Gomes (2004:63-64), “a burguesia não teve outra alternativa para contrapor às massas insurrectas que trazer Chávez de volta, com a tarefa de recompor o Estado”. Para aprofundar o processo revolucionário, após a derrota dos golpistas, exigiu-se do governo de forma decisiva, o total desmonte da conspiração. Mas, segundo os autores, o presidente da República encaminhou uma política contrária, prendendo apenas Pedro Carmona - que fugiu para a embaixada colombiana. Os demais golpistas não sofreram qualquer punição. “Os canais de televisão continuaram funcionando e conspirando. Toda a direção da PDVSA permaneceu intacta”. Chegando do Miraflores, no domingo (às cinco horas), Chávez “com um crucifixo na mão”, teria dito: “Calma, está tudo bem, voltem para suas casas, está tudo sob controle... Não quero os Círculos Bolivarianos com armas, esta é uma revolução pacífica”.

5.12 “Política de rua” - Protestos populares e disputa pela hegemonia do poder de Estado, entre 1989-2009.

O fenômeno do *Caracazo*, em particular, chamou a atenção para aquilo que já se sabia, mas sem a devida importância: a “política de rua”. Nesse espaço público produz-se a interação entre diferentes agentes sociais e políticos, além das diversas representações de autoridades. A “política de rua” é um recurso, especialmente para os setores sociais mais debilitados e afastados do centro do poder, que necessitam de outros canais de comunicação com os poderosos (MAYA; LANDER *apud* ECKSTEIN, 1989:28). Maya López e Lander (2005) fizeram uma atualização de um artigo de sua autoria, *Venezuela: continuidades y novedades de la protesta popular*, publicado na *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*.

Os autores fizeram um balanço das mobilizações populares na Venezuela, a partir da *Base de Datos El Bravo Povo (BDEBP)* e do *Programa Venezolano de Educación Acción em Derechos Humanos (PROVEA)*, entre 1958 e 2005. Trata-se de informações empíricas anuais proporcionadas por esses organismos e analisadas comparativamente pelos autores, avaliando os protestos populares ocorridos no período e registrados pelos meios de comunicação (El Nacional e outros). Em janeiro de 1958, foram acordados os pactos constitutivos pelo Estado, que deram fim a uma aliança cívico-militar (fim da última ditadura militar do país), dando início ao sistema político democrático. Momento em que foi firmado um conjunto de compromissos e pactos, entre os agentes políticos e sociais, mais conhecido como, *Pacto de Punto Fijo*.

O primeiro sentido da “política de rua” aponta para derrubar o neoliberalismo do poder de Estado (1989). O segundo sentido é contrário (2002 – 2010), para recolocar no poder de Estado os neoliberais e pró-imperialistas. Nos últimos anos, os meios privados de comunicação (como o *El Nacional* e o *El Universal*) desenvolveram uma intensa atividade política de oposição ao governo Hugo Chávez, trazendo manipulações e distorções na publicação de números de participantes e da importância das mobilizações, entre as que enfrentam ou apóiam o governo. Todavia, quem faz a análise dos dados sabe dessas possíveis distorções e conhece o comportamento das manifestações populares, desde o tempo do *caracazo*. Portanto, faz-se o comparativo entre os números registrados pelo PROVEA e as resenhas do *El Bravo Pueblo* com uma visão crítica para reduzir ao máximo as distorções.

O PROVEA registrou os números de manifestações do país: entre outubro de 1989 e setembro de 2005, somaram-se 15.611, o equivalente a 2,67 ocorrências por dia, incluindo finais de semana e feriados (tabela n.?). Os autores chamam atenção para as greves e os *paros* de 2001 e 2002, dizendo que não estão incluídos na estatística, pois o PROVEA não os considerou como forma de manifestação de protesto popular. Os períodos chamados de pico de manifestações aconteceram: o primeiro entre 1991 e 1994 e o segundo entre 1999 e 2003.

O primeiro caracterizou-se por uma profunda crise política que apresentou seus momentos mais dramáticos nos golpes de Estado, derrotados até novembro de 1992. Desde lá, o governo Pérez entrou em um processo acelerado de perda de apoios políticos, que culminou na retirada do cargo de presidente pelo Congresso Nacional, em maio de 1993, respaldado pela Corte Suprema da Justiça, devido à máversação de

fundos públicos. O historiador Ramón J. Velásquez assumiu o governo interino e cumpriu o período constitucional, até a eleição de Rafael Caldera (dez 1993). Durante esse período de crises, a média diária de manifestações populares chegou a 2,75, sem incluir os *paros*. O segundo pico ocorreu entre os anos 1999 e 2003, correspondentes aos primeiros cinco anos do governo Chávez. E governo de Caldera representou um projeto político alternativo para o país, com uma nova elite que promoveu massivas manifestações de rua, tanto a favor quanto contra o governo. Nesse período, a média diária de manifestações subiu para 3,5, caracterizando a maior mobilização popular do país. Nesses últimos números, PROVEA incluiu os *paros* do trabalho, o que altera um pouco a média das manifestações, segundo Maya e Lander (2005).

O BCEBP apresentou, no período anterior (1983-1998), um total de 3.416 registros de protestos (resenhas), o que corresponde a 0,55 manifestações por dia. Esse banco de dados também indica os anos de pico. O primeiro corresponde à mudança de governo de Luis Herrera Campinas para Jaime Lusinchi, devido às turbulências provocadas pelo “*viernes negro*”. Assim foi denominado o dia (fevereiro 1983) em que o governo Herrera anunciou a devolução da moeda, o *Bolívar* e um controle de câmbio, numa atitude que permitiu à maioria da população perceber a grave crise econômica em que vivia o país. A evidência da crise econômica foi à alavanca principal para a derrota do partido do governo, nas eleições presidenciais no final de 1983. O registro de protestos populares, como “política de rua” (atividades de rua registradas ou relatadas em artigos e comentários em jornais) são apresentadas nas estatísticas da tabela? abaixo:

Tabela 57 - Resenhas (BDEBP) e protestos (PROVEA) na Venezuela entre 1983 e 2005 que caracterizam à “política de rua”.

Período	BDEBP - Resenhas	PROVEA - Protestos
Out 1983 set 1984	283	...
Out 1984 set 1985	157	...
Out 1985 set 1986	191	...
Out 1986 set 1987	124	...
Out 1987 set 1988	121	...
Out 1988 set 1989	225	...
Out 1989 set 1990	156	675
Out 1990 set 1991	220	546
Out 1991 set 1992	159	873

Out 1992 set 1993	185	1.047
Out 1993 set 1994	190	1.099
Out 1994 set 1995	176	581
Out 1995 set 1996	245	628
Out 1996 set 1997	197	632
Out 1997 set 1998	186	422
Out 1998 set 1999	272	855
Out 1999 set 2000	329	1.414
Out 2000 set 2001	...	1.312
Out 2001 set 2002	...	1.262
Out 2002 set 2003	...	1.543
Out 2003 set 2004	...	1.255
Out 2004 set 2005	...	1.467
Total	3.416	15.611
Média	200,94 (1983-2000)	975,68 (1990-2005)

Fonte: Autoria própria – *Base de datos El Bravo Pueblo* (BDEBP,1958-1999) e o *Programa Venezolano de Educación Acción en Derechos Humanos* (PROVEA,1989 – 2005 apud LOPEZ MAYA; LANDER, 2005).

Maya e Lander (2005) relataram que o BDEBP caracterizou as manifestações de rua, em três categorias: convencionais, confrontacionais e violentas. As convencionais correspondem aos protestos mais rotineiros, frequentemente legais e que não despertam sentimentos de angústia ou temor nos participantes, observadores e autoridades. As confrontacionais são as concentrações, as greves de fome e as marchas combativas, sem autorização – que se apresentam mais em períodos de turbulência e transformações sociopolíticas da sociedade (TARROW, 1989 *apud* MAYA; LANDER, 2005). Os protestos violentos são os que produzem destruição de propriedades públicas e privadas e danos à integridade física de pessoas participantes ou não do protesto. Entre 1983 e 1985, dos protestos de rua, de acordo com o BDEBP, menos de 10% se caracterizam como violentos. De 1986 em diante ultrapassam os 10%, registrados como especialmente violentos, nos anos de 1991-1992 e 1992-1993, correspondendo ao período de crise política, vigente no segundo governo de Pérez. Nesse contexto, também se inclui o período de 1995-1996, corresponde ao período do programa de ajuste macroeconômico, conhecido como Agenda Venezuela.

Desde meados dos anos 90, percebe-se uma redução na atribuição das características de danos de bens ou agressões entre pessoas aos protestos violentos. Porém, começam a ser incluídos pelo BDEBP, os protestos reprimidos pelo Estado, segundo análise de Maya e Lander (2005). Já o PROVEA incluía os protestos reprimidos pelo Estado, anualmente, desde 1989 (MAYA, 2003a *apud* MAYA; LANDER, 2005). Conforme registros do PROVEA, no segundo governo de Pérez (1989-1993), houve um aumento na intensidade da repressão violenta do Estado contra protestos populares. Um de cada três protestos era reprimido, produzindo um saldo altíssimo de mortos. Na repressão atroz exercida durante o *caracazo*, somente em 1992, depois do fracasso do golpe de 04 de fevereiro, 26 pessoas foram mortas em manifestações pacíficas (PROVEA, 1991-1992 *apud* MAYA; LANDER, 2005).

Houve mudanças de comportamento do Estado, com menor agressividade às mobilizações populares, a partir do segundo governo de Rafael Caldera (1994-1998). Se comparado esse período com os anos 60 (tempos em que havia luta armada e o Estado reprimia violentamente as manifestações), houve uma significativa redução do uso da força contra as manifestações populares. No segundo governo de Caldera, um de cada seis protestos era reprimido pelo Estado (MAYA, 2003a *apud* MAYA; LANDER, 2005). O número de mortos em manifestações também se reduziu. Em 1996, por exemplo, não houve mortes no país, como resultado do uso da força do Estado.

No governo de Hugo Chávez, os protestos adquiriram uma característica de maior reconhecimento e institucionalidade. Entre 1998-1999, um de cada 24 protestos foi reprimido; entre 2000-2001, um de cada 28; entre 2001-2002, um de cada 25; entre 2002-2003, um de cada 36; entre 2003-2004, um de cada 33 (PROVEA, 1998-2004 *apud* MAYA; LANDER, 2005). No período de 2004-2005, uma de cada 80 manifestações pacíficas sofreu repressão do Estado. Segundo avaliação de López Maya e Lander, essa parece uma tendência que se consolida. Houve também uma diminuição de uso de armas de fogo em manifestações públicas: nos primeiros seis anos do governo Chávez, oito pessoas foram mortas em manifestações pacíficas; entre 2004-2005 não houve mortos em manifestações de rua. Houve, portanto, uma diminuição da violência nos protestos (PROVEA, 2002-2004 *apud* MAYA; LANDER, 2005). Segundo dados do BDEBP, os protestos confrontacionais, entre 1988-1989, representam 21,4% do total das manifestações de rua, mas no final de 2000, a média desse tipo de protestos subiu para 38,5%.

Os protestos mais convencionais são majoritários, em seis dos dez anos pesquisados, e somente nos anos de maior turbulência sociopolítica esses tipos de protestos perdem visibilidade. Uma segunda caracterização dos protestos registrados em resenhas (BDEBP, 1958-1989 apud MAYA; LANDER), apresenta as situações socioeconômicas e civis políticas, relacionando os percentuais entre ambos. Os autores chegaram à conclusão de que os protestos socioeconômicos prevalecem sobre os civis políticos, exceto em 1963 (período de maiores tensões), quando prevaleceram os protestos civis e políticos.

Entre 1958 e 1973, a média percentual das resenhas de protestos socioeconômicos indica 55,7% do total e, entre 1970 e 1973, esse percentual sobe para 75%. No período de 1983 a 1999, os protestos socioeconômicos apresentam um percentual de 74,3 do total das resenhas. Nas motivações dos protestos socioeconômicos encontram-se essencialmente reivindicações de acesso aos serviços públicos. Nas motivações dos protestos civis e políticos aparecem as bandeiras da democracia, do combate à corrupção, das eleições e da autonomia - caso de três dos primeiros seis anos avaliados (1958-1963). A partir dos anos 80, os direitos humanos passaram a ter um claro protagonismo.

Os pesquisadores chegaram ao entendimento de que, desde 1958 (quando foi instaurado o sistema democrático na Venezuela) houve um maior equilíbrio numérico entre protestos com motivações socioeconômicas e os protestos de motivações civis e políticas. A partir do período democrático, os políticos passaram a ter maior visibilidade, revelando o clima de turbulência política vigente nos anos 60 (própria da luta pela hegemonia alcançada em 7º) a favor das forças signatárias dos pactos de 1958, que derrotaram a proposta revolucionária do PCV e do MIR. Dados sobre os protestos apresentados pelo PROVEA indicam que, a partir do governo Chávez, os protestos políticos aumentaram, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. Muitos desses protestos que aparecem como voltados às demandas socioeconômicas, na realidade têm um claro conteúdo político (PROVEA, 2001-2002: 500 apud MAYA; LANDER, 2005).

Avalia-se que atualmente os protestos políticos apresentam um sentido de disputa pela hegemonia (semelhante à dos anos 70), e se iniciam os conflitos abertos em torno da ocupação do poder. Desde a última metade de 2001, novos atores apareceram na política de rua, nos setores da classe média e classe alta, que ocupam também esse

espaço público para fazer a luta política pela hegemonia na Venezuela. São liderados pelos proprietários dos meios privados de comunicação, partidos políticos tradicionais, ou agrupamentos sociais como gerentes petroleiros organizados, que defendem um projeto alternativo ao governo “bolivariano” - considerado antimoderno e autoritário. Em alguns momentos da política de rua, essas forças opositoras equiparam-se numericamente às forças que defendem o governo de Chávez. Nos últimos anos, esse novo ingrediente potencializou a visibilidade desses protestos, principalmente quando os atores puderam contar com recursos poderosos, como os meios privados de comunicação audiovisuais e impressos. Esses setores têm como desafio para sua organização, aprofundar a qualidade da sua relação com o Estado e com a democracia venezuelana, segundo Maya e Lander (2005).

5.13 O Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV): conflitos com os demais partidos de esquerda.

Carvalho e Borges (2008) acompanharam o congresso de fundação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), no *Quartel San Carlos* – Caracas, no dia 12 de janeiro de 2008. O Congresso contou com a participação de 1.676 delegados eleitos em assembleias de todo território venezuelano em outubro de 2007. Contou com a presença de 20 delegados estrangeiros, militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B); do Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido dos Trabalhadores (PT - Brasil) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-Brasil). Carvalho e Borges reproduziram explicações do ex-vice-presidente da República, Jorge Rodrigues, que coordenou o processo e acabou sendo o presidente provisório do partido: “Realizamos uma revolução sem partido, mas agora iniciamos o trabalho de parto de um partido socialista e revolucionário”.

O PSUV foi criado para dar maior organicidade aos milhões que assumem identidade com a chamada revolução bolivariana, e para substituir a legenda eleitoral MVR, criada em 1998 para eleger Hugo Chávez. Em dezembro de 2006, quando foi reeleito por 63% dos votos, discursou sobre a urgência da criação de um partido que representasse todos os apoiadores do socialismo. Em apenas três semanas foram filiadas 5.722 milhões de pessoas, aproximadamente 36% dos eleitores venezuelanos. O partido foi estruturado em 14.363 batalhões socialistas (núcleos), com 300 filiados no máximo

em cada um, entre vizinhos, pessoas que se conheciam e apoiavam a revolução bolivariana – mas que não se reuniam para discutir política.

O partido formado por aproximadamente 100 mil integrantes em comissões (ideológica, defesa territorial, propaganda, trabalho social e logística) criadas durante o processo de preparação do congresso de fundação. O objetivo é consolidar o partido com características típicas de partidos de quadros e de massas ao mesmo tempo. As pessoas que desejam ser militantes do PSUV discutirão as bases programáticas, os estatutos e as tarefas políticas do partido durante dois meses. Relatos reproduzidos, de Jorge Rodrigues por Carvalho e Borges (17 jan 2008) afirmam que:

O objetivo é construir um partido forte, o maior do país, com muita ternura e tolerância, mas também com muita firmeza. Os inimigos da revolução são poderosos e não descansam. O referendo da reforma constitucional mostrou que não podemos facilitar. A nossa revolução é pacífica, democrática, mas ela também é armada e não vai sucumbir diante de qualquer agressão. Sem um partido socialista forte, a revolução não avançará.

Em discurso de três horas, Hugo Chávez fez questão de lembrar o sentido histórico da escolha do local (*Quartel San Carlos*) para a realização do congresso de fundação do PSUV, “o presídio dos revolucionários” onde foram torturados e assassinados militantes do Partido Comunista da Venezuela (PCV). Em seguida, defendeu algumas propostas que deveriam fazer parte da construção do partido: que tenha ética revolucionária, fundamentado em exemplos como Fidel Castro, Che Guevara e Antônio Gramsci. Um partido formado por trabalhadores que sejam honestos e dedicados. Um partido que funcione como instrumento coletivo, democrático e que não seja de carreiristas e personalistas.

Segundo Carvalho e Borges (17 jan 2008), Chávez afirmou que a revolução no futuro dependerá do partido e não de um homem, de uma vanguarda esclarecida ou de uma cúpula. Admitiu que a falta de um partido, foi até aqui a principal debilidade da revolução *bolivariana*. Após relatos de importantes conquistas sociais, políticas e econômicas, em tom de auto-avaliação, Chávez reconheceu as falhas, limitações e erros do processo político em curso. Ressaltou a importância da formação dos militantes, com consciência e conhecimento aprofundados para avançar a revolução.

O presidente da República defendeu a prioridade às bases e à militância, à radicalidade democrática, a afirmação dos valores revolucionários, o combate à corrupção e contra a formação de novas oligarquias: “Deve ser uma escola forjadora de

consciências e vontades para subverter a ordem capitalista... A consciência é o único motor que pode mover a vontade mais férrea”. Falou também que muitos abandonaram ou traíram o socialismo, e outros afirmam que o socialismo morreu e que o marxismo é o diabo. Para ele Cuba e Fidel Castro são exceções na construção socialista e o socialismo do século XXI é o grande desafio. Além disso, defendeu uma política de construção internacional, especialmente da união latino-americana das forças de esquerda. Quanto à derrota no referendo a respeito das reformas constitucionais, Chávez fez uma dura e profunda auto-avaliação, assumindo para si a principal responsabilidade pela primeira derrota, após nove anos de vitórias eleitorais e referendos.

Palavras do presidente bolivariano, relatadas por Carvalho e Borges apresentam a auto-avaliação (17 jan 2008): “Eu assumo minhas responsabilidades. Errei no momento estratégico do referendo. Não era a melhor hora, o povo não estava convencido das mudanças propostas”. Reconheceu também seus erros de sectarismo ao não fazer alianças com as organizações partidárias: PCV e PPT. Recorreu a contribuições de Lênin, quanto à necessidade de fazer alianças para avançar a revolução. Defendeu a volta do diálogo com esses partidos, com setores da “burguesia nacional” e as camadas da classe média. O partido deverá enfrentar a “batalha dos três erros: revisão, retificação e reimpulso revolucionário”, nas palavras de Chávez, reproduzidas por Carvalho e Borges (17 jan 2008). Finalmente, sobre a possível reeleição presidencial, muitos delegados manifestaram a disposição de iniciar um abaixo-assinado para garantir a reeleição de Chávez, em 2013. O presidente chamou atenção para a necessária prudência e defendeu a formação de um pólo patriótico, que incluiria o PCV e o PPT, e em primeiro lugar a preocupação deveria ser com as eleições de outubro de 2008.

Quanto à disputa interna no PSUV, Acosta (30 mar 2007) defendeu que não são os partidos existentes na atualidade que devem controlá-lo, mas as organizações sociais, populares, principalmente o movimento operário - que devem formar a coluna vertebral do partido. A CMR no PSUV deve exercer um papel importante nesse sentido. Acosta diz respeitar os partidos que não ingressaram no PSUV. Reivindicou mais tempo para a questão do PCV, com militantes historicamente comprometidos e identificados com o partido. O PPT tem dirigentes acostumados a repartir espaços de poder e não querem abandonar esses espaços. Com os *Batallones Socialistas* não deve ocorrer o mesmo que se passou com as UBEs, que nasceram com uma expressão e vontade de participar das

bases, desorganizaram-se e, em alguns casos, foram controladas pela burocracia. Os *Batallones*, diferentemente irão se articular com os Conselhos Comunais e os Conselhos dos Trabalhadores e deverão crescer com a ajuda do Terceiro Motor “*Moral y Luces*”. A idéia central de “*Moral y Luces*” é a transformação da sociedade e da consciência, segundo Acosta.

Luis Primo (30 mar 2007), dirigente da UNT Caracas-Miranda e da CMR, um dos propulsores do PSUV, diz que: “La clase obrera debe unificarse políticamente en el PSUV para expropiar a los capitalistas y tomar el control del estado”. Primo foi um dos três mil que começaram a construir o PSUV no dia 24 de março de 2007, no Teatro Tersa Carreño. Na opinião de Primo, o PSUV tem um papel importante para o momento histórico. Existe uma grande crise no capitalismo mundial. Ante essa realidade, é necessário organizar um grande processo revolucionário mundial, unir a classe trabalhadora para lutar pelo socialismo. Segundo avaliação de Primo, a América Latina é o epicentro, principalmente a Venezuela. A responsabilidade da classe trabalhadora Venezuelana deve ser a unificação política, para desenvolver plenamente a consciência dos trabalhadores deve agrupar a classe para expropriar os capitalistas e tomar o controle do Estado.

5.14 A conformação de um terceiro bloco eleitoral de esquerda – frente a frente com governistas e pró-imperialistas.

Outras organizações, conforme *Laclase.info* (2010) relataram a preocupação do presidente da República com uma eventual oposição de esquerda. Essas iniciativas estariam questionando o bloco monolítico do PSUV. Setores chavistas, relativamente independentes, como os partidos *Nuevo Camino Revolucionario* (NCR) e o *Patria Para Todos* (PPT) estariam na linha de frente do processo – anunciando a organização de uma “Frente Amplio Revolucionaria”. Chávez teria atacado os proponentes da possível frente, que lançaram um manifesto com o título “*De frente con Venezuela*”, um manifesto assinado por ex-funcionários e acadêmicos. Esse setor propõe à presidência da República, uma candidatura alternativa à governista e à oposição pró-imperialista. O presidente Chávez teria criticado à iniciativa com a expressão “*distraz*” da burguesia para arrancá-lo do poder. *Laclase.info* reproduziu palavras do presidente (20 mar 2010):

Están llamando por ahí a crear el Frente Amplio Revolucionario (...). Yo estoy obligado a hablarle al pueblo con la verdad siempre,

para que nadie se deje manipular... Está llamando alguien que dice que va a llamar a todos los que están descontentos en el llamado chavismo para conformar, no el chavismo sin Chávez, sino Chávez sin el chavismo. Y que van a llamar a no sé qué partido, ya al otro, para unirse para salvar la revolución. Todos esos son contrarrevolucionarios... Por aquí van los tiros de esos grupos que se están anunciando, que están anunciando que hay que buscar una alternativa a la dictadura del PSUV.

O presidente referiu-se também a um outro manifesto apresentado por Fermín Toro e Luis Fuenmayor, ex-funcionários do governo. Chávez desafiou os proponentes a se apresentarem ao eleitorado em 2012.

Aquí dice un documento que está circulando por ahí, de ex partidarios del proceso... “Proponemos al pueblo venezolano la participación en una elección presidencial con una candidatura propia, distinta a la de Chávez y distinta a la de la oposición”. Bueno, los esperamos en el 2012.

O partido *Unidad Socialista de Izquierda*, recentemente, lançou a proposta de uma *Frente Independente de Lutadores* para a apresentação de candidaturas à Assembléia Nacional. As diretrizes básicas da frente seriam: independência de classe e de luta; respeito pelos direitos dos trabalhadores e da população pobre e, medidas de transição para o socialismo, segundo relatos de Laclase.info (20 mar 2010). Para se traçar uma linha de interpretação da situação política da Venezuela, as contribuições de Antônio Gramsci são importantes, especialmente a respeito do bloco histórico. Entende-se por bloco histórico, como “articulação interna de uma situação histórica precisa” (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977:103). Essa situação evolui com a estrutura e superestrutura desse bloco histórico, e se constitui, em essência, no sistema hegemônico da classe dominante. Para se construir um novo bloco histórico é necessário construir um novo sistema hegemônico, no contexto de uma crise orgânica do bloco histórico, que deverá, momentaneamente, beneficiar as novas forças sociais que se preparam para a ruptura frente ao velho sistema.

Portanto, não se trata, em hipótese alguma, de um movimento mecânico ou de uma prática economicista, pelo contrário, trata-se de um processo em evolução e superação dialética. Nesse sentido, duas condições básicas impõem-se para esse empreendimento:

- O desencadeamento de uma crise orgânica do bloco histórico, isto é, da ruptura dos laços orgânicos entre a estrutura e a superestrutura, quando os intelectuais deixam de representar as classes sociais. Uma tal crise pode ser suscitada pelas classes subalternas (organizadas ou não) ou pode ser consequência de um fracasso político da classe

dirigente. – A criação de um sistema hegemônico, agrupado as classes subalternas: isto porque, se a crise for “espontânea” e as classes subalternas estiverem desorganizadas, a classe dominante recuperará o controle da situação e a velha sociedade sobreviverá, pelo menos provisoriamente; por outro lado, na ausência de tal organização, a crise orgânica não poderá ser suscitada (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977: 103).

O autor lembra que nem toda crise no interior do bloco histórico é obrigatoriamente orgânica: ela somente se configura como tal, quando a ruptura atingir a classe dominante ou as forças sociais que almejam dirigir o novo sistema hegemônico. Dessa forma, a luta entre as classes, burguesia (e seus aliados), proletariado (e outras classes dominadas) configura uma crise orgânica, porque envolve os principais protagonistas da estrutura da sociedade capitalista. Contudo, uma crise orgânica pode se configurar no próprio sistema hegemônico e provocar um conflito no interior da classe dominante e seus aliados ou ainda, frações da classe dominante entre si:

Seria um erro de método (...) considerar que todo fenômeno histórico resulte do equilíbrio das forças fundamentais; é preciso igualmente considerar as relações (...) que se estabelecem entre os grupos principais das classes fundamentais e as forças auxiliares guiadas ou submetidas à influência hegemônica. (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977: 104).

O autor chama a atenção que, em tal crise orgânica, as classes subalternas mantêm-se excluídas ou atuam como massa de manobra em função das frações de classe em conflito. Uma crise orgânica é caracterizada como ruptura entre a estrutura e a superestrutura. Essa crise acontece na contradição entre a evolução da estrutura sem a necessária evolução da superestrutura: “A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer”. (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977:105). Quando a classe dirigente deixar de cumprir sua função econômica e cultural ou deixar de fazer avançar a sociedade na sua totalidade, também se desagregará o bloco ideológico que lhe garante coesão e harmonia.

Isso não acontecerá necessariamente, porque os “grandes intelectuais” exercem uma função moderadora e, por conta disso podem provocar uma “superação” momentânea da crise orgânica e da desagregação do bloco hegemônico. O antigo bloco histórico somente desaparecerá, quando a crise estrutural produzir uma crise orgânica ou uma crise no bloco hegemônico. A crise de hegemonia é que caracteriza essencialmente a crise orgânica (há uma relação estreita entre hegemonia e bloco histórico). No sentido da superação dos partidos políticos tradicionais, acrescenta o autor:

Em certo momento de sua vida histórica, os grupos sociais destacam-se de seus partidos tradicionais, ou seja: os partidos tradicionais, na forma de organização que apresentam, com os homens bem precisos que os dirigem, não são mais reconhecidos como expressão própria de sua classe, ou fração de classe. (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977: 105).

Nos partidos políticos em que a burocracia dirigente se desliga das suas bases sociais (classe ou fração de classe), o fenômeno de ruptura ocorrerá. Como resultado disso, instaura-se a crise de hegemonia e a superação por outro bloco hegemônico poderá ocorrer, a depender da organização e a luta política das forças sociais subalternas. Segundo Gramsci (*apud* PORTELLI, 1977: 105), nesse caso: “o partido termina por tornar-se anacrônico e, nos momentos de crise aguda, chega a esvaziar-se inteiramente de seu conteúdo social e fica como se construído no vazio”.

Um novo sistema hegemônico somente se viabiliza frente a uma crise orgânica, quando as classes anteriormente subordinadas à explosão da crise, organizarem-se e construirão sua própria direção político-ideológica. Esse é um desafio difícil de resolver, mesmo porque uma classe somente se tornará hegemônica quando “apoderar-se do Estado – sociedade civil + sociedade política”, segundo concepções gramscianas. No seio do bloco histórico, as forças subalternas têm poucas possibilidades de organização. Isso ocorre, na maioria dos casos, devido à sua exclusão da “real política” e por não contarem com os intelectuais orgânicos - também subalternos da classe dominante, pois sua independência e organização quase sempre não vão além das lutas econômico-corporativas. Segundo Gramsci (*apud* PORTELLI, 1977), o proletariado tem muitas dificuldades, em termos organizativos, para contar com os intelectuais orgânicos – e isso só tornará possível após a conquista do poder de Estado.

6 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA LUTA DE CLASSES E DAS PERSPECTIVAS SOCIALISTAS DO SÉCULO XXI

Para se adquirir uma verdadeira compreensão do marxismo é necessário estudar não apenas nos livros, mas principalmente através

da luta de classes, do trabalho prático, do estreito contato com as massas de operários e camponeses (TSÉ-TUNG, 1972:218).

6.1 Análise das lições da Comuna de Paris

Em Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil na França em 1871, Marx e Engels (s/d:72-73) analisam a resistência armada dos revolucionários franceses: “Paris armada era o único obstáculo sério que se erguia no caminho da conspiração contra-revolucionária. Era preciso por isso desarmar Paris. Nesse ponto, a Assembléia de Bordéus era a sinceridade mesma”. Não fossem os “bramidos frenéticos” dos camponeses para entender o que estava acontecendo, teria sido dissipada a última sombra de dúvida, “com a entrega de Paris por Thiers nas ternas mãos do triunvirato de Vinoy (...) A revolução operária de Paris de 4 de setembro era o único título legal da Assembléia Nacional reunida em Bordéus e de seu poder executivo”. Marx (1987:138-139), em *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*, analisou os revolucionários no processo histórico, na Assembléia Constituinte da França (20 dez 1848...), frente às posições de classe sob direção de Bonaparte:

É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte não representa o camponês revolucionário, e sim o conservador; não o camponês que luta para sair das condições de sua existência social, a pequena sociedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada à das cidades, quer por seus próprios esforços derrubar a velha ordem das coisas, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento sombrio, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império.

Marx enfatizou que a experiência da Comuna de Paris abriu os olhos de uma parte dos camponeses, os fez lutar armados contra o seu próprio voto (10 dez 1848). Mas a população camponesa estava condenada pela própria História, devido à sua derrota no golpe de Estado (MARX, 1987:138-139): “Só que se tinham condenado aos infernos da História; a História obrigou-os a manter a palavra empenhada, e a maioria estava ainda tão confusa que, justamente nos Departamentos mais vermelhos (...) votou abertamente em favor de Bonaparte”. Julius Martov (*apud* COGGIOLA, 2003:196), ao analisar os motivos da derrota da Comuna de Paris, destaca a falta de compreensão dos revolucionários a respeito do papel do Estado:

Os proudhonistas e anarquistas não eram grandes estudiosos da economia. Tinham uma concepção simplista do que deveria advir da tomada dos meios de produção pelo proletariado. Não percebiam que o capitalismo criou, para a concentração dos meios de produção e distribuição, um aparelho tão enorme que, a fim de conservá-lo em mãos, o proletariado precisaria de uma máquina administrativa que abrangesse todo o campo econômico antes dominado pelo capital. Não tinham a menor idéia da extensão e complexidade da transformação que teria de resultar de uma revolução social. E foi só por não compreenderem todas estas coisas que puderam pensar na “comuna” autônoma – baseada ela mesma em unidades “autônomas” da produção – como a alavanca de uma tal transformação.

Marx e Engels, em *A ideologia Alemã* (1845-1846), apresentaram o primeiro esquema de desenvolvimento da História, definido por sucessivos modos de produção e, nesse sentido, a palavra revolução significa a superação (“salto qualitativo”) de um modo de produção por outro, em um momento de convergência de conflitos entre antigas instituições e entre forças produtivas em luta pela liberdade. Seria, portanto, a luta entre a classe dominante e da classe dominada na velha ordem. Em *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. Marx interpretou o poder executivo do Estado comandado por Bonaparte como uma “imensa organização burocrática e militar, uma máquina de Estado engenhosa de amplas bases, e um exército real, que se eleva ao outro meio milhão”. Essa força seria “um corpo parasitário terrível, que cerca o corpo da sociedade francesa como um casulo e sufoca todos os seus poros” (*apud* BOTTOMORE, 2001:134-135).

Para Marx, a revolução comunista só teria significado prático quando existissem as condições materiais para a sua realização (BOTTOMORE, 2001). A experiência da Comuna de Paris deixou como ensinamento, segundo Lênin (*apud* COGGIOLA, 2003:111) que a burguesia deverá ser reprimida em suas resistências pelo Estado revolucionário do proletariado:

Reprimir a burguesia e a sua resistência continua a ser necessário. Para a Comuna, isto foi especialmente necessário, e uma das causas da sua derrota residiu no fato de ela não tê-lo feito com suficiente decisão. Mas o órgão de repressão é aqui já a maioria da população e não a minoria, como sempre havia sido, tanto na escravatura como na servidão e também na escravatura assalariada...

6.2 A batalha entre revolucionários e reformistas – um aparente eufemismo entre reforma ou revolução? E, reforma e revolução?

Lênin (1985:170-171) em *Ilusões constitucionalistas*: “Em todos os países capitalistas, junto do proletariado (...) que tem consciência dos seus objetivos

revolucionários e é capaz de lutar pela sua realização, há também entre as massas trabalhadoras numerosas camadas proletárias não conscientes”. Os proletários não conscientes, “semiproletárias” ou “semi-pequeno-burguesas”, seguem os caminhos da democracia burguesa. Segundo Lênin (1985), os social-democratas que defendem a II Internacional, estão presentes nesse meio. A conquista dessas camadas de trabalhadores iludidos será possível após a derrota da burguesia e a conquista do poder do Estado.

Os bolcheviques participaram das eleições e da Assembléia Constituinte (1917-1919), antes e depois da revolução de outubro, com extraordinário valor para o proletariado. Lênin (1985:169) advertiu que o papel do parlamentar revolucionário deve ser a conscientização dos trabalhadores nos processos eleitorais e no espaço institucional, mas a luta de classes deve estar acima da luta parlamentar:

O partido revolucionário do proletariado necessita de participar no parlamentarismo burguês a fim de abrir os olhos às massas, através das eleições e da luta do partido no Parlamento. Mas limitar a luta de classes á luta parlamentar, considerando esta como a forma de luta suprema e decisiva á qual se devem subordinar todas as outras, significa, de fato, passar-se para o campo da burguesia, contra o proletariado.

Rosa Luxemburgo (*apud* SAGRA, 2010:26) respondeu ao desvio reformista do movimento operário de Bernstein: “entre a reforma e a revolução social existe, para a social-democracia, um vínculo indissolúvel. A luta pelas reformas é o meio; a revolução social, o fim”. O sectarismo opunha-se a qualquer tipo de reformas, consideradas conciliatórias com o capitalismo e obstáculo à luta revolucionária do proletariado. Os marxistas foram vitoriosos nas disputas internas da II Internacional:

Contra os oportunistas, insistiram na necessidade de impulsionar a luta pela conquista do poder, com o objetivo de suprimir o capitalismo e estabelecer o socialismo. Contra os sectários e ultraesquerdistas, insistiram na necessidade de lutar pelas reformas e de utilizar as instituições democráticas e parlamentares para educar e organizar os trabalhadores.

Após 1917 as posições políticas ficaram mais evidentes entre o caminho revolucionário para o socialismo, inspirado em Lênin, e o reformismo inspirado nos escritos de Kautsky e na experiência política anterior a 1914 da social-democracia alemã. Segundo Miliband (1977:178 *apud* BOTTOMORE, 2001:313), tanto os socialistas revolucionários quanto os reformistas defendem a necessidade do socialismo. Nessa visão, a conquista do poder deve ser gradativa, através de sucessivas reformas ou “revolução lenta” (BAUER *apud* BOTTOMORE, 2001:67). A compreensão desses

marxistas é a existência de uma socialização gradativa da economia de uma sociedade capitalista, processualmente transformada em uma sociedade socialista democrática.

Os leninistas, entre outros, atribuem o não avanço revolucionário e ao avanço do reformismo da classe operária à forte influência da aristocracia operária, especialmente na Europa. Essa idéia fundiu-se ao longo dos anos, com a idéia do “aburguesamento progressivo” de grande parte do operariado e produziu interpretações pessimistas quanto à sua “missão histórica”. Os marxistas ligados à Escola de Frankfurt expressam melhor esse pessimismo quanto à missão revolucionária do operariado. Reconhecerem o caráter não revolucionário da classe operária ocidental e, por isso, depreciaram radicalmente o seu papel, buscando outras “forças revolucionárias”, entre jovens, estudantes, grupos étnicos explorados e camponeses do capitalismo atrasado (Terceiro Mundo), no final da década de 1960. Há ainda outra corrente marxista que se posiciona entre as anteriores, que interpreta a organização política do operariado do século XX.

O revisionismo oportunista (reformista) encontrou bases materiais, segundo Sagra (2010:29), porque “Os grandes lucros extraídos da exploração dos países coloniais (...) permitiram às grandes potências dar algumas migalhas a seus trabalhadores. Esses (...) constituíram a aristocracia operária (...) base social de fortes burocracias políticas e sindicais”. Nos partidos operários parlamentares e na burocracia sindical, os dirigentes foram se acomodando, à medida que seu “bem-estar” foi se sobrepondo ao sofrimento, pobreza e isolamento das massas de vastas regiões colonizadas.

A discordância está na forma de chegar e seus aspectos correlatos, “a escala e a extensão da transformação econômica e social imediata” exigida pela transição socialista. No processo histórico pós Revolução Russa, pelo menos duas gerações de transição violenta e insurrecional foram dirigidas pelos revolucionários do marxismo ocidental, que substituíram o Estado burguês por ditaduras do proletariado. Os reformistas continuaram acreditando na possibilidade de se chegar ao socialismo pela legalidade burguesa, pela reforma pacífica e gradual, acreditando em um Estado neutro, segundo Anderson (1980 *apud* BOTTOMORE, 2001).

Anderson (1980 *apud* BOTTOMORE, 2001) afirma que os partidos reformistas tendem, num caminho sem volta, a assumir cada vez mais a estratégia de reformas sociais e vantagens eleitorais no sistema capitalista, para desmantelá-lo de forma gradual, sem provocar a violência reacionária dos capitalistas. Nesse sentido, o

operariado foi incorporado e subordinado a uma lógica burguesa mais fortalecida, a exemplo da Inglaterra, Noruega, Suécia, Áustria e Alemanha Ocidental. Segundo o autor, os revolucionários conhecidos como “ortodoxos” continuam adotando a estratégia insurrecional, com uma nova retórica, tendo como centralidade a luta de classes para construção do socialismo (MANDEL 1978 *apud* BOTTOMORE, 2001).

Quanto aos esquerdistas que condenam a participação dos revolucionários no parlamento burguês, Lênin responde com a análise da participação dos revolucionários do parlamento nas instituições burguesas: “longe de prejudicar o proletariado revolucionário permite-lhe demonstrar mais facilmente às massas atrasadas porque é que tais parlamentos merecem ser dissolvidos, facilita o êxito da sua dissolução, facilita a ‘supressão política’ do parlamentarismo burguês” (LÊNIN, 1985:174).

6.3 A luta de classes, o proletariado revolucionário e o papel dos comunistas para substituir o nacionalismo pelo internacionalismo.

Na luta de classes do capitalismo moderno, o processo revolucionário dirigido pelo proletariado acompanhará o desaparecimento das demais classes intermediárias, engolidas no combate aberto entre o proletariado e a burguesia. A burguesia é constituída pelos proprietários dos meios de produção: terras, indústria, grande comércio, bancos e a grande mídia. O proletariado apenas possui a sua força de trabalho que é vendida à burguesia por um mísero salário. Ao ampliar a acumulação do capital, a burguesia produz seu próprio inimigo, pela super exploração do trabalhador, alienado da mercadoria (material e simbólica) por ele produzida. Somente o proletariado poderá ser considerado como a classe revolucionária, e a baixa classe média e demais classes inferiores serão aliados do proletariado para derrubar a burguesia do poder, disseram Marx e Engels (2009:52) *in Manifesto comunista*:

De todas as classes que hoje enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As outras classes decaem e, no final, desaparecem em face da indústria moderna. O proletariado, porém, é seu produto autêntico e essencial. A baixa classe média, o pequeno manufatureiro, o lojista, o artesão e o camponês lutam contra a burguesia para salvar da extinção sua existência como frações da classe média.

Para Marx e Engels (2009), frações da classe média podem ser consideradas reacionárias porque procuram “fazer a roda da História girar para trás”. Se tiverem atitudes revolucionárias é porque passaram a fazer parte do proletariado. Essas frações

não defenderão os interesses do presente, mas os do futuro. O “lumpemproletariado” era uma massa que fazia parte da antiga sociedade em decomposição mas, em alguns momentos ou em algum lugar, pode fazer parte do processo revolucionário do proletariado. Como partido dirigente da revolução proletária, Marx e Engels (2009:64) apontaram a responsabilidade histórica para os comunistas:

Os comunistas, portanto, são, de um lado, de forma prática, o setor mais avançado e resoluto dos partidos operários de cada país, o setor que empurra para frente todos os outros. De outro lado, de forma teórica, eles têm sobre a grande massa do proletariado a vantagem de entender claramente o percurso, as condições e os resultados gerais últimos do movimento proletário.

Para enfrentar o debate sobre a abolição do nacionalismo e do patriotismo, conforme disseram Marx e Engels (2009:64) afirmaram o proletariado como classe internacional: “Os operários não têm pátria. Não podemos tirar deles o que não possuem. Já que o proletariado deve antes de tudo (...) elevar-se à classe dirigente da nação, constituir-se a si próprios como nação (...) não no sentido burguês da palavra”. Certamente, no sentido de os trabalhadores de cada país assumirem sua tarefa revolucionária, em unidade internacional da classe para a construção da sociedade socialista (no final do processo, uma nação mundial, sociedade humana comunista). No sentido da formação de opinião e da ideologia de qualquer sociedade, afirmaram Marx e Engels (2009:65): “As idéias dominantes de cada época sempre foram às idéias de sua classe dominante”. O programa da revolução e do socialismo defendido por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* está sintetizado em 10 pontos – a serem praticados pelo proletariado, com as devidas particularidades de cada país, para superar a velha ordem social e revolucionar o modo de produção capitalista:

1. Abolição da propriedade fundiária e aplicação de todas as rendas da terra em proveito público.
2. Imposto fortemente progressivo.
3. Abolição de todo direito de herança.
4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital estatal e monopólio exclusivo.
6. Centralização dos meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado.
7. Aumento das fábricas e instrumentos de produção pertencentes ao Estado; loteamento para cultivo das terras incultas e melhoria do solo de acordo um plano comum.
8. Obrigação de todos ao trabalho. Estabelecimento de exércitos industriais, especialmente para a agricultura.
9. Combinação da agricultura com a indústria; abolição gradual da distinção entre a cidade e o campo, por uma distribuição mais igualitária da população por todo o país.
10. Educação livre para todas as crianças em escolas públicas. Abolição do trabalho infantil em sua forma atual. Combinação da educação com a produção industrial etc.

Quanto ao desaparecimento da hostilidade entre as classes e entre as nações, dizem Marx e Engels (2009:65): “À medida que o antagonismo entre classes dentro de uma nação desaparecer, a hostilidade de uma nação com outra também chegará ao fim”.

Marx e Engels (2009:86-87), dizem finalmente que: “Os proletários não têm nada a perder exceto as correntes que os prendem. Têm um mundo a ganhar. Trabalhadores de todos os países, uni-vos!”. Trotski (*in* MARX e ENGELS, 2009:98) fez uma avaliação crítica a respeito do que Marx e Engels escreveram em *Os noventa anos do Manifesto do partido comunista*. Segundo Trotski, Marx e Engels erraram a respeito dos prazos históricos. Subestimaram os passos posteriores inerentes ao sistema capitalista, principalmente porque a revolução socialista deveria ter começado nos países mais industrializados, segundo previsão dos dois revolucionários mas, contrariamente, começou na Rússia mais atrasada. Superestimaram a “maturidade revolucionária do proletariado”, em especial porque, no período posterior à Comuna de Paris, o desenvolvimento capitalista conduziu o operariado à burocracia operária (em especial, o reformismo da social-democracia europeia e o burocratismo do Estado soviético), principal dificuldade da revolução do proletariado, segundo Trotski:

de um lado, da subestimação das possibilidades posteriores inerentes ao capitalismo e, de outro, da superestimação da maturidade revolucionária do proletariado. A revolução de 1848 não se transformou em revolução socialista, como o *Manifesto* havia previsto, mas criou, para a Alemanha, a possibilidade de um formidável desenvolvimento. A Comuna de Paris demonstrou que o proletariado não pode arrancar o poder à burguesia sem ter à sua frente um partido revolucionário experiente. Ora, o longo período de desenvolvimento capitalista que se seguiu à Comuna conduziu não à educação de uma vanguarda revolucionária, mas, contrariamente, à degenerescência burguesa da burocracia operária que se tornou, por sua vez, o principal obstáculo à vitória da revolução proletária. Esta “dialética” os autores do *Manifesto* não podiam prover.

Florestan Fernandes (1995:169) retomou a perspectiva do *Manifesto comunista*: “Ainda hoje, ela é a que melhor permite explicar sociologicamente a formação e o desenvolvimento dos proletários como classe em si é a que melhor coloca objetivamente as tarefas políticas das classes trabalhadoras na luta de classes”. Mauro Luis Iasi (1999) resgatou contribuição de Lukács a respeito das “contradições da consciência revolucionária e o indivíduo”, especificamente da tomada e amadurecimento da consciência dos indivíduos presentes na classe: “Esta consciência não é nem a soma nem a média do que pensam, sentem, etc., os indivíduos que formam a classe, tomados um por um. E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe

como totalidade é determinada, em última análise, por esta consciência”. Iasi observou que a consciência não tem como se realizar pelo pensamento, pois necessariamente, se realizará pela prática. Um indivíduo que assume apurar um novo processo de consciência em sua vida prática torna-se “um novo indivíduo em conflito”, devido à realidade psíquica, cultural e moral da sociedade que não superar a tradição. O indivíduo em contradição que pretende aprofundar uma consciência revolucionária, fora de condições materiais e objetivas de revolução, deve buscar as “condições subjetivas” junto à sua classe (LENIN, *apud* IASI, 1999:44). No sentido da “nova consciência”, transformada em classe dominante e classe dirigente, Iasi (1999:49-50) resgatou contribuições de Gramsci:

A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como “dominação” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários que tende a “liquidar” ou a submeter valendo-se também da força armada e é dirigente dos grupos fins e aliados. Um grupo social pode e aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governativo (e esta é uma das principais condições para a própria conquista do poder); em seguida, quando já está exercitando o poder, e ainda que o mantenha firmemente em suas mãos, o grupo social torna-se dominante, mas deve continuar sendo “dirigente”.

6.4 Lições das internacionais dos trabalhadores rumo à unidade da classe contra o sectarismo, o oportunismo e o burocratismo.

A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) é considerada a Primeira Internacional (1864-1876). A federação internacional das organizações da classe trabalhadora de diferentes países da Europa Ocidental e Central deu o primeiro grande passo para a unidade da classe operária em nível mundial. Na década de 1860 renasceu o movimento operário, depois das derrotas entre 1848 e 1849, como resultado da solidariedade dos trabalhadores de Londres e Paris com o levante nacional da Polônia de 1863 e pela importante liderança e influência de Marx (1864-1872) e Engels (1870-1872) naquele período e região do movimento dos trabalhadores. Marx, frente ao renascimento do movimento operário entendia que, embora em menor amplitude, estava se concretizando a Liga dos Comunistas (Carta de Marx a Engels, 4 nov 1864), sob liderança de Marx e Engels (1847-1852). Marx escreveu um *Manifesto de lançamento* e de estatutos numa concepção que atraísse tanto líderes liberais dos sindicatos da Inglaterra, quanto adeptos na França, na Itália e na Alemanha, de Proudhon, Mazzini e

Lassalle. A sede da associação era em Londres até 1872, e o Conselho Geral era eleito anualmente em seus congressos, com a participação de organizações locais, nacionais e membros individuais (BOTTOMORE, 2001).

Alicia Sagra (2010:15) em *A internacional – Um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo*, afirma que as principais conquistas da I Internacional ocorreram no campo das reivindicações econômicas imediatas dos trabalhadores e na organização sindical em vários países - aumentando o nível de consciência do proletariado. A I Internacional também deu apoio aberto às políticas de Estados nacionais em guerras civis, a exemplo do apoio ativo ao governo Lincoln contra a escravidão do Sul, na Guerra Civil estadunidense:

1. Seu primeiro êxito político foi na luta que seus membros dirigiram pela reforma dos direitos políticos na Inglaterra. 2. Os membros da Internacional dirigiram uma grande campanha por uma legislação trabalhista mais progressista: exigiram uma jornada de trabalho mais curta e condenaram o trabalho noturno e todas as formas de trabalho prejudiciais para as mulheres e as crianças. 3. A Internacional estimulou a organização sindical em vários países e buscou elevar o nível político do movimento sindical. Apoiou as greves, que se estenderam de um país a outro depois da crise econômica de 1866. 4. Expressou sua solidariedade ativa em guerras civis e nacionais; apoiou, por exemplo, a luta de Lincoln contra os escravistas do Sul durante a Guerra Civil norte-americana. 5. Porém, o que desatou o ódio de toda a burguesia foi o apoio dado à Comuna de Paris.

Nos primeiros anos da associação, Marx redigia quase todos os documentos emitidos pelo Conselho Geral, que procurava acordos imediatos e ações combinadas entre os trabalhadores (Carta de Marx a Kugelmann, 09 de outubro de 1866). Entre as diferentes atividades da associação desatacam-se a luta contra a guerra, ações contra a exportação de “fura-greves” e contra maus tratos impetrados aos prisioneiros Fenianos irlandeses. Ao mérito de Marx, a associação aderiu ao caráter cada vez mais socialista em suas reivindicações. Superando cada oposição proudhonista enfraquecida, em 1868, a Internacional assumiu uma estratégia em defesa da propriedade coletiva das ferrovias, minas terras aráveis, comunicações e florestas (BOTTOMORE, 2001).

Sagra (2010:14) transcreveu palavras de Marx a Engels, sobre a I Internacional (1848), quando o objetivo era agrupar trabalhadores de diferentes graus de consciência e prática política para uma única organização: “Levará um tempo até que o movimento revivido nos permita utilizar a velha linguagem audaz. A necessidade do momento é: ousadia no conteúdo, porém, moderação na forma”. As contribuições de Marx permitem uma reflexão do ponto de vista da paciência histórica que muitas vezes falta para as

organizações de esquerda tidas como de vanguarda, frente aos trabalhadores e organizações que estão em compassos mais lentos ou no início do movimento de massas.

Muito além de todas as outras contribuições, a maior conquista da AIT foi à prova de que era possível a unidade dos trabalhadores, tanto quanto resultados favoráveis à classe. O que causa especial admiração na pesquisa é o fato de se tratar de um grau primitivo de organização do proletariado, que conseguiu consolidar uma “Frente Única de organizações operárias e dirigentes revolucionários”. A AIT deixou várias lições importantes, principalmente o registro do “internacionalismo” que, além de escrito no dicionário, tornou-se uma prática entre os proletários do mundo. Permanece viva a defesa dos ideais de Marx e Engels, que é unir os trabalhadores do mundo, pela prática dos revolucionários, mesmo que, por muitas vezes, somente entoando o hino, *A Internacional*, segundo Sagra (2010:16).

O sectarismo e o oportunismo já eram batalhas difíceis de serem enfrentadas desde a I Internacional, segundo reflexões de Marx (23 nov 1871 *apud* SAGRA, 2010:17): “uma luta contínua do Conselho Geral contra as seitas e experiências de amadores que tentavam manter-se dentro da Internacional contra o movimento real da classe operária”. No movimento operário da Alemanha, Marx e seu coletivo tiveram a difícil batalha no movimento contra Lasalle e seus seguidores, em dois aspectos básicos: a tática oportunista dos lasallianos em apoiar a luta de Bismarck junto aos latifundiários contra a burguesia, ao invés de defender a independência de classe; na mesma medida, um sectarismo frente ao movimento sindical, não aceitava filiar-se a qualquer sindicato que não aceitasse sua direção e seu programa. Contudo, as batalhas maiores ocorreram entre marxistas e anarquistas (Proudhon, Bakunin e seguidores), sobretudo em relação à propriedade e ao Estado.

Desde a I Internacional dos Trabalhadores, os marxistas defendem a derrubada do Estado burguês e a instauração da ditadura do proletariado em um poder de Estado, em transição para a abolição de toda e qualquer autoridade e coerção estatais, na sociedade comunista. A posição dos anarquistas é contra toda forma de autoridade ou Estado, de qualquer classe social. Nesse sentido: “Os marxistas defendiam a propriedade estatal dos meios de produção, os anarquistas propunham que a propriedade dos meios de produção fosse distribuída entre os que trabalham, fossem camponeses ou operários das fábricas (cooperativas, autogestão)”. Em outras palavras, os anarquistas

não defendiam o fim da propriedade privada dos meios de produção, mas a criação de pequenos e novos proprietários, em grande quantidade. Os anarquistas chamavam os marxistas de autoritários por defenderem a ditadura do proletariado. Sagra (2010:18) resgatou escritos de Engels (1873), no trabalho *Da Autoridade*, para responder ao equívoco dos anarquistas. Para os socialistas, o Estado dá autoridade política ao proletariado para realizar a revolução. Os anarquistas, “antiautoritários”, segundo Engels, “exigem que o Estado político seja abolido por uma canetada, ainda antes de serem destruídas as relações sociais que o fizeram nascer. Exigem que o primeiro ato da revolução seja a abolição da autoridade”. Engels perguntou se “esses senhores já viram alguma revolução”? Seguindo sua crítica aos equívocos anarquistas sobre a revolução, afirmou Engels (*apud* SAGRA, 2010:18): “Assim, pois, das duas uma: ou os antiautoritários não sabem o que dizem, e neste caso não fazem mais que semear confusão; ou o sabem, e neste caso traem o movimento do proletariado. Em um e outro caso servem à reação”.

Ariovaldo Santos (2002:13) diz que Marx observou que a AIT tornou-se o laço que unificava os operários mais organizados, entre os países do chamado “mundo civilizado”. O autor considerou como normal que os membros da AIT tivessem se encontrado na linha de frente do proletariado, como instrumento político de organização, como partido consciente dos objetivos da classe no mundo do trabalho. Para Santos (2002:37), Marx e Engels apostavam nas perspectivas futuras da AIT: “Uma autêntica e militante organização da classe operária de todos os países, unida em sua luta comum contra os capitalistas e senhores de terra”, e, também “contra seu poder de classe organizado no Estado”.

Para Sagra (2010), as seguintes características da realidade da época deram origem à II Internacional (1889-1914), no final de 1880: fortalecimento do movimento socialista e sindical nos países europeus; perda do monopólio industrial da Inglaterra; o aumento do desemprego e a crise na economia. Esse conjunto de mudanças abriu caminho para um “novo sindicalismo” e uma nova etapa de lutas do operariado da Alemanha. Jules Guesde, um dos líderes marxistas da Comuna de Paris se fortaleceu na juventude sindical francesa e, ao lado de Paul Lafargue, fundou o Partido Operário Francês, em 1879, contando com a ajuda de Marx para a elaboração do seu programa. Na década de 1880, muitos partidos socialistas e operários foram fundados na Suécia, na Áustria, na Dinamarca, na Itália e na Suíça. O Partido Socialista do Trabalho dos

EUA foi fundado em 1877. Na Finlândia e na Rússia foram organizados os primeiros grupos marxistas do período.

Lênin (1985:150) anunciou a necessária da falência da II Internacional, devido ao reformismo dos social-democratas, e a necessária fundação da III Internacional, frente à vitória da revolução bolchevique e dois anos de processo revolucionário em curso:

Dizer-se socialista e não ver esta diferença, dois anos depois de formulado o problema na Rússia e ano e meio depois do triunfo da revolução soviética neste país, equivale a seguir tenazmente a reboque da “opinião pública dos círculos não socialistas”, isto é, das idéias e da política da burguesia. Com pessoas assim, é necessária e inevitável a cisão, já que se torna impossível levar a cabo a revolução socialista em união com aqueles que puxam para o lado da burguesia.

Também na II Internacional, os marxistas tiveram os desvios do oportunismo e do sectarismo. Os oportunistas apostaram toda luta do movimento operário no reformismo, uma vez que as condições objetivas não estavam dadas para a via revolucionária. Bernstein foi o principal formulador da via reformista: “O objetivo final, seja qual for, é nada; o movimento é tudo”. Rosa Luxemburgo (apud SAGRA, 2010:26) respondeu ao desvio reformista do movimento operário de Bernstein: “entre a reforma e a revolução social existe, para a social-democracia, um vínculo indissolúvel. A luta pelas reformas é o meio; a revolução social, o fim”. De outro lado, o sectarismo opunha-se a qualquer tipo de reformas, por princípio, acusadas de conciliatórias com o capitalismo e obstáculo à luta revolucionária do proletariado. Os marxistas foram vitoriosos nas disputas internas da II Internacional.

Das delegações que participaram do congresso extraordinário da Basileia (24-25 nov 1912), o russo e o sérvio votaram contra a Guerra; na Alemanha, o deputado Karl Liebknecht foi o único deputado social-democrata que votou contra a aprovação dos créditos para a guerra, além disso, convocou os soldados a apontarem suas armas contra o governo alemão. Os delegados dos outros países votaram a favor dos seus governos. Os delegados que ocupavam posição de centro, entre eles Kautsky, acabaram se posicionando a favor da guerra e, junto com a direita, acabaram interrando a II Internacional. Para Sagra (2010:40), a II Internacional teve sua morte decretada, como organização revolucionária, em 1914, mas sua degeneração teve início em 1905, como consequência da derrota da revolução e da formação de uma “aristocracia operária”.

A III Internacional (1919-1943), conhecida como internacional comunista, desde o início ligou seu caminho à Revolução Russa, conforme descrições do bolchevique Zinoviev (*apud* SAGRA, 2010:41). Lênin convenceu-se de que era chegada a hora de fundar a III Internacional a partir da criação do partido alemão, que surgiu da fração (Espártaco) dirigida por Rosa Luxemburgo. O Comitê Central do Partido Comunista Russo, os partidos/organizações comunistas e socialistas dos outros países lançaram um chamado, escrito por Trotsky para a fundação da Internacional revolucionária: “Os partidos e organizações abaixo-assinados consideram como uma necessidade imperiosa a reunião do primeiro congresso da nova Internacional revolucionária”. 39 partidos e organizações foram convocados para decidir sobre o novo internacionalismo revolucionário: “criação de um organismo de combate, encarregado de coordenar e dirigir o movimento da Internacional Comunista e de realizar a subordinação dos interesses dos movimentos de diferentes países aos interesses gerais da revolução internacional” (SAGRA, 2010:42).

Em meio à profunda crise econômica, social e política, a Alemanha (1923), pós Primeira Guerra Mundial, estava subordinada ao Tratado de Versalhes com altos pagamentos e indenizações, não conseguindo pagá-los – o que acarretou a invasão da França, no “coração industrial da Alemanha”, no Vale do Ruhr. A economia alemã desabou com a ocupação francesa. Para se comprar 1 dólar americano eram necessários (meados de fevereiro) 18.000 marcos, subiu para 350.000 (junho) e em seguida (agosto) para 4.600.000. Os únicos bem sucedidos eram os proprietários das grandes indústrias porque pagavam os salários dos trabalhadores em dinheiro desvalorizado e suas mercadorias eram trocadas no exterior por dinheiro estável. Iniciaram as lutas nas ruas entre operários social-democratas e comunistas contra os grupos nazistas e nacionalistas. Havia greves permanentes, manifestações de desempregados a cada instante com intensificação de choques com as forças armadas. Em três meses seguidos (junho, julho e agosto) aconteceram greves de massas de trabalhadores do campo e da cidade (SAGRA, 2010).

Finalmente, uma greve geral (11 agos 1923), sob direção do Partido Comunista Unificado (PCU - ligado à III Internacional) derrubou o governo. O Partido do Povo (representante dos grandes capitalistas), junto ao partido da social-democracia assumiram o governo sob direção de Stressemann. A economia do país continuava mergulhada em profunda crise, 01 dólar valia 06 milhões de marcos, quando (26 set

1923) o governo decretou “estado de emergência nacional”. Os capitalistas tentavam derrubar a jornada de trabalho vigente de oito horas diárias e impedir as mobilizações da esquerda. A social-democracia começou a perder espaço no movimento de massas pelo fato de estar no governo. Por outro lado, o Partido Comunista Unificado foi ampliando seu espaço, cerca de 300.000 militantes dirigiam mobilizações de ruas e greves em todo território nacional. A força do PCU estava em franco crescimento nos comitês de fábrica e nos sindicatos (SAGRA, 2010).

Frente à eminente possibilidade de tomada de poder, Trotsky (desde junho) insistia que o Komintern (III Internacional) deveria preparar o PCU da Alemanha para a tarefa revolucionária. Trotsky estava disposto a viajar à Alemanha para ajudar o PCU, mas Zinoviev (presidente da III Internacional) negou essa possibilidade, e Stalin “jogou um balde de água fria” contra a possibilidade revolucionária: “os alemães se contenham e não ataquem” pois “se o poder da Alemanha, por assim dizer, caísse nas ruas e os comunistas o agarrassem, tal operação terminaria em um fracasso e um colapso” (Carta de Stalin a Zinoviev e Bukharin, citação de Carr, *O Interregno apud* SAGRA, 2010:65). A posição da III Internacional contra a possibilidade revolucionária na Alemanha era reforçada pela “debilidade da direção alemã, que segundo as palavras de Trotsky em *A III Internacional depois de Lênin*, “estava impregnada de fatalismo e sonolência” (TROTSKY *apud* SAGRA, 2010:66).

A posição da III Internacional, principalmente a de Stalin frente à negativa revolucionária na Alemanha (1923-24) foi o principal divisor de águas entre o internacionalismo de Lênin e Trotsky contra o nacionalismo de Stalin. Nas Teses de Abril, Lênin havia conclamado os soviets a tomar o poder e instaurar “a ditadura do proletariado” e ao mesmo tempo defendia o internacionalismo revolucionário, lado a lado com Trotsky. Lênin (1922 *apud* SAGRA, 2010:67-68) dizia: “Nosso pensamento era: imediatamente, ou pelo menos muito rapidamente, começará uma revolução em outros países, nos de desenvolvimento capitalista mais avançado; no caso contrário, pereceremos”. A “troika”, contra as posições de Lênin, começou a golpear a posição da revolução internacional e a acusar Trotsky de estar colocando a Rússia em “perigosos planos para expandir a revolução”. As posições de Stalin foram mais catastróficas, além de combater o internacionalismo de Lênin e Trotsky, começou a negar as teorias marxistas (set 1924) e a defender a tese do “socialismo em só país”. Sagra (2010:68) fez uma síntese da teoria de Stalin a respeito do internacionalismo e nacionalismo:

Em síntese, a teoria de Stalin dizia que era possível construir o socialismo na URSS sem levar em conta o curso da revolução européia. E para explicar essa aberração, dizia que existiam países maduros para o socialismo e outros que não estavam – e a URSS era a única que estava madura. Essa teoria servia para justificar sua política de subordinar os interesses da revolução mundial aos interesses imediatos da burocracia soviética. A discussão central, no entanto, não era teórica: tinha a ver com as políticas cada vez mais nacionalistas que a burocracia impulsionava.

A degeneração da III Internacional começou com a burocratização vinculada diretamente com o stalinismo. Sagra (2010:53) resumiu sua análise sobre as resoluções dos quatro congressos da III Internacional e suas conseqüências práticas, em poucas palavras:

Se analisarmos esses quatro congressos e as resoluções que foram sendo aprovadas sobre a democracia burguesa, o parlamentarismo, o trabalho nos sindicatos, a organização partidária, a frente única operária, o governo operário, veremos que ao longo desses difíceis quatro anos foram sendo feitas análises principistas das principais questões, e dadas às bases essenciais para um programa revolucionário mundial. O que faltava era sistematizá-lo. A Internacional Comunista não pôde cumprir essa tarefa porque pouco tempo depois começou seu processo de degeneração.

Segundo Sagra (2010:120-121), o estalinismo aplicou uma política cada vez mais contra-revolucionária durante a Segunda Guerra Mundial. No “pacto germano-soviético”, os partidos comunistas “cruzaram os braços” frente às diferentes invasões das tropas de Hitler. Apenas em 1941, quando os nazistas invadiram a União Soviética, o Komintern chamou a “unidade antifascista”. Essa posição foi tomada pela III Internacional, segunda orientação da “aliança dos povos pela paz e pela liberdade”, os comunistas colocando-se à frente de luta contra o nazismo em países ocupados: Itália, Grécia e França. Outro pacto vexatório foi tomado pelos estalinistas ao lado dos “imperialismos democráticos”. Os partidos comunistas do mundo todo foram forçados a acatar a aliança com os chamados “aliados democráticos”, inclusive recuando da mobilização de greves da classe trabalhadora em nome dessa aliança. É nesse novo cenário de alianças que, em 1943, o stalinismo encerra a III Internacional por socilitação de Winston Churchill.

A dissolução da III Internacional foi justificada por Stalin: para desmentir, frente aos “imperialistas democráticos”, que a União Soviética tivesse intenção de intervir em algum outro país; para facilitar a unidade de um “bloco nacional” (URSS), em nome da

paz e da “liberdade” contra o fascismo; para garantir a unidade de um “bloco internacional” contra o avanço do nazismo, garantindo a “irmandade das nações, baseada na igualdade entre elas”. (STALIN *apud* SAGRA, 2010:121). Trotsky sugeriu, em 1936, na Conferência Internacional da Liga Comunista Internacional a fundação da IV Internacional, mas os delegados presentes não concordaram, e aprovaram o Movimento Pró-IV Internacional (MQI). Os delegados usaram os argumentos que deveriam aguardar outros setores se definirem e que deveriam maturar um programa.

Em 03 de setembro de 1938, foi fundada a IV Internacional em uma conferência em Paris, com a presença de seções (França, Grã-Bretanha, Polônia, Alemanha, Itália, Holanda, Grécia, Estados Unidos, Bélgica e um representante da América Latina, Mário Pedrosa do Brasil). Por questões de segurança, Trotsky não participou, pois Rudolf Klement havia sido assassinado dias antes pela GPU. A conferência foi realizada em um único dia, em quase total clandestinidade. Foi aprovado um Programa de Transição, uma posição sobre a guerra e um estatuto provisório, já que esse seria apresentado por Klement. A IV Internacional não se considerava amplamente organizada, devendo se concretizar na massa do operariado e se ampliar com organizações que romperam com o stalinismo e a social-democracia.

Do ponto de vista da luta na sociedade, o bolchevismo continua como a grande referência da IV Internacional, tanto para responder às necessidades da luta de classes, quanto para a luta revolucionária e a conquista do poder proletário. Do ponto de vista organizacional, o *Programa de Transição* da IV Internacional estabelece que: “Uma política correta com relação aos sindicatos é condição básica para a adesão à IV Internacional. Aquele que não busque e não encontre o caminho junto às massas não é um lutador, mas um peso morto para o partido”. O programa definiu também os princípios básicos: a necessária democracia interna; a disciplina na atuação revolucionária; o centralismo democrático; a unidade na ação e na liberdade de expressão (SAGRA, 2010:145). No *Programa de transição*, Trotsky reconheceu o equívoco dessa organização internacional dos trabalhadores, na avaliação otimista do pós-guerra, período em que a IV Internacional se tornaria a grande referência do operariado internacional, uma vez que todas as outras organizações pereceriam:

Os grandes acontecimentos que pairam sobre a humanidade não deixarão pedra sobre pedra dessas organizações que ainda sobrevivem. Só a IV Internacional olha com confiança o futuro. É o partido mundial da Revolução Socialista (...). Sim, nosso partido nos

ocupa inteiramente. Porém, em compensação, nos dá a maior das felicidades, a consciência de participar da construção de um futuro melhor, de carregar nas costas uma partícula do destino da humanidade e de não viver em vão (...). O partido, é claro, também pode equivocar-se. Com o esforço comum corrigiremos os erros. Podem se infiltrar em nossas fileiras elementos pouco valiosos. Com o esforço comum os eliminaremos. As milhares de pessoas que entrarão amanhã em nossas fileiras provavelmente careçam da educação necessária (Trotsky, *apud* SAGRA, 2010:146)

O *Socialist Workers Party* (SWP–Partido Socialista dos Trabalhadores) estadunidense, de maior referência da IV Internacional, publicou sua posição, chamando os trotskistas para derrubar Pablo da direção da organização. A causa maior foi a descoberta que ele estava montando uma “fração secreta” no interior do SWP. Frente a esse e outros problemas, as seções: “neozelandesa” (não oficial devido à proibição legal), inglesa, estadunidense, francesa, suíça da IV Internacional fundaram (23 nov 1953) o Comitê Internacional (CI). O Comitê Internacional teve também a adesão da maioria dos trotskistas da América Latina, que romperam com Pablo. 80% dos trotskistas e as seções mais importantes da IV Internacional se incorporaram no CI. Acabaram ficando com Pablo, a maioria dos militantes de Posadas da Argentina, do Brasil e da Bolívia. O boliviano Guilherme Lora manteve posição de abstenção frente à nova situação. Pelo fato do CI funcionar como “frente única defensiva”, e não como organização centralizada e ofensiva, não conseguiu barrar o revisionismo do pablismo.

Mandel (1981:194) defendeu que a cisão mais importante da IV Internacional ocorreu no pós Segunda Guerra Mundial, inicialmente na França, com os militantes da corrente política atualmente conhecida como Organização Comunista Internacional (OCI) – espalhando-se por todo mundo. O autor entende também que o principal motivo dessa grande cisão ocorreu devido às diferentes maneiras de interpretação das mudanças do início da Guerra Fria:

A principal cisão sofrida pela Quarta Internacional – na realidade, a única importante, já que as outras compreenderam apenas forças marginais – foi à ocorrida em 1952-53, iniciada na França pela corrente que hoje é chamada de Organização Comunista Internacionalista (OCI) e mais tarde se estendeu às organizações trotskistas nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Canadá, Argentina e vários outros países. Foi essa cisão que levou a uma divisão das principais forças da Quarta Internacional durante dez anos. Foi à cisão principal não só porque envolveu o maior número de forças, mas também porque interessou também a alguns dos quadros dirigentes históricos da Internacional, em especial, mas não exclusivamente, nos Estados Unidos.

A IV Internacional entrou em um processo de dispersão (1953) frente à ruptura. Somente a Revolução Cubana (1963) conseguiu reunificar a IV Internacional, dando origem ao Secretariado Unificado (SU). Contudo, a seção francesa e a maioria da seção inglesa, além de outros trostkistas, afastaram-se da IV Internacional. Embora uma longa batalha tivesse sido feita desde 1953, não foi possível fazer da IV Internacional uma organização centralizada e democrática, dando continuidade à dispersão. Segundo Sagra (2010), a principal tarefa continua sendo a reconstrução da IV Internacional ou do Partido Socialista da Revolução Mundial. A autora (2010:179-180) propõe duas definições básicas a respeito da continuidade da IV Internacional:

A primeira é que a história confirmou a validade e atualidade dos aspectos centrais do programa, da metodologia e dos princípios políticos e organizativos da IV Internacional. A segunda é que hoje não existe a IV Internacional como organização, ainda que exista um amplo movimento quartista. Esse movimento é muito amplo e disperso. Há países como a Inglaterra em que existem mais de vinte organizações que se reivindicam do trotskismo. Algo parecido aconteceu na Argentina nos últimos anos. De 1953 até hoje foram se desenvolvendo diferentes correntes internacionais: o mandelismo, o lambertismo, a LIT-CT, o WI, o CIO... Também existem partidos que se reivindicam trotskistas, com maior ou menor influência nacional, porém que não fazem parte de correntes internacionais: o POR de Lora na Bolívia, a Lutte Ouvrière na França, o PO na Argentina e as várias organizações com origem no MAS argentino...

Mandel (1981:195-196) também defende que os princípios da IV Internacional devam ser mantidos, mesmo porque a cisão não ocorreu devido a divergências de princípios. Teria ocorrido uma grande ampliação da IV Internacional: em 1981 já havia dez vezes mais membros atuantes que no congresso da reunificação (1963). Mandel enfatiza não haver qualquer cisão na IV Internacional desde sua fundação em 1965: “Fomos capazes de debater as nossas divergências livremente, e até mesmo em público, e preservar a democracia interna, inclusive do direito que têm as tendências e facções de se organizar e lutar por suas idéias, sem sofrer divisões”. Na defesa da IV Internacional como maior referência marxista do proletariado, entre as organizações que se posicionam à esquerda da social-democracia e do stalinismo, Mandel (1981:201) argumentou:

Não foram poucos os que, no período anterior, atribuíram à estagnação relativa da Quarta Internacional ao que chamavam de “defeitos congênitos” do nosso movimento – sua suposta composição pequeno-burguesa, sua falta de “raízes nacionais”, sua “falsa posição na questão russa”, sua suposta revisão das idéias de Trotsky – e se impuseram à tarefa de corrigir tais defeitos e criar um movimento revolucionário próprio. Mas nenhuma organização à esquerda do

stalinismo e da social-democracia obteve resultados qualitativamente superiores aos da Quarta Internacional, entre 1948 e 1968.

Sagra (2010:187) enfatizou a urgente necessidade de criação de um partido mundial, que passe pelo internacionalismo proletário, porque “Hoje, mais do que nunca, temos de dizer que a sorte da revolução em qualquer país do mundo se decide em nível internacional”.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB, 2009:140-141), em *Textos de Referência, Resoluções do XIV Congresso Nacional*, fala dos aprendizados com a Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1943), a Segunda Internacional (1889-1914) e a Internacional Comunista (1919-1943). O partido enfatiza suas respostas às questões conjunturais que favoreceram a classe trabalhadora, na perspectiva da revolução socialista em todos os países do mundo. Após 16 anos da queda da União Soviética, o Movimento Comunista Internacional organiza-se, para responder aos desafios atuais. Nesse sentido, o PCB defende que sejam superados os erros do passado e apóia a idéia da organização internacional dos comunistas, a partir da criação de novas formas de atuação e novo formato. O partido também enfatiza a importância de outras organizações internacionais: a Federação Sindical Mundial (FSM), a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FEDIM) e o Conselho Mundial da Paz, sentido em que, todos os esforços dos comunistas deverão ser feitos em solidariedade com todos os trabalhadores e povos que lutam contra o capitalismo.

6.5 Conceitos de Revolução e de Estado - o poder de Estado proletário.

Lênin é lembrado por Mészáros (2002:1018) como responsável pelo desenvolvimento da estratégia de revolução, em situação especial “no elo mais fraco da corrente”, defende a ditadura contra os burgueses e a democracia para os operários e demais oprimidos (despossuídos):

Foi Lênin, como sabemos, quem desenvolveu a estratégia da revolução “no elo mais fraco da corrente”, insistindo em que a ditadura do proletariado deveria ser considerada a única forma pública viável para todo o período de transição que antecede o mais elevado estágio do comunismo, no qual finalmente, se torna possível implementar o princípio da liberdade. A modificação mais significativa de sua análise, em relação a Marx, consistiu em pensar que a “base material” e a superação da “penúria” estariam realizadas sob a ditadura do proletariado em um país que arranca de um nível de

desenvolvimento extremamente baixo. Ainda assim, Lênin não via problemas ao sugerir, em dezembro de 1918, que o novo Estado será “democrático para o proletariado e para o despossuído em geral e ditatorial apenas contra a burguesia”.

Lênin (1987:65), em *O Estado e a revolução* afirma: “O Estado burguês só pode ser ‘destruído’ pela revolução”. Mais adiante o líder da revolução russa completa a idéia aprofundada a partir das contribuições de Marx e Engels (*A miséria da Filosofia* e o *Manifesto comunista: 1848-1851*): “A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário é impossível sem uma revolução violenta. A supressão do Estado proletário, quer dizer, a supressão de todo e qualquer Estado, só é possível por meio de um processo de ‘extinção’” (LÊNIN, 1987: 68). O debate a respeito da “extinção” do Estado foi feito por Marx e Engels frente aos anarquistas e aos oportunistas, enfatizando que, quando a sociedade humana, por obra da revolução proletária, tiver superado as diferenças entre classes sociais, quando a exploração do homem pelo homem for extinta, não há mais razão da existência do Estado e ele vai definindo até o seu completo desaparecimento.

Para Lênin (1987:70-71): “O Estado é uma organização especial da força, uma organização da violência para reprimir uma classe qualquer. Qual é a classe que o proletariado tem que reprimir? Só pode ser, naturalmente, a classe exploradora, vale dizer, a burguesia”. O Estado para os trabalhadores somente tem um papel básico: “esmagar a resistência dos exploradores, e esse esmagamento só pode ser dirigido, só pode ser levado à prática pelo proletariado, como única classe conseqüentemente revolucionária, como única classe capaz de unir todos os trabalhadores e explorados”. A luta do proletariado e demais explorados deverá ser contra um único inimigo de classe a ser eliminado: a burguesia. Entre as principais tarefas do proletariado revolucionário está a abolição da burocracia do Estado burguês e construir um Estado revolucionário:

Não se pode falar da abolição da burocracia de repente, em toda parte e totalmente. Isso é uma utopia. Porém destruir de imediato a velha máquina burocrática e começar no mesmo instante a construir outra nova, que permita ir reduzindo gradualmente toda burocracia, não é uma utopia; é a experiência da Comuna, é a tarefa essencial e imediata do proletariado revolucionário (LÊNIN, 1987:93).

Uma revolução, disse Engels (*apud* SAGRA, 2010:18), é sem dúvida dos atos humanos o mais autoritário, através do qual “uma parte da população impõe sua vontade à outra parte por meio dos fuzis, baionetas e canhões, meios autoritários como poucos; e o partido vitorioso, se não quiser ter lutado em vão, tem de manter esse domínio pelo

terror”, contra os reacionários. Na análise da Comuna de Paris, Engels afirmou que não teria durado um só dia, se o povo não tivesse armado contra a burguesia. Lamentou que não tenham utilizado as armas suficientes para liquidar com o poder burguês. Marx e Engels (1984:47) diziam em *A ideologia alemã (...)*, que a única forma para derrubar a classe dominante do poder e para a construção de uma nova sociedade é através da revolução proletária:

a revolução não é só necessária porque a classe dominante de nenhum outro modo pode ser derrubada, mas também porque a classe que a derruba só numa revolução consegue sacudir dos ombros toda a velha porcaria e tornar-se capaz de uma nova fundação da sociedade.

Para Marx e Engels (1984:101), desde aquela época, o Estado moderno dos EUA é o mais bem acabado e estabelecem uma relação direta entre a existência do Estado e a propriedade privada: “Os escritores franceses, ingleses e americanos mais recentes manifestam todos a opinião de que o Estado só existe por causa da propriedade privada, pelo que isto passou também à consciência geral”. Poulanzas (*apud* SILVEIRA, 1984: 87) definiu que: “O Estado tem um papel constitutivo na existência e na reprodução dos poderes de classe, isto é, em termos mais gerais, na luta das classes, o que remete à sua presença nas relações de produção”. Nesse sentido, Poulanzas (*apud* SILVEIRA, 1984:162) falou a respeito das crises internas do Estado e também do socialismo pela via democrática:

A via democrática ao socialismo é um longo processo no decorrer do qual a luta das massas populares não visa à criação de um efetivo duplo poder, paralelo e exterior ao Estado, mas incide sobre as contradições internas do Estado. Certamente, a tomada do poder sempre supõe uma crise do Estado, mas essa crise, que acentua precisamente as contradições internas do Estado, não se reduz a uma crise de desmoronamento do Estado. Tomar ou conquistar o poder de Estado não poderia significar simplesmente tomar posse das peças da maquinaria estatal, visando a sua substituição em nome do segundo poder. O poder não é uma substância quantificável detida pelo Estado e que seria preciso arrancar-lhe. O poder consiste em uma série de relações entre as diversas classes sociais, concentradas por excelência no Estado, poder que é constituído pela condensação de uma relação de forças entre as classes.

Prado Júnior fez uma definição do conceito de revolução adaptado para à realidade brasileira, que foi interpretado por Klein (2002:176-177):

o conceito de revolução é geralmente usado no sentido de ‘insurreição’, tomada de poder à força e com uso de violência

pelas forças sociais, categorias ou oposições (...). Para o caso brasileiro, trata-se em discutir um outro modelo de revolução. Esse modelo significa um processo histórico construído por reformas e mudanças econômicas, sociais e políticas contínuas, concentradas num curto período histórico e que seqüencialmente façam transformações estruturais da sociedade sob o equilíbrio das diferentes classes e categorias sociais. Nesse processo (...) convivem em alternância a relativa estabilidade e as bruscas mudanças político-sociais que vão acelerando as relações sociais com transformações mais profundas.

Marx e Engel apresentam a concepção clássica de Estado no *Manifesto comunista*: “o executivo do Estado moderno nada mais é do que um comitê para a administração dos assuntos comuns em toda a burguesia” (*apud* BOTTOMORE, 2001:133). Bottomore também apresentou a contribuição de Hegel que define o Estado como a “materialização do interesse geral da sociedade”, entendendo que o Estado situa-se acima dos interesses particulares, capaz de superar a divisão entre Estado e sociedade civil e considerando cidadão e pessoa privada num mesmo indivíduo. Marx contrapõe-se à idéia de Hegel quanto ao papel do Estado, afirmando que ele defende os interesses da propriedade e não o interesse geral. A “emancipação política” não consegue produzir a “emancipação humana”, por si só, exige-se uma organização mais ampla da sociedade para abolir a propriedade privada.

Para Engels (*apud* BOTTOMORE, 2001:134) em *A origem da família, a propriedade privada e o Estado*: “em geral, o Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que, por meio dele, torna-se igualmente a classe politicamente dominante, adquirindo com isso novos meios de dominar e explorar a classe oprimida”. Em *A guerra civil na França*, sobre o bonapartismo, Marx descreve que, “era a única forma de governo possível na época, quando a burguesia já havia perdido e a classe operária ainda não havia adquirido a faculdade de governar a nação”. Em *A origem da família, a propriedade privada e o Estado*, Engels também observa que excepcionalmente, “ocorrem períodos nos quais as classes em luta se equilibram tão bem que o poder do Estado, como mediador ostensivo, adquire, por momentos, uma certa margem de independência em relação a ambas”.

Sader, ao refletir contribuições de Gramsci (2008:77) sobre o poder, a política e o partido, descreveu o conceito de “revolução passiva”, que parece inspirar dirigentes políticos do chamado governo bolivariano da Venezuela:

o conceito de “revolução passiva” deve ser rigorosamente deduzido dos princípios fundamentais da ciência política: 1. nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram encontrarem espaço para um movimento progressivo posterior; 2. a sociedade não se coloca problemas sem que as condições necessárias para sua solução tenham se formado etc.

Em nenhum dos princípios pode prevalecer o mecanicismo ou o fatalismo, ambos devem ser analisados criticamente no contexto de atuação, antes das decisões e práticas políticas. “Para distinguir uma “situação” ou equilíbrio de forças, com a máxima valorização do segundo momento ou equilíbrio das forças políticas, e especialmente do terceiro momento ou equilíbrio político-militar”. Sader (2008:123) falou sobre *política e arte militar*, uma síntese de contribuições, entre Gramsci e outros teóricos de revolução e guerra:

Tática das grandes massas e tática imediata dos pequenos grupos. Entra na discussão sobre a guerra de posição e a guerra de movimento, na medida em que ela se reflete na psicologia dos grandes chefes (estrategistas) e dos subalternos. É também (pode-se dizer) o ponto de ligação entre a estratégia e a tática, tanto na política quanto na arte militar. Os indivíduos tomados à parte (...) são levados a conceber a guerra instintivamente como “guerra de guerrilha” ou “guerra garibaldina” (que é um aspecto superior da “guerra de guerrilha”). Esse erro é cometido na política por causa de uma compreensão inexata do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia); na guerra se incorre em erro semelhante, transportado para o campo inimigo (incompreensão não só do seu próprio Estado, mas também do Estado inimigo).

6.6 Lições da maior revolução socialista do proletariado – superar a prática burocrática nacionalista, pós-capitalista e construir a revolução internacional.

Em 1905, na Rússia a burguesia não havia criado direitos constitucionais, e Lênin empenhou-se em criar um partido para preparar e conduzir a revolução planejada com antecedência, para superar os limites democráticos burgueses, mediante a realização de uma ampla reforma agrária. Lênin também dizia que “nem toda situação revolucionária leva à revolução, que não pode se produzir por si mesma” (LÊNIN, 1915:213-214 *apud* BOTTOMORE, 2001:326). Os mencheviques justificaram sua posição ao lado da burguesia liberal em nome do esquema teórico de Marx. Pelo fato de a Rússia ter sido um país atrasado, feudal, a revolução deveria ser dividida em duas etapas. Porém, os mencheviques modificaram o esquema teórico de Marx, porque ele

defendia a independência de classe do proletariado, enquanto os mencheviques apoiaram a burguesia.

Em 1917, manifestou-se a crise geral na Rússia como situação revolucionária, conforme indicava Lenin para o início da revolução. Mas o exemplo dos bolcheviques do Leste não foi seguido pelos partidos de esquerda no Oeste europeu, conforme indicação de Lênin e anteriormente, de Marx e Engels, sobre a construção revolucionária em âmbito internacional. Na análise de Lênin (*apud* SAGRA, 2010:40), desde o início da revolução estava evidente o caráter reacionário da burguesia russa, com estreita ligação com o czarismo e, por isso a revolução deveria derrotar também a burguesia. Lênin definiu o caráter revolucionário do novo regime como “ditadura democrática revolucionária de operários e camponeses”, deixando em aberto o peso político das duas classes no regime em processo de construção. Após a revolução socialista de 1917, Lênin modificou suas posições nas *Teses de Abril*, conclamando os soviets a tomarem o poder e implantar a ditadura do proletariado. Trotsky (1905 *apud* SAGRA, 2010:40), em *Balanços e Perspectivas* havia descrito que “o proletariado, apesar de ser pequeno numericamente em relação ao conjunto da população, deveria dirigir o processo e implantar sua ditadura de classe e que, por isso, transformaria a revolução burguesa em socialista” (TROTSKY, 1905 *apud* SAGRA, 2010:40).

Reis Filho (1997:91), em *Uma revolução perdida*, avalia as condições sociais e econômicas da revolução russa, no final da Primeira Guerra Mundial, após quatro anos da revolução de 1917. Com o inverno insuportável, entre 1921-1922, a URSS estava tomada pelas ruínas, escombros e carência generalizada:

A fome que assolou o país no inverno de 1921-1922 matou cerca de 5 milhões de pessoas, obrigando o governo revolucionário a aceitar ajuda internacional para minorar seus efeitos. O descontentamento e as revoltas rurais (insurreições camponesas) e urbanas (greves e Kronstadt) impuseram mudanças. A terrível utopia do comunismo de guerra tornara-se inviável. Era preciso negociar e pactuar com os camponeses organizados nas comunas rurais. O processo tomou forma aos soluços, como se os bolcheviques, contrariando íntimas convicções e perspectivas, estivessem sendo obrigados a reconhecer uma realidade inescapável. A primeira e decisiva medida foi a substituição da política de requisições por um imposto, a ser pago em gêneros, pois as circunstâncias da época, de absoluto despojamento, de completa quebra dos circuitos comerciais, de desaparecimento na prática da moeda, não aconselhavam o tributo em dinheiro. Assim, de uma forma aparentemente prosaica, fixando um imposto *in natura*, estabeleceu-se a base de um novo marco de convivência entre o governo revolucionário e os camponeses.

6.6.1 Derrotar a burocracia stalinista e construir a revolução internacional tornou-se tarefa impossível para aquele momento.

Sobre a importância de Lênin e Trótski para a revolução internacional, Fernandes (1995), defendeu que esses dois marxistas experientes tinham a convicção de que a revolução deveria ser construída em todos os países e, como instrumento principal, defenderam o internacionalismo proletário. Por essa razão, combateram enfaticamente a autocracia czarista e o comodismo da democracia burguesa, no mero objetivo de melhorar a situação dos trabalhadores na sociedade capitalista. A participação dos revolucionários russos na revolução burguesa de 1905 representou uma tática necessária para próximos passos revolução socialista.

Fernandes (1995:120) destacou Trótsky como um importante dirigente e crítico das deformações stalinistas da revolução:

Sua monumental obra sobre a Revolução Russa não se apresenta como um pedestal de suas atividades heróicas. Representa a tentativa de um participante, situado em uma posição ímpar, de reconstituir os diversos momentos cruciais da revolução, articulá-los em uma totalidade e interpretá-los segundo a ótica marxista, isto é, revolucionária. Em seguida, tornou-se um dos críticos dos “desvios burocráticos”, identificados por Lênin, e um oponente implacável das deformações da revolução.

Florestan Fernandes (1995:65), em *Em busca do socialismo*, analisa a experiência da revolução russa (1917) e chama atenção para a necessária revolução e socialismo internacionais. Os bolcheviques sabiam que era impossível a vitória da revolução, com o socialismo construído em um único país: “se a revolução se desse em um só país, ela seria deformada. Ela teria que assumir uma trajetória penosa e o período da transição iria ser marcado pelas dificuldades oriundas do fato de a revolução se tornar vitoriosa em um só país”.

Trotsky (1937 *apud* SAGRA, 2010:128) em *A Revolução traída* avaliou o Estado da União Soviética, a contradição existente na época, “entre as relações de propriedade, que lhe dão o caráter operário, e as relações de distribuição que são burguesas”. O crescente processo de degeneração burocrática do Estado soviético colocava a revolução em crise, e o futuro apontava tanto para o socialismo quanto para o capitalismo, a depender da correlação de forças na luta de classes em nível mundial. Na avaliação de Trotsky, a luta de classes nacional e internacional teria a força capaz de regenerar o

Estado operário, derrubando a burocracia - ou ele estaria cedendo lugar ao Estado burguês. Trotsky derrubou “a falsa idéia de que a única transição possível do sistema soviético conduz ao socialismo (...) um retrocesso ao capitalismo segue sendo perfeitamente possível”, segundo teorias de Trotsky (1937 *apud* SAGRA, 2010:128):

a URSS é uma sociedade intermediária entre o capitalismo e o socialismo em que: a) as forças produtivas são ainda insuficientes para dar à propriedade do Estado um caráter socialista; b) a tendência à acumulação primitiva, nascida da sociedade, se manifesta através de todos os poros da economia planificada; c) as normas de distribuição, de natureza burguesa, estão na base da diferenciação social; d) o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que melhora lentamente a condição dos trabalhadores, contribui pra formar rapidamente uma casta de privilegiados; e) a burocracia, a o explorar os antagonismos sociais, se converteu em uma casta incontrolável, estranha ao socialismo; f) a revolução social, traída pelo partido governante, vive ainda nas relações de propriedade e na consciência dos trabalhadores; g) a evolução das contradições acumuladas pode conduzir ao socialismo ou lançará a sociedade rumo ao capitalismo; h) a contrarrevolução em marcha rumo ao capitalismo terá de romper a resistência dos operários; i) os operários, ao marchar rumo ao socialismo, terão de derrotar a burocracia. O problema será resolvido definitivamente pela luta das forças vivas no terreno nacional e internacional.

A preocupação especial de Lênin a respeito da burocracia do Estado operário é esclarecedora: desde 1920, o Estado Soviético vinha apresentando “deformações burocráticas”. Devido a uma enfermidade, ficou afastado por um tempo mas, quando retornou ao trabalho, em 1922, Lênin ficou assustado com a ampliação da burocracia no Estado e no partido. Em três discursos, antes do agravamento de sua saúde (16 dez 1922), fez uma análise dura sobre o perigo do avanço burocrático, comparando (31 de out 1922) dos números de empregados públicos de Moscou, entre outubro de 1918 e outubro de 1922. Por mais que os bolcheviques tivessem feito um esforço para diminuir os crescentes números, houve um salto de 231 mil para 243 mil funcionários públicos na capital da URSS.

Baseando-se nessa análise, Lênin (20 nov 1922 *apud* SAGRA, 2010:55) afirmou: “O que necessitamos é que os comunistas controlem a máquina para a qual foram designados e não, como frequentemente acontece entre nós, que a máquina os controle”. Os bolcheviques herdaram “o atraso e a barbárie de séculos”, a devastação da I Guerra Mundial e da Guerra Civil. A somatória das tragédias afundou o país numa cruel crise econômica, levando à população para lutas desmoralizantes pela sobrevivência. Complementou Sagra (2010:56):

As massas que tinham feito enormes sacrifícios tendiam a isolar-se da atividade política, os soviets começavam a se esvaziar e as tarefas do Estado recaíam cada vez mais nas mãos do partido. Lênin e Trotsky tentaram por todos os meios buscar novos organismos que permitissem a participação das massas: os sindicatos independentes, a organização dos sem partido... Porém, não conseguiram mudar essa tendência do movimento de massas, que tinha perdido grande parte de seus melhores representantes na Guerra Civil.

Segundo Sagra (2010:56), Lênin escreveu para Trotsky (*Diário das Secretárias de Lênin*, dez 1922) propondo a formação de “um bloco contra a burocracia em geral e contra o Comitê de Organização em particular” e atacou o primeiro problema político com Stalin, na questão das nacionalidades. Stalin presidia comissão das nacionalidades com o objetivo de impor um único governo na região do império russo, derrotado pela revolução. A proposta da federação de repúblicas independentes deveria ser substituída a fórceps pelas vontades de Stalin. Lênin chegou a propor várias alterações na proposta de Stalin que, além de não aceitar sugestões, acusou - o de defensor do “nacionalismo liberal”. Embora, a maioria dos bolcheviques da Geórgia fosse contrária ao plano de Stalin, ele continuou pressionando, e contou com agressão física de Ordzhaniukidze (lugar-tenente de Stalin) contra um bolchevique georgiano para impor o seu plano.

Lênin (04 jan 1923 *apud* SAGRA, 2010:57), no chamado testamento (“pós-escritos”) dizia: “O camarada Stalin, ao converter-se em secretário-geral, concentrou em suas mãos um poder ilimitado e não estou seguro de que seja sempre capaz de utilizar essa autoridade com cautela”. Lênin também propôs que o partido “buscasse a forma de remover Stalin” da Secretaria-Geral. Lênin (05 mar 1923) teria comunicado Stalin, com ameaças de rompimento de quaisquer relações, segundo Sagra (2010). Lênin se preparava para o enfrentamento aberto com Stalin no XII Congresso do Partido Comunista Russo, em 09 de março de 1923.

O Congresso foi adiado devido à total paralisia e afastamento definitivo de Lênin da política, até sua morte em 24 de janeiro de 1924. O Congresso acabou acontecendo em abril, e Stalin reescreveu seu informe sobre as nacionalidades (posição de atrito com Lênin), posicionando-se favoravelmente ao documento de Trotsky sobre a economia. O debate foi retomado a todo vapor seis meses depois. Stalin (Secretário-Geral), Kamenev (dirigente de organização do partido em Petrogrado) e Zinoviev (dirigente de organização do partido em Moscou e presidente da III Internacional) haviam formado um bloco dentro do *Politburo* do Partido Bolchevique. O bloco político “troika” tinha como eixo aglutinador o apoio mútuo, sem preocupação maior com as

bases programáticas para continuar em maioria no Comitê Central. Os desafios políticos e econômicos ficavam subordinados aos objetivos da coesão do bloco.

O Partido Bolchevique havia aprovado, em 1921, a Nova Política Econômica (NEP), proposta por Lênin para revitalizar a economia, após a devastação provocada pela Guerra Civil. A revitalização prevista ocorreria com “uma restauração limitada do livre mercado”, para colocar a economia em movimento entre as cidades e o campo, sob controle e centralização do Estado. Uma parte dos bolcheviques percebeu, em 1923, que a aplicação da NEP trouxe resultados distorcidos para a recuperação da economia. A indústria leve e a agricultura recuperaram-se em ritmo mais acelerado que a indústria pesada. Por isso, propuseram um plano econômico que desenvolvesse a indústria pesada, e em sintonia com essa, as indústrias nacionalizada e planificada (que estava em função do campo atrasado e anárquico). Sem programa, a “troika” subordinava-se às pressões dos camponeses ricos (kulaks), que dominavam a economia da época. Lênin tinha clareza da importância do desenvolvimento da indústria e, por isso escreveu, em novembro de 1922 (*apud* SAGRA, 2010:59):

A salvação da Rússia não reside só em uma boa colheita – isso não é suficiente – tampouco depende unicamente das boas condições da indústria leve que provê os camponeses com artigos de consumo – isso também não é suficiente – necessitamos também da indústria pesada... (e isso) exige fundos do Estado e se não formos capazes de garanti-los estaremos destinados a perecer como Estado civilizado, para não falar de Estado socialista.

Embora o Comitê Central tivesse aprovado (18 dez 1922) a mudança das políticas de base, a “troika” negou-se a encaminhar as resoluções. No contexto da não aplicação de um plano econômico da indústria de base: impostos dos camponeses ricos não foram cobrados, que poderiam alavancar a reconstrução da indústria pesada e impedir o avanço distorcido da agricultura. O resultado dessa política foi o aumento em dobro do desemprego, em 1923 comparado com o ano anterior; os salários foram reduzidos, em alguns casos, e pagos irregularmente; greves pipocaram em todo país, entre agosto e setembro; diferentes grupos começaram a se organizar dentro do partido e, ao mesmo tempo, a “troika” não conseguia sequer conter o descontentamento dos camponeses, devido ao encarecimento de produtos industrializados usados na agricultura (SAGRA, 2010).

Trotsky enviara uma carta ao Comitê Central (08 out 1923), analisando as razões do surgimento de grupos dentro do partido: “regime partidário radicalmente incorreto e

doentio no interior do partido”; “insatisfação dos operários e camponeses com a grave situação econômica causada não só pelas dificuldades objetivas, mas também pelos erros flagrantes e radicais da política econômica”. Trotsky exigia também a instauração da democracia partidária em substituição ao “burocratismo secretarial” para impedir o avanço da “degeneração” e da “calcificação” em curso. Mais 46 líderes do partido encaminharam manifesto ao Comitê Central, fazendo duras críticas à política econômica e denunciando que o partido estava sendo afastado das massas por uma “camarilha burocrática”. Frente ao descontentamento generalizado, a “troika” percebeu que não tinha saída, senão abrir a discussão, afirmando que o *Pravda* (07 nov 1923) estaria à disposição para a divulgação das diferentes posições do partido. Segundo Sagra (2010:60-61):

Pouco depois de aberto o debate, um terço das organizações do partido no exército se pronunciaram pela oposição. O Comitê Central da Juventude Comunista e a maioria das células da juventude fizeram o mesmo. A maior parte das células estudantis declarou seu apoio aos “quarenta e seis” (as posições de Trotsky nesse momento só eram conhecidas no interior do CC).

O bloco político “troika” utilizou duas táticas para atacar a oposição interna. Na primeira tática: perseguiu seus 46 dirigentes, demitindo Antonov Ovseenko, chefe dos comissários políticos do Exército Vermelho, que liderou o assalto ao Palácio de Inverno (out 1917) e herói da Guerra Civil na Ucrânia; as células militares perderam o direito de voto; e foi dissolvido o Comitê Central da Juventude e substituído por apoiadores da “troika”. Na segunda tática: incorporou algumas das críticas da oposição para neutralizá-las; o Politburo aprovou e publicou (07 dez 1923 *apud* SAGRA, 2010:61) uma resolução na qual eram condenadas “‘A aguda diferença da situação material dos membros do partido’; ‘a estreiteza do olhar oficial’ e ‘a burocratização que se vinha observando nos postos do partido’; e se fazia um chamado à ‘real e sistemática aplicação da democracia operária’”.

O aparato burocrático da “troika” impôs-se, principalmente para a eleição dos delegados para XIII Conferência (jan 1924), evidenciando a diferença nas regiões além de Moscou. O resultado contra a oposição foi à derrota implacável: em Moscou a oposição conseguiu 36% dos delegados, mas nas outras regiões contou com apenas 03 delegados dos 218 presentes na XIII Conferência. Diante dessa realidade, a oposição se viu encurralada e teve que suspender suas atividades. O “novo membro da Comissão Central de Controle”, S. I. Gusiev resumiu o regime partidário instituído pela

Conferência da seguinte maneira: “A autoridade se adquire não só pelo trabalho senão pelo medo. E agora a Comissão Central de Controle e a de Inspeção de Operários e Camponeses tiveram êxito em impor o medo. Neste aspecto a autoridade está crescendo” (SAGRA, 2010:63). A Conferência proibiu a existência de tendências dentro do partido, revogando a suspensão temporária – que havia sido aprovada após a Guerra Civil, devido à rebelião de Kronstadt e ao descontentamento geral dos camponeses, que ameaçavam a recém iniciada experiência socialista. Segundo Sagra (2010:63):

A maior prova de que nunca Lênin pensou que essa fosse uma medida permanente é que propôs ao Trotsky um bloco para enfrentar abertamente Stalin no XII Congresso, do qual não pôde participar. No entanto, a XIII Conferência, ocorrida num momento em que o partido e amplos setores da direção central estavam divididos quanto a políticas básicas, confirmou essa proibição e ameaçou com a expulsão quem não a acatasse.

Reis Filho (1997:115) falou sobre a *revolução pelo alto*, na estratégia estalinista de construção do socialismo em só país (1828-1941). Stalin anunciou a grande virada de rumo, em artigo publicado em novembro de 1929, encerrando uma fase da revolução:

A NEP não entraria mais para a história, segundo desejavam Bukharin e seus aliados, como uma nova concepção de construção do socialismo ou uma nova estratégia para a revolução internacional, a longo prazo. Mas como uma pausa, um parêntese, um recuo temporário. Em seu lugar, instaurou-se, de forma hesitante no início, e com cada vez mais força a decisão nos momentos seguintes, um processo inaudito de mobilização e de estatização da sociedade, uma economia comandada ou mobilizada (J. Sapir, 1990), diretamente controlada e impulsionada pelo poder político, uma revolução pelo alto. A ofensiva, e neste caso a terminologia militar era perfeitamente adequada, teve duas direções principais: a coletivização do campo e a industrialização acelerada, com ênfase em pólos determinados, a saber, indústria pesada, armamentos, produção de energia e extração mineral.

Trotsky e seus seguidores (da via revolucionária) insistiram na tese da *revolução inacaba*, desde o final da década de 1920, segundo Deutscher (1967 apud REIS FILHO, 1997:251). O autor criticava a burocracia stalinista como o grande problema do desvio de rota da revolução socialista. Trotsky referiu-se ao velho revolucionário, Lênin, que sugeriu repensar todo o processo revolucionário, devido ao avanço burocrático stalinista:

A base econômica socialista apropriada por uma burocracia usurpadora. Seria preciso recuperar o destino roubado, por meio de uma revolução política, mas, essencialmente, o regime soviético continuava sendo considerado como socialista. É verdade que, pouco antes da Segunda Guerra Mundial, o velho revolucionário chegou a dizer que, se o conflito que se aproximava não levasse de roldão a maldita burocracia, seria necessário repensar o conjunto da

problemática. A morte o impediu de fazer à tentativa, e nenhum discípulo ousou tomar o caminho sugerido (L. Trotski, 1966).

6.6.2 Lênin tentou neutralizar a burocracia stalinista, mas ela já estava consolidada.

No final de sua vida, Lênin lutou para impedir a burocracia estalinista, que ele próprio havia ajudado a dinamizar mas que, desde 1923, tentou reverter, quando os rumos do desastre para o proletariado já estavam anunciados pela realidade, segundo Mészáros (2002:1022),

A ironia cruel de tudo isso é que o próprio Lênin, totalmente dedicado à causa da revolução socialista, contribuiu para paralisar as mesmíssimas forças da base da classe trabalhadora às quais, mais tarde, voltaria pedindo ajuda, uma vez percebidos por ele os perigos dos desenvolvimentos que, na Rússia, iriam culminar no stalinismo. Contra este cenário, é patético ver Lênin, um gênio da estratégia realista, comportar-se como um utópico desesperado, de 1923 até o momento de sua morte: propondo insistentemente esquemas impossíveis – como a sugestão de criar uma maioria no Comitê central com quadros da classe trabalhadora, a fim de neutralizar os burocratas do Partido – na esperança de reverter esta tendência perigosa, então já muito avançada. A grande tragédia de Lênin foi que a sua incomparável, instrumentalmente concreta e intensamente prática estratégia o derrotou no final. No último ano de vida, então já não havia mais saída para seu isolamento total. Os desenvolvimentos que ele mesmo, mais que qualquer outro, ajudou a dinamizar fizeram-no historicamente supérfluo. A forma específica como ele viveu a unidade de teoria e prática acabou por ser o limite de sua grandeza.

Mészáros (2002:975) fez uma análise comparativa entre a política econômica pós-capitalista de Stalin e Gorbachev. A mesma disciplina econômica centralizada para contenção de gastos dos trabalhadores do stalinismo para o desenvolvimento nacional, na *perestroika* foi centralizada pelo mercado:

Stalin antecipava melhorias na disciplina econômica a partir da pressão pela rentabilidade nos empreendimentos, Gorbachev saudava o senso de realismo dos trabalhadores em conter as suas demandas sob a “nova situação” da *perestroika mercadizante*. A última coisa que as personificações pós-capitalistas do capital poderiam desejar era a solidariedade efetiva entre os empreendimentos locais e os seus trabalhadores. A disciplina induzida pelo mercado, como um momento subordinado do modo estabelecido de extração politicamente imposta de trabalho excedente, deveria supostamente fortalecer o domínio da autoridade central, não o debilitar.

Os resultados dos desvios revolucionários, do ponto de vista social e econômico, evidenciaram-se na década de 1990. A partir dos impasses da *perestroika* (1987-1988)

começa-se perceber uma involução drástica, um grande processo de desindustrialização, nos anos seguintes, uma redução de 50% em relação a 1990. Em 1995, a taxa de investimentos do Produto Nacional Bruto caiu para 8%, que nos tempos áureos dos Planos Quinquenais ultrapassava 20%. Houve um crescente desemprego: entre 10 e 12 milhões de pessoas desempregadas, fora o subemprego e o trabalho informal. Segundo Reis Filho (1997: 272), na outra ponta da pirâmide social, percebe-se a situação dos novos russos:

Concentração brusca da renda: em certas regiões, beneficiando as que se dedicam ao comércio e aos serviços financeiros (...) e na sociedade, projetando uma nova classe de especuladores e rentistas, os chamados novos russos. O fenômeno se processou numa velocidade vertiginosa: as cifras aqui também oferecem matéria para polêmica, mas há um certo consenso de que os 10% mais ricos estariam concentrando algo em torno de 40% da renda nacional, enquanto na base da pirâmide os 10% mais pobres se (des)contentariam com apenas 1,5%. A esperança de vida ao nascer, de 64 anos para homens e de 74,4 anos para mulheres em 1990, já então em queda livre em relação a 1985-86, caiu, em 1993, para 58 anos e 68 anos, para homens e mulheres, respectivamente.

Na URSS, até 1990, o Estado controlava 90% da força de trabalho, e entre 1992 e 1995, reduziu seu controle para apenas 13%. Contudo, como resultado das privatizações, emergiu uma economia mista. Dados indicam, em termos de repartição de propriedades: 43% estão com os assalariados; 29% com investidores externos (estrangeiros e russos) 17% com a direção de empresas e 11% do Estado (REIS FILHO, 1997).

6.6.3 Lênin e sua mudança de posição: “armar todo povo pobre” ou o “poder estatal proletário” – contribuições de Lukács para consolidar o comunismo.

A experiência soviética suscita esse debate a partir das mudanças de posição de Lênin, sobre o que defendia em *O Estado e a Revolução* para a pós-tomada do poder: armar os pobres e explorados da sociedade em defesa da revolução, e sua posterior mudança de posição na prática do governo revolucionário. De acordo com Mészáros (2002:1019),

Lênin ainda defendia “um Estado *sem* exército mobilizado, *sem* uma polícia oposta às pessoas, *sem* funcionários acima do povo”, e propunha “organizar e armar todos os segmentos da população pobres e explorados para que estes *por si mesmos* tomassem diretamente em suas próprias mãos os órgãos do poder do Estado, para que *eles mesmos possam constituir* estes órgãos do poder do

Estado”, uma mudança significativa tornou-se evidente na sua orientação após a tomada do poder. Os principais temas de *O Estado e a Revolução* passam mais e mais para os bastidores de seu pensamento.

As posições de armar os pobres e explorados foram substituídas nos discursos e elaborações de Lênin (MÉSZÁROS, 2002:1020) pela ênfase à “necessidade de uma autoridade central, de ditadura e de uma vontade conjunta de assegurar que a vanguarda do proletariado *cerrasse suas fileiras*, desenvolvesse o Estado e o colocasse sobre nova base, enquanto *retinha firmemente as rédeas do poder*”. Contrastando com suas intenções iniciais (“todo o povo armado” e o poder do Estado), Lênin apontou os “trabalhadores” como os dirigentes “poder estatal proletário”, cujo papel principal estaria assim definido:

o “poder do Estado está em organizar a produção em larga escala, em solos de propriedade do Estado, e em escala nacional em empresas de propriedade do Estado, está na distribuição da força de trabalho entre os vários ramos da economia e várias empresas, e está na distribuição entre os trabalhadores de grande quantidade de artigos de consumo pertencentes ao Estado”.

A determinação do poder centralizado no Estado, responsável pela distribuição da força de trabalho, faz desaparecer a contradição objetiva existente entre o operariado e a ditadura do proletariado. Mézáros (2002:1021) avalia as contribuições de Lukács (primavera de 1919) sobre o poder proletário na superação das classes sociais e do próprio Estado. A transcrição longa do texto seguinte é necessária para entender exatamente a visão de Lukács sobre esse processo, essencial para “o começo da verdadeira história da humanidade”, sem classes e sem Estado ou o comunismo, no qual prevalecerá o “poder da moralidade sobre as instituições e a economia”:

É claro que os fenômenos mais opressivos do poder proletário – ou seja, a escassez de produtos e os altos preços, de cuja consequência imediata todo proletariado tem experiência pessoal – são resultados diretos do relaxamento da disciplina do trabalho e do declínio da produção. A criação de soluções para isto e a conseqüente melhoria dos padrões de vida do indivíduo somente podem ocorrer quando as causas desses fenômenos forem removidas. O que se pode fazer de duas maneiras: ou os indivíduos que constituem o proletariado *compreendem* que eles podem ajudar-se apenas pelo fortalecimento voluntário da disciplina do trabalho e, conseqüentemente, do aumento a produção; ou, se eles não forem capazes disto, *pela criação de instituições que sejam capazes de gerar este estado de coisas*. Neste último caso, cria-se um sistema legal por meio do qual o proletariado compele os seus próprios membros individuais, os proletários, a agir de um modo que corresponda a seus interesses de classe: *o proletariado volta sua ditadura contra si mesmo*. Esta medida é necessária para a autopreservação do proletariado quando não

existem o reconhecimento correto dos interesses de classe e a ação voluntária em conformidade com estes interesses. Mas não se pode escamotear o fato de que este método contém em si *grandes perigos para o futuro*. Quando o próprio proletariado é o criador da disciplina do trabalho, quando o sistema de trabalho do Estado proletário é constituído sobre uma base moral, aí então a compulsoriedade externa da lei cessa *automaticamente* com a abolição da divisão de classes – isto é, o Estado se desfaz – e esta liquidação da divisão de classes produz, por si mesma, o começo da verdadeira história da humanidade, que Marx profetizava e almejava. Mas, se o proletariado seguir outro caminho, deverá criar um sistema legal que não poderá ser abolido automaticamente pelo desenvolvimento histórico. Desenvolvimento, portanto, que procederá em uma direção *que colocaria em risco a emergência e a realização do objetivo último*. Uma vez que o sistema legal que o proletariado é obrigado a criar desta forma deve ser derrubado, quem sabe que convulsões e que traumas serão causados por sua transição que leva do reino da necessidade ao reino da liberdade por este *atalho*?... Depende do proletariado o começo real da história da humanidade – isto é, o *poder da moralidade sobre as instituições e a economia* (LUKACS, 1968 apud MÉSZÁROS, 2002: 1021-1022).

6.6.4 O autoritarismo contra o trabalhador na experiência pós-capitalista soviética

Para István Mészáros (2002:974), a experiência pós-capitalista da União Soviética e da Europa oriental deixou o marco do autoritarismo - intensificado na posterior tirania mercadológica dos anos 90:

A atração principal que a mercadização exercia sobre as personificações pós-capitalistas do capital – de Stalin, nos seus últimos anos de poder, até Gorbachev e companhia, na União Soviética e na Europa oriental – era o desejo de fortalecer seu domínio sobre o trabalho intensificando a disciplina do trabalho nas novas circunstâncias. Esperava-se que a adoção do mercado atingisse esta finalidade, na medida em que o autoritarismo do local de trabalho herdado – por meio do qual se impunham politicamente, sem dificuldades insolúveis sob Stalin e depois dele - seria complementado e grandemente fortalecido pela *tiranía do mercado*.

Mészáros (2002:975) enfatizou que, no último período de seu governo, Stalin procurou fortalecer os órgãos centrais de controle, com uma permanente combinação entre as “relações mercantis socialistas” e um movimento chamado de “stakhanovista”, forjando uma espécie de “emulação socialista” - era a destruição da experiência soviética pelo stalinismo. O objetivo central de Stalin era pressionar de forma direta os trabalhadores para extrair um padrão mais elevado de produtividade. “Por sua vez, Gorbachev gostava de pregar a necessidade de ‘sacrifícios’ pelos trabalhadores antes

que eles pudessem adquirir benefícios econômicos prometidos pelas reformas de mercado”.

6.7 O socialismo por “etapas pacifistas” e a “política de conciliação de classes” impediram o avanço da revolução socialista.

No início da década de 1960, na União Soviética, impôs-se uma teoria que apontava os caminhos do socialismo através de etapas pacíficas, uma vez que ele já havia sido construído em vários países do mundo. Nos países de Terceiro Mundo, da Ásia e da América Latina a revolta armada passou a ser uma opção devido ao predomínio das ditaduras militares da direita com apoio estrangeiro. Nesses países, o sentimento nacional, o socialismo e a reforma agrária, sob influência marxista, consolidaram o fio condutor das lutas revolucionárias (BOTTOMORE, 2001:326-327).

Segundo Sagra (2010), o stalinismo fez uma “política de colaboração de classes” que, após a derrota do fascismo, impediu as revoluções na Itália, na França e na Grécia. Na Itália, o exército nacional foi derrotado e, na França e Grécia, as forças de ocupação foram expulsas pelas forças de resistência, essencialmente comandadas pelos comunistas. Dessa forma, a burguesia imperialista (dirigida pelos EUA) e a burocracia stalinista (dirigida pela URSS), na “nova ordem mundial”, consolidaram o chamado “milagre europeu” e congelaram as iniciativas revolucionárias do pós-guerra.

6.8 O internacionalismo latino-americano e a conjuntura imperialista exigem combate dos revolucionários.

Cláudia Jardim (02 agos 2004) acompanhou o debate do Primeiro Fórum Social das Américas (25 a 30 de jul 2004), a respeito do tema: *Militarizar o continente para garantir a expansão dos acordos de livre comércio e a expansão dos recursos naturais* e a estratégia usada pelos EUA através do Plano Colômbia para garantir o cerco aos países da América do Sul, que detêm as principais fontes de biodiversidade e de energia. Os debatedores a seguir aprofundaram as informações: Ana Ester Ceneña, do México; Maria Luisa Mendonsa, do Brasil; Héctor Mondragon, da Colômbia; Humberto Hernandez, de Cuba; Edgardo Lander, da Venezuela e Walden Bello de Filipinas (29 jul 2004). Segundo relatos da jornalista brasileira, Cláudia Jardim (2004), a debatedora Ana Ester afirmou que as bases militares da região têm sido usadas para garantir a expansão

dos interesses dos EUA na extração dos recursos naturais da região amazônica (principal reserva de biodiversidade do mundo, ponto estratégico para a exploração das farmacêuticas transnacionais), e foco dos EUA no hemisfério sul.

Outro foco é o Aquífero Guarani (que se estende do Brasil à Argentina, ao Paraguai e ao Uruguai), um dos maiores sistemas aquíferos do mundo e que contém a maior reserva subterrânea de água doce da América do Sul, além do petróleo e gás, extraídos em grande quantidade na região. Os EUA, segundo avaliação de Ana Ester (2004), pretendem dominar, Chiapas, Cuba e Venezuela para continuar seu plano de controle continental. Em Chiapas e Venezuela, o interesse principal é o petróleo. No caso do México, dominar Chiapas seria “conquistar” a maior reserva de petróleo do hemisfério norte, no golfo do México, resolveria um grande problema dos EUA, que consomem mais de 22 milhões de barris de petróleo por dia. No caso de Cuba e Venezuela, Ana Ester avalia que se trata de derrotar politicamente seus governos, porque são os únicos que não acatam as políticas imperialistas. Os EUA querem derrotar o simbólico (Cuba e Venezuela) e também derrotar os movimentos sociais.

A Venezuela, quarto exportador de petróleo do mundo, sob o governo de Chávez, transformou-se no maior foco de resistência contra a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). No caso de Cuba, a resistência da revolução que há 50 anos enfrenta o bloqueio econômico imposto pelos EUA. Héctor Mondragon (2004) esclareceu que a base para controlar o continente está na Colômbia, como centro de difusão militar. O projeto do então presidente, Álvaro Uribe, em sintonia com as tropas estadunidenses é atacar os demais povos da América Latina. O que já havia de militarização social colombiana, terá amparo legal através de projeto lei para prender qualquer cidadão sem mandado judicial. Por essa razão, Héctor denomina o governo colombiano como regime fascista que prende os militantes políticos de oposição. Héctor (2004) assegura que os chamados grupos de autodefesa (paramilitares) fazem parte de uma estratégia de desestabilização regional de extermínio de pessoas, inclusive em países vizinhos. Segundo relatos de Héctor (*apud* JARDIM, 2004), na Venezuela foram assassinados 81 camponeses pelos paramilitares da Colômbia. Em maio de 2004, afirma Héctor, cerca de 130 paramilitares colombianos foram presos em Caracas, usando uniforme das Forças Armadas da Venezuela.

6.9 Lições de outras revoluções socialistas e de outros revolucionários no mundo.

A revolução proletário-camponesa da China também foi um grande marco na História das revoluções. Segundo Martins (2005:140), a conhecida Revolução Cultural Proletária caracterizou-se como um movimento radicalizado pela igualdade contra o burocratismo de gestão do comunismo chinês. Mao Tsé-Tung impulsionou a revolução através do teatro e da ópera engajados na realidade. A revolução chinesa influenciou o mundo todo “com o surgimento de grupos revolucionários de esquerda inspirados no maoísmo, como ocorreu na Europa Ocidental e na América Latina (inclusive no Brasil, junto a vários militantes de organizações da luta armada entre 1967 e 1973)”. A respeito da política de formação de quadros e militantes do partido comunista dizia Tsé-Tung (1972:194): “Para assegurar que o nosso Partido e o nosso país não mudem de cor, devemos não somente dispor de uma linha e de uma política corretas, mas também educar e formar dezenas de milhões de continuadores da causa revolucionária do proletariado”. Para impedir que militantes políticos se deixem afundar na burocracia, no revisionismo e no dogmatismo, Mao Tsé-Tung (1972:197) apresentou uma proposta fundamental:

É necessário manter o sistema da participação dos quadros no trabalho coletivo de produção. Os quadros do nosso Partido e Estado são trabalhadores comuns e não senhores que cavalgam as costas do povo. Ao participarem no trabalho coletivo de produção, os quadros mantêm os laços mais amplos, permanentes e estreitos com o povo trabalhador. Essa é uma medida maior e de fundamental importância num sistema socialista; ela contribui para vencer a burocracia e impedir o revisionismo e o dogmatismo.

A revolução e a cultura revolucionária caminham juntas no trabalho militante entre as massas. A cultura e arte são instrumentos importantes para preparar o terreno ideológico e o combate revolucionário. Mao Tse Tung (1972:209) defendeu que “A cultura revolucionária é uma poderosa arma (...) para as grandes massas populares. Antes do começo da revolução, ela prepara ideologicamente o terreno e, durante esta, constitui uma frente de combate necessária e importante na frente geral da revolução”.

Che Guevara (1982:15) ressaltou a importância da luta dos guerrilheiros na selva boliviana: “Este tipo de luta nos dá a oportunidade de nos convertermos em revolucionários, o escalão mais alto da espécie humana, mas também nos permite graduarmo-nos como homens...”. Sobre as dificuldades dos revolucionários contra as forças locais e imperialistas, Guevara alertou que os revolucionários na Bolívia da época enfrentavam o imperialismo mais poderoso e mais moderno, mais bem equipado do ponto de vista técnico e industrial. Além de equipar o exército na Bolívia, os EUA

garantiram assessoria técnica e presença militar, da mesma forma que fez em todo o continente em apoio às forças repressivas. Relatos de Ricardo Rojo (*apud* SOUZA, 1982:142), amigo muito próximo de Guevara, permitem acesso a informações da batalha final do comandante da guerrilha boliviana (jul 1967):

“...O homem mais avançado dos guerrilheiros é o mineiro boliviano Símon Cuba, excelente atirador, que atira rápido e repetidas vezes, escondendo-se do fogo do inimigo. Às suas costas está Che Guevara que também atira, até que é baleado nas pernas. Símon, num gesto heróico de lealdade, carrega-o sobre os ombros, tentando levá-lo para fora da linha de fogo. Outra rajada de metralhadora atinge novamente Che, fazendo voar longe sua inseparável boina. Símon então coloca-o no chão, disposto a continuar lutando, mas está cercado, a apenas 10 metros de seus inimigos. Todos os *rangers* atiram sobre ele ao mesmo tempo (...) Che está agora numa posição extremamente difícil, mas não desiste de combater. Apóia-se numa árvore com uma das mãos, enquanto que com a outra continua atirando com sua M2. A resistência dura pouco. Uma bala o atinge de novo na perna direita, enquanto outra acerta sua mão direita, fazendo saltar a M2, partindo-lhe o pulso e atingindo ainda o antebraço. Os soldados o rodeiam. Guevara está preso”.

Löwy (2006: 294) reproduz escritos de Che Guevara, em *Guerra de guerrilhas, un método* (1963), enfatizando os aspectos relevantes para os revolucionários da América Latina:

Em nossa situação americana, consideramos que a Revolução Cubana deu três contribuições fundamentais à mecânica dos movimentos revolucionários da América. Primeiro: as forças populares podem ganhar uma guerra contra o Exército. Segundo: nem sempre deve-se esperar que estejam dadas todas as condições para a revolução. Terceiro: na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo (La guerra de guerrillas).

Pericás (2004:207) apresentou estudo comparativo entre Guevara e Trotsky, considerando que defendiam a mesma idéia: “um bloco internacional contra o capitalismo”, pois a chamada “coexistência pacífica” entre os blocos da bipolarização da época (socialistas e capitalistas) não passava de uma proposta ilusória. A diferença básica é que Guevara dava mais ênfase ao papel da guerrilha rural no meio do campesinato, sem menosprezar o papel do proletariado urbano. Quanto ao papel dos sindicatos também havia uma diferença de compreensão entre os dois, Guevara entendia que esses deveriam ficar subordinados ao Estado e os trabalhadores deveriam realizar trabalho voluntário na defesa da revolução, sem serem coagidos.

Trotsky defendia a independência de classe dos trabalhadores. Pericás (2004:207) enfatizou que Che defendia o livre pensamento e a livre expressão:

“Guevara condenara, em 1961, a destruição das chapas de impressão da obra *A revolução permanente* por culpa de um funcionário subalterno, afirmando que “isto não deveria ter acontecido”. Para o autor, Guevara era leitor de diferentes contribuições teóricas como Mao, Trotski e Stalin e tinha grande abertura para realizar debates com militantes das mais diferentes tendências políticas de esquerda. Pericás reforça uma idéia do historiador cubano José Tabares Del Real: “o Che não era trotskista, nem titoísta, nem maoísta. O Che era o Che, somente isso” (1989 TABARES DEL REAL, 1999 *apud* PERICÁS, 2004:208).

Camilo Torres, nascido em 1929 (Bogotá), ordenado sacerdote (1954), formou-se em sociologia em Louvain, e foi professor da Faculdade de Sociologia da Universidade Nacional da Colômbia, comprometido com as lutas populares do país nos anos 60. Escreveu um artigo no jornal Frente Unido (da Frente Unida do Povo), esclarecendo como um cristão radicalizado pode ser revolucionário. Sua fundamentação seria o amor ao próximo e a teoria marxista na luta de classes, transformando a caridade em dever na construção revolucionária. Frente à dificuldade de divulgar o trabalho da Frente Unida do Povo, Camilo Torres, juntou-se ao Exército de Libertação Nacional e, em 1966, morreu em combate. Em suas mensagens enfatiza o amor e a caridade ao próximo, aplicados em políticas que possam garantir comida, roupas e estudo e outros meios eficazes para o bem-estar para a maioria:

A revolução, portanto, é a forma de se obter um governo que dê comida para o faminto, que vista o despido, que ensine quem não sabe, que realize as obras de caridade, de amor ao próximo não só de forma ocasional e transitória, não apenas para alguns poucos, mas para maioria dos nossos próximos. Por isso, a revolução não só permitida como é obrigatória para os cristãos que vejam nela a única maneira eficaz e ampla de realizar o amor para todos. É verdade que “a única autoridade provém de Deus” (S. Paulo, Rom. XIII, 1). Mas São Tomás diz que a atribuição concreta da autoridade é feita pelo povo (Camilo Torres, 1965, “*Mensaje a los cristianos*”; 1966, “*Al pueblo colombiano desde las montañas*” *apud* LÖWY, 2006).

Carlos Marighella (1979 *apud* LÖWY, 2006: 314), dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), rompeu com o partido em 1967, quando retornou de uma viagem a Cuba. Em 1968, Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e outros comunistas de São Paulo fundaram a Aliança Libertadora Nacional (ALN), afirmando que para derrubar o regime militar seria necessário organizar muitas atividades revolucionárias nos centros urbanos. Marighella foi assassinado em 04 de novembro de 1969. Segundo Marighella (*apud* LÖWY, 2006:319-320) não é possível realizar as reformas de base (segundo

proposta dos governos nacionalistas e PCB) pela via pacífica, somente é possível pela via revolucionária. Abandonar a revolução armada, conforme sugerido pelo PCB da época, “leva à perda de confiança no proletariado, transformando, daí então, em auxiliar da burguesia, enquanto o partido marxista passa a ser apêndice dos partidos burgueses”. Marighella criticou duramente a tradição comunista brasileira pelo abandono histórico aos camponeses, que nunca foi priorizado na construção partidária: “Entretanto, o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira, e sem ele o proletariado terá que gravitar na órbita da burguesia, como acontece entre nós, na mais flagrante negação do marxismo”.

Marighella (1979) avaliou que a luta de guerrilhas, ao longo da história tem sido um instrumento de libertação do povo oprimido e a única estratégia para a expulsão do imperialismo e a tomada do poder pelas massas através da derrota das oligarquias. A guerrilha teria assumido “uma nova dimensão, ao lhe ser atribuído o papel estratégico decisivo na libertação dos povos”. Em outras palavras, Marighella quis dizer que: “a guerrilha incorporou-se definitivamente á vida dos povos como a própria estratégia de sua libertação, o caminho fundamental, e mesmo único, para expulsar o imperialismo e destruir as oligarquias, levando as massas ao poder”.

Na atualidade, no amplo universo de revolucionários da América Latina, a guerrilha em alguns países, talvez esteja em ação pela estratégia de *insurreição combinada permanente*, que foi uma das experiências venezuelanas. Mesmo não sendo a única estratégia para derrubar o imperialismo e o capitalismo, ainda é uma das mais importantes formas de luta armada. A reflexão de Marighella é fundamental porque trouxe uma abordagem a respeito desse novo conceito marxista-leninista de tomada de poder na experiência cubana. O guerrilheiro fez uma relação entre a revolução de Cuba, como parte da necessária revolução mundial (parte e o todo), a expulsão do imperialismo, fora do período de guerra mundial e sem imposição de uma guerra civil, através da guerra de guerrilhas.

O que Marighella não aprofundou em sua análise, é que a revolução cubana foi vitoriosa em período de Guerra Fria e pôde contar com a ajuda da ex-URSS, na fase principal da reação burguesa internacional (EUA), para impor a expulsão do imperialismo na chamada “crise dos mísseis” (1961). Marighella (1979:125): também enfatizou a importância da relação do guerrilheiro com as massas e suas culturas: “a guerrilha deve viver e nutrir-se no meio dos camponeses, identificando-se com eles e

respeitando seus costumes e religião. Explicar-lhes a natureza de classe do inimigo, o papel da guerrilha e o seu objetivo político...”.

Marighella participou do primeiro e único congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em Havana (agos 1967). Entre os presentes, os cubanos (corrente castrista) formaram maioria, além de grupos menores de todas as correntes latino-americanas que compartilhavam os caminhos da revolução cubana. Os partidos comunistas da Argentina, da Venezuela e do Brasil boicotaram o congresso. Os objetivos da OLAS eram a luta contra à ofensiva militar do imperialismo estadunidense nos países da região, contra as oligarquias nacionais e pela revolução na América Latina, conforme relatos da Primeira Conferência da organização (31 jul 1967):

Pela primeira vez na história da América Latina, congregam-se os representantes genuínos de suas massas exploradas, famintas e oprimidas para discutir, organizar e impulsionar a solidariedade revolucionária, trocar suas experiências, coordenar suas ações sobre uma firme base ideológica e, á luz dos ensinamentos de seu passado revolucionário e das presentes condições, fazer com que os povos enfrentem a estratégia global contra-revolucionária do imperialismo e das oligarquias nacionais. Em suma, o objetivo central da conferência foi estreitar os laços de solidariedade militante entre os combatentes antiimperialistas da América Latina e elaborar as linhas fundamentais para o desenvolvimento da revolução continental (...) A luta revolucionária armada triunfante em Cuba e já iniciada na Venezuela, na Colômbia, na Guatemala e na Bolívia, não terminará até destruir o aparelho burocrático e militar da burguesia e dos latifundiários e instaurar um poder revolucionário do povo trabalhador que tem de enfrentar tanto a contra-revolução interna quanto a intervenção ianque, e ceifará implacavelmente as raízes da dominação imperialista (LÖWY, 2006:321).

6.10 Lições da revolução e do socialismo cubano – contribuições práticas e teóricas

Guevara (1982:20) apontou os dois problemas econômicos mais importantes nos primeiros meses do governo revolucionário em Cuba: “são o desemprego e a escassez de divisas. O primeiro continha o aspecto político mais agudo, mas o segundo era muito perigoso, dada à dependência enorme de Cuba com relação ao comércio exterior”. Para a superação desses problemas econômicos, em primeiro lugar, a reforma agrária deu um passo fundamental. Nesse contexto, o desenvolvimento açucareiro e o convênio assinado com a URSS, que garantiram a venda de grandes quantidades de açúcar a

preços muito superiores aos pagos até então pelo mercado estadunidense e no mercado mundial dos 20 anos anteriores à revolução. Em segundo lugar, o desenvolvimento industrial metalúrgico, a partir da elaboração do níquel como metal estratégico, colocando o país na situação de segundo ou terceiro produtor mundial. E a terceira linha de desenvolvimento seria na criação do gado.

Guevara (1982:24) falou da relação de dependência dos países subdesenvolvidos as “cadeias monopolistas” e as “potências imperialistas”, apostando na futura libertação desses e o castigo aos merecedores:

À medida que os países dependentes da América e de outras regiões do mundo se libertem das travas das cadeias monopolistas e estabeleçam novos sistemas mais justos e relações mais justas com todos os países do mundo, as pesadas contribuições que rendam nossos territórios ao modo de vida das potências imperialistas recaíram sobre elas mesmas e, entre todos, os Estados Unidos é o que terá que sofrer com maior gravidade este fenômeno no momento em que ocorra.

Florestan Fernandes (1979:78) em *Da guerrilha ao socialismo*, analisou os caminhos da revolução cubana e apresentou inúmeras contribuições para uma possível revolução latino-americana. Sua análise poderá também facilitar a compreensão das dificuldades do presente e do futuro da situação venezuelana. Enfatizou a importância da unidade de todas as forças políticas com maior ou menor grau de consciência revolucionária para consolidar a frente ampla e realizar a revolução cubana, logo a pós-tomada do poder pelos guerrilheiros:

a fraqueza do adversário, a existente e a que podia ser provocada, era crucial, surgindo como um elemento *sine qua non* para a vitória militar e política. E a “revolução dentro da revolução” seria um processo gradual, por etapas, de vitórias sucessivas e encadeadas, militares e políticas, pelas quais o agravamento constante da guerra civil permitiria passar a um aprofundamento da situação revolucionária (e vice-versa). [...] Portanto, a síntese política revolucionária não era buscada pelo setor mais extremado e radical, mas por uma acumulação de forças que unificava todas as correntes mais ou menos revolucionárias e que coincidem entre si no propósito de realizar aquela revolução *por Cuba e para Cuba*.

Fernandes (1979: 91) falava do monopólio do poder real da frente ampla, dando conta das tarefas da política, do judiciário, das forças armadas, da diplomacia; os guerrilheiros exerciam papel especial frente às sabotagens e o aniquilamento da classe burguesa no processo revolucionário. Na síntese das forças em revolução em Cuba, resultava uma democracia armada, sob comando de uma ditadura guerrilheiro-popular:

Não obstante, malgrado a ambigüidade do governo revolucionário de frente ampla e a flexibilidade que sublinham *as reformas dentro do capitalismo*, até fins de 1960 e o início de 1961 o sistema de poder nascido da revolução não era um sistema misto (ou seja, meio-burguês, meio-proletário). Ele era, apesar das aparências em contrário, uma ditadura guerrilheiro-popular. Esta era, pois, a forma política de síntese que a democracia armada teria de assumir para rearticular os guerrilheiros, com vanguarda política, com a classe social majoritária e revolucionária.

A transição política poderia ter ocorrido sem a chamada “democracia armada”, segundo Fernandes (1979:91), se os EUA tivessem tido maior elasticidade política frente ao processo revolucionário cubano, e se a burguesia interna estivesse caminhando para um processo revolucionário burguês, em busca de um “capitalismo nacionalista reformado”. Se isso tivesse ocorrido, poderia dizer-se que: “a revolução teria tido vários tempos e que teria passado de um estágio democrático-burguês para outro, socialista. Na realidade, as coisas não ocorreram nem poderiam ocorrer assim”. A burguesia interna era totalmente dependente do imperialismo estadunidense e não tinha força política para uma revolução burguesa de libertação nacional. Nesse sentido, diz Fernandes (1979:92), Cuba não teve desenvolvimento capitalista próprio, devido à dominação neocolonial estrangeira dos EUA e devido à revolução socialista, que fez a passagem direta, da dominação capitalista externa para o socialismo:

A revolução cubana desata e realiza simultaneamente várias revoluções, que não se completaram no passado remoto ou recente. Essa possibilidade, todavia, vincula-se á emergência de uma nova organização do poder que anulou a dominação de classe burguesa, quer como expressão da vontade imperialista norte-americana, quer como expressão da vontade capitalista propriamente cubana. Por isso, a história foi tão rápida e tornou-se impossível salvar, na desagregação final da ordem social neocolonial, o capitalismo, o regime de classes e o estado representativo.

Do ponto de vista econômico, o grande desafio para os revolucionários era dar o salto de uma acumulação capitalista neocolonial, altamente predatória, para um desenvolvimento socialista de novo tipo (que não seguiu as etapas conforme as demais revoluções socialistas). A preocupação tornava-se maior porque em Cuba havia praticamente um único produto (açúcar) e um único mercado (sua exportação para os EUA e depois para a URSS). Essa dificuldade foi superada pelo “socialismo de acumulação” ou pelo “socialismo difícil” (FERNANDES, 1968; 1979), à custa dos incontáveis sacrifícios: “É a acumulação socialista originária avançou graças a sacrifícios sem conta, que permitem dizer que os cubanos arrancaram de seu sangue, de sua carne e de seus ossos a substância que alimentou o encetamento e a estabilização da

transição”, segundo Fernandes (1979:97). Frente às acusações de que em Cuba havia populismo nas primeiras décadas da revolução, Florestan Fernandes (1979:184-185) defendeu que:

Não há mais condições políticas para a eclosão de um populismo (mesmo íntegro e genuinamente democrático). Nem para que Fidel Castro atue em função de algum tipo de paternalismo ou de caudilhismo (os analistas que procedem a descrições orientadas neste sentido talvez não entendam o que está ocorrendo graças à implantação do socialismo). O que tem realidade é um *poder real* da maioria, o qual pode ser identificado com Fidel Castro, representado pro ele, etc.; e esse poder real é um poder da maioria, pela maioria e para a maioria, que só pode objetivar-se em uma pessoa em termos condicionais e institucionais.

6.10.1 O caráter socialista da revolução sob direção das Organizações Revolucionárias Integradas, superadas pelo Partido Unido da Revolução Socialista.

Havia um debate quanto à direção da revolução, pois no período pré-revolucionário cubano, não havia um partido político orgânico suficientemente democrático, na classe trabalhadora – o que limitava o processo revolucionário. Para evitar dispersão, oportunismos e possíveis reformismos, a revolução avançou para um caráter socialista. Para sua direção política foram constituídas as Organizações Revolucionárias Integradas (ORI). Essas organizações revolucionárias resultaram de uma composição de forças políticas: Movimento 26 de Julho, Diretório Revolucionário (ex-Diretório Estudantil Revolucionário) e o Partido Social Popular (antigo Partido Comunista de Cuba). Essa frente revolucionária cumpriu um papel importante no início da revolução, mas começou a apresentar problemas sérios, segundo relatos de Fernandes (1979:186):

A velha guarda do PSP tentou monopolizar gradualmente o controle de organizações revolucionárias de massas (como os Comitês de Defesa da Revolução, os Jovens Rebeldes, a Federação de Mulheres Cubanas, etc.), de sindicatos, de entidades estatais (...) e das ORI em seus vários níveis. Fidel Castro denunciou a tentativa (discursos de 13 e 26 de março de 1962) e adotou medidas que conduziram a um processo de expurgo. Os fatos demonstraram, pois, a inviabilidade do projeto e as ORI foram dissolvidas. A penosa lição que ficou: um partido da revolução, por mais necessário que seja, não pode ser improvisado. A democracia proletária exige algo mais que a unificação pela cúpula de movimentos revolucionários e, apressada demais, esta fomenta riscos de deterioração burocrática.

Che Guevara (*apud* FERNANDES, 1979:187-188) falou da organização do Partido Unido da Revolução Socialista (PURS) de Cuba e dos dirigentes que diariamente provam

sua ligação e confiança com o proletariado. Conforme aprovado pelos militantes do partido, disse Guevara, os dirigentes escolhidos entre os companheiros de trabalho. Guevara também enfatizou a passagem da clandestinidade para o trabalho livre e desempenhado, após vitória revolucionária, porém, a escolha dos dirigentes teria que ser mais qualificada e submetida ao debate e à escolha das massas:

De toda essa penumbra em que se vivia, desses núcleos clandestinos, eleitos de forma mecânica, considerando sem análise suficiente as qualidades dos companheiros, passa-se a uma nova forma estrutural, na qual são as massas que decidem no primeiro escalão quais devem ser os trabalhadores exemplares propostos como membros do Partido. (...) Quem aspire a ser dirigente tem que poder confrontar-se, ou melhor dito, expor-se ao veredito das massas e ter confiança de que foi eleito dirigente ou proposto como dirigente, porque é o melhor entre os bons, por seu trabalho, seu espírito de sacrifício, sua constante atividade de vanguarda em todas as lutas que o proletariado deve realizar quotidianamente para a construção do socialismo.

6.10.2 O Partido Comunista Cubano, o centralismo democrático e o Estado socialista.

Na revolução cubana, o debate da superação de uma instância de representação partidária, do PURS para a outra, o Partido Comunista Cubano (PCC), estava em discussão à ligação partidária com as massas e a questão do “centralismo democrático”. Segundo Fernandes (1979:189) à medida que a revolução foi se consolidando, os revolucionários entendiam que a exigência de um partido comunista-leninista para acelerar os passos rumo à sociedade comunista estava na ordem do dia:

Só que, em 1965, o governo revolucionário pensava ter reunido todas as condições necessárias para que a experiência com o PCC transcorresse em um patamar mais frutífero, ao mesmo tempo de aceleração da revolução e de aceleração da história. Cuba já criara muitas das pré-condições da existência de um partido da revolução marxista-leninista e este, contando com semelhante ponto de partida, poderia muito bem criar as outras. Com isso, as relações entre o PCC, o governo revolucionário e a sociedade cubana poderiam responder às exigências fermentativas do centralismo democrático e do comunismo como o objetivo histórico de uma verdadeira revolução socialista.

Para chegar a esse estágio, havia um grande problema: o Estado revolucionário ainda não havia se transformado em Estado socialista - era apenas um conglomerado. Essa situação anterior só ficou mais evidente devido à crise da safra agrícola de 1970, que na verdade era mais uma crise da política administrativa. Fidel Castro tomou a iniciativa de abordar o problema em discurso revolucionário, constatando que o Estado

cubano ainda não era socialista. Observa Fernandes (1979: 190), “que a revolução demorou quase quinze anos para passar da problemática da *organização do partido* para a problemática da *organização do estado*”. Em discurso no 1º Congresso do PCC, Fidel Castro evidenciou os principais problemas que foram se consolidando a partir da criação do partido comunista:

Desde 1965 começam a se manifestar certas confusões entre as funções do partido e do estado. Entre 1967 e 1970 o partido traslada seu centro de atenção para a administração e muitas vezes a substitui. Os sindicatos deixam de representar seu papel e, especialmente, a partir de XII Congresso de 1966 desenvolveu-se o Movimento de Vanguarda, que na prática substitui o movimento sindical. O papel das organizações de massas em geral se debilita. (...) No desenvolvimento destes problemas teve influência o fato de que nosso partido, ainda que contasse com uma militância combativa e entusiasta, que crescera desde sua fundação das três organizações que uniram suas forças, e no qual fora criado em 1965 o comitê central, adoecia de faltas em seus níveis de direção. Depois da crítica ao sectarismo, grande parte das energias foram consagradas à estruturação e ao crescimento da base, mas o aparato do comitê central virtualmente não existia. (...) Durante anos as atividades do partido foram atendidas pela secretaria da organização. De fato, o bureau político funcionava como a máxima autoridade do partido sem que na prática o comitê central exercesse as funções que lhe correspondiam. Além disso, este bureau, integrado por companheiros sobre os quais recaíam múltiplas obrigações estatais, atendia somente as questões políticas da maior importância e não existia um trabalho rigorosamente sistemático para a direção do partido e do estado (*“El desarrollo económico de Cuba: 97 apud FERNANDES, 1979:190*).

6.10.3 Crítica e autocrítica frente à burocracia estatal e os desperdícios administrativos do Estado revolucionário.

Che Guevara (1981:34) fez uma análise crítica da burocracia (herança burguesa) enraizada no orçamento público para o benefício dos aproveitadores e políticos de plantão. Na sociedade burguesa, o aparelho de Estado fica à disposição da burguesia que, como órgão dirigente, possui um papel pequeno, mas suficientemente permeável para facilitar o trânsito dos oportunistas e iludir o povo. Portanto, o burocratismo não nasceu com o socialismo, mas continua como herança capitalista, e dever ser combatido e superado na experiência socialista. Guevara (1981:35) apontou a necessária perspectiva revolucionária e também autocrítica para superar a burocracia e o desperdício de energia na administração dos espaços de Estado:

Nunca devemos esquecer, para fazer uma autocrítica pura, que a direção econômica da Revolução é a responsável pela maioria dos males burocráticos. Os aparelhos estatais não se desenvolveram mediante um plano único e com suas relações bem estudadas, deixando uma ampla margem de especulação sobre os métodos administrativos. O aparelho central da economia, a Junta Central de Planificação, não cumpriu sua tarefa de condução e não a podia cumprir, pois não tinha autoridade suficiente sobre os organismos, estava impossibilitada de dar ordens precisas com base num sistema único e com o adequado controle e lhe falta o imprescindível auxílio de um plano perspectivo.

6.11 Lições da experiência chilena de socialismo democrático pela “via pacífica”.

Segundo Aggio (1993:158-159), os partidos comunista (PC) e socialista (PS), hegemônicos na Unidade Popular (UP), defendiam que para concluir o processo revolucionário chileno e superar o Estado burguês, necessariamente teria que ser implantada a ditadura do proletariado no país. Contudo, o PC defendia que a estratégia revolucionária no Chile ocorreria por etapas:

A fase de libertação nacional da revolução chilena, uma etapa prévia à instauração do socialismo – e, para os comunistas, o desenho da via chilena ao socialismo era esse -, deveria ocorrer sem alterações substanciais da institucionalidade vigente. Os comunistas pautavam-se, assim, pela defesa categórica da particularidade do processo, mas realizavam a leitura desta particularidade no interior do esquema marxista-leninista, o que supunha precisamente que, ultrapassada a etapa da libertação nacional, a temática da instauração da ditadura do proletariado estaria colocada.

Os comunistas chilenos tiveram uma atuação flexível e pragmática e acabaram defendendo o “Estado de Direito”, na ilusão de realizar a supressão da classe burguesia através do processo meramente econômico. Para Aggio (1993), os comunistas deveriam ter se decidido entre os dois modelos de democracia, ou a burguesa ou a ditadura do proletariado, dentro do processo de correlação forças no Chile. Como foram enfáticos na defesa do Estado de Direito, acabaram respondendo por ele e deixando muita ambigüidade sobre a transição socialista.

Os socialistas, segundo Aggio (1993) defendiam que o poder político estava presente no processo de transição. O PS não aceitava a idéia de revolução por etapas, mas, que o governo da Unidade Popular (1970-1973) estava no contexto da pré-transição ao socialismo. Esse partido defendia a tática de construção de um “Estado Paralelo”, com o objetivo de destruir o Estado burguês. O papel do governo Allende

seria de preparar as condições para edificar esse Estado, como transição para a ditadura do proletariado:

Os socialistas pensavam, então, em um processo ininterrupto de confrontação global, sendo a questão da ruptura com o ordenamento jurídico-institucional um problema a ser examinado taticamente, isto é, considerando a acumulação de forças sociais, políticas e militares. Para os socialistas estava claro, que todo processo revolucionário – e o chileno não se diferenciaria disso – colocava inevitavelmente a questão do confronto decisivo de classes. Nesta construção, não havia, portanto, uma via chilena ao socialismo, isto é, um processo ou uma formulação inédita que alteraria o percurso dos processos revolucionários de implantação do socialismo. A particularidade chilena confirmaria, mais uma vez, as leis universais da revolução (FC. SCHILLING, 1983 *apud* AGGIO, 1993: 159).

O Comitê Central do PS, desde as resoluções do Congresso de La Serena (jan 1971), contava com ampla maioria nas posições políticas sobre a insurreição no Chile. Portanto, no PS prevalecia a posição contrária à crença na via pacífica ao socialismo e da revolução por etapas (conforme PC), como caminho da insurreição. Frente às posições divergentes entre os dois principais partidos da UP, principalmente quanto à tática da superação do Estado burguês, o presidente Allende seguia um caminho relativamente próprio, sugere Aggio (1993). Contudo, embora o presidente da República tenha sido do OS, e este ser majoritário na correlação de forças internas e ter sempre defendido os pontos consensuais da UP, o PC exercia influência maior sobre as posições do presidente, especialmente quanto à manutenção das instituições existentes. Aggio (1993) pondera que Allende foi um dos políticos da esquerda do Chile que mais trabalhou pela unidade do PS e do PC, desde os anos 50. Enfatiza ainda que, por mais que tenha tido autonomia relativa frente aos partidos da UP, Allende defendeu o caminho estratégico do socialismo, descartando o caminho do etapismo (PC) e também do “Estado Paralelo” (PS), pois acreditava construir o socialismo pela tática da legalidade, mediante mobilização das massas e dos institutos legais do Estado.

Para Sader (1992), o primeiro ano de governo da UP (1971) foi relativamente pacífico e bem sucedido. O segundo ano, ao contrário, ficou marcado por amplos enfrentamentos sociais, inclusive com paralisação do programa da UP. No segundo semestre (1972), houve três tentativas de paralisação da burguesia, sob alegação que o governo Allende representava o caminho da ilegalidade. Enquanto os empresários preparavam o *locaute*, os trabalhadores ocupavam fábricas e davam continuidade à produção, tentando impedir as pressões burguesas. Os opositores burgueses

desenvolviam diferentes táticas de impedimento das ações do governo: o governo buscou sufocar as ações do governo da UP, através do “afogamento financeiro internacional” e pelo financiamento de ações terroristas da extrema direita (incluindo a ditadura militar brasileira). Essa extrema direita, através da organização *Patria y Libertad*, desenvolvia ações armadas e de sabotagem contra o governo, contra as organizações populares e a esquerda chilena. (SADER, 1992:47).

O Partido Nacional, principal representante da direita tradicional, clamava pela intervenção das Forças Armadas no governo, usava o Parlamento e a imprensa para criar a situação de golpe militar. Os demacrata-cristãos oscilavam entre a defesa da capitulação ou renúncia do governo ou a defesa do golpe pela direita, segundo Sader (1992). Para março de 1993 estava prevista a eleição para o Parlamento chileno, vista como última saída institucional para direita. Se a oposição conseguisse 2/3 das vagas no Parlamento, Allende poderia ser deposto pelo voto, conhecido como golpe branco. No entanto, a UP conseguiu 44% dos votos para os seus candidatos. A direita, com a tática de depor o presidente pela legalidade, assumiu a posição do golpe, unificando toda a direita nesse sentido. A democracia cristã substituiu seu dirigente máximo de características mais negociadoras, Renan Fuentealba, por um da linha golpista, Patricio Alwyn.

O cenário estava preparado para que todas as organizações da institucionalidade burguesa se unificassem no discurso, cobrando das Forças Armadas, o golpe militar: a Ordem dos Advogados, a Corte Suprema, o Congresso, a Pontifícia Universidade Católica e a imprensa conservadora. A Câmara dos Deputados aprovou um acordo de ilegalidade do governo Allende, e os presidentes da Câmara e do Senado assinaram o documento demovendo os últimos obstáculos para o golpe militar:

Amarrado pelas travas institucionais, cercado pelos bancos internacionais e pela ação do governo norte-americano e das empresas desse país afetadas por suas medidas, Salvador Allende viu seu governo perder credibilidade pela inércia a que se condenava. A legalidade bloqueava sua ação. Qualquer ruptura com essa legalidade não encontrava nem a consciência popular, nem sua organização preparadas para atuar. No plano internacional Allende encontrou pouca receptividade para suas solicitações de ajuda, que lhe permitisse enfrentar o duro bloqueio imposto pelos Estados Unidos, com a solidariedade das ditaduras militares do Cone Sul, como as do Brasil, do Uruguai e da Bolívia. Com exceção dos governos do México, de Cuba e do Peru – e, já quase no final, do peronismo na Argentina --, o governo chileno recebeu sonoras negativas, tanto da Europa quanto da própria União Soviética, para onde Allende fez

uma viagem buscando apoio econômico, sem sucesso. E a China, considerando que se tratava de um governo subordinado ao “imperialismo soviético”, se opunha abertamente ao governo de Allende. (SADER, 1992: 48-49).

6.11.1 A política econômica do governo da UP era keynesiana ou socialista?

Segundo Bitar (1980), de todos os confrontos político-sociais com o governo da UP, a burguesia industrial foi o setor mais resistente. Essa resistência também se estendeu aos setores do médio empresariado e outros setores da classe média, devido à ausência de uma definição clara sobre quais seriam as empresas expropriadas para fins sociais - que ocorreu no final de 1971. Muitas empresas que não estavam listadas para a intervenção do governo acabaram sendo estatizadas, o que provocou inclusive reação política, com paralisação em outubro desse ano. Bitar (1980:195) apresenta estatísticas de empresas estatais e estatizadas:

Em 1971, haviam passado para o controle estatal 167 firmas, às quais se acrescentaram 151 novas em 1972, atingindo um total de 318. No setor industrial, de 43 empresas que o Estado possuía em 1970, passou a ter 202 em fins de 1972. Estas 202 empresas representavam cerca de 22% da produção industrial total e cerca de 20% do emprego industrial. Como explicar que estas percentagens, relativamente baixas, despertassem tão violenta reação? A resposta se encontra na característica das empresas. As que passavam para a área social eram as maiores: dominavam seus respectivos mercados, e delas dependiam inúmeras outras empresas, às quais abasteciam de insumos intermediários (...) entre 202 firmas industriais incluíam-se muitas que eram médias, que nada tinham de estratégico, mas que haviam passado para o controle do Estado, por abandono, greve ou suspensão de atividade. Este fato despertou temor em empresários médios...

As relações econômicas externas do Chile não eram das melhores, principalmente porque as expectativas do governo de negociações com a URSS foram frustradas. Nos dois primeiros anos (1971 e 1972) de governo, o Chile conseguiu créditos de curto prazo de cerca de 80 milhões de dólares de fontes financeiras de controle soviético. No final de 1972, Allende viajou a Moscou, na esperança de conseguir amplos recursos para enfrentar a crise interna. Para a tristeza da UP, o governo conseguiu renegociar os 80 milhões de dólares devidos, com um adicional de 20 milhões para livre disponibilidade e 27 milhões em crédito de provisões de alimentos e matérias-primas.

A UP ficou perplexa frente aos reduzidos recursos e baixas negociações conseguidas com a URSS, uma vez que a avaliação dos dirigentes de governo era de que podiam contar com total apoio do país socialista. A primeira parte da explicação desse recuo soviético seria o fato de que outros países, como Cuba, Vietnam, Egito, entre outros, terem sido priorizados em termos de laços político-econômicos. A segunda parte da explicação do recuo seria a instabilidade política do governo da UP, que não foi sanada segundo perspectivas soviéticas: “Brezhnev sublinhou que os soviéticos não viam estabilidade no governo da UP; que o governo da UP lutava com o centro e não acumulava forças. Por certo, estes resultados decepcionaram o Presidente Allende, que julgou que eles significaram uma derrota...” (BITAR, 1980:214). Na opinião de Bitar (1980:335), a política econômica do governo da UP do Chile apresentou uma inconsistência e seguiu princípios keynesianos:

Examinando a política econômica da UP em seu conjunto, observa-se uma inconsistência importante. Enquanto a análise da oferta apoiou-se num marco eminentemente estrutural, as ações sobre a demanda inspiraram-se em conceitos keynesianos (remunerações e despesa pública). A mudança no nível e composição da oferta (a economia “real”) se produziria a partir da nova propriedade dos meios de produção. O Estado, com participação dos trabalhadores, contaria com uma maior proporção do excedente econômico, para ampliar o investimento e canalizá-lo para a produção de bens de consumo popular e de capital (...) Esta inconsistência não foi apenas resultado de um manejo deficiente da política de curto prazo, mas revelou a insuficiência da inserção de políticas de remunerações monetárias, fiscal e de balanço de pagamentos no projeto socialista.

O boicote econômico era o sinal visível de que o país caminhava para a paralisia total: desabastecimento generalizado, empresas fechadas pelos seus proprietários e a inflação disparando. Numa tentativa desesperadora de salvamento do projeto da UP, Allende buscou ampliar o governo, com a promessa de uma linha mais moderada, mas não encontrou disposição política para tal. No final de junho de 1973, setores mais radicalizados das Forças Armadas cercaram a sede do governo (*Palacio de la Moneda*) e exigiram a renúncia do presidente. O movimento foi impedido em poucas horas pelas forças ainda fiéis a Allende, porque as forças golpistas não estavam totalmente articuladas. Contudo, o sinal estava dado por terra e ar e, além das iniciativas de boicote econômico, o cenário de golpe estava na ordem do dia para a direita golpista (SADER, 1992).

Sentindo-se fragilizado nas Forças Armadas, o governo não adotou as medidas de punição contra toda a oficialidade envolvida na tentativa de golpe, pois temia acirrar

ainda mais os ânimos dos seus articuladores. Numa tática equivocada de salvamento, Allende fez uma reforma no gabinete presidencial, “incluindo desta vez a alta oficialidade em postos de governo, tentando comprometê-la nas funções institucionais. E o general Pinochet assumiu um posto no governo, como comandante-em-chefe do Exército” (SADER, 1992:50). Essa iniciativa de concessões do governo debilitou ainda mais o respaldo dos trabalhadores e movimentos populares, colocando em total risco a estabilidade política do país. Ao ver esgotado o seu governo, Allende tentou encaminhar a transição democrática via plebiscito popular e, sabedor que seria derrotado, passaria o governo ao presidente do Senado, Eduardo Frei. Allende esperava uma futura possibilidade de retorno pela via eleitoral, mas contou seu plano político ao “golpista desconhecido”, Augusto Pinochet.

No dia 11 de setembro de 1973, dia em que Allende anunciaria a convocação do plebiscito, mesmo disposto a pagar o preço da renúncia, Pinochet acelerou os passos e comandou o golpe. Em poucos dias o país estaria controlado pelos golpistas e o presidente estava morto, por suicídio. Tardamente, Allende tentou conclamar o povo para a resistência via rádio, mas o Palácio estava cercado pelos golpistas, já que o presidente recusara-se a renunciar ao cargo. Preferiu suicidar-se, sendo encontrado pelos soldados com um capacete de operário mineiro e um fuzil-metralhadora AK (de fabricação soviética, presente de Fidel Castro).

Os principais dirigentes dos partidos da UP, principalmente os socialistas e comunistas partiram para o exílio, enquanto o povo indefeso, as organizações de massa e a base partidária de esquerda, sem serem informados sobre o que estava acontecendo resistiram até quando puderam, recuando rapidamente frente às forças de repressão. Os militantes do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e setores partidários tentaram resistir, mas foram massacrados da mesma forma (SADER, 1992).

Rodriguez (1975:104) fala da impossibilidade do MIR representar uma força capaz de conduzir o processo revolucionário no Chile, além da fragilidade de outras organizações ou tendências revolucionárias, inclusive dentro do próprio PS. Dadas as recentes e frágeis organizações revolucionárias e o alto preço (romper com históricos amigos do PS e PC) que o próprio Allende teria que pagar para se lançar no caminho revolucionário, o caminho escolhido foi o tradicional, por vias eleitorais e a ocupação do Estado pela institucionalidade burguesa:

Havia outra vía posible, la de la izquierda revolucionaria. Esa vía era orgánicamente imposible intentarla a través del MIR, pues su existencia como partido era muy precaria. El error no consistía en dejar a un lado al MIR, sino en dejar de lado la línea propuesta por la izquierda revolucionaria – que de hecho agrupaba no solo al MIR, sino también a tendencias importantes dentro del PS, el MAPU, y la Juventude Radical Revolucionaria – tiempo indefinido. El error consistía en no dejar abierta la posibilidad de un acercamiento hacia la vía revolucionaria. Allende comprendía que el precio que debía pagar en ese momento, para intentar la vía revolucionaria, era demasiado elevado. Ello habría significado dejar de lado a sus amigos más poderosos de la víspera por un proyecto que carecía de conducción partidaria orgánica y de madurez entre las masas de trabajadores. La insuficiencia orgánica en que se movía la nascente izquierda revolucionaria determinaba en Allende posponer indefinidamente los contactos con ese proyecto político y cambiarlo por las reglas del juego político tradicional.

Para Rodríguez (1975) o golpe militar do Chile é parte da ofensiva da classe patronal, e seria um erro considerá-lo como algo fora da realidade da luta de classes. A classe patronal parte para o golpe militar como única saída frente ao avanço do movimento popular. Na análise do golpe e de suas conseqüências, deve ser levado em consideração o caráter fascista dos golpistas. No percurso do golpe militar deve ser observada a morte heróica de Allende, que ofereceu sua própria vida a favor de um projeto político que propôs (junto com a UP) para solucionar os principais problemas sociais do povo, enfatiza Rodríguez (1975). Segundo Rodríguez (1975), a taxa média de desemprego no país durante o período (1970-1973) chegou aos 5%, ao máximo 8,3% em 1971 e a mínima de 3,8%, no primeiro semestre de 1973.

6.11.2 A posição do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) a respeito da experiência da *Unidade Popular* (UP).

Miguel Enríquez (apud LÖWY, 2006:355), principal teórico e secretário-geral do MIR, morto em combate contra a junta militar-policial do Chile em outubro de 1974, em entrevista ao semanário francês *Rouge* (trotskista) fez um balanço da experiência da UP em busca do socialismo pela “via pacífica”: O governo da UP confundia governo com poder. Segundo Enríquez, a política econômica do governo Allende (1970-1979) funcionou principalmente para a distribuição de renda, mas não enfrentou a propriedade dos meios de produção. Com a “drástica redistribuição da renda fez o consumo aumentar, o que também provocou o aumento da produção com relação à utilização da capacidade instalada, que se esgotou em meados de 1972”. A nacionalização da

mineração do cobre e dos bancos, além da integração de apenas 91 indústrias da área social, que no total somavam entre 500 e 800, deixando de fora as grandes empresas de distribuição e de construção. Quanto à reforma agrária, Enríquez (apud LÖWY, 2006:356-357) afirmou que:

No campo, durante 1971, houve uma desapropriação de um pouco mais de mil propriedades, que mais tarde aumentaram para 1.300, mas eram terrenos que tinham uma superfície superior a 80 hectares de irrigação básica, sobre os quais os latifundiários tinham o direito de reservar 40 hectares, que podiam ser escolhidos entre as melhores terras. Por outro lado, isto lhes permitiu esquecer explicitamente as grandes empresas agrícolas, cuja extensão era de 40 a 80 hectares, e que em 1973 produziam cerca de 50% de toda a produção agrícola do Chile. De 4.500 que havia em 1970, elas aumentaram para 9.000 em 1973.

Fundado por jovens militantes dos partidos comunista (Vanguarda Revolucionária Marxista) e socialista, a *Declaración de principios del Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR, 1965 apud LÖWY, 2006:345) dá o indicativo da organização e posição política do movimento. Após sua fundação, em 1965, o MIR, em pouco tempo tornou-se o maior e mais influente grupo de revolucionários castristas latino-americanos. A orientação teórica do MIR chileno era de influência trotskista até 1967, quando mudou em partes sua orientação: manteve a tese da “revolução proletária-democrática e socialista”, mas, passou a defender também a guerrilha rural, ao incorporar as contribuições de Debray. No primeiro dos princípios do MIR, fez-se a declaração de que o movimento é herdeiro de Recabarren, líder do operariado do Chile, para sustentar, na teoria e na prática, o caminho revolucionário do marxismo-leninismo:

O MIR organiza-se para ser a vanguarda marxista-leninista da classe operária e das camadas oprimidas do Chile que buscam a emancipação nacional e social. O MIR considera-se autêntico herdeiro das tradições revolucionárias chilenas e o continuador da trajetória socialista de Luis Emilio Recabarren, líder do proletariado chileno. A finalidade do MIR é a derrubada do sistema capitalista e sua substituição por um governo de operários e camponeses, dirigidos pelos órgãos do poder proletário, cuja tarefa será construir o socialismo e extinguir gradualmente o Estado, até chegar a uma sociedade sem classes...

No Sétimo Princípio o MIR (LÖWY, 2006: 347-348) fez críticas duras aos partidos da esquerda tradicional (socialista e comunista) do país e fez o prenúncio da derrota do socialismo democrático pela “via pacífica” (1970-1973), como se fosse uma “morte anunciada”. A crítica dirige-se principalmente contra as diretrizes burocráticas dos principais partidos que dirigiram a UP, porque, segundo o MIR, aniquilam as

esperanças da classe trabalhadora ao apresentar reformas do capitalismo ao invés de derrotar a burguesia. A mudança eleitoral permanente, na colaboração de classes proposta pelos partidos tradicionais de esquerda só engana os trabalhadores e faz esquecer a tradição revolucionária do proletariado do país. Ao defenderem a construção do socialismo pela “via pacífica e parlamentar” querem convencer os trabalhadores “como se alguma vez na história das classes dominantes elas tivessem entregado voluntariamente o poder”.

A teoria da “via pacífica” é rejeitada pelo MIR: “porque ela desarma politicamente o proletariado e porque não pode ser aplicada, já que a própria burguesia resistirá, até mesmo por intermédio da ditadura totalitária e da guerra civil, antes de entregar pacificamente o poder”. Após o massacre militar da ditadura Pinochet sobre o “socialismo pela via pacífica”, o MIR (fev 1973) deu continuidade à sua avaliação do governo da Unidade Popular (UP) do Chile:

O governo foi predominantemente reformista de esquerda, ampliou as liberdades democráticas no Chile e colocou em prática um limitado projeto de reformas em prol da classe operária, e nesse sentido nós o valorizamos. Isso não significa que estivéssemos plenamente de acordo com a sua prática, nem com a subordinação da luta independente do proletariado à capacidade de ação do governo e aos limites políticos do governo como objetivo último da ação dos trabalhadores. Ao contrário, valorizamos a existência de um governo de esquerda, na medida em que ele seja realmente instrumento e uma alavanca importante na luta da classe operária e das massas. Por isso, criticamos a política reformista que, com suas vacilações e falta de confiança das massas, foi obrigada a resolver a crise de outubro com a incorporação de alguns representantes do corpo de oficiais das Forças Armadas ao Gabinete, iniciando-se assim um processo gradual de reafirmação da ordem burguesa no interior do governo e do aparelho estatal (LÖWY, 2006: 352).

Mais adiante, o MIR (*apud* LÖWY, 2006:350) avaliou a visão equivocada do Partido Comunista (PC): “O que acontece é que a direção do PC é contrária ao desenvolvimento de um poder operário e popular alternativo e autônomo, porque neste momento não pensa na tomada do poder político pelo proletariado, na substituição revolucionária do atual Estado”. A opção do PC era fazer a revolução através do “Estado de direito”, melhorar paulatinamente o Estado e a participação dos operários na gestão da Unidade Popular. Na visão do PC, a proposta do MIR, da “criação do poder popular alternativo” enfraquecia o governo da UP. Frente à crise econômica e a crise na estratégia de acumulação de forças da UP do Chile, o PC propõe, segundo MIR (*apud* , LÖWY, 2006: 353):

Uma aliança de classes não só para garantir os interesses da burguesia de forma subordinada, com base no programa, mas uma redefinição da aliança social, a aliança de classes que sustenta o atual programa da UP, concedendo um papel mais importante à burguesia nacional. Entende-se que isto deve ser traduzido em uma incorporação orgânica da burguesia às alianças de alguma forma e, portanto, essa incorporação também ocorreria nos níveis de direção do governo. Segundo Cademártori, esta aliança sugere uma redefinição das relações entre a burguesia nacional e o proletariado que, de relações de luta e oposição entre explorados e exploradores, devem ser transformadas em “relações de cooperação entre capital e trabalho assalariado”. Trata-se de convencer a burguesia chilena, conforme a direção do PC, a apoiar a luta do proletariado no caminho chileno ao socialismo. Pensamos que o que realmente pretende a direção do PC é convencer o proletariado a colaborar para a plena restauração do domínio burguês.

Para Enríquez (apud LÖWY, 2006: 355-356), a UP conduziu um governo característico “pequeno-burguês de esquerda”, que teve como eixo uma aliança entre o “reformismo operário” e o “reformismo pequeno-burguês”. Com a crise do sistema de dominação capitalista, provocada pelo aumento do movimento de massas a partir de 1967, entrou em ebulição desde o início da UP no governo. Durante três anos de governo, houve uma multiplicação de mobilizações e aumentou a organização e consciência dos trabalhadores, como nunca havia acontecido na história chilena. Por outro lado,

Nesse mesmo momento, e em parte como consequência disso, a crise interburguesa continuou se aprofundando. Isso confundiu o reformismo que, percebendo que a luta interburguesa tornava-se cada vez mais aguda, pretendeu se aliar a uma das frações burguesas em luta. Não compreendeu que, embora aumentasse a luta interburguesa, as frações burguesas percebiam, desde o começo, que o aumento do movimento de massas, devido ao ser caráter, ia muito mais longe do que propunham as tímidas reformas da UP, e que ameaçava o sistema de dominação capitalista em vigor. Desde o princípio, o conjunto da classe dominante assumiu a defesa desse sistema e da luta destinada a derrubar o governo da Unidade Popular.

No sentido da luta política, a via parlamentar foi favorecida pelo reformismo, havia constantes buscas frustradas de aliança com os democrata-cristãos. Os reformistas cometiam equívocos sempre que se frustrava a aliança com os democrata-cristãos e, sem procurar o apoio nas massas “se refugiava no aparelho do Estado, constituindo gabinetes cívico-militares, aumentando, assim, no interior do Estado, o peso da institucionalidade e, em particular, da alta oficialidade reacionária das Forças Armadas”. Mesmo assim, diante das pressões do movimento de massas, o reformismo acabou cedendo: “Sua ampla base de apoio popular, o caráter maciço e decidido das

mobilizações diretas do povo, obrigaram o governo a colocar sob seu controle mais de 300 grandes empresas, derrubaram a fortaleza da burguesia agrária”.

O incentivo à ocupação de terras entre 40 e 60 hectares e inúmeras empresas de construção, empresas de distribuição e vinícolas ocorreu devido à grande base popular do governo. Mas as massas ficaram confusas e fragmentadas, devido à dupla tática do governo da UP, que inicialmente cedeu às pressões populares e garantiu terras e ocupações de fabricas, mas depois desocupou, combateu e reprimiu as massas. Contudo, as conquistas das massas legitimadas pelo governo aumentaram a ira da classe dominante.

As palavras de Enríquez (apud LÖWY, 2006: 356-357) são esclarecedoras:

Mas estas concessões do reformismo aos trabalhadores, que primeiro foram combatidas e depois reprimidas (expulsão de camponeses das propriedades, retirada de operários das fábricas etc.) foram limitadas e desordenadas. Desta maneira, o governo primeiro cedeu perante a pressão do movimento de massas, para depois negar-lhe seu apoio e abandoná-lo, o que fragmentou, dispersou e confundiu as massas. Apesar de tudo, a legitimação pelo governo destas conquistas do movimento de massas despertou a cólera da classe dominante. Assim, o governo submeteu-se à ordem burguesa; e, tentando estabelecer uma aliança com uma fração burguesa, fez todo tipo de concessões à institucionalidade e à classe dominante, ferindo desta maneira os interesses da classe operária e do povo, criando nele a confusão.

Finalmente, disse Enríquez (apud LÖWY, 2006:360): “Não foi o socialismo nem a política revolucionária o que fracassou no Chile, mas uma débil e ilusória tentativa reformista. O reformismo deve assumir sua responsabilidade histórica sem jogar a culpa nos revolucionários”.

6.12 Análise comparativa entre a “experiência chilena da UP” e a “experiência venezuelana do bolivarianismo”.

Na tentativa de entender a chamada *revolução bolivariana*, Maringoni (2009) procurou encontrar semelhanças e diferenças entre a experiência venezuelana atual e a experiência chilena, da Unidade Popular (socialistas e comunistas), sob liderança de Salvador Allende (1970-1973). Na tentativa de interpretação por alguns teóricos, disse Maringoni (2009), haveria uma semelhança importante entre o processo chileno que foi derrotado e o processo venezuelano em curso, na história dos golpes militares (Chile, 1970 e Venezuela, 2002). Para esses, na Venezuela poderia estar acontecendo (2002...),

o início da reedição do golpe militar (1970), seguido por uma longa e cruel ditadura militar (MARINGONI, 2009).

Marinoni (2009) avaliou que existem mais diferenças que semelhanças entre as duas experiências. Os momentos históricos são diferentes: no governo de Allende, existia a União Soviética como possível defesa da experiência; no governo de Chávez, além da desagregação da União Soviética, o neoliberalismo foi globalizado; Allende seguia a meta de governo da transição pacífica ao socialismo; Chávez segue o projeto da soberania nacional e da integração latino-americana, dando ênfase ao controle estatal do petróleo em busca da justiça social; na experiência chilena tratava-se da conquista parcial do aparelho de Estado, nos limites da democracia liberal, em disputa permanente pela hegemonia. Segundo relatos de Carlos Altamirano, ex-secretário-geral do Partido Socialista Chileno (*apud* MARINGONI, 2009), as tarefas principais do governo estavam no discurso do presidente Allende (21 mar 1971), em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, solicitando a aprovação da “Via chilena ao socialismo”. Nesse discurso, o presidente defendia um processo radical de mudanças na estrutura socioeconômica, e para isso, necessitava de mudanças crescentes na autoridade política, com a substituição da Constituição liberal para uma Constituição socialista.

Na experiência chilena, a nacionalização da economia foi o primeiro passo e as reformas institucionais seriam realizadas em segundo momento. Em dezembro de 1970, na indústria têxtil, os passos seguintes foram dados para a nacionalização dos bancos, das grandes empresas e a reforma agrária. Em julho de 1971, seria nacionalizado o minério de cobre, principal fonte econômica do Chile, por aprovação do Congresso. No início do governo de Chávez, a opção para política econômica foi de timidez e prudência, segundo o autor. Frente à política institucional da Venezuela foram criadas medidas radicais de mudanças, a serem aplicadas na economia mais adiante. O autor voltou a enfatizar a importância do cenário internacional do tempo da experiência chilena, que era da bipolarização e da Guerra Fria globalizadas.

A experiência venezuelana, além de não contar com uma União Soviética, mesmo mais fraca, conta com condições complexas de barganha com os EUA, como única potência. Após a queda do chamado socialismo real, uma nova situação internacional se impôs: a potência estadunidense restaurou a centralidade do dólar para comandar as alavancas fundamentais da economia em todo planeta. O poder capitalista se fortaleceu sob comando imperial dos EUA, que contava com as vantagens

assimétricas nas diferentes áreas: financeira, militar e tecnológica frente aos demais países. A experiência chilena contava também com um capitalismo em final de expansionismo (1945-1970), enquanto a experiência venezuelana está acontecendo em uma economia mundial mais financeirizada, com muitas oscilações repentinas.

Outro ponto fundamental para o debate entre os dois governos reside na importância dos meios de comunicação sobre a política, a economia, as questões sociais e culturais da sociedade. O papel da mídia potencializada tem cada vez mais poder sobre a vida social. Na experiência chilena, a mídia não foi considerada tão importante para o processo de construção do socialismo, que pode ser percebido como um dos pontos fracos. Nesse campo de batalha, a política concreta é que determina as ações de governo na Venezuela, em conflito permanente com os meios privados de comunicação. Embora o presidente Chávez, desde o início, esteja apontando um caminho mais à esquerda, a mídia não lhe dá trégua para avançar o rumo socialista - além dos demais limites impostos pelos outros grandes proprietários privados de produção na sociedade e dos problemas intrínsecos ao próprio projeto e processo da chamada *revolução bolivariana*.

Para Maringoni (2009), a experiência venezuelana revela uma espécie de *nacional desenvolvimentismo petrolero*, fundamentado pelos discursos do presidente e a intervenção do Estado para reestatizar empresas, particularmente ligadas ao petróleo com o objetivo de ampliar os programas sociais. O autor entende que a experiência venezuelana é semelhante às experiências capitalistas latino-americanas (1940-1960), no sentido de fortalecer o Estado. Até o momento, o governo da Venezuela empenhou-se em mudar o aspecto político da região. Embora não seja possível verificar uma revolução na Venezuela, é possível perceber avanços na vida política e social.

Segundo o autor, na questão social houve uma elevação na qualidade de vida das pessoas, os índices de geração de emprego e ganhos salariais aumentaram. Na questão política percebe-se que o Estado foi fortalecido em seu caráter público, no sentido da intervenção econômica e no favorecimento à maioria da população empobrecida. Mesmo considerando-se que houve avanços importantes no governo Chávez, Maringoni (2009:184) entendeu também que não houve superação burguesa na institucionalidade:

O Estado ainda não mudou suas características burguesas – para usarmos um termo preciso – e os serviços públicos ainda são precários. Democratizá-los e torná-los realmente públicos não é tarefa das mais fáceis. Envolve intensa luta política, numa situação

em que o poder econômico continua nas mãos dos integrantes do topo da pirâmide social e de seus sócios internacionais.

O autor observou ainda que não há evidência de perfil no programa de governo e na natureza do ideário político do presidente, mas é vagamente perceptível que ele prega uma ampla integração da América Latina, a partir de um nacionalismo popular venezuelano. Maringoni (2009:184) registrou uma frase marcante do presidente da República, em um megacomício (13 abril 2003), ligando o atendimento das necessidades do povo com a revolução: “Para que as pessoas possam ter três refeições diárias na América Latina, há que se fazer uma revolução!”. O autor conclui afirmando que são imprevisíveis os rumos da Venezuela, porém, se não houver interrupção no curso desse processo, uma revolução estrutural e radical poderá ser desencadeada no país.

6.13 Lições do Movimento guerrilheiro venezuelano – “Insurreição Combinada Permanente”.

Löwy (2006:307) fala sobre o movimento guerrilheiro na Venezuela a partir relatos feitos de Douglas Bravo e Elías Manuit. Enfatiza o envolvimento de Bravo, que durante aproximadamente 30 anos esteve em clandestinidade na luta revolucionária nas montanhas – e foi dirigente do PCV e representante do partido na Frente de Libertação Nacional (FLN), uma aliança entre o PCV e *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). As contribuições ao debate de Bravo tiveram aprovação da FLN e do Comando Geral da Frente Guerrilheira José Leonardo Chirinos (18 out 1964). Quando o PCV começou a se afastar da luta armada (1965), Bravo rompeu com o partido e, mais tarde, participou da fundação do Partido da Revolução Venezuelana (PRV) - ficando na montanha até os anos 70, com um pequeno núcleo de guerrilheiros. Em 1979 foi suspenso o processo guerrilheiro e Bravo começou a participar da política por vias legais. É importante refletir a partir dos relatos feitos pelos revolucionários.

Os relatos de Bravo (*apud* LÖWY, 2006) apresentaram as características particulares da guerra de libertação nacional, como pontos fundamentais para a definição dos princípios básicos do processo revolucionário venezuelano. A definição da tática guerrilheira também ocorreu a partir da caracterização da necessária libertação nacional. Um primeiro grave erro foi cometido na avaliação da duração da luta armada, com um curto prazo, o que resultou em ilusões golpistas e busca de processos eleitorais.

Ao abandonar a primeira tática, o segundo erro foi cometido na aplicação de uma tática não condizente com realidade venezuelana, “a guerra longa das três etapas clássicas” (Douglas Bravo e Elías Manuit, CR da Serra de Falcón em Armas, 18 out 1964 *apud* LÖWY, 2006:307-309). Seguindo as experiências internacionais (países irmãos) de revolução, desenvolveram-se duas vias de luta armada: “a insurreição clássica de curto prazo e a guerra de libertação clássica de longo prazo”.

Para a Venezuela, segundo Bravo, exige-se uma formulação de “novo tipo” de luta armada, que deverá ser também o caminho a seguir por outros países da América Latina: “nem insurreição clássica das cidades nem guerra prolongada clássica das três etapas. Por isso podemos falar com propriedade de um caminho venezuelano, que chamamos de INSURREIÇÃO COMBINADA”. Essa insurreição combinada mantém o caráter de guerra prolongada, conforme a versão clássica, mas a realidade venezuelana permite queimar etapas, segundo Bravo, para o processo chegar ao ponto máximo “ponto CEM de ebulição, não como produto da existência de um exército regular em uma guerra convencional em franca ofensiva militar estratégica e tática, mas porque, em nosso caso, a superioridade será a conjunção de fatores políticos e militares”. Esses fatores seriam adaptáveis nos centros urbanos, suburbanos e em áreas rurais, combinando-se várias “formas da luta armada e não armada, da legal e da ilegal, da luta revolucionária e da luta política das massas que se incorporarem à explosão insurrecional”. Douglas Bravo e Elías Manuit (18 out 1964 *apud* LÖWY, 2006:307-309). Essa experiência da insurreição combinada como programa revolucionário transforma-se em um processo permanente, inserido nas múltiplas formas de combate político, sob comando estratégico da luta armada. Particularmente, sob direção estratégica da guerrilha rural para a tomada do poder.

6.14 A emancipação socialista da humanidade passa pela mudança das condições de existência “de cima a baixo”.

Mészáros (2002), em *Para além do capital* faz a crítica a Bernstein sobre a chamada “irresponsabilidade institucionalizada”, atribuída “falta de disciplina” dos operários nas cooperativas, na social-democracia e do socialismo de mercado, como sendo a grande responsável pela não realização das “reformas socialistas” na ordem capitalista. Rosa Luxemburgo (1970:41-42 *apud* MÉSZÁROS, 2002: 970) faz análise crítica a respeito das cooperativas de trabalhadores no capitalismo:

Os trabalhadores que formam uma cooperativa na esfera da produção se confrontam, assim, com a contraditória necessidade de governar a si próprios com o mais extremo absolutismo. São obrigados a assumir o papel do empresário capitalista contra si próprios – uma contradição que responde pelo *fracasso das cooperativas de produção*, que, ou se tornam puros empreendimentos capitalistas ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem predominando, terminam por se dissolver.

No sistema capitalista, a disciplina não depende de decisões do trabalhador, ela é imposta impiedosamente ao conjunto dos trabalhadores “pelo autoritarismo do local de trabalho e pela tirania do mercado” (MÉSZÁROS, 2002:971).

Os militantes revolucionários de cada situação deverão construir instrumentos e programas pela prática, em sintonia com a realidade, resoluções que permitam a correção de rumos no processo em construção: “programas e instrumentos de ação sociopolíticos verdadeiramente adequados só podem ser elaborados pela própria prática social crítica e autocrítica no curso de seu efetivo desenvolvimento” (MÉSZÁROS, 2002: 1009). Mézszáros (2002:1010) resgatou contribuições de Marx sobre a necessária construção mundial de um sistema alternativo (socialista), que substitua globalmente o capitalismo, uma vez que experiências socialistas isoladas caminham para o fracasso:

O último ponto a enfatizar é a determinação necessariamente global do sistema alternativo de controle social, em confrontação com o sistema global do capital enquanto modo de controle. No mundo tal como tem sido – e continua a ser – transformado pelo imenso poder do capital, as instituições sociais constituem um sistema estritamente articulado. Por isso não há qualquer esperança de sucessos *parciais* isolados, mas somente de sucessos *globais* – por mais paradoxal que isto possa soar. De fato, o critério crucial para a avaliação de medidas parciais é se são ou não capazes de operar como “*pontos de Arquimedes*”, ou seja, como alavancas estratégicas para uma reestruturação radical do sistema global de controle social. Por isso Marx falou da necessidade vital de mudar, “de cima a baixo”, as condições de existência *como um todo*, sem o que todos os esforços direcionados à emancipação socialista da humanidade estão destinados ao fracasso.

Para Mézszáros (2002:971), no sistema capitalista, a disciplina não depende de decisões do trabalhador, mas é imposta impiedosamente ao conjunto dos trabalhadores “pelo autoritarismo do local de trabalho e pela tirania do mercado”. Contrariamente à disciplina capitalista, Mézszáros (2002) propõe um planejamento, execução do modo de produção e distribuição socialistas, ou de *alternativa hegemônica do trabalho*. Um planejamento socialista bem sucedido depende da correta coordenação de atividades produtivas e distributivas, consentidas livremente pelos socialistas que executam os

objetivos conscientemente delineados. Um planejamento coordenado, de características *genuínas* e democráticas deve ser decidido desde baixo, possibilitando duas coisas básicas: a prática da “coordenação lateral” e a integração ampla das práticas reprodutivas.

Por outro lado, faz-se necessário colocar em prática todo planejamento e coordenar amplamente, todas as energias e “habilidades criativas”, caso contrário, a tomada de decisão democrática dos indivíduos não terá qualquer substância. Nesse sentido, uma alternativa hegemônica socialista (em substituição “à ordem sociometabólica do capital”), somente será possível com a junção dos dois aspectos básicos: a tomada de decisão democrática (desde baixo, do todo) e a prática planejada e coordenada das habilidades e energias de todos os envolvidos no processo produtivo e distributivo (das partes). Essa dinâmica é chamada por Mészáros (2002:980) de “reconstituição da dialética objetiva das partes e do todo” na hegemonia socialista.

7 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA VENEZUELANA da luta de classes e das perspectivas socialistas

Estas considerações finais contêm um acúmulo teórico específico deste estudo, dos estudos do meu mestrado (2002), além do acúmulo de trinta anos (1979-2009) de militância política. Inicialmente nos movimentos populares e no movimento estudantil, sob influência da Teologia da Libertação (1979-1986), depois em instâncias sindicais e partidárias da esquerda brasileira (1987-2009).

7.1 Análise do capitalismo venezuelano - com ênfase ao imperialismo neoliberal - reações das massas e de governos – conciliações e confrontos entre as classes

O capitalismo internacional apresenta ciclos de crises cada vez mais profundas e separadas por tempos cada vez menores. Devido a isso, a capacidade de o Estado financiar essas crises está cada vez menor, quase se esgotando, percebe-se que está chegando ao seu limite, a entrega do dinheiro e do patrimônio públicos para a iniciativa privada. Segundo, o desenvolvimento capitalista internacional ainda funciona hegemonicamente à base de petróleo e de gás, e os impérios, principalmente dos EUA, dependem das reservas petrolíferas do Terceiro Mundo (América Latina), neste caso, da Venezuela, conforme esclarecido nos três primeiros capítulos deste estudo. Isso posto, justificam-se as constantes ameaças estadunidenses de invasão militar, as bases militares dos EUA na Colômbia, a reativação da IV Frota Naval, a tentativa de impor a ALCA, que após derrota se transformou em ALCA Lihgt (acordos bilaterais entre EUA e países da região), entre outras políticas de ataque do império. Em particular a ALCA Lihgt, configurou uma metáfora irônica neste estudo, segundo Martins, a “montanha pariu um rato”. Em lugar de “montanha”, lê-se ALCA (o monstro da Águia do norte), no lugar de “rato”, lêem-se os acordos bilaterais (entre a Águia do norte e os muitos “pardais” de cada “Estado cliente”), nos quais prevalece “a lei do vale tudo”.

A unidade burguesa transnacional com as burguesias internas está cada vez mais sólida e mais direcionada pelos imperialismos para partilha e dominação das riquezas em todo mundo, com a ajuda do poder dos Estados (clientes), como o grande partido da burguesia. As empresas transnacionais e multinacionais construindo os oligopólios e os *trusts* para garantir a total dominação do mercado internacional. Com a expansão do imperialismo neoliberal, essas se fazem presentes, em cada país e em todos os recantos do mundo (a exceção dos socialistas), a saber: os grandes bancos, as grandes indústrias, as grandes redes de supermercados, as grandes redes de comunicação/informação e as

grandes agro-indústrias. Somam-se, a tirania do dinheiro, a tirania das informações e a tirania da indústria bélica e de guerras sem fim, sob comando dos chefes de Estado dos imperialistas e do mercado mundial. Conseqüentemente, a superexploração, o desemprego e a extrema pobreza ampliam-se cada vez mais, resultando em uma força de trabalho informal cada vez mais ampla (inclusive já maior que a formal). Os trabalhadores formais são os que sofrem os piores ataques aos seus direitos historicamente adquiridos, porque os outros já não têm mais o que perder a não ser sua dignidade e sua própria vida. O crime organizado ocorre em escala cada vez maior, mais poderoso e mais violento, com amplos sistemas de corrupção - além da violência do Estado, particularmente dos Estados imperialistas contra todos os seus opositores e os pobres em geral. Os Estados imperialistas estão financiando o terrorismo internacional, além de todas as demais mazelas produzidas pelo capitalismo.

Como conseqüência típica do capitalismo internacional, as principais vítimas das crises capitalistas continuam sendo os trabalhadores e demais oprimidos do mundo, em especial, os trabalhadores negros, as mulheres trabalhadoras e os índios. Conforme registros na história, em todas as crises de superprodução e de escassez de recursos as seqüelas econômicas são canalizadas sobre os trabalhadores, agigantando o chamado “exército industrial de reserva”, no desemprego, na desigualdade e no aprofundamento da pobreza. Observa-se que nas últimas décadas, as crises econômicas capitalistas são cada vez mais profundas e em períodos cada vez mais curtos. Razão pela qual, o capitalismo está deixando sinais cada vez mais evidentes de um possível esgotamento. Conforme visto ao longo deste trabalho, nas próximas décadas o Planeta Terra, a espécie humana e demais seres vivos estarão em xeque-mate, devido ao modelo de desenvolvimento desencadeado desde a revolução industrial.

A “terra mãe”, conforme definem os nativos, é destruída pela ação tecnológica e mecânica de forma vil pelas grandes empresas, para a exploração de recursos para a mais ampla acumulação de capital – cada vez mais gananciosa, sem as devidas políticas de substituição das fontes energéticas não renováveis por fontes renováveis. Mas, como nada na história tem trajetória e resultados produzidos mecânica e linearmente, não se sabe das possibilidades e das metamorfoses que a burguesia poderá inventar. Como em muitos momentos de crises cíclicas agudas (1929...), conseguiu por mais um período, salvar o grande capital, por intervenção do Estado e ganhar um novo fôlego. Um novo keynesianismo desenvolvimentista talvez seja tentado pela burguesia em escala

mundial, mas a violência dos neoliberais (teoria de Friedrich August Von Hayek, em *O Caminho da Servidão*, 1944; praticada desde os anos 70) de grande acúmulo de capital e de grandes proprietários dos meios de produção, não permitirá sua consolidação, e as forças imperialistas aniquilarão essa nova e velha possibilidade keynesiana. Segundo pesquisa realizada neste trabalho, não faltam razões para se construir uma sociedade socialista internacional, no próximo período, que necessariamente deverá passar por um outro modelo de desenvolvimento humano, ambiental e socialmente viável.

O capitalismo venezuelano soma uma intensa luta de classes que vem desde o modelo agrícola de exportação até o atual capitalismo petrolero. Desde 1810, há um acúmulo de forças dos “de baixo” (escravos: índios e negros; trabalhadores assalariados (campo e cidade), revolucionários e insurgentes populares) em conflito ou em conciliação com o poder de Estado. A escravidão foi abolida no país mediante muitas insurgências e rebeliões contra a burguesia colonialista e *crioula*, mantendo trabalho semi-escravo até a década de 1920.

A formação do capitalismo e do Estado modernos ocorreu entre as décadas de 20 e 30, cuja principal fonte econômica já era o petróleo. Na indústria petrolera, o Estado moderno se fortaleceu como principal proprietário da exploração do petróleo e favoreceu as empresas transnacionais na exploração e exportação do produto, especialmente por empresas estadunidenses. Após 45 anos de controle militar sob a presidência do gomecismo (1908-1935), o Estado abriu-se para gestões democrático-burguesas. Antes mesmo da burguesia interna se consolidar (1920-1930), o operariado surgiu em vários ramos econômicos de atividade, mas se consolidou nacionalmente na indústria do petróleo. A classe operária e o movimento sindical e partidário do proletariado surgiram com força política de mobilização de massas pela organização grevista, no chão da indústria do petróleo.

Nessa época, surgiu o PCV (1931), como primeiro partido essencialmente operário do país. A burguesia surgiu no capitalismo agrícola exportador, mas se consolidou como classe dominante na indústria petrolera através da força política e econômica do Estado em aliança com as transnacionais. A classe média surgiu nos serviços públicos e na burocracia estatal na mesma época. O acúmulo de força dos “de baixo” seguiu um longo fio de continuidade histórica, ora por enfrentamento de classes, ora de conciliação de classes. Nos períodos de poder de Estado dos militares, ocorreram constantes conflitos, repressões e resistências armadas (anos 60-70).

Nos períodos de poder de Estado da AD e da COPEI (1935-1938; 1958-1999), houve um revezamento de hegemonia entre si, sob a política, na realização de uma gestão social-democrática (uma aliança da burocracia sindical de centro, da esquerda (PCV) e da burguesia interna), uma conciliação de classes em âmbito nacional. O segundo período foi no *Pacto Punto Fijo* (a hegemonia burguesa – interna e externa, gravitou do alto até ao centro - o PCV foi excluído da aliança), uma espécie de conciliação de classes de cima para baixo, que chegou até as burocracias sindicais e partidárias de centro. Acordo celebrado entre os principais representantes das classes para em conciliação comandar o poder de Estado, a serviço da classe dominante, com migalhas para tentar calar a boca do proletariado. Nesse período, essa hegemonia burguesa de centro conseguiu produzir um racha no PCV: parte do partido aderiu à política do *Pacto Punto Fijo* e outra parte foi para a luta armada (anos 60).

Alguns militantes do PCV, em aliança com o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) fundaram a Frente Libertadora Nacional (FLN) e mais tarde, Douglas Bravo rompeu com o PCV para fundar, junto a outros guerrilheiros, o Partido da Revolução Venezuelana (PRV). Segundo relatos de Douglas Bravo (cerca de 30 anos na clandestinidade), o desenvolvimento de uma tática intitulada de *Insurreição Combinada Permanente* na FLN ficou sob comando centralizado na luta rural, porém presente em múltiplas táticas combinadas no meio das massas. Essa experiência, decidida e praticada pelo FLN, parece um desenvolvimento tático de guerra de guerrilha muito apropriada para uma futura combinação revolucionária, forjada pela conjuntura de reação burguesa às reformas pró-revolucionárias - sob comando de uma possível Frente Revolucionária ou Partido Revolucionário Proletário-Popular da Venezuela. Os revolucionários venezuelanos decidirão sua própria tática ou combinação de táticas de revolução, mas essa é uma experiência não suficientemente testada, porque (segundo relatos apresentados nesta tese) ficou distante das massas.

Nos períodos de governos democrático-burgueses, ora curtos (1935-1938) ora longos (1958-1999), prevaleceu à conciliação de classes entre burguesia e as burocracias sindicais e partidárias reformistas, com pequenos momentos de confronto aberto, a exemplo do período da imposição profunda do ajuste fiscal neoliberal (1988-1999). Foi o período em que o país viveu sob confronto mais profundo e aberto entre as classes (burguesia e trabalhadores sem direção), fora de período do poder de Estado sob ditadura militar. As massas praticamente sem direção política (dado o desgaste

comprometedor das burocracias sindicais e partidárias tradicionais com a burguesia), atropelaram as direções burocráticas da classe e as instituições do Estado. Houve ocupação das ruas de Caracas e outras principais cidades, contra os governos neoliberais, culminando no massacre das massas operário-populares pela impiedosa repressão no *Caracazo* (analisado adiante como parte da hipótese central deste estudo) e na queda do presidente Carlos Andrés Pérez (1989).

Alguns anos depois, uma força política insurgente militar (MRB-200), sob comando do tenente-coronel Hugo Chávez Frías, tentou derrubar os neoliberais do poder de Estado (1992), mas, como também não tinha inserção nas massas, a tentativa foi frustrada. Porém, ao ser preso, conseguiu negociar um pronunciamento em cadeia nacional da mídia, onde se dirigiu às massas para denunciar o neoliberalismo, na condição de rendição e suspensão do movimento rebelde. Três anos depois, conseguiu sair da cadeia e começou a organizar o MVR, que lhe deu a vitória eleitoral em 1998 – mantendo-se no governo até a atualidade. O sentido inicial do projeto de poder de Estado do MVR não passava de uma opção pouco ousada para tentar a superação do neoliberalismo. No transcorrer do próprio governo de onze anos, que a direção política e o próprio presidente da República passaram para uma ofensiva maior contra o neoliberalismo e contra o imperialismo, com discursos revolucionários, mais no sentido da divulgação das idéias revolucionárias e de ações nacional-desenvolvimentistas em suas reformas estruturais, com amplo apoio popular e que podem ser consideradas como pró-revolucionárias, conforme veremos adiante.

7.2 Análise dos instrumentos políticos de unidade para organizar o campo estratégico operário-popular na luta de classes internacional.

As questões da luta de classes e do internacionalismo foram resolvidas por Marx e Engels (1848), no *Manifesto comunista*: “a história nada mais é do que a história da luta de classes, a exceção do socialismo primitivo”. Esse aprendizado aponta o primeiro caminho teórico para não pairar dúvidas a respeito do proletariado e da burguesia como classes internacionais. Desde aquela época, o proletariado foi instigado a construir o internacionalismo político. Este estudo apresenta uma síntese das principais polêmicas e contribuições das Internacionais dos trabalhadores que deverá ajudar na compreensão do papel histórico do proletariado no mundo, conforme visto no último capítulo e para fazer a fundamentação das considerações específicas a respeito da Venezuela.

Marx foi o principal mentor intelectual e dirigente político da Associação Internacional dos Trabalhadores, a I Internacional, como primeiro grande instrumento de unidade dos trabalhadores em nível mundial. No mesmo sentido, a I Internacional tem o mérito de ter criado o internacionalismo, como referência no dicionário e para animar a luta do operariado com o hino da Internacional, além de referência para organização e conscientização dos trabalhadores. Lênin ajudou a construir a II Internacional ao lado de Rosa Luxemburgo e, após hegemonia da social-democracia reformista, foi principal mentor intelectual e dirigente político para superá-la e fundar a III Internacional, conhecida como a Internacional Comunista.

Essa foi desviada da sua rota revolucionária e dominada pela burocracia nacional-stalinista, após a morte de Lênin e após perseguição e morte de Trotsky. Lênin e Trotsky defendiam a revolução internacional frente ao caminho nacionalista defendido e imposto por Stalin e seus aliados. Lênin, debilitado pela sua enfermidade, quando percebeu o caminho burocrático que Stalin e seus aliados estavam edificando no partido bolchevique e no Estado Soviético, não mais conseguiu reverter o processo revolucionário. O maior líder revolucionário e um dos maiores cientistas políticos da humanidade foi vítima de um instrumento revolucionário, que ele ajudara a teorizar e a construir, o bolchevismo desviado do seu objetivo principal, construir o socialismo no mundo sob controle social do proletariado. No momento em que (1922-1924) a hegemonia burocrática stalinista quase estava consolidada no partido, no Estado e na III Internacional, para a alegria de Stalin e seus seguidores, Lênin faleceu (1924). Após a morte do seu grande companheiro de batalha (Lênin) em defesa do internacionalismo proletário e da revolução internacional, Trotsky continuou lutando em vão junto a outros revolucionários, mesmo com poucas chances, para tentar reverter o quadro da dominação burocrática stalinista pós-capitalista.

Mais adiante, além do desvio político da revolução soviética, imposto pelo stalinismo, Trotsky e seus aliados, foram atropelados pela latente possibilidade revolucionária comunista na Europa (Alemanha, entre outras), sabotada por Stalin e seus aliados. Porém, a pior tragédia da trajetória de Trotsky foi o preço mais alto, devido às suas posições políticas: o grande dirigente do exército vermelho soviético foi covardemente assassinado em terras do México, por encomenda de Stalin. Trotsky foi o principal mentor intelectual e dirigente da IV Internacional, a qual cumpriu papel importante no sentido da unidade de uma parte do proletariado mundial. No entanto, até

hoje continua com uma fragmentação muito grande, além de ser constituída somente por correntes trotskistas. Em toda sua trajetória, a IV Internacional somente conseguiu uma grande unidade política dos trotskistas, que se deve ao mérito da vitória revolucionária socialista de Cuba (1959).

Atualmente, o tema das internacionais deve ser retomado, em nome da necessidade urgente da construção de um instrumento de luta do proletariado internacional, tanto para defesa dos direitos quanto para a construção da revolução proletário-popular. Este estudo sugere uma grande unidade entre os militantes da IV Internacional e os militantes da Refundação Comunista (da III Internacional), que nos últimos anos vem realizando encontros internacionais com esse propósito. Não estou aqui falando apenas pela vontade pessoal, mais do que isso, o internacionalismo marxista-leninista, trotskista e guevarista exigem isso, além das percepções durante este estudo da luta de classes na Venezuela, entre outras regiões do mundo, têm militantes, discutindo a tese de uma possível V Internacional. Com base nessa argumentação inicial, sugere-se a continuidade da rica acumulação de forças já existente, sustentado teoricamente pela outra máxima do *Manifesto comunista*: “trabalhadores do mundo unidos” e pelas diferentes experiências revolucionárias do mundo, defendendo a idéia da unificação desses dois instrumentos em curso, aberto para outras adesões, com o objetivo máximo, construir a V Internacional dos Trabalhadores, como principal instrumento para comandar, junto com outros instrumentos dos oprimidos, a revolução internacional.

Para além dessa unidade dos instrumentos do proletariado comunista e trotskista, este estudo sugere também a participação e disputa de hegemonia no Fórum Social Mundial. Mesmo com apenas um encontro anual, não deixa de ser um espaço internacional em disputa entre os revolucionários do campo operário-popular e os social-democratas (além de outros progressistas, sob direção de muitas Ongs e influências de governos), que de uma forma ou de outra estão próximos à II Internacional. Essa participação organizada dos militantes da possível V Internacional dos comunistas, trotskistas e demais socialistas, a presença no FSM também é fundamental para estar ligado ao movimento de massas, com dimensão internacional, nos embates contra o imperialismo neoliberal, além de ser um espaço a mais para a necessária construção do campo ou frente proletário-popular, rumo ao caminho revolucionário.

7.3 Análise das lições deixadas pelas experiências socialistas – do controle social do poder de Estado e outras possíveis brechas revolucionárias

Lições da experiência soviética de revolução, a maior e mais importante referência revolucionária e de poder de Estado proletário. O grande acerto foi dos bolcheviques não terem se iludido com as reformas burguesas mencheviques (1905-1916) e terem partido para a revolução socialista (1917) e terem liquidado com a burguesia e os últimos resquícios do czarismo. O segundo acerto foi de Lênin, em *O Estado e a revolução* apontou o campo de aliança estratégico para comandar a revolução e o poder de Estado, pelo proletariado e os demais excluídos. Até para realizar o desenvolvimento tecnológico da agricultura, no sentido agro-industrial de propriedades estatais e de pequenos proprietários, teria sido estratégico manter a aliança proletário-camponesa. Mas não foi isso que se consolidou no curso da revolução, conforme descreveu Mészáros, a aliança proletário-camponesa e dos demais explorados foi desfeita assim que os bolcheviques chegaram ao poder de Estado. Reduziram o campo estratégico para “Estado proletário” para centralizar toda a ação política sob controle de um grupo burocrático na máquina estatal, justificado para garantir a expansão industrial em todo território de forma centralizada, frente à terrível guerra civil que os revolucionários tiveram de enfrentar. Esse foi um dos grandes equívocos da experiência soviética.

Não resta dúvida que, com essa mudança de campo estratégico, estava anunciado o começo do fim do poder dos soviets e do controle social das massas sobre o Estado e, o início da cristalização do poder da burocracia stalinista e do capitalismo de Estado. O outro equívoco foi à derrota do internacionalismo que Lênin e Trotsky com intransigência defenderam, mas suas forças não conseguiram vencer o nacionalismo stalinista. A revolução socialista internacional foi derrotada exatamente pela burocracia que se instalou a partir do primeiro erro, a cristalização do poder de “Estado proletário”, excluindo todos os demais explorados do comando revolucionário, conforme analisa Mészáros.

Na experiência cubana foi inétda no sentido dos revolucionários não curvarem-se aos equívocos stalinistas do etapismo e da burocracia partidária, conforme orientações da III Internacional e da União Soviética. Os guerrilheiros não estavam

orgânicos ao partido comunista, somente se filiaram ao Partido Comunista Cubano após sua refundação, em 1965, quando esses assumiram a tarefa de construir um Estado Socialista para dirigir à revolução (declarada socialista em 1961, na chamada crise dos mísseis) rumo à sociedade comunista. Nesse sentido, no início da revolução, inclusive os revolucionários tiveram que fazer um acerto de contas com o Partido Social Popular (PSP), antigo Partido Comunista, que fazia disputa de hegemonia nas Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), a antiga guarda burocrática queria dirigir o processo revolucionário. Em tempo, foi fundamental a intervenção de Fidel Castro para retomar o “fio da meada” da revolução, colocando a antiga burocracia partidária em seu devido lugar. No sentido da crítica e auto-crítica frente à burocracia estatal, a presença de Che Guevara foi fundamental para alertar o conjunto do governo que, a gestão administrativa da economia burocratizada poderia vir a ser um grande obstáculo para os caminhos da revolução socialista - conforme analisado por Florestan Fernandes.

Nesse contexto, de reflexões sobre administrações públicas, entra no debate o estudo do meu mestrado (2002) em *O poder popular – A democracia participativa em Diadema*, cujo objetivo principal foi o de observar se nas administrações do PT tivesse algum tipo de controle social de baixo para cima, do poder de Estado (micro poder) através do chamado Orçamento Participativo (OP). O estudo da época concluiu que em Diadema - SP, Porto Alegre - RS, Caxias do Sul – RS e Coronel Fabriciano – MG, onde havia um Conselho do Orçamento Deliberativo, a população tinha o controle do orçamento municipal em média 6% do total, ou seja, um pequeno controle social. Nas prefeituras onde havia um Conselho do Orçamento Consultivo, que era o caso de Mauá-SP, entre outros, o controle social do orçamento municipal não chegava a 0,1%, porque o prefeito e a Câmara Municipal decidiam todas as questões administrativas. Nesses casos, o OP, não passa de uma ilusão de controle social.

Na avaliação dessa experiência, chega-se a três conclusões básicas: a primeira é positiva, os Conselhos do Orçamento Participativo, deliberativo ou consultivo são instrumentos importantes para informar a população sobre o que se faz com parte dos recursos públicos e, despertar certa consciência na população; a segunda é ineficaz por ser insuficiente, do ponto de vista de controle social da gestão pública através conselhos, esses impõem pouca diferença no sentido de controlar a burocracia do micro ou do macro poder de Estado, na sociedade burguesa e; terceira, o controle social de fato no poder de Estado burguês (salvo governos de transição socialista), conforme

afirmado por Marx, se dá pela burguesia, que faz dos espaços institucionais o seu banco privilegiado de negócios particulares.

Conclui-se que, a possível experiência brasileira de controle social do poder de Estado pelo proletariado e pelos demais oprimidos somente se dará em uma sociedade socialista, construída de baixo para cima, ou seja, pela revolução socialista. Frente à minha demissão da Prefeitura Municipal de Mauá, cheguei a algumas conclusões, pertencentes ao mesmo eixo temático: as administrações do PT (de 2000 em diante) assumiram o projeto neoliberal e, por isso não havia mais espaço por meu trabalho e colaboração; as direções políticas do partido e dos governos foram atingidas pela “mosca azul” do imperialismo, conforme bem definido por Frei Betto (em duas ocasiões, com minhas interpretações: “governo picado pela mosca azul” e “saio do governo para continuar livre para pensar”). Diga-se também, que o meu afastamento se fez necessário, para continuar exercendo o livre pensamento, a livre militância e continuar com minha contribuição na formação política de um projeto revolucionário da classe trabalhadora e dos demais oprimidos.

O “modo petista de governar”, de “democrático-popular” (com raras exceções) passou a assumir a lei de responsabilidade fiscal e todo o “saco de maldades” do neoliberalismo, depois da derrota petista de 1989, da campanha “Lula presidente”. Na época, o Programa Alternativo de Governo ainda era de reformas estruturais, como síntese de todo processo de reivindicações dos oprimidos do Brasil. Para as campanhas eleitorais presidenciais seguintes (1994, 1998, 2002), o PAG foi se diluindo até chegar a uma adaptação abrupta à lógica do “mercado neoliberal”, conforme analisado por Mauro Iasi (2004), em sua tese de doutorado, sobre consciência de classe e as metamorfoses do PT, com os acréscimos da minha dissertação de mestrado (2002).

Dessa experiência petista, o que se faz necessário para efeito desta análise, é a possibilidade ou não de uma brecha revolucionária ou o início de um período de reformas estruturais que poderiam apontar uma possível ruptura ou um possível poder popular no Brasil (à semelhança da experiência chilena (1970-79) ou a atual experiência venezuelana). Essa possibilidade estaria posta, se a Frente Popular da campanha Lula presidente tivesse continuado com o PAG de 1989 e, se nas campanhas seguintes tivesse continuado com o seu campo de alianças estratégicas com o proletariado e as demais camadas populares oprimidas. Mas não foi isso que aconteceu, as alianças estratégicas com os “de baixo” foram deixando espaço cada vez maior para as alianças estratégicas com os “de cima”, até chegar à presidência da República, com um

programa de aparente conciliação de classes, pouca coisa do PAG de 89 ou de conteúdo libertário do proletariado e dos demais oprimidos havia sobrado.

Na experiência “Democrático-burguesa” brasileira (1961-64), fundamentada pelas reformas de base do governo João Goulart, essas foram abortadas pelo golpe militar de 1964, porque o modelo monopolista dependente associado (imperialismo econômico-empresarial) já havia sido instalado no governo de Juscelino Kubitschek (1956-60). O governo de Goulart contava com o apoio de PCB, as Ligas Camponesas e outras camadas sindicais e populares, era visto como possibilidade de ir se consolidando como experiência democrático-burguesa, com ampla participação popular e, no andar da carruagem, transformar-se em possibilidade socialista (pela via pacífica? Alguns acreditavam). Mas era visto também pela burguesia internacional como possibilidade de revolução socialista, sob “os ventos” da revolução cubana de 1959. O que os comunistas da época não perceberam que o modelo golpista dos militares já estava em curso desde o governo de JK e que a burguesia interna não tinha força e nem vontade de enfrentar a burguesia imperialista.

Esse modelo imperialista combinado com JK garantiu total abertura, mediante as condições institucionais e de infra-estrutura criadas, pelo governo, para a entrada das multinacionais (indústria automobilística, em especial). Sentido em que, foi substituída quase toda rede ferroviária pelo transporte rodoviário, com o entusiasmo de JK, frente à indústria automobilística e as “sete irmãs petrolíferas”, além dos altos custos do desenvolvimento do interior do país (construção de Brasília...), deu início a um Brasil da “galinha dos ovos de ouro” dos petrodólares. Esse processo de industrialização, no *Plano de metas (50 anos em 05)*, “vendeu ilusões” de sucesso para parte significativa dos trabalhadores, de início, com a geração de empregos em massa com salários melhores e, para a burguesia interna a oportunidade de estar associada ao capitalismo internacional, pelo modelo monopolista dependente associado, como bem descrito por Octávio Ianni (1992).

Essa “ilusão de nacionalismo”, para alguns, frente ao governo JK, conforme estudado por Lúcio Flávio, mais adiante, teve relação estrategicamente constituída com o “imperialismo político estadunidense”, sob o poder de Estado, durante os 21 anos de ditadura militar (1964-1985). Nesse período, as conseqüências da crise cíclica do capitalismo dos anos 70 e dos juros dos empréstimos faraônicos, caíram sobre as costas da classe trabalhadora e demais camadas populares. Os resultados não poderiam ser diferentes, a recessão econômica transformou-se em ampliação dos índices de

desemprego, carestia e fome generalizada. Isso tudo, para além da sangrenta repressão, tortura e assassinatos impostos pelos militares contra todos os insurgentes ou suspeitos de insurgência.

Esse cenário da política brasileira dos anos 60-85 fez-se necessário resgatar para localizar os dilemas da esquerda da época, que perdeu uma grande brecha revolucionária, do ponto de vista objetivo. Conforme avaliado por Florestan Fernandes, o PCB (maior partido da esquerda brasileira), ainda sob influência do etapismo de revolução stalinista (com olhos vendados pelo stalinismo), ainda apostava na possibilidade de uma revolução democrática, frente a uma aliança estratégica proletário-burguesa, para depois realizar a revolução socialista. Havia a ilusão desses comunistas da existência de uma “burguesia nacional”, que na realidade já havia selado aliança estratégica com burguesia externa, desde o governo de JK. Essa postura do partido provocou vários rachas internos, mas como forças principais deram origem ao PC do B, que partiu para a Guerrilha do Araguaia, após golpe militar de 1964, com outras forças revolucionárias para tentar derrubar a ditadura militar e combater o imperialismo.

Nas guerrilhas urbanas, Carlos Marighella (dissidente do PCB) e outros engrossaram as fileiras da Aliança Libertadora Nacional (ALN), em insurgência pelas mesmas bandeiras dos guerrilheiros do Araguaia. Resultado desse equívoco estratégico de avaliação do PCB, as forças revolucionárias do Brasil diluíram-se em mais de 50 diferentes grupos guerrilheiros, sem comando unitário de ação, impossibilitando a derrota dos militares e do imperialismo estadunidense em solo brasileiro. Marighella tinha a interpretação correta, que no Brasil não bastava livrar-se dos militares no poder de Estado, conforme entendia o PCB, a batalha tinha que ser pelo socialismo, porque a burguesia interna já havia perdido sua oportunidade e sua capacidade de governar com democracia. Em outras palavras, a brecha revolucionária objetiva se perdeu porque subjetivamente, a força majoritária de esquerda (PCB) se perdeu na estratégia reformista, ou seja, com os olhos vendados pelo stalinismo etapista, portanto, reformista contra-revolucionário.

Na experiência chilena, do *Socialismo pela via pacífica* (1970-73), um equívoco básico, semelhante ao do PCB, os dirigentes da Unidade Popular (Partido Comunista e Partido Socialista...) apontaram os caminhos para uma seqüência de erros táticos, resultante do equívoco de estratégia. A UP orientava-se pela estratégia de uma revolução por duas etapas (influência stalinista, primeiro consolidar o capitalismo

nacional e depois o socialismo), defendida mais enfaticamente pelos comunistas. Esse foi, inclusive, o principal divisor de águas entre o governo da UP (comunistas e socialistas) e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). Como resultado dessa compreensão, a UP acabou não selando um campo de aliança estratégica entre UP, MIR, movimento operário e camadas populares. E acabou realizando uma aliança frágil com a democracia cristã, ao invés de fazer a aliança conforme sugerido pelo MIR. Observa-se também, que o MIR também não tinha suficiente base social para assumir para si, a liderança de um processo revolucionário de contra-reação ao golpe dos militares (1973).

Apesar dessa fragilidade de alianças, o governo fez as reformas estruturais econômicas primeiro, embora parciais, e, como resposta, sofreu muita pressão e bloqueios econômicos da burguesia. De forma que, para dar continuidade às reformas socioeconômicas precisava das reformas, jurídico-políticas (para dar legalidade às reformas estruturais). Nesse ponto esbarrou na fragilidade da sua aliança tática (a UP acreditava ser estratégica), com a democracia cristã, que no Congresso Nacional começou a aliar-se abertamente com a burguesia pró-imperialista e imperialista. O equívoco da não aliança estratégica proletário-popular-revolucionários e a aliança com a democracia cristã também se fundamentou a partir de um outro equívoco dos principais partidos da UP, em pensar que no Chile havia uma burguesia genuinamente nacional.

Quando na verdade estava em curso (embrionária) uma aliança imperialista neoliberal (burguesia interna e externa), que se consolidou logo após o golpe militar, no governo de Pinochet. Esse teve a oportunidade de fazer a primeira experiência do neoliberalismo, seguindo o receituário dos teóricos Hayek e Friedman e, analisado com propriedade por Anderson. E sem uma aliança estratégica operário-popular, o próximo erro também já estava configurado, a difícil construção de uma base de resistência armada nas massas, no momento do golpe militar. Para efeito de análise, outros fatores podem ser acrescentados na atualidade, os dirigentes da UP não conheciam as estratégias de construção da hegemonia do um novo bloco histórico de poder de Estado (conforme sugerido por Gramsci). Sentido em que, os dirigentes da UP poderiam ter se preparado para eminente ruptura.

Na época também, esses dirigentes não tiveram visão da importância do papel da mídia privada (a favor dos golpistas) e, conseqüentemente não investiram na mídia alternativa (para a autodefesa). Em outras palavras, este estudo aponta para o sentido de

que, os partidos: socialista e comunista deveriam ter consolidado uma aliança estratégica com os revolucionários do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e o movimento proletário-popular, para não ver essa experiência tão importante sucumbir. Mas, não foi essa a visão dos principais dirigentes da UP e, por isso, a grande brecha revolucionária, que do ponto de vista objetivo estava dada, se perdeu, porque do ponto de vista subjetivo, houve uma “venda stalinista sobre os olhos” dos principais dirigentes do processo.

Na experiência venezuelana, têm grupos revolucionários, que ainda hoje fazem a defesa do campo estratégico da revolução socialista reduzido ao proletariado. Esses grupos inclusive defendem uma aliança tática com a “comunidade” e os movimentos populares, mas apenas tática. Essa questão ficou mais evidente, na avaliação desses a respeito da insurgência popular, em 2002 (contra o golpe da oposição). Nessa avaliação, conforme visto no quarto capítulo, quando se afirma que, “os operários apoiaram a comunidade e parte das forças armadas, no movimento de massas para trazer de volta o presidente da República, mas na revolução somente o operariado dirigirá a revolução”. Este estudo indica que, a aliança operário-popular não pode ser vista como mera aliança tática, e sim, trata-se de uma aliança estratégica, até para superar equívocos avaliados da experiência soviética e, em grande medida na experiência chilena.

Neste caso particular, o campo estratégico necessariamente deve ampliar-se até às nações indígenas, que historicamente ficam fora de qualquer instância de poder na América Latina e no Caribe. Como resposta a essa demanda, na Bolívia, sob o governo de Evo Morales (embora ainda não socialista), foi instituído o Estado-Plurinacional e, essa questão parece estar se revolvendo, num país em que tem 62% da sua população de descendência indígena. No governo venezuelano essas nações já participam através do Conselho Indigenista, embora essas nações representem menos que 10% do total da população no país. Mas, o gesto do atual governo foi importante, mesmo que limitado pelo Estado burguês, no sentido de abrir caminhos para a libertação de todos os oprimidos. Embora se saiba que essa questão ainda produz muitos conflitos abertos, entre nações indígenas e governadores conservadores, ligados ao “bolivarianismo”, que ao invés de defenderem os indígenas se posicionam ao lado das transnacionais de exploração de hidrocarbonetos ou da agro-indústria, contra as nações indígenas, mantendo inclusive, alguns de seus líderes presos.

Observa-se que, através das políticas sociais deste governo, há um combate, a qualquer tipo de discriminação, contra negros, índios e pobres, exigindo-se tratamento igual para todos. Essas medidas já demarcam um passo fundamental para uma nova cultura, para no futuro seguir-se adiante num processo revolucionário libertário a favor de todos os explorados. Sentido em que, as organizações indígenas latino-americanas e caribenhas, além de se rebelarem contra o neoliberalismo, não aceitam serem tratadas como etnias e sim, exigem serem tratadas como nações, conforme análise de Lúcio Flávio de Almeida (2007). Sentido em que, querem participar do poder de Estado sob novo formato: Estado Plurinacional, conforme decisão no II Encontro Continental dos Povos e das Nacionalidades Indígenas (2006) e no *I Congresso da la Cordinadora Andina de Organizaciones Indígenas* (2006). Vale lembrar que na Bolívia, no governo de Evo Morales já está em vigência o Estado Plurinacional, com a efetiva participação das nações indígenas do poder de Estado, conforme solicitação das nações indígenas.

7.4 Análise dos conceitos: classe, poder de Estado e poder de fato para a superação da sociedade capitalista

Este estudo também constata que o processo acelerado da reestruturação produtiva do toyotismo, em especial nos pólos industriais urbanos, combinado com o avanço do neoliberalismo e suas crises cíclicas, cada vez mais profundas (em tempos cada vez menores), produz um “novo perfil” de classe trabalhadora no mundo. Este estudo sugere que em nível internacional, os trabalhadores formais estão perdendo a hegemonia numérica frente aos trabalhadores da informalidade, devido ao desemprego e formas alternativas de trabalho, fragilizando significativamente os órgãos de representação da classe. Os trabalhadores informais, com raras exceções, não têm instrumentos de representação, realidade que produz uma discrepância monumental na democracia operária formal e informal, em nível internacional. Além dos indígenas, os negros africanos (mais os afro-descendentes em nível mundial) e demais oprimidos, nas mais diferentes caracterizações socioculturais, encontram-se oprimidos pelo capitalismo, que historicamente são jogados ao esquecimento. Nesse sentido, este estudo sugere que nas diferentes organizações da classe trabalhadora ou onde for possível (onde não cria problemas de identidade por ramos de atividade ou representação sindical) construam-se alianças estratégicas entre todos os oprimidos. Juntos, os oprimidos necessitam com urgência construir, em nível internacional, o poder

popular, como transição entre a sociedade atual e a revolução socialista, nas próximas décadas.

O segundo grande acerto de contas que este estudo sugere, se dá em relação à redefinição ou o desanuviar dos conceitos de classe frente à questão nacional em períodos neoliberais, que aqui se considera uma das grandes polêmicas teóricas travadas pelas diferentes interpretações da luta de classes na Venezuela, conforme capítulos anteriores. Marx fez um grande acerto teórico quando definiu em *O Capital* o desenvolvimento do capitalismo internacional e a expansão da burguesia e do proletariado (sintetizado no *Manifesto comunista*) como classes universais. Esse grande alcance mundial se deu a partir da revolução industrial, que superou os limites alcançados pelo capitalismo comercial. Portanto, teoricamente está resolvida a problemática da universalização da burguesia e do proletariado: estas classes existem nacionalmente, mas mantêm uma identidade internacional, e em tempos neoliberais não deveria mais pairar dúvidas sobre essa problemática. Para além do internacionalismo das classes, internamente, permanecem as seções burguesas e as seções proletárias de classe: burguesia interna e proletariado interno, cada qual aliada aos seus interesses de classe em nível internacional.

No mesmo sentido, este estudo sugere desanuviar o conceito de “classe camponesa”, existe ou não a figura do campesinato na sociedade capitalista? Se essa classe ainda existe, ela ainda é a aliada estratégica principal do proletariado? No período do liberalismo clássico, os países imperialistas dominavam os grandes centros mundiais de industrialização urbana. O campo (terra) não estava sendo industrializado, apesar do avanço do latifúndio desde às antigas colonizações. Sentido em que, às margens do latifúndio, onde ainda prevalecia a pequena propriedade rural (minifúndio), estava fortemente enraizada a figura do campesinato na sociedade capitalista. Dos anos 70 em diante, a figura do camponês está cada vez mais ameaçada de extinção, como categoria de análise ou como força política de grande expressão, devido à internacionalização do imperialismo neoliberal (ou o neocolonialismo ou ainda o neomercantilismo, conforme analisa James Petras).

Vários mecanismos de “nova ocupação geográfica”, de controle e ampliação (o avanço técnico-científico; concentração e centralização), consolidam a industrialização também no campo, ou seja, a agro-indústria, em todos os recantos da terra. Frente à escassez de recursos, qualquer parte da natureza passou por um novo processo de

colonização (dominação neocolonial) e invasão pelas grandes empresas da “tirania do dinheiro e da informação”, as transnacionais, conforme análise de Milton Santos (1982; 1996; 2001). Os recursos estratégicos da natureza (petróleo, gás, reservas de água, biodiversidade e alimentos) passaram a “pertencer” (por “direito de propriedade privada” ou por concessão) às multinacionais e transnacionais.

Além de explorar a natureza, com a extração e industrialização dos hidrocarbonetos, com o avanço técnico-científico, também na agricultura houve um colossal desenvolvimento agro-industrial. Um dos resultados imediatos desse desenvolvimento capitalista neoliberal mundial mais acelerado foi o acirramento da luta de classes também no campo, resultando na mais ampla expulsão de pequenos proprietários de terra e na proletarização da quase totalidade dos grupos de campesinato, ainda remanescentes na sociedade capitalista. Para fins deste estudo, especificamente na América Latina e no Caribe, inclusive na Venezuela, os camponeses foram proletarizados pela agro-indústria ou transformados em trabalhadores rurais sem terra – e, os que conseguiram se manter como pequenos proprietários rurais estão em “sinuca de bico” pela pressão do latifúndio ou dos negócios agro-industriais. De modo que, o conceito “classe camponesa” está em fase de superação, em quase todos os países capitalistas do mundo, salvo em alguns rincões bem distantes onde o capitalismo ainda não tenha fincado suas garras de águia com tanta tirania (a exemplo da selva amazônica ou onde prevalece o minifúndio da agricultura familiar, em algumas partes do sul brasileiro).

Esse conceito ainda tem certa força de representação em países cujos resquícios da experiência socialista ou pós-capitalista ainda lhe garantem algum respaldo social. Mas nos países do capitalismo avançado e periférico, o conceito classe camponesa está em fase de superação. Portanto, a aliança proletário-camponesa defendida, em especial por Mao Tse Tung e experimentada com intensidade revolucionária na China, que tempos atuais, também está sob a mira do avanço das transnacionais em seu território. Do ponto de vista das organizações de brava resistência contra esse avanço neoliberal no campo, em nível internacional é reconhecida à corajosa *Via campesina*. Essa organização tem como eixo aglutinador, a agricultura familiar, muito importante para o combate ao latifúndio e de defesa da pequena propriedade rural.

Mas, a tendência desses pequenos proprietários é de serem forçados à proletarização, com o avanço da agro-indústria latifundiária. Sentido em que, o risco

desses pequenos proprietários estarem engrossando as fileiras dos trabalhadores do MST, no caso brasileiro, é só uma questão de tempo. Visto que no cenário político brasileiro não há perspectivas, no futuro próximo, de governos antineoliberais para deter a tirania dos agro-negócios das transnacionais. Contudo, ressalva-se que os pequenos proprietários de terra, da agricultura familiar (ou camponeses) do Brasil, Venezuela e de vários outros países em nível mundial, que em grande parte se reivindicam da *Via campesina*, são importantes aliados dos trabalhadores do campo e da cidade no combate ao latifúndio e para a transformação social. Mas, como já dito, estão reduzidos em números cada vez menores, devido ao avanço da agro-indústria transnacional.

Ressalva-se ainda que, em Cuba ainda há uma gama maior de camponeses, devido às características típicas daquela experiência revolucionária, sem a dominação da agro-indústria transnacional e ao mérito da reforma agrária revolucionária. Portanto, com as suas exceções, este estudo sugere que a histórica aliança estratégica “proletário-camponesa”, em países capitalistas seja substituída, para fins de análise e composição política revolucionária, na sociedade latino-americana, inclusive na Venezuela, pelo conceito de aliança proletário-popular (presentes nessa aliança, além do proletariado, as nações indígenas, os trabalhadores da informalidade, remanescentes camponeses, quilombolas e demais oprimidos).

Nesse mesmo contexto, a possibilidade da reforma agrária nas sociedades capitalistas terceiro-mundistas já foi descartada pelo neoliberalismo agro-industrial e seus governos de plantão. Por esse motivo, os trabalhadores rurais e remanescentes camponeses continuam alimentando a “utopia reformista” da terra para denunciar os governos neoliberais, subordinados às transnacionais e para divulgar a necessidade da transformação social, ou seja, acumulando forças para a futura revolução socialista. No mesmo sentido que o MST há anos vem mobilizando e conscientizando os trabalhadores rurais sem terra, preparando a revolução para fazer a reforma agrária. Essa constatação serve para toda a América Latina e o Caribe (à exceção de Cuba), cujas terras estão sob controle das transnacionais na implantação da agro-indústria.

Devido a essa realidade de ampliação do latifúndio do agro-negócio, não há mais espaço para a realização da reforma agrária pela via capitalista. Também nesses países, a reforma agrária somente poderá ser realizada mediante revolução socialista, conforme defendido por Mariátegui (entre outros) e pelos militantes da Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora, da Venezuela e do MST do Brasil (entre outros).

No caso da FNCEZ, inclusive se faz à defesa da “revolução agrária”, como forma de divulgação do ideário socialista da reforma agrária. Observa-se, neste estudo, que os movimentos de trabalhadores rurais sem terra e o governo venezuelanos divulgam a “revolução agrária”, porque não existe ilusão: ou se expropria os grandes proprietários pela revolução socialista ou não terá reforma agrária. Eles também sabem que a expropriação do latifúndio privado não será aceita pela imposição do governo nacional-desenvolvimentista. Por isso, na Venezuela o plano de reformas passa a ter uma conotação de reformas pró-revolucionárias e no acirramento da luta de classes passarão a ter uma conotação de reformas pré-revolucionárias, no sentido sequencial, reforma como meio (tático) e revolução como fim (estratégico), como bem definiu Rosa Luxemburgo.

O segundo sentido deste debate que envolve a luta de classes refere-se à relação classe e nação. É oportuno desanuviar o que está em torno desses conceitos (classe e nação) muito interligados historicamente face à libertação nacional e à libertação da classe trabalhadora e dos demais oprimidos, neste caso específico, na América Latina e no Caribe. Exemplos dessa problemática não faltam: na revolução nicaragüense essa combinação era conjugada na Frente Sandinista de Libertação Nacional; nas diferentes guerrilhas com características de insurreição socialista latino-americanas, entre outras, tiveram ou têm conotação de Exército de Libertação Nacional (Bolívia - ELN, sob comando de Guevara; Colômbia – ELN em vigência). Nessa linha de raciocínio faz-se necessário pensar um novo conceito, que supere o conceito de libertação nacional para um conceito de libertação subcontinental ou continental, em particular para o caso da América Latina e do Caribe. Esse conceito passa a ser forjado pela realidade de ataques cada vez mais visíveis do imperialismo contra uma vasta região de países que se insurgem em bloco contra o imperialismo neoliberal (exemplo: países da ALBA, trabalhadores e demais oprimidos do continente). Esse passo é fundamental para futuros passos mais ousados, transformar-se a revolução em libertação intercontinental e mundial, sob controle dos trabalhadores e dos demais oprimidos.

No contexto latino-americano e caribenho, além da questão indígena, da necessária dupla libertação dos negros (psicológica da cultura de inferioridade e de classe), dois elementos de reflexão devem ser levados em consideração para construir-se o campo revolucionário: o cristianismo libertário e a filosofia da libertação (Camilo Torres, Oscar Romero, Enrique Dussel ...) e o bolivarianismo. Na Venezuela esses dois

elementos da cultura política de libertação têm muita influência. O cristianismo (maioria da população católica) hegemonicamente de direita, mas também tem o cristianismo de esquerda (inclusive o presidente da República), da mesma forma, existe o bolivarianismo de direita e o de esquerda.

O bolivarianismo de esquerda prevalece sobre o de direita. A simbologia que se criou em torno do “Libertador Bolívar” (embora sendo iluminista) é muito forte na esquerda em geral, além do presidente Chávez que encarnou essa simbologia de libertação latino-americana (devido à história das independências e também já atribuído ao próprio nome: República Bolivariana da Venezuela), muitos grupos revolucionários na atualidade conjugam a sigla dessa forma: guevarista-bolivarianos, leninista-bolivarianos, marxista-guevarista-bolivarianos, entre outros. Como disse Marighella (1979) da Aliança Libertadora Nacional (ALN), revolucionário brasileiro, os revolucionários devem respeitar a cultura dos “camponeses”, do povo pobre e explicar a eles os motivos da revolução, porque esses devem ser seus aliados estratégicos.

Por que não se trata de uma mera libertação nacional frente aos imperialismos? Pelo mesmo motivo anterior, o imperialismo neoliberal concentrou o capital, a propriedade privada dos meios de produção e do mercado mundial, de tal maneira que as mesmas empresas transnacionais que estão instaladas na Venezuela, estão também instaladas na América Central, na África, na Ásia, na Europa e nos EUA etc. Poucas empresas têm o domínio da quase totalidade dos meios de produção estratégicos da face da terra, ainda em movimento de maior concentração. Devido a isso, a luta dos revolucionários na atualidade deve ser contra o capitalismo e a burguesia em escala mundial, sem ilusões quanto a alianças com um setor da burguesia (interna) – que alguns teóricos ou desavisados ainda teimam em chamar de “burguesia nacional”.

As burguesias internas de países neoliberais, além de dominarem apenas partes pequenas dos meios de produção, são associadas (Estados clientes) das empresas transnacionais e multinacionais do modelo monopolista dependente e, portanto, são pró-imperialistas. Nesse sentido, os Estados nos países dependentes, cujos governos são pró-imperialistas neoliberais, não passam de meros clientes das transnacionais, multinacionais e de suas instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, FMI, OMC, BID...). Essas empresas estrangeiras em território latino-americano e caribenho estão quase todas sob controle dos EUA. Dando ênfase a essas considerações, afirma-se que não há mais etapa intermediária de revolução pró-burguesa interna, para depois se

fazer a revolução proletário-popular socialista. No neoliberalismo, o “povo” apenas é importante para a relação burguesa pró-imperialista e imperialista para garantir a força de trabalho cada vez mais barata, de preferência cada vez mais alienada, individualista, como mercado consumidor, como “massa que se amassa”, e para depositar o voto nas urnas de quatro em quatro anos e manter no poder de Estado os clientes dos negócios internacionais.

O objetivo maior da aliança estratégica da burguesia pró-imperialista e imperialista é dominar o mundo sob as garras dos impérios capitalistas como *O fim da história*, conforme prega Francis Fukuyama (1989; 1992 apud GOMES s/d). Para contracenar essa pretensão arrogante dos capitalistas, Lênin em *O imperialismo fase superior do capitalismo* – apresenta estudos que explicam com profundidade a relação entre a economia imperialista das grandes empresas e do Estado através das guerras (terrorismo de Estado) para fincar seus pés em qualquer parte do mundo. Ao se concretizar essa fase de expansão do imperialismo, Lênin anunciou que começaria o verdadeiro internacionalismo da revolução socialista – tudo indica que essa fase chegou, e a aliança proletário-popular deverá consolidar urgentemente sua organização para responder à altura do que exige uma revolução em escala mundial.

Marx e Engels alertavam o proletariado para o necessário internacionalismo e, sentido em que, Lênin e Trotsky batalharam contra a ilusão do socialismo em um único país: ou o socialismo é internacional ou ele não é socialismo, diziam categoricamente. Para evidenciar a compreensão dessa máxima, o neoliberalismo derrubou as últimas ilusões ao arrebentar quase todos os governos trabalhistas, social-democratas, pseudo-socialistas ou pseudo-comunistas em escala mundial, entre os anos 1970 e 2000 (e continua arrebentando até hoje, a exemplo da China). Em outras palavras, o poder de Estado em quase todos os países do mundo virou financiador (gerente) ou cliente do mercado mundial, desde a privatização das empresas estatais estratégicas ao enxugamento dos direitos sociais dos trabalhadores e da população pobre.

Outro debate em aberto, entre as diferentes correntes marxistas, trata da ordem das sobreposições entre estrutura (economia) e superestrutura (política, jurídica, social, ideológica, moral...) no funcionamento da sociedade capitalista. Para alguns, a estrutura econômica determina as superestruturas; para outros é o ser social que determina a economia, a política e todo o resto. Este estudo não tem pretensões de criar uma nova teoria, quer apenas polemizar as diferentes interpretações marxistas sobre o assunto e

apontar um campo de concordância. Marx, frente aos economicistas Ricardo e Smith (liberais) e os idealistas hegelianos, apontou um sentido bastante concreto. Os economicistas diziam que a economia termina todo o resto e os idealistas, em especial Hegel, diziam que as idéias é que determinam o ser social, mas para Marx, contrariamente, é o ser social que determina as idéias e todo o resto.

O intelectual do milênio (Marx) disse inicialmente a verdade mais simples e evidente, a respeito das necessidades básicas que movem o ser humano, antes de tudo, o ser humano precisa: comer, beber, se vestir e ter um lugar para morar. Palavras citadas por Engels no seu último adeus ao seu maior amigo Marx, quando esse partiu daqui para entrar na verdadeira História (1987). Ora, se é o trabalhador que produz a mercadoria e as riquezas, conforme diz Marx, logo, atribuir ao Marx a tese de que a economia tudo determina, é um erro. Essa tese deve ser atribuída aos economicistas, Smith e Ricardo, entre outros. Nessa linha de interpretação, chega-se à seguinte compreensão: é o ser humano que procura matar sua fome e sua sede etc, e não o contrário. Para fazer isso, no reino das reivindicações econômicas e do poder, ele precisa fazer política, lutar, ocupar terra, tomar posse dos meios de produção etc. Em outras palavras, política e economia não se separam, mas é o ser social que faz política, e através dela toma conta da estrutura econômica, ou do poder real. Porque é a ação humana coletiva que faz a História (“A história nada mais é do que a história da luta de classes...”) – também as demais superestruturas são instrumentos usados a serviço dos seus interesses de classe. Gramsci apresenta uma importante contribuição para a construção de um novo bloco histórico revolucionário, defendendo a ocupação de todos os espaços políticos institucionais burgueses para a construção da nova hegemonia sob controle dos trabalhadores – destruindo de dentro para fora e de fora para dentro, o poder de Estado burguês para a construção do novo poder de Estado socialista.

Nessa complexa relação do poder de Estado nacional burguês da Venezuela, o caráter de classe dos atuais ocupantes dessas instituições, passa a ser caracterizado, erroneamente, por alguns pesquisadores, como burguesia nacional. Mas conforme analisado anteriormente, aposta-se no campo de concordância de que na Venezuela não existe burguesia nacional: existe uma burguesia interna, aliada à burguesia imperialista. Constata-se, que na correlação de forças, nos países onde há governos no poder de Estado que contestam o neoliberalismo e o imperialismo (países da ALBA: Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador), além de provarem que não existe a figura da burguesia

nacional, esses são declarados inimigos da ditadura do mercado e do império. Por isso, esses são considerados favoráveis ao terrorismo pelo império, parte do “eixo do mal” e, portanto, devem ser combatidos e invadidos, pela lógica do império. Nesse sentido, fica palpável o motivo da grande bronca do “mercado imperialista” contra o governo venezuelano e os países da ALBA, em seus ataques para tentar deter suas reformas pró-revolucionárias, apoiando abertamente os golpistas.

Outra análise de alguns autores afirma que os atuais ocupantes do poder de Estados do Terceiro Mundo formam uma nova classe social, dominante e aliada aos capitalistas internacionais. Seguindo esse raciocínio, entre os que ocupam o poder de Estado na Venezuela, pode até haver pessoas que migraram de uma classe social para outra, do proletariado ou da classe média para a burguesia. Até mesmo porque há denúncias de envolvimento de um ex-ministro com o jogo de propinas e com abuso de autoridade em repressão contra trabalhadores e, por isso demitido. Essa constatação, infelizmente é factível em governos de centro-esquerda ou até de esquerda, quando certas pessoas chegam ao poder de Estado burguês, são aliciados e não resistem e, se corrompem. Porque o Estado burguês tem uma estrutura de corrupção institucionalizada, configurada pelos altos salários aos burocratas e pelo jogo das propinas e demais promiscuidades.

Embora os salários ou as propinas possam ter enriquecido algumas pessoas de altos cargos na burocracia estatal venezuelana, isso não significa dizer que formaram uma nova classe social, mas sim, alguns deles podem ter ascendido a uma classe social existente desde o início do capitalismo. Que, em diferentes países, esses novos ricos, com muito dinheiro, compram meios de produção (terras, indústria, comércio, mídia, bancos) ou depositam o dinheiro de propina em um dos meios de produção para gerar juros e lucros (nos bancos), ou seja, tornam-se burgueses, do antigo ou o de “novo tipo” burocrata burguês. Esse não parece ser o perfil do governo de esquerda da Venezuela.

No neoliberalismo, contrariamente ao que muitos dizem, o Estado continua sendo muito forte, se caracterizando como a tábua de salvação ou o “partidão” para socorrer os capitalistas, as grandes indústrias, o grande comércio e os bancos, cotidianamente ou nos momentos de profundas crises do sistema. Nesse sentido, os Estados do Terceiro Mundo, os aliados dos imperialistas, acabam não tendo recursos para políticas sociais da nação. Contrariamente a essa política de submissão de muitos governos do capitalismo periférico ao capital internacional, o governo da Venezuela

aplica os recursos excedentes da indústria petroléira estatal nas políticas sociais e, isso provoca a fúria das empresas transnacionais da indústria petroléira privada.

7.5 Análise do poder de Estado venezuelano, reformas pró-revolucionárias em governo “nacional-desenvolvimentista petroléiro”

O poder de Estado burguês na atualidade venezuelana tem uma nova hegemonia em construção, embora com constantes crises, sob a política-econômica do “nacional desenvolvimentismo petroléiro”, conforme analisa Gilberto Maringoni (2009). No entanto, não é correto negar a realidade, de que há uma efervescência social e política que sacode constantemente a burguesia pró-imperialista e imperialista naquele país. As insurgências populares que vêm dos morros da periferia e das montanhas; do chão das fábricas, nas de controle operariado e nas de propriedade burguesa, em protestos de massas nas ruas das principais cidades, à continuidade das ocupações de fábricas e terras, vão muito além do nacional desenvolvimentismo. Junto às reformas estruturais pró-revolucionárias do governo, uma parte das forças armadas e das milícias percebe-se à disposição de não mais aceitar a “política de impedimento” da burguesia. Portanto, como a burguesia não aceita o avanço das reformas estruturais e, para tentar seu impedimento, aponta a cada momento a política de “choque violento” ou de ruptura frente às instituições democrático-burguesas (sob forte apoio popular). Este estudo indica que, a classe trabalhadora e os demais oprimidos do país, junto às forças reformistas pró-revolucionárias não aceitarão as próximas tentativas de impedimento de maior envergadura contra-reformista da burguesia (interna e externa) e, iniciarão o caminho revolucionário na perspectiva socialista.

Quanto às ameaças constantes dos imperialistas, de acordo com os militantes da FRETECO, Moreno e Sanabria (01 mar 2006), a espionagem da embaixada estadunidense tenta entrar em contato com militares venezuelanos para obter informações sobre as recentes compras da Força Aérea Nacional (FAN), fato que custou a expulsão do militar estadunidense John Correa do território venezuelano. Entre acertos e equívocos, os militantes estão certos em denunciar a participação dos imperialistas na espionagem e nos golpes: militar, econômico e comunicacional.

Da mesma forma, estão corretos a respeito da “guerra midiática”, com os vídeos transmitidos pelo programa da VTV *La Hojilla*, com o objetivo da oposição de

convencer as pessoas que vivem fora da Venezuela, de que se vive sob uma perigosa ditadura no país. Denunciam também, que na época do golpe (2002) em *Curazão*, no Oceano Atlântico, forças armadas imperialistas realizavam manobras militares para atemorizar e mostrar sua disposição para intervir em países da região, particularmente na Venezuela.

Segundo este estudo, os dois militantes acertaram também na avaliação de que, na correlação de forças, ultimamente o imperialismo e a oligarquia local estão pagando com sucessivas derrotas: o golpe de Estado de 2002, o *paro* petrolero, *la Guarimba*, o Referendo revogatório de 2004, as eleições para prefeitos e governadores (2004), o recuo para as eleições da Assembléia Nacional. Porém, no referendo de 2007 a oposição foi vitoriosa, mas isso não estava previsto pelo governo nem pelos seus apoiadores. Avaliam esses militantes, na soma de todas as disputas no campo da legalidade, a correlação de forças está desfavorável para a oposição, correndo um risco maior, no próximo período, dessa utilizar-se de qualquer meio para desestabilizar a “revolução” (diga-se, reforma pró-revolucionária).

Moreno e Sanabria (01 mar 2006) lembram que, quando os capitalistas organizaram o *paro* petrolero, a classe trabalhadora desbaratinou os planos dos golpistas, mantendo a indústria petrolera em funcionamento, sem os capitalistas e os burocratas. Outro fato importantíssimo, segundo os dois militantes: a classe operária apoiou a comunidade e os setores revolucionários da FAN, sabendo-se que, em processo de fato revolucionário, o proletariado não apoiaria “a comunidade e as FAN”, pois o proletariado estaria no comando da revolução. Essa é mais uma prova de que a Venezuela ainda não vive uma revolução, contudo, os militantes se equivocam ao colocar a “comunidade” (diga-se movimentos populares) como aliada tática, conforme será analisado mais adiante. Finalmente, os militantes da FRETECO acertaram quando disseram que a classe operária, devido ao seu papel central na produção nacional, é a única classe que pode unificar os explorados numa mesma direção e garantir que a revolução chegue ao socialismo.

Para acelerar o processo revolucionário, os militantes da Frente sugerem que os capitalistas sejam expropriados e que se construa o Estado revolucionário. Contudo, o coletivo percebe o desenvolvimento de uma burocracia reformista (pró-capitalista, mais ou menos consciente) com ideologia burguesa. Características de gestores de cooperativas de algumas fábricas ocupadas, que se beneficiam dos lucros das empresas

e, aos poucos virando empresários de “novo tipo”. Esses setores tentam frear a possível revolução, limitar a participação dos trabalhadores e os setores populares, para manter a propriedade privada dos meios de produção e a economia de mercado. Nesse sentido denunciam que, se a burocracia estatal atual impuser sua autoridade sobre a política de ocupação e gestão das fábricas, seria o fim da possível revolução. Para que a “revolução bolivariana” (reformas pró-revolucionárias) continue seu caminho, no sentido socialista é necessário que a classe trabalhadora entre decisivamente em cena, e liquide o capitalismo na Venezuela. Isso significa ocupar as empresas fechadas, as empresas em crise ou pouco produtivas, exigindo que sejam expropriadas e estatizadas, para estender o controle social dos trabalhadores a toda economia do país.

Esses militantes somente não mencionaram o instrumento de poder político para chegar à estatização da economia. E estudo indica a derrubada da burguesia do poder real (da propriedade privada dos meios de produção) através da revolução e do poder de Estado revolucionário proletário-popular. Esse é o único modo para garantir um desenvolvimento endógeno e revolucionar os principais problemas do país, completaram. Em outras palavras, os militantes entendem que o caminho revolucionário será construído através da ocupação e estatização das fábricas, sob controle dos trabalhadores. Mas isso não basta.

Na gestão operária de fábricas, por outro lado, alguns dirigentes sindicais só se preocupam com as reivindicações imediatas da classe. A direção majoritária da UNT perdeu a oportunidade para estender as ocupações e gestão operária para todo território nacional ao não apresentar qualquer planejamento concreto para ao movimento operário, no sentido das ocupações e propostas de expropriação das fábricas (Yone e William: 01 mar 2006). Os reformistas da UNT pressionaram o presidente da República, mas não conseguiram evitar as expropriações. O presidente Chávez desequilibrou o debate em círculo de dirigentes, quando anunciou que as assembleias dos trabalhadores escolheriam os presidentes das empresas co-gestionadas e ao anunciar a expropriação da *Venepal*, a CNV e ao implantar a *Invepal* e a *Inveval*, como início de um novo modelo de relações produtivas no país. Essa é uma das provas que o presidente da República dá passos pró-revolucionários importantes que atropelam inclusive os reformistas não revolucionários da UNT.

Os militantes sindicais Yone e William (01 mar 2006) propuseram que “Os representantes dos trabalhadores devem ter maioria dos membros em todos os órgãos de

decisão e devem ser elegíveis e revogáveis a todo momento”. Devem cortar os privilégios entre os trabalhadores: “Cortar o vínculo direto, que atualmente existe, entre o bem-estar dos trabalhadores, os resultados da empresa e os benefícios da cooperativa. Os trabalhadores devem negociar seus salários e demais benefícios diretamente com o Estado”. Os projetos sociais do Estado deverão receber os recursos excedentes, como resultado da produção das empresas de co-gestão; os delegados deverão ser elegíveis e revogáveis pelos Conselhos Comunais e as demais organizações de participação operário-populares.

Fica evidente que existe uma preocupação desses militantes para combater a acomodação burocrática e o aburguesamento de gestores de cooperativas das fábricas ocupadas, como um dos instrumentos para a construção de uma prática socialista, ainda na sociedade capitalista. Outras experiências internacionais foram avaliadas nesta tese, que provam o caminho da adaptação das cooperativas de trabalhadores no capitalismo às práticas burguesas (em especial na avaliação de Rosa Luxemburgo), por exemplo, a social-democracia europeia.

Yone e William (01 mar 2006) concordam quanto à relação entre Estado e movimento revolucionário, por parte dos militantes: “Os representantes do Estado não podem ser designados pelos Ministérios e sim pelo conjunto do movimento revolucionário, organizado em assembléias populares, nos Conselhos Comunais, UBEs, sindicatos classistas, Comitês de Terra”, e “Nas empresas expropriadas, as antigas direções devem ser afastadas, não repetindo o que aconteceu na *Invepal Morón*, na qual antigos diretores continuavam na direção da empresa”. Nesse sentido, os militantes indicam a proposta de regimento para funcionamento do Conselho dos Trabalhadores e dos Conselhos Comunais, conforme consta no quarto capítulo.

A partir de vários exemplos apresentados neste estudo, percebe-se a insatisfação quanto ao curso lento das reformas, em especial da chamada “revolução agrária”. No caso da ação dos militantes da FNCEZ (14 jan 2005) o movimento, em diálogo duro com o presidente da República apontou o caminho que deveria ser seguido: *El salto adelante es el Poder Popular - revolución agraria ahora!* Segundo informações da FNCEZ, foi apresentada análise e proposta para a nova etapa da “revolução”. Para superar o desenvolvimento capitalista, é necessário deixar de lado práticas que impedem o desenvolvimento da “revolução agrária”. Para isso, deve-se superar a ineficácia, a burocracia, a corrupção, o boicote, a sabotagem das cooperativas, a pouca disposição

das instituições agrárias para viabilizar a revolução agrária no campo, tal como planejado pelo comandante Chávez.

Nesse comunicado da FNCEZ, há uma evidente cobrança de aceleração dos passos das reformas socioeconômicas, que o presidente prefere viabilizar de forma paulatina. O governo está no meio do “fogo cruzado” entre ceder à pressão e à intransigência dos trabalhadores do campo ou ceder à intolerância e à violência dos latifundiários. A reforma agrária na Venezuela é fundamental para livrar o país da dependência externa, tendo que buscar 75% dos alimentos fora do país, e para isso fica subordinado à lógica das grandes redes transnacionais de distribuição (entre elas a Sadia do Brasil). Contudo, como visto anteriormente, a reforma agrária não tem mais espaço na sociedade capitalista, devido ao avanço dos agronegócios (*agrobusiness*), e como já diziam vários teóricos, entre eles, Mariátegui, a reforma agrária compete à revolução socialista, produzida pelo Estado proletário-popular.

Para dar precisão a estes conceitos em debate, se polemiza a ordem dos mesmos inseridos no contexto da sociedade: Classe, Estado, poder e a luta de classes na Venezuela, através da chamada *Experiência venezuelana*. Alguém poderia perguntar, por que primeiro a classe e depois o Estado seguido pelo poder. Por uma simples razão, o proletariado precisa do poder de Estado para chegar ao poder real, sem esse ele não chega ao domínio da propriedade estatal dos meios e bens estratégicos de produção e distribuição. E para concretizar a posse do poder de Estado, é somente através de revolução. O ponto de vista aqui emitido obviamente defende a perspectiva e a visão de mundo do proletariado e seus aliados a favor dos seus interesses de classe. Se fosse o contrário, na sociedade capitalista, a burguesia já possui o poder dos meios e bens de produção e distribuição, existe entre esses uma simbiose geminada, desde o início do capitalismo.

Sentido em que, classe e poder de fato já convivem numa mesma identidade (geminados), portanto, trata-se de uma classe economicamente dominante e, que se utiliza do instrumento político do poder de Estado para defender seus interesses de classe e para dar continuidade ao sistema social vigente. O Estado, na sociedade capitalista é chamado de “o grande partido da burguesia”, instrumento de defesa dos grandes negócios da classe. É possível mudar essa relação de poder de Estado na sociedade burguesa? Somente com a revolução socialista. Mas a revolução socialista pode e deve ser construída também na disputa dos espaços do poder de Estado burguês

(Lênin, Gramsci), mesmo que seja apenas para denunciar junto aos trabalhadores, a impossibilidade de se realizar as reformas necessárias para satisfazer as reivindicações econômicas da classe trabalhadora e dos demais explorados - no capitalismo.

A “*Experiência venezuelana*” poderá vir a ser inédita, porque ao longo dos 11 anos foi construído um arcabouço jurídico-político testado nos referendos democráticos pelas massas para assegurar na lei e na luta as reformas estruturais, mais na perspectiva futura, com indicativo de um longo percurso de embates entre reforma e revolução. Na experiência venezuelana de governo, as reformas são pró-revolucionárias, conforme já explicitado. Mas, além de pró-revolucionárias, elas poderão transformar-se em pré-revolucionárias, portanto, pré-socialistas, nas próximas ofensivas da burguesia pró-imperialista e imperialista, a depender das condições subjetivas do proletariado e de seus aliados estratégicos (massas populares e indígenas), que na contra-ofensiva aos novos ataques burgueses, iniciarão a revolução. O principal ponto ainda não consolidado na Venezuela é a aliança estratégica entre o proletariado, os indígenas e as organizações populares. Mas o movimento operário no chão da fábrica; as organizações nas insurgências e protestos populares, cada vez mais massivas; a esquerda revolucionária; as milícias e as forças armadas de esquerda; os trabalhadores do campo; as guerrilhas armadas e desarmadas; os conselhos comunais e os conselhos dos trabalhadores estão consolidando a necessária aliança estratégica aos poucos.

Prado Jr (1987 *apud* KLEIN, 2002) debate o conceito de revolução por insurreição, típico modelo latino-americano e caribenho para a libertação nacional – mas defende um conceito para a revolução brasileira, que, pelo indicativo desta pesquisa, muito semelhante a que está se maturando na *Experiência venezuelana*: “Para o caso brasileiro, trata-se de discutir um outro modelo de revolução. (...) um processo histórico construído por reformas e mudanças econômicas, sociais e políticas contínuas, concentradas num curto período histórico”. Prado Jr. completa a idéia do conceito de revolução: “e que sequencialmente façam transformações estruturais da sociedade (...) convivem em alternância e relativa estabilidade e as bruscas mudanças político-sociais que vão acelerando as relações sociais com transformações mais profundas”.

O modelo de revolução por *Insurreição Combinada e Permanente* da FLN venezuelano, defendido por Douglas Bravo e Elías Manuit (FLN, 18 out 1964 *apud* LÖWY, 2006:307-309), inserido nas múltiplas formas de combate político, sob comando estratégico da luta armada. Particularmente, sob direção estratégica da

guerrilha rural para a tomada do poder: “transformá-la em uma verdadeira guerra do povo, com a participação das massas em greves, manifestações, protestos etc. etc, até chegar a EMPUNHAR AS ARMAS e produzir o momento conjuntural para o ASSALTO AO PODER”.

Para a realidade capitalista latino-americana, caribenha e venezuelana, podem-se combinar as duas idéias de revolução: a de Prado Jr, também compartilhada, de forma semelhante por Florestam Fernandes (1987; 1995), pelo aprofundamento das reformas estruturais de dentro para fora e de fora para dentro do poder de Estado burguês, e por Eduardo Galeano (1981), de dentro para fora e de baixo para cima, combinada com o modelo defendido por Bravo da FLN (30 anos na clandestinidade, FLN e PRV, entre os anos 60 e 80), da luta armada pela tática de *Insurreição Combinada e Permanente*, de baixo para cima, inserido nas massas em múltiplas formas de combate. Esse pode vir a ser um ponto de partida para um modelo venezuelano de revolução. Com as devidas ressalvas, analisadas anteriormente, que diferentemente do que Bravo e a FLN venezuelana defenderam, não se trata mais em realizar meramente a libertação nacional, trata-se em fazer a revolução socialista como defende Mariátegui, entre outros.

Na realidade, já existe um embrião dessa perspectiva revolucionária, com múltiplas formas de defesa e ataque das massas em todo país. É a combinação dos remanescentes grupos armados nas montanhas, o movimento de massas na “política de rua”, nos bairros e no operariado das fábricas ocupadas, pressionando de fora para dentro e o governo bolivariano apertando o cerco das reformas de dentro para fora, de parte significativa do Estado, tendo o apoio parcial das FAN e das milícias populares, dos conselhos comunais, dos círculos bolivarianos, dos comitês de terra e dos motoqueiros em movimento etc., aparentemente há um embrião revolucionário lançado na sociedade venezuelana. Esse ainda não se configurou numa ruptura revolucionária porque o proletariado e os demais oprimidos não reagiram à altura das provocações burguesas (1989 e 2002), por falta de um instrumento político unitário para comandar a revolução socialista.

Reforça-se a idéia de que as únicas possibilidades dos trabalhadores e demais oprimidos se libertarem da opressão e da exploração burguesas é mediante domínio do poder de Estado proletário-popular e, com ele, tomar posse do poder da propriedade privada dos meios de produção. E, isso somente é possível com uma revolução socialista, porque a burguesia neoliberal não tolera mais reformas estruturais como os liberais toleraram no keynesianismo do passado. Porém, concomitante ou

antecipadamente, na ação do proletariado, na luta de classes deve produzir-se a consciência de classe. Ao estudar as teorias revolucionárias e à luz da sua própria realidade, ele percebe sua identidade com os demais oprimidos e torna-se sujeito revolucionário e, se transforma em classe para si, ocupando e controlando o poder de Estado, conforme indicações de Lukács, para além das teorias e experiências de Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo, entre outros.

Sentido em que, Mészáros analisou contribuições de Lukács para evidenciar o desvio de rota da revolução russa, que o stalinismo nacional-burocrático impôs, transformando a maior revolução do proletariado em mero pós-capitalismo, também conhecido como capitalismo de Estado. Esse debate é fundamental para a compreensão do processo venezuelano, pois uma parte dos revolucionários resolveu trilhar o caminho da via pacífica de socialismo, com reformas estruturas pró-revolucionárias. Nesse sentido, o governo Hugo Chávez e o chamado bolivarianismo cumprem um papel fundamental para a História daquele país. Produzem um acirramento na luta de classes com constantes enfrentamentos com os imperialistas e pró-imperialistas através das políticas antineoliberais, dando ênfase às políticas sociais com os recursos excedentes da indústria petroleira estatal (PDVSA), mesmo que ainda tímidas.

As reformas políticas da nova Constituição produzem uma participação popular de massas, manifestadas nos referendos, nos Conselhos Comunais, nos Círculos Bolivarianos, nos comitês de terra, nas fábricas ocupadas, nas milícias armadas, além de uma parte das FAN etc. Por isso, o presidente insiste em dizer que se trata de uma “revolução pacífica armada”. Pode-se então dizer que esse foi um grande acerto do governo bolivariano, em relação ao governo Salvar Allende (UP) do Chile. Para além das ilusões de “revolução em duas etapas” (burguesa nacional para depois a socialista), conforme defesa do Partido Socialista e do Partido Comunista chilenos, o governo da UP fez inicialmente as reformas estruturais (econômicas parciais), contra muitas reações burguesas, mas quando começou a fazer as reformas políticas para institucionalizar as reformas socioeconômicas, a burguesia reagiu e o governo, os revolucionários e as massas proletário-populares não estavam preparados para enfrentar os golpistas comandados por Pinochet e os imperialistas. Contrariamente, o governo Chávez (PSVU) está preparando as reformas estruturais (socioeconômicas de economia mista) no seu segundo momento de reformas, quando submeteu seu propósito ao julgamento popular (2007), conforme análise a seguir.

7.6 Análise das supostas brechas revolucionárias e às posições da esquerda – ora unida ora dividida - dois acertos e dois desencontros frente aos golpistas

A hipótese teste trabalho indica duas supostas brechas revolucionárias na Venezuela no período histórico de 1989-2009. Inicialmente se localiza os acertos e desencontros da esquerda frente ao movimento de massas, como campo estratégico ligado ao movimento operário-popular. Dois acertos: o primeiro acerto, na unidade da esquerda junto à insurgência das massas para superar a política *puntofijista* de conciliação de classes (40 anos de burocratismo estatal e sindical) e de combate ao neoliberalismo a partir do *Caracazo* (1989). O segundo acerto, a unidade da esquerda junto com as massas insurgentes no contra-golpe (2002), enfrentando a burguesia golpista (interna e externa) para dar continuidade ao governo Hugo Chávez, nas reformas “pró-revolucionárias”.

A primeira insurgência de massa criou as condições objetivas no maior protesto popular já visto na história do país, o *Caracazo* de 1989. Essa insurgência operário-popular nas principais cidades do país, seguida de um massacre pela ação do Estado com centenas de mortos e feridos, foi à demonstração pública da primeira suposta brecha revolucionária, pois o governo Carlos Andrés Pérez perdeu total controle sobre a situação das massas insurgentes contra a institucionalidade burguesa neoliberal. Mesmo com massacre generalizado, a ação das massas precipitou a queda do presidente Pérez. Além disso, elevou o nível de consciência da massa insurgente. Essa insurgência popular (*Caracazo*) foi canalizada para o acúmulo de forças dos instrumentos eleitorais de centro-esquerda, dado o descrédito das massas quanto às organizações sindicais e partidárias burocratizadas, distantes da realidade dos trabalhadores (CTV; AD; COPEI no *Pacto Punto Fijo*), sob 40 anos de conciliação de classes. Esse acúmulo de forças foi concatenado pela política de centro-esquerda, formal e politicamente representada no MVR, que objetivava ocupar o poder de Estado burguês para realizar reformas antineoliberais, no interior da institucionalidade vigente.

A segunda suposta brecha revolucionária do proletariado e da esquerda revolucionária (de possível adesão operário-popular, de massa), se deu por ocasião da paralisação do país, na contra-insurgência popular, cívico-militar, no conhecido golpe e contra-golpe de Estado (2002), seguido pelo *paro* patronal, que causou enorme prejuízo econômico ao país, por outro lado, também aumentou o nível de consciência das massas insurgentes. Essas duas supostas brechas revolucionárias não se efetivaram.

Especialmente, devido à fragilidade interna das organizações de esquerda (falta de uma frente ou de um partido revolucionário orgânico nas massas) e à falta de apoio revolucionário internacional (ausência de um bloco socialista de governos dos trabalhadores ou de esquerda). A respeito dessa questão, há um reconhecimento, por parte deste estudo, que o governo venezuelano conta com uma fantástica reserva de petróleo, o que deixa o país menos dependente de ajudas externas para uma necessidade futura. Na atualidade, a Venezuela conta com um reforço formidável do governo revolucionário cubano (além de outros países), com forte apoio científico e tecnológico, materializado em métodos e em solidariedade, aprofundando a qualidade de saúde, de educação e de autodefesa. Mas isso não é o suficiente para enfrentar uma eventual invasão estudunidense, combinada com o governo colombiano. Frente as duas insurgências das massas (1989 e 2002), deduz-se que, a segunda foi em grande medida, seqüência do fio condutor como continuidade da insurgência do *Caracazo* (1989), especialmente, no sentido de combate ao neoliberalismo.

Daí em diante formou-se uma massa crítica radicalizada contra o neoliberalismo, de difícil retorno. As massas insurgentes liquidaram ao mesmo tempo, a política de alianças da conciliação de classes do puntofijismo (40 anos de hegemonia no poder de Estado) e iniciaram um longo processo, ainda não bem definido, de negação (1989-2010) do neoliberalismo e do imperialismo. Para fechar o longo ciclo de negação do imperialismo neoliberal, a conjuntura e a história parecem não abrir outro espaço para superação, senão pela revolução e pelo poder de Estado socialista. O golpe de 2002, derrotado pelas massas e parte das FAN, deve ser visto apenas como um balão de ensaio frente aos outros que virão. Esse é o indicativo, segundo apuração deste estudo, se repetirá por algumas vezes na conjuntura de crises políticas da Venezuela, com o uso de métodos cada vez mais violentos pela burguesia (interna e externa). E é nesse sentido de ofensivas (da burguesia) e contra-ofensivas (das massas), que o caráter antineoliberal e antiimperialista das massas e do governo, as reformas venezuelanas poderão tornar-se anticapitalistas, mediante revolução.

É sabido que, o governo bolivariano não é revolucionário em sua essência, por mais que tenha um discurso e uma elaboração revolucionária (isso é importante para divulgar a cultura socialista), ele se caracteriza como nacional-desenvolvimentista. O PSVU está apenas no comando do poder de Estado, mas é pró-revolucionário porque as suas reformas mexem na estrutura do poder de fato (na propriedade privada dos meios

de produção). Não resta dúvida que, o presidente Chávez é um dos principais responsáveis por esse processo de reformas pró-revolucionárias que, junto ao PSVU, da UNT (instâncias na sua essência reformistas), dos Conselhos Comunais e etc. , estão dando uma grande contribuição para acelerar um processo revolucionário de fato, devido ao acirramento da luta de classes em torno das reformas. Esse acirramento se dá, em particular, porque em tempos neoliberais, na sociedade capitalista, não há mais espaço para reformas estruturais.

O sentido da segunda insurgência (2002) aponta uma reação da burguesia pró-imperialista e imperialista (em forma de golpe e *paro*), contra as reformas do governo. Essa ocorreu de forma inversa à primeira (que foi a de derrubar um governo neoliberal) e, neste caso, parte das massas e das FAN agiram para trazer de volta um governo ao poder de Estado (burguês) com reformas antineoliberais. Contudo, nos dois momentos, permaneceu o sentido do movimento insurgente de massas: combater o neoliberalismo e suas mazelas (1989 e 2002). Essas duas demandas de insurgência operário-populares estão sendo canalizadas parcialmente pelo plano de reformas (“revolução pacífica”), de dentro para fora do espaço institucional (1999-2009) pelo atual governo.

Em uma das análises da insurgência de massas contra o golpe de 2002 (conforme capítulo IV), Iturbe e Gomes (2004) indicam que “revolução e contra-revolução encontraram-se frente a frente”. Analisando essa expressão, “revolução e contra-revolução frente a frente”, constata-se através deste estudo que, a pressão operário-popular e a determinação política do governo venezuelano tendem a consolidar as reformas, jurídico-políticas e a aprofundar as reformas socioeconômicas – que apostam num sentido de limitar os interesses de propriedade privada dos meios de produção e do livre mercado. Tudo indica que, mesmo que em processo lento e gradativo, as reformas estruturais despertarão novas e mais violentas reações da burguesia (interna e externa). Mas a expressão, “revolução e contra-revolução frente a frente”, ainda não condiz com a realidade, pode vir a ser (ainda é um sonho). A revolução virá, a depender da construção subjetiva dos revolucionários e de uma objetiva brecha revolucionária, já que as anteriores não se consolidaram como tal. Mesmo que os golpistas tivessem dado seqüência ao golpe militar de 2002, os revolucionários e, a massa proletário-popular não teria conseguido derrotar os golpistas, pois essas não estavam preparadas para enfrentar um longo período revolucionário,

mesmo com o reforço de parte das forças armadas. Faltava o principal, uma direção política para a revolução.

Dois equívocos de parte da esquerda ou desencontros das esquerdas venezuelanas: o primeiro equívoco, por ocasião do fim da concessão da RCTV (canais de rádio e TV), quando parte da esquerda apoiou os donos da mídia privada. A RCTV foi um dos principais instrumentos políticos utilizados pela burguesia (interna e externa) para organizar o golpe de 2002 contra o governo. Mas na essência, não estavam cumprindo com a devida legalidade, por exemplo, não transmitiam as mensagens presidenciais conforme determina a lei de concessões; achincalhava o presidente da República o tempo todo; passavam programas indevidos em horário nobre, muitos anos de impostos sonegados; o conjunto da programação de TV mais transmitia assuntos estrangeiros do que nacionais, entre outros. Quando venceu o prazo de validade da concessão, o presidente simplesmente não renovou mais a assinatura. Parte da esquerda, equivocadamente foi para campanha de rua junto com os donos da RCTV, como se tivessem, no nosso caso brasileiro, apoiando a rede Globo, em campanhas de rua. O segundo equívoco aconteceu, no referendo popular (2007), quando parte da esquerda defendeu o voto do “não” ou o voto nulo, argumentando que o presidente Chávez queria se perpetuar no poder e que era contra os trabalhadores.

Este estudo considera que, em 2007, o governo bolivariano sofreu a sua primeira derrota frente à oposição pró-imperialista, imperialista e parte das correntes trotskistas com seu raio de influências, entre outros. Esse é um dos debates mais truncados entre correntes e partidos de esquerda na Venezuela, com muitas repercussões na esquerda internacional. Por essa razão, não cabe aqui, um juízo de valores subjetivos, nem se tem informações para tanto, se teve atritos ou falta de diálogo entre as partes envolvidas. Se houve sectarismo de uma parte ou esquerdismo de outra parte. Este estudo se propôs realizar interpretações a partir dos dados objetivos, com os conteúdos em votação e seus resultados, embora haja o reconhecimento da não neutralidade do pesquisador. O que estava em questão no referendo de 2007? Tratava-se em aprovar ou reprovando novos artigos ou mudar outros na Constituição venezuelana. Frente aos resultados divulgados e os conteúdos disponibilizados, este estudo considera que, a derrota do referendo de 2007, foi uma derrota para o governo, para a esquerda e para o campo estratégico operário-popular. Contrariamente, à posição do “não” de representantes de algumas

correntes trotskistas, analisadas ao longo deste trabalho, contribuiu para fortalecer a burguesia (interna e externa), conforme análise a seguir.

Essa derrota (2007) não pode ser considerada como vitória dos trabalhadores porque nos artigos em votação constavam: a redução da jornada de trabalho de 40 horas para 36 horas sem a redução dos salários. Só nesse ponto, portanto, perdeu-se, a oportunidade da geração de mais empregos, além da garantia de um descanso semanal maior; a transformação da economia, de propriedade privada para propriedades coletivo-sociais com participação privada (tipo economia mista); estabelecia parâmetros para a realização da reforma-agrária (conforme Leis Habilitantes); acabaria com a autonomia do Banco Central; criaria as milícias populares; o aprofundamento da democracia (que não interessa mais para a burguesia, e sim para o proletariado, como já dizia Rosa Luxemburgo); a legalização do Poder Popular, entre outros (conforme estudo mais detalhado em capítulos anteriores). Aqui se trata de um governo que está no poder de Estado burguês, ainda não é um Estado revolucionário, muito menos socialista, por isso, a realidade ainda não permite a possibilidade da total estatização dos meios estratégicos de produção.

Ora, um governo que está se propondo a fazer reformas estruturais ou que sejam semi-estruturais numa sociedade capitalista, em tempos neoliberais (conforme analisado ao longo deste trabalho), já seria um começo importante para sacudir a burguesa e sua reação. Em 2002, se configurou uma insurgência popular de massa, de reação burguesa contra as reformas do governo, e não do contrário. Sentido em que, esta pesquisa indica que, perdeu-se uma grande oportunidade para acelerar mais o processo, inicialmente entre reforma (governista) e contra-reforma (imperialista) para transformar-se, num longo acirramento da luta de classes e, ao longo desse confronto, apontar-se o caminho da ruptura revolucionária socialista, sob controle operário-popular. A posição do “não” de parte da esquerda frente às reformas do referendo fez perder a oportunidade momentânea e talvez futura - para a urgente necessidade de uma ampla unidade entre trotskistas, demais socialistas e comunistas, junto com o proletariado e demais oprimidos para deter a violência (legal e ilegal) da burguesia - cada vez mais estruturada e orgânica - de dentro para fora e de fora para dentro do Estado e do país, contra as reformas, para tentar deter a possível revolução.

As circunstâncias e o cenário foram diferentes entre o “não” do referendo e, o golpe e o contra-golpe 2002. Porém, o sentido foi o mesmo: deter as reformas

estruturais, no golpe com o uso da força bélica, no referendo com o uso da força do voto. Se as forças revolucionárias da Venezuela quiserem encontrar um culpado ou os culpados dos desencontros da esquerda do país, provavelmente se encontre responsabilidade dos dois lados, entre esquerdismo de um lado e sectarismo ou falta de diálogo do outro. Este estudo ousa indicar que o grande culpado de tudo isso, é a falta de um instrumento político revolucionário capaz de unificar todos os que querem ou precisam fazer a revolução. Esse instrumento necessário não existia nem em 1989, nem em 2002 e nem em 2007. O que se espera que para o próximo (os próximos) ataque violento da burguesia tenha uma reação política orgânica à altura para a defesa das reformas e o início da revolução. Caso contrário, a Experiência Venezuelana não apresenta possibilidades de superação total do neoliberalismo, do imperialismo e muito menos do capitalismo. O que os revolucionários do mundo todo esperam é que a Experiência Venezuelana supere a Experiência Chilena, e que liquide o capitalismo no país, além de contribuir para a revolução socialista internacional.

A não aliança estratégica da esquerda venezuelana, mesmo que em partidos diferentes, além do prejuízo para o avanço das reformas pró-revolucionárias, prejudica a contribuição da esquerda venezuelana para uma possível unidade latino-americana e internacional. A esquerda mundial, inclusive, a brasileira e a venezuelana deveria começar a discussão da unidade dos comunistas e socialistas, conforme já sugerido, para a construção da V Internacional. Nesse sentido, inclusive, como nos velhos tempos, Lênin e Trotsky têm muitas lições a nos ensinar sobre o internacionalismo revolucionário. E essa questão passa pela Venezuela no próximo período da luta de classes e da construção do socialismo, devido às iniciativas já tomadas a partir da Venezuela e Cuba, ampliadas com outros países da ALBA (Bolívia, Equador...) e também dos movimentos sociais, como instrumentos de reação aos avanços do imperialismo neoliberal. O objetivo dessa unidade política dos governos de esquerda e, paralelamente, da esquerda proletário-popular latino-americana e caribenha deveria ser, se fortalecer para enfrentar o novo período da luta de classes, que promete um maior acirramento do que em outras regiões do mundo, devido à ofensiva cada vez maior do império estadunidense sobre a região, contando com seus aliados internos.

7.7 Organização do campo estratégico operário-popular – para canalizar as insurgências antineoliberais e antiimperialistas para a luta socialista

A respeito da “experiência venezuelana” de disputa pelo poder de Estado, o sujeito histórico da futura revolução é o proletariado com uma aliança estratégica junto aos demais oprimidos, contudo: “Depende do proletariado o começo real da história da humanidade – isto é, o *poder da moralidade sobre as instituições e a economia*” (LUKACS, 1968 apud MÉSZÁROS, 2002:1022). Tal percepção é, atualmente, defendida pela Alternativa Sindical Socialista (ASS) e pela Intersindical (Brasil) – instâncias sindicais, nas quais, há anos, concentro minha militância e discussão política, onde temos como tese principal: “a classe ao centro”, sem outras maiores polêmicas. Do ponto de vista prático essa posição firme provoca contratempos na organização sindical dos trabalhadores. Especialmente, porque essa posição exige total independência e autonomia frente aos patrões e governos e também frente a outras organizações sociais.

Sentido em que, as organizações sindicais ligadas à ASS mantêm sua identidade de classe frente às organizações populares e estudantis, devido às suas especificidades de luta e organização no campo das reivindicações econômicas. Nesse sentido, a posição da ASS no II Encontro Nacional da Intersindical e suas elaborações posteriores caminha no sentido de não se subordinar a aprovação de uma nova central sindical que misture organizações sindicais, populares e estudantis numa mesma centralização, conforme defendido pela Conlutas. É correto sim, numa organização partidária ou frente revolucionária juntar-se o proletariado, os movimentos populares, trabalhadores do campo e estudantes, entre outras organizações de oprimidos, num mesmo campo estratégico para comandar a revolução.

Nas considerações a respeito da “experiência venezuelana” da luta de classes, afirma-se que o poder de Estado está em crise quase permanente desde 1999, mas, em qualquer processo político histórico, as crises também produzem sínteses, mesmo que momentâneas. Nesse sentido, podemos caracterizar que a sociedade venezuelana produziu sínteses inconclusas, forjadas pelo acúmulo e pela correlação de forças, com maior intensidade nos últimos onze anos (1989-2009) da luta de classes. Sem demérito ao período anterior da História do país, conforme será observado mais adiante.

A conquista de um governo nacional e sua continuidade deve-se ao forte apoio popular, adquirido devido às reformas jurídico-políticas, que garantem mais poder de participação nos fóruns de decisão política (Referendos, Conselhos Comuns, Círculos Bolivarianos, Conselhos Operários, Comitês de Terra, Cooperativas de co-gestão, entre outros) e o investimento de recursos estatais do petróleo em políticas sociais (em

especial, nas missões) a favor dos mais pobres. Mas, essa política de cunho nacional-desenvolvimentista teria alcance maior com as reformas socioeconômicas (Leis Habilitantes), não fossem as reações dos proprietários das indústrias transnacionais, em especial do petróleo, da grande mídia privada, das grandes redes de supermercados e dos agro-negócios, além dos choques constantes com o governo estadunidense.

São os constantes choques de interesses, entre o governo com as reformas do governo e a oposição pró-imperialista, que provocam as crises políticas do poder de Estado e caracterizam um governo de prática antineoliberal e antiimperialista. Contudo, faz-se necessário ressaltar que a maior parte da propriedade dos meios de produção (terras, indústria, bancos, grande mídia, prestadores de serviço e grande comércio), é predominantemente da burguesia transnacional e, em menor peso, da burguesia interna pró-imperialista.

Eis a principal natureza do nacional-desenvolvimentismo do governo venezuelano: o capital excedente da indústria petroleira estatal não é usado para atender a voracidade do grande capital, mas para o desenvolvimento endógeno (em especial nas cooperativas de produção e distribuição, nas missões de saúde, da educação, do mercado popular e no combate à fome). Além disso, boa parte dos recursos provindos do petróleo estatal do governo venezuelano é usada para promover a solidariedade internacional ou estabelecer alianças regionais com os países da ALBA, da UNASUL e países africanos com dificuldades econômicas.

Uma aliança estratégica entre Venezuela e Cuba, se concretiza, do lado venezuelano, pelo fornecimento de petróleo a preço de custo, ajuda os cubanos a enfrentar os grandes danos provocados pelos EUA, com a imposição do bloqueio econômico há 50 anos. Além disso, Cuba encontrou no governo venezuelano e na abertura econômica para o turismo, os recursos econômicos para não sucumbir à histórica referência revolucionária, após o colapso da União Soviética. Em contrapartida dessa aliança, Cuba ajuda o governo venezuelano na alfabetização do povo com o método “Sim, eu posso” e na saúde, com a presença de aproximadamente 22 mil médicos cubanos na periferia da Venezuela, trabalhando na Missão Bairro Adentro, proporcionando, além do solidário pronto atendimento, o aumento do nível de consciência do povo pobre, historicamente abandonado pelos governos pró-imperialistas.

A aliança que se iniciou entre os governos cubano e venezuelano, está se ampliando cada vez mais para uma unidade econômica, política e social regional, através dos países da ALBA, para reagir aos ataques dos imperialistas e pró-imperialistas no presente e no futuro. Até aqui importantes conquistas já se consolidaram na região através da ALBA, em particular, a TELESUR (Televisão do Sul), um canal de TV alternativa à comunicação do grande mercado-império e seus aliados regionais; a solidariedade internacional com a mútua ajuda dos hidrocarbonetos (a preço de custo) em troca de saúde (operação milagro, de combate a doenças oftalmológicas), educação (combate ao analfabetismo com o método: “Sim, eu posso”) e de autodefesa (táticas cientificamente comprovadas); a organização latino-americana e caribenha dos movimentos sociais, a criação do Banco do Sul e da moeda regional (Sucre, ainda em andamento), entre outros.

Essa aliança do governo venezuelano com Cuba é um dos maiores incômodos dos aliados estadunidenses na Venezuela. Tanto é verdade que, entre os primeiros decretos do Pedro Carmona (presidente por algumas horas em 2002) foi o fim do convênio do governo venezuelano com Cuba. Um outro decreto de Pedro Carmona foi à suspensão imediata das Leis Habilitantes, das reformas estruturais (socioeconômicas). Entre essas se localizam, a Lei de Terras, a Lei dos Hidrocarbonetos (petróleo e gás); a Lei da Pesca e a Lei dos Meios de Comunicação, que mais provocaram a ira das transnacionais e seus aliados da burguesia interna, porque mexem com a estrutura da propriedade privada no país.

Essas reformas, junto com as jurídico-políticas, anteriores caracterizaram as maiores razões para esquentar os atos de rua, os ataques da mídia privada, do golpe da oposição e da greve patronal de 2002. Percebe-se aqui, a prova cabal, que não tem mais espaço para reformas estruturais de maior envergadura, no sistema capitalista atual, devido à pronta reação imperialista neoliberal. Até o momento, muitas fábricas já foram tomadas pelo operariado e expropriadas pelo Estado, mas, até o momento, ainda no sentido reformista, pois, com raras exceções, são as fábricas falidas ou pré-falimentares. Há, portanto, situações pré-revolucionárias na ação combinada entre o operariado e as ações nacional desenvolvimentistas, que através da nacionalização ou estatização de empresas ficaram sob controle dos trabalhadores e do Estado. Há, também, conflitos e limitações entre os operários gestores e as ações do Estado, devido aos entraves burocráticos, que no Estado proletário-popular deverá ser superado através dos seus fóruns de decisão e gestão.

Esse novo comando revolucionário já está se consolidando, embora lentamente, nos Conselhos Comunais, nos Conselhos dos Trabalhadores (campo e cidade) e nas milícias armadas, que deverão avançar no sentido da total autonomia frente ao governo para construir, como órgão máximo, um Conselho Comunal Nacional (Poder Popular ou 4º. Poder) sob controle dos trabalhadores e dos demais oprimidos. A combinação de ações da massa organizada, pressionando de baixo para cima e as reformas, embora ainda tímidas “de dentro para fora” para a construção de uma nova hegemonia, que deverá construir um novo bloco histórico de poder, deflagrado pela ruptura contra-reformista e o conseqüente avanço revolucionário das massas.

Como possibilidade de estrutura de poder proletário-popular de Estado, que parece estar se configurando na Venezuela: o Conselho Comunal Nacional teria como outros instrumentos interlocutores, o PSUV, a UNT, PCV e demais conselhos e organizações dos trabalhadores (campo e cidade), demais partidos revolucionários, movimentos populares, estudantis e, conselhos indígenas, que não perderiam sua autonomia e independência, porém, ficariam sob o comando e programa geral dos Conselhos Comunais Municipais, Conselhos Comunais Estaduais e o Conselho Comunal Nacional ou do futuro Poder Popular.

Outros embriões auxiliares dessa estrutura e forma organizacional já existem, conforme relatos de Marta Harnecker (2004:242), como contra-reação operário-popular das massas (2002), novos círculos bolivarianos; comitês de terras urbanas; correios motorizados; grupos organizados para abrir as escolas contra as tentativas de paralisação; círculos pesqueiros e agrários em defesa de seus direitos e das Leis Habilitantes; grupos de defesa dos consumidores, garantindo a distribuição da gasolina, do gás, da proteção às empresas petroleiras contra a sabotagem, de promoção de boicotes à mídia privada, de distribuição e ajuda aos necessitados, e defesa do Palácio Miraflores. Essas organizações operário-populares, nos dias de enfrentamento ao golpe e ao bloqueio econômico da greve patronal, passaram a ser identificadas como “*Clase Media en Positivo*”, pela autora. Com base nessa importante experiência, as organizações múltiplas das massas poderão ser devidamente adaptadas para o período pré-revolucionário e revolucionário posterior, sob comando geral do Conselho Comunal Nacional (uma espécie de Conselho de Estado-plurinacional), uma espécie de Quarto Poder.

Essa espécie de Quarto Poder, ampliado para outras forças políticas revolucionárias, na consolidação vitoriosa da revolução, viria a ser o Primeiro Poder, funcionando, inclusive, como o grande Conselho de Estado Proletário-Popular (ou Estado-Plurinacional). Reafirma-se, que a revolução na Venezuela, na América Latina e no Caribe, assim como a revolução internacional, deverá ser construída “de baixo para cima” e de “dentro para fora”. No caso venezuelano, as reformas desenvolvimentistas do bolivarianismo configuram-se como pré-revolucionárias, despertando tanto a contra-reação burguesa (interna e externa do imperialismo) quanto à adesão das massas ao processo revolucionário. As atuais reformas também vêm “de baixo para cima”, não apenas de “dentro para fora” das políticas de Estado, porque impostas pelas pressões populares, além da predisposição política de agentes do governo. Há indícios conjunturais de reações burguesas que poderão avançar para a relação de conflitos de maior envergadura (interno e internacional), com o agravamento das relações entre a Venezuela e EUA, via Colômbia, conforme elaboração em capítulos anteriores.

Superando os instrumentos políticos meramente eleitorais e ampliando os instrumentos revolucionários já existentes, penso ser necessária a organização de um novo instrumento político revolucionário unitário (frente ou partido) para dirigir coletivamente o processo revolucionário que está se maturando desde 1989 no país. A chamada “revolução bolivariana” tem o mérito de fortalecer acúmulos históricos da esquerda e construir elementos importantes para iniciar um rigoroso processo revolucionário socialista: até o momento, aumentou a consciência e a rebeldia orgânica da classe trabalhadora e demais oprimidos contra o neoliberalismo e o imperialismo.

É necessária também uma nova síntese de esquerda, um novo bloco revolucionário para as tarefas socialistas venezuelanas e internacionais – que pode até passar por uma nova hegemonia do PUSV, porém, “de baixo para cima”. Por mais que as massas estejam participando do processo político das reformas, insurgindo-se contra o neoliberalismo, contra o golpe, contra as greves patronais, fazendo protestos de rua, ocupando fábricas para co-gestão ou auto-gestão, ocupando terras para reforma agrária, ainda falta uma consciência revolucionária mais enraizada entre as massas com força orgânica política para fazer e dirigir a revolução.

7.8 O fio condutor da continuidade de um longo acúmulo de forças em busca do poder de Estado sob comando do proletariado e dos demais oprimidos.

Este estudo se propôs a evidenciar as determinantes históricas da luta de classes, para compreender as crises políticas do atual poder de Estado e sua possível superação pela revolução socialista. Para reconstruir as determinantes da história da luta de classes na Venezuela, não tem outro caminho mais seguro que, a reconstrução do fio condutor da continuidade do acúmulo de forças dos oprimidos do país. Por isso, este estudo, que no seu tema indica o período a ser aprofundado, entre 1989 e 2009, teve que ser ampliado ao passado mais distante (1810), no sentido da busca de uma totalidade histórica desse fio condutor. Esse longo processo de continuidades e descontinuidades, no acúmulo de forças dos “de baixo” foi marcado por confrontos e conciliações de classes. Para esquentar o debate, grosso modo, é essa continuidade, entre passado, presente e futuro, que apresenta uma síntese da conjugação de forças para dirigir as atuais reformas, a futura revolução e o futuro poder de Estado, sob comando do campo estratégico proletário-popular-indígena. Este estudo indica que essa formulação de um campo estratégico de comando, em construção na Venezuela, já tem alguns indícios de maturação, mas precisa ser consolidado em toda América Latina e no Caribe, como ponto de apoio para a vitória duma futura revolução venezuelana e, também para a revolução da chamada “Pátria Grande” e da revolução internacional.

O ponto de partida específico deste acúmulo de forças na Venezuela vem das rebeliões e insurgências dos escravos (negros e índios), inspiradas na atitude revolucionária de “Negro Miguel” contra seus exploradores na dominação espanhola, por ocasião da extração de ostras e pérolas, no início da colonização. Passa pelas insurgências e rebeliões seguintes, dos escravos e seus aliados para a sua libertação frente aos capitalistas *crioulos* do modelo agrícola de exportação. Passa pelas difíceis batalhas na luta pela independência, sob liderança de Bolívar, entre outros (aí está o contexto latino-americano de lutadores, ainda no campo da roupagem burguesa de nacionalismos). Passa pela origem do proletariado petrolero e a história do movimento operário (1920-1940), nesse contexto, longos anos de greves do movimento operário petrolero e a origem do Partido Comunista Venezuelano (1931).

Passa pelos mais distintos movimentos revolucionários (30 anos de respeitáveis lutas guerrilheiras), com o destaque para o Movimento de Esquerda Revolucionária da Venezuela (MIR – *Insurreição Combinada Permanente*), analisado com a devida profundidade, no quinto capítulo e ainda neste balanço final. Passa pela resistência dos oprimidos contra 35 anos de ditadura militar de Juan Gomes (1908-1935), primeiro

governo da política-econômica petroleira. Passa pela experiência de três anos do governo nacional-desenvolvimentista (1936-38) dos partidos na sua origem progressistas: AD, COPEI e do PCV, este ainda sob influência do *etapismo stalinista*.

Essa experiência de governo foi derrotada por um golpe militar, comandado pela burguesia interna (anteriores ocupantes do poder de Estado, gomecistas) aliada da burguesia externa, das transnacionais petroleiras, instaladas no país desde o final do século XIX. Passa pela síntese desse processo histórico, da rebeldia e da insurgência (dos movimentos revolucionários e o PCV), que ficaram fora do *pactopuntofijista* (40 anos no poder de Estado sob conciliação de classes). Passa pelos movimentos de massa antineoliberais (protestos de rua) e pelas guerrilhas, construção de uma nova síntese em busca do poder de Estado. Internamente ao poder de Estado (de dentro para fora), configura-se uma rebeldia de partes das forças armadas (no momento do golpe de 2002, em maioria), sob influência marxista antiga e recente, além dos militantes de esquerda em diferentes funções do governo.

A influência histórica (antiga) é do PCV, desde quando este procurou aliados nas forças armadas para derrubar a política militar de influência gomecista (seguidores de Gomes) e “adista” (AD). Contra o gomecismo devido sua identidade burguesa internacional já consolidada, desde o início do capitalismo moderno (petroleiro) e contra a AD, assim que chegou ao poder de Estado, em aliança com o PCV, rompeu a aliança (frágil) com a revolução cubana para tornar-se aliado dos EUA. E a influência marxista recente é explicitada pela constatação dos estudos marxistas e bolivarianos dos participantes do Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200, esse número em homenagem aos 200 anos da morte de Bolívar) e sua experiência contra o neoliberalismo, na tentativa de assalto ao Poder de Estado (1992), liderado pelo tenente coronel Hugo Chávez Frías, derrotado militarmente, pelas forças pró-imperialistas e imperialistas. Essa tentativa de assalto ao poder de Estado (MBR-200) abriu espaço, na negociação do recuo desse movimento rebelde, em troca de um pronunciamento de Chávez, na prisão, em rede nacional da grande imprensa. Esse pronunciamento foi importante para Chávez estabelecer o seu primeiro contato amplo com as massas, abrindo caminhos para a construção do seu nome como liderança e projeção nacional.

Três anos depois, saiu da prisão e entre 1995 e 1998, se consolidou com um projeto antineoliberal para o poder de Estado, através do Movimento V República (MVR), fundado em superação do MBR-200, que lhe garantiu a vitória eleitoral, em

1998. Nos seus 11 anos de governo (1999-2009), Hugo Chávez, como estudioso do marxismo (Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, Guevara, Fidel, Gramsci, Mészáros, Woods, Marta Harnecker...), do cristianismo libertário e do bolivarianismo, diz ter aprendido que o poder de Estado não se toma de assalto e sim pelo movimento de massas. A respeito das reformas estruturais (socioeconômicas, previstas nas Leis Habilitantes), que ele tenta implantar contra as violentas resistências da burguesia (interna e externa), diz estar “devidamente orientado”, quanto ao momento de aprofundá-las. Quanto ao não atacar as forças golpistas (2002) com o poder de prisão ou aniquilamento dessas, no seu retorno ao Miraflores, responde Chávez, não sabia com certeza das reais forças do inimigo (palavras do autor), também não conhecia ao certo as reais forças do seu campo estratégico.

Mas contou também, com a devida orientação de Fidel, corretamente interpretada por Chávez e seu Conselho de Estado (quanto ao que fazer), “não se imole” e “nem assine sua renúncia”. Contou com parte das forças armadas devidamente preparadas pelos estudos do marxismo, essas, aliadas à Unidade Popular Venezuela (UPV) e aos demais guerrilheiros armados e desarmados (guevarista-bolivarianos; leninista-tupamaros; leninista-bolivarianos...) e, o mais importante, contou com um extraordinário apoio de massas (operário-popular) – e com uma sorte ímpar, um “anjo” que o reconheceu e o soltou da prisão. Indagado sobre as brandas medidas punitivas contra os seus inimigos golpistas, o presidente responde que, a correlação de forças não necessariamente se mede com as armas em punho, com prisões e repressão violenta do inimigo. E faz uma analogia da flexibilidade do bambu, que na curvatura se dobra ao seu limite máximo. Mas o presidente sabe também que, no limite da curvatura do bambu, ele também se quebra. Pensando nisso, preventivamente, fez novos investimentos nas forças armadas, acompanhados de estudos táticos, dos mais importantes usados até hoje, para a defesa e o ataque frente aos seus inimigos imperialistas e pró-imperialistas (burguesia externa e externa).

O governo está devidamente orientado que: “em tempos de paz é preciso se preparar para guerra e, em tempos de guerra é preciso construir a paz”. Orientação em que, o governo está solidificando cada vez mais a aliança cívico-militar, contando com as experiências norte-vietnamitas de guerra vitoriosa contra o império estadunidense (anos 60-70); às milenarmente conhecidas “estratégias” chinesas de guerra de guerrilha e guerra de posição; à revolução cubana, de “guerra de todo povo”; às milícias

populares, às experiências guerrilheiras da Venezuela e da América Latina, entre outros e, conclui que a “revolução bolivariana é pacífica, mas também armada” (com tendência de virar guerra de todo o povo latino-americano e caribenho).

Precavidos do ponto de vista estratégico e tático, a esquerda revolucionária e o proletariado deveriam estar de prontidão para as futuras reações da burguesia (contra-reformistas e contra-revolucionárias). Uma possível nova brecha revolucionária deveria poder contar com a organização de uma frente revolucionária, enraizada nas massas, capaz de ocupar os espaços do poder de Estado e construir um Estado-Plurinacional (proletário-popular-indígena) que socialize os meios e os bens estratégicos de produção do país e contribua para a construção do socialismo e do comunismo internacional.

Por outro lado, na Venezuela, uma parte da esquerda discute a falta de independência do proletariado e a vinculação de alguns revolucionários com a burocracia do Estado, do PSUV e da UNT, diretamente ligados ao governo. Este estudo indica que há revolucionários (embora minoritários) no PSUV, na UNT e no governo bolivariano, que poderão ajudar a construir o caminho revolucionário, mas há outros tantos, presentes na classe trabalhadora, nos movimentos populares, nos morros, no campo, nas escolas que deverão estar na direção do movimento revolucionário unificado. Há forças revolucionárias ocupando espaços institucionais do Estado, especialmente nas forças armadas que poderão defender os primeiros passos da revolução proletário-popular. Nesse sentido, há um indicativo que, parte dos ocupantes do poder de Estado ajudará a construir e a dirigir o processo revolucionário inicial. O atual presente da República, Hugo Chávez está se credenciando como um dos principais líderes desse processo revolucionário, sob controle operário-popular.

A futura revolução socialista venezuelana depende de uma teoria revolucionária, construída estrategicamente a partir de uma correta análise da realidade do país e da organização das forças revolucionárias inseridas nas massas. Essas forças se consolidarão como revolucionárias internacionais, à luz das teorias de Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Gramsci, Lukács, Mészáros, Harnecker, entre outros. Essa práxis (teoria e prática) deve pavimentar os caminhos da revolução venezuelana, tendo como principal sujeito revolucionário, o proletariado no chão da fábrica e os demais trabalhadores do país. Os revolucionários nas montanhas: indígenas trabalhadores rurais sem terra e o movimento guerrilheiro ativo, tendo que se aprofundar no conhecimento das contribuições de Guevara, Fidel e Raul Castro, Mariátegui, Mao Tse Tung, MIR e

os Tupamaros. Nos centros urbanos, morros e favelas terão de conhecer as contribuições também dos Tupamaros, de Marighella, entre outros.

Os dirigentes revolucionários da Venezuela deveriam conhecer o pensamento principal desses revolucionários mencionados além de Engels, Woods, Sun Tzu, Douglas Bravo, Maquiavel, Bolívar, Chávez Frias, entre outros. Mas, acima de tudo, precisam conhecer a realidade do país, do povo pobre, da luta de classes: das rebeliões dos negros (Negro Miguel), das nações indígenas, da formação do proletariado e do movimento operário, do movimento guerrilheiro, das principais experiências socialistas (ex-União Soviética, Cuba, China, Chile...) da estrutura e funcionamento do poder de Estado e do real poder.

As reformas deverão continuar sob pressão orgânica das massas em seus instrumentos atuais de luta. Pressionam o governo no Conselho Operário, nos Conselhos Comunais, nos Comitês de Terra, no Conselho Indigenista, no movimento estudantil, na “Política de Rua”, entre outras formas de pressão popular. Segunda razão: o compromisso do governo de colocar em prática seu plano de reformas Constitucionais (jurídico-políticas) e as Leis Habilitantes (socioeconômicas) deve continuar, para garantir a vitória eleitoral em 2012 e avançar para o campo pró-revolucionário, ainda que o sucesso da política econômica de governo confronte-se com a conjuntura econômica internacional sob comando do imperialismo estadunidense.

No sentido de fortalecer uma possível revolução internacional, nesse início do século XXI, tendo como ponto de apoio a luta de classes na Venezuela. Por fim, a reforma na Venezuela está a serviço da revolução, como um dos pontos fundamentais de apoio para uma revolução latino-americana, caribenha e terceiro-mundista, com perspectivas socialistas internacionais. A reforma tem ser vista como um meio e a revolução como um fim, como dizia Rosa Luxemburgo.

No momento destas considerações, milhares de soldados venezuelanos estavam de prontidão na fronteira da Colômbia devido a uma crise diplomática entre os dois países. Essa foi provocada pelo governo colombiano, acusando o governo venezuelano de acobertar guerrilheiros (FARC-EP) colombianos em território da Venezuela. Na verdade, essa crise tem raízes mais distantes, que vem se arrastando com mais intensidade desde a implantação do Plano Colômbia, aumentando posteriormente, por ocasião do combate a forças páramilitares colombianas, em território venezuelano. Mas, o conflito entre esses países ficou mais preocupante com a instalação das sete bases

militares estadunidenses, em território colombiano (2008), com a intenção de combater as guerrilhas colombianas e os governos de esquerda da América Latina e do Caribe, neste caso, o governo venezuelano.

Na conclusão deste trabalho, reafirma-se que a motivação inicial foi por uma obsessão particular de militante, de organizar e disseminar idéias fundantes para uma nova prática revolucionária. As idéias aqui trabalhadas não são novas, acompanham a história da luta de classes, mas essas continuarão despertando interesses pelo estudo dos problemas, desafios, organização e propostas dos trabalhadores e demais explorados para derrubar o modo de produção capitalista. O objetivo, neste sentido é tentar contribuir para o início da revolução socialista internacional, com muito menos riscos de desvios de rota que no passado. Como diz Lênin, sem teoria e sem prática revolucionárias, não há revolução. Sem qualquer pretensão de apresentar uma nova teoria revolucionária, este estudo procurou apenas sintetizar e polemizar, as teorias e as experiências que eventualmente possam contribuir para a reorientação da militância revolucionária, em especial, a militância do autor desta pesquisa.

Bibliografia

- ABENTE, Diego (1987). Venezuelan Democracy Revisited. *Latin American Research Review* 22 (I): 225-40.
- ABN–Agencia Bolivariana de Noticias (09 fev 2010). *Lugo propone a Unasur creación de Consejo de Prevención de Desastres*. Disponível em: <http://www.abn.info.ve/noticia.php?articulo=219634&lee=16>. Acesso em: 24 abril 2010.
- _____. Agência Bolivariana de Noticias - ABN (19 abril 2010). *Países del Alba ratifican su compromiso con el socialismo y la preservación del ambiente*. Disponível em: http://www.abn.info.ve/go_news5.php?articulo=230227&lee=4. Acesso em: 24 abril 2010.
- ADOLFO RUÍZ, Gustavo (1991) *La educación de Bolívar*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos.
- AGGIO, Alberto (1993) *Democracia e socialismo – A experiência chilena*. São Paulo: UNESP.
- AHMAD, Aijaz (1987) Jameson's Rhetoric of Otherness and the "National Allegory". *Social Text* 17 (fall): 3-25.
- ALI, Tariq (2002) *Confronto de fundamentalismos. Cruzadas, jihads e modernidade*. Rio de Janeiro: Record.
- _____; BARSAMIAN, David (2005) *Imperialismo & Resistência*. São Paulo: Expressão Popular.
- ALMEIDA, Beto (02 jun 2008). *A UNASUL e a IV frota naval dos Estados Unidos*. Disponível em: <http://www.aporrea.org/tiburon/n143583.html>. Acesso em: 08 out 2009.
- ALMEIDA, Lúcio, F. R. (1995) *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ.
- _____. (2002) Lutas sociais na nova (des)ordem: o 11 de setembro e após. *Lutas Sociais*, 8.
- _____. (2003) Virando o milênio: notas sobre o imperialismo na alvorada do século XXI. In BERNARDO, T; TÓTORA, S. (orgs). *Ciências sociais na atualidade*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2004). O nacionalismo popular e a crise do populismo no início dos anos 60. *Lutas Sociais*, 11/12.
- _____. (2007) Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões. *Lutas Sociais*, 17/18.
- _____. (2008). Vieram para ficar por muito tempo: questões nacionais na América Latina contemporânea. *Lutas Sociais*, 19/20.
- AMIN, Samir (coord.) (1977) *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1981) *Classe e nação na história e na crise contemporânea*. Lisboa: Moraes.
- AMORIM NETO, Octavio (2003) De João Goulart a Hugo Chávez: a política venezuelana à luz da experiência brasileira. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIN, Carlos Henrique (Orgs.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI.
- ANDERSON, Perry (1996) Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ANTUNES, R.; REGO, W. L. (Org.) (1996) Notas sobre a consciência de classe. In: Lucacks – *Um galileu do século XX*. São Paulo: Boitempo.
- ARELLANO, Alejandro B.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.) (2002) *Chiapas – Construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra.
- ARRUDA, Marcos (1999) *Dívida e(x)terna. Para o capital, tudo; para o social, migalhas*. Rio de Janeiro: Vozes.

AYERBE, Luis F. (Org.) (2009) *De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina*. São Paulo: Unesp.

BARRIOS, Antonio (s/d). *Rebeliones de los negros: primeros actos de emancipación independentista*.

Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=104349&titular=rebeliones-de-los-negros:-primeros-actos-de-emancipación-independentista>. Acesso em: 21 abril 2010.

BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz B. (1999) *América Latina – história, crise e movimento*. São Paulo: Xamã.

BITAR, Sérgio (1980) *Transição, socialismo e democracia – Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BORGES, Altamiro (2005) *Venezuela: originalidade e ousadia*. São Paulo: Anita Garibaldi.

BORON, Atílio A. (2006) *Estudo Introdutório – Atualidade de Que fazer? A organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes.

_____; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.) (2006) *A teoria marxista hoje – Problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular.

BRASIL DE FATO (01 dez 2008). *Países da Alba decidem criar uma moeda comum: o “Sucre”*. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/internacional/paises-da-alba-decidem-criar-uma-moeda-comum-o-201csucre201d>. Acesso em: 24 abril 2010.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA (Org.) (2002) *Soberania sim, ALCA não! Análises e documentos*. São Paulo: Expressão Popular.

CAMPOS, Raimundo (1982) *História da América*. São Paulo: Atual.

CANO, Wilson (2003) Venezuela: limites para uma nova política econômica. In GUIMARÃES, Samuel P.; CARDIN, Carlos H. (Orgs.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI.

CARINHATO E SILVA, Pedro H. (2009). Proposições teórico-políticas para um debate inadiável. In: BENSÁID, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas de resistência para o tempo presente. Lutas Sociais, 23*.

CARRERA, Jerônimo (2006) *Bolívar visto por marxistas*. Caracas: Carlo Aponte.

CARTA CAPITAL (5 dez 2007). *Chávez na encruzilhada. A oposição venezuelana reconhece os avanços sociais conseguidos pelo governo, mas cresce o temor do “socialismo do século XXI”*. Ano XIV, n. 473.

CARVALHO, José R.; BORGES, Altamiro (2008). *O nascimento do PSUV na Venezuela*. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/1325/9/> Acesso em: 24 mar 2010.

CASANOVA, Pablo G. (2006) Colonialismo interno [uma redefinição]. In BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). *A teoria marxista hoje – Problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular.

CATALA, José A.; LUCENA, Hector (1998) *El movimiento obrero petrolero – Processo de formación y desarrollo*. 3ª ed. Caracas: El Centauro.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe (2007). *Desafíos 6: El La reducción de la mortalidad infantil en América Latina y el Caribe: avance dispar que requiere respuestas variadas*. Disponível em:

http://www.cepal.org/dds/noticias/desafios/9/32139/desafios6_MortalidadInfantil.pdf. Acesso em: 19 abril 2010.

_____. (2009) *Relatório Panorama Social de América Latina 2009. Pobreza atinge mais as mulheres e crianças na América Latina*. Disponível em:

<http://www.eclac.org/cgibin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/7/37857/P37857.xml&xsl=/prensa/tpl-p/p6f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>. Acesso em 19 abril 2010.

_____ (2010) *Balance preliminar de las economías de América Latina*. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgibin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/4/38444/P38444.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em 19 abril 2010.

_____ (2009) *Estatísticas sociais da América Latina e do Caribe*. Disponível em: http://websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2009/esp/default.asp. Acesso em: 01/03/2010.

CHÁVEZ, Hugo (1996) *La propuesta para transformar a Venezuela. Una revolución democrática*. Caracas.

_____ (2003) *El golpe fascista contra Venezuela. "Aquí está en juego la vida de la patria"*. La Habana: Plaza.

CMR (2007) Entrevista a Jacobo Acosta, secretário executivo do Sintracorreios de Caracas-Miranda (UNT). Disponível em: <http://www.controlobrero.org/content/view/97/26/>. Acesso em: 25 mar 2010

CMR (2007). Entrevista a Jorge Paredes - Trabajador presidente de Inveval empresa expropiada bajo control obrero y miembro de la coordinación de FRETECO. Disponível em: <http://www.controlobrero.org/content/view/118/26/> Acesso em: 25 mar 2010.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.) (2003) *América Latina – Encruzilhadas da história contemporânea*. São Paulo: Xamã.

_____ (Org) (2002) LÊNIN - O Estado e a revolução (A experiência da Comuna de Paris de 1871). In: *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã.

_____; MARTOV (2003) Marx, Lênin e a Comuna de Paris. In: *Escritos sobre a Comuna de Paris – seleção de textos*. São Paulo: Xamã.

COUTINHO, C. N.; KONDER, L.; REIS FILHO, D. A. (ET AL) (1997) *O manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto.

CTR – Coletivo de Trabajadores en revolución (2009) *Sindicatos de UNETE exigen esclarecimiento de asesinatos de dirigentes sindicales*. Disponível em: <http://www.aporrea.org/trabajadores/n139456.html> Acesso em: 25 de mar de 2010.

DALLARI, Dalmo A. (2005) *Elementos de teoria geral do Estado*. 25ª ed. São Paulo: Saraiva.

DIETERICH, Heinz (2001) *Democracia participativa y protagonismo social*. 4ª ed. Caracas: Alcaldía.

_____ (2005) *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Caracas: Horizonte.

DOWBOR, Ladislau (ET AL) (1999) *Coletânea. Desafios da globalização*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.

DUSSEL, Enrique D. (1979) *Para uma ética da libertação latino-americana*. São Paulo: Loyola e Unimep.

EFE (19 abril 2010) *Países da Alba querem integração para enfrentar "investida imperialista"*. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI4390676-EI294,00.html>. Acesso em: 20 abril 2010.

EL MILITANTE (2007) *Entrevista a Luis Primo, dirigente de la UNT y propulsor del PSUV*. Disponível em: <http://www.controlobrero.org/content/view/98/26/> Acesso em: 25 mar 2010.

_____ (2008). *Mitsubishi: Entrevista a Felix Martínez, dirigente del Sindicato de Mitsubishi*. Disponível em: <http://www.controlobrero.org/content/view/244/26/>. Acesso em: 25 mar 2010.

- ELIZALDE, Rosa Miriam (2004) *Nuestro Chávez*. La Habana: Casa Editora Abril.
- FERNANDES, Florestan (1986) *Que tipo de república*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1979) *Da guerrilha ao socialismo: A revolução cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- _____ (1995) *Em busca do socialismo*. São Paulo: Xamã.
- _____ (1977) Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina. In ZENTENO, Raúl Benítez (coord.). *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FNCEZ - Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora de Venezuela. En publicación: OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VI, no. 16. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/Documentos16.pdf>. Acesso em: 01 abril 2010.
- FOLHA DE SÃO PAULO (28 fev 2010). *Celac precisa vencer divergências dos países. Iniciativa é vista como possibilidade de integrar a região*. Disponível em: <http://www.folhape.com.br/index.php/caderno-planeta/553529>. Acesso em: 08 abril 2010.
- FSM - FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (2010) Temático Bahia. Disponível em: <http://forumdotrabalho.blogspot.com/2010/01/crise-e-trabalho-em-debate-no-fsm-ba.html>. Acesso em: 19 abril 2010.
- FURTADO, Celso (1999) *O Capitalismo Global*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GALEANO, Eduardo (1981) *As veias abertas da América Latina*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOLINGER, Eva (2005) *El código Chávez*. Caracas: Question.
- GOMES, Luiz Marcos (s/d). O "Fim da história" ou a ideologia imperialista da "nova ordem mundial". Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/fukuyama.htm>. Acesso em: 17 agos 2010.
- GOTT, Richard (2004) *À sombra do libertador. Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela*. São Paulo: Expressão Popular.
- GOVERNO BOLIVARIANO DE REPÚBLICA DA VENEZUELA (30 dez 1999). Constitución de la república bolivariana de Venezuela.
- GRAMSCI, Antonio (1989) *Concepção dialética da história*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUEVARA, Che (1981) *Textos políticos e sociais*. São Paulo: Populares.
- _____ (1981) *Por uma revolução internacional*. São Paulo: Populares.
- _____ (1982) *Textos econômicos para a transformação do socialismo*. V.8 São Paulo: Populares.
- HARNECKER, Marta (2005) *Os desafios da esquerda latino-americana*. 3ªed. São Paulo: Expressão popular.
- _____ (2004) *Um homem, um povo*. São Paulo: Expressão popular.
- _____ (1996) *Fazendo caminho ao caminhar. Experiências de partidos de esquerda em governos locais do Brasil, Uruguai e Venezuela*. Brasília: Thesaurus.
- HERNÁNDEZ, Martín (2007) A esquerda diante de Chávez e do referendo. In *Marxismo vivo – Revista de teoria e política internacional*, 16.

HISTÓRIA Y PERSPECTIVA de la integración latinoamericana. Asociación por la Unidad de Nuestra América (Cuba) Coordinación de la Investigación Científica/Escuela de História de la Universidad Michoacana de San Nicolas de Hidalgo (México). México: Morelia, Michoacán 2000.

HOBBSAWM, E. J. (1990) *Nações e nacionalismo desde 1780 – Programa mito e realidade*. 3ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (2000) *Mundos do trabalho – Novos estudos sobre história operária*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (2007) *A era do capital (1848-1875)*. 13ªed. São Paulo: Paz e Terra.

IANNI, Octávio (1992) *A idéia do Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense.

IASI, Mauro L. (2004) *A mediação particular e genérica da consciência de classe (Partido dos Trabalhadores entre a negação e o consentimento)*. Tese Doutorado, USP.

_____ (1999) *Processo de consciência*. São Paulo: CPV.

INDEXMUNDI (2008; 2009) *Venezuela – Perfil*. Disponível em:

<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=ve&v=39&l=pt>. Acesso em: 24 e 25 abril 2010.

ITURBE, A.; GOMES, A. (2004) Quatro décadas de luta revolucionária. In MARXISMO VIVO. *Imperialismo, nacionalismo e revolução na Venezuela*. n. 10.

JARDIM, Cláudia (2004) *Militarização para controlar o continente; Venezuela é o principal alvo*. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article121649.html>. Acesso em: 25 mar 2010.

JORNAL DE NOTÍCIAS. *Venezuela: Forças armadas pedem paciência a eleitores por “eleições lentas e complicadas”*. Disponível em:

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=1045939. Acesso em: 03 abril 2010.

KLEIN, José Alfonso (2002). *O poder popular. Democracia participativa em Diadema*. f. 338 Mestrado (Administração) Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2002.

_____ (2005). *Ofensivas militares do imperialismo e resistências populares na América Latina*. SINPRO – Sindicato dos Professores do ABC, Revista O professor, 2.

KONDER, Leandro (1984) *O que é dialética?* 8ª ed. São Paulo: Brasiliense.

LA POLÍTICA ESTADUNIDENSE SOBRE LA DEMOCRACIA EM CHILE Y VENEZUELA. Venezuela information Office. Washington, 2004.

LACLASE.INFO (2010) *Chávez preocupado ante el posible avance de la izquierda no subordinada al PSUV*. Disponível: <http://www.laclase.info/nacionales/chavez-preocupado-ante-el-posible-avance-de-la-izquierda-no-subordinada-al-psuv>. Acesso em: 25 mar 2010.

LÊNIN, Vladimir I. (1983) *As três fontes do marxismo*. 4ª ed. São Paulo: Parma.

_____ (1985) *Ilusões constitucionistas*. 2ª ed. São Paulo: Kairós.

_____ (1987) *O Estado e a revolução*. São Paulo: Global.

_____ (2003) *O imperialismo – fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro.

LOPES, Mariana O. (2009) *Imperialismo, petróleo e “revolução bolivariana”: impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela*. Dissertação Mestrado UNESP.

LÖWY, Michael (1975) *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

_____ (2000) *Nacionalismos e internacionalismos - Da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã.

- _____ (2006) *O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª ed. São Paulo: Perseu Abramo.
- LUCENA, Hector (1998) *El movimiento obrero petrolero – Proceso de formación y desarrollo*. 3ª ed. Caracas: Centauro.
- LUXEMBURGO, Rosa (1999) *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular.
- MAGALLANES, Manuel V. (1988) *História política de Venezuela*. 6ª ed. Caracas: Centauro.
- MANDEL, Ernest (1981) *Marxismo revolucionário atual*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MAO Jr, José; SECCO, Lincoln (1999) *A revolução chinesa – Até onde vai à força do dragão?* São Paulo: Scipione.
- MARIGHELLA, Carlos (1979) *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento.
- MARINGONI, Gilberto (2004) *A Venezuela que se inventa. Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Perseu Abramo.
- _____ (2009) *A revolução venezuelana*. São Paulo: Unesp.
- MARINI, Ruy Mauro (2000) *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes.
- MÁRQUEZ, Humberto (2010) *Venezuela: Yukpas quieren aplicar su propia justicia*. IPS Notícias. Disponível em: <http://www.laclase.info/comunidades-indigenas/venezuela-yukpas-quieren-aplicar-su-propia-justicia>. Acesso em: 25 mar 2010.
- MARTINS, José (2005) *Império do terror. Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI*. São Paulo: Sundermann.
- MARX, Karl (1988) *O capital – Crítica da economia política - O processo de produção do capital*. V. I, Livro Primeiro – Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural.
- _____ (1988) *O capital* (Volumes: I, II, III, IV, V). 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural
- _____ (1987) *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Moraes.
- _____; ENGELS, Friedrich (1984) *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes.
- _____; ENGELS, Friedrich (2009) *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Sundermann.
- _____; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- MARXISMO VIVO (2002) *O Mundo depois do 11 de setembro (recessão, guerra, Intifada, Venezuela...)*. Argentina: uma revolução em marcha. Revista do Koorkom, 5.
- MAYA, Margarita L. (2003) *Venezuela em la encrucijada*. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal9/maya.pdf>. Acesso em: 24 mar 2010.
- _____ (2005) *Notas sobre lo conceptual, metodológico y las fuentes em el estudio de la protesta popular venezolana reciente*. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/lopezma/07maya.pdf>. Acesso em: 08 abr 2010.
- _____; LANDER, Luis E. (2005) *Venezuela: protesta popular y lucha hegemônicas reciente*. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/lopezma/10maland.pdf>. Acesso em: 24 mar 2010.
- MÉSZÁROS, István (2002) *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- MORENO, Yone; SANABRIA, William (2006) *Las empresas en cogestión y ocupadas en Venezuela, la lucha por el control obrero y el socialismo*. Disponível em: <http://www.controlobrero.org/content/view/24/30/> Acesso em: 25 mar 2010.

- ORGANIZACIÓN REGIONAL INTERAMERICANA DE TRABALHADORES. Integración, libre comercio y la acción sindical en América Latina y Caribe. Brasil, ORIT/CIOLS, 2006.
- PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria E. (orgs.) (2009) *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB (2009) Resoluções - XIV Congresso Nacional – Reconstrução revolucionária. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis.
- PDVSA – Governo bolivariano da Venezuela (2007) *Misiones sociales*. Disponível em: <http://www.pdvsa.com/> Acesso em: 09 abril 2010.
- _____ (2007) *Desarrollo Endógeno*. Disponível em: <http://www.pdvsa.com>. Acesso em: 11 abril 2010.
- PETRAS, James (2002) *Império e políticas revolucionárias na América Latina*. São Paulo: Xamã.
- _____ (2001) As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina. *Lutas Sociais* 2.
- PLA, Alberto J. (ET AL) (1982) *Clase obrera – Partidos y sindicatos en Venezuela 1936-1950*. Caracas: Centauro.
- POLACO, Daniel (2007) *Referendo na Venezuela: sobre a vitória do não*. In *Marxismo vivo – Revista de teoria e política internacional*, 16.
- PORTAL ALBA (09 agos 2009) *Ata resumida da primeira reunião do conselho político da ALBA-TCP*. Disponível em: www.alternativabolivariana.org. Acesso em: 10 set 2009.
- PORTELLI, Hugues (1977) *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- POULANTZAS, Nicos (1977) *O estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal.
- PRADO JR, Caio (1986). Dissertação.....
- QUINTERO, Jose (2007) *Los avances del control obrero em Inveval: entrevistas a trabajadores*. Disponível em: <http://www.controlobrero.org/content/view/165/26/>. Acesso em: 25 mar 2010.
- REIS FILHO, Daniel A. (1977) *Uma revolução perdida. A história do socialismo soviético*. São Paulo: Perceu Abramo.
- RODRIGUES, Neidson (1987) *Lições do príncipe e outras lições. O intelectual, a política e a educação*. São Paulo: Cortez.
- RODRÍGUEZ, Carlos; ALBRECHT, Hermann (2006) *Gotcha tomada por sus trabajadoras tras meses de conflicto*. Entrevista a Patricia Vilmer. Disponível em: <http://www.controlobrero.org/content/view/32/26/>. Acesso em: 25 mar 2010.
- RODRÍGUEZ, Felipe (1975) *Chile 1970-1973 – Critica de la Unidad Popular*. Barcelona: Fontamara.
- RODRÍGUEZ, Manuel A. (31 agos 2009). *Vinte bases militares dos EUA para cercar a Venezuela*. Disponível em: http://resistir.info/venezuela/20_bases.html. Acesso em: 07 out 2009.
- ROSA, Flavia B. (2009) *A reorganização do movimento operário venezuelano e sua relação com o governo de Hugo Chávez*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), Londrina: UEL.
- SADER, Emir (org.) (2008) *Gramsci – poder, política e partido*. São Paulo: Expressão popular.
- _____ (1992) *Cuba, Chile, Nicarágua - Socialismo na América Latina*. 6ªed. São Paulo: Atual.

SADER, Emir; Gentili, Pablo (orgs.) (1997) *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____; GENTILI, Pablo (Org.) (1999) *Pós-Neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes.

SAGRA, Alicia (2010) *A Internacional – Um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo*. São Paulo: Sundermann.

SANTOS, Ariovaldo (2002) *Marx, Engels e a luta de partido na Primeira Internacional (1864-1874)*. Londrina: UEL.

SANTOS, Milton (1982). *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec.

_____. (1996). *A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec.

_____. (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record.

SANZ, Rodolfo (2003) *Dialética de una Victoria*. 2ªed. Estado Miranda: Nuevo Pensamiento Crítico.

SECCO, Lincoln (2003). *Cooperativas e conselhos operários. Lutas sociais*, 9/10.

SILVEIRA, Paulo (Org) (1984) *O Estado, os poderes e as lutas*. In: Poulanzas – Sociologia. São Paulo: Atica.

SOUZA, Antônio C. G. (Org) (1982) *Os últimos dias do comandante Che Guevara*. In GUEVARA, Che. *Diário da guerrilha boliviana*. 2 ed v. 5, São Paulo: Populares.

SUN-TSU (2008) *A arte da guerra: os treze capítulos*. São Paulo: Ciranda Cultural.

TORREALBA, Alberto A. (2004) *Florentino y el diablo*. Caracas.

TROTSKI, Leon (2009) *Os noventa anos do Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Sundermann.

TSÉ-TUNG, Mao (1972) *O livro vermelho*. Pequim: Editora Afiliada.

VARGAS, Francisco, A. (1981) *Los símbolos sagrados de la nación venezolana*. Caracas: Ediciones Centauro.

VÁRIOS AUTORES (2002; 2003) *PDVSA y el golpe*. Caracas: Fuentes.

VÁSQUEZ, Adolfo S.; RICUPERO, Bernardo (ET AL) (1999) *América Latina. História e revolução*. 2ª ed. São Paulo: NET/ XAMÃ.

VILLORO, Luis (2002) *O futuro dos povos indígenas II*. In ARELLANO, Alejandro Buenrostro y; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Chiapas – Construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra.

VIZENTINI, Paulo F. (2003) *A política externa da Venezuela frente à globalização*. In GUIMARÃES, S. P.; CARDIN, Carlos H. (Orgs.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI.

WEIL, Joseph (2004) *O que é o chavismo? Nacionalismo burguês em tempos de recolonização*. In *Marxismo Vivo – Revista de teoria e política internacional*, 10.

ZENTENO, Raúl Benítez (org.) (1977) *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Anexo 1

Estatísticas socioeconômicas: EUA, América Latina, Caribe e Venezuela.

Tabela 01 - População dos Estados Unidos da América

Ano	(pop.)
2000	275.562.673
2001	278.058.881
2002	280.562.489
2003	290.342.554
2004	293.027.571
2005	295.734.134
2006	298.444.215
2007	301.139.947
2008	303.824.640
2009	307.212.123

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 25 abril 2010).

Tabela 02 - Taxa de mortalidade infantil dos Estados Unidos da América

Ano	(para cada mil nascidos vivos)
2000	6.82
2001	6.76
2002	6.69
2003	6.75
2004	6.63
2005	6.5
2006	6.43
2007	6.37
2008	6.3
2009	6.26

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 25 abril 2010).

Tabela 03 - Expectativa de vida (no nascimento) Estados Unidos da América

Ano	(anos)
2000	77.12
2001	77.26
2002	77.4
2003	77.14
2004	77.43
2005	77.71
2006	77.85
2007	78

2008	78.14
2009	78.11

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 25 abril 2010).

Tabela 04 - Taxa de alfabetização dos Estados Unidos da América

Ano	(%)
2000	97
2001	97
2002	97
2003	97
2004	97
2005	97
2006	99
2007	99
2008	99
2009	99

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 25 abril 2010).

Tabela 05 - Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos da América

Ano	(Trilhões US\$)
2000	9.255
2001	9.963
2002	10.082
2003	10.400
2004	10.990
2005	11.750
2006	12.310
2007	13.130
2008	13.780
2009	13.820

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 24 abril 2010).

Tabela 06 - Produto Interno Bruto (PIB) per capita Estados Unidos da América

Ano	(milhares de US\$)
2000	33.900
2001	36.200
2002	36.300
2003	37.600
2004	37.800
2005	40.100
2006	41.600
2007	44.000

2008	45.800
2009	46.300

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 25 abril 2010).

Tabela 07 – Taxa da população abaixo da linha da pobreza nos EUA

Ano	(%)
2000	12.7
2001	12.7
2002	13
2003	12.7
2004	12
2005	12
2006	12
2007	12
2008	12
2009	12

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 25 abril 2010).

Tabela 08 – População Economicamente Ativa (PEA) ou Força Laboral dos EUA

Ano	(PEA)
2000	139.400.000
2001	140.900.000
2002	141.800.000
2003	141.800.000
2004	147.400.000
2005	147.400.000
2006	149.300.000
2007	151.400.000
2008	153.100.000
2009	154.300.000

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 04 maio 2010).

Tabela 09 - Taxa de desemprego nos Estados Unidos da América

Ano	(%)
2000	4.2
2001	4
2002	5
2003	5.8
2004	6
2005	5.5

2006	5.1
2007	4.8
2008	4.6
2009	7.2

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 25 abril 2010).

Tabela 10 - Dívida Externa dos Estados Unidos da América

Ano	(Trilhões de US\$)
2000	862
2001	862
2002	862
2003	862
2004	1.400
2005	1.400
2006	8.837
2007	10.040
2008	12.250
2009	13.640

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 25 abril 2010).

Tabela 11- Forças Armadas (disponibilidade) nos Estados Unidos da América

Ano	(homens e mulheres)
2000	70.502.691
2001	70.819.436
2002	73.597.731
2003	73.597.731
2004	73.597.731
2005	67.742.879
2006	67.742.879
2007	67.742.879
2008	72.715.332
2009	72.715.332

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 25 abril 2010).

Tabela 12 - Orçamento militar (% PIB) dos Estados Unidos da América

Ano	Orçamento militar % PIB	Posição	Mudança Percentual	Data da Informação
2003	3,20 %	47		
2004	3,30 %	37	3,13%	fev 2004
2005	3,30 %	36	0,00%	fev 2004
2006	4,06 %	26	23,03%	2005 est.
2007	4,06 %	27	0,00%	2005 est.

2008	4,06 %	28	0,00%	2005 est
------	--------	----	-------	----------

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 25 abril 2010).

Tabela 13 - Orçamento Militar Percentual do PIB da Venezuela, entre 2003 e 2008.

Ano	Orçamento militar % PIB
2003	0,90 %
2004	1,30 %
2005	1,50 %
2006	1,20 %
2007	1,20 %
2008	1,20 %

Fonte: Autoria própria, base nos dados de Indexmundi (2009, acesso em: 24 abril 2010)

Tabela 14 - População dos países que integram a ALBA, em 2008.

País	(Pop.)
Venezuela	28.121.000
Equador	14.573.101
Cuba	11.451.652
Bolívia	9.775.246
Nicarágua	5.891.199
São Vicente e Granadinas	104.574
Antígua e Barbuda	85.632
Domínica	72.660

Fonte: Autoria própria, base de dados da CEPAL e do Indexmundi (2009, acesso em: 01 mar 2010 e 24 abril 2010).

Tabela 15 - Produto Interno Bruto (PIB) países da ALBA (2009).

País	(Bilhões US\$)
Venezuela	315
Equador	99
Cuba	97
Bolívia	39
Nicarágua	16
Antígua e Barbuda	1
São Vicente e Granadinas	1
Domínica	1

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em 24 abril 2010)

Tabela 16 - Produto Interno Bruto (PIB) per capita (2009), nos países da ALBA.

País	(Milhares US\$)
Antígua e Barbuda	18.100
Venezuela	12.300
Domínica	9.600
São Vicente e Granadinas	9.400
Cuba	8.500
Equador	7.100
Bolívia	4.200
Nicarágua	2.800

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em 24 abril 2010)

Tabela 17 - Taxa de alfabetização nos países da ALBA (2009).

País	(%)
Cuba	100
São Vicente e Granadinas	96
Domínica	94
Venezuela	93
Equador	91
Bolívia	87
Antígua e Barbuda	86
Nicarágua	68

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 24 abril 2010).

Tabela 18 - Taxa (%) de desemprego nos países da ALBA (2009)

País	(%)
Domínica	23
São Vicente e Granadinas	15
Antígua e Barbuda	11
Equador	9
Bolívia	8
Venezuela	7
Nicarágua	6
Cuba	2

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 24 abril 2010).

Tabela 19 - Taxa de mortalidade infantil países ALBA.

País	(para cada mil nascidos vivos)
Bolívia	45
Nicarágua	25
Venezuela	22

Equador	21
Antígua e Barbuda	16
São Vicente e Granadinas	15
Domínica	14
Cuba	6

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 24 abril 2010).

Tabela 20 - Expectativa de vida (no nascimento) – países da ALBA

País	(Expectativa média de idade)
Cuba	77
Domínica	76
Equador	75
Antígua e Barbuda	75
São Vicente e Granadinas	74
Venezuela	74
Nicarágua	72
Bolívia	67

Fonte: Autoria própria, base de dados de Indexmundi (2009, acesso em: 24 abril 2010).

Tabela 21 - População dos países da UNASUL, em 2008

País	(Pop.)
Brasil	198.739.269
Colômbia	45.644.023
Argentina	40.677.348
Peru	29.546.963
Venezuela	26.814.843
Chile	16.601.707
Equador	14.573.101
Bolívia	9.775.246
Paraguai	6.995.655
Uruguai	3.494.382
Guiana	772.298
Suriname	481.267

Fonte: Autoria própria – base de dados Indexmundi (01 jan 2009, acesso em: 08 maio 2010).

Tabela 22 - Produto Interno Bruto (PIB) dos países da UNASUL, em 2008

País	(Trilhões US\$)
Brasil	1.794
Argentina	494
Colômbia	359
Venezuela	315
Chile	226
Peru	207
Equador	99
Bolívia	39
Uruguai	37
Paraguai	26
Suriname	4
Guiana	3

Fonte: Autoria própria – base de dados Indexmundi (01 jan 2009, acesso em: 08 maio 2010).

Tabela 23 - Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos países da UNASUL, em 2008

País	(Milhares US\$)
Chile	14.000
Argentina	12.500
Venezuela	12.300
Uruguai	10.700
Brasil	9.400
Colômbia	8.200
Suriname	8.200
Peru	7.300
Equador	7.100
Bolívia	4.200
Paraguai	3.900
Guiana	3.600

Fonte: Autoria própria – base de dados Indexmundi (01 jan 2009, acesso em: 08 maio 2010).

Tabela 24 - Mortalidade Infantil nos países da UNASUL, em 2008

País	(para cada mil nascidos vivos)
Bolívia	45
Guiana	30
Peru	29
Paraguai	25
Brasil	23
Venezuela	22
Equador	21
Colômbia	19

Suriname	19
Argentina	11
Uruguai	11
Chile	8

Fonte: Autoria própria – base de dados Indexmundi (01 jan 2009, acesso em: 08 maio 2010).

Tabela 25 - Taxa de alfabetização dos países da UNASUL, em 2008.

País	(%)
Guiana	99
Uruguai	98
Argentina	97
Chile	96
Paraguai	94
Venezuela	93
Peru	93
Equador	91
Colômbia	90
Suriname	90
Brasil	89
Bolívia	87

Fonte: Autoria própria – base de dados Indexmundi (01 jan 2009, acesso em: 08 maio 2010)

Tabela 26 - População abaixo da linha da pobreza nos países da UNASUL, em 2008.

País	(%)
Suriname	70
Bolívia	60
Colômbia	49
Peru	45
Equador	38
Venezuela	38
Paraguai	32
Brasil	31
Uruguai	27
Argentina	23
Chile	18
Guiana	...

Fonte: Autoria própria – base de dados Indexmundi (01 jan 2009, acesso em: 08 maio 2010).

Tabela 27- População Economicamente Ativa (PEA) dos países da UNASUL, em 2008.

País	(PEA)
Brasil	93.650.000
Colômbia	21.300.000
Argentina	16.270.000
Venezuela	12.590.000
Peru	10.200.000
Chile	7.267.000
Equador	4.640.000
Bolívia	4.454.000
Paraguai	2.839.00
Uruguai	1.641.000
Guiana	333.900
Suriname	165.600

Fonte: Autoria própria – base de dados Indexmundi (01 jan 2009, acesso em: 08 maio 2010).

Tabela 28 - Taxa de desemprego nos países da UNASUL, em 2008.

País	(%)
Colômbia	11
Guiana	11
Suriname	10
Equador	9
Peru	8
Argentina	8
Brasil	8
Chile	8
Uruguai	8
Bolívia	8
Venezuela	7
Paraguai	5

Fonte: Autoria própria – base de dados Indexmundi (01 jan 2009, acesso em: 08 maio 2010)

Tabela 29 - Dívida externa dos países da UNASUL, em 2008.

País	(Bilhões US\$)
Brasil	263
Argentina	128
Chile	65
Venezuela	47
Colômbia	46
Peru	35
Equador	18
Uruguai	11

Bolívia	6
Paraguai	4
Guiana	1
Suriname	1

Fonte: Autoria própria – base de dados Indexmundi (01 jan 2009, acesso em: 08 maio 2010)

Tabela 30 - Forças Armadas (disponibilidade) nos países da UNASUL, em 2008.

País	(F. Mil. Disp.)
Brasil	52.449.957
Colômbia	11.478.109
Argentina	10.029.488
Peru	7.653.898
Venezuela	6.647.124
Chile	4.242.912
Equador	3.536.602
Bolívia	2.295.746
Paraguai	1.589.873
Urugauai	837.252
Guiana	220.797
Suriname	130.534

Fonte: Autoria própria – base de dados Indexmundi (01 jan 2009, acesso em: 08 maio 2010).

Tabela 31 - Orçamento militar (% PIB) nos países da UNASUL, em 2008.

País	(% PIB)
Colômbia	3,4
Equador	2,8
Chile	2,7
Brasil	2,6
Bolívia	1,9
Guiana	1,8
Uruguai	1,6
Peru	1,5
Argentina	1,3
Venezuela	1,2
Paraguai	1,0
Suriname	0,6

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (16 maio 2008, acesso em: 08 maio 2010).

Tabela 32- Salários e “diárias” em média pagos aos trabalhadores petroleiros na Venezuela, entre 1936 e 1938 (em bolívares).

Ano – salário médio mensal	Venezuelano	Estrangeiro	Diferença absoluta	Percentual (%)
1936	481.86	964.86	483.03	100
1937	478.52	855.18	376.66	79
1938	497.67	830.50	332.83	67
Ano – Salário médio diário	Venezuelano	Estrangeiro	Diferença absoluta	Percentual (%)
1936	9.03	14.41	5.38	60
1937	9.77	17.30	7.53	77
1938	9.77	19.72	9.95	102

Fonte: Autoria própria, base de dados *Estadística de Petroleo. Dirección General de Estadísticas. M. de Fomento* (1940:77 apud LUCENA, 1998:259).

Tabela 33 - Quantidade de sindicatos legalizados e dissolvidos entre 1936 e 1945.

Ano	Legalizados	Dissolvidos	Total de sindicatos
1936	113	...	113
1937	86	...	199
1938	31	...	230
1939	15	...	245
1940	05	95	155
1941	11	53	113
1942	27	14	126
1943	83	26	183
1944	90	102	171
1945	103	22	252

Fonte: Autoria própria – base de dados Mem. Min. del Trabajo (1945 apud LUCENA, 1998: 264).

Tabela 34- População total (Em milhões contabilizados no meio de cada ano).

1990	2000	2005	2006	2007	2008	2009
19.731	24.402	26.724	27.189	27.655	28.121	28.584
442.310	521.228	556.512	563.164	569.689	576.102	582.418

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 35 – Taxa de mortalidade infantil, por quinquênios, por sexo na Venezuela e na América Latina-Caribe (taxa por cada mil nascidos vivos)

2000 - 2005			2005 - 2010		
Ambos sexos	Hombres	Mujeres	Ambos sexos	Hombres	Mujeres
18,9	21,2	16,4	17,0	19,1	14,8
25,8	29,0	22,4	21,8	24,6	18,9

Fonte: Criação própria - base de dados CEPAL (2009, acesso em: 01 mar 2010).

Tabela 36 – Porcentagem de população urbana, por quinquênio – Venezuela e América Latina-Caribe

1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
79,0	81,7	84,0	87,4	90,9	92,8	93,6
64,9	67,9	70,6	73,1	75,4	77,5	79,4

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 37 - Produto Interno Bruto (PIB) da Venezuela entre 2000 e 2009.

Ano	(Bilhões US\$)
2000	182.8
2001	146.2
2002	146.2
2003	132.8
2004	117.9
2005	145.2
2006	162.1
2007	186.3
2008	334.3
2009	314.6

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em 24 abril 2010)

Tabela 38 - Produto Interno Bruto (PIB) per capita na Venezuela

Ano	(US\$)
2000	8000
2001	6200
2002	6100
2003	5500
2004	4800
2005	5800
2006	6400
2007	7200
2008	12800
2009	12300

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em 24 abril 2010)

Tabela 39 - População abaixo da linha da pobreza na Venezuela

Ano	(%)
2000	67
2001	67
2002	67
2003	47
2004	47
2005	47

2006	47
2007	37.9
2008	37.9
2009	37.9

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em 24 abril 2010)

Tabela 40 - Expectativa de vida no nascimento - Venezuela , entre 2000 e 2009.

Ano	(anos)
2000	73.07
2001	73.31
2002	73.56
2003	73.81
2004	74.06
2005	74.31
2006	74.54
2007	73.28
2008	73.45
2009	73.61

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 24 abril 2010).

Tabela 41 - Dívida externa da Venezuela, entre 2000 e 2009.

Ano	(bilhões US\$)
2000	32
2001	34
2002	34.5
2003	38.2
2004	32.51
2005	33.29
2006	41.51
2007	35.63
2008	43.33
2009	47.35

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 24 abril 2010).

Tabela 42 – População economicamente ativa (por milhões de pessoas) – Venezuela e América Latina-Caribe

1990	1995	2000	2005	2010
6.895	7.861	8.894	10.384	11.933
163.374	191.498	222.092	248.942	276.551

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 43 – Estrutura da população ocupada urbana total, por setor de atividade econômica na Venezuela de 2008 (percentual pop. 15 anos ou mais).

Agricul	Minér	Manuf	Eletr, gás e água	Constr	Comér	Trans	Serv financ
8,5	0,9	11,9	0,5	9,7	23,7	8,8	5,2

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 44 – Estrutura da população ocupada feminina, por setor de atividade econômica na Venezuela (percentuais).

Agricultura			Indústria				Serviços		
2000	2005	2008	2000	2005	2008	2000	2005	2008	
1,7	2,0	1,9	12,7	11,2	11,1	85,7	86,8	87,0	

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 45 – Estrutura da população ocupada masculina, por setor de atividade econômica na Venezuela

Agricultura			Indústria				Serviços		
2000	2005	2008	2000	2005	2008	2000	2005	2008	
15,7	14,4	12,7	28,5	26,8	30,6	55,8	58,8	56,8	

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 46 – Taxa de desemprego (taxa anual média) na Venezuela e na América Latina-Caribe

2000	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
13,9	18,0	15,3	12,4	9,9	8,3	7,4	8,0
10,4	11,0	10,3	9,1	8,6	7,9	7,4	8,3

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 47 – Índice GINI nas áreas urbana e rural (valores entre 0 e 1) na Venezuela

Ano	Nacional	Urbana	Rural
1990	0,471	0,464	0,431
1994	0,486	0,478	0,460
1997	0,507
1999	0,498
2002	0,500
2004	0,470
2005	0,490
2006	0,447
2007	0,427
2008	0,412

Fonte: Autoria própria, base de dados CEPAL (2009, acesso em: 01 mar 2010).

Tabela 48 – Estrutura da população ocupada urbana total, taxa por categoria ocupacional da Venezuela em 2008.

Empregadores	Assalariados	Conta própria	Serviço doméstico	Outras categorias	Ignorado
4,1	58,4	35,8	...	1,7	...

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 49 – Estrutura da população ocupada urbana masculina, por categoria ocupacional na Venezuela em 2008

Empregadores	Assalariados	Conta própria	Serviço doméstico	Outras categorias	Ignorado
5,5	56,8	35,4	...	2,3	...

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 50 – Estrutura da população ocupada urbana feminina, por categoria ocupacional na Venezuela em 2008

Empregadores	Assalariados	Conta própria	Serviço doméstico	Outras categorias	Ignorado
1,9	61,0	36,3	...	0,8	...

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 51 – População analfabeta de 15 e mais anos de idade, na Venezuela e na América Latina-Caribe – ambos os sexos.

1990	1995	2000	2005	2010	2015
11,1	9,1	7,5	6,0	4,8	3,9
14,9	12,8	11,1	9,5	8,3	7,1

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 52 – Gasto público em educação – porcentagem do PIB na Venezuela

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
...	3,6	3,7	...

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 53 – Matrículas no primeiro nível de educação na Venezuela e na América Latina-Caribe

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
3 506 780	3 449 984	3 453 379	3 449 290	3 452 062	3 521 139	3 439 199
69 643 229	69 028 734	69 193 770	68 710 872	68 283 612	68 205 111	...

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 54 – Matrículas no segundo nível de educação na Venezuela e na América Latina-Caribe

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1 811 127	1 866 114	1 953 506	2 028 388	2 104 857	2 174 619	...
58102603	56 353 710	58 018 717	58 514 583	59 033 445

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 55 – Matrículas no terceiro nível de educação na Venezuela e na América Latina-Caribe

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
927 835	983 217	1 049 780	...	1 381 126
13 240 365	14 034 793	14 907 548	15 708 682	16 798 491

Fonte: Autoria própria, dados da CEPAL (2009, em 01 de mar 2010).

Tabela 56 - Força militar (disponibilidade) na Venezuela

2000	6.398.169
2001	6.524.809
2002	6.647.718
2003	6.767.862
2004	6.886.775
2005	6.236.012
2006	6.236.012
2007	6.236.012
2008	6.647.124
2009	6.647.124

Fonte: Autoria própria, base de dados Indexmundi (2009, acesso em: 24 abril 2010).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)